Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls.
Visto

AO
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

Os Vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais, apresentam para a apreciação e deliberação do douto Plenário, o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 215, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco, implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada:

I. Lei nº 2, de 30 de janeiro de 1953;
II. Lei nº 3, de 31 de janeiro de 1953;
III. Lei nº 4, de 31 de janeiro de 1953;
IV. Lei nº 7, de 2 de fevereiro de 1953;
V. Lei nº 8, de 2 de fevereiro de 1953;
VI. Lei nº 10, de 2 de fevereiro de 1953;
VII. Lei nº 11, de 2 de fevereiro de 1953;
VIII. Lei nº 15, de 17 de fevereiro de 1953;
IX. Lei nº 17, de 20 de fevereiro de 1953;
X. Lei nº 18, de 19 de fevereiro de 1953;
XI. Lei nº 19, de 21 de fevereiro de 1953;
XII. Lei nº 20, de 25 de abril de 1953;
I. Lei nº 22, de 25 de junho de 1953;
II. Lei nº 23, de 25 de junho de 1953;
III. Lei nº 25, de 25 de junho de 1953;
IV. Lei nº 26, de 26 de junho de 1953;
V. Lei nº 28, de 1953;
VI. Lei nº 29, de 19 de outubro de 1953;
VII. Lei nº 30, de 19 de outubro de 1953;
VIII. Lei nº 31, de 19 de outubro de 1953;
IX. Lei nº 32, de 19 de outubro de 1953;
X. Lei nº 33, de 19 de outubro de 1953;

XI.	Lei nº 34, de 22 de outubro de 1953;
XII.	Lei nº 35, de 23 de outubro de 1953;
XIII.	Lei nº 36, de 23 de outubro de 1953;
XIV.	Lei nº 37, de 24 de outubro de 1953;
XV.	Lei nº 38, de 24 de outubro de 1953;
XVI.	Lei nº 39, de 24 de outubro de 1953;
XVII.	Lei nº 40, de 24 de outubro de 1953;
XVIII.	Lei nº 41, de 24 de outubro de 1953;
XIX.	Lei nº 42, de 24 de outubro de 1953;
XX.	Lei nº 43, de 24 de outubro de 1953;
XXI.	Lei nº 44, de 24 de outubro de 1953;
XXII.	Lei nº 45, de 24 de outubro de 1953;
XXIII.	Lei nº 46, de 24 de outubro de 1953;
XXIV.	Lei nº 47, de 26 de outubro de 1953;
XXV.	Lei nº 48, de 25 de outubro de 1953;
XXVI.	Lei nº 50, de 27 de outubro de 1953;
XXVII.	Lei nº 51, de 27 de outubro de 1953;
XXVIII.	Lei nº 52, de 27 de outubro de 1953;
XXIX.	Lei nº 53, de 28 de dezembro de 1953;
XXX.	Lei nº 54, de 28 de dezembro de 1953;
XXXI.	Lei nº 55, de 28 de dezembro de 1953;
XXXII.	Lei nº 56, de 30 de março de 1954;
XXXIII.	Lei nº 57, de 30 de março de 1954;
XXXIV.	Lei nº 58, de 30 de março de 1954;
XXXV.	Lei nº 59, de 30 de março de 1954;
XXXVI.	Lei nº 60, de 30 de abril de 1954;
XXXVII.	Lei nº 61, de 30 de março de 1954;
XXXVIII.	Lei nº 64, de 18 de outubro de 1954;
XXXIX.	Lei nº 65, de 22 de outubro de 1954;
XL.	Lei nº 72, de 5 de janeiro de 1955;
XLI.	Lei nº 73, de 5 de janeiro de 1955;
XLII.	Lei nº 74, de 5 de janeiro de 1955;
XLIII.	Lei nº 75, de 1º de fevereiro de 1955;
XLIV.	Lei nº 76, de 4 de fevereiro de 1955;
XLV.	Lei nº 78, de 17 de fevereiro de 1955;
XLVI.	Lei nº 79, de 3 de junho de 1955;
XLVII.	Lei nº 80, de 3 de junho de 1955;
XLVIII.	Lei nº 81, de 3 de junho de 1955;
XLIX.	Lei nº 82, de 24 de junho de 1955;
L.	Lei nº 83, de 24 de junho de 1955;
LI.	Lei nº 84, de 14 de julho de 1955;
LII.	Lei nº 86, de 14 de julho de 1955;
LIII.	Lei nº 87, de 10 de outubro de 1955;
LIV.	Lei nº 88, de 19 de outubro de 1955;
LV.	Lei nº 89, de 21 de outubro de 1955;
LVI.	Lei nº 90, de 30 de novembro de 1955;
LVII.	Lei nº 91, de 12 de janeiro de 1956;
LVIII.	Lei nº 92, de 12 de janeiro de 1956;
LIX.	Lei nº 93, de 12 de janeiro de 1956;
LX.	Lei nº 94, de 14 de janeiro de 1956;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021
Fls. 3

LXI.	Lei nº 95, de 26 de março de 1956;
LXII.	Lei nº 96, de 26 de março de 1956;
LXIII.	Lei nº 97, de 26 de março de 1956;
LXIV.	Lei nº 98, de 26 de março de 1956;
LXV.	Lei nº 99, de 26 de março de 1956;
LXVI.	Lei nº 100, de 26 de março de 1956;
LXVII.	Lei nº 101, de 26 de março de 1956;
LXVIII.	Lei nº 102, de 26 de março de 1956;
LXIX.	Lei nº 103, de 26 de março de 1956;
LXX.	Lei nº 104, de 26 de março de 1956;
LXXI.	Lei nº 105, de 26 de março de 1956;
LXXII.	Lei nº 106, de 26 de março de 1956;
LXXIII.	Lei nº 107, de 26 de março de 1956;
LXXIV.	Lei nº 108, de 26 de março de 1956;
LXXV.	Lei nº 109, de 16 de abril de 1956;
LXXVI.	Lei nº 110, de 16 de abril de 1956;
LXXVII.	Lei nº 112, de 7 de maio de 1956;
LXXVIII.	Lei nº 113, de 7 de maio de 1956;
LXXIX.	Lei nº 114, de 7 de maio de 1956;
LXXX.	Lei nº 115, de 7 de maio de 1956;
LXXXI.	Lei nº 116, de 31 de maio de 1956;
LXXXII.	Lei nº 117, de 31 de maio de 1956;
LXXXIII.	Lei nº 118, de 26 de junho de 1956;
LXXXIV.	Lei nº 119, de 26 de junho de 1956;
LXXXV.	Lei nº 120, de 26 de junho de 1956;
LXXXVI.	Lei nº 121, de 26 de junho de 1956;
LXXXVII.	Lei nº 122, de 26 de junho de 1956;
LXXXVIII.	Lei nº 122-A, de 28 de dezembro de 1956;
LXXXIX.	Lei nº 123, de 31 de dezembro de 1956;
XC.	Lei nº 127, de 31 de dezembro de 1956;
XCI.	Lei nº 128, de 31 de dezembro de 1956;
XCII.	Lei nº 129, de 31 de dezembro de 1956;
XCIII.	Lei nº 130, de 31 de dezembro de 1956;
XCIV.	Lei nº 131, de 31 de dezembro de 1956;
XCV.	Lei nº 132, de 31 de dezembro de 1956;
XCVI.	Lei nº 133, de 31 de dezembro de 1956;
XCVII.	Lei nº 134, de 31 de dezembro de 1956;
XCVIII.	Lei nº 135, de 31 de dezembro de 1956;
XCIX.	Lei nº 136, de 28 de dezembro de 1956;
C.	Lei nº 1, de 15 de março de 1957;
CI.	Lei nº 2, de 15 de março de 1957;
CII.	Lei nº 3, de 15 de março de 1957;
CIII.	Lei nº 4, de 15 de março de 1957;
CIV.	Lei nº 5, de 15 de março de 1957;
CV.	Lei nº 6, de 15 de março de 1957;
CVI.	Lei nº 7, de 15 de março de 1957;
CVII.	Lei nº 8, de 15 de março de 1957;
CVIII.	Lei nº 9, de 15 de março de 1957;
CIX.	Lei nº 10, de 15 de março de 1957;
CX.	Lei nº 11, de 17 de junho de 1957;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

CXI.	Lei nº 12, de 17 de junho de 1957;
CXII.	Lei nº 13, de 17 de junho de 1957;
CXIII.	Lei nº 14, de 17 de junho de 1957;
CXIV.	Lei nº 15, de 17 de julho de 1957;
CXV.	Lei nº 16, de 17 de junho de 1957;
CXVI.	Lei nº 17, de 17 de junho de 1957;
CXVII.	Lei nº 18, de 17 de junho de 1957;
CXVIII.	Lei nº 19, de 17 de julho de 1957;
CXIX.	Lei nº 20, de 17 de junho de 1957;
CXX.	Lei nº 21, de 17 de junho de 1957;
CXXI.	Lei nº 22, de 1957;
CXXII.	Lei nº 23, de 17 de junho de 1957;
CXXIII.	Lei nº 25, de 17 de junho de 1957;
CXXIV.	Lei nº 26, de 17 de junho de 1957;
CXXV.	Lei nº 27, de 17 de junho de 1957;
CXXVI.	Lei nº 28, de 17 de junho de 1957;
CXXVII.	Lei nº 29, de 26 de setembro de 1957;
CXXVIII.	Lei nº 30, de 27 de setembro de 1957;
CXXIX.	Lei nº 31, de 18 de junho de 1958;
CXXX.	Lei nº 32, de 18 de junho de 1958;
CXXXI.	Lei nº 33, de 18 de junho de 1958;
CXXXII.	Lei nº 34, de 8 de novembro de 1957;
CXXXIII.	Lei nº 35, de 18 de junho de 1957;
CXXXIV.	Lei nº 36, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXV.	Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXVI.	Lei nº 38, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXVII.	Lei nº 39, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXVIII.	Lei nº 40, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXIX.	Lei nº 41, de 12 de dezembro de 1957;
CXL.	Lei nº 42, de 12 de dezembro de 1957;
CXLI.	Lei nº 43, de 12 de dezembro de 1957;
CXLII.	Lei nº 44, de 18 de junho de 1957;
CXLIII.	Lei nº 45, de 18 de junho de 1957;
CXLIV.	Lei nº 46, de 18 de junho de 1957;
CXLV.	Lei nº 1, de 28 de fevereiro de 1958;
CXLVI.	Lei nº 2, de 10 de junho de 1958;
CXLVII.	Lei nº 2A, de 4 de março de 1958;
CXLVIII.	Lei nº 3, de 17 de julho de 1958;
CXLIX.	Lei nº 4, de 13 de março de 1958;
CL.	Lei nº 5, de 18 de junho de 1958;
CLI.	Lei nº 6, de 18 de junho de 1958;
CLII.	Lei nº 7, de 21 de maio de 1958;
CLIII.	Lei nº 8, de 18 de junho de 1958;
CLIV.	Lei nº 9, de 18 de junho de 1958;
CLV.	Lei nº 10, de 18 de junho de 1958;
CLVI.	Lei nº 11, de 20 de junho de 1958;
CLVII.	Lei nº 13, de 20 de junho de 1958;
CLVIII.	Lei nº 14, de 18 de junho de 1958;
CLIX.	Lei nº 15, de 17 de julho de 1958;
CLX.	Lei nº 16, de 16 de julho de 1958;

CLXI.	Lei nº 17, de 16 de julho de 1958;
CLXII.	Lei nº 18, de 16 de julho de 1958;
CLXIII.	Lei nº 19, de 17 de julho de 1958;
CLXIV.	Lei nº 20, de 10 de julho de 1958;
CLXV.	Lei nº 21, de 22 de dezembro de 1958;
CLXVI.	Lei nº 22, de 20 de dezembro de 1958;
CLXVII.	Lei nº 23, de 20 de dezembro de 1958;
CLXVIII.	Lei nº 24, de 20 de dezembro de 1958;
CLXIX.	Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1958;
CLXX.	Lei nº 26, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXI.	Lei nº 27, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXII.	Lei nº 28, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXIII.	Lei nº 29, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXIV.	Lei nº 30, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXV.	Lei nº 1, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXVI.	Lei nº 2, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXVII.	Lei nº 3, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXVIII.	Lei nº 4, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXIX.	Lei nº 5, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXX.	Lei nº 6, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXI.	Lei nº 7, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXII.	Lei nº 10, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXIII.	Lei nº 15, de 16 de junho de 1959;
CLXXXIV.	Lei nº 16, de 20 de junho de 1959;
CLXXXV.	Lei nº 17, de 20 de junho de 1959;
CLXXXVI.	Lei nº 18, de 20 de junho de 1959;
CLXXXVII.	Lei nº 19, de 2 de julho de 1959;
CLXXXVIII.	Lei nº 21, de 2 de julho de 1959;
CLXXXIX.	Lei nº 22, de 2 de julho de 1959;
CXC.	Lei nº 23, de 2 de julho de 1959;
CXCI.	Lei nº 24, de 2 de julho de 1959;
CXCII.	Lei nº 25, de 7 de julho de 1959;
CXCIII.	Lei nº 26, de 4 de outubro de 1959;
CXCIV.	Lei nº 27, de 4 de outubro de 1959;
CXCV.	Lei nº 29, de 14 de outubro de 1959;
CXCVI.	Lei nº 30, de 17 de outubro de 1959;
CXCVII.	Lei nº 31, de 17 de outubro de 1959;
CXCVIII.	Lei nº 33, de 17 de outubro de 1959;
CXCIX.	Lei nº 36, de 23 de outubro de 1959;
CC.	Lei nº 37, de 23 de outubro de 1959;
CCI.	Lei nº 38, de 23 de outubro de 1959;
CCII.	Lei nº 39, de 23 de outubro de 1959;
CCIII.	Lei nº 40, de 23 de outubro de 1959;
CCIV.	Lei nº 41, de 10 de outubro de 1959;
CCV.	Lei nº 42, de 22 de outubro de 1959;
CCVI.	Lei nº 43, de 23 de outubro de 1959;
CCVII.	Lei nº 44, de 23 de outubro de 1959;
CCVIII.	Lei nº 45, de 17 de outubro de 1959;
CCIX.	Lei nº 1, de 10 de abril de 1960;
CCX.	Lei nº 1-A, de 13 de fevereiro de 1960;

CCXI.	Lei nº 3, de 12 de abril de 1960;
CCXII.	Lei nº 4, de 14 de abril de 1960;
CCXIII.	Lei nº 4-A, de 23 de maio de 1960;
CCXIV.	Lei nº 5, de 4 de abril de 1960;
CCXV.	Lei nº 6, de 10 de abril de 1960;
CCXVI.	Lei nº 7, de 10 de abril de 1960;
CCXVII.	Lei nº 8, de 29 de março de 1960;
CCXVIII.	Lei nº 9, de 29 de março de 1960;
CCXIX.	Lei nº 10, de 29 de março de 1960;
CCXX.	Lei nº 11, de 29 de março de 1960;
CCXXI.	Lei nº 12, de 29 de outubro 1960;
CCXXII.	Lei nº 13, de 29 de outubro de 1960;
CCXXIII.	Lei nº 14, de 29 de outubro de 1960;
CCXXIV.	Lei nº 15, de 29 de outubro de 1960;
CCXXV.	Lei nº 16, de 29 de outubro de 1960;
CCXXVI.	Lei nº 17, de 29 de outubro de 1960;
CCXXVII.	Lei nº 18, de 14 de abril de 1960;
CCXXVIII.	Lei nº 19, de 29 de outubro 1960;
CCXXIX.	Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1961;
CCXXX.	Lei nº 2, de 11 de março de 1961;
CCXXXI.	Lei nº 3, de 11 de março de 1961;
CCXXXII.	Lei nº 4, de 11 de março de 1961;
CCXXXIII.	Lei nº 5, de 11 de março de 1961;
CCXXXIV.	Lei nº 6, de 11 de março de 1961;
CCXXXV.	Lei nº 7, de 26 de março de 1961;
CCXXXVI.	Lei nº 8, de 26 de março de 1961;
CCXXXVII.	Lei nº 9, de 14 de abril de 1961;
CCXXXVIII.	Lei nº 12, de 15 de abril de 1961;
CCXXXIX.	Lei nº 13, de 15 de abril de 1961;
CCXL.	Lei nº 14, de junho de 1961;
CCXLI.	Lei nº 15, de junho de 1961;
CCXLII.	Lei nº 17, de 30 de junho de 1961;
CCXLIII.	Lei nº 18, de 30 de junho de 1961;
CCXLIV.	Lei nº 19, de 29 de setembro de 1961;
CCXLV.	Lei nº 20, de 29 de setembro de 1961;
CCXLVI.	Lei nº 21, de 16 de outubro de 1961;
CCXLVII.	Lei nº 22, de 8 de novembro de 1961;
CCXLVIII.	Lei nº 23, de 8 de novembro de 1961;
CCXLIX.	Lei nº 24, de 26 de dezembro de 1961;
CCL.	Lei nº 25, de 26 de dezembro de 1961;
CCLI.	Lei nº 26, de 30 de dezembro de 1961;
CCLII.	Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1961;
CCLIII.	Lei nº 1, de 15 de fevereiro de 1962;
CCLIV.	Lei nº 2, de 16 de fevereiro de 1962;
CCLV.	Lei nº 3, de 15 de fevereiro de 1962;
CCLVI.	Lei nº 4, de 7 de março de 1962;
CCLVII.	Lei nº 5, de 23 de maio de 1962;
CCLVIII.	Lei nº 6, de 23 de maio de 1962;
CCLIX.	Lei nº 7, de 23 de maio de 1962;
CCLX.	Lei nº 8, de 31 de julho de 1962;

CCLXI.	Lei nº 9, de 31 de julho de 1962;
CCLXII.	Lei nº 10, de 31 de julho de 1962;
CCLXIII.	Lei nº 11, de 31 de julho de 1962;
CCLXIV.	Lei nº 12, de 31 de julho de 1962;
CCLXV.	Lei nº 13, de 31 de julho de 1962;
CCLXVI.	Lei nº 14, de 5 de outubro de 1962;
CCLXVII.	Lei nº 15, de 28 de novembro de 1962;
CCLXVIII.	Lei nº 16, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXIX.	Lei nº 17, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXX.	Lei nº 18, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXI.	Lei nº 19, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXII.	Lei nº 20, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXIII.	Lei nº 1, de 16 de janeiro de 1963;
CCLXXIV.	Lei nº 2, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXXV.	Lei nº 3, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXXVI.	Lei nº 4, de 29 de março de 1963;
CCLXXVII.	Lei nº 5, de 30 de março de 1963;
CCLXXVIII.	Lei nº 6, de 30 de março de 1963;
CCLXXIX.	Lei nº 7, de 2 de abril de 1963;
CCLXXX.	Lei nº 8, de 21 de junho de 1963;
CCLXXXI.	Lei nº 9, de 24 de junho de 1963;
CCLXXXII.	Lei nº 10, de 24 de junho de 1963;
CCLXXXIII.	Lei nº 11, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXIV.	Lei nº 12, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXV.	Lei nº 13, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVI.	Lei nº 14, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVII.	Lei nº 15, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVIII.	Lei nº 16, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXXIX.	Lei nº 17, de 21 de setembro de 1963;
CCXC.	Lei nº 18, de 21 de setembro de 1963;
CCXCI.	Lei nº 19, de 21 de setembro de 1963;
CCXCII.	Lei nº 20, de 21 de setembro de 1963;
CCXCIII.	Lei nº 21, de 21 de setembro de 1963;
CCXCIV.	Lei nº 22, de 21 de setembro de 1963;
CCXCV.	Lei nº 23, de 25 de outubro de 1963;
CCXCVI.	Lei nº 25, de 18 de dezembro de 1963;
CCXCVII.	Lei nº 26, de 18 de dezembro de 1963;
CCXCVIII.	Lei nº 27, de 18 de dezembro de 1963;
CCXCIX.	Lei nº 2, de 15 de junho de 1964;
CCC.	Lei nº 3, de 15 de junho de 1964;
CCCI.	Lei nº 4, de 15 de junho de 1964;
CCCII.	Lei nº 5, de 15 de junho de 1964;
CCCIII.	Lei nº 6, de 15 de junho de 1964;
CCCIV.	Lei nº 7, de 6 de julho de 1964;
CCCV.	Lei nº 8, de 6 de julho de 1964;
CCCVI.	Lei nº 9, de 6 de julho de 1964;
CCCVII.	Lei nº 10, de 18 de agosto de 1964;
CCCVIII.	Lei nº 11, de 20 de agosto de 1964;
CCCIX.	Lei nº 12, de 18 de dezembro de 1964;
CCCX.	Lei nº 13, de 1º de janeiro de 1965;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021
Fls. 8

CCCXI.	Lei nº 13-1, de 24 de dezembro de 1964;
CCCXII.	Lei nº 14, de 30 de dezembro de 1964;
CCCXIII.	Lei nº 15, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXIV.	Lei nº 16, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXV.	Lei nº 17, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXVI.	Lei nº 18, de 1964;
CCCXVII.	Lei nº 1, de 3 de março de 1965;
CCCXVIII.	Lei nº 2, de 8 de março de 1965;
CCCXIX.	Lei nº 3, de 8 de março de 1965;
CCCXX.	Lei nº 4, de 3 de março de 1965;
CCCXXI.	Lei nº 5, de 8 de março de 1965;
CCCXXII.	Lei nº 7, de 13 de março de 1965;
CCCXXIII.	Lei nº 8, de 13 de março de 1965;
CCCXXIV.	Lei nº 9, de 13 de março de 1965;
CCCXXV.	Lei nº 10, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVI.	Lei nº 11, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVII.	Lei nº 12, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVIII.	Lei nº 13, de 8 de abril de 1965;
CCCXXIX.	Lei nº 14, de 9 de abril de 1965;
CCCXXX.	Lei nº 15, de 9 de abril de 1965;
CCCXXXI.	Lei nº 16, de 14 de maio de 1965;
CCCXXXII.	Lei nº 17, de 7 de julho de 1965;
CCCXXXIII.	Lei nº 18, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXIV.	Lei nº 19, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXV.	Lei nº 21, de 6 de julho de 1965;
CCCXXXVI.	Lei nº 22, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXVII.	Lei nº 23, de 7 de junho de 1965;
CCCXXXVIII.	Lei nº 25, de 2 de agosto de 1965;
CCCXXXIX.	Lei nº 26, de 2 de agosto de 1965;
CCCXL.	Lei nº 27, de 3 de agosto de 1965;
CCCXLI.	Lei nº 28, de 3 de agosto de 1965;
CCCXLII.	Lei nº 29, de 9 de setembro de 1965;
CCCXLIII.	Lei nº 30, de 6 de setembro de 1965;
CCCXLIV.	Lei nº 32, de 20 de setembro de 1965;
CCCXLV.	Lei nº 33, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVI.	Lei nº 34, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVII.	Lei nº 35, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVIII.	Lei nº 36, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLIX.	Lei nº 37, de 13 de outubro de 1965;
CCCL.	Lei nº 39, de 13 de outubro de 1965;
CCCLI.	Lei nº 40, de 13 de outubro de 1965;
CCCLII.	Lei nº 41, de 2 de outubro de 1965;
CCCLIII.	Lei nº 42, de 8 de novembro de 1965;
CCCLIV.	Lei nº 43, de 9 de novembro de 1965;
CCCLV.	Lei nº 44, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVI.	Lei nº 45, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVII.	Lei nº 46, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVIII.	Lei nº 47, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLIX.	Lei nº 48, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLX.	Lei nº 49, de 10 de dezembro de 1965;

CCCLXI.	Lei nº 50, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLXII.	Lei nº 51, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXIII.	Lei nº 52, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXIV.	Lei nº 53, de 20 de dezembro de 1965;
CCCLXV.	Lei nº 54, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXVI.	Lei nº 1, de 11 de março de 1966;
CCCLXVII.	Lei nº 2, de 14 de março de 1966;
CCCLXVIII.	Lei nº 3, de 14 de março de 1966;
CCCLXIX.	Lei nº 4, de 14 de março de 1966;
CCCLXX.	Lei nº 5, de 14 de março de 1966;
CCCLXXI.	Lei nº 6, de 14 de março de 1966;
CCCLXXII.	Lei nº 7, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXIII.	Lei nº 8, de 14 de março de 1966;
CCCLXXIV.	Lei nº 9, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXV.	Lei nº 10, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVI.	Lei nº 11, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVII.	Lei nº 12, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVIII.	Lei nº 13, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXIX.	Lei nº 14, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXX.	Lei nº 15, de 3 de maio de 1966;
CCCLXXXI.	Lei nº 16, de 3 de maio de 1966;
CCCLXXXII.	Lei nº 17, de 2 de maio de 1966;
CCCLXXXIII.	Lei nº 18, de 8 de junho de 1966;
CCCLXXXIV.	Lei nº 19, de 13 de junho de 1966;
CCCLXXXV.	Lei nº 20, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXXVI.	Lei nº 21, de 6 de junho de 1966;
CCCLXXXVII.	Lei nº 22, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXXVIII.	Lei nº 23, de 6 de julho de 1966;
CCCLXXXIX.	Lei nº 25, de 4 de julho de 1966;
CCCXC.	Lei nº 26, de 5 de julho de 1966;
CCCXCI.	Lei nº 27, de 6 de julho de 1966;
CCCXCII.	Lei nº 28, de 6 de julho de 1966;
CCCXCIII.	Lei nº 29, de 1º de agosto de 1966;
CCCXCIV.	Lei nº 31, de 1º de agosto de 1966;
CCCXCV.	Lei nº 32, de 2 de agosto de 1966;
CCCXCVI.	Lei nº 33, de 2 de agosto de 1966;
CCCXCVII.	Lei nº 34, de 2 de agosto de 1966;
CCCXCVIII.	Lei nº 36, de 3 de agosto de 1966;
CCCXCIX.	Lei nº 37, de 2 de setembro de 1966;
CD.	Lei nº 38, de 12 de setembro de 1966;
CDI.	Lei nº 39, de 5 de outubro de 1966;
CDII.	Lei nº 40, de 5 de outubro de 1966;
CDIII.	Lei nº 41, de 5 de outubro de 1966;
CDIV.	Lei nº 42, de 6 de dezembro de 1966;
CDV.	Lei nº 43, de 6 de dezembro de 1966;
CDVI.	Lei nº 45, de 15 de dezembro de 1966;
CDVII.	Lei nº 49, de 28 de dezembro de 1966;
CDVIII.	Lei nº 1, de 3 de fevereiro de 1967;
CDIX.	Lei nº 2, de 3 de fevereiro de 1967;
CDX.	Lei nº 3, de 14 de fevereiro de 1967;

CDXI.	Lei nº 4, de 14 de fevereiro de 1967;
CDXII.	Lei nº 5, de 7 de abril de 1967;
CDXIII.	Lei nº 6, de 7 de abril de 1967;
CDXIV.	Lei nº 7, de 11 de abril de 1967;
CDXV.	Lei nº 8, de 5 de maio de 1967;
CDXVI.	Lei nº 9, de 5 de junho de 1967;
CDXVII.	Lei nº 10, de 5 de junho de 1967;
CDXVIII.	Lei nº 11, de 5 de junho de 1967;
CDXIX.	Lei nº 14, de 7 de julho de 1967;
CDXX.	Lei nº 16, de 12 de setembro de 1967;
CDXXI.	Lei nº 17, de 12 de setembro de 1967;
CDXXII.	Lei nº 18, de 12 de setembro de 1967;
CDXXIII.	Lei nº 19, de 13 de setembro de 1967;
CDXXIV.	Lei nº 20, de 13 de setembro de 1967;
CDXXV.	Lei nº 21, de 13 de setembro de 1967;
CDXXVI.	Lei nº 22, de 13 de setembro de 1967;
CDXXVII.	Lei nº 23, de 12 de outubro de 1967;
CDXXVIII.	Lei nº 24, de 7 de novembro de 1967;
CDXXIX.	Lei nº 25, de 7 de novembro de 1967;
CDXXX.	Lei nº 26, de 7 de novembro de 1967;
CDXXXI.	Lei nº 27, de 13 de novembro de 1967;
CDXXXII.	Lei nº 28, de 6 de dezembro de 1967;
CDXXXIII.	Lei nº 29, de 6 de dezembro de 1967;
CDXXXIV.	Lei nº 1, de 15 de janeiro de 1968;
CDXXXV.	Lei nº 2, de 5 de abril de 1968;
CDXXXVI.	Lei nº 4, de 5 de abril de 1968;
CDXXXVII.	Lei nº 5, de 2 de abril de 1968;
CDXXXVIII.	Lei nº 7, de 17 de junho de 1968;
CDXXXIX.	Lei nº 8, de 17 de junho de 1968;
CDXL.	Lei nº 9, de 17 de junho de 1968;
CDXLI.	Lei nº 11, de 17 de junho de 1968;
CDXLII.	Lei nº 12, de 17 de junho de 1968;
CDXLIII.	Lei nº 13, de 16 de junho de 1968;
CDXLIV.	Lei nº 14, de 17 de junho de 1968;
CDXLV.	Lei nº 15, de 4 de julho de 1968;
CDXLVI.	Lei nº 16, de 7 de outubro de 1968;
CDXLVII.	Lei nº 17, de 7 de outubro de 1968;
CDXLVIII.	Lei nº 18, de 8 de outubro de 1968;
CDXLIX.	Lei nº 20, de 8 de outubro de 1968;
CDL.	Lei nº 21, de 8 de outubro de 1968;
CDLI.	Lei nº 22, de 8 de outubro de 1968;
CDLII.	Lei nº 23, de 4 de dezembro de 1968;
CDLIII.	Lei nº 24, de 4 de dezembro de 1968;
CDLIV.	Lei nº 26, de 4 de dezembro de 1968;
CDLV.	Lei nº 27, de 4 de dezembro de 1968;
CDLVI.	Lei nº 28, de 4 de dezembro de 1968;
CDLVII.	Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1968;
CDLVIII.	Lei nº 30, de 5 de dezembro de 1968;
CDLIX.	Lei nº 31, de 5 de dezembro de 1968;
CDLX.	Lei nº 1, de 11 de março de 1969;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

CDLXI.	Lei nº 2, de 8 de abril de 1969;
CDLXII.	Lei nº 3, de 9 de abril de 1969;
CDLXIII.	Lei nº 4, de 9 de abril de 1969;
CDLXIV.	Lei nº 5, de 11 de abril de 1969;
CDLXV.	Lei nº 6, de 9 de maio de 1969;
CDLXVI.	Lei nº 7, de 18 de maio de 1969;
CDLXVII.	Lei nº 8, de 20 de maio de 1969;
CDLXVIII.	Lei nº 9, de 20 de maio de 1969;
CDLXIX.	Lei nº 12, de 16 de julho de 1969;
CDLXX.	Lei nº 14, de 6 de agosto de 1969;
CDLXXI.	Lei nº 15, de 8 de agosto de 1969;
CDLXXII.	Lei nº 16, de 10 de setembro de 1969;
CDLXXIII.	Lei nº 17, de 6 de setembro de 1969;
CDLXXIV.	Lei nº 18, de 12 de setembro de 1969;
CDLXXV.	Lei nº 21, de 5 de novembro de 1969;
CDLXXVI.	Lei nº 22, de 5 de novembro de 1969;
CDLXXVII.	Lei nº 24, de 5 de novembro de 1969;
CDLXXVIII.	Lei nº 25, de 6 de novembro de 1969;
CDLXXIX.	Lei nº 26, de 7 de novembro de 1969;
CDLXXX.	Lei nº 27, de 7 de novembro de 1969;
CDLXXXI.	Lei nº 29, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXXII.	Lei nº 30, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXXIII.	Lei nº 31, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXXIV.	Lei nº 32, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXXV.	Lei nº 33, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXXVI.	Lei nº 34, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXXVII.	Lei nº 35, de 8 de abril de 1970;
CDLXXXVIII.	Lei nº 41, de 2 de junho de 1970;
CDLXXXIX.	Lei nº 42, de 26 de junho de 1970;
CDXC.	Lei nº 43, de 26 de junho de 1970;
CDXCI.	Lei nº 44, de 7 de julho de 1970;
CDXCII.	Lei nº 45, de 11 de agosto de 1970;
CDXCIII.	Lei nº 46, de 7 de outubro de 1970;
CDXCIV.	Lei nº 48, de 1º de dezembro de 1970;
CDXCV.	Lei nº 49, de 1º de dezembro de 1970;
CDXCVI.	Lei nº 52, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCVII.	Lei nº 53, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCVIII.	Lei nº 54, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCIX.	Lei nº 55, de 18 de dezembro de 1970;
D.	Lei nº 56, de 18 de dezembro de 1970;
DI.	Lei nº 59, de 11 de maio de 1971;
DII.	Lei nº 60, de 16 de julho de 1971;
DIII.	Lei nº 61, de 10 de agosto de 1971;
DIV.	Lei nº 62, de 10 de agosto de 1971;
DV.	Lei nº 63, de 18 de agosto de 1971;
DVI.	Lei nº 67, de 10 de setembro de 1971;
DVII.	Lei nº 68, de 10 de setembro de 1971;
DVIII.	Lei nº 69, de 10 de setembro de 1971;
DIX.	Lei nº 69, de 10 de setembro de 1971;
DX.	Lei nº 70, de 5 de outubro de 1971;

DXI.	Lei nº 71, de 6 de outubro de 1971;
DXII.	Lei nº 72, de 9 de novembro de 1971;
DXIII.	Lei nº 73, de 9 de novembro de 1971;
DXIV.	Lei nº 75, de 9 de novembro de 1971;
DXV.	Lei nº 76, de 9 de novembro de 1971;
DXVI.	Lei nº 77, de 9 de novembro de 1971;
DXVII.	Lei nº 79, de 10 de novembro de 1971;
DXVIII.	Lei nº 80, de 15 de dezembro de 1971;
DXIX.	Lei nº 81, de 28 de dezembro de 1971;
DXX.	Lei nº 82, de 28 de dezembro de 1971;
DXXI.	Lei nº 83, de 28 de dezembro de 1971;
DXXII.	Lei nº 84, de 28 de dezembro de 1971;
DXXIII.	Lei nº 85, de 28 de dezembro de 1971;
DXXIV.	Lei nº 86, de 29 de fevereiro de 1972;
DXXV.	Lei nº 92, de 20 de fevereiro de 1972;
DXXVI.	Lei nº 94, de 29 de fevereiro de 1972;
DXXVII.	Lei nº 97, de 1972;
DXXVIII.	Lei nº 98, de 19 de abril de 1972;
DXXIX.	Lei nº 100, de 10 de maio de 1972;
DXXX.	Lei nº 102, de 27 de junho de 1972;
DXXXI.	Lei nº 103, de 6 de julho de 1972;
DXXXII.	Lei nº 104, de 27 de julho de 1972;
DXXXIII.	Lei nº 105, de 6 de julho de 1972;
DXXXIV.	Lei nº 108, de 28 de agosto de 1972;
DXXXV.	Lei nº 109, de 19 de dezembro de 1972;
DXXXVI.	Lei nº 111, de 19 de dezembro de 1972;
DXXXVII.	Lei nº 112, de 19 de dezembro de 1972;
DXXXVIII.	Lei nº 115, de 19 de dezembro de 1972;
DXXXIX.	Lei nº 117, de 19 de dezembro de 1972;
DXL.	Lei nº 118, de 19 de dezembro de 1972;
DXLI.	Lei nº 120, de 21 de março de 1973;
DXLII.	Lei nº 121, de 6 de abril de 1973;
DXLIII.	Lei nº 122, de 6 de abril de 1973;
DXLIV.	Lei nº 124, de 6 de abril de 1973;
DXLV.	Lei nº 125, de 10 de maio de 1973;
DXLVI.	Lei nº 126, de 10 de maio de 1973;
DXLVII.	Lei nº 128, de 13 de julho de 1973;
DXLVIII.	Lei nº 130, de 31 de agosto de 1973;
DXLIX.	Lei nº 132, de 31 de agosto de 1973;
DL.	Lei nº 133, de 31 de agosto de 1973;
DLI.	Lei nº 135, de 31 de agosto de 1973;
DLII.	Lei nº 136, 6 de setembro de 1973;
DLIII.	Lei nº 137, de 6 de setembro de 1973;
DLIV.	Lei nº 138, de 6 de setembro de 1973;
DLV.	Lei nº 139, de 6 de setembro de 1973;
DLVI.	Lei nº 140, de 8 de setembro de 1973;
DLVII.	Lei nº 143, de 2 de outubro de 1973;
DLVIII.	Lei nº 144, de 9 de novembro de 1973;
DLIX.	Lei nº 145, de 9 de novembro de 1973;
DLX.	Lei nº 146, de 28 de novembro de 1973;

DLXI.	Lei nº 147, de 28 de novembro de 1973;
DLXII.	Lei nº 148, de 30 de novembro de 1973;
DLXIII.	Lei nº 149, de 2 de dezembro de 1973;
DLXIV.	Lei nº 150, de 2 de dezembro de 1973;
DLXV.	Lei nº 151, de 2 de dezembro de 1973;
DLXVI.	Lei nº 152, de 2 de dezembro de 1973;
DLXVII.	Lei nº 153, de 2 de dezembro de 1973;
DLXVIII.	Lei nº 154, de 5 de dezembro de 1973;
DLXIX.	Lei nº 156, de 5 de dezembro de 1973;
DLXX.	Lei nº 157, de 8 de abril de 1974;
DLXXI.	Lei nº 158, de 8 de abril de 1974;
DLXXII.	Lei nº 160, de 9 de maio de 1974;
DLXXIII.	Lei nº 161, de 9 de maio de 1974;
DLXXIV.	Lei nº 163, de 22 de agosto de 1974;
DLXXV.	Lei nº 164, de 22 de agosto de 1974;
DLXXVI.	Lei nº 165, de 9 de setembro de 1974;
DLXXVII.	Lei nº 166, de 9 de setembro de 1974;
DLXXVIII.	Lei nº 167, de 9 de setembro de 1974;
DLXXIX.	Lei nº 169, de 1º de outubro de 1974;
DLXXX.	Lei nº 170, de 1º de outubro de 1974;
DLXXXI.	Lei nº 171, de 10 de outubro de 1974;
DLXXXII.	Lei nº 172, de 6 de novembro de 1974;
DLXXXIII.	Lei nº 173, de 6 de novembro de 1974;
DLXXXIV.	Lei nº 174, de 18 de novembro de 1974;
DLXXXV.	Lei nº 175, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXXVI.	Lei nº 176, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXXVII.	Lei nº 177, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXXVIII.	Lei nº 178, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXXIX.	Lei nº 179, de 9 de dezembro de 1974;
DXC.	Lei nº 181, de 12 de maio de 1975;
DXCI.	Lei nº 182, de 12 de maio de 1975;
DXCII.	Lei nº 183, de 12 de maio de 1975;
DXCIII.	Lei nº 184, de 12 de maio de 1975;
DXCIV.	Lei nº 185, de 12 de maio de 1975;
DXCV.	Lei nº 186, de 11 de junho de 1975;
DXCVI.	Lei nº 187, de 11 de junho de 1975;
DXCVII.	Lei nº 188, de 17 de julho de 1975;
DXCVIII.	Lei nº 189, de 17 de julho de 1975;
DXCIX.	Lei nº 190, de 17 de julho de 1975;
DC.	Lei nº 191, de 21 de julho de 1975;
DCI.	Lei nº 195, de 10 de setembro de 1975;
DCII.	Lei nº 196, de 9 de outubro de 1975;
DCIII.	Lei nº 197, de 9 de outubro de 1975;
DCIV.	Lei nº 199, de 13 de outubro de 1975;
DCV.	Lei nº 200, de 13 de outubro de 1975;
DCVI.	Lei nº 201, de 14 de outubro de 1975;
DCVII.	Lei nº 202, de 6 de novembro de 1975;
DCVIII.	Lei nº 203, de 13 de outubro de 1975;
DCIX.	Lei nº 204, de 9 de dezembro de 1975;
DCX.	Lei nº 206, de 12 de dezembro de 1975;

DCXI.	Lei nº 207, de 12 de dezembro de 1975;
DCXII.	Lei nº 212, de 22 de março de 1976;
DCXIII.	Lei nº 215, de 25 de março de 1976;
DCXIV.	Lei nº 216, de 25 de março de 1976;
DCXV.	Lei nº 217, de 12 de abril de 1976;
DCXVI.	Lei nº 218, de 22 de junho de 1976;
DCXVII.	Lei nº 219, de 22 de junho de 1976;
DCXVIII.	Lei nº 221, de 22 de junho de 1976;
DCXIX.	Lei nº 222, de 2 de julho de 1976;
DCXX.	Lei nº 223, de 2 de julho de 1976;
DCXXI.	Lei nº 224, de 5 de agosto de 1976;
DCXXII.	Lei nº 225, de 5 de agosto de 1976;
DCXXIII.	Lei nº 226, de 5 de agosto de 1976;
DCXXIV.	Lei nº 227, de 5 de agosto de 1976;
DCXXV.	Lei nº 228, de 5 de agosto de 1976;
DCXXVI.	Lei nº 229, de 15 de setembro de 1976;
DCXXVII.	Lei nº 230, de 15 de setembro de 1976;
DCXXVIII.	Lei nº 231, de 15 de setembro de 1976;
DCXXIX.	Lei nº 232, de 16 de setembro de 1976;
DCXXX.	Lei nº 236, de 18 de outubro de 1976;
DCXXXI.	Lei nº 237, de 18 de outubro de 1976;
DCXXXII.	Lei nº 239, de 29 de novembro de 1976;
DCXXXIII.	Lei nº 240, de 11 de novembro de 1976;
DCXXXIV.	Lei nº 241, de 17 de novembro de 1976;
DCXXXV.	Lei nº 242, de 30 de novembro de 1976;
DCXXXVI.	Lei nº 243, de 15 de dezembro de 1976;
DCXXXVII.	Lei nº 244, de 16 de dezembro de 1976;
DCXXXVIII.	Lei nº 245, de 16 de dezembro de 1976;
DCXXXIX.	Lei nº 246, de 26 de janeiro de 1977;
DCXL.	Lei nº 247, de 24 de janeiro de 1977;
DCXLI.	Lei nº 248, de 26 de janeiro de 1977;
DCXLII.	Lei nº 249, de 11 de março de 1977;
DCXLIII.	Lei nº 250, de 14 de março de 1977;
DCXLIV.	Lei nº 252, de 14 de março de 1977;
DCXLV.	Lei nº 253, de 14 de março de 1977;
DCXLVI.	Lei nº 254, de 14 de março de 1977;
DCXLVII.	Lei nº 255, de 13 de abril de 1977;
DCXLVIII.	Lei nº 256, de 14 de abril de 1977;
DCXLIX.	Lei nº 259, de 9 de maio de 1977;
DCL.	Lei nº 260, de 9 de maio de 1977;
DCLI.	Lei nº 261, de 9 de maio de 1977;
DCLII.	Lei nº 262, de 13 de junho de 1977;
DCLIII.	Lei nº 263, de 13 de junho de 1977;
DCLIV.	Lei nº 265, de 14 de junho de 1977;
DCLV.	Lei nº 266, de 14 de junho de 1977;
DCLVI.	Lei nº 267, de 14 de junho de 1977;
DCLVII.	Lei nº 268, de 14 de junho de 1977;
DCLVIII.	Lei nº 270, de 21 de junho de 1977;
DCLIX.	Lei nº 271, de 22 de julho de 1977;
DCLX.	Lei nº 273, de 22 de julho de 1977;

DCLXI.	Lei nº 274, de 22 de julho de 1977;
DCLXII.	Lei nº 275, de 22 de julho de 1977;
DCLXIII.	Lei nº 276, de 22 de julho de 1977;
DCLXIV.	Lei nº 277, de 10 de agosto de 1977;
DCLXV.	Lei nº 279, de 12 de setembro de 1977;
DCLXVI.	Lei nº 281, de 12 de setembro de 1977;
DCLXVII.	Lei nº 282, de 6 de outubro de 1977;
DCLXVIII.	Lei nº 283, de 6 de outubro de 1977;
DCLXIX.	Lei nº 284, de 7 de outubro de 1977;
DCLXX.	Lei nº 285, de 7 de outubro de 1977;
DCLXXI.	Lei nº 287, de 10 de outubro de 1977;
DCLXXII.	Lei nº 288, de 7 de outubro de 1977;
DCLXXIII.	Lei nº 289, de 11 de novembro de 1977;
DCLXXIV.	Lei nº 290, de 11 de novembro de 1977;
DCLXXV.	Lei nº 291, de 11 de novembro de 1977;
DCLXXVI.	Lei nº 292, de 21 de novembro de 1977;
DCLXXVII.	Lei nº 294, de 1º de dezembro de 1977;
DCLXXVIII.	Lei nº 295, de 1 de dezembro de 1977;
DCLXXIX.	Lei nº 296, de 6 de dezembro de 1977;
DCLXXX.	Lei nº 298, de 12 de dezembro de 1977;
DCLXXXI.	Lei nº 299, de 9 de janeiro de 1978;
DCLXXXII.	Lei nº 300, de 10 de março de 1978;
DCLXXXIII.	Lei nº 301, de 10 de março de 1978;
DCLXXXIV.	Lei nº 302, de 13 de março de 1978;
DCLXXXV.	Lei nº 303, de 17 de março de 1978;
DCLXXXVI.	Lei nº 304, de 17 de março de 1978;
DCLXXXVII.	Lei nº 305, de 21 de março de 1978;
DCLXXXVIII.	Lei nº 309, de 12 de abril de 1978;
DCLXXXIX.	Lei nº 310, de 12 de abril de 1978;
DCXC.	Lei nº 311, de 19 de junho de 1978;
DCXCI.	Lei nº 312, de 27 de julho de 1978;
DCXCII.	Lei nº 313, de 17 de agosto de 1978;
DCXCIII.	Lei nº 315, de 29 de setembro de 1978;
DCXCIV.	Lei nº 316, de 29 de setembro de 1978;
DCXCV.	Lei nº 317, de 29 de setembro de 1978;
DCXCVI.	Lei nº 318, de 29 de setembro de 1978;
DCXCVII.	Lei nº 319, de 29 de setembro de 1978;
DCXCVIII.	Lei nº 323, de 12 de dezembro de 1978;
DCXCIX.	Lei nº 324, de 12 de dezembro de 1978;
DCC.	Lei nº 325, de 12 de dezembro de 1978;
DCCI.	Lei nº 326, de 12 de dezembro de 1978;
DCCII.	Lei nº 330, de 13 de dezembro de 1978;
DCCIII.	Lei nº 332, de 19 de janeiro de 1979;
DCCIV.	Lei nº 333,de 26 de abril de 1979;
DCCV.	Lei nº 335, de 26 de abril de 1979;
DCCVI.	Lei nº 337, de 15 de maio de 1979;
DCCVII.	Lei nº 340, de 13 de junho de 1979;
DCCVIII.	Lei nº 342, de 3 de setembro de 1979;
DCCIX.	Lei nº 344, de 20 de setembro de 1979;
DCCX.	Lei nº 345, de 27 de setembro de 1979;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls. 16
Visto

DCCXI.	Lei nº 346, de 4 de outubro de 1979;
DCCXII.	Lei nº 349, de 17 de outubro de 1979;
DCCXIII.	Lei nº 350, de 17 de outubro de 1979;
DCCXIV.	Lei nº 351, de 13 de novembro de 1979;
DCCXV.	Lei nº 353, de 13 de novembro de 1979;
DCCXVI.	Lei nº 354, de 13 de novembro de 1979;
DCCXVII.	Lei nº 355, de 21 de novembro de 1979;
DCCXVIII.	Lei nº 356, de 23 de novembro de 1979;
DCCXIX.	Lei nº 358, de 30 de novembro de 1979;
DCCXX.	Lei nº 359, de 5 de dezembro de 1979;
DCCXXI.	Lei nº 360, de 5 de dezembro de 1979;
DCCXXII.	Lei nº 361, de 6 de dezembro de 1979;
DCCXXIII.	Lei nº 362, de 6 de dezembro de 1979;
DCCXXIV.	Lei nº 363, de 20 de dezembro de 1979;
DCCXXV.	Lei nº 365, de 2 de maio de 1980;
DCCXXVI.	Lei nº 368, de 14 de maio de 1980;
DCCXXVII.	Lei nº 370, de 21 de maio de 1980;
DCCXXVIII.	Lei nº 376, de 12 de agosto de 1980;
DCCXXIX.	Lei nº 377, de 26 de agosto de 1980;
DCCXXX.	Lei nº 378, de 2 de setembro de 1980;
DCCXXXI.	Lei nº 379, de 16 de setembro de 1980;
DCCXXXII.	Lei nº 380, de 29 de setembro de 1980;
DCCXXXIII.	Lei nº 381, de 29 de setembro de 1980;
DCCXXXIV.	Lei nº 383, de 29 de setembro de 1980;
DCCXXXV.	Lei nº 384, de 7 de outubro de 1980;
DCCXXXVI.	Lei nº 385, de 14 de outubro de 1980;
DCCXXXVII.	Lei nº 386, de 22 de outubro de 1980;
DCCXXXVIII.	Lei nº 387, de 22 de outubro de 1980;
DCCXXXIX.	Lei nº 389, de 4 de novembro de 1980;
DCCXL.	Lei nº 390, de 13 de novembro de 1980;
DCCXLI.	Lei nº 391, de 25 de novembro de 1980;
DCCXLII.	Lei nº 392, de 1º de dezembro de 1980;
DCCXLIII.	Lei nº 395, de 17 de dezembro de 1980;
DCCXLIV.	Lei nº 397, de 4 de março de 1981;
DCCXLV.	Lei nº 398, de 4 de março de 1981;
DCCXLVI.	Lei nº 399, de 4 de março de 1981;
DCCXLVII.	Lei nº 400, de 24 de março de 1981;
DCCXLVIII.	Lei nº 401, de 14 de abril de 1981;
DCCXLIX.	Lei nº 403, de 12 de maio de 1981;
DCCL.	Lei nº 404, de 12 de maio de 1981;
DCCLI.	Lei nº 405, de 13 de maio de 1981;
DCCLII.	Lei nº 406, de 13 de maio de 1981;
DCCLIII.	Lei nº 407, de 18 de maio de 1981;
DCCLIV.	Lei nº 408, de 18 de maio de 1981;
DCCLV.	Lei nº 409, de 17 de junho de 1981;
DCCLVI.	Lei nº 410, de 17 de junho de 1981;
DCCLVII.	Lei nº 412, de 28 de agosto de 1981;
DCCLVIII.	Lei nº 413, de 28 de agosto de 1981;
DCCLIX.	Lei nº 414, de 3 de setembro de 1981;
DCCLX.	Lei nº 416, de 14 de setembro de 1981;

DCCLXI.	Lei nº 419, de 9 de outubro de 1981;
DCCLXII.	Lei nº 420, de 20 de outubro de 1981;
DCCLXIII.	Lei nº 422, de 28 de outubro de 1981;
DCCLXIV.	Lei nº 424, de 16 de novembro de 1981;
DCCLXV.	Lei nº 425, de 20 de novembro de 1981;
DCCLXVI.	Lei nº 426, de 20 de novembro de 1981;
DCCLXVII.	Lei nº 427, de 30 de novembro de 1981;
DCCLXVIII.	Lei nº 426, de 20 de novembro de 1981;
DCCLXIX.	Lei nº 428, de 30 de novembro de 1981;
DCCLXX.	Lei nº 429, de 24 de março de 1982;
DCCLXXI.	Lei nº 430, de 24 de março de 1982;
DCCLXXII.	Lei nº 432, de 1º de abril de 1982;
DCCLXXIII.	Lei nº 433, de 6 de abril de 1982;
DCCLXXIV.	Lei nº 436, de 28 de abril de 1982;
DCCLXXV.	Lei nº 438, de 17 de maio de 1982;
DCCLXXVI.	Lei nº 441, de 2 de junho de 1982;
DCCLXXVII.	Lei nº 442, de 1º de julho de 1982;
DCCLXXVIII.	Lei nº 443, de 1º de julho de 1982;
DCCLXXIX.	Lei nº 445, de 1º de julho de 1982;
DCCLXXX.	Lei nº 447, de 5 de julho de 1982;
DCCLXXXI.	Lei nº 448, de 5 de julho de 1982;
DCCLXXXII.	Lei nº 451, de 6 de setembro de 1982;
DCCLXXXIII.	Lei nº 452, de 26 de outubro de 1982;
DCCLXXXIV.	Lei nº 456, de 22 de novembro de 1982;
DCCLXXXV.	Lei nº 457, de 29 de novembro de 1982;
DCCLXXXVI.	Lei nº 458, de 29 de novembro de 1982;
DCCLXXXVII.	Lei nº 459, de 29 de novembro de 1982;
DCCLXXXVIII.	Lei nº 460, de 29 de novembro de 1982;
DCCLXXXIX.	Lei nº 461, de 2 de dezembro de 1982;
DCCXC.	Lei nº 462, de 6 de dezembro de 1982;
DCCXCI.	Lei nº 463, de 27 de dezembro de 1982;
DCCXCII.	Lei nº 465, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXCIII.	Lei nº 466, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXCIV.	Lei nº 467, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXCV.	Lei nº 468, de 10 de março de 1983;
DCCXCVI.	Lei nº 469, de 15 de abril de 1983;
DCCXCVII.	Lei nº 470, de 22 de abril de 1983;
DCCXCVIII.	Lei nº 471, de 28 de abril de 1983;
DCCXCIX.	Lei nº 473, de 10 de maio de 1983;
DCCC.	Lei nº 474, de 12 de maio de 1983;
DCCCI.	Lei nº 475, de 13 de maio de 1983;
DCCCII.	Lei nº 476, de 20 de maio de 1983;
DCCCIII.	Lei nº 477, de 23 de maio de 1983;
DCCCIV.	Lei nº 478, de 30 de maio de 1983;
DCCCV.	Lei nº 480, de 1º de junho de 1983;
DCCCVI.	Lei nº 481, de 1º de junho de 1983;
DCCCVII.	Lei nº 482, de 3 de junho de 1983;
DCCCVIII.	Lei nº 486, de 21 de junho de 1983;
DCCCIX.	Lei nº 489, de 24 de junho de 1983;
DCCCX.	Lei nº 491, de 24 de junho de 1983;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls. 18
Visto

DCCCXI.	Lei nº 493, de 30 de junho de 1983;
DCCCXII.	Lei nº 495, de 30 de junho de 1983;
DCCCXIII.	Lei nº 496, de 12 de julho de 1983;
DCCCXIV.	Lei nº 497, de 12 de julho de 1983;
DCCCXV.	Lei nº 498, de 29 de agosto de 1983;
DCCCXVI.	Lei nº 499, de 29 de agosto de 1983;
DCCCXVII.	Lei nº 500, de 6 de setembro de 1983;
DCCCXVIII.	Lei nº 501, de 6 de setembro de 1983;
DCCCXIX.	Lei nº 502, de 16 de setembro de 1983;
DCCCXX.	Lei nº 503, de 16 de setembro de 1983;
DCCCXXI.	Lei nº 504, de 16 de setembro de 1983;
DCCCXXII.	Lei nº 505, de 17 de outubro de 1983;
DCCCXXIII.	Lei nº 506, de 17 de outubro de 1983;
DCCCXXIV.	Lei nº 507, de 17 de outubro de 1983;
DCCCXXV.	Lei nº 508, de 17 de outubro de 1983;
DCCCXXVI.	Lei nº 509, de 17 de outubro de 1983;
DCCCXXVII.	Lei nº 511, de 24 de outubro de 1983;
DCCCXXVIII.	Lei nº 512, de 24 de outubro de 1983;
DCCCXXIX.	Lei nº 513, de 24 de outubro de 1983;
DCCCXXX.	Lei nº 514, de 10 de novembro de 1983;
DCCCXXXI.	Lei nº 516, de 18 de novembro de 1983;
DCCCXXXII.	Lei nº 517, de 18 de novembro de 1983;
DCCCXXXIII.	Lei nº 521, de 24 de novembro de 1983;
DCCCXXXIV.	Lei nº 522, de 28 de novembro de 1983;
DCCCXXXV.	Lei nº 523, de 28 de novembro de 1983;
DCCCXXXVI.	Lei nº 524, de 28 de novembro de 1983;
DCCCXXXVII.	Lei nº 525, de 28 de novembro de 1983;
DCCCXXXVIII.	Lei nº 526, de 28 de novembro de 1983;
DCCCXXXIX.	Lei nº 527, de 28 de novembro de 1983;
DCCCXL.	Lei nº 528, de 7 de dezembro de 1983;
DCCCXLI.	Lei nº 531, de 28 de dezembro de 1983;
DCCCXLII.	Lei nº 532, de 28 de dezembro de 1983;
DCCCXLIII.	Lei nº 533, de 28 de dezembro de 1983;
DCCCXLIV.	Lei nº 534, de 27 de março de 1984;
DCCCXLV.	Lei nº 535, de 27 de março de 1984;
DCCCXLVI.	Lei nº 536, de 27 de março de 1984;
DCCCXLVII.	Lei nº 537, de 29 de março de 1984;
DCCCXLVIII.	Lei nº 538, de 3 de abril de 1984;
DCCCXLIX.	Lei nº 539, de 3 de abril de 1984;
DCCCL.	Lei nº 540, de 4 de abril de 1984;
DCCCLI.	Lei nº 541, de 13 de abril de 1984;
DCCCLII.	Lei nº 544, de 13 de abril de 1984;
DCCCLIII.	Lei nº 545, de 7 de maio de 1984;
DCCCLIV.	Lei nº 546, de 11 de junho de 1984;
DCCCLV.	Lei nº 547, de 11 de junho de 1984;
DCCCLVI.	Lei nº 548, de 14 de junho de 1984;
DCCCLVII.	Lei nº 549, de 14 de junho de 1984;
DCCCLVIII.	Lei nº 550, de 2 de julho de 1984;
DCCCLIX.	Lei nº 551, de 2 de julho de 1984;
DCCCLX.	Lei nº 552, de 2 de julho de 1984;

DCCCLXI.	Lei nº 553, de 2 de julho de 1984;
DCCCLXII.	Lei nº 554, de 2 de julho de 1984;
DCCCLXIII.	Lei nº 555, de 2 de julho de 1984;
DCCCLXIV.	Lei nº 557, de 2 de julho de 1984;
DCCCLXV.	Lei nº 558, de 2 de julho de 1984;
DCCCLXVI.	Lei nº 559, de 2 de julho de 1984;
DCCCLXVII.	Lei nº 561, de 2 de julho de 1984;
DCCCLXVIII.	Lei nº 564, de 10 de julho de 1984;
DCCCLXIX.	Lei nº 567, de 16 de julho de 1984;
DCCCLXX.	Lei nº 568, de 31 de julho de 1984;
DCCCLXXI.	Lei nº 570, de 17 de agosto de 1984;
DCCCLXXII.	Lei nº 571, de 17 de agosto de 1984;
DCCCLXXIII.	Lei nº 574, de 10 de setembro de 1984;
DCCCLXXIV.	Lei nº 575, de 10 de setembro de 1984;
DCCCLXXV.	Lei nº 578, de 20 de setembro de 1984;
DCCCLXXVI.	Lei nº 579, de 20 de setembro de 1984;
DCCCLXXVII.	Lei nº 580, de 20 de setembro de 1984;
DCCCLXXVIII.	Lei nº 581, de 20 de setembro de 1984;
DCCCLXXIX.	Lei nº 582, de 28 de setembro de 1984;
DCCCLXXX.	Lei nº 584, de 28 de setembro de 1984;
DCCCLXXXI.	Lei nº 585, de 30 de outubro de 1984;
DCCCLXXXII.	Lei nº 586, de 30 de outubro de 1984;
DCCCLXXXIII.	Lei nº 587, de 30 de outubro de 1984;
DCCCLXXXIV.	Lei nº 589, de 30 de outubro de 1984;
DCCCLXXXV.	Lei nº 590, de 30 de outubro de 1984;
DCCCLXXXVI.	Lei nº 591, de 30 de outubro de 1984;
DCCCLXXXVII.	Lei nº 592, de 19 de novembro de 1984;
DCCCLXXXVIII.	Lei nº 593, de 19 de novembro de 1984;
DCCCLXXXIX.	Lei nº 594, de 19 de novembro de 1984;
DCCCXC.	Lei nº 595, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXCI.	Lei nº 597, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXCII.	Lei nº 598, de 21 de dezembro de 1984;
DCCCXCIII.	Lei nº 600, de 2 de janeiro de 1985;
DCCCXCIV.	Lei nº 601, de 10 de janeiro de 1985;
DCCCXCV.	Lei nº 602, de 23 de abril de 1985;
DCCCXCVI.	Lei nº 603, de 23 de abril de 1985;
DCCCXCVII.	Lei nº 604, de 23 de abril de 1985;
DCCCXCVIII.	Lei nº 605, de 6 de maio de 1985;
DCCCXCIX.	Lei nº 607, de 15 de maio de 1985;
CM.	Lei nº 608, de 15 de maio de 1985;
CMI.	Lei nº 609, de 21 de maio de 1985;
CMII.	Lei nº 611, de 5 de junho de 1985;
CMIII.	Lei nº 614, de 13 de agosto de 1985;
CMIV.	Lei nº 615, de 13 de agosto de 1985;
CMV.	Lei nº 616, de 27 de agosto de 1985;
CMVI.	Lei nº 617, de 27 de agosto de 1985;
CMVII.	Lei nº 618, de 13 de setembro de 1985;
CMVIII.	Lei nº 619, de 13 de setembro de 1985;
CMIX.	Lei nº 620, de 13 de setembro de 1985;
CMX.	Lei nº 621, de 20 de setembro de 1985;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

CMXI.	Lei nº 622, de 4 de outubro de 1985;
CMXII.	Lei nº 624, de 4 de outubro de 1985;
CMXIII.	Lei nº 625, de 11 de outubro de 1985;
CMXIV.	Lei nº 627, de 29 de outubro de 1985;
CMXV.	Lei nº 628, de 31 de outubro de 1985;
CMXVI.	Lei nº 629, de 31 de outubro de 1985;
CMXVII.	Lei nº 630, de 31 de outubro de 1985;
CMXVIII.	Lei nº 631, de 6 de novembro de 1985;
CMXIX.	Lei nº 632, de 11 de novembro de 1985;
CMXX.	Lei nº 633, de 11 de novembro de 1985;
CMXXI.	Lei nº 634, de 12 de novembro de 1985;
CMXXII.	Lei nº 636, de 14 de novembro de 1985;
CMXXIII.	Lei nº 637, de 14 de novembro de 1985;
CMXXIV.	Lei nº 643, de 5 de dezembro de 1985;
CMXXV.	Lei nº 644, de 5 de dezembro de 1985;
CMXXVI.	Lei nº 645, de 5 de dezembro de 1985;
CMXXVII.	Lei nº 646, de 5 de dezembro de 1985;
CMXXVIII.	Lei nº 650, de 17 de março de 1986;
CMXXIX.	Lei nº 651, de 18 de março de 1986;
CMXXX.	Lei nº 654, de 1º de abril de 1986;
CMXXXI.	Lei nº 656, de 9 de abril de 1986;
CMXXXII.	Lei nº 657, de 9 de abril de 1986;
CMXXXIII.	Lei nº 658, de 9 de abril de 1986;
CMXXXIV.	Lei nº 659, de 9 de abril de 1986;
CMXXXV.	Lei nº 660, de 9 de abril de 1986;
CMXXXVI.	Lei nº 661, de 15 de abril de 1986;
CMXXXVII.	Lei nº 662, de 30 de abril de 1986;
CMXXXVIII.	Lei nº 663, de 30 de abril de 1986;
CMXXXIX.	Lei nº 666, de 27 de maio de 1986;
CMXL.	Lei nº 667, de 19 de maio de 1986;
CMXLI.	Lei nº 669, de 29 de maio de 1986;
CMXLII.	Lei nº 670, de 29 de maio de 1986;
CMXLIII.	Lei nº 671, de 29 de maio de 1986;
CMXLIV.	Lei nº 672, de 29 de maio de 1986;
CMXLV.	Lei nº 675, de 20 de junho de 1986;
CMXLVI.	Lei nº 677, de 20 de agosto de 1986;
CMXLVII.	Lei nº 678, de 27 de agosto de 1986;
CMXLVIII.	Lei nº 680, de 2 de setembro de 1986;
CMXLIX.	Lei nº 681, de 20 de outubro de 1986;
CML.	Lei nº 682, de 20 de outubro de 1986;
CMLI.	Lei nº 683, de 18 de novembro de 1986;
CMLII.	Lei nº 686, de 2 de dezembro de 1986;
CMLIII.	Lei nº 687, de 2 de dezembro de 1986;
CMLIV.	Lei nº 688, de 2 de dezembro de 1986;
CMLV.	Lei nº 689, de 2 de dezembro de 1986;
CMLVI.	Lei nº 690, de 2 de dezembro de 1986;
CMLVII.	Lei nº 691, de 5 de dezembro de 1986;
CMLVIII.	Lei nº 692, de 11 de dezembro de 1986;
CMLIX.	Lei nº 693, de 15 de dezembro de 1986;
CMLX.	Lei nº 694, de 15 de dezembro de 1986;

CMLXI. Lei nº 2, de 6 de abril de 1987;
CMLXII. Lei nº 695, de 26 de janeiro de 1987;
CMLXIII. Lei nº 696, de 26 de março de 1987;
CMLXIV. Lei nº 697, de 26 de março de 1987;
CMLXV. Lei nº 698, de 31 de março de 1987;
CMLXVI. Lei nº 699, de 8 de abril de 1987;
CMLXVII. Lei nº 705, de 23 de abril de 1987;
CMLXVIII. Lei nº 706, de 23 de abril de 1987;
CMLXIX. Lei nº 707, de 20 de maio de 1987;
CMLXX. Lei nº 708, de 5 de junho de 1987;
CMLXXI. Lei nº 709, de 10 de junho de 1987;
CMLXXII. Lei nº 710, de 10 de junho de 1987;
CMLXXIII. Lei nº 712, de 24 de junho de 1987;
CMLXXIV. Lei nº 713, de 24 de junho de 1987;
CMLXXV. Lei nº 714, de 24 de junho de 1987;
CMLXXVI. Lei nº 715, de 24 de junho de 1987;
CMLXXVII. Lei nº 716, de 1º de julho de 1987;
CMLXXVIII. Lei nº 717, de 1º de julho de 1987;
CMLXXIX. Lei nº 718, de 1º de julho de 1987;
CMLXXX. Lei nº 719, de 14 de julho de 1987;
CMLXXXI. Lei nº 720, de 27 de julho de 1987;
CMLXXXII. Lei nº 721, de 12 de agosto de 1987;
CMLXXXIII. Lei nº 722, de 18 de agosto de 1987;
CMLXXXIV. Lei nº 723, de 12 de agosto de 1987;
CMLXXXV. Lei nº 725, de 27 de agosto de 1987;
CMLXXXVI. Lei nº 726, de 3 de setembro de 1987;
CMLXXXVII. Lei nº 727, de 22 de setembro de 1987;
CMLXXXVIII. Lei nº 728, de 7 de outubro de 1987;
CMLXXXIX. Lei nº 729, de 20 de outubro de 1987;
CMXC. Lei nº 732, de 10 de novembro de 1987;
CMXCI. Lei nº 733, de 10 de novembro de 1987;
CMXCII. Lei nº 734, de 10 de novembro de 1987;
CMXCIII. Lei nº 735, de 19 de novembro de 1987;
CMXCIV. Lei nº 736, de 24 de novembro de 1987;
CMXCV. Lei nº 737, de 24 de novembro de 1987;
CMXCVI. Lei nº 739, de 24 de novembro de 1987;
CMXCVII. Lei nº 740, de 24 de novembro de 1987;
CMXCVIII. Lei nº 742, de 4 de dezembro de 1987;
CMXCIX. Lei nº 743, de 2 de dezembro de 1987;
M. Lei nº 744, de 4 de dezembro de 1987;
MI. Lei nº 745, de 4 de dezembro de 1987;
MII. Lei nº 746, de 7 de dezembro de 1987;
MIII. Lei nº 747, de 7 de dezembro de 1987;
MIV. Lei nº 748, de 7 de dezembro de 1987;
MV. Lei nº 749, de 9 de dezembro de 1987;
MVI. Lei nº 750, de 9 de dezembro de 1987;
MVII. Lei nº 751, de 10 de dezembro de 1987;
MVIII. Lei nº 752, de 10 de dezembro de 1987;
MIX. Lei nº 753, de 16 de dezembro de 1987;
MX. Lei nº 754, de 30 de dezembro de 1987;

MXI.	Lei nº 755, de 30 de dezembro de 1987;
MXII.	Lei nº 756, de 30 de dezembro de 1987;
MXIII.	Lei nº 758, de 22 de março de 1988;
MXIV.	Lei nº 759, de 22 de março de 1988;
MXV.	Lei nº 760, de 22 de março de 1988;
MXVI.	Lei nº 761, de 30 de março de 1988;
MXVII.	Lei nº 762, de 30 de março de 1988;
MXVIII.	Lei nº 764, de 30 de março de 1988;
MXIX.	Lei nº 765, de 7 de abril de 1988;
MXX.	Lei nº 766, de 7 de abril de 1988;
MXXI.	Lei nº 767, de 7 de abril de 1988;
MXXII.	Lei nº 768, de 26 de abril de 1988;
MXXIII.	Lei nº 770, de 3 de maio de 1988;
MXXIV.	Lei nº 771, de 3 de maio de 1988;
MXXV.	Lei nº 772, de 3 de maio de 1988;
MXXVI.	Lei nº 773, de 17 de maio de 1988;
MXXVII.	Lei nº 775, de 2 de junho de 1988;
MXXVIII.	Lei nº 776, de 23 de junho de 1988;
MXXIX.	Lei nº 778, de 28 de junho de 1988;
MXXX.	Lei nº 779, de 28 de junho de 1988;
MXXXI.	Lei nº 780, de 28 de junho de 1988;
MXXXII.	Lei nº 781, de 30 de agosto de 1988;
MXXXIII.	Lei nº 787, de 5 de setembro de 1988;
MXXXIV.	Lei nº 788, de 21 de setembro de 1988;
MXXXV.	Lei nº 789, de 26 de setembro de 1988;
MXXXVI.	Lei nº 800, de 3 de novembro de 1988;
MXXXVII.	Lei nº 801, de 3 de novembro de 1988;
MXXXVIII.	Lei nº 805, de 30 de novembro de 1988;
MXXXIX.	Lei nº 806, de 30 de novembro de 1988;
MXL.	Lei nº 808, de 6 de dezembro de 1988;
MXLI.	Lei nº 791, de 4 de outubro de 1988;
MXLII.	Lei nº 792, de 4 de outubro de 1988;
MXLIII.	Lei nº 793, de 4 de outubro de 1988;
MXLIV.	Lei nº 798, de 28 de outubro de 1988;
MXLV.	Lei nº 803, de 28 de novembro de 1988;
MXLVI.	Lei nº 809, de 8 de dezembro de 1988;
MXLVII.	Lei nº 812, de 28 de dezembro de 1988;
MXLVIII.	Lei nº 1, de 10 de novembro de 1989;
MXLIX.	Lei nº 813, de 11 de janeiro de 1989;
ML.	Lei nº 814, de 12 de janeiro de 1989;
MLI.	Lei nº 815, de 13 de janeiro de 1989;
MLII.	Lei nº 818, de 8 de março de 1989;
MLIII.	Lei nº 819, de 8 de março de 1989;
MLIV.	Lei nº 820, de 8 de março de 1989;
MLV.	Lei nº 821, de 8 de março de 1989;
MLVI.	Lei nº 822, de 4 de abril de 1989;
MLVII.	Lei nº 823, de 6 de abril de 1989;
MLVIII.	Lei nº 825, de 6 de abril de 1989;
MLIX.	Lei nº 827, de 26 de abril de 1989;
MLX.	Lei nº 830, de 26 de abril de 1989;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021
Fls. 23

MLXI.	Lei nº 831, de 26 de abril de 1989;
MLXII.	Lei nº 832, de 26 de abril de 1989;
MLXIII.	Lei nº 833, de 26 de abril de 1989;
MLXIV.	Lei nº 834, de 26 de abril de 1989;
MLXV.	Lei nº 836, de 8 de maio de 1989;
MLXVI.	Lei nº 838, de 16 de maio de 1989;
MLXVII.	Lei nº 839, de 17 de maio de 1989;
MLXVIII.	Lei nº 840, de 16 de maio de 1989;
MLXIX.	Lei nº 841, de 1º de junho de 1989;
MLXX.	Lei nº 843, de 1 de junho de 1989;
MLXXI.	Lei nº 846, de 1º de junho de 1989;
MLXXII.	Lei nº 847, de 4 de julho de 1989;
MLXXIII.	Lei nº 848, de 4 de julho de 1989;
MLXXIV.	Lei nº 849, de 4 de julho de 1989;
MLXXV.	Lei nº 850, de 7 de julho de 1989;
MLXXVI.	Lei nº 851, de 11 de julho de 1989;
MLXXVII.	Lei nº 853, de 9 de agosto de 1989;
MLXXVIII.	Lei nº 854, de 10 de agosto de 1989;
MLXXIX.	Lei nº 855, de 10 de agosto de 1989;
MLXXX.	Lei nº 856, de 10 de agosto de 1989;
MLXXXI.	Lei nº 857, de 23 de agosto de 1989;
MLXXXII.	Lei nº 858, de 13 de setembro de 1989;
MLXXXIII.	Lei nº 859, de 19 de setembro de 1989;
MLXXXIV.	Lei nº 863, de 27 de setembro de 1989;
MLXXXV.	Lei nº 866, de 28 de setembro de 1989;
MLXXXVI.	Lei nº 867, de 24 de outubro de 1989;
MLXXXVII.	Lei nº 868, de 26 de outubro de 1989;
MLXXXVIII.	Lei nº 873, de 7 de novembro de 1989;
MLXXXIX.	Lei nº 874, de 7 de novembro de 1989;
MXC.	Lei nº 875, de 28 de novembro de 1989;
MXCI.	Lei nº 876, de 28 de novembro de 1989;
MXCII.	Lei nº 877, de 28 de novembro de 1989;
MXCIII.	Lei nº 878, de 28 de novembro de 1989;
MXCIV.	Lei nº 881, de 4 de dezembro de 1989;
MXCV.	Lei nº 882, de 7 de dezembro de 1989;
MXCVI.	Lei nº 887, de 10 de janeiro de 1990;
MXCVII.	Lei nº 888, de 11 de janeiro de 1990;
MXCVIII.	Lei nº 889, de 25 de janeiro de 1990;
MXCIX.	Lei nº 895, de 3 de abril de 1990;
MC.	Lei nº 906, de 11 de abril de 1990;
MCI.	Lei nº 907, de 11 de abril de 1990;
MCII.	Lei nº 908, de 11 de abril de 1990;
MCIII.	Lei nº 912, de 17 de abril de 1990;
MCIV.	Lei nº 915, de 24 de abril de 1990;
MCV.	Lei nº 917, de 24 de abril de 1990;
MCVI.	Lei nº 918, de 24 de abril de 1990;
MCVII.	Lei nº 919, de 3 de maio de 1990;
MCVIII.	Lei nº 920, de 3 de maio de 1990;
MCIX.	Lei nº 922, de 3 de maio de 1990;
MCX.	Lei nº 926, de 15 de maio de 1990;

MCXI.	Lei nº 927, de 15 de maio de 1990;
MCXII.	Lei nº 928, de 19 de junho de 1990;
MCXIII.	Lei nº 930, de 28 de maio de 1990;
MCXIV.	Lei nº 934, de 19 de junho de 1990;
MCXV.	Lei nº 935, de 1º de maio de 1990;
MCXVI.	Lei nº 939, de 26 de junho de 1990;
MCXVII.	Lei nº 940, de 2 de julho de 1990;
MCXVIII.	Lei nº 941, de 2 de julho de 1990;
MCXIX.	Lei nº 942, de 2 de julho de 1990;
MCXX.	Lei nº 943, de 3 de julho de 1990;
MCXXI.	Lei nº 949, de 20 de julho de 1990;
MCXXII.	Lei nº 950, de 2 de agosto de 1990;
MCXXIII.	Lei nº 953, de 13 de agosto de 1990;
MCXXIV.	Lei nº 954, de 13 de agosto de 1990;
MCXXV.	Lei nº 956, de 13 de agosto de 1990;
MCXXVI.	Lei nº 957, de 13 de agosto de 1990;
MCXXVII.	Lei nº 958, de 13 de agosto de 1990;
MCXXVIII.	Lei nº 960, de 21 de agosto de 1990;
MCXXIX.	Lei nº 964, de 30 de agosto de 1990;
MCXXX.	Lei nº 965, de 6 de setembro de 1990;
MCXXXI.	Lei nº 966, de 6 de setembro de 1990;
MCXXXII.	Lei nº 967, de 10 de setembro de 1990;
MCXXXIII.	Lei nº 968, de 10 de setembro de 1990;
MCXXXIV.	Lei nº 976, de 4 de outubro de 1990;
MCXXXV.	Lei nº 977, de 10 de outubro de 1990;
MCXXXVI.	Lei nº 979, de 10 de outubro de 1990;
MCXXXVII.	Lei nº 982, de 11 de outubro de 1990;
MCXXXVIII.	Lei nº 983, de 11 de outubro de 1990;
MCXXXIX.	Lei nº 984, de 23 de outubro de 1990;
MCXL.	Lei nº 986, de 23 de outubro de 1990;
MCXLI.	Lei nº 987, de 23 de outubro de 1990;
MCXLII.	Lei nº 989, de 7 de novembro de 1990;
MCXLIII.	Lei nº 990, de 13 de novembro de 1990;
MCXLIV.	Lei nº 994, de 21 de novembro de 1990;
MCXLV.	Lei nº 995, de 21 de novembro de 1990;
MCXLVI.	Lei nº 998, de 6 de dezembro de 1990;
MCXLVII.	Lei nº 999, de 12 de dezembro de 1990;
MCXLVIII.	Lei nº 1.001, de 17 de dezembro de 1990;
MCXLIX.	Lei nº 1.004, de 18 de dezembro de 1990;
MCL.	Lei nº 1.005, de 18 de dezembro de 1990;
MCLI.	Lei nº 1.006, de 24 de dezembro de 1990;
MCLII.	Lei nº 1.007, de 27 de dezembro de 1990;
MCLIII.	Lei nº 1.011, de 17 de janeiro de 1991;
MCLIV.	Lei nº 1.015, de 7 de março de 1991;
MCLV.	Lei nº 1.016, de 12 de março de 1991;
MCLVI.	Lei nº 1.017, de 13 de março de 1991;
MCLVII.	Lei nº 1.019, de 18 de março de 1991;
MCLVIII.	Lei nº 1.027, de 11 de abril de 1991;
MCLIX.	Lei nº 1.029, de 17 de abril de 1991;
MCLX.	Lei nº 1.030, de 19 de abril de 1991;

MCLXI.	Lei nº 1.033, de 30 de abril de 1991;
MCLXII.	Lei nº 1.034, de 30 de abril de 1991;
MCLXIII.	Lei nº 1.038, de 10 de maio de 1991;
MCLXIV.	Lei nº 1.043, de 12 de junho de 1991;
MCLXV.	Lei nº 1.047, de 3 de julho de 1991;
MCLXVI.	Lei nº 1.049, de 18 de julho de 1991;
MCLXVII.	Lei nº 1.050, de 18 de julho de 1991;
MCLXVIII.	Lei nº 1.051, de 18 de julho de 1991;
MCLXIX.	Lei nº 1.053, de 18 de julho de 1991;
MCLXX.	Lei nº 1.057, de 22 de agosto de 1991;
MCLXXI.	Lei nº 1.060, de 18 de setembro de 1991;
MCLXXII.	Lei nº 1.061, de 23 de setembro de 1991;
MCLXXIII.	Lei nº 1.062, de 27 de setembro de 1991;
MCLXXIV.	Lei nº 1.064, de 8 de outubro de 1991;
MCLXXV.	Lei nº 1.066, de 8 de outubro de 1991;
MCLXXVI.	Lei nº 1.077, de 19 de novembro de 1991;
MCLXXVII.	Lei nº 1.079, de 26 de novembro de 1991;
MCLXXVIII.	Lei nº 1.080, de 26 de novembro de 1991;
MCLXXIX.	Lei nº 1.083, de 4 de dezembro de 1991;
MCLXXX.	Lei nº 1.085, de 27 de dezembro de 1991;
MCLXXXI.	Lei nº 1.086, de 27 de dezembro de 1991;
MCLXXXII.	Lei nº 1.088, de 4 de fevereiro de 1992;
MCLXXXIII.	Lei nº 1.089, de 25 de fevereiro de 1992;
MCLXXXIV.	Lei nº 1.090, de 25 de fevereiro de 1992;
MCLXXXV.	Lei nº 1.091, de 9 de março de 1992;
MCLXXXVI.	Lei nº 1.093, de 10 de março de 1992;
MCLXXXVII.	Lei nº 1.095, de 17 de março de 1992;
MCLXXXVIII.	Lei nº 1.097, de 26 de março de 1992;
MCLXXXIX.	Lei nº 1.101, de 8 de abril de 1992;
MCXC.	Lei nº 1.102, de 22 de abril de 1992;
MCXCI.	Lei nº 1.103, de 22 de abril de 1992;
MCXCII.	Lei nº 1.105, de 22 de abril de 1992;
MCXCIII.	Lei nº 1.112, de 19 de maio de 1992;
MCXCIV.	Lei nº 1.113, de 27 de maio de 1992;
MCXCV.	Lei nº 1.117, de 12 de junho de 1992;
MCXCVI.	Lei nº 1.119, de 16 de junho de 1992;
MCXCVII.	Lei nº 1.120, de 16 de junho de 1992;
MCXCVIII.	Lei nº 1.121, de 16 de junho de 1992;
MCXCIX.	Lei nº 1.126, de 14 de julho de 1992;
MCC.	Lei nº 1.127, de 15 de julho de 1992;
MCCI.	Lei nº 1.128, de 16 de julho de 1992;
MCCII.	Lei nº 1.131, de 16 de julho de 1992;
MCCIII.	Lei nº 1.134, de 24 de julho de 1992;
MCCIV.	Lei nº 1.135, de 17 de agosto de 1992;
MCCV.	Lei nº 1.136, de 19 de agosto de 1992;
MCCVI.	Lei nº 1.138, de 19 de agosto de 1992;
MCCVII.	Lei nº 1.139, de 26 de agosto de 1992;
MCCVIII.	Lei nº 1.140, de 28 de agosto de 1992;
MCCIX.	Lei nº 1.142, de 2 de setembro de 1992;
MCCX.	Lei nº 1.147, de 14 de setembro de 1992;

MCCXI.	Lei nº 1.150, de 1º de outubro de 1992;
MCCXII.	Lei nº 1.151, de 1º de outubro de 1992;
MCCXIII.	Lei nº 1.152, de 1º de outubro de 1992;
MCCXIV.	Lei nº 1.154, de 16 de outubro de 1992;
MCCXV.	Lei nº 1.155, de 20 de outubro de 1992;
MCCXVI.	Lei nº 1.156, de 21 de outubro de 1992;
MCCXVII.	Lei nº 1.157, de 21 de outubro de 1992;
MCCXVIII.	Lei nº 1.159, de 21 de outubro de 1992;
MCCXIX.	Lei nº 1.161, de 27 de outubro de 1992;
MCCXX.	Lei nº 1.162, de 27 de outubro de 1992;
MCCXXI.	Lei nº 1.165, de 30 de outubro de 1992;
MCCXXII.	Lei nº 1.166, de 11 de novembro de 1992;
MCCXXIII.	Lei nº 1.168, de 11 de novembro de 1992;
MCCXXIV.	Lei nº 1.171, de 18 de novembro de 1992;
MCCXXV.	Lei nº 1.172, de 26 de novembro de 1992;
MCCXXVI.	Lei nº 1.173, de 27 de novembro de 1992;
MCCXXVII.	Lei nº 1.175, de 15 de dezembro de 1992;
MCCXXVIII.	Lei nº 1.177, de 17 de dezembro de 1992;
MCCXXIX.	Lei nº 1.179, de 18 de dezembro de 1992;
MCCXXX.	Lei nº 1.181, de 18 de dezembro de 1992;
MCCXXXI.	Lei nº 1.182, de 18 de dezembro de 1992;
MCCXXXII.	Lei nº 1.183, de 18 de dezembro de 1992;
MCCXXXIII.	Lei nº 1.187, de 24 de dezembro de 1992;
MCCXXXIV.	Lei nº 1.188, de 31 de dezembro de 1992;
MCCXXXV.	Lei nº 1.189, de 31 de dezembro de 1992;
MCCXXXVI.	Lei nº 1.190, de 8 de janeiro de 1993;
MCCXXXVII.	Lei nº 1.192, de 18 de janeiro de 1993;
MCCXXXVIII.	Lei nº 1.195, de 19 de fevereiro de 1993;
MCCXXXIX.	Lei nº 1.196, de 19 de fevereiro de 1993;
MCCXL.	Lei nº 1.197, de 19 de fevereiro de 1993;
MCCXLI.	Lei nº 1.199, de 2 de março de 1993;
MCCXLII.	Lei nº 1.201, de 15 de março de 1993;
MCCXLIII.	Lei nº 1.202, de 15 de março de 1993;
MCCXLIV.	Lei nº 1.205, de 28 de abril de 1993;
MCCXLV.	Lei nº 1.211, de 7 de maio de 1993;
MCCXLVI.	Lei nº 1.212, de 7 de maio de 1993;
MCCXLVII.	Lei nº 1.213, de 20 de maio de 1993;
MCCXLVIII.	Lei nº 1.215, de 28 de maio de 1993;
MCCXLIX.	Lei nº 1.219, de 3 de junho de 1993;
MCCL.	Lei nº 1.220, de 8 de junho de 1993;
MCCLI.	Lei nº 1.223, de 17 de junho de 1993;
MCCLII.	Lei nº 1.224, de 18 de junho de 1993;
MCCLIII.	Lei nº 1.227, de 1º de julho de 1993;
MCCLIV.	Lei nº 1.228, de 1º de julho de 1993;
MCCLV.	Lei nº 1.231, de 5 de julho de 1993;
MCCLVI.	Lei nº 1.233, de 8 de julho de 1993;
MCCLVII.	Lei nº 1.235, de 9 de agosto de 1993;
MCCLVIII.	Lei nº 1.236, de 11 de agosto de 1993;
MCCLIX.	Lei nº 1.237, de 17 de agosto de 1993;
MCCLX.	Lei nº 1.238, de 21 de agosto de 1993;

MCCLXI.	Lei nº 1.239, de 27 de agosto de 1993;
MCCLXII.	Lei nº 1.240, de 31 de agosto de 1993;
MCCLXIII.	Lei nº 1.241, de 31 de agosto de 1993;
MCCLXIV.	Lei nº 1.242, de 2 de setembro de 1993;
MCCLXV.	Lei nº 1.243, de 9 de setembro de 1993;
MCCLXVI.	Lei nº 1.244, de 13 de setembro de 1993;
MCCLXVII.	Lei nº 1.246, de 17 de setembro de 1993;
MCCLXVIII.	Lei nº 1.247, de 20 de setembro de 1993;
MCCLXIX.	Lei nº 1.249, de 30 de setembro de 1993;
MCCLXX.	Lei nº 1.251, de 14 de outubro de 1993;
MCCLXXI.	Lei nº 1.254, de 23 de outubro de 1993;
MCCLXXII.	Lei nº 1.255, de 27 de outubro de 1993;
MCCLXXIII.	Lei nº 1.257, de 5 de novembro de 1993;
MCCLXXIV.	Lei nº 1.258, de 10 de novembro de 1993;
MCCLXXV.	Lei nº 1.259, de 17 de novembro de 1993;
MCCLXXVI.	Lei nº 1.264, de 3 de dezembro de 1993;
MCCLXXVII.	Lei nº 1.265, de 26 de novembro de 1993;
MCCLXXVIII.	Lei nº 1.272, de 16 de dezembro de 1993;
MCCLXXIX.	Lei nº 1.274, de 20 de dezembro de 1993;
MCCLXXX.	Lei nº 1.280, de 23 de dezembro de 1993;
MCCLXXXI.	Lei nº 1.281, de 23 de dezembro de 1993;
MCCLXXXII.	Lei nº 1.282, de 27 de dezembro de 1993;
MCCLXXXIII.	Lei nº 1.283, de 27 de dezembro de 1993;
MCCLXXXIV.	Lei nº 1.284, de 28 de dezembro de 1993;
MCCLXXXV.	Lei nº 1.286, de 10 de janeiro de 1994;
MCCLXXXVI.	Lei nº 1.288, de 18 de março de 1994;
MCCLXXXVII.	Lei nº 1.289, de 18 de março de 1994;
MCCLXXXVIII.	Lei nº 1.290, de 18 de março de 1994;
MCCLXXXIX.	Lei nº 1.292, de 29 de março de 1994;
MCCXC.	Lei nº 1.298, de 3 de maio de 1994;
MCCXCI.	Lei nº 1.299, de 5 de maio de 1994;
MCCXCII.	Lei nº 1.300, de 5 de maio de 1994;
MCCXCIII.	Lei nº 1.301, de 9 de maio de 1994;
MCCXCIV.	Lei nº 1.303, de 10 de maio de 1994;
MCCXCV.	Lei nº 1.305, de 16 de maio de 1994;
MCCXCVI.	Lei nº 1.306, de 20 de maio de 1994;
MCCXCVII.	Lei nº 1.308, de 17 de junho de 1994;
MCCXCVIII.	Lei nº 1.309, de 17 de junho de 1994;
MCCXCIX.	Lei nº 1.310, de 23 de junho de 1994;
MCCC.	Lei nº 1.311, de 24 de junho de 1994;
MCCCI.	Lei nº 1.314, de 28 de junho de 1994;
MCCCII.	Lei nº 1.317, de 6 de julho de 1994;
MCCCIII.	Lei nº 1.318, de 8 de julho de 1994;
MCCCIV.	Lei nº 1.324, de 29 de setembro de 1994;
MCCCV.	Lei nº 1.325, de 29 de setembro de 1994;
MCCCVI.	Lei nº 1.326, de 3 de outubro de 1994;
MCCCVII.	Lei nº 1.327, de 5 de outubro de 1994;
MCCCVIII.	Lei nº 1.335, de 29 de novembro de 1994;
MCCCIX.	Lei nº 1.338, de 2 de dezembro de 1994;
MCCCX.	Lei nº 1.341, de 7 de dezembro de 1994;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MCCCXI.	Lei nº 1.342, de 15 de dezembro de 1994;
MCCCXII.	Lei nº 1.344, de 15 de dezembro de 1994;
MCCCXIII.	Lei nº 1.346, de 29 de dezembro de 1994;
MCCCXIV.	Lei nº 1.347, de 29 de dezembro de 1994;
MCCCXV.	Lei nº 1.353, de 24 de março de 1995;
MCCCXVI.	Lei nº 1.354, de 29 de março de 1995;
MCCCXVII.	Lei nº 1.355, de 12 de abril de 1995;
MCCCXVIII.	Lei nº 1.357, de 24 de abril de 1995;
MCCCXIX.	Lei nº 1.358, de 2 de maio de 1995;
MCCCXX.	Lei nº 1.361, de 31 de maio de 1995;
MCCCXXI.	Lei nº 1.362, de 5 de junho de 1995;
MCCCXXII.	Lei nº 1.363, de 8 de junho de 1995;
MCCCXXIII.	Lei nº 1.364, de 7 de junho de 1995;
MCCCXXIV.	Lei nº 1.365, de 14 de junho de 1995;
MCCCXXV.	Lei nº 1.366, de 22 de junho de 1995;
MCCCXXVI.	Lei nº 1.367, de 26 de junho de 1995;
MCCCXXVII.	Lei nº 1.370, de 11 de julho de 1995;
MCCCXXVIII.	Lei nº 1.378, de 28 de julho de 1995;
MCCCXXIX.	Lei nº 1.379, de 18 de agosto de 1995;
MCCCXXX.	Lei nº 1.380, de 29 de agosto de 1995;
MCCCXXXI.	Lei nº 1.382, de 25 de setembro de 1995;
MCCCXXXII.	Lei nº 1.387, de 17 de outubro de 1995;
MCCCXXXIII.	Lei nº 1.392, de 6 de novembro de 1995;
MCCCXXXIV.	Lei nº 1.393, de 9 de novembro de 1995;
MCCCXXXV.	Lei nº 1.398, de 16 de novembro de 1995;
MCCCXXXVI.	Lei nº 1.401, de 5 de dezembro de 1995;
MCCCXXXVII.	Lei nº 1.403, de 5 de dezembro de 1995;
MCCCXXXVIII.	Lei nº 1.405, de 8 de dezembro de 1995;
MCCCXXXIX.	Lei nº 1.406, de 8 de dezembro de 1995;
MCCCXL.	Lei nº 1.409, de 12 de dezembro de 1995;
MCCCXLI.	Lei nº 1.410, de 13 de dezembro de 1995;
MCCCXLII.	Lei nº 1.411, de 13 de dezembro de 1995;
MCCCXLIII.	Lei nº 1.412, de 13 de dezembro de 1995;
MCCCXLIV.	Lei nº 1.413, de 18 de dezembro de 1995;
MCCCXLV.	Lei nº 1.414, de 22 de dezembro de 1995;
MCCCXLVI.	Lei nº 1.426, de 1º de março de 1996;
MCCCXLVII.	Lei nº 1.427, de 7 de março de 1996;
MCCCXLVIII.	Lei nº 1.432, de 2 de abril de 1996;
MCCCXLIX.	Lei nº 1.433, de 2 de abril de 1996;
MCCCL.	Lei nº 1.434, de 15 de abril de 1996;
MCCCLI.	Lei nº 1.437, de 7 de maio de 1996;
MCCCLII.	Lei nº 1.440, de 9 de maio de 1996;
MCCCLIII.	Lei nº 1.441, de 9 de maio de 1996;
MCCCLIV.	Lei nº 1.443, de 29 de maio de 1996;
MCCCLV.	Lei nº 1.446, de 3 de junho de 1996;
MCCCLVI.	Lei nº 1.448, de 12 de junho de 1996;
MCCCLVII.	Lei nº 1.452, de 18 de junho de 1996;
MCCCLVIII.	Lei nº 1.455, de 21 de junho de 1996;
MCCCLIX.	Lei nº 1.463, de 28 de junho de 1996;
MCCCLX.	Lei nº 1.464, de 28 de junho de 1996;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021
Fls 29

MCCCLXI.	Lei nº 1.465, de 3 de julho de 1996;
MCCCLXII.	Lei nº 1.468, de 5 de julho de 1996;
MCCCLXIII.	Lei nº 1.469, de 8 de julho de 1996;
MCCCLXIV.	Lei nº 1.475, de 15 de julho de 1996;
MCCCLXV.	Lei nº 1.476, de 16 de julho de 1996;
MCCCLXVI.	Lei nº 1.478, de 18 de julho de 1996;
MCCCLXVII.	Lei nº 1.480, de 12 de agosto de 1996;
MCCCLXVIII.	Lei nº 1.481, de 14 de agosto de 1996;
MCCCLXIX.	Lei nº 1.483, de 23 de agosto de 1996;
MCCCLXX.	Lei nº 1.485, de 26 de agosto de 1996;
MCCCLXXI.	Lei nº 1.489, de 4 de setembro de 1996;
MCCCLXXII.	Lei nº 1.497, de 27 de setembro de 1996;
MCCCLXXIII.	Lei nº 1.498, de 30 de setembro de 1996;
MCCCLXXIV.	Lei nº 1.500, de 2 de outubro de 1996;
MCCCLXXV.	Lei nº 1.501, de 21 de outubro de 1996;
MCCCLXXVI.	Lei nº 1.502, de 9 de outubro de 1996;
MCCCLXXVII.	Lei nº 1.503, de 16 de outubro de 1996;
MCCCLXXVIII.	Lei nº 1.506, de 22 de outubro de 1996;
MCCCLXXIX.	Lei nº 1.508, de 29 de outubro de 1996;
MCCCLXXX.	Lei nº 1.509, de 4 de novembro de 1996;
MCCCLXXXI.	Lei nº 1.516, de 28 de novembro de 1996;
MCCCLXXXII.	Lei nº 1.517, de 28 de novembro de 1996;
MCCCLXXXIII.	Lei nº 1.525, de 6 de dezembro de 1996;
MCCCLXXXIV.	Lei nº 1.527, de 16 de dezembro de 1996;
MCCCLXXXV.	Lei nº 1.528, de 16 de dezembro de 1996;
MCCCLXXXVI.	Lei nº 1.530, de 17 de dezembro de 1996;
MCCCLXXXVII.	Lei nº 1.532, de 18 de dezembro de 1996;
MCCCLXXXVIII.	Lei nº 1.536, de 20 de dezembro de 1996;
MCCCLXXXIX.	Lei nº 1.537, de 20 de dezembro de 1996;
MCCCXC.	Lei nº 1.538, de 23 de dezembro de 1996;
MCCCXCI.	Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 1996;
MCCCXCII.	Lei nº 1.547, de 30 de dezembro de 1996;
MCCCXCIII.	Lei nº 1.550, de 26 de dezembro de 1996;
MCCCXCIV.	Lei nº 1.557, de 20 de janeiro de 1997;
MCCCXCV.	Lei nº 1.558, de 4 de fevereiro de 1997;
MCCCXCVI.	Lei nº 1.559, de 4 de fevereiro de 1997;
MCCCXCVII.	Lei nº 1.561, de 4 de março de 1997;
MCCCXCVIII.	Lei nº 1.565, de 14 de março de 1997;
MCCCXCIX.	Lei nº 1.567, de 24 de março de 1997;
MCD.	Lei nº 1.569, de 26 de março de 1997;
MCDI.	Lei nº 1.570, de 31 de março de 1997;
MCDII.	Lei nº 1.573, de 1º de abril de 1997;
MCDIII.	Lei nº 1.579, de 11 de abril de 1997;
MCDIV.	Lei nº 1.580, de 15 de abril de 1997;
MCDV.	Lei nº 1.589, de 14 de maio de 1997;
MCDVI.	Lei nº 1.591, de 16 de maio de 1997;
MCDVII.	Lei nº 1.593, de 20 de maio de 1997;
MCDVIII.	Lei nº 1.598, de 28 de maio de 1997;
MCDIX.	Lei nº 1.599, de 28 de maio de 1997;
MCDX.	Lei nº 1.600, de 28 de maio de 1997;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MCDXI.	Lei nº 1.602, de 16 de junho de 1997;
MCDXII.	Lei nº 1.604, de 19 de junho de 1997;
MCDXIII.	Lei nº 1.605, de 19 de junho de 1997;
MCDXIV.	Lei nº 1.607, de 19 de junho de 1997;
MCDXV.	Lei nº 1.611, de 20 de junho de 1997;
MCDXVI.	Lei nº 1.612, de 20 de junho de 1997;
MCDXVII.	Lei nº 1.614, de 24 de junho de 1997;
MCDXVIII.	Lei nº 1.615, de 24 de junho de 1997;
MCDXIX.	Lei nº 1.616, de 25 de junho de 1997;
MCDXX.	Lei nº 1.621, de 4 de julho de 1997;
MCDXXI.	Lei nº 1.627, de 14 de julho de 1997;
MCDXXII.	Lei nº 1.631, de 15 de julho de 1997;
MCDXXIII.	Lei nº 1.634, de 25 de julho de 1997;
MCDXXIV.	Lei nº 1.635, de 25 de julho de 1997;
MCDXXV.	Lei nº 1.638, de 19 de agosto de 1997;
MCDXXVI.	Lei nº 1.639, de 25 de agosto de 1997;
MCDXXVII.	Lei nº 1.640, de 28 de agosto de 1997;
MCDXXVIII.	Lei nº 1.641, de 28 de agosto de 1997;
MCDXXIX.	Lei nº 1.643, de 4 de setembro de 1997;
MCDXXX.	Lei nº 1.648, de 15 de setembro de 1997;
MCDXXXI.	Lei nº 1.653, de 19 de setembro de 1997;
MCDXXXII.	Lei nº 1.656, de 30 de setembro de 1997;
MCDXXXIII.	Lei nº 1.664, de 9 de outubro de 1997;
MCDXXXIV.	Lei nº 1.669, de 27 de outubro de 1997;
MCDXXXV.	Lei nº 1.670, de 27 de outubro de 1997;
MCDXXXVI.	Lei nº 1.671, de 29 de outubro de 1997;
MCDXXXVII.	Lei nº 1.672, de 30 de outubro de 1997;
MCDXXXVIII.	Lei nº 1.673, de 30 de outubro de 1997;
MCDXXXIX.	Lei nº 1.674, de 5 de novembro de 1997;
MCDXL.	Lei nº 1.679, de 26 de novembro de 1997;
MCDXLI.	Lei nº 1.684, de 9 de dezembro de 1997;
MCDXLII.	Lei nº 1.685, de 9 de dezembro de 1997;
MCDXLIII.	Lei nº 1.686, de 9 de dezembro de 1997;
MCDXLIV.	Lei nº 1.688, de 11 de dezembro de 1997;
MCDXLV.	Lei nº 1.689, de 15 de dezembro de 1997;
MCDXLVI.	Lei nº 1.692, de 17 de dezembro de 1997;
MCDXLVII.	Lei nº 1.693, de 18 de dezembro de 1997;
MCDXLVIII.	Lei nº 1.695, de 19 de dezembro de 1997;
MCDXLIX.	Lei nº 1.697, de 23 de dezembro de 1997;
MCDL.	Lei nº 1.699, de 23 de dezembro de 1997;
MCDLI.	Lei nº 1.700, de 9 de janeiro de 1998;
MCDLII.	Lei nº 1.702, de 19 de fevereiro de 1998;
MCDLIII.	Lei nº 1.704, de 3 de março de 1998;
MCDLIV.	Lei nº 1.705, de 9 de março de 1998;
MCDLV.	Lei nº 1.707, de 30 de março de 1998;
MCDLVI.	Lei nº 1.708, de 1º de abril de 1998;
MCDLVII.	Lei nº 1.710, de 23 de abril de 1998;
MCDLVIII.	Lei nº 1.713, de 6 de maio de 1998;
MCDLIX.	Lei nº 1.714, de 6 de maio de 1998;
MCDLX.	Lei nº 1.715, de 6 de maio de 1998;

MCDLXI.	Lei nº 1.716, de 12 de maio de 1998;
MCDLXII.	Lei nº 1.719, de 25 de maio de 1998;
MCDLXIII.	Lei nº 1.720, de 27 de maio de 1998;
MCDLXIV.	Lei nº 1.721, de 27 de maio de 1998;
MCDLXV.	Lei nº 1.722, de 27 de maio de 1998;
MCDLXVI.	Lei nº 1.723, de 1º de junho de 1998;
MCDLXVII.	Lei nº 1.724, de 8 de junho de 1998;
MCDLXVIII.	Lei nº 1.725, de 8 de junho de 1998;
MCDLXIX.	Lei nº 1.726, de 10 de junho de 1998;
MCDLXX.	Lei nº 1.729, de 15 de junho de 1998;
MCDLXXI.	Lei nº 1.730, de 17 de junho de 1998;
MCDLXXII.	Lei nº 1.731, de 22 de junho de 1998;
MCDLXXIII.	Lei nº 1.732, de 22 de junho de 1998;
MCDLXXIV.	Lei nº 1.734, de 1º de julho de 1998;
MCDLXXV.	Lei nº 1.735, de 1º de julho de 1998;
MCDLXXVI.	Lei nº 1.736, de 1º de julho de 1998;
MCDLXXVII.	Lei nº 1.737, de 1º de julho de 1998;
MCDLXXVIII.	Lei nº 1.739, de 6 de julho de 1998;
MCDLXXIX.	Lei nº 1.741, de 6 de julho de 1998;
MCDLXXX.	Lei nº 1.745, de 14 de julho de 1998;
MCDLXXXI.	Lei nº 1.747, de 21 de julho de 1998;
MCDLXXXII.	Lei nº 1.750, de 27 de agosto de 1998;
MCDLXXXIII.	Lei nº 1.752, de 31 de agosto de 1998;
MCDLXXXIV.	Lei nº 1.753, de 31 de agosto de 1998;
MCDLXXXV.	Lei nº 1.755, de 4 de setembro de 1998;
MCDLXXXVI.	Lei nº 1.756, de 8 de outubro de 1998;
MCDLXXXVII.	Lei nº 1.758, de 10 de setembro de 1998;
MCDLXXXVIII.	Lei nº 1.759, de 14 de setembro de 1998;
MCDLXXXIX.	Lei nº 1.760, de 14 de setembro de 1998;
MCDXC.	Lei nº 1.761, de 17 de setembro de 1998;
MCDXCI.	Lei nº 1.763, de 18 de setembro de 1998;
MCDXCII.	Lei nº 1.764, de 21 de setembro de 1998;
MCDXCIII.	Lei nº 1.766, de 2 de outubro de 1998;
MCDXCIV.	Lei nº 1.768, de 19 de outubro de 1998;
MCDXCV.	Lei nº 1.769, de 20 de outubro de 1998;
MCDXCVI.	Lei nº 1.770, de 21 de outubro de 1998;
MCDXCVII.	Lei nº 1.771, de 21 de outubro de 1998;
MCDXCVIII.	Lei nº 1.772, de 3 de novembro de 1998;
MCDXCIX.	Lei nº 1.773, de 11 de novembro de 1998;
MD.	Lei nº 1.776, de 20 de novembro de 1998;
MDI.	Lei nº 1.779, de 25 de novembro de 1998;
MDII.	Lei nº 1.790, de 10 de dezembro de 1998;
MDIII.	Lei nº 1.792, de 11 de dezembro de 1998;
MDIV.	Lei nº 1.793, de 15 de dezembro de 1998;
MDV.	Lei nº 1.795, de 23 de dezembro de 1998;
MDVI.	Lei nº 1.796, de 28 de dezembro de 1998;
MDVII.	Lei nº 1.797, de 28 de dezembro de 1998;
MDVIII.	Lei nº 1.798, de 28 de dezembro de 1998;
MDIX.	Lei nº 1.799, de 28 de dezembro de 1998;
MDX.	Lei nº 1.803, de 11 de fevereiro de 1999;

MDXI.	Lei nº 1.806, de 11 de março de 1999;
MDXII.	Lei nº 1.807, de 12 de março de 1999;
MDXIII.	Lei nº 1.808, de 15 de março de 1999;
MDXIV.	Lei nº 1.809, de 15 de março de 1999;
MDXV.	Lei nº 1.811, de 22 de março de 1999;
MDXVI.	Lei nº 1.813, de 30 de março de 1999;
MDXVII.	Lei nº 1.814, de 30 de março de 1999;
MDXVIII.	Lei nº 1.815, de 22 de abril de 1999;
MDXIX.	Lei nº 1.816, de 22 de abril de 1999;
MDXX.	Lei nº 1.818, de 22 de abril de 1999;
MDXXI.	Lei nº 1.819, de 23 de abril de 1999;
MDXXII.	Lei nº 1.820, de 28 de abril de 1999;
MDXXIII.	Lei nº 1.822, de 29 de abril de 1999;
MDXXIV.	Lei nº 1.823, de 2 de maio de 1999;
MDXXV.	Lei nº 1.825, de 12 de maio de 1999;
MDXXVI.	Lei nº 1.827, de 26 de maio de 1999;
MDXXVII.	Lei nº 1.830, de 1º de junho de 1999;
MDXXVIII.	Lei nº 1.831, de 1º de junho de 1999;
MDXXIX.	Lei nº 1.834, de 22 de junho de 1999;
MDXXX.	Lei nº 1.835, de 24 de junho de 1999;
MDXXXI.	Lei nº 1.839, de 1º de julho de 1999;
MDXXXII.	Lei nº 1.841, de 5 de julho de 1999;
MDXXXIII.	Lei nº 1.842, de 5 de julho de 1999;
MDXXXIV.	Lei nº 1.844, de 5 de julho de 1999;
MDXXXV.	Lei nº 1.847, de 14 de julho de 1999;
MDXXXVI.	Lei nº 1.848, de 14 de julho de 1999;
MDXXXVII.	Lei nº 1.849, de 19 de agosto de 1999;
MDXXXVIII.	Lei nº 1.853, de 30 de agosto de 1999;
MDXXXIX.	Lei nº 1.854, de 30 de agosto de 1999;
MDXL.	Lei nº 1.858, de 10 de setembro de 1999;
MDXLI.	Lei nº 1.860, de 13 de setembro de 1999;
MDXLII.	Lei nº 1.861, de 15 de setembro de 1999;
MDXLIII.	Lei nº 1.863, de 20 de setembro de 1999;
MDXLIV.	Lei nº 1.874, de 3 de novembro de 1999;
MDXLV.	Lei nº 1.875, de 3 de novembro de 1999;
MDXLVI.	Lei nº 1.876, de 9 de novembro de 1999;
MDXLVII.	Lei nº 1.877, de 10 de novembro de 1999;
MDXLVIII.	Lei nº 1.888, de 20 de dezembro de 1999;
MDXLIX.	Lei nº 1.890, de 20 de dezembro de 1999;
MDL.	Lei nº 1.891, de 20 de dezembro de 1999;
MDLI.	Lei nº 1.892, de 21 de dezembro de 1999;
MDLII.	Lei nº 1.893, de 21 de dezembro de 1999;
MDLIII.	Lei nº 1.895, de 24 de dezembro de 1999;
MDLIV.	Lei nº 1.896, de 27 de dezembro de 1999;
MDLV.	Lei nº 1.897, de 28 de dezembro de 1999;
MDLVI.	Lei nº 1.900, de 17 de fevereiro de 2000;
MDLVII.	Lei nº 1.901, de 17 de fevereiro de 2000;
MDLVIII.	Lei nº 1.902, de 17 de fevereiro de 2000;
MDLIX.	Lei nº 1.903, de 17 de fevereiro de 2000;
MDLX.	Lei nº 1.907, de 17 de fevereiro de 2000;

MDLXI.	Lei nº 1.908, de 25 de fevereiro de 2000;
MDLXII.	Lei nº 1.909, de 3 de março de 2000;
MDLXIII.	Lei nº 1.911, de 14 de março de 2000;
MDLXIV.	Lei nº 1.913, de 24 de março de 2000;
MDLXV.	Lei nº 1.914, de 27 de março de 2000;
MDLXVI.	Lei nº 1.915, de 29 de março de 2000;
MDLXVII.	Lei nº 1.922, de 19 de abril de 2000;
MDLXVIII.	Lei nº 1.923, de 24 de abril de 2000;
MDLXIX.	Lei nº 1.924, de 25 de abril de 2000;
MDLXX.	Lei nº 1.925, de 25 de abril de 2000;
MDLXXI.	Lei nº 1.926, de 2 de maio de 2000;
MDLXXII.	Lei nº 1.927, de 9 de maio de 2000;
MDLXXIII.	Lei nº 1.928, de 17 de maio de 2000;
MDLXXIV.	Lei nº 1.930, de 24 de maio de 2000;
MDLXXV.	Lei nº 1.932, de 30 de maio de 2000;
MDLXXVI.	Lei nº 1.935, de 6 de junho de 2000;
MDLXXVII.	Lei nº 1.938, de 26 de junho de 2000;
MDLXXVIII.	Lei nº 1.942, de 3 de julho de 2000;
MDLXXIX.	Lei nº 1.943, de 4 de julho de 2000;
MDLXXX.	Lei nº 1.944, de 4 de julho de 2000;
MDLXXXI.	Lei nº 1.949, de 17 de julho de 2000;
MDLXXXII.	Lei nº 1.951, de 7 de agosto de 2000;
MDLXXXIII.	Lei nº 1.958, de 25 de agosto de 2000;
MDLXXXIV.	Lei nº 1.962, de 4 de setembro de 2000;
MDLXXXV.	Lei nº 1.963, de 4 de setembro de 2000;
MDLXXXVI.	Lei nº 1.967, de 18 de setembro de 2000;
MDLXXXVII.	Lei nº 1.968, de 19 de setembro de 2000;
MDLXXXVIII.	Lei nº 1.971, de 21 de setembro de 2000;
MDLXXXIX.	Lei nº 1.973, de 26 de setembro de 2000;
MDXC.	Lei nº 1.978, de 31 de outubro de 2000;
MDXCI.	Lei nº 1.979, de 31 de outubro de 2000;
MDXCII.	Lei nº 1.980, de 1º de novembro de 2000;
MDXCIII.	Lei nº 1.981, de 1º de novembro de 2000;
MDXCIV.	Lei nº 1.984, de 24 de novembro de 2000;
MDXCV.	Lei nº 1.988, de 11 de dezembro de 2000;
MDXCVI.	Lei nº 1.989, de 11 de dezembro de 2000;
MDXCVII.	Lei nº 1.992, de 19 de dezembro de 2000;
MDXCVIII.	Lei nº 1.995, de 19 de dezembro de 2000;
MDXCIX.	Lei nº 2.001, de 20 de dezembro de 2000;
MDC.	Lei nº 2.002, de 20 de dezembro de 2000;
MDCI.	Lei nº 2.003, de 20 de dezembro de 2000;
MDCII.	Lei nº 2.005, de 21 de dezembro de 2000;
MDCIII.	Lei nº 2.006, de 22 de dezembro de 2000;
MDCIV.	Lei nº 2.013, de 2 de março de 2001;
MDCV.	Lei nº 2.014, de 8 de março de 2001;
MDCVI.	Lei nº 2.016, de 28 de março de 2001;
MDCVII.	Lei nº 2.017, de 28 de março de 2001;
MDCVIII.	Lei nº 2.018, de 29 de março de 2001;
MDCIX.	Lei nº 2.019, de 29 de março de 2001;
MDCX.	Lei nº 2.022, de 16 de abril de 2001;

MDCXI.	Lei nº 2.027, de 26 de abril de 2001;
MDCXII.	Lei nº 2.029, de 27 de abril de 2001;
MDCXIII.	Lei nº 2.030, de 27 de abril de 2001;
MDCXIV.	Lei nº 2.031, de 27 de abril de 2001;
MDCXV.	Lei nº 2.032, de 27 de abril de 2001;
MDCXVI.	Lei nº 2.033, de 27 de abril de 2001;
MDCXVII.	Lei nº 2.034, de 27 de abril de 2001;
MDCXVIII.	Lei nº 2.035, de 27 de abril de 2001;
MDCXIX.	Lei nº 2.036, de 27 de abril de 2001;
MDCXX.	Lei nº 2.037, de 27 de abril de 2001;
MDCXXI.	Lei nº 2.038, de 27 de abril de 2001;
MDCXXII.	Lei nº 2.040, de 27 de abril de 2001;
MDCXXIII.	Lei nº 2.043, de 18 de maio de 2001;
MDCXXIV.	Lei nº 2.044, de 1º de junho de 2001;
MDCXXV.	Lei nº 2.045, de 4 de junho de 2001;
MDCXXVI.	Lei nº 2.046, de 4 de junho de 2001;
MDCXXVII.	Lei nº 2.047, de 4 de junho de 2001;
MDCXXVIII.	Lei nº 2.048, de 4 de junho de 2001;
MDCXXIX.	Lei nº 2.050, de 8 de junho de 2001;
MDCXXX.	Lei nº 2.051, de 13 de junho de 2001;
MDCXXXI.	Lei nº 2.052, de 13 de junho de 2001;
MDCXXXII.	Lei nº 2.053, de 13 de junho de 2001;
MDCXXXIII.	Lei nº 2.054, de 19 de junho de 2001;
MDCXXXIV.	Lei nº 2.056, de 2 de julho de 2001;
MDCXXXV.	Lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001;
MDCXXXVI.	Lei nº 2.058, de 5 de julho de 2001;
MDCXXXVII.	Lei nº 2.060, de 11 de julho de 2001;
MDCXXXVIII.	Lei nº 2.061, de 16 de julho de 2001;
MDCXXXIX.	Lei nº 2.062, de 14 de agosto de 2001;
MDCXL.	Lei nº 2.063, de 22 de agosto de 2001;
MDCXLI.	Lei nº 2.064, de 28 de agosto de 2001;
MDCXLII.	Lei nº 2.066, de 11 de setembro de 2001;
MDCXLIII.	Lei nº 2.067, de 10 de setembro de 2001;
MDCXLIV.	Lei nº 2.068, de 10 de setembro de 2001;
MDCXLV.	Lei nº 2.069, de 10 de setembro de 2001;
MDCXLVI.	Lei nº 2.070, de 10 de setembro de 2001;
MDCXLVII.	Lei nº 2.071, de 10 de setembro de 2001;
MDCXLVIII.	Lei nº 2.072, de 10 de setembro de 2001;
MDCXLIX.	Lei nº 2.073, de 10 de setembro de 2001;
MDCL.	Lei nº 2.074, de 10 de setembro de 2001;
MDCLI.	Lei nº 2.075, de 10 de setembro de 2001;
MDCLII.	Lei nº 2.076, de 19 de setembro de 2001;
MDCLIII.	Lei nº 2.080, de 8 de outubro de 2001;
MDCLIV.	Lei nº 2.081, de 9 de outubro de 2001;
MDCLV.	Lei nº 2.082, de 9 de outubro de 2001;
MDCLVI.	Lei nº 2.083, de 9 de outubro de 2001;
MDCLVII.	Lei nº 2.085, de 11 de outubro de 2001;
MDCLVIII.	Lei nº 2.089, de 19 de outubro de 2001;
MDCLIX.	Lei nº 2.092, de 7 de novembro de 2001;
MDCLX.	Lei nº 2.095, de 13 de novembro de 2001;

MDCLXI.	Lei nº 2.097, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXII.	Lei nº 2.098, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXIII.	Lei nº 2.099, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXIV.	Lei nº 2.100, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXV.	Lei nº 2.101, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXVI.	Lei nº 2.102, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXVII.	Lei nº 2.103, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXVIII.	Lei nº 2.104, de 19 de novembro de 2001;
MDCLXIX.	Lei nº 2.109, de 17 de dezembro de 2001;
MDCLXX.	Lei nº 2.110, de 17 de dezembro de 2001;
MDCLXXI.	Lei nº 2.112, de 26 de dezembro de 2001;
MDCLXXII.	Lei nº 2.117, de 27 de dezembro de 2001;
MDCLXXIII.	Lei nº 2.122, de 28 de dezembro de 2001;
MDCLXXIV.	Lei nº 2.128, de 23 de janeiro de 2002;
MDCLXXV.	Lei nº 2.129, de 28 de janeiro de 2002;
MDCLXXVI.	Lei nº 2.130, de 31 de janeiro de 2002;
MDCLXXVII.	Lei nº 2.131, de 31 de janeiro de 2002;
MDCLXXVIII.	Lei nº 2.132, de 31 de janeiro de 2002;
MDCLXXIX.	Lei nº 2.136, de 15 de março de 2002;
MDCLXXX.	Lei nº 2.137, de 15 de março de 2002;
MDCLXXXI.	Lei nº 2.138, de 15 de março de 2002;
MDCLXXXII.	Lei nº 2.139, de 15 de março de 2002;
MDCLXXXIII.	Lei nº 2.140, de 18 de março de 2002;
MDCLXXXIV.	Lei nº 2.141, de 18 de março de 2002;
MDCLXXXV.	Lei nº 2.142, de 20 de março de 2002;
MDCLXXXVI.	Lei nº 2.144, de 2 de abril de 2002;
MDCLXXXVII.	Lei nº 2.147, de 16 de abril de 2002;
MDCLXXXVIII.	Lei nº 2.148, de 16 de abril de 2002;
MDCLXXXIX.	Lei nº 2.149, de 16 de abril de 2002;
MDCXC.	Lei nº 2.151, de 26 de abril de 2002;
MDCXCI.	Lei nº 2.152, de 29 de abril de 2002;
MDCXCII.	Lei nº 2.153, de 6 de maio de 2002;
MDCXCIII.	Lei nº 2.154, de 13 de maio de 2002;
MDCXCIV.	Lei nº 2.155, de 21 de maio de 2002;
MDCXCV.	Lei nº 2.156, de 24 de maio de 2002;
MDCXCVI.	Lei nº 2.157, de 3 de junho de 2002;
MDCXCVII.	Lei nº 2.159, de 10 de junho de 2002;
MDCXCVIII.	Lei nº 2.160, de 26 de junho de 2002;
MDCXCIX.	Lei nº 2.161, de 26 de junho de 2002;
MDCC.	Lei nº 2.162, de 26 de junho de 2002;
MDCCI.	Lei nº 2.164, de 1º de julho de 2002;
MDCCII.	Lei nº 2.165, de 1º de julho de 2002;
MDCCIII.	Lei nº 2.166, de 2 de julho de 2002;
MDCCIV.	Lei nº 2.167, de 3 de julho de 2002;
MDCCV.	Lei nº 2.168, de 3 de julho de 2002;
MDCCVI.	Lei nº 2.169, de 8 de julho de 2002;
MDCCVII.	Lei nº 2.170, de 8 de julho de 2002;
MDCCVIII.	Lei nº 2.171, de 10 de julho de 2002;
MDCCIX.	Lei nº 2.174, de 20 de agosto de 2002;
MDCCX.	Lei nº 2.175, de 22 de agosto de 2002;

MDCCXI.	Lei nº 2.176, de 22 de agosto de 2002;
MDCCXII.	Lei nº 2.177, de 22 de agosto de 2002;
MDCCXIII.	Lei nº 2.179, de 22 de agosto de 2002;
MDCCXIV.	Lei nº 2.180, de 26 de agosto de 2002;
MDCCXV.	Lei nº 2.181, de 28 de agosto de 2002;
MDCCXVI.	Lei nº 2.182, de 30 de agosto de 2002;
MDCCXVII.	Lei nº 2.183, de 9 de setembro de 2002;
MDCCXVIII.	Lei nº 2.185, de 7 de outubro de 2002;
MDCCXIX.	Lei nº 2.188, de 15 de outubro de 2002;
MDCCXX.	Lei nº 2.190, de 25 de outubro de 2002;
MDCCXXI.	Lei nº 2.191, de 5 de novembro de 2002;
MDCCXXII.	Lei nº 2.195, de 12 de novembro de 2002;
MDCCXXIII.	Lei nº 2.196, de 12 de novembro de 2002;
MDCCXXIV.	Lei nº 2.197, de 12 de novembro de 2002;
MDCCXXV.	Lei nº 2.198, de 12 de novembro de 2002;
MDCCXXVI.	Lei nº 2.202, de 25 de novembro de 2002;
MDCCXXVII.	Lei nº 2.204, de 26 de novembro de 2002;
MDCCXXVIII.	Lei nº 2.205, de 3 de dezembro de 2002;
MDCCXXIX.	Lei nº 2.207, de 4 de dezembro de 2002;
MDCCXXX.	Lei nº 2.208, de 4 de dezembro de 2002;
MDCCXXXI.	Lei nº 2.211, de 18 de dezembro de 2002;
MDCCXXXII.	Lei nº 2.214, de 20 de dezembro de 2002;
MDCCXXXIII.	Lei nº 2.217, de 23 de dezembro de 2002;
MDCCXXXIV.	Lei nº 2.220, de 17 de fevereiro de 2003;
MDCCXXXV.	Lei nº 2.221, de 26 de fevereiro de 2003;
MDCCXXXVI.	Lei nº 2.224, de 24 de março de 2003;
MDCCXXXVII.	Lei nº 2.225, de 24 de março de 2003;
MDCCXXXVIII.	Lei nº 2.277, de 16 de setembro de 2003;
MDCCXXXIX.	Lei nº 2.230, de 26 de março de 2003;
MDCCXL.	Lei nº 2.231, de 31 de março de 2003;
MDCCXLI.	Lei nº 2.233, de 4 de abril de 2003;
MDCCXLII.	Lei nº 2.234, de 8 de abril de 2003;
MDCCXLIII.	Lei nº 2.237, de 11 de abril de 2003;
MDCCXLIV.	Lei nº 2.240, de 24 de abril de 2003;
MDCCXLV.	Lei nº 2.241, de 28 de abril de 2003
MDCCXLVI.	Lei nº 2.242, de 28 de abril de 2003
MDCCXLVII.	Lei nº 2.243, de 28 de abril de 2003
MDCCXLVIII.	Lei nº 2.244, de 28 de abril de 2003
MDCCXLIX.	Lei nº 2.245, de 30 de abril de 2003
MDCCL.	Lei nº 2.246, de 30 de abril de 2003
MDCCLI.	Lei nº 2.247, de 2 de maio de 2003
MDCCLII.	Lei nº 2.248, de 7 de maio de 2003;
MDCCLIII.	Lei nº 2.250, de 15 de maio de 2003;
MDCCLIV.	Lei nº 2.253, de 26 de maio de 2003;
MDCCLV.	Lei nº 2.257, de 10 de junho de 2003;
MDCCLVI.	Lei nº 2.260, de 17 de junho de 2003;
MDCCLVII.	Lei nº 2.264, de 30 de junho de 2003;
MDCCLVIII.	Lei nº 2.266, de 3 de julho de 2003;
MDCCLIX.	Lei nº 2.267, de 3 de julho de 2003;
MDCCLX.	Lei nº 2.268, de 3 de julho de 2003;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls. 37
Visto

MDCCLXI.	Lei nº 2.274, de 18 de julho de 2003;
MDCCLXII.	Lei nº 2.279, de 25 setembro de 2003;
MDCCLXIII.	Lei nº 2.280, de 25 setembro de 2003;
MDCCLXIV.	Lei nº 2.288, de 22 de outubro de 2003;
MDCCLXV.	Lei nº 2.294, de 18 de novembro de 2003;
MDCCLXVI.	Lei nº 2.298, de 1º de dezembro de 2003;
MDCCLXVII.	Lei nº 2.299, de 1º de dezembro de 2003;
MDCCLXVIII.	Lei nº 2.303, de 16 de dezembro de 2003;
MDCCLXIX.	Lei nº 2.305, de 18 de dezembro de 2003;
MDCCLXX.	Lei nº 2.306, de 22 de dezembro de 2003;
MDCCLXXI.	Lei nº 2.307, de 22 de dezembro de 2003;
MDCCLXXII.	Lei nº 2.310, de 29 de dezembro de 2003;
MDCCLXXIII.	Lei nº 2.311, de 29 de dezembro de 2003;
MDCCLXXIV.	Lei nº 2.312, de 29 de dezembro de 2003;
MDCCLXXV.	Lei nº 2.313, de 31 de dezembro de 2003;
MDCCLXXVI.	Lei nº 2.314, de 31 de dezembro de 2003;
MDCCLXXVII.	Lei nº 2.315, de 23 de janeiro de 2004;
MDCCLXXVIII.	Lei nº 2.317, de 25 de fevereiro de 2004;
MDCCLXXIX.	Lei nº 2.318, de 27 de fevereiro de 2004;
MDCCLXXX.	Lei nº 2.319, de 27 de fevereiro de 2004;
MDCCLXXXI.	Lei nº 2.321, de 10 de março de 2004;
MDCCLXXXII.	Lei nº 2.322, de 19 de março de 2004;
MDCCLXXXIII.	Lei nº 2.323, de 31 de março de 2004;
MDCCLXXXIV.	Lei nº 2.324, de 1º de abril de 2004;
MDCCLXXXV.	Lei nº 2.325, de 1º de abril de 2004;
MDCCLXXXVI.	Lei nº 2.326, de 1º de abril de 2004;
MDCCLXXXVII.	Lei nº 2.327, de 1º de abril de 2004;
MDCCLXXXVIII.	Lei nº 2.334, de 10 de maio de 2004;
MDCCLXXXIX.	Lei nº 2.336, de 12 de maio de 2004;
MDCCXC.	Lei nº 2.342, de 7 de junho de 2004;
MDCCXCI.	Lei nº 2.346, de 15 de junho de 2004;
MDCCXCII.	Lei nº 2.350, de 18 de junho de 2004;
MDCCXCIII.	Lei nº 2.351, de 18 de junho de 2004;
MDCCXCIV.	Lei nº 2.352, de 18 de junho de 2004;
MDCCXCV.	Lei nº 2.353, de 18 de junho de 2004;
MDCCXCVI.	Lei nº 2.354, de 23 de junho de 2004;
MDCCXCVII.	Lei nº 2.358, de 5 de julho de 2004;
MDCCXCVIII.	Lei nº 2.359, de 5 de julho de 2004;
MDCCXCIX.	Lei nº 2.365, de 14 de julho de 2004;
MDCCC.	Lei nº 2.370, de 16 de agosto de 2004;
MDCCCI.	Lei nº 2.371, de 26 de agosto de 2004;
MDCCCII.	Lei nº 2.372, de 26 de agosto de 2004;
MDCCCIII.	Lei nº 2.373, de 6 de setembro de 2004;
MDCCCIV.	Lei nº 2.385, de 5 de novembro de 2004;
MDCCCV.	Lei nº 2.388, de 10 de novembro de 2004;
MDCCCVI.	Lei nº 2.391, de 16 de novembro de 2004;
MDCCCVII.	Lei nº 2.392, de 16 de novembro de 2004;
MDCCCVIII.	Lei nº 2.393, de 16 de novembro de 2004;
MDCCCIX.	Lei nº 2.399, de 13 de dezembro de 2004;
MDCCCX.	Lei nº 2.418, de 21 de janeiro de 2005;

MDCCCXI.	Lei nº 2.419, de 21 de janeiro de 2005;
MDCCCXII.	Lei nº 2.420, de 26 de janeiro de 2005;
MDCCCXIII.	Lei nº 2.421, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCCXIV.	Lei nº 2.422, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCCXV.	Lei nº 2.423, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCCXVI.	Lei nº 2.424, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCCXVII.	Lei nº 2.425, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCCXVIII.	Lei nº 2.426, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCCXIX.	Lei nº 2.427, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCCXX.	Lei nº 2.429, de 22 de fevereiro de 2005;
MDCCCXXI.	Lei nº 2.430, de 7 de março de 2005;
MDCCCXXII.	Lei nº 2.434, de 11 de março de 2005;
MDCCCXXIII.	Lei nº 2.435, de 11 de março de 2005;
MDCCCXXIV.	Lei nº 2.436, de 11 de março de 2005;
MDCCCXXV.	Lei nº 2.438, de 29 de março de 2005;
MDCCCXXVI.	Lei nº 2.443, de 5 de abril de 2005;
MDCCCXXVII.	Lei nº 2.446, de 25 de abril de 2005;
MDCCCXXVIII.	Lei nº 2.447, de 25 de abril de 2005;
MDCCCXXIX.	Lei nº 2.452, de 11 de maio de 2005;
MDCCCXXX.	Lei nº 2.454, de 11 de maio de 2005;
MDCCCXXXI.	Lei nº 2.455, de 17 de maio de 2005;
MDCCCXXXII.	Lei nº 2.456, de 17 de maio de 2005;
MDCCCXXXIII.	Lei nº 2.458, de 25 de maio de 2005;
MDCCCXXXIV.	Lei nº 2.460, de 7 de junho de 2005;
MDCCCXXXV.	Lei nº 2.468, de 28 de junho de 2005;
MDCCCXXXVI.	Lei nº 2.469, de 28 de junho de 2005;
MDCCCXXXVII.	Lei nº 2.470, de 28 de junho de 2005;
MDCCCXXXVIII.	Lei nº 2.474, de 14 de julho de 2005;
MDCCCXXXIX.	Lei nº 2.475, de 14 de julho de 2005;
MDCCCXL.	Lei nº 2.478, de 15 de julho de 2005;
MDCCCXLI.	Lei nº 2.479, de 19 de julho de 2005;
MDCCCXLII.	Lei nº 2.480, de 19 de julho de 2005;
MDCCCXLIII.	Lei nº 2.483, de 29 de julho de 2005;
MDCCCXLIV.	Lei nº 2.484, de 29 de julho de 2005;
MDCCCXLV.	Lei nº 2.485, de 29 de julho de 2005;
MDCCCXLVI.	Lei nº 2.487, de 9 de agosto de 2005;
MDCCCXLVII.	Lei nº 2.492, de 16 de agosto de 2005;
MDCCCXLVIII.	Lei nº 2.493, de 16 de agosto de 2005;
MDCCCXLIX.	Lei nº 2.494 de 16 de agosto de 2005;
MDCCCL.	Lei nº 2.496, de 19 de agosto de 2005;
MDCCCLI.	Lei nº 2.497, de 29 de agosto de 2005;
MDCCCLII.	Lei nº 2.498, de 29 de agosto de 2005;
MDCCCLIII.	Lei nº 2.499, de 29 de agosto de 2005;
MDCCCLIV.	Lei nº 2.500, de 29 de agosto de 2005;
MDCCCLV.	Lei nº 2.506, de 13 de setembro de 2005;
MDCCCLVI.	Lei nº 2.507, de 13 de setembro de 2005;
MDCCCLVII.	Lei nº 2.508, de 13 de setembro de 2005;
MDCCCLVIII.	Lei nº 2.509, de 13 de setembro de 2005;
MDCCCLIX.	Lei nº 2.510, de 13 de setembro de 2005;
MDCCCLX.	Lei nº 2.511, de 19 de setembro de 2005;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 30
Visto

MDCCCLXI.	Lei nº 2.515, de 20 de setembro de 2005;
MDCCCLXII.	Lei nº 2.516, de 20 de setembro de 2005;
MDCCCLXIII.	Lei nº 2.519, de 20 de setembro de 2005;
MDCCCLXIV.	Lei nº 2.520, de 23 de setembro de 2005;
MDCCCLXV.	Lei nº 2.522, de 23 de setembro de 2005;
MDCCCLXVI.	Lei nº 2.529, de 4 de outubro de 2005;
MDCCCLXVII.	Lei nº 2.530, de 4 de outubro de 2005;
MDCCCLXVIII.	Lei nº 2.532, de 5 de outubro de 2005;
MDCCCLXIX.	Lei nº 2.540, de 21 de outubro de 2005;
MDCCCLXX.	Lei nº 2.541, de 25 de outubro de 2005;
MDCCCLXXI.	Lei nº 2.542, de 28 de outubro de 2005;
MDCCCLXXII.	Lei nº 2.544, de 28 de outubro de 2005;
MDCCCLXXIII.	Lei nº 2.549, de 11 de novembro de 2005;
MDCCCLXXIV.	Lei nº 2.550, de 11 de novembro de 2005;
MDCCCLXXV.	Lei nº 2.551, de 11 de novembro de 2005;
MDCCCLXXVI.	Lei nº 2.552, de 11 de novembro de 2005;
MDCCCLXXVII.	Lei nº 2.553, de 18 de novembro de 2005;
MDCCCLXXVIII.	Lei nº 2.554, de 18 de novembro de 2005;
MDCCCLXXIX.	Lei nº 2.555, de 18 de novembro de 2005;
MDCCCLXXX.	Lei nº 2.557, de 28 de novembro de 2005;
MDCCCLXXXI.	Lei nº 2.558, de 30 de novembro de 2005;
MDCCCLXXXII.	Lei nº 2.564, de 19 de dezembro de 2005;
MDCCCLXXXIII.	Lei nº 2.566, de 19 de dezembro de 2005;
MDCCCLXXXIV.	Lei nº 2.567, de 19 de dezembro de 2005;
MDCCCLXXXV.	Lei nº 2.570, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCLXXXVI.	Lei nº 2.571, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCLXXXVII.	Lei nº 2.572, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCLXXXVIII.	Lei nº 2.573, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCLXXXIX.	Lei nº 2.574, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCXC.	Lei nº 2.575, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCXCI.	Lei nº 2.577, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCXCII.	Lei nº 2.579, de 18 de janeiro de 2006;
MDCCCXCIII.	Lei nº 2.580, de 25 de janeiro de 2006;
MDCCCXCIV.	Lei nº 2.581, de 25 de janeiro de 2006;
MDCCCXCV.	Lei nº 2.582, de 30 de janeiro de 2006;
MDCCCXCVI.	Lei nº 2.583, de 7 de fevereiro de 2006;
MDCCCXCVII.	Lei nº 2.587, de 10 de março de 2006;
MDCCCXCVIII.	Lei nº 2.588, de 10 de março de 2006;
MDCCCXCIX.	Lei nº 2.589, de 10 de março de 2006;
MCM.	Lei nº 2.590, de 15 de março de 2006;
MCMI.	Lei nº 2.593, de 20 de março de 2006;
MCMII.	Lei nº 2.594, de 20 de março de 2006;
MCMIII.	Lei nº 2.595, de 20 de março de 2006;
MCMIV.	Lei nº 2.598, de 28 de março de 2006;
MCMV.	Lei nº 2.600, de 30 de março de 2006;
MCMVI.	Lei nº 2.602, de 31 de março de 2006;
MCMVII.	Lei nº 2.603, de 4 de abril de 2006;
MCMVIII.	Lei nº 2.604, de 4 de abril de 2006;
MCMIX.	Lei nº 2.605, de 4 de abril de 2006;
MCMX.	Lei nº 2.606, de 4 de abril de 2006;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 40
Visto

MCMXI.	Lei nº 2.609, de 17 de abril de 2006;
MCMXII.	Lei nº 2.610, de 17 de abril de 2006;
MCMXIII.	Lei nº 2.612, de 17 de abril de 2006;
MCMXIV.	Lei nº 2.616, de 26 de abril de 2006;
MCMXV.	Lei nº 2.618, de 4 de maio de 2006;
MCMXVI.	Lei nº 2.619, de 4 de maio de 2006;
MCMXVII.	Lei nº 2.622, de 12 de maio de 2006;
MCMXVIII.	Lei nº 2.623, de 24 de maio de 2006;
MCMXIX.	Lei nº 2.625, de 1º de junho de 2006;
MCMXX.	Lei nº 2.628, de 2 de junho de 2006;
MCMXXI.	Lei nº 2.634, de 20 de junho de 2006;
MCMXXII.	Lei nº 2.635, de 20 de junho de 2006;
MCMXXIII.	Lei nº 2.637, de 20 de junho de 2006;
MCMXXIV.	Lei nº 2.638, de 21 de junho de 2006;
MCMXXV.	Lei nº 2.639, de 26 de junho de 2006;
MCMXXVI.	Lei nº 2.640, de 26 de junho de 2006;
MCMXXVII.	Lei nº 2.641, de 28 de junho de 2006;
MCMXXVIII.	Lei nº 2.644, de 4 de julho de 2006;
MCMXXIX.	Lei nº 2.645, de 4 de julho de 2006;
MCMXXX.	Lei nº 2.649, de 11 de julho de 2006;
MCMXXXI.	Lei nº 2.653, de 18 de julho de 2006;
MCMXXXII.	Lei nº 2.654, de 18 de julho de 2006;
MCMXXXIII.	Lei nº 2.655, de 18 de julho de 2006;
MCMXXXIV.	Lei nº 2.656, de 18 de julho de 2006;
MCMXXXV.	Lei nº 2.657, de 18 de julho de 2006;
MCMXXXVI.	Lei nº 2.659, de 15 de agosto de 2006;
MCMXXXVII.	Lei nº 2.662, de 22 de agosto de 2006;
MCMXXXVIII.	Lei nº 2.663, de 22 de agosto de 2006;
MCMXXXIX.	Lei nº 2.664, de 23 de agosto de 2006;
MCMXL.	Lei nº 2.665, de 23 de agosto de 2006;
MCMXLI.	Lei nº 2.666, de 25 de agosto de 2006;
MCMXLII.	Lei nº 2.667, de 25 de agosto de 2006;
MCMXLIII.	Lei nº 2.668, de 29 de agosto de 2006;
MCMXLIV.	Lei nº 2.669, de 31 de agosto de 2006;
MCMXLV.	Lei nº 2.670, de 31 de agosto de 2006;
MCMXLVI.	Lei nº 2.671, de 31 de agosto de 2006;
MCMXLVII.	Lei nº 2.672, de 31 de agosto de 2006;
MCMXLVIII.	Lei nº 2.673, de 1º de setembro de 2006;
MCMXLIX.	Lei nº 2.674, de 1° de setembro de 2006;
MCML.	Lei nº 2.675, de 1° de setembro de 2006;
MCMLI.	Lei nº 2.676, de 1° de setembro de 2006;
MCMLII.	Lei nº 2.677, de 1° de setembro de 2006;
MCMLIII.	Lei nº 2.678, de 13 de setembro de 2006;
MCMLIV.	Lei nº 2.680, de 20 de setembro de 2006;
MCMLV.	Lei nº 2.681, de 25 de setembro de 2006;
MCMLVI.	Lei nº 2.682, de 25 de setembro de 2006;
MCMLVII.	Lei nº 2.683, de 29 de setembro de 2006;
MCMLVIII.	Lei nº 2.684, de 11 de outubro de 2006;
MCMLIX.	Lei nº 2.685, de 11 de outubro de 2006;
MCMLX.	Lei nº 2.686, de 11 de outubro de 2006;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 41
Visto

MCMLXI.	Lei nº 2.687, de 11 de outubro de 2006;
MCMLXII.	Lei nº 2.688, de 11 de outubro de 2006;
MCMLXIII.	Lei nº 2.689, de 18 de outubro de 2006;
MCMLXIV.	Lei nº 2.690, de 18 de outubro de 2006;
MCMLXV.	Lei nº 2.692, de 20 de outubro de 2006;
MCMLXVI.	Lei nº 2.694, de 27 de outubro de 2006;
MCMLXVII.	Lei nº 2.695, de 27 de outubro de 2006;
MCMLXVIII.	Lei nº 2.697, de 7 de novembro de 2006;
MCMLXIX.	Lei nº 2.700, de 21 de novembro de 2006;
MCMLXX.	Lei nº 2.702, de 21 de novembro de 2006;
MCMLXXI.	Lei nº 2.704, de 27 de novembro de 2006;
MCMLXXII.	Lei nº 2.705, de 27 de novembro de 2006;
MCMLXXIII.	Lei nº 2.710, de 11 de dezembro de 2006;
MCMLXXIV.	Lei nº 2.711, de 15 de dezembro de 2006;
MCMLXXV.	Lei nº 2.712, de 15 de dezembro de 2006;
MCMLXXVI.	Lei nº 2.713, de 15 de dezembro de 2006;
MCMLXXVII.	Lei nº 2.714, de 21 de dezembro de 2006;
MCMLXXVIII.	Lei nº 2.718, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXIX.	Lei nº 2.719, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXX.	Lei nº 2.720, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXXI.	Lei nº 2.721, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXXII.	Lei nº 2.722, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXXIII.	Lei nº 2.723, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXXIV.	Lei nº 2.725, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXXV.	Lei nº 2.726, de 26 de dezembro de 2006;
MCMLXXXVI.	Lei nº 2.727, de 28 de dezembro de 2006;
MCMLXXXVII.	Lei nº 2.729, de 23 de janeiro de 2007;
MCMLXXXVIII.	Lei nº 2.730, de 23 de janeiro de 2007;
MCMLXXXIX.	Lei nº 2.731, de 24 de janeiro de 2007;
MCMXC.	Lei nº 2.732, de 24 de janeiro de 2007;
MCMXCI.	Lei nº 2.733, de 24 de janeiro de 2007;
MCMXCII.	Lei nº 2.735, de 13 de fevereiro de 2007;
MCMXCIII.	Lei nº 2.736, de 21 de fevereiro de 2007;
MCMXCIV.	Lei nº 2.737, de 23 de fevereiro de 2007;
MCMXCV.	Lei nº 2.738, de 7 de março de 2007;
MCMXCVI.	Lei nº 2.739, de 7 de março de 2007;
MCMXCVII.	Lei nº 2.740, de 7 de março de 2007;
MCMXCVIII.	Lei nº 2.742, de 13 de março de 2007;
MCMXCIX.	Lei nº 2.743, de 20 de março de 2007;
MM.	Lei nº 2.744, de 20 de março de 2007;
MMI.	Lei nº 2.745, de 22 de março de 2007;
MMII.	Lei nº 2.746, de 27 de março de 2007;
MMIII.	Lei nº 2.749, de 2 de abril de 2007;
MMIV.	Lei nº 2.750, de 10 de abril de 2007;
MMV.	Lei nº 2.751, de 10 de abril de 2007;
MMVI.	Lei nº 2.752, de 10 de abril de 2007;
MMVII.	Lei nº 2.753, de 13 de abril de 2007;
MMVIII.	Lei nº 2.755, de 20 de abril de 2007;
MMIX.	Lei nº 2.756, de 20 de abril de 2007;
MMX.	Lei nº 2.757, de 30 de abril de 2007;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMXI.	Lei nº 2.758, de 27 de abril de 2007;
MMXII.	Lei nº 2.759, de 27 de abril de 2007;
MMXIII.	Lei nº 2.760, de 30 de abril de 2007;
MMXIV.	Lei nº 2.761, de 30 de abril de 2007;
MMXV.	Lei nº 2.762, de 27 de abril de 2007;
MMXVI.	Lei nº 2.763, de 27 de abril de 2007;
MMXVII.	Lei nº 2.764, de 27 de abril de 2007;
MMXVIII.	Lei nº 2.765, de 7 de maio de 2007;
MMXIX.	Lei nº 2.767, de 11 de maio de 2007;
MMXX.	Lei nº 2.768, de 16 de maio de 2007;
MMXXI.	Lei nº 2.772, de 29 de maio de 2007;
MMXXII.	Lei nº 2.775, de 29 de maio de 2007;
MMXXIII.	Lei nº 2.776, de 29 de maio de 2007;
MMXXIV.	Lei nº 2.779, de 6 de junho de 2007;
MMXXV.	Lei nº 2.781, de 14 de junho de 2007;
MMXXVI.	Lei nº 2.783, de 19 de junho de 2007;
MMXXVII.	Lei nº 2.785, de 27 de junho de 2007;
MMXXVIII.	Lei nº 2.786, de 4 de julho de 2007;
MMXXIX.	Lei nº 2.787, de 4 de julho de 2007;
MMXXX.	Lei nº 2.788, de 4 de julho de 2007;
MMXXXI.	Lei nº 2.792, de 6 de julho de 2007;
MMXXXII.	Lei nº 2.793, de 6 de julho de 2007;
MMXXXIII.	Lei nº 2.794, de 6 de julho de 2007;
MMXXXIV.	Lei nº 2.796, de 6 de julho de 2007;
MMXXXV.	Lei nº 2.797, de 6 de julho de 2007;
MMXXXVI.	Lei nº 2.798, de 12 de julho de 2007;
MMXXXVII.	Lei nº 2.800, de 12 de julho de 2007;
MMXXXVIII.	Lei nº 2.801, de 12 de julho de 2007;
MMXXXIX.	Lei nº 2.803, de 13 de julho de 2007;
MMXL.	Lei nº 2.808, de 17 de julho de 2007;
MMXLI.	Lei nº 2.809, de 17 de julho de 2007;
MMXLII.	Lei nº 2.810, de 19 de julho de 2007;
MMXLIII.	Lei nº 2.811, de 19 de julho de 2007;
MMXLIV.	Lei nº 2.812, de 24 de julho de 2007;
MMXLV.	Lei nº 2.815, de 3 de agosto de 2007;
MMXLVI.	Lei nº 2.816, de 3 de agosto de 2007;
MMXLVII.	Lei nº 2.817, de 3 de agosto de 2007;
MMXLVIII.	Lei nº 2.819, de 10 de agosto de 2007;
MMXLIX.	Lei nº 2.820, de 10 de agosto de 2007;
MML.	Lei nº 2.824, de 24 de agosto de 2007;
MMLI.	Lei nº 2.828, de 5 de setembro de 2007;
MMLII.	Lei nº 2.830, de 11 de setembro de 2007;
MMLIII.	Lei nº 2.831, de 12 de setembro de 2007;
MMLIV.	Lei nº 2.833, de 18 de setembro de 2007;
MMLV.	Lei nº 2.836, de 21 de setembro de 2007;
MMLVI.	Lei nº 2.837, de 25 de setembro de 2007;
MMLVII.	Lei nº 2.838, de 25 de setembro de 2007;
MMLVIII.	Lei nº 2.840, de 9 de outubro de 2007;
MMLIX.	Lei nº 2.841, de 9 de outubro de 2007;
MMLX.	Lei nº 2.842, de 9 de outubro de 2007;

MMLXI.	Lei nº 2.843, de 9 de outubro de 2007;
MMLXII.	Lei nº 2.844, de 9 de outubro de 2007;
MMLXIII.	Lei nº 2.848, de 10 de outubro de 2007;
MMLXIV.	Lei nº 2.850, de 23 de outubro de 2007;
MMLXV.	Lei nº 2.851, de 23 de outubro de 2007;
MMLXVI.	Lei nº 2.854, de 29 de outubro de 2007;
MMLXVII.	Lei nº 2.856, de 30 de outubro de 2007;
MMLXVIII.	Lei nº 2.857, de 30 de outubro de 2007;
MMLXIX.	Lei nº 2.858, de 30 de outubro de 2007;
MMLXX.	Lei nº 2.859, de 7 de novembro de 2007;
MMLXXI.	Lei nº 2.860, de 7 de novembro de 2007;
MMLXXII.	Lei nº 2.861, de 13 de novembro de 2007;
MMLXXIII.	Lei nº 2.864, de 19 de novembro de 2007;
MMLXXIV.	Lei nº 2.863, de 14 de novembro de 2007;
MMLXXV.	Lei nº 2.865, de 19 de novembro de 2007;
MMLXXVI.	Lei nº 2.866, de 19 de novembro de 2007;
MMLXXVII.	Lei nº 2.867, de 19 de novembro de 2007;
MMLXXVIII.	Lei nº 2.869, de 19 de novembro de 2007;
MMLXXIX.	Lei nº 2.871, de 20 de novembro de 2007;
MMLXXX.	Lei nº 2.872, de 20 de novembro de 2007;
MMLXXXI.	Lei nº 2.875, de 28 de novembro de 2007;
MMLXXXII.	Lei nº 2.876, de 5 de dezembro de 2007;
MMLXXXIII.	Lei nº 2.877, de 5 de dezembro de 2007;
MMLXXXIV.	Lei nº 2.878, de 5 de dezembro de 2007;
MMLXXXV.	Lei nº 2.881, de 7 de dezembro de 2007;
MMLXXXVI.	Lei nº 2.882, de 7 de dezembro de 2007;
MMLXXXVII.	Lei nº 2.884, de 12 de dezembro de 2007;
MMLXXXVIII.	Lei nº 2.885, de 18 de dezembro de 2007;
MMLXXXIX.	Lei nº 2.886, de 18 de dezembro de 2007;
MMXC.	Lei nº 2.888, de 18 de dezembro de 2007;
MMXCI.	Lei nº 2.890, de 18 de dezembro de 2007;
MMXCII.	Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 2007;
MMXCIII.	Lei nº 2.892, de 20 de dezembro de 2007;
MMXCIV.	Lei nº 2.893, de 26 de dezembro de 2007;
MMXCV.	Lei nº 2.896, de 26 de dezembro de 2007;
MMXCVI.	Lei nº 2.898, de 21 de fevereiro de 2008;
MMXCVII.	Lei nº 2.899, de 22 de fevereiro de 2008;
MMXCVIII.	Lei nº 2.903, de 12 de março de 2008;
MMXCIX.	Lei nº 2.904, de 12 de março de 2008;
MMC.	Lei nº 2.907, de 19 de março de 2008;
MMCI.	Lei nº 2.908, de 19 de março de 2008;
MMCII.	Lei nº 2.909, de 20 de março de 2008;
MMCIII.	Lei nº 2.911, de 20 de março de 2008;
MMCIV.	Lei nº 2.912, de 20 de março de 2008;
MMCV.	Lei nº 2.913, de 20 de março de 2008;
MMCVI.	Lei nº 2.914, de 20 de março de 2008;
MMCVII.	Lei nº 2.915, de 20 de março de 2008;
MMCVIII.	Lei nº 2.916, de 20 de março de 2008;
MMCIX.	Lei nº 2.917, de 20 de março de 2008;
MMCX.	Lei nº 2.918, de 20 de março de 2008;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 44
Visto

MMCXI.	Lei nº 2.919, de 20 de março de 2008;
MMCXII.	Lei nº 2.920, de 20 de março de 2008;
MMCXIII.	Lei nº 2.921, de 25 de março de 2008;
MMCXIV.	Lei nº 2.922, de 25 de março de 2008;
MMCXV.	Lei nº 2.924, de 1° de abril de 2008;
MMCXVI.	Lei nº 2.925, de 1º de abril de 2008;
MMCXVII.	Lei nº 2.926, de 1° de abril de 2008;
MMCXVIII.	Lei nº 2.927, de 1° de abril de 2008;
MMCXIX.	Lei nº 2.928, de 1° de abril de 2008;
MMCXX.	Lei nº 2.929, de 7 de abril de 2008;
MMCXXI.	Lei nº 2.930, de 7 de abril de 2008;
MMCXXII.	Lei nº 2.931, de 7 de abril de 2008;
MMCXXIII.	Lei nº 2.932, de 11 de abril de 2008;
MMCXXIV.	Lei nº 2.933, de 11 de abril de 2008;
MMCXXV.	Lei nº 2.934, de 11 de abril de 2008;
MMCXXVI.	Lei nº 2.935, de 11 de abril de 2008;
MMCXXVII.	Lei nº 2.936, de 17 de abril de 2008;
MMCXXVIII.	Lei nº 2.938, de 18 de abril de 2008;
MMCXXIX.	Lei nº 2.939, de 29 de abril de 2008;
MMCXXX.	Lei nº 2.940, de 29 de abril de 2008;
MMCXXXI.	Lei nº 2.941, de 29 de abril de 2008;
MMCXXXII.	Lei nº 2.942, de 29 de abril de 2008;
MMCXXXIII.	Lei nº 2.946, de 13 de maio de 2008;
MMCXXXIV.	Lei nº 2.948, de 13 de maio de 2008;
MMCXXXV.	Lei nº 2.950, de 13 de maio de 2008;
MMCXXXVI.	Lei nº 2.951, de 21 de maio de 2008;
MMCXXXVII.	Lei nº 2.952, de 21 de maio de 2008;
MMCXXXVIII.	Lei nº 2.953, de 21 de maio de 2008;
MMCXXXIX.	Lei nº 2.955, de 30 de maio de 2008;
MMCXL.	Lei nº 2.960, de 4 de junho de 2008;
MMCXLI.	Lei nº 2.961, de 4 de junho de 2008;
MMCXLII.	Lei nº 2.964, de 5 de junho de 2008;
MMCXLIII.	Lei nº 2.966, de 5 de junho de 2008;
MMCXLIV.	Lei nº 2.967, de 5 de junho de 2008;
MMCXLV.	Lei nº 2.969, de 11 de junho de 2008;
MMCXLVI.	Lei nº 2.974, de 19 de junho de 2008;
MMCXLVII.	Lei nº 2.975, de 19 de junhho de 2008;
MMCXLVIII.	Lei nº 2.977, de 19 de junho de 2008;
MMCXLIX.	Lei nº 2.978, de 19 de junho de 2008;
MMCL.	Lei nº 2.979, de 25 de junho de 2008;
MMCLI.	Lei nº 2.980, de 25 de junho de 2008;
MMCLII.	Lei nº 2.981, de 25 de junho de 2008;
MMCLIII.	Lei nº 2.982, de 25 de junho de 2008;
MMCLIV.	Lei nº 2.984, de 27 de junho de 2008;
MMCLV.	Lei nº 2.985, de 27 de junho de 2008;
MMCLVI.	Lei nº 2.986, de 7 de julho de 2008;
MMCLVII.	Lei nº 2.987, de 7 de julho de 2008;
MMCLVIII.	Lei nº 2.988, de 7 de julho de 2008;
MMCLIX.	Lei nº 2.989, de 7 de julho de 2008;
MMCLX.	Lei nº 2.990, de 10 de julho de 2008;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 43
Visto

MMCLXI.	Lei nº 2.992, de 10 de julho de 2008;
MMCLXII.	Lei nº 2.993, de 14 de junho de 2008;
MMCLXIII.	Lei nº 2.995, de 22 de julho de 2008;
MMCLXIV.	Lei nº 2.996, de 22 de julho de 2008;
MMCLXV.	Lei nº 2.997, de 5 de agosto de 2008;
MMCLXVI.	Lei nº 2.998, de 5 de agosto de 2008;
MMCLXVII.	Lei nº 3.000, de 15 de agosto de 2008;
MMCLXVIII.	Lei nº 3.001, de 19 de agosto de 2008;
MMCLXIX.	Lei nº 3.002, de 19 de agosto de 2008;
MMCLXX.	Lei nº 3.003, de 19 de agosto de 2008;
MMCLXXI.	Lei nº 3.004, de 21 de agosto de 2008;
MMCLXXII.	Lei nº 3.008, de 21 de agosto de 2008;
MMCLXXIII.	Lei nº 3.010, de 5 de setembro de 2008;
MMCLXXIV.	Lei nº 3.012, de 15 de setembro de 2008;
MMCLXXV.	Lei nº 3.013, de 18 de setembro de 2008;
MMCLXXVI.	Lei nº 3.014, de 15 de outubro de 2008;
MMCLXXVII.	Lei nº 3.015, de 17 de outubro de 2008;
MMCLXXVIII.	Lei nº 3.017, de 22 de outubro de 2008;
MMCLXXIX.	Lei nº 3.018, de 22 de outubro de 2008;
MMCLXXX.	Lei nº 3.019, de 24 de outubro de 2008;
MMCLXXXI.	Lei nº 3.020, de 24 de outubro de 2008;
MMCLXXXII.	Lei nº 3.022, de 3 de outubro de 2008;
MMCLXXXIII.	Lei nº 3.023, de 5 de novembro de 2008;
MMCLXXXIV.	Lei nº 3.024, de 6 de novembro de 2008;
MMCLXXXV.	Lei nº 3.025, de 6 de novembro de 2008;
MMCLXXXVI.	Lei nº 3.029, de 6 de novembro de 2008;
MMCLXXXVII.	Lei nº 3.030, de 15 de agosto de 2008;
MMCLXXXVIII.	Lei nº 3.031, de 11 de novembro de 2008;
MMCLXXXIX.	Lei nº 3.032, de 14 de novembro de 2008;
MMCXC.	Lei nº 3.033, de 14 de novembro de 2008;
MMCXCI.	Lei nº 3.035, de 14 de novembro de 2008;
MMCXCII.	Lei nº 3.039, de 21 de novembro de 2008;
MMCXCIII.	Lei nº 3.040, de 27 de novembro de 2008;
MMCXCIV.	Lei nº 3.041, de 27 de novembro de 2008;
MMCXCV.	Lei nº 3.043, de 28 de novembro de 2008;
MMCXCVI.	Lei nº 3.048, de 4 de dezembro de 2008;
MMCXCVII.	Lei nº 3.049, de 4 de dezembro de 2008;
MMCXCVIII.	Lei nº 3.050, de 4 de dezembro de 2008;
MMCXCIX.	Lei nº 3.051, de 9 de dezembro de 2008;
MMCC.	Lei nº 3.052, de 9 de dezembro de 2008;
MMCCI.	Lei nº 3.055, de 12 de dezembro de 2008;
MMCCII.	Lei nº 3.060, de 17 de dezembro de 2008;
MMCCIII.	Lei nº 3.061, de 17 de dezembro de 2008;
MMCCIV.	Lei nº 3.062, de 17 de dezembro de 2008;
MMCCV.	Lei nº 3.064, de 29 de dezembro de 2008;
MMCCVI.	Lei nº 3.069, de 29 de dezembro de 2008;
MMCCVII.	Lei nº 3.070, de 29 de dezembro de 2008;
MMCCVIII.	Lei nº 3.071, de 29 de dezembro de 2008;
MMCCIX.	Lei nº 3.072, de 29 de dezembro de 2008;
MMCCX.	Lei nº 3.077, de 23 de janeiro de 2009;

MMCCXI.	Lei nº 3.078, de 23 de janeiro de 2010;
MMCCXII.	Lei nº 3.079, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXIII.	Lei nº 3.080, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXIV.	Lei nº 3.081, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXV.	Lei nº 3.082, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXVI.	Lei nº 3.083, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXVII.	Lei nº 3.084, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXVIII.	Lei nº 3.085, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXIX.	Lei nº 3.086, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXX.	Lei nº 3.088, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXXI.	Lei nº 3.089, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXXII.	Lei nº 3.090, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXXIII.	Lei nº 3.091, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXXIV.	Lei nº 3.092, de 23 de janeiro de 2009;
MMCCXXV.	Lei nº 3.093, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCCXXVI.	Lei nº 3.094, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCCXXVII.	Lei nº 3.095, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCCXXVIII.	Lei nº 3.096, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCCXXIX.	Lei nº 3.097, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCCXXX.	Lei nº 3.099, de 12 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXI.	Lei nº 3.102, de 18 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXII.	Lei nº 3.104, de 19 de janeiro de 2009;
MMCCXXXIII.	Lei nº 3.105, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXIV.	Lei nº 3.106, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXV.	Lei nº 3.107, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXVI.	Lei nº 3.108, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXVII.	Lei nº 3.109, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXVIII.	Lei nº 3.110, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXXXIX.	Lei nº 3.111, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXL.	Lei nº 3.112, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXLI.	Lei nº 3.113, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXLII.	Lei nº 3.114, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXLIII.	Lei nº 3.115, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCCXLIV.	Lei nº 3.116, de 10 de março de 2009;
MMCCXLV.	Lei nº 3.117, de 10 de março de 2009;
MMCCXLVI.	Lei nº 3.118, de 10 de março de 2009;
MMCCXLVII.	Lei nº 3.120, de 10 de março de 2009;
MMCCXLVIII.	Lei nº 3.126, de 20 de março de 2009;
MMCCXLIX.	Lei nº 3.129, de 25 de março de 2009;
MMCCL.	Lei nº 3.130, de 26 de março de 2009;
MMCCLI.	Lei nº 3.131, de 26 de março de 2009;
MMCCLII.	Lei nº 3.132, de 26 de março de 2009;
MMCCLIII.	Lei nº 3.134, de 26 de março de 2009;
MMCCLIV.	Lei nº 3.136, de 6 de abril de 2009;
MMCCLV.	Lei nº 3.137, de 13 de abril de 2009;
MMCCLVI.	Lei nº 3.138, de 13 de abril de 2009;
MMCCLVII.	Lei nº 3.140, de 14 de abril de 2009;
MMCCLVIII.	Lei nº 3.141, de 14 de abril de 2009;
MMCCLIX.	Lei nº 3.142, de 14 de abril de 2009;
MMCCLX.	Lei nº 3.143, de 14 de abril de 2009;

MMCCLXI.	Lei nº 3.144, de 14 de abril de 2009;
MMCCLXII.	Lei nº 3.145, de 16 de abril de 2009;
MMCCLXIII.	Lei nº 3.146, de 16 de abril de 2009;
MMCCLXIV.	Lei nº 3.147, de 23 de abril de 2009;
MMCCLXV.	Lei nº 3.149, de 23 de abril de 2009;
MMCCLXVI.	Lei nº 3.150, de 23 de abril de 2009;
MMCCLXVII.	Lei nº 3.151, de 23 de abril de 2009;
MMCCLXVIII.	Lei nº 3.152, de 23 de abril de 2009;
MMCCLXIX.	Lei nº 3.154, de 23 de abbril de 2009;
MMCCLXX.	Lei nº 3.155, de 23 de abril de 2009;
MMCCLXXI.	Lei nº 3.156, de 23 de abril de 2009;
MMCCLXXII.	Lei nº 3.159, de 28 de abril de 2009;
MMCCLXXIII.	Lei nº 3.160, de 28 de abril de 2009;
MMCCLXXIV.	Lei nº 3.161, de 30 de abril de 2009;
MMCCLXXV.	Lei nº 3.162, de 30 de abril de 2009;
MMCCLXXVI.	Lei nº 3.164, de 18 de maio de 2009;
MMCCLXXVII.	Lei nº 3.165, de 18 de maio de 2009;
MMCCLXXVIII.	Lei nº 3.166, de 19 de maio de 2009;
MMCCLXXIX.	Lei nº 3.167, de 19 de maio de 2009;
MMCCLXXX.	Lei nº 3.168, de 19 de maio de 2009;
MMCCLXXXI.	Lei nº 3.170, de 21 de maio de 2009;
MMCCLXXXII.	Lei nº 3.171, de 27 de maio de 2009;
MMCCLXXXIII.	Lei nº 3.172, de 27 de maio de 2009;
MMCCLXXXIV.	Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2009;
MMCCLXXXV.	Lei nº 3.174, de 27 de maio de 2009;
MMCCLXXXVI.	Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2009;
MMCCLXXXVII.	Lei nº 3.176, de 27 de maio de 2009;
MMCCLXXXVIII.	Lei nº 3.177, de 27 de maio de 2009;
MMCCLXXXIX.	Lei nº 3.179, de 15 de junho de 2009;
MMCCXC.	Lei nº 3.180, de 15 de junho de 2009;
MMCCXCI.	Lei nº 3.181, de 16 de junho de 2009;
MMCCXCII.	Lei nº 3.182, de 16 de junho de 2009;
MMCCXCIII.	Lei nº 3.183, de 16 de junho de 2009;
MMCCXCIV.	Lei nº 3.184, de 16 de junho de 2009;
MMCCXCV.	Lei nº 3.185, de 16 de junho de 2009;
MMCCXCVI.	Lei nº 3.188, de 1º de julho de 2009;
MMCCXCVII.	Lei nº 3.189, de 1º de julho de 2009;
MMCCXCVIII.	Lei nº 3.190, de 3 de julho de 2009;
MMCCXCIX.	Lei nº 3.191, de 3 de julho de 2009;
MMCCC.	Lei nº 3.192, de 8 de julho de 2009;
MMCCCI.	Lei nº 3.193, de 8 de julho de 2009;
MMCCCII.	Lei nº 3.194, de 8 de julho de 2009;
MMCCCIII.	Lei nº 3.195, de 8 de julho de 2009;
MMCCCIV.	Lei nº 3.197, de 10 de julho de 2009;
MMCCCV.	Lei nº 3.198, de 10 de julho de 2009;
MMCCCVI.	Lei nº 3.199, de 10 de julho de 2009;
MMCCCVII.	Lei nº 3.200, de 13 de julho de 2009;
MMCCCVIII.	Lei nº 3.201, de 13 de julho de 2009;
MMCCCIX.	Lei nº 3.203, de 17 de julho de 2009;
MMCCCX.	Lei nº 3.208, de 7 de agosto de 2009;

MMCCCXI.	Lei nº 3.210, de 19 de agosto de 2009;
MMCCCXII.	Lei nº 3.211, de 24 de agosto de 2009;
MMCCCXIII.	Lei nº 3.212, de 24 de agosto de 2009;
MMCCCXIV.	Lei nº 3.213, de 24 de agosto de 2009;
MMCCCXV.	Lei nº 3.214, de 21 de agosto de 2009;
MMCCCXVI.	Lei nº 3.215, de 21 de agosto de 2009;
MMCCCXVII.	Lei nº 3.218, de 27 de agosto de 2009;
MMCCCXVIII.	Lei nº 3.219, de 27 de agosto de 2009;
MMCCCXIX.	Lei nº 3.220, de 27 de agosto de 2009;
MMCCCXX.	Lei nº 3.221, de 27 de agosto de 2009;
MMCCCXXI.	Lei nº 3.222, de 2 de setembro de 2009;
MMCCCXXII.	Lei nº 3.223, de 2 de setembro de 2009;
MMCCCXXIII.	Lei nº 3.225, de 4 de setembro de 2009;
MMCCCXXIV.	Lei nº 3.227, de 4 de setembro de 2009;
MMCCCXXV.	Lei nº 3.231, de 17 de setembro de 2009;
MMCCCXXVI.	Lei nº 3.232, de 17 de setembro de 2009;
MMCCCXXVII.	Lei nº 3.235, de 18 de setembro de 2009;
MMCCCXXVIII.	Lei nº 3.238, de 24 de setembro de 2009;
MMCCCXXIX.	Lei nº 3.239, de 24 de setembro de 2009;
MMCCCXXX.	Lei nº 3.240, de 24 de setembro de 2009;
MMCCCXXXI.	Lei nº 3.241, de 24 de setembro de 2009;
MMCCCXXXII.	Lei nº 3.244, de 30 de setembro de 2009;
MMCCCXXXIII.	Lei nº 3.245, de 30 de setembro de 2009;
MMCCCXXXIV.	Lei nº 3.248, de 9 de outubro de 2009;
MMCCCXXXV.	Lei nº 3.249, de 20 de outubro de 2009;
MMCCCXXXVI.	Lei nº 3.250, de 20 de outubro de 2009;
MMCCCXXXVII.	Lei nº 3.251, de 26 de outubro de 2009;
MMCCCXXXVIII.	Lei nº 3.253, de 26 de outubro de 2009;
MMCCCXXXIX.	Lei nº 3.254, de 26 de outubro de 2009;
MMCCCXL.	Lei nº 3.255, de 26 de outubro de 2009;
MMCCCXLI.	Lei nº 3.256, de 27 de outubro de 2009;
MMCCCXLII.	Lei nº 3.257, de 27 de outubro de 2009;
MMCCCXLIII.	Lei nº 3.258, de 27 de outubro de 2009;
MMCCCXLIV.	Lei nº 3.259, de 27 de outubro de 2009;
MMCCCXLV.	Lei nº 3.260, de 27 de outubro de 2009;
MMCCCXLVI.	Lei nº 3.261 de 6 de novembro de 2009;
MMCCCXLVII.	Lei nº 3.262, de 6 de novembro de 2009;
MMCCCXLVIII.	Lei nº 3.265, de 10 de novembro de 2009;
MMCCCXLIX.	Lei nº 3.266, de 10 de novembro de 2009;
MMCCCL.	Lei nº 3.267, de 18 de novembro de 2009;
MMCCCLI.	Lei nº 3.268, de 19 de novembro de 2009;
MMCCCLII.	Lei nº 3.269, de 19 de novembro de 2009;
MMCCCLIII.	Lei nº 3.275, de 24 de novembro de 2009;
MMCCCLIV.	Lei nº 3.280, de 27 de novembro de 2009;
MMCCCLV.	Lei nº 3.281, de 27 de novembro oe 2009;
MMCCCLVI.	Lei nº 3.283, de 30 de novembro de 2009;
MMCCCLVII.	Lei nº 3.289, de 10 de dezembro de 2009;
MMCCCLVIII.	Lei nº 3.292, de 15 de dezembro de 2009;
MMCCCLIX.	Lei nº 3.302, de 23 de dezembro de 2009;
MMCCCLX.	Lei nº 3.303, de 23 de dezembro de 2009;

MMCCCLXI.	Lei nº 3.305, de 28 de dezembro de 2009;
MMCCCLXII.	Lei nº 3.306, de 28 de dezembro de 2009;
MMCCCLXIII.	Lei nº 3.307, de 28 de dezembro de 2009;
MMCCCLXIV.	Lei nº 3.308, de 30 de dezembro de 2009;
MMCCCLXV.	Lei nº 3.311, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXVI.	Lei nº 3.312, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXVII.	Lei nº 3.313, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXVIII.	Lei nº 3.314, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXIX.	Lei nº 3.315, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXX.	Lei nº 3.316, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXI.	Lei nº 3.317, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXII.	Lei nº 3.318, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXIII.	Lei nº 3.319, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXIV.	Lei nº 3.320, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXV.	Lei nº 3.321, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXVI.	Lei nº 3.322, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXVII.	Lei nº 3.323, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXVIII.	Lei nº 3.324, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCCLXXIX.	Lei nº 3.328, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCCCLXXX.	Lei nº 3.329, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCCCLXXXI.	Lei nº 3.332, de 2 de março de 2010;
MMCCCLXXXII.	Lei nº 3.333, de 2 de março de 2010;
MMCCCLXXXIII.	Lei nº 3.339, de 9 de março de 2010;
MMCCCLXXXIV.	Lei nº 3.340, de 11 de março de 2010;
MMCCCLXXXV.	Lei nº 3.341, de 16 de março de 2010;
MMCCCLXXXVI.	Lei nº 3.342, de 16 de março de 2010;
MMCCCLXXXVII.	Lei nº 3.343, de 19 de março de 2010;
MMCCCLXXXVIII.	Lei nº 3.345, de 23 de março de 2010;
MMCCCLXXXIX.	Lei nº 3.346, de 23 de março de 2010;
MMCCCXC.	Lei nº 3.347, de 25 de março de 2010;
MMCCCXCI.	Lei nº 3.353, de 6 de abril de 2010;
MMCCCXCII.	Lei nº 3.354, de 7 de abril de 2010;
MMCCCXCIII.	Lei nº 3.355, de 7 de abril de 2010;
MMCCCXCIV.	Lei nº 3.356, de 15 de abril de 2010;
MMCCCXCV.	Lei nº 3.357, de 15 de abril de 2010;
MMCCCXCVI.	Lei nº 3.359, de 22 de abril de 2010;
MMCCCXCVII.	Lei nº 3.361, de 27 de abril de 2010;
MMCCCXCVIII.	Lei nº 3.362, de 30 de abril de 2010;
MMCCCXCIX.	Lei nº 3.363, de 30 de abril de 2010;
MMCD.	Lei nº 3.366, de 7 de maio de 2010;
MMCDI.	Lei nº 3.367, de 11 de maio de 2010;
MMCDII.	Lei nº 3.368, de 13 de maio de 2010;
MMCDIII.	Lei nº 3.369, de 13 de maio de 2010;
MMCDIV.	Lei nº 3.370, de 13 de maio de 2010;
MMCDV.	Lei nº 3.372, de 20 de maio de 2010;
MMCDVI.	Lei nº 3.373, de 20 de maio de 2010;
MMCDVII.	Lei nº 3.375, de 27 de maio de 2010;
MMCDVIII.	Lei nº 3.376, de 27 de maio de 2010;
MMCDIX.	Lei nº 3.380, de 1° de junho de 2010;
MMCDX.	Lei nº 3.381, de 1º de junho de 2010;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 50

MMCDXI.	Lei nº 3.383, de 10 de junho de 2010;
MMCDXII.	Lei nº 3.384, de 17 de junho de 2010;
MMCDXIII.	Lei nº 3.385, de 17 de junho de 2010;
MMCDXIV.	Lei nº 3.386, de 17 de junho de 2010;
MMCDXV.	Lei nº 3.387, de 17 de junho de 2010;
MMCDXVI.	Lei nº 3.388, de 17 de junho de 2010;
MMCDXVII.	Lei nº 3.389, de 22 de junho de 2010;
MMCDXVIII.	Lei nº 3.390, de 22 de junho de 2010;
MMCDXIX.	Lei nº 3.392, de 24 de junho de 2010;
MMCDXX.	Lei nº 3.393, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXI.	Lei nº 3.394, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXII.	Lei nº 3.395, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXIII.	Lei nº 3.396, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXIV.	Lei nº 3.397, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXV.	Lei nº 3.398, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXVI.	Lei nº 3.400, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXVII.	Lei nº 3.401, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXVIII.	Lei nº 3.402, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXIX.	Lei nº 3.403, de 28 de junho de 2010;
MMCDXXX.	Lei nº 3.404, de 1° de julho de 2010;
MMCDXXXI.	Lei nº 3.405, de 1º de julho de 2010;
MMCDXXXII.	Lei nº 3.406, de 8 de julho de 2010;
MMCDXXXIII.	Lei nº 3.407, de 9 de julho de 2010;
MMCDXXXIV.	Lei nº 3.408, de 9 de julho de 2010;
MMCDXXXV.	Lei nº 3.410, de 15 de julho de 2010;
MMCDXXXVI.	Lei nº 3.411, de 15 de julho de 2010;
MMCDXXXVII.	Lei nº 3.412, de 15 de julho de 2010;
MMCDXXXVIII.	Lei nº 3.413, de 15 de julho de 2010;
MMCDXXXIX.	Lei nº 3.414, de 16 de julho de 2010;
MMCDXL.	Lei nº 3.415, de 16 de julho de 2010;
MMCDXLI.	Lei nº 3.416, de 16 de julho de 2010;
MMCDXLII.	Lei nº 3.417, de 16 de julho de 2010;
MMCDXLIII.	Lei nº 3.420, de 4 de agosto de 2010;
MMCDXLIV.	Lei nº 3.421, de 4 de agosto de 2010;
MMCDXLV.	Lei nº 3.423, de 5 agosto de 2010;
MMCDXLVI.	Lei nº 3.424, de 5 de agosto de 2010;
MMCDXLVII.	Lei nº 3.425, de 5 de agosto de 2010;
MMCDXLVIII.	Lei nº 3.428, de 5 de agosto de 2010;
MMCDXLIX.	Lei nº 3.433, de 12 de agosto de 2010;
MMCDL.	Lei nº 3.434, de 13 de agosto de 2010;
MMCDLI.	Lei nº 3.435, de 18 de agosto de 2010;
MMCDLII.	Lei nº 3.436, de 18 de agosto de 2010;
MMCDLIII.	Lei nº 3.437, de 18 de agosto de 2010;
MMCDLIV.	Lei nº 3.438, de 20 de agosto de 2010;
MMCDLV.	Lei nº 3.440, de 27 de agosto de 2010;
MMCDLVI.	Lei nº 3.441, de 31 de agosto de 2010;
MMCDLVII.	Lei nº 3.442, de 3 de setembro de 2010;
MMCDLVIII.	Lei nº 3.445, de 9 de setembro de 2010;
MMCDLIX.	Lei nº 3.451, de 15 de setembro de 2010;
MMCDLX.	Lei nº 3.452, de 15 de setembro de 2010;

MMCDLXI.	Lei nº 3.453, de 15 de setembro de 2010;
MMCDLXII.	Lei nº 3.454, de 16 de setembro de 2010;
MMCDLXIII.	Lei nº 3.456, de 16 de setembro de 2010;
MMCDLXIV.	Lei nº 3.457, de 23 de setembro de 2010;
MMCDLXV.	Lei nº 3.458, de 29 de setembro de 2010;
MMCDLXVI.	Lei nº 3.459, de 29 de setembro de 2010;
MMCDLXVII.	Lei nº 3.460, de 30 de setembro de 2010;
MMCDLXVIII.	Lei nº 3.461, de 30 de setembro de 2010;
MMCDLXIX.	Lei nº 3.462, de 5 de outubro de 2010;
MMCDLXX.	Lei nº 3.464, de 15 de outubro de 2010;
MMCDLXXI.	Lei nº 3.466, de 22 de outubro de 2010;
MMCDLXXII.	Lei nº 3.467, de 22 de outubro de 2010;
MMCDLXXIII.	Lei nº 3.468, de 26 de outubro de 2010;
MMCDLXXIV.	Lei nº 3.470, de 4 de novembro de 2010;
MMCDLXXV.	Lei nº 3.472, de 12 de novembro de 2010;
MMCDLXXVI.	Lei nº 3.473, de 24 de novembro de 2010;
MMCDLXXVII.	Lei nº 3.475, de 25 de novembro de 2010;
MMCDLXXVIII.	Lei nº 3.476, de 26 de novembro de 2010;
MMCDLXXIX.	Lei nº 3.480, de 1° de dezembro de 2010;
MMCDLXXX.	Lei nº 3.484, de 8 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXI.	Lei nº 3.486, de 8 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXII.	Lei nº 3.487, de 9 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXIII.	Lei nº 3.488, de 9 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXIV.	Lei nº 3.489, de 9 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXV.	Lei nº 3.490, de 10 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXVI.	Lei nº 3.495, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXVII.	Lei nº 3.496, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXVIII.	Lei nº 3.497, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDLXXXIX.	Lei nº 3.498, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDXC.	Lei nº 3.499, de 16 de dezembro de 2010;
MMCDXCI.	Lei nº 3.500, de 16 de dezembro de 2010;
MMCDXCII.	Lei nº 3.503, de 17 de dezembro de 2010;
MMCDXCIII.	Lei nº 3.505, de 22 de dezembro de 2010;
MMCDXCIV.	Lei nº 3.507, de 22 de dezembro de 2010;
MMCDXCV.	Lei nº 3.508, de 22 de dezembro de 2010;
MMCDXCVI.	Lei nº 3.509, de 27 de dezembro de 2010;
MMCDXCVII.	Lei nº 3.510, de 27 de dezembro de 2010;
MMCDXCVIII.	Lei nº 3.513, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXCIX.	Lei nº 3.514, de 3 de fevereiro de 2011;
MMD.	Lei nº 3.515, de 3 .de fevereiro de 2011;
MMDI.	Lei nº 3.516, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDII.	Lei nº 3.517, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDIII.	Lei nº 3.518, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDIV.	Lei nº 3.519, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDV.	Lei nº 3.520, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDVI.	Lei nº 3.521, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDVII.	Lei nº 3.522, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDVIII.	Lei nº 3.523, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDIX.	Lei nº 3.524, de 3 de fevereiro de 2011;
MMDX.	Lei nº 3.526, de 24 de fevereiro de 2011;

MMDXI.	Lei nº 3.527, de 24 de fevereiro de 2011;
MMDXII.	Lei nº 3.528, de 24 de fevereiro de 2011;
MMDXIII.	Lei nº 3.529, de 24 de fevereiro de 2011;
MMDXIV.	Lei nº 3.530, de 2 de março de 2011;
MMDXV.	Lei nº 3.531, de 2 de março de 2011;
MMDXVI.	Lei nº 3.532, de 3 de março de 2011;
MMDXVII.	Lei nº 3.533, de 3 de março de 2011;
MMDXVIII.	Lei nº 3.534, de 3 de março de 2011;
MMDXIX.	Lei nº 3.540, de 22 de março de 2011;
MMDXX.	Lei nº 3.541, de 22 de março de 2011;
MMDXXI.	Lei nº 3.542, de 6 de abril de 2011;
MMDXXII.	Lei nº 3.543, de 6 de abril de 2011;
MMDXXIII.	Lei nº 3.548, de 8 de abril de 2011;
MMDXXIV.	Lei nº 3.553, de 14 de abril de 2011;
MMDXXV.	Lei nº 3.555, de 14 de abril de 2011;
MMDXXVI.	Lei nº 3.556, de 14 de abril de 2011;
MMDXXVII.	Lei nº 3.557, de 14 de abril de 2011;
MMDXXVIII.	Lei nº 3.558, de 14 de abril de 2011;
MMDXXIX.	Lei nº 3.559, de 14 de abril de 2011;
MMDXXX.	Lei nº 3.560, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXI.	Lei nº 3.561, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXII.	Lei nº 3.562, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXIII.	Lei nº 3.563, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXIV.	Lei nº 3.564, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXV.	Lei nº 3.565, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXVI.	Lei nº 3.566, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXVII.	Lei nº 3.567, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXVIII.	Lei nº 3.568, de 25 de abril de 2011;
MMDXXXIX.	Lei nº 3.569, de 25 de abril de 2011;
MMDXL.	Lei nº 3.570, de 26 de abril de 2011;
MMDXLI.	Lei nº 3.571, de 26 de abril de 2011;
MMDXLII.	Lei nº 3.572, de 26 de abril de 2011;
MMDXLIII.	Lei nº 3.573, de 26 de abril de 2011;
MMDXLIV.	Lei nº 3.574, de 26 de abril de 2011;
MMDXLV.	Lei nº 3.575, de 3 de maio de 2011;
MMDXLVI.	Lei nº 3.577, de 5 de maio de 2011;
MMDXLVII.	Lei nº 3.578, de 5 de maio de 2011;
MMDXLVIII.	Lei nº 3.580, de 6 de maio de 2011;
MMDXLIX.	Lei nº 3.581, de 6 de maio de 2011;
MMDL.	Lei nº 3.582, de 6 de maio de 2011;
MMDLI.	Lei nº 3.583, de 6 de maio de 2011;
MMDLII.	Lei nº 3.590, de 17 de maio de 2011;
MMDLIII.	Lei nº 3.591, de 17 de maio de 2011;
MMDLIV.	Lei nº 3.592, de 17 de maio de 2011;
MMDLV.	Lei nº 3.593, de 17 de maio de 2011;
MMDLVI.	Lei nº 3.594, de 17 de maio de 2011;
MMDLVII.	Lei nº 3.595, de 17 de maio de 2011;
MMDLVIII.	Lei nº 3.596, de 17 de maio de 2011;
MMDLIX.	Lei nº 3.597, de 17 de maio de 2011;
MMDLX.	Lei nº 3.599, de 27 de maio de 2011;

MMDLXI.	Lei nº 3.600, de 27 de maio de 2011;
MMDLXII.	Lei nº 3.602, de 2 de junho de 2011;
MMDLXIII.	Lei nº 3.604, de 2 de junho de 2011;
MMDLXIV.	Lei nº 3.605, de 2 de junho de 2011;
MMDLXV.	Lei nº 3.609, de 10 de junho de 2011;
MMDLXVI.	Lei nº 3.610, de 15 de junho de 2011;
MMDLXVII.	Lei nº 3.611, de 15 de junho de 2011;
MMDLXVIII.	Lei nº 3.612, de 16 de junho de 2011;
MMDLXIX.	Lei nº 3.613, de 16 de junho de 2011;
MMDLXX.	Lei nº 3.614, de 22 de junho de 2011;
MMDLXXI.	Lei nº 3.615, de 22 de junho de 2011;
MMDLXXII.	Lei nº 3.616, de 22 de junho de 2011;
MMDLXXIII.	Lei nº 3.617, de 24 de junho de 2011;
MMDLXXIV.	Lei nº 3.618, de 24 de junho de 2011;
MMDLXXV.	Lei nº 3.619, de 24 de junho de 2011;
MMDLXXVI.	Lei nº 3.620, de 24 de junho de 2011;
MMDLXXVII.	Lei nº 3.621, de 24 de junho de 2011;
MMDLXXVIII.	Lei nº 3.622, de 24 de junho de 2011;
MMDLXXIX.	Lei nº 3.623, de 24 de junho de 2011;
MMDLXXX.	Lei nº 3.629, de 11 de julho de 2011;
MMDLXXXI.	Lei nº 3.630, de 11 de julho de 2011;
MMDLXXXII.	Lei nº 3.632, de 13 de julho de 2011;
MMDLXXXIII.	Lei nº 3.635, de 14 de julho de 2011;
MMDLXXXIV.	Lei nº 3.637, de 14 de julho de 2011;
MMDLXXXV.	Lei nº 3.638, de 14 de julho de 2011;
MMDLXXXVI.	Lei nº 3.639, de 14 de julho de 2011;
MMDLXXXVII.	Lei nº 3.640, de 14 de julho de 2011;
MMDLXXXVIII.	Lei nº 3.641, de 14 de julho de 2011;
MMDLXXXIX.	Lei nº 3.642, de 14 de julho de 2011;
MMDXC.	Lei nº 3.643, de 14 de julho de 2011;
MMDXCI.	Lei nº 3.648, de 4 de agosto de 2011;
MMDXCII.	Lei nº 3.649, de 4 de agosto de 2011;
MMDXCIII.	Lei nº 3.650, de 4 de agosto de 2011;
MMDXCIV.	Lei nº 3.651, de 16 de agosto de 2011;
MMDXCV.	Lei nº 3.652, de 18 de agosto de 2011;
MMDXCVI.	Lei nº 3.653, de 18 de agosto de 2011;
MMDXCVII.	Lei nº 3.654, de 18 de agosto de 2011;
MMDXCVIII.	Lei nº 3.655, de 18 de agosto de 2011;
MMDXCIX.	Lei nº 3.656, de 18 de agosto de 2011;
MMDC.	Lei nº 3.657, de 18 de agosto de 2011;
MMDCI.	Lei nº 3.658, de 18 de agosto de 2011;
MMDCII.	Lei nº 3.659, de 23 de agosto de 2011;
MMDCIII.	Lei nº 3.661, de 25 de agosto de 2011;
MMDCIV.	Lei nº 3.662, de 25 de agosto de 2011;
MMDCV.	Lei nº 3.664, de 25 de agosto de 2011;
MMDCVI.	Lei nº 3.666, de 30 de agosto de 2011;
MMDCVII.	Lei nº 3.667, de 30 de agosto de 2011;
MMDCVIII.	Lei nº 3.668, de 30 de agosto de 2011;
MMDCIX.	Lei nº 3.669, de 30 de agosto de 2011;
MMDCX.	Lei nº 3.670, de 30 de agosto de 2011;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMDCXI.	Lei nº 3.671, de 30 de agosto de 2011;
MMDCXII.	Lei nº 3.673, de 6 de setembro de 2011;
MMDCXIII.	Lei nº 3.675, de 6 de setembro de 2011;
MMDCXIV.	Lei nº 3.677, de 13 de setembro de 2011;
MMDCXV.	Lei nº 3.679, de 13 de setembro de 2011;
MMDCXVI.	Lei nº 3.680, de 13 de setembro de 2011;
MMDCXVII.	Lei nº 3.687, de 30 de setembro de 2011;
MMDCXVIII.	Lei nº 3.688, de 30 de setembro de 2011;
MMDCXIX.	Lei nº 3.689, de 5 de outubro de 2011;
MMDCXX.	Lei nº 3.691, de 7 de outubro de 2011;
MMDCXXI.	Lei nº 3.693, de 7 de outubro de 2011;
MMDCXXII.	Lei nº 3.694, de 7 de outubro de 2011;
MMDCXXIII.	Lei nº 3.697, de 11 de outubro de 2011;
MMDCXXIV.	Lei nº 3.698, de 11 de outubro de 2011;
MMDCXXV.	Lei nº 3.701, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXXVI.	Lei nº 3.703, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXXVII.	Lei nº 3.704, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXXVIII.	Lei nº 3.705, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXXIX.	Lei nº 3.706, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXXX.	Lei nº 3.707, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXXXI.	Lei nº 3.708, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXXXII.	Lei nº 3.711, de 11 de novembro de 2011;
MMDCXXXIII.	Lei nº 3.712, de 11 de novembro de 2011;
MMDCXXXIV.	Lei nº 3.713, de 11 de novembro de 2011;
MMDCXXXV.	Lei nº 3.714, de 11 de novembro de 2011;
MMDCXXXVI.	Lei nº 3.715, de 11 de novembro de 2011;
MMDCXXXVII.	Lei nº 3.716, de 11 de novembro de 2011;
MMDCXXXVIII.	Lei nº 3.718, de 18 de novembro de 2011;
MMDCXXXIX.	Lei nº 3.719, de 18 de novembro de 2011;
MMDCXL.	Lei nº 3.721, de 25 de novembro de 2011;
MMDCXLI.	Lei nº 3.722, de 25 de novembro de 2011;
MMDCXLII.	Lei nº 3.723, de 25 de novembro de 2011;
MMDCXLIII.	Lei nº 3.729, de 2 de dezembro de 2011;
MMDCXLIV.	Lei nº 3.730, de 2 de dezembro de 2011;
MMDCXLV.	Lei nº 3.731, de 5 de dezembro de 2011;
MMDCXLVI.	Lei nº 3.732, de 6 de dezembro de 2011;
MMDCXLVII.	Lei nº 3.734, de 8 de dezembro de 2011;
MMDCXLVIII.	Lei nº 3.746, de 15 de dezembro de 2011;
MMDCXLIX.	Lei nº 3.747, de 15 de dezembro de 2011;
MMDCL.	Lei nº 3.748, de 15 de dezembro de 2011;
MMDCLI.	Lei nº 3.751, de 15 de dezembro de 2011;
MMDCLII.	Lei nº 3.753, de 19 de dezembro de 2011;
MMDCLIII.	Lei nº 3.756, de 21 de dezembro de 2011;
MMDCLIV.	Lei nº 3.760, de 22 de dezembro de 2011;
MMDCLV.	Lei nº 3.763, de 16 de janeiro de 2012;
MMDCLVI.	Lei nº 3.764, de 16 de janeiro de 2012;
MMDCLVII.	Lei nº 3.765, de 16 de janeiro de 2012;
MMDCLVIII.	Lei nº 3.766, de 16 de janeiro de 2012;
MMDCLIX.	Lei nº 3.767, de 16 de janeiro de 2012;
MMDCLX.	Lei nº 3.768, de 16 de janeiro de 2012;

MMDCLXI.	Lei nº 3.769, de 16 de janeiro de 2012;
MMDCLXII.	Lei nº 3.770, de 16 de janeiro de 2012;
MMDCLXIII.	Lei nº 3.777, de 2 de março de 2012;
MMDCLXIV.	Lei nº 3.778, de 2 de março de 2012;
MMDCLXV.	Lei nº 3.779, de 2 de março de 2012;
MMDCLXVI.	Lei nº 3.780, de 2 de março de 2012;
MMDCLXVII.	Lei nº 3.783, de 7 de março de 2012;
MMDCLXVIII.	Lei nº 3.788, de 14 de março de 2012;
MMDCLXIX.	Lei nº 3.789, de 14 de março de 2012;
MMDCLXX.	Lei nº 3.790, de 16 de março de 2012;
MMDCLXXI.	Lei nº 3.791, de 16 de março de 2012;
MMDCLXXII.	Lei nº 3.794, de 23 de março de 2012;
MMDCLXXIII.	Lei nº 3.797, de 27 de março de 2012;
MMDCLXXIV.	Lei nº 3.798, de 27 de março de 2012;
MMDCLXXV.	Lei nº 3.799, de 27 de março de 2012;
MMDCLXXVI.	Lei nº 3.800, de 27 de março de 2012;
MMDCLXXVII.	Lei nº 3.801, de 27 de março de 2012;
MMDCLXXVIII.	Lei nº 3.802, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXIX.	Lei nº 3.803, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXX.	Lei nº 3.806, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXXI.	Lei nº 3.807, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXXII.	Lei nº 3.808, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXXIII.	Lei nº 3.809, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXXIV.	Lei nº 3.810, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXXV.	Lei nº 3.814, de 9 de abril de 2012;
MMDCLXXXVI.	Lei nº 3.815, de 11 de abril de 2012;
MMDCLXXXVII.	Lei nº 3.820, de 11 de abril de 2012;
MMDCLXXXVIII.	Lei nº 3.821, de 11 de abril de 2012;
MMDCLXXXIX.	Lei nº 3.822, de 11 de abril de 2012;
MMDCXC.	Lei nº 3.823, de 11 de abril de 2012;
MMDCXCI.	Lei nº 3.824, de 11 de abril de 2012;
MMDCXCII.	Lei nº 3.825, de 11 de abril de 2012;
MMDCXCIII.	Lei nº 3.826, de 11 de abril de 2012;
MMDCXCIV.	Lei nº 3.829, de 12 de abril de 2012;
MMDCXCV.	Lei nº 3.830, de 12 de abril de 2012;
MMDCXCVI.	Lei nº 3.831, de 12 de abril de 2012;
MMDCXCVII.	Lei nº 3.832, de 12 de abril de 2012;
MMDCXCVIII.	Lei nº 3.833, de 17 de abril de 2012;
MMDCXCIX.	Lei nº 3.834, de 17 de abril de 2012;
MMDCC.	Lei nº 3.835, de 17 de abril de 2012;
MMDCCI.	Lei nº 3.836, de 17 de abril de 2012;
MMDCCII.	Lei nº 3.837, de 17 de abril de 2012;
MMDCCIII.	Lei nº 3.838, de 19 de abril de 2012;
MMDCCIV.	Lei nº 3.839, de 19 de abril de 2012;
MMDCCV.	Lei nº 3.840, de 19 de abril de 2012;
MMDCCVI.	Lei nº 3.841, de 19 de abril de 2012;
MMDCCVII.	Lei nº 3.842, de 19 de abril de 2012;
MMDCCVIII.	Lei nº 3.843, de 19 de abril de 2012;
MMDCCIX.	Lei nº 3.844, de 19 de abril de 2012;
MMDCCX.	Lei nº 3.845, de 19 de abril de 2012;

MMDCCXI.	Lei nº 3.849, de 3 de maio de 2012;
MMDCCXII.	Lei nº 3.850, de 3 de maio de 2012;
MMDCCXIII.	Lei nº 3.851, de 3 de maio de 2012;
MMDCCXIV.	Lei nº 3.852, de 3 de maio de 2012;
MMDCCXV.	Lei nº 3.853, de 3 de maio de 2012;
MMDCCXVI.	Lei nº 3.854, de 3 de maio de 2012;
MMDCCXVII.	Lei nº 3.855, de 3 de maio de 2012;
MMDCCXVIII.	Lei nº 3.856, de 17 de maio de 2012;
MMDCCXIX.	Lei nº 3.857, de 17 de maio de 2012;
MMDCCXX.	Lei nº 3.858, de 17 de maio de 2012;
MMDCCXXI.	Lei nº 3.859, de 17 de maio de 2012;
MMDCCXXII.	Lei nº 3.860, de 24 de maio de 2012;
MMDCCXXIII.	Lei nº 3.861, de 24 de maio de 2012;
MMDCCXXIV.	Lei nº 3.862, de 24 de maio de 2012;
MMDCCXXV.	Lei nº 3.866, de 29 de maio de 2012;
MMDCCXXVI.	Lei nº 3.867, de 29 de maio de 2012;
MMDCCXXVII.	Lei nº 3.871, de 11 de junho de 2012;
MMDCCXXVIII.	Lei nº 3.872, de 12 de junho de 2012;
MMDCCXXIX.	Lei nº 3.873, de 13 de junho de 2012;
MMDCCXXX.	Lei nº 3.874, de 13 de junho de 2012;
MMDCCXXXI.	Lei nº 3.875, de 13 de junho de 2012;
MMDCCXXXII.	Lei nº 3.876, de 13 de junho de 2012;
MMDCCXXXIII.	Lei nº 3.877, de 20 de junho de 2012;
MMDCCXXXIV.	Lei nº 3.878, de 20 de junho de 2012;
MMDCCXXXV.	Lei nº 3.883, de 27 de junho de 2012;
MMDCCXXXVI.	Lei nº 3.885, de 3 de julho de 2012;
MMDCCXXXVII.	Lei nº 3.886, de 3 de julho de 2012;
MMDCCXXXVIII.	Lei nº 3.887, de 3 de julho de 2012;
MMDCCXXXIX.	Lei nº 3.888, de 3 de julho de 2012;
MMDCCXL.	Lei nº 3.889, de 5 de julho de 2012;
MMDCCXLI.	Lei nº 3.890, de 10 de julho de 2012;
MMDCCXLII.	Lei nº 3.891, de 10 de julho de 2012;
MMDCCXLIII.	Lei nº 3.894, de 12 de julho de 2012;
MMDCCXLIV.	Lei nº 3.895, de 12 de julho de 2012;
MMDCCXLV.	Lei nº 3.896, de 12 de julho de 2012;
MMDCCXLVI.	Lei nº 3.897, de 19 de julho de 2012;
MMDCCXLVII.	Lei nº 3.898, de 19 de julho de 2012;
MMDCCXLVIII.	Lei nº 3.900, de 24 de julho de 2012;
MMDCCXLIX.	Lei nº 3.901, de 24 de julho de 2012;
MMDCCL.	Lei nº 3.904, de 13 de agosto de 2012;
MMDCCLI.	Lei nº 3.911, de 21 de agosto de 2012;
MMDCCLII.	Lei nº 3.912, de 23 de agosto de 2012;
MMDCCLIII.	Lei nº 3.913, de 23 de agosto de 2012;
MMDCCLIV.	Lei nº 3.914, de 23 de agosto de 2012;
MMDCCLV.	Lei nº 3.915, de 23 de agosto de 2012;
MMDCCLVI.	Lei nº 3.916, de 23 de agosto de 2012;
MMDCCLVII.	Lei nº 3.917, de 29 de agosto de 2012;
MMDCCLVIII.	Lei nº 3.919, de 12 de setembro de 2012;
MMDCCLIX.	Lei nº 3.920, de 12 de setembro de 2012;
MMDCCLX.	Lei nº 3.921, de 12 de setembro de 2012;

MMDCCLXI.	Lei nº 3.922, de 12 de setembro de 2012;
MMDCCLXII.	Lei nº 3.923, de 12 de setembro de 2012;
MMDCCLXIII.	Lei nº 3.926, de 25 de setembro de 2012;
MMDCCLXIV.	Lei nº 3.928, de 9 de outubro de 2012;
MMDCCLXV.	Lei nº 3.929, de 9 de outubro de 2012;
MMDCCLXVI.	Lei nº 3.931, de 11 de outubro de 2012;
MMDCCLXVII.	Lei nº 3.933, de 29 de outubro de 2012;
MMDCCLXVIII.	Lei nº 3.938, de 9 de novembro de 2012;
MMDCCLXIX.	Lei nº 3.939, de 9 de novembro de 2012;
MMDCCLXX.	Lei nº 3.940, de 9 de novembro de 2012;
MMDCCLXXI.	Lei nº 3.941, de 14 de novembro de 2012;
MMDCCLXXII.	Lei nº 3.942, de 19 de novembro de 2012;
MMDCCLXXIII.	Lei nº 3.943, de 19 de novembro de 2012;
MMDCCLXXIV.	Lei nº 3.944, de 19 de novembro de 2012;
MMDCCLXXV.	Lei nº 3.952, de 7 de dezembro de 2012;
MMDCCLXXVI.	Lei nº 3.958, de 17 de dezembro de 2012;
MMDCCLXXVII.	Lei nº 3.970, de 20 de dezembro de 2012;
MMDCCLXXVIII.	Lei nº 3.973, de 20 de dezembro de 2012;
MMDCCLXXIX.	Lei nº 3.975, de 21 de dezembro de 2012;
MMDCCLXXX.	Lei nº 3.979, de 21 de dezembro de 2012;
MMDCCLXXXI.	Lei nº 3.982, de 6 de março de 2013;
MMDCCLXXXII.	Lei nº 3.984, de 8 de março de 2013;
MMDCCLXXXIII.	Lei nº 3.985 de 8 de março de 2013;
MMDCCLXXXIV.	Lei nº 3.986, de 14 de março de 2013;
MMDCCLXXXV.	Lei nº 3.987, de 14 de março de 2013;
MMDCCLXXXVI.	Lei nº 3.988, de 14 de março de 2013;
MMDCCLXXXVII.	Lei nº 3.991, de 15 de março de 2013;
MMDCCLXXXVIII.	Lei nº 3.992, de 19 de março de 2013;
MMDCCLXXXIX.	Lei nº 3.996, de 20 de março de 2013;
MMDCCXC.	Lei nº 3.998, de 21 de março de 2013;
MMDCCXCI.	Lei nº 4.000, de 26 de março de 2013;
MMDCCXCII.	Lei nº 4.001, de 26 de março de 2013;
MMDCCXCIII.	Lei nº 4.002, de 26 de março de 2013;
MMDCCXCIV.	Lei nº 4.003, de 26 de março de 2013;
MMDCCXCV.	Lei nº 4.004, de 26 de março de 2013;
MMDCCXCVI.	Lei nº 4.005, de 2 de abril de 2013;
MMDCCXCVII.	Lei nº 4.006, de 2 de abril de 2013;
MMDCCXCVIII.	Lei nº 4.007, de 9 de abril de 2013;
MMDCCXCIX.	Lei nº 4.009, de 15 de abril de 2013;
MMDCCC.	Lei nº 4.010, de 15 de abril de 2013;
MMDCCCI.	Lei nº 4.011, de 15 de abril de 2013;
MMDCCCII.	Lei nº 4.012, de 15 de abril de 2013;
MMDCCCIII.	Lei nº 4.013, de 19 de abril de 2013;
MMDCCCIV.	Lei nº 4.015, de 24 de abril de 2013;
MMDCCCV.	Lei nº 4.017, de 26 de abril de 2013;
MMDCCCVI.	Lei nº 4.018, de 26 de abril de 2013;
MMDCCCVII.	Lei nº 4.020, de 10 de maio de 2013;
MMDCCCVIII.	Lei nº 4.021, de 15 de maio de 2013;
MMDCCCIX.	Lei nº 4.022, de 15 de maio de 2013;
MMDCCCX.	Lei nº 4.023, de 15 de maio de 2013;

MMDCCCXI.	Lei nº 4.024, de 17 de maio de 2013;
MMDCCCXII.	Lei nº 4.026, de 17 de maio de 2013;
MMDCCCXIII.	Lei nº 4.029, de 20 de maio de 2013;
MMDCCCXIV.	Lei nº 4.030, de 23 de maio de 2013;
MMDCCCXV.	Lei nº 4.031, de 24 de maio de 2013;
MMDCCCXVI.	Lei nº 4.033, de 24 de maio de 2013;
MMDCCCXVII.	Lei nº 4.034, de 3 de junho de 2013;
MMDCCCXVIII.	Lei nº 4.036, de 5 de junho de 2013;
MMDCCCXIX.	Lei nº 4.039, de 7 de junho de 2013;
MMDCCCXX.	Lei nº 4.040, de 7 de junho de 2013;
MMDCCCXXI.	Lei nº 4.042, de 12 de junho de 2013;
MMDCCCXXII.	Lei nº 4.043, de 12 de junho de 2013;
MMDCCCXXIII.	Lei nº 4.044, de 14 de junho de 2013;
MMDCCCXXIV.	Lei nº 4.045, de 14 de junho de 2013;
MMDCCCXXV.	Lei nº 4.046, de 17 de junho de 2013;
MMDCCCXXVI.	Lei nº 4.047, de 17 de junho de 2013;
MMDCCCXXVII.	Lei nº 4.050, de 20 de junho de 2013;
MMDCCCXXVIII.	Lei nº 4.051, de 21 de junho de 2013;
MMDCCCXXIX.	Lei nº 4.052, de 21 de junho de 2013;
MMDCCCXXX.	Lei nº 4.053, de 21 de junho de 2013;
MMDCCCXXXI.	Lei nº 4.054, de 26 de junho de 2013;
MMDCCCXXXII.	Lei nº 4.056, de 26 de junho de 2013;
MMDCCCXXXIII.	Lei nº 4.059 de 03 de julho de 2013;
MMDCCCXXXIV.	Lei nº 4.060, de 3 de julho de 2013;
MMDCCCXXXV.	Lei nº 4.061, de 4 de julho de 2013;
MMDCCCXXXVI.	Lei nº 4.063, de 4 de julho de 2013;
MMDCCCXXXVII.	Lei nº 4.064, de 4 de julho de 2013;
MMDCCCXXXVIII.	Lei nº 4.069, de 11 de julho de 2013;
MMDCCCXXXIX.	Lei nº 4.070, de 11 de julho de 2013;
MMDCCCXL.	Lei nº 4.071, de 11 de julho de 2013;
MMDCCCXLI.	Lei nº 4.072, de 11 de julho de 2013;
MMDCCCXLII.	Lei nº 4.073, de 11 de julho de 2013;
MMDCCCXLIII.	Lei nº 4.074, de 11 de julho de 2013;
MMDCCCXLIV.	Lei nº 4.075, de 18 de julho de 2013;
MMDCCCXLV.	Lei nº 4.077, de 18 de julho de 2013;
MMDCCCXLVI.	Lei nº 4.078, de 18 de julho de 2013;
MMDCCCXLVII.	Lei nº 4.079, de 18 de julho de 2013;
MMDCCCXLVIII.	Lei nº 4.080, de 18 de julho de 2013;
MMDCCCXLIX.	Lei nº 4.082, de 23 de julho de 2013;
MMDCCCL.	Lei nº 4.083, de 23 de julho de 2013;
MMDCCCLI.	Lei nº 4.086, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLII.	Lei nº 4.087, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLIII.	Lei nº 4.088, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLIV.	Lei nº 4.089, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLV.	Lei nº 4.090, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLVI.	Lei nº 4.091, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLVII.	Lei nº 4.092, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLVIII.	Lei nº 4.093, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLIX.	Lei nº 4.094, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLX.	Lei nº 4.095, de 24 de julho de 2013;

MMDCCCLXI. Lei nº 4.096, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXII. Lei nº 4.097, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXIII. Lei nº 4.098, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXIV. Lei nº 4.099, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXV. Lei nº 4.100, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXVI. Lei nº 4.101, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXVII. Lei nº 4.102, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXVIII. Lei nº 4.103, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXIX. Lei nº 4.104, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXX. Lei nº 4.105, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXXI. Lei nº 4.106, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXXII. Lei nº 4.108, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXXIII. Lei nº 4.109, de 24 de julho de 2013;
MMDCCCLXXIV. Lei nº 4.110, de 29 de julho de 2013;
MMDCCCLXXV. Lei nº 4.111, de 31 de julho de 2013;
MMDCCCLXXVI. Lei nº 4.112, de 31 de julho de 2013;
MMDCCCLXXVII. Lei nº 4.114, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXVIII. Lei nº 4.115, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXIX. Lei nº 4.116, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXX. Lei nº 4.117, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXI. Lei nº 4.118, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXII. Lei nº 4.119, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXIII. Lei nº 4.120, de 20 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXIV. Lei nº 4.121, de 20 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXV. Lei nº 4.122, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXVI. Lei nº 4.123, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXVII. Lei nº 4.124, de 23 de agosto de2013;
MMDCCCLXXXVIII. Lei nº 4.125, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCLXXXIX. Lei nº 4.127, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCXC. Lei nº 4.128, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCXCI. Lei nº 4.130, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXCII. Lei nº 4.131, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXCIII. Lei nº 4.132, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXCIV. Lei nº 4.133, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXCV. Lei nº 4.134, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXCVI. Lei nº 4.135, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXCVII. Lei nº 4.138, de 6 de setembro de 2013;
MMDCCCXCVIII. Lei nº 4.139, de6 de setembro de 2013;
MMDCCCXCIX. Lei nº 4.140, de 9 de setembro de 2013;
MMCM. Lei nº 4.141, de 12 de setembro de 2013;
MMCMI. Lei nº 4.144, de 17 de setembro de 2013;
MMCMII. Lei nº 4.146, de 20 de setembro de 2013;
MMCMIII. Lei nº 4.147, de 20 de setembro de 2013;
MMCMIV. Lei nº 4.148, de 20 de setembro de 2013;
MMCMV. Lei nº 4.149, de 20 de setembro de 2013;
MMCMVI. Lei nº 4.150, de 20 de setembro de 2013;
MMCMVII. Lei nº 4.151, de 20 de setembro de 2013;
MMCMVIII. Lei nº 4.152, de 24 de setembro de 2013;
MMCMIX. Lei nº 4.153, de 27 de setembro de 2013;
MMCMX. Lei nº 4.154, de 27 de setembro de 2013;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMCMXI.	Lei nº 4.155, de 27 de setembro de 2013;
MMCMXII.	Lei nº 4.156, de 27 de setembro de 2013;
MMCMXIII.	Lei nº 4.157, de 27 de setembro de 2013;
MMCMXIV.	Lei nº 4.158, de 27 de setembro de 2013;
MMCMXV.	Lei nº 4.159, de 27 de setembro de 2013;
MMCMXVI.	Lei nº 4.160, de 27 de setembro de 2013;
MMCMXVII.	Lei nº 4.162, de 1° de outubro de 2013;
MMCMXVIII.	Lei nº 4.163, de 1º de outubro de 2013;
MMCMXIX.	Lei nº 4.164, de 1° de outubro de 2013;
MMCMXX.	Lei nº 4.165, de 1º de outubro de 2013;
MMCMXXI.	Lei nº 4.167, de 11 de outubro de 2013;
MMCMXXII.	Lei nº 4.168, de 11 de outubro de 2013;
MMCMXXIII.	Lei nº 4.169, de 16 de outubro de 2013;
MMCMXXIV.	Lei nº 4.170, de 16 de outubro de 2013;
MMCMXXV.	Lei nº 4.171, de 16 de outubro de 2013;
MMCMXXVI.	Lei nº 4.172, de 17 de outubro de 2013;
MMCMXXVII.	Lei nº 4.175, de 24 de outubro de 2013;
MMCMXXVIII.	Lei nº 4.176, de 24 de outubro de 2013;
MMCMXXIX.	Lei nº 4.178, de 29 de outubro de 2013;
MMCMXXX.	Lei nº 4.180, de 5 de novembro de 2013;
MMCMXXXI.	Lei nº 4.181, de 7 de novembro de2013;
MMCMXXXII.	Lei nº 4.182, de 7 de novembro de 2013;
MMCMXXXIII.	Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 2013;
MMCMXXXIV.	Lei nº 4.188, de 20 de novembro de 2013;
MMCMXXXV.	Lei nº 4.189, de 21 de novembro de 2013;
MMCMXXXVI.	Lei nº 4.191, de 27 de novembro de 2013;
MMCMXXXVII.	Lei nº 4.194, de 4 de dezembro de 2013;
MMCMXXXVIII.	Lei nº 4.195, de 4 de dezembro de 2013;
MMCMXXXIX.	Lei nº 4.196, de 6 de dezembro de 2013;
MMCMXL.	Lei nº 4.197, de 6 de dezembro de 2013;
MMCMXLI.	Lei nº 4.199, de 13 de dezembro de 2013;
MMCMXLII.	Lei nº 4.200, de 13 de dezembro de 2013;
MMCMXLIII.	Lei nº 4.204, de 23 de dezembro de 2013;
MMCMXLIV.	Lei nº 4.219, de 23 de dezembro de 2013;
MMCMXLV.	Lei nº 4.220, de 23 de dezembro de 2013;
MMCMXLVI.	Lei nº 4.221, de 23 de janeiro de 2014
MMCMXLVII.	Lei nº 4.222, de 23 de janeiro de 2014
MMCMXLVIII.	Lei nº 4.223, de 23 de janeiro de 2014
MMCMXLIX.	Lei nº 4.224, de 23 de janeiro de 2014
MMCML.	Lei nº 4.226, de 6 de fevereiro de 2014
MMCMLI.	Lei nº 4.227, de 11 de fevereiro de 2014
MMCMLII.	Lei nº 4.230, de 18 de fevereiro de 2014
MMCMLIII.	Lei nº 4.231, de 18 de fevereiro de 2014
MMCMLIV.	Lei nº 4.232, de 18 de fevereiro de 2014
MMCMLV.	Lei nº 4.233, de 18 de fevereiro de 2014
MMCMLVI.	Lei nº 4.235, de 20 de fevereiro de 2014
MMCMLVII.	Lei nº 4.236, de 20 de fevereiro de 2014
MMCMLVIII.	Lei nº 4.238, de 24 de fevereiro de 2014
MMCMLIX.	Lei nº 4.241, de 25 de fevereiro de 2014
MMCMLX.	Lei nº 4.242, de 25 de fevereiro de 2014

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMCMLXI.	Lei nº 4.243, de 27 de fevereiro de 2014
MMCMLXII.	Lei nº 4.244, de 27 de fevereiro de 2014;
MMCMLXIII.	Lei nº 4.245, de 27 de fevereiro de 2014;
MMCMLXIV.	Lei nº 4.247, de 14 de março de 2014;
MMCMLXV.	Lei nº 4.249, de 21 de março de 2014;
MMCMLXVI.	Lei nº 4.250, de 26 de março de 2014;
MMCMLXVII.	Lei nº 4.251, de 27 de março de 2014;
MMCMLXVIII.	Lei nº 4.255, de 2 de abril de 2014;
MMCMLXIX.	Lei nº 4.256, de 4 de abril de 2014;
MMCMLXX.	Lei nº 4.258, de 8 de abril de 2014;
MMCMLXXI.	Lei nº 4.259, de 10 de abril de 2014;
MMCMLXXII.	Lei nº 4.261, de 15 de abril de 2014;
MMCMLXXIII.	Lei nº 4.262, de 15 de abril de 2014;
MMCMLXXIV.	Lei nº 4.264, de 17 de abril de 2014;
MMCMLXXV.	Lei nº 4.265, de 17 de abril de 2014;
MMCMLXXVI.	Lei nº 4.266, de 17 de abril de 2014;
MMCMLXXVII.	Lei nº 4.267, de 17 de abril de 2014;
MMCMLXXVIII.	Lei nº 4.268, de 17 de abril de 2014;
MMCMLXXIX.	Lei nº 4.269, de 17 de abril de 2014;
MMCMLXXX.	Lei nº 4.271, de 30 de abril de 2014;
MMCMLXXXI.	Lei nº 4.272, de 30 de abril de 2014;
MMCMLXXXII.	Lei nº 4.273, de 2 de maio de 2014;
MMCMLXXXIII.	Lei nº 4.274, de 2 de maio de 2014;
MMCMLXXXIV.	Lei nº 4.275, de 2 de maio de 2014;
MMCMLXXXV.	Lei nº 4.276, de 2 de maio de 2014;
MMCMLXXXVI.	Lei nº 4.277, de 2 de maio de 2014;
MMCMLXXXVII.	Lei nº 4.278, de 2 de maio de 2014;
MMCMLXXXVIII.	Lei nº 4.280, de 9 de maio de 2014;
MMCMLXXXIX.	Lei nº 4.281, de 13 de maio de 2014;
MMCMXC.	Lei nº 4.282, de 13 de maio de 2014;
MMCMXCI.	Lei nº 4.283, de 13 de maio de 2014;
MMCMXCII.	Lei nº 4.285, de 15 de maio de 2014;
MMCMXCIII.	Lei nº 4.286, de 15 de maio de 2014;
MMCMXCIV.	Lei nº 4.287, de 20 de maio de 2014;
MMCMXCV.	Lei nº 4.288, de 20 de maio de 2014;
MMCMXCVI.	Lei nº 4.289, de 22 de maio de 2014;
MMCMXCVII.	Lei nº 4.290, de 28 de maio de 2014;
MMCMXCVIII.	Lei nº 4.291, de 28 de maio de 2014;
MMCMXCIX.	Lei nº 4.296, de 30 de maio de 2014;
MMM.	Lei nº 4.297, de 4 de junho de 2014;
MMMI.	Lei nº 4.300, de 4 de junho de 2014;
MMMII.	Lei nº 4.301, de 4 de junho de 2014;
MMMIII.	Lei nº 4.302, de 5 de junho de 2014;
MMMIV.	Lei nº 4.304, de 12 de junho de 2014;
MMMV.	Lei nº 4.305, de 12 de junho de 2014;
MMMVI.	Lei nº 4.306, de 12 de junho de 2014;
MMMVII.	Lei nº 4.307, de 12 de junho de 2014;
MMMVIII.	Lei nº 4.308, de 12 de junho de 2014;
MMMIX.	Lei nº 4.309, de 12 de junho de 2014;
MMMX.	Lei nº 4.310, de 12 de junho de 2014;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMMXI.	Lei nº 4.312, de 20 de junho de 2014;
MMMXII.	Lei nº 4.313, de 20 de junho de 2014;
MMMXIII.	Lei nº 4.314, de 20 de junho de 2014;
MMMXIV.	Lei nº 4.315, de 20 de junho de 2014;
MMMXV.	Lei nº 4.316, de 20 de junho de 2014;
MMMXVI.	Lei nº 4.318, de 24 de junho de 2014;
MMMXVII.	Lei nº 4.319, de 24 de junho de 2014;
MMMXVIII.	Lei nº 4.321, de 24 de junho de 2014;
MMMXIX.	Lei nº 4.322, de 27 de junho de 2014;
MMMXX.	Lei nº 4.323, de 27 de junho de 2014;
MMMXXI.	Lei nº 4.324, de 3 de julho de 2014;
MMMXXII.	Lei nº 4.325, de 3 de julho de 2014;
MMMXXIII.	Lei nº 4.326, de 3 de julho de 2014;
MMMXXIV.	Lei nº 4.327, de 3 de julho de 2014;
MMMXXV.	Lei nº 4.328, de 3 de julho de 2014;
MMMXXVI.	Lei nº 4.329, de 8 de julho de 2014;
MMMXXVII.	Lei nº 4.330, de 8 de julho de 2014;
MMMXXVIII.	Lei nº 4.331, de 8 de julho de 2014;
MMMXXIX.	Lei nº 4.332, de 8 de julho de 2014;
MMMXXX.	Lei nº 4.333, de 8 de julho de 2014;
MMMXXXI.	Lei nº 4.334, de 8 de julho de 2014;
MMMXXXII.	Lei nº 4.335, de 8 de julho de 2014;
MMMXXXIII.	Lei nº 4.336, de 8 de julho de 2014;
MMMXXXIV.	Lei nº 4.337, de 8 de julho de 2014;
MMMXXXV.	Lei nº 4.338, de 10 de julho de 2014;
MMMXXXVI.	Lei nº 4.339, de 10 de julho de 2014;
MMMXXXVII.	Lei nº 4.340, de 10 de julho de 2014;
MMMXXXVIII.	Lei nº 4.341, de 10 de julho de 2014;
MMMXXXIX.	Lei nº 4.342, de 10 de julho de 2014;
MMMXL.	Lei nº 4.343, de 10 de julho de 2014;
MMMXLI.	Lei nº 4.344, de 10 de julho de 2014;
MMMXLII.	Lei nº 4.346, de 17 de julho de 2014;
MMMXLIII.	Lei nº 4.348, de 23 de julho de 2014;
MMMXLIV.	Lei nº 4.349, de 23 de julho de 2014;
MMMXLV.	Lei nº 4.350, de 23 de julho de 2014;
MMMXLVI.	Lei nº 4.351, de 23 de julho de 2014;
MMMXLVII.	Lei nº 4.352, de 23 de julho de 2014;
MMMXLVIII.	Lei nº 4.353, de 23 de julho de 2014;
MMMXLIX.	Lei nº 4.354, de 23 de julho de 2014;
MMML.	Lei nº 4.355, de 23 de julho de 2014;
MMMLI.	Lei nº 4.356, de 23 de julho de 2014;
MMMLII.	Lei nº 4.357, de 23 de julho de 2014;
MMMLIII.	Lei nº 4.359, de 23 de julho de 2014;
MMMLIV.	Lei nº 4.360, de 23 de julho de 2014;
MMMLV.	Lei nº 4.361, de 23 de julho de 2014;
MMMLVI.	Lei nº 4.362, de 23 de julho de 2014;
MMMLVII.	Lei nº 4.363, de 23 de julho de 2014;
MMMLVIII.	Lei nº 4.364, de 23 de julho de 2014;
MMMLIX.	Lei nº 4.365, de 23 de julho de 2014;
MMMLX.	Lei nº 4.366, de 23 de julho de 2014;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021
Fls 63

MMMLXI.	Lei nº 4.368, de 23 de julho de 2014;
MMMLXII.	Lei nº 4.369, de 23 de julho de 2014;
MMMLXIII.	Lei nº 4.370, de 23 de julho de 2014;
MMMLXIV.	Lei nº 4.372, de 29 de julho de 2014;
MMMLXV.	Lei nº 4.376, de 11 de agosto de 2014;
MMMLXVI.	Lei nº 4.377, de 11 de agosto de 2014;
MMMLXVII.	Lei nº 4.378, de 11 de agosto de 2014;
MMMLXVIII.	Lei nº 4.379, de 11 de agosto de 2014;
MMMLXIX.	Lei nº 4.381, de 21 de agosto de 2014;
MMMLXX.	Lei nº 4.382, de 21 de agosto de 2014;
MMMLXXI.	Lei nº 4.384, de 26 de agosto de 2014;
MMMLXXII.	Lei nº 4.385, de 26 de agosto de 2014;
MMMLXXIII.	Lei nº 4.386, de 28 de agosto de 2014;
MMMLXXIV.	Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 2014;
MMMLXXV.	Lei nº 4.389, de 28 de agosto de 2014;
MMMLXXVI.	Lei nº 4.391, de 28 de agosto de 2014;
MMMLXXVII.	Lei nº 4.392, de 28 de agosto de 2014;
MMMLXXVIII.	Lei nº 4.393, de 28 de agosto de 2014;
MMMLXXIX.	Lei nº 4.394, de 29 de agosto de 2014;
MMMLXXX.	Lei nº 4.395, de 29 de agosto de 2014;
MMMLXXXI.	Lei nº 4.398, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXII.	Lei nº 4.399, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXIII.	Lei nº 4.400, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXIV.	Lei nº 4.401, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXV.	Lei nº 4.402, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXVI.	Lei nº 4.403, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXVII.	Lei nº 4.404, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXVIII.	Lei nº 4.405, de 4 de setembro de 2014;
MMMLXXXIX.	Lei nº 4.406, de 4 de setembro de 2014;
MMMXC.	Lei nº 4.407, de 4 de setembro de 2014;
MMMXCI.	Lei nº 4.408, de 4 de setembro de 2014;
MMMXCII.	Lei nº 4.416, de 15 de setembro de 2014;
MMMXCIII.	Lei nº 4.417, de 15 de setembro de 2014;
MMMXCIV.	Lei nº 4.424, de 23 de setembro de 2014;
MMMXCV.	Lei nº 4.425, de 23 de setembro de 2014;
MMMXCVI.	Lei nº 4.426, de 23 de setembro de 2014;
MMMXCVII.	Lei nº 4.427, de 23 de setembro de 2014;
MMMXCVIII.	Lei nº 4.428, de 23 de setembro de 2014;
MMMXCIX.	Lei nº 4.431, de 25 de setembro de2014;
MMMC.	Lei nº 4.437, de 2 de outubro de 2014;
MMMCI.	Lei nº 4.438, de 2 de outubro de 2014;
MMMCII.	Lei nº 4.439, de 2 de outubro de 2014;
MMMCIII.	Lei nº 4.440, de 2 de outubro de 2014;
MMMCIV.	Lei nº 4.441, de 2 de outubro de 2014;
MMMCV.	Lei nº 4.442, de 2 de outubro de 2014;
MMMCVI.	Lei nº 4.443, de 2 de outubro de 2014;
MMMCVII.	Lei nº 4.447, de 7 de outubro de 2014;
MMMCVIII.	Lei nº 4.448, de 7 de outubro de 2014;
MMMCIX.	Lei nº 4.449, de 7 de outubro de 2014;
MMMCX.	Lei nº 4.450, de 7 de outubro de 2014;

MMMCXI.	Lei nº 4.452, de 7 de outubro de 2014;
MMMCXII.	Lei nº 4.456, de 21 de outubro de 2014;
MMMCXIII.	Lei nº 4.460, de 24 de outubro de 2014;
MMMCXIV.	Lei nº 4.461, de 24 de outubro de 2014;
MMMCXV.	Lei nº 4.463, de 24 de outubro de 2014;
MMMCXVI.	Lei nº 4.466, de 7 de novembro de 2014;
MMMCXVII.	Lei nº 4.469, de 14 de novembro de 2014;
MMMCXVIII.	Lei nº 4.470, de 14 de novembro de 2014;
MMMCXIX.	Lei nº 4.474, de 24 de novembro de 2014;
MMMCXX.	Lei nº 4.475, de 24 de novembro de 2014;
MMMCXXI.	Lei nº 4.476, de 24 de novembro de 2014;
MMMCXXII.	Lei nº 4.477, de 24 de novembro de 2014;
MMMCXXIII.	Lei nº 4.478, de 24 de novembro de 2014;
MMMCXXIV.	Lei nº 4.479, de 24 de novembro de 2014;
MMMCXXV.	Lei nº 4.481, de 2 de dezembro de 2014;
MMMCXXVI.	Lei nº 4.482, de 2 de dezembro de 2014;
MMMCXXVII.	Lei nº 4.483, de 2 de dezembro de 2014;
MMMCXXVIII.	Lei nº 4.484, de 2 de dezembro de 2014;
MMMCXXIX.	Lei nº 4.485, de 3 de dezembro de 2014;
MMMCXXX.	Lei nº 4.486, de 3 de dezembro de 2014;
MMMCXXXI.	Lei nº 4.488, de 3 de dezembro de 2014;
MMMCXXXII.	Lei nº 4.489, de 3 de dezembro de 2014;
MMMCXXXIII.	Lei nº 4.490, de 3 de dezembro de 2014;
MMMCXXXIV.	Lei nº 4.492, de 3 de dezembro de 2014;
MMMCXXXV.	Lei nº 4.494, de 5 de dezembro de 2014;
MMMCXXXVI.	Lei nº 4.499, de 5 de dezembro de 2014;
MMMCXXXVII.	Lei nº 4.500, de 5 de dezembro de 2014;
MMMCXXXVIII.	Lei nº 4.501, de 5 de dezembro de 2014;
MMMCXXXIX.	Lei nº 4.502, de 5 de dezembro de 2014;
MMMCXL.	Lei nº 4.503, de 9 de dezembro de 2014;
MMMCXLI.	Lei nº 4.506, de 11 de dezembro de 2014;
MMMCXLII.	Lei nº 4.510, de 17 de dezembro de 2014;
MMMCXLIII.	Lei nº 4.511, de 17 de dezembro de 2014;
MMMCXLIV.	Lei nº 4.512, de 17 de dezembro de 2014;
MMMCXLV.	Lei nº 4.516, de 17 de dezembro de 2014;
MMMCXLVI.	Lei nº 4.519, de 18 de dezembro de 2014;
MMMCXLVII.	Lei nº 4.520, de 18 de dezembro de 2014;
MMMCXLVIII.	Lei nº 4.521, de 23 de dezembro de 2014;
MMMCXLIX.	Lei nº 4.522, de 23 de dezembro de 2014;
MMMCL.	Lei nº 4.523, de 23 de dezembro de 2014;
MMMCLI.	Lei nº 4.525, de 15 de janeiro de 2015;
MMMCLII.	Lei nº 4.526, de 15 de janeiro de 2015;
MMMCLIII.	Lei nº 4.528, de 10 de fevereiro de 2015;
MMMCLIV.	Lei nº 4.531, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMCLV.	Lei nº 4.532, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMCLVI.	Lei nº 4.533, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMCLVII.	Lei nº 4.534, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMCLVIII.	Lei nº 4.535, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMCLIX.	Lei nº 4.536, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMCLX.	Lei nº 4.537, de 26 de fevereiro de 2015;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMMCLXI.	Lei nº 4.538, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMCLXII.	Lei nº 4.539, de 4 de março de 2015;
MMMCLXIII.	Lei nº 4.540, de 4 de março de 2015;
MMMCLXIV.	Lei nº 4.541, de 6 de março de 2015;
MMMCLXV.	Lei nº 4.545, de 6 de março de 2015;
MMMCLXVI.	Lei nº 4.546, de 12 de março de 2015;
MMMCLXVII.	Lei nº 4.548, de 19 de março de 2015;
MMMCLXVIII.	Lei nº 4.550, de 19 de março de 2015;
MMMCLXIX.	Lei nº 4.554, de 25 de março de 2015;
MMMCLXX.	Lei nº 4.555, de 25 de março de 2015;
MMMCLXXI.	Lei nº 4.556, de 25 de março de 2015;
MMMCLXXII.	Lei nº 4.560, de 27 de março de 2015;
MMMCLXXIII.	Lei nº 4.562, de 6 de abril de 2015;
MMMCLXXIV.	Lei nº 4.563, de 6 de abril de 2015;
MMMCLXXV.	Lei nº 4.564, de 6 de abril de 2015;
MMMCLXXVI.	Lei nº 4.566, de 9 de abril de 2015;
MMMCLXXVII.	Lei nº 4.567, de 9 de abril de 2015;
MMMCLXXVIII.	Lei nº 4.568, de 9 de abril de 2015;
MMMCLXXIX.	Lei nº 4.570, de 14 de abril de 2015;
MMMCLXXX.	Lei nº 4.575, de 16 de abril de 2015;
MMMCLXXXI.	Lei nº 4.576, de 16 de abril de 2015;
MMMCLXXXII.	Lei nº 4.580, de 28 de abril de 2015;
MMMCLXXXIII.	Lei nº 4.582, de 28 de abril de 2015;
MMMCLXXXIV.	Lei nº 4.583, de 28 de abril de 2015;
MMMCLXXXV.	Lei nº 4.584, de 28 de abril de 2015;
MMMCLXXXVI.	Lei nº 4.587, de 5 de maio de 2015;
MMMCLXXXVII.	Lei nº 4.588, de 7 de maio de 2015;
MMMCLXXXVIII.	Lei nº 4.592, de 12 de maio de 2015;
MMMCLXXXIX.	Lei nº 4.593, de 12 de maio de 2015;
MMMCXC.	Lei nº 4.599, de 19 de maio de 2015;
MMMCXCI.	Lei nº 4.602, de 25 de maio de 2015;
MMMCXCII.	Lei nº 4.603, de 25 de maio de 2015;
MMMCXCIII.	Lei nº 4.605, de 28 de maio de 2015;
MMMCXCIV.	Lei nº 4.606, de 28 de maio de 2015;
MMMCXCV.	Lei nº 4.609, de 17 de junho de 2015;
MMMCXCVI.	Lei nº 4.611, de 23 de junho de 2015;
MMMCXCVII.	Lei nº 4.618, de 23 de junho de 2015;
MMMCXCVIII.	Lei nº 4.620, de 24 de junho de 2015;
MMMCXCIX.	Lei nº 4.621, de 25 de junho de 2015;
MMMCC.	Lei nº 4.623, de 2 de julho de 2015;
MMMCCI.	Lei nº 4.624, de 2 de julho de 2015;
MMMCCII.	Lei nº 4.625, de 2 de julho de 2015;
MMMCCIII.	Lei nº 4.626, de 7 de julho de 2015;
MMMCCIV.	Lei nº 4.628, de 9 de julho de 2015;
MMMCCV.	Lei nº 4.630, de 14 de julho de 2015;
MMMCCVI.	Lei nº 4.632, de 16 de julho de 2015;
MMMCCVII.	Lei nº 4.634, de 17 de julho de 2015;
MMMCCVIII.	Lei nº 4.635, de 17 de julho de 2015;
MMMCCIX.	Lei nº 4.636, de 17 de julho de 2015;
MMMCCX.	Lei nº 4.637, de 17 de julho de 2015;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMMCCXI.	Lei nº 4.638, de 17 de julho de 2015;
MMMCCXII.	Lei nº 4.640, de 28 de julho de 2015;
MMMCCXIII.	Lei nº 4.641, de 28 de julho de 2015;
MMMCCXIV.	Lei nº 4.642, de 7 de agosto de 2015;
MMMCCXV.	Lei nº 4.643, de 11 de agosto de 2015;
MMMCCXVI.	Lei nº 4.645, de 13 de agosto de 2015;
MMMCCXVII.	Lei nº 4.649, de 3 de setembro de 2015;
MMMCCXVIII.	Lei nº 4.652, de 3 de setembro de 2015;
MMMCCXIX.	Lei nº 4.663, de 21 de setembro de 2015;
MMMCCXX.	Lei nº 4.665, de 23 de setembro de 2015;
MMMCCXXI.	Lei nº 4.666, de 23 de setembro de 2015;
MMMCCXXII.	Lei nº 4.667, de 23 de setembro de 2015;
MMMCCXXIII.	Lei nº 4.668, de 23 de setembro de 2015;
MMMCCXXIV.	Lei nº 4.669, de 23 de setembro de 2015;
MMMCCXXV.	Lei nº 4.671, de 30 de setembro de 2015;
MMMCCXXVI.	Lei nº 4.679, de 6 de outubro de 2015;
MMMCCXXVII.	Lei nº 4.685, de 20 de outubro de 2015;
MMMCCXXVIII.	Lei nº 4.686, de 23 de outubro de 2015;
MMMCCXXIX.	Lei nº 4.687, de 23 de outubro de 2015;
MMMCCXXX.	Lei nº 4.688, de 26 de outubro de 2015;
MMMCCXXXI.	Lei nº 4.695, de 16 de novembro de 2015;
MMMCCXXXII.	Lei nº 4.699, de 16 de novembro de 2015;
MMMCCXXXIII.	Lei nº 4.700, de 19 de novembro de 2015;
MMMCCXXXIV.	Lei nº 4.701, de 19 de novembro de 2015;
MMMCCXXXV.	Lei nº 4.702, de 26 de novembro de 2015;
MMMCCXXXVI.	Lei nº 4.703, de 26 de novembro de 2015;
MMMCCXXXVII.	Lei nº 4.704, de 26 de novembro de 2015;
MMMCCXXXVIII.	Lei nº 4.707, de 3 de dezembro de 2015;
MMMCCXXXIX.	Lei nº 4.714, de 10 de dezembro de 2015;
MMMCCXL.	Lei nº 4.715, de 10 de dezembro de 2015;
MMMCCXLI.	Lei nº 4.719, de 15 de dezembro de 2015;
MMMCCXLII.	Lei nº 4.720, de 21 de dezembro de 2015;
MMMCCXLIII.	Lei nº 4.721, de 21 de dezembro de 2015;
MMMCCXLIV.	Lei nº 4.722, de 22 de dezembro de 2015;
MMMCCXLV.	Lei nº 4.723, de 22 de dezembro de 2015;
MMMCCXLVI.	Lei nº 4.729, de 17 de fevereiro de 2016;
MMMCCXLVII.	Lei nº 4.730, de 17 de fevereiro de 2016;
MMMCCXLVIII.	Lei nº 4.739, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMCCXLIX.	Lei nº 4.740, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMCCL.	Lei nº 4.741, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMCCLI.	Lei nº 4.743, de 1° de março de 2016;
MMMCCLII.	Lei nº 4.744, de 1° de março de 2016;
MMMCCLIII.	Lei nº 4.745, de 1° de março de 2016;
MMMCCLIV.	Lei nº 4.747, de 3 de março de 2016;
MMMCCLV.	Lei nº 4.749, de 8 de março de 2016;
MMMCCLVI.	Lei nº 4.750, de 15 de março de 2016;
MMMCCLVII.	Lei nº 4.751, de 15 de março de 2016;
MMMCCLVIII.	Lei nº 4.752, de 15 de março de 2016;
MMMCCLIX.	Lei nº 4.753, de 15 de março de 2016;
MMMCCLX.	Lei nº 4.754, de 15 de março de 2016;

MMMCCLXI.	Lei nº 4.755, de 15 de março de 2016;
MMMCCLXII.	Lei nº 4.756, de 15 de março de 2016;
MMMCCLXIII.	Lei nº 4.758, de 15 de março de 2016;
MMMCCLXIV.	Lei nº 4.757, de 15 de março de 2016;
MMMCCLXV.	Lei nº 4.759, de 18 de março de 2016;
MMMCCLXVI.	Lei nº 4.760, de 18 de março de 2016;
MMMCCLXVII.	Lei nº 4.761, de 18 de março de 2016;
MMMCCLXVIII.	Lei nº 4.762, de 18 de março de 2016;
MMMCCLXIX.	Lei nº 4.763, de 18 de março de 2016;
MMMCCLXX.	Lei nº 4.764, de 18 de março de 2016;
MMMCCLXXI.	Lei nº 4.765, de 23 de março de 2016;
MMMCCLXXII.	Lei nº 4.772, de 7 de abril de 2016;
MMMCCLXXIII.	Lei nº 4.774, de 18 de abril de 2016;
MMMCCLXXIV.	Lei nº 4.775, de 18 de abril de 2016;
MMMCCLXXV.	Lei nº 4.778, de 26 de abril de 2016;
MMMCCLXXVI.	Lei nº 4.779,de 26 de abril de 2016;
MMMCCLXXVII.	Lei nº 4.780, de 26 de abril de 2016;
MMMCCLXXVIII.	Lei nº 4.781, de 26 de abril de 2016;
MMMCCLXXIX.	Lei nº 4.782, de 26 de abril de 2016;
MMMCCLXXX.	Lei nº 4.783, de 26 de abril de 2016;
MMMCCLXXXI.	Lei nº 4.784, de 29 de abril de 2016;
MMMCCLXXXII.	Lei nº 4.785, de 4 de maio de 2016;
MMMCCLXXXIII.	Lei nº 4.786, de 4 de maio de 2016;
MMMCCLXXXIV.	Lei nº 4.788, de 4 de maio de 2016;
MMMCCLXXXV.	Lei nº 4.789, de 12 de maio de 2016;
MMMCCLXXXVI.	Lei nº 4.794, de 20 de maio de 2016;
MMMCCLXXXVII.	Lei nº 4.795, de 20 de maio de 2016;
MMMCCLXXXVIII.	Lei nº 4.796, de 25 de maio de 2016;
MMMCCLXXXIX.	Lei nº 4.798, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXC.	Lei nº 4.799, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXCI.	Lei nº 4.800, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXCII.	Lei nº 4.801, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXCIII.	Lei nº 4.802, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXCIV.	Lei nº 4.803, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXCV.	Lei nº 4.805, de 2 de junho de 2016;
MMMCCXCVI.	Lei nº 4.806, de 7 de junho de 2016;
MMMCCXCVII.	Lei nº 4.808, de 14 de junho de 2016;
MMMCCXCVIII.	Lei nº 4.814, de 24 de junho de 2016;
MMMCCXCIX.	Lei nº 4.815, de 24 de junho de 2016;
MMMCCC.	Lei nº 4.816, de 24 de junho de 2016;
MMMCCCI.	Lei nº 4.817, de 27 de junho de 2016;
MMMCCCII.	Lei nº 4.818, de 27 de junho de 2016;
MMMCCCIII.	Lei nº 4.819, de 27 de junho de 2016;
MMMCCCIV.	Lei nº 4.820, de 27 de junho de 2016;
MMMCCCV.	Lei nº 4.821, de 5 de julho de 2016;
MMMCCCVI.	Lei nº 4.822, de 8 de julho de 2016;
MMMCCCVII.	Lei nº 4.823, de 12 de julho de 2016;
MMMCCCVIII.	Lei nº 4.824, de 13 de julho de 2016;
MMMCCCIX.	Lei nº 4.825, de 13 de julho de 2016;
MMMCCCX.	Lei nº 4.826, de 13 de julho de 2016;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 68
Visto

MMMCCCXI.	Lei nº 4.827, de 14 de julho de 2016;
MMMCCCXII.	Lei nº 4.828, de 13 de julho de 2016;
MMMCCCXIII.	Lei nº 4.829, de 13 de julho de 2016;
MMMCCCXIV.	Lei nº 4.830, de 13 de julho de 2016;
MMMCCCXV.	Lei nº 4.831, de 19 de julho de 2016;
MMMCCCXVI.	Lei nº 4.832, de 19 de julho de 2016;
MMMCCCXVII.	Lei nº 4.833, de 19 de julho de 2016;
MMMCCCXVIII.	Lei nº 4.834, de 19 de julho de 2016;
MMMCCCXIX.	Lei nº 4.835, de 27 de julho de 2016;
MMMCCCXX.	Lei nº 4.836, de 3 de agosto de 2016;
MMMCCCXXI.	Lei nº 4.837, de 4 de agosto de 2016;
MMMCCCXXII.	Lei nº 4.838, de 4 de agosto de 2016;
MMMCCCXXIII.	Lei nº 4.839, de 9 de agosto de 2016;
MMMCCCXXIV.	Lei nº 4.840, de 9 de agosto de 2016;
MMMCCCXXV.	Lei nº 4.841, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCCXXVI.	Lei nº 4.842, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCCXXVII.	Lei nº 4.843, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCCXXVIII.	Lei nº 4.844, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCCXXIX.	Lei nº 4.845, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCCXXX.	Lei nº 4.846, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXI.	Lei nº 4.847, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXII.	Lei nº 4.848, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXIII.	Lei nº 4.849, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXIV.	Lei nº 4.850, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXV.	Lei nº 4.851, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXVI.	Lei nº 4.852, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXVII.	Lei nº 4.853, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXVIII.	Lei nº 4.854, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXXXIX.	Lei nº 4.855, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXL.	Lei nº 4.856, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCCXLI.	Lei nº 4.857, de 18 de agosto de 2016;
MMMCCCXLII.	Lei nº 4.858, de 18 de agosto de 2016;
MMMCCCXLIII.	Lei nº 4.859, de 18 de agosto de 2016;
MMMCCCXLIV.	Lei nº 4.860, de 23 de agosto de 2016;
MMMCCCXLV.	Lei nº 4.861, de 23 de agosto de 2016;
MMMCCCXLVI.	Lei nº 4.862, de 23 de agosto de 2016;
MMMCCCXLVII.	Lei nº 4.863, de 25 de agosto de 2016;
MMMCCCXLVIII.	Lei nº 4.865, de 30 de agosto de 2016;
MMMCCCXLIX.	Lei nº 4.866, de 30 de agosto de 2016;
MMMCCCL.	Lei nº 4.869, de 16 de setembro de 2016;
MMMCCCLI.	Lei nº 4.872, de 22 de setembro de 2016;
MMMCCCLII.	Lei nº 4.875, de 27 de setembro de 2016;
MMMCCCLIII.	Lei nº 4.876, de 30 de setembro de 2016;
MMMCCCLIV.	Lei nº 4.878, de 13 de outubro de 2016;
MMMCCCLV.	Lei nº 4.879, de 19 de outubro de 2016;
MMMCCCLVI.	Lei nº 4.880, de 19 de outubro de 2016;
MMMCCCLVII.	Lei nº 4.881, de 26 de outubro de 2016;
MMMCCCLVIII.	Lei nº 4.882, de 17 de outubro de 2016;
MMMCCCLIX.	Lei nº 4.883, de 27 de outubro de 2016;
MMMCCCLX.	Lei nº 4.884, de 27 de outubro de 2016;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMMCCCLXI. Lei nº 4.885, de 27 de outubro de 2016;
MMMCCCLXII. Lei nº 4.886, de 27 de outubro de 2016;
MMMCCCLXIII. Lei nº 4.887, de 3 de novembro de 2016;
MMMCCCLXIV. Lei nº 4.888, de 10 de novembro de 2016;
MMMCCCLXV. Lei nº 4.889, de 10 de novembro de 2016;
MMMCCCLXVI. Lei nº 4.890, de 11 de novembro de 2016;
MMMCCCLXVII. Lei nº 4.899, de 24 de novembro de 2016;
MMMCCCLXVIII. Lei nº 4.900, de 24 de novembro de 2016;
MMMCCCLXIX. Lei nº 4.908, de 7 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXX. Lei nº 4.910, de 8 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXI. Lei nº 4.918, de 15 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXII. Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXIII. Lei nº 4.927, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXIV. Lei nº 4.928, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXV. Lei nº 4.929, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXVI. Lei nº 4.930, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXVII. Lei nº 4.931, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXVIII. Lei nº 4.932, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXIX. Lei nº 4.933, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCLXXX. Lei nº 4.935, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCCCLXXXI. Lei nº 4.936, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCCCLXXXII. Lei nº 4.937, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCCCLXXXIII. Lei nº 4.938, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCCCLXXXIV. Lei nº 4.939, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCCCLXXXV. Lei nº 4.940, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCCCLXXXVI. Lei nº 4.944, de 9 de março de 2017;
MMMCCCLXXXVII. Lei nº 4.946, de 14 de março de 2017;
MMMCCCLXXXVIII. Lei nº 4.947, de 14 de março de 2017;
MMMCCCLXXXIX. Lei nº 4.948, de 28 de março de 2017;
MMMCCCXC. Lei nº 4.949, de 4 de abril de 2017;
MMMCCCXCI. Lei nº 4.950, de 6 de abril de 2017;
MMMCCCXCII. Lei nº 4.951, de 11 de abril de 2017;
MMMCCCXCIII. Lei nº 4.952, de 11 de abril de 2017;
MMMCCCXCIV. Lei nº 4.953, de 11 de abril de 2017;
MMMCCCXCV. Lei nº 4.959, de 19 de abril de 2017;
MMMCCCXCVI. Lei nº 4.960, de 25 de abril de 2017;
MMMCCCXCVII. Lei nº 4.961, de 27 de abril de 2017;
MMMCCCXCVIII. Lei nº 4.962, de 11 de maio de 2017;
MMMCCCXCIX. Lei nº 4.963, de 11 de maio de 2017;
MMMCD. Lei nº 4.964, de 11 de maio de 2017;
MMMCDI. Lei nº 4.969, de 23 de maio de 2017;
MMMCDII. Lei nº 4.972, de 6 de junho de 2017;
MMMCDIII. Lei nº 4.973, de 13 de junho de 2017;
MMMCDIV. Lei nº 4.974, de 13 de junho de 2017;
MMMCDV. Lei nº 4.975, de 13 de junho de 2017;
MMMCDVI. Lei nº 4.976, de 20 de junho de 2017;
MMMCDVII. Lei nº 4.981, de 28 de junho de 2017;
MMMCDVIII. Lei nº 4.984, de 11 de julho de 2017;
MMMCDIX. Lei nº 4.986, de 14 de julho de 2017;
MMMCDX. Lei nº 4.990, de 9 de agosto de 2017;

MMMCDXI.	Lei nº 4.992, de 10 de agosto de 2017;
MMMCDXII.	Lei nº 4.994, de 15 de agosto de 2017;
MMMCDXIII.	Lei nº 4.995, de 15 de agosto de 2017;
MMMCDXIV.	Lei nº 4.996, de 15 de agosto de 2017;
MMMCDXV.	Lei nº 4.997, de 17 de agosto de 2017;
MMMCDXVI.	Lei nº 4.998, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXVII.	Lei nº 4.999, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXVIII.	Lei nº 5.000, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXIX.	Lei nº 5.001, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXX.	Lei nº 5.002, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXXI.	Lei nº 5.003, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXXII.	Lei nº 5.004, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXXIII.	Lei nº 5.005, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXXIV.	Lei nº 5.006, de 24 de agosto de 2017;
MMMCDXXV.	Lei nº 5.011, de 30 de agosto de 2017;
MMMCDXXVI.	Lei nº 5.012, de 4 de setembro de 2017;
MMMCDXXVII.	Lei nº 5.013, de 11 de setembro de 2017;
MMMCDXXVIII.	Lei nº 5.014, de 11 de setembro de 2017;
MMMCDXXIX.	Lei nº 5.030, de 28 de setembro de 2017;
MMMCDXXX.	Lei nº 5.031, de 11 de outubro de 2017;
MMMCDXXXI.	Lei nº 5.035, de 20 de outubro de 2017;
MMMCDXXXII.	Lei nº 5.032, de 11 de outubro de 2017;
MMMCDXXXIII.	Lei nº 5.034, de 11 de outubro de 2017;
MMMCDXXXIV.	Lei nº 5.036, de 27 de outubro de 2017;
MMMCDXXXV.	Lei nº 5.040, de 31 de outubro de 2017;
MMMCDXXXVI.	Lei nº 5.042, de 7 de novembro de 2017;
MMMCDXXXVII.	Lei nº 5.043, de 7 de novembro de 2017;
MMMCDXXXVIII.	Lei nº 5.044, de 7 de novembro de 2017;
MMMCDXXXIX.	Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017;
MMMCDXL.	Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017;
MMMCDXLI.	Lei nº 5.059, de 7 de dezembro de 2017;
MMMCDXLII.	Lei nº 5.063, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCDXLIII.	Lei nº 5.064, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCDXLIV.	Lei nº 5.065, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCDXLV.	Lei nº 5.066, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCDXLVI.	Lei nº 5.069, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCDXLVII.	Lei nº 5.071, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCDXLVIII.	Lei nº 5.073, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCDXLIX.	Lei nº 5.074, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCDL.	Lei nº 5.075, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCDLI.	Lei nº 5.076, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCDLII.	Lei nº 5.079, de 23 de janeiro de 2018;
MMMCDLIII.	Lei nº 5.081, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCDLIV.	Lei nº 5.082, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCDLV.	Lei nº 5.083, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCDLVI.	Lei nº 5.084, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCDLVII.	Lei nº 5.085, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCDLVIII.	Lei nº 5.086, de 3 de março de 2018;
MMMCDLIX.	Lei nº 5.087, de 6 de março de 2018;
MMMCDLX.	Lei nº 5.088, de 6 de março de 2018;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

MMMCDLXI.	Lei nº 5.101, de 15 de março de 2018;
MMMCDLXII.	Lei nº 5.102, de 15 de março de 2018;
MMMCDLXIII.	Lei nº 5.104, de 21 de março de 2018;
MMMCDLXIV.	Lei nº 5.105, de 21 de março de 2018;
MMMCDLXV.	Lei nº 5.106, de 22 de março de 2018;
MMMCDLXVI.	Lei nº 5.107, de 22 de março de 2018;
MMMCDLXVII.	Lei nº 5.108, de 27 de março de 2018;
MMMCDLXVIII.	Lei nº 5.110, de 5 de abril de 2018;
MMMCDLXIX.	Lei nº 5.114, de 5 de abril de 2018;
MMMCDLXX.	Lei nº 5.123, de 11 de abril de 2018;
MMMCDLXXI.	Lei nº 5.125, de 12 de abril de 2018;
MMMCDLXXII.	Lei nº 5.126, de 12 de abril de 2018;
MMMCDLXXIII.	Lei nº 5.127, de 12 de abril de 2018;
MMMCDLXXIV.	Lei nº 5.128, de 12 de abril de 2018;
MMMCDLXXV.	Lei nº 5.130, de 12 de abril de 2018;
MMMCDLXXVI.	Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018;
MMMCDLXXVII.	Lei nº 5.135, de 4 de maio de 2018;
MMMCDLXXVIII.	Lei nº 5.139, de 17 de maio de 2018;
MMMCDLXXIX.	Lei nº 5.142, de 18 de maio de 2018;
MMMCDLXXX.	Lei nº 5.143, de 25 de maio de 2018;
MMMCDLXXXI.	Lei nº 5.144, de 25 de maio de 2018;
MMMCDLXXXII.	Lei nº 5.145, de 25 de maio de 2018;
MMMCDLXXXIII.	Lei nº 5.146, de 25 de maio de 2018;
MMMCDLXXXIV.	Lei nº 5.150, de 29 de maio de 2018;
MMMCDLXXXV.	Lei nº 5.152, de 29 de maio de 2018;
MMMCDLXXXVI.	Lei nº 5.153, de 29 de maio de 2018;
MMMCDLXXXVII.	Lei nº 5.154, de 29 de maio de 2018;
MMMCDLXXXVIII.	Lei nº 5.156, de 4 de junho de 2018;
MMMCDLXXXIX.	Lei nº 5.157, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXC.	Lei nº 5.158, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXCI.	Lei nº 5.159, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXCII.	Lei nº 5.160, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXCIII.	Lei nº 5.163, de 14 de junho de 2018;
MMMCDXCIV.	Lei nº 5.164, de 21 de junho de 2018;
MMMCDXCV.	Lei nº 5.167, de 27 de junho de 2018;
MMMCDXCVI.	Lei nº 5.169, de 27 de junho de 2018;
MMMCDXCVII.	Lei nº 5.170, de 27 de junho de 2018;
MMMCDXCVIII.	Lei nº 5.171, de 3 de julho de 2018;
MMMCDXCIX.	Lei nº 5.172, de 5 de julho de 2018;
MMMD.	Lei nº 5.173, de 5 de julho de 2018;
MMMDI.	Lei nº 5.174, de 5 de julho de 2018;
MMMDII.	Lei nº 5.175, de 5 de julho de 2018;
MMMDIII.	Lei nº 5.176, de 5 de julho de 2018;
MMMDIV.	Lei nº 5.177, de 5 de julho de 2018;
MMMDV.	Lei nº 5.179, de 12 de julho de 2018;
MMMDVI.	Lei nº 5.181, de 12 de julho de 2018;
MMMDVII.	Lei nº 5.182, de 12 de julho de 2018;
MMMDVIII.	Lei nº 5.183, de 12 de julho de 2018;
MMMDIX.	Lei nº 5.187, de 30 de julho de 2018;
MMMDX.	Lei nº 5.191, de 9 de agosto de 2018;

MMMDXI.	Lei nº 5.196, de 22 de agosto de 2018;
MMMDXII.	Lei nº 5.197, de 22 de agosto de 2018;
MMMDXIII.	Lei nº 5.198, de 22 de agosto de 2018;
MMMDXIV.	Lei nº 5.201, de 29 de agosto de 2018;
MMMDXV.	Lei nº 5.202, de 29 de agosto de 2018;
MMMDXVI.	Lei nº 5.206, de 5 de setembro de 2018;
MMMDXVII.	Lei nº 5.212, de 28 de setembro de 2018;
MMMDXVIII.	Lei nº 5.213, de 28 de setembro de 2018;
MMMDXIX.	Lei nº 5.214, de 28 de setembro de 2018;
MMMDXX.	Lei nº 5.226, de 31 de outubro de 2018;
MMMDXXI.	Lei nº 5.227, de 31 de outubro de 2018;
MMMDXXII.	Lei nº 5.233, de 14 de novembro de 2018;
MMMDXXIII.	Lei nº 5.234, de 14 de novembro de 2018;
MMMDXXIV.	Lei nº 5.235, de 14 de novembro de 2018;
MMMDXXV.	Lei nº 5.241, de 20 de novembro de 2018;
MMMDXXVI.	Lei nº 5.245, de 28 de novembro de 2018;
MMMDXXVII.	Lei nº 5.247, de 28 de novembro de 2018;
MMMDXXVIII.	Lei nº 5.249, de 28 de novembro de 2018;
MMMDXXIX.	Lei nº 5.251, de 4 de dezembro de 2018;
MMMDXXX.	Lei nº 5.252, de 5 de dezembro de 2018;
MMMDXXXI.	Lei nº 5.255, de 7 de dezembro de 2018;
MMMDXXXII.	Lei nº 5.257, de 7 de dezembro de 2018;
MMMDXXXIII.	Lei nº 5.260, de 19 de dezembro de 2018;
MMMDXXXIV.	Lei nº 5.261, de 19 de dezembro de 2018;
MMMDXXXV.	Lei nº 5.266, de 17 de janeiro de 2019;
MMMDXXXVI.	Lei nº 5.272, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMDXXXVII.	Lei nº 5.273, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMDXXXVIII.	Lei nº 5.274, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMDXXXIX.	Lei nº 5.275, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMDXL.	Lei nº 5.276, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMDXLI.	Lei nº 5.277, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMDXLII.	Lei nº 5.282, de 18 de março de 2019;
MMMDXLIII.	Lei nº 5.283, de 18 de março de 2019;
MMMDXLIV.	Lei nº 5.286, de 20 de março de 2019;
MMMDXLV.	Lei nº 5.288, de 20 de março de 2019;
MMMDXLVI.	Lei nº 5.289, de 20 de março de 2019;
MMMDXLVII.	Lei nº 5.292, de 21 de março de 2019;
MMMDXLVIII.	Lei nº 5.297, de 27 de março de 2019;
MMMDXLIX.	Lei nº 5.298, de 2 de abril de 2019;
MMMDL.	Lei nº 5.300, de 8 de abril de 2019;
MMMDLI.	Lei nº 5.302, de 8 de abril de 2019;
MMMDLII.	Lei nº 5.305, de 8 de abril de 2019;
MMMDLIII.	Lei nº 5.310, de 8 de abril de 2019;
MMMDLIV.	Lei nº 5.311, de 8 de abril de 2019;
MMMDLV.	Lei nº 5.312, de 8 de abril de 2019;
MMMDLVI.	Lei nº 5.316, de 9 de abril de 2019;
MMMDLVII.	Lei nº 5.322, de 18 de abril de 2019;
MMMDLVIII.	Lei nº 5.327, de 30 de abril de 2019;
MMMDLIX.	Lei nº 5.328, de 6 de maio de 2019;
MMMDLX.	Lei nº 5.334, de 10 de maio de 2019;

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 13

MMMDLXI.	Lei nº 5.335, de 10 de maio de 2019;
MMMDLXII.	Lei nº 5.336, de 10 de maio de 2019;
MMMDLXIII.	Lei nº 5.337, de 10 de maio de 2019;
MMMDLXIV.	Lei nº 5.338, de 10 de maio de 2019;
MMMDLXV.	Lei nº 5.340, de 16 de maio de 2019;
MMMDLXVI.	Lei nº 5.341, de 16 de maio de 2019;
MMMDLXVII.	Lei nº 5.348, de 30 de maio de 2019;
MMMDLXVIII.	Lei nº 5.349, de 30 de maio de 2019;
MMMDLXIX.	Lei nº 5.351, de 31 de maio de 2019;
MMMDLXX.	Lei nº 5.352, de 31 de maio de 2019;
MMMDLXXI.	Lei nº 5.353, de 31 de maio de 2019;
MMMDLXXII.	Lei nº 5.354, de 31 de maio de 2019;
MMMDLXXIII.	Lei nº 5.355, de 4 de junho de 2019;
MMMDLXXIV.	Lei nº 5.362, de 24 de junho de 2019;
MMMDLXXV.	Lei nº 5.363, de 24 de junho de 2019;
MMMDLXXVI.	Lei nº 5.372, de 15 de julho de 2019;
MMMDLXXVII.	Lei nº 5.373, de 15 de julho de 2019;
MMMDLXXVIII.	Lei nº 5.374, de 15 de julho de 2019;
MMMDLXXIX.	Lei nº 5.380, de 30 de julho de 2019;
MMMDLXXX.	Lei nº 5.384, de 20 de agosto de 2019;
MMMDLXXXI.	Lei nº 5.385, de 20 de agosto de 2019;
MMMDLXXXII.	Lei nº 5.387, de 27 de agosto de 2019;
MMMDLXXXIII.	Lei nº 5.388, de 5 de setembro de 2019;
MMMDLXXXIV.	Lei nº 5.389, de 5 de setembro de 2019;
MMMDLXXXV.	Lei nº 5.390, de 5 de setembro de 2019;
MMMDLXXXVI.	Lei nº 5.395, de 17 de setembro de 2019;
MMMDLXXXVII.	Lei nº 5.396, de 19 de setembro de 2019;
MMMDLXXXVIII.	Lei nº 5.397, de 19 de setembro de 2019;
MMMDLXXXIX.	Lei nº 5.398, de 19 de setembro de 2019;
MMMDXC.	Lei nº 5.401, de 24 de setembro de 2019;
MMMDXCI.	Lei nº 5.402, de 24 de setenbro de 2019;
MMMDXCII.	Lei nº 5.403, de 24 de setembro de 2019;
MMMDXCIII.	Lei nº 5.410, de 3 de outubro de 2019;
MMMDXCIV.	Lei nº 5.420, de 16 de outubro de 2019;
MMMDXCV.	Lei nº 5.421, de 16 de outubro de 2019;
MMMDXCVI.	Lei nº 5.422, de 16 de outubro de 2019;
MMMDXCVII.	Lei nº 5.423, de 23 de outubro de 2019;
MMMDXCVIII.	Lei nº 5.425, de 23 de outubro de 2019;
MMMDXCIX.	Lei nº 5.427, de 31 de outubro de 2019;
MMMDC.	Lei nº 5.429, de 31 de outubro de 2019;
MMMDCI.	Lei nº 5.435, de 19 de novembro de 2019;
MMMDCII.	Lei nº 5.437, de 21 de novembro de 2019;
MMMDCIII.	Lei nº 5.438, de 20 de novembro de 2019;
MMMDCIV.	Lei nº 5.447, de 13 de dezembro de 2019;
MMMDCV.	Lei nº 5.452, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDCVI.	Lei nº 5.453, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDCVII.	Lei nº 5.454, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDCVIII.	Lei nº 5.456, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDCIX.	Lei nº 5.457, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDCX.	Lei nº 5.460, de 26 de dezembro de 2019;

MMMDCXI.	Lei nº 5.461, de 26 de dezembro de 2019;
MMMDCXII.	Lei nº 5.463, de 23 de janeiro de 2020;
MMMDCXIII.	Lei nº 5.464, de 23 de janeiro de 2020;
MMMDCXIV.	Lei nº 5.468, de 5 de março de 2020;
MMMDCXV.	Lei nº 5.469, de 5 de março de 2020;
MMMDCXVI.	Lei nº 5.470, de 5 de março de 2020;
MMMDCXVII.	Lei nº 5.471, de 5 de março de 2020;
MMMDCXVIII.	Lei nº 5.472, de 5 de março de 2020;
MMMDCXIX.	Lei nº 5.473, de 5 de março de 2020;
MMMDCXX.	Lei nº 5.475, de 12 de março de 2020;
MMMDCXXI.	Lei nº 5.476, de 12 de março de 2020;
MMMDCXXII.	Lei nº 5.477, de 19 de março de 2020;
MMMDCXXIII.	Lei nº 5.478, de 19 de março de 2020;
MMMDCXXIV.	Lei nº 5.479, de 19 de março de 2020;
MMMDCXXV.	Lei nº 5.480, de 19 de março de 2020;
MMMDCXXVI.	Lei nº 5.481, de 19 de março de 2020;
MMMDCXXVII.	Lei nº 5.482, de 19 de março de 2020;
MMMDCXXVIII.	Lei nº 5.483, de 19 de março de 2020;
MMMDCXXIX.	Lei nº 5.493, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXX.	Lei nº 5.494, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXI.	Lei nº 5.495, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXII.	Lei nº 5.496, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXIII.	Lei nº 5.497, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXIV.	Lei nº 5.498, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXV.	Lei nº 5.499, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXVI.	Lei nº 5.500, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXVII.	Lei nº 5.501, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXVIII.	Lei nº 5.502, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXXXIX.	Lei nº 5.503, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXL.	Lei nº 5.504, de 8 de abril de 2020;
MMMDCXLI.	Lei nº 5.505, de 16 de abril de 2020;
MMMDCXLII.	Lei nº 5.507, de 27 de abril de 2020;
MMMDCXLIII.	Lei nº 5.508, de 29 de abril de 2020;
MMMDCXLIV.	Lei nº 5.510, de 12 de maio de 2020;
MMMDCXLV.	Lei nº 5.511, de 12 de maio de 2020;
MMMDCXLVI.	Lei nº 5.515, de 14 de maio de 2020;
MMMDCXLVII.	Lei nº 5.516, de 14 de maio de 2020;
MMMDCXLVIII.	Lei nº 5.517, de 14 de maio de 2020;
MMMDCXLIX.	Lei nº 5.518, de 14 de maio de 2020;
MMMDCL.	Lei nº 5.519, de 20 de maio de 2020;
MMMDCLI.	Lei nº 5.520, de 20 de maio de 2020;
MMMDCLII.	Lei nº 5.521, de 20 de maio de 2020;
MMMDCLIII.	Lei nº 5.522, de 27 de maio de 2020;
MMMDCLIV.	Lei nº 5.523, de 27 de maio de 2020;
MMMDCLV.	Lei nº 5.525, de 1º de junho de 2020;
MMMDCLVI.	Lei nº 5.528, de 3 de junho de 2020;
MMMDCLVII.	Lei nº 5.529, de 3 de junho de 2020;
MMMDCLVIII.	Lei nº 5.530, de 17 de junho de 2020;
MMMDCLIX.	Lei nº 5.531, de 17 de junho de 2020;
MMMDCLX.	Lei nº 5.532, de 17 de junho de 2020;

MMMDCLXI.	Lei nº 5.533, de 17 de junho de 2020;
MMMDCLXII.	Lei nº 5.534, de 17 de junho de 2020;
MMMDCLXIII.	Lei nº 5.535, de 17 de junho de 2020;
MMMDCLXIV.	Lei nº 5.537, de 24 de junho de 2020;
MMMDCLXV.	Lei nº 5.538, de 24 de junho de 2020;
MMMDCLXVI.	Lei nº 5.539, de 24 de junho de 2020;
MMMDCLXVII.	Lei nº 5.542, de 30 de junho de 2020;
MMMDCLXVIII.	Lei nº 5.543, de 30 de junho de 2020;
MMMDCLXIX.	Lei nº 5.545, de 6 de julho de 2020;
MMMDCLXX.	Lei nº 5.546, de 6 de julho de 2020;
MMMDCLXXI.	Lei nº 5.547, de 6 de julho de 2020;
MMMDCLXXII.	Lei nº 5.548, de 6 de julho de 2020;
MMMDCLXXIII.	Lei nº 5.549, de 8 de julho de 2020;
MMMDCLXXIV.	Lei nº 5.550, de 8 de julho de 2020;
MMMDCLXXV.	Lei nº 5.551, de 14 de julho de 2020;
MMMDCLXXVI.	Lei nº 5.552, de 16 de julho de 2020;
MMMDCLXXVII.	Lei nº 5.553, de 16 de julho de 2020;
MMMDCLXXVIII.	Lei nº 5.555, de 23 de julho de 2020;
MMMDCLXXIX.	Lei nº 5.557, de 31 de julho de 2020;
MMMDCLXXX.	Lei nº 5.559, de 4 de agosto de 2020;
MMMDCLXXXI.	Lei nº 5.562, de 13 de agosto de 2020;
MMMDCLXXXII.	Lei nº 5.563, de 13 de agosto de 2020;
MMMDCLXXXIII.	Lei nº 5.564, de 13 de agosto de 2020;
MMMDCLXXXIV.	Lei nº 5.568, de 18 de agosto de 2020;
MMMDCLXXXV.	Lei nº 5.570, de 26 de agosto de 2020;
MMMDCLXXXVI.	Lei nº 5.571, de 26 de agosto de 2020;
MMMDCLXXXVII.	Lei nº 5.572, de 1° de setembro de 2020;
MMMDCLXXXVIII.	Lei nº 5.573, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCLXXXIX.	Lei nº 5.574, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCXC.	Lei nº 5.575, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCXCI.	Lei nº 5.576, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCXCII.	Lei nº 5.583, de 14 de setembro de 2020;
MMMDCXCIII.	Lei nº 5.584, de 14 de setembro de 2020;
MMMDCXCIV.	Lei nº 5.594, de 24 de setembro de 2020;
MMMDCXCV.	Lei nº 5.597, de 24 de setembro de 2020;
MMMDCXCVI.	Lei nº 5.605, de 1º de outubro de 2020;
MMMDCXCVII.	Lei nº 5.606, de 1° de outubro de 2020;
MMMDCXCVIII.	Lei nº 5.611, de 19 de outubro de 2020;
MMMDCXCIX.	Lei nº 5.612, de 21 de outubro de 2020;
MMMDCC.	Lei nº 5.622, de 11 de novembro de 2020;
MMMDCCI.	Lei nº 5.623, de 11 de novembro de 2020;
MMMDCCII.	Lei nº 5.625, de 16 de novembro de 2020;
MMMDCCIII.	Lei nº 5.639, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCCIV.	Lei nº 5.640, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCCV.	Lei nº 5.643, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCCVI.	Lei nº 5.644, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCCVII.	Lei nº 5.645, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCCVIII.	Lei nº 5.646, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCCIX.	Lei nº 5.648, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCCX.	Lei nº 5.649, de 10 de dezembro de 2020;

MMMDCCXI.	Lei nº 5.650, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCCXII.	Lei nº 5.651, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCCXIII.	Lei nº 5.652, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCCXIV.	Lei nº 5.654, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCCXV.	Lei nº 5.655, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCCXVI.	Lei nº 5.656, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCCXVII.	Lei nº 5.657, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCCXVIII.	Lei nº 5.658, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCCXIX.	Lei nº 5.659, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCCXX.	Lei nº 5.679, de 23 de dezembro de 2020;
MMMDCCXXI.	Lei nº 5.680, de 23 de dezembro de 2020;
MMMDCCXXII.	Lei nº 5.682, de 28 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias sua publicação oficial.

Câmara Municipal de Pato Branco, em 1º de dezembro de 2021.

Claudemir Zanco
Vereador - PL

Dirceu Luiz Boaretto
Vereador - Podemos

Eduardo Albani Dala Costa
Vereador - MDB
Membro CECL

Januário Koslinski
Vereador - PSDB

Joecir Bernardi
Vereador - PSD

Lindomar Rodrigo Brandão
Vereador - DEM

Marcos Junior Marini
Vereador - Podemos
Membro CECL

Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera
Vereadora - PV
Membro CECL

Rafael Celestrin
Vereador - PSD

Romulo Faggion
Vereador - PSL

Thania Maria Caminski Gehlen
Vereadora - DEM

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 11

JUSTIFICATIVA

No ano de 2021, diante do número de leis que se acumulam no ordenamento jurídico do Município de Pato Branco, o Poder Legislativo, através de seu presidente, Joecir Bernardi, com o apoio de todos os vereadores, teve a iniciativa de constituir uma Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco, tendo como finalidade consolidar a legislação municipal.

A consolidação da legislação se pautou conforme previsto no art. 13 da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

A LC nº 95 de 1998 destaca que as leis federais serão reunidas em codificações e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Federal. A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

A comissão foi instituída através da Portaria nº 22, de 14 de maio de 2021 e composta pelos seguintes membros: servidores do Poder Legislativo: Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame; vereadores: Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Marcos Junior Marini - Podemos e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV.

Para dar suporte e assessoria à Comissão, através do Contrato nº 17/2021, foi contratada a empresa Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - Igam, para prestação de serviço para a realização de treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de consolidação de leis do município de Pato Branco.

O Igam realizou treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de Consolidação de Leis do Município de Pato Branco. Foi realizado encontro técnico inicial, na sede da Câmara Municipal de Pato Branco, para capacitação e treinamento de vereadores e de servidores indicados pela Presidência da Casa, em dois turnos, sobre o conceito, os fundamentos, a aplicabilidade, os procedimentos e os critérios a serem observados para a realização da Consolidação das Leis Municipais.

Foram realizados contatos por meios eletrônicos, entre o IGAM e os membros da Comissão de Consolidação das Leis Municipais de Pato Branco, para avaliação, orientação e monitoramento do trabalho realizado.

A contratação da empresa para prestar essa consultoria e assessoria foi feita via contrato, cuja adequação orçamentária se deu pela Lei nº 5.738, de 8 de abril de 2021, no valor de R$ 32.340,00 (trinta e dois mil e trezentos e quarenta reais) e o prazo para a conclusão dos trabalhos de nove meses, podendo ser prorrogado.

O trabalho de consolidação exige esforços conjuntos. De acordo com um levantamento do Departamento Legislativo da Câmara Municipal, o Município de Pato Branco possui 6.142 leis ordinárias entre os anos de 1953 a 30 de novembro de 2021.

A Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco consolidará a legislação de 1953 a 2020, totalizando 5.975 leis ordinárias e conforme estabelece o Regimento Interno, na primeira Sessão Legislativa de cada Legislatura, a Mesa da Câmara Municipal promoverá a atualização da Consolidação das Leis Municipais, portanto, as leis desta Legislatura serão consolidadas em 2025.

A consolidação das leis exige o profundo conhecimento da matéria a ser tratada na norma consolidada, além de uma atividade técnica de produção legislativa.

A LC nº 95 de 1998 prevê que o Poder Executivo ou o Poder Legislativo deverá realizar o levantamento da legislação federal em vigor e formular projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados, com a indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados.

A apreciação dos projetos de lei de consolidação pelo Poder Legislativo será feita na forma do Regimento Interno de cada uma de suas casas, em procedimento simplificado, visando dar celeridade aos trabalhos.

Dessa forma, foi apresentado o Projeto de Resolução nº 3/2021, que acrescenta o Capítulo IIIA, junto ao Título VII, com os arts. 184A e 184B no Regimento Interno da Câmara Municipal, dispondo sobre o procedimento especial de tramitação de projeto de consolidação de leis, o qual deu origem a Resolução nº 3, de 8 de novembro de 2021.

A primeira reunião de trabalho foi realizada no dia 13 de maio de 2021, quando o consultor André Leandro Barbi de Souza compareceu na Câmara e explanou aos servidores e vereadores o funcionamento do processo legislativo e em seguida forneceu as orientações iniciais à comissão para iniciar o trabalho.

Foram definidos os procedimentos a serem realizados pela comissão para o trabalho de consolidação das leis, conforme consta no Anexo I.

No período compreendido entre o dia 14 de maio a 1º de junho, conforme Ata da reunião realizada no dia 1º de junho de 2021, os servidores Eliana Scariot Amorim e Gean Geronimo Dranka realizaram o trabalho definido nas etapas 1, 2 e 3 do cronograma de trabalho.

Inicialmente foi feita a conferência da legislação municipal e realizados os ajustes necessários no banco de dados da Câmara bem como no Sistema de Apoio - SAPL, disponível para consulta pública através do Portal institucional.

Em seguida, passaram a aplicar o primeiro filtro do cronograma de trabalhos de consolidação das leis municipais, classificando as leis com vigência esgotada e as leis revogadas expressamente; a seguir passou-se à aplicação do segundo filtro, que consiste na classificação das leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas.

O resultado da aplicação dos dois primeiros filtros, foi o seguinte: das leis ordinárias de 1953 à 2020, que passarão pelo processo de consolidação, resultam um total de 5.975 leis; 566 leis revogadas expressamente; 2.406 leis com prazo de vigência esgotado; 1.328 leis com perda de objeto e revogações tácitas e um terceiro filtro que consiste na classificação das leis não recepcionadas constitucionalmente, a qual ficou de responsabilidade do Igam, através do consultor André Barbi.

Com o objetivo de selecionar as leis as mesmas foram analisadas uma a uma, e divididas em grupos que definem as leis com perda de vigência; as leis que foram revogadas expressamente e as leis que perderam o objeto, seja por atingir seu objetivo ou por revogação tácita. Estes três grupos irão compor o rol de leis que serão revogadas por consolidação, conforme consta na Tabela anexa.

Para a seleção destas leis foram realizadas diversas reuniões de trabalho, conforme as Atas nº 1, 2, 3, 4 e 5 e ainda, reuniões a partir de 15 de setembro a 29 de outubro, quando o trabalho se intensificou e a comissão se reuniu todas as terças, quintas e sextas, dedicando-se integralmente à análise das leis.

Importante ressaltar que o trabalho da Comissão foi temporariamente paralisado devido a intercorrências diversas, como atestados (Covid-19) e licenças para tratamento de saúde.

À medida em que o trabalho foi sendo desenvolvido surgiu a necessidade de solicitar auxílio do Poder Executivo, especialmente na análise das leis referente ao patrimônio municipal, seja de doação de imóveis, cessão de uso, concessão de direito real, permuta de imóveis, previdenciárias, tributárias e contábeis, para que se concluísse a relação das leis a serem revogadas por consolidação.

Sendo assim, no dia 30 de setembro de 2021, foi realizada reunião com o Prefeito, Robson Cantu, quando participaram os membros da Comissão, Eliana Scariot Amorim, Gean Dranka e Luciano Beltrame; o presidente da Casa, Joecir Bernardi e o assessor jurídico da presidência, José Renato Monteiro do Rosário. Pelo Poder Executivo, participaram o prefeito de Pato Branco, Robson Cantu; o diretor do Departamento de Gabinete, Agustinho Rossi; a chefe da Divisão de Urbanismo, Rosangela da Silva Rossatti; a assessora jurídica Manuela Roussenq Sguarizi; e a assistente administrativa Janayna Bortoli Hammerschmidt.

A comissão protocolou o Ofício nº 3/2021/CECL, encaminhando um relatório contendo a relação das leis referentes ao patrimônio municipal e solicitou a análise técnica das mesmas, atestando quais leis que ainda estão vigentes ou perderam o objeto em virtude do não cumprimento das condicionantes nelas estabelecidas.

A documentação foi recebida pelo prefeito Robson Cantu, que, através da Prefeita em Exercício, Angela Padoan, em ofício nº 436/2021/GP, de 4 de outubro de 2021, indicou a servidora Rosangela da Silva Rossatti, chefe da Divisão de Urbanismo, para atender à solicitação da comissão.

A resposta a esta solicitação de análise de leis relativas ao patrimônio foi protocolada junto à comissão em 24 de novembro de 2021, que deu continuidade ao

trabalho de seleção e análise das leis, conforme o relatório recebido e anexado à presente justificativa.

Ainda, foram diligenciados junto ao Executivo Municipal, através dos ofícios nº 1, 4, 5, 6 e 7/2021/CECL, encaminhando em forma de relatórios a relação de leis que dependiam de análise da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PatoPrev, do Setor de Tributação e Fiscalização da Prefeitura de Pato Branco, da Contabilidade e do Departamento Financeiro da Prefeitura de Pato Branco.

As diligências foram respondidas à comissão através de ofícios, norteando assim, o trabalho com relação a estes assuntos.

Durante a análise, foi observada a ineficiência da expressão "revogam-se as disposições em contrário", que impediu a revogação expressa de diversos dispositivos que continuaram vigentes sem necessidade. De acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, e com a boa técnica legislativa, é necessário explicitar os dispositivos que devem ser revogados. Em consequência, foram incluídos na presente proposta diversos atos que deixaram de ser revogados em razão do uso equivocado da referida expressão.

Observamos ainda, na legislação, que diversas leis que não entram no rol a ser revogado por consolidação, merecem atenção do Poder Executivo que pode tomar a iniciativa de propor a revogação dessas leis.

Com relação as leis que declaram de utilidade pública, foram incluídas para revogação por consolidação àquelas que o CNPJ da instituição foi consultado e o mesmo encontra-se em situação de "baixa", porém de acordo com a secretaria dos conselhos as instituições deixam de prestar contas, portanto, como sugestão ao Poder Executivo pode realizar um Chamamento público para que as entidades apresentem a documentação comprovando que cumprem o que a legislação estabelece.

Dando sequência ao trabalho da comissão, nas datas de 26 e 27 de outubro de 2021, foi realizado o encontro Técnico conclusivo, na sede da Câmara Municipal de Pato Branco, em comum acordo com o IGAM, para revisão e encaminhamento final das matérias de Consolidação de Leis, especificamente relativas aos filtros I, II e III.

No dia 26 de outubro de 2021 foi feita uma revisão geral do trabalho realizado pelos membros da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco.

No dia 27 de outubro de 2021, o consultor André Barbi, apresentou para discussão pelos membros da Comissão, um plano para composição de articulação do processo de consolidação de leis para as próximas etapas do processo a serem realizadas no ano de 2022, uma vez que o contrato foi prorrogado conforme Termo Aditivo de 22 de setembro de 2021, finalizando em 4 de agosto de 2022, sem custo adicional.

A seguir, apresentamos uma tabela contendo o resultado das leis analisadas pela Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco:

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls 31

NÚMERO DE LEIS ANALISADAS NO PERÍODO DE 1953 A 2020		5.975
LEIS COM PERDA DE VIGÊNCIA	LEIS COM PERDA DE OBJETO/REVOGAÇÕES TÁCITAS	LEIS REVOGADAS EXPRESSAMENTE
2.406	1328	566

Importante ressaltar que a numeração das leis dos anos de 1953 a 1968 não obedeciam uma ordem sequencial, sendo reiniciada a numeração a cada ano. A partir de 1969 a numeração sequencial passou a ser adotada.

Através deste projeto de lei será apresentada uma lista, em ordem cronológica das leis a serem revogadas por consolidação.

A próxima etapa do trabalho consistirá em agrupar a legislação restante, após a lei de revogação por consolidação, em eixos temáticos, como por exemplo, leis da saúde, educação, assitência social, infraestrutura, saneamento básico, funcionalismo, patrimônio, meio ambiente, plano diretor e mobilidade, obras e posturas; lazer e desporto, orçamento e finanças, cultura, habitação e tributos.

Diante do registro do trabalho realizado e da importância e legalidade da matéria, submetemos à consideração, o presente Projeto de Lei que tem por objetivo a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada para, caso aprovado, ser encaminhado ao Prefeito Municipal.

Pato Branco, 1º de dezembro de 2021.

Claudemir Zanco
Vereador - PL

Dirceu Luiz Boaretto
Vereador - Podemos

Eduardo Albani Dala Costa
Vereador - MDB
Membro CECL

Januário Koslinski
Vereador - PSDB

Joecir Bernardi
Vereador - PSD

Lindomar Rodrigo Brandão
Vereador - DEM

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 3702/2021
Data: 01/12/2021 - Horário: 11:14
Legislativo - PLO 215/2021

Fls. 22
Visto

Marcos Junior Marini
Vereador - Podemos
Membro CECL

Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera
Vereadora - PV
Membro CECL

Rafael Celestrin
Vereador - PSD

Romulo Faggion
Vereador - PSL

Thania Maria Caminski Gehlen
Vereadora - DEM

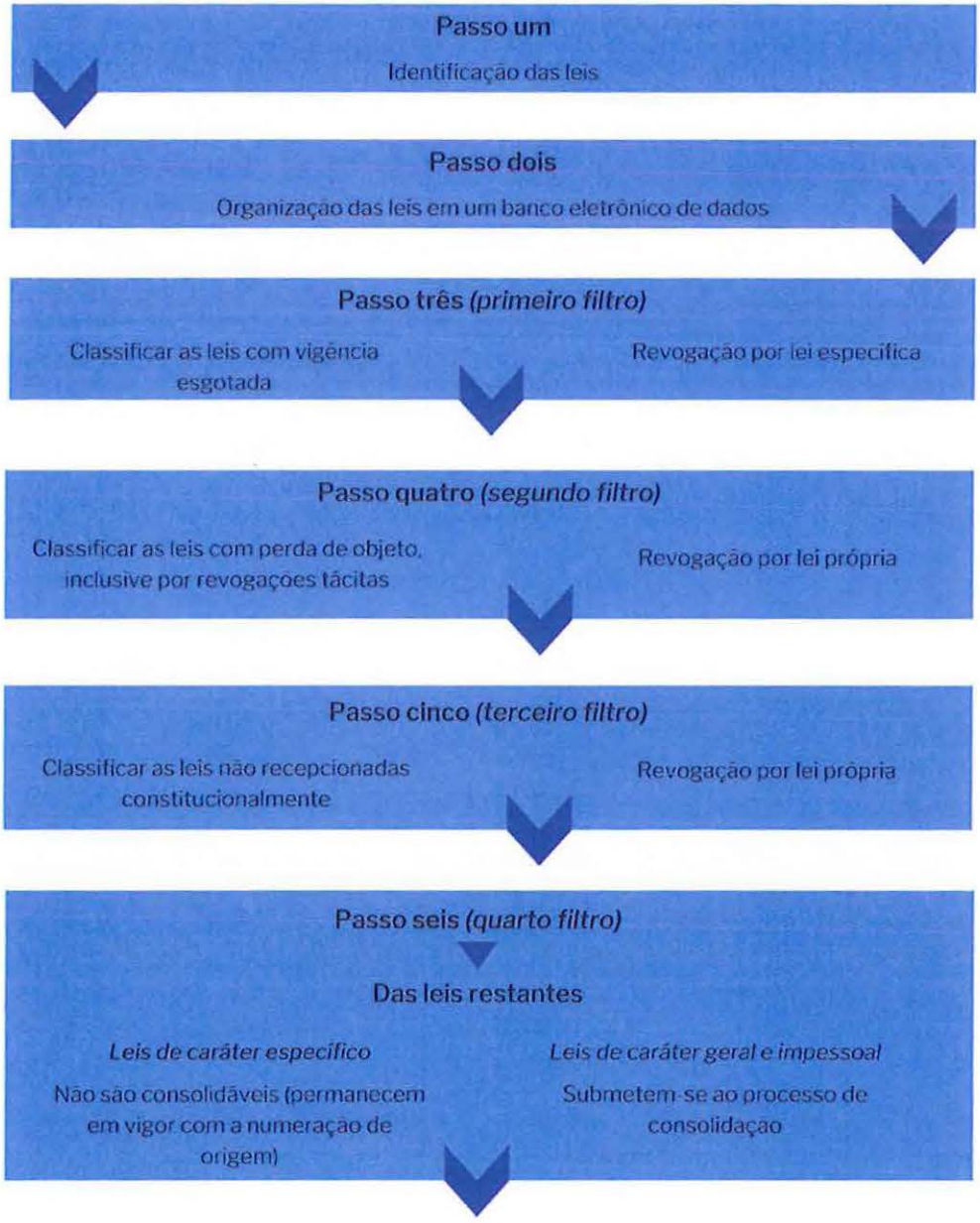
Fls. 83
Visto

ANEXO I

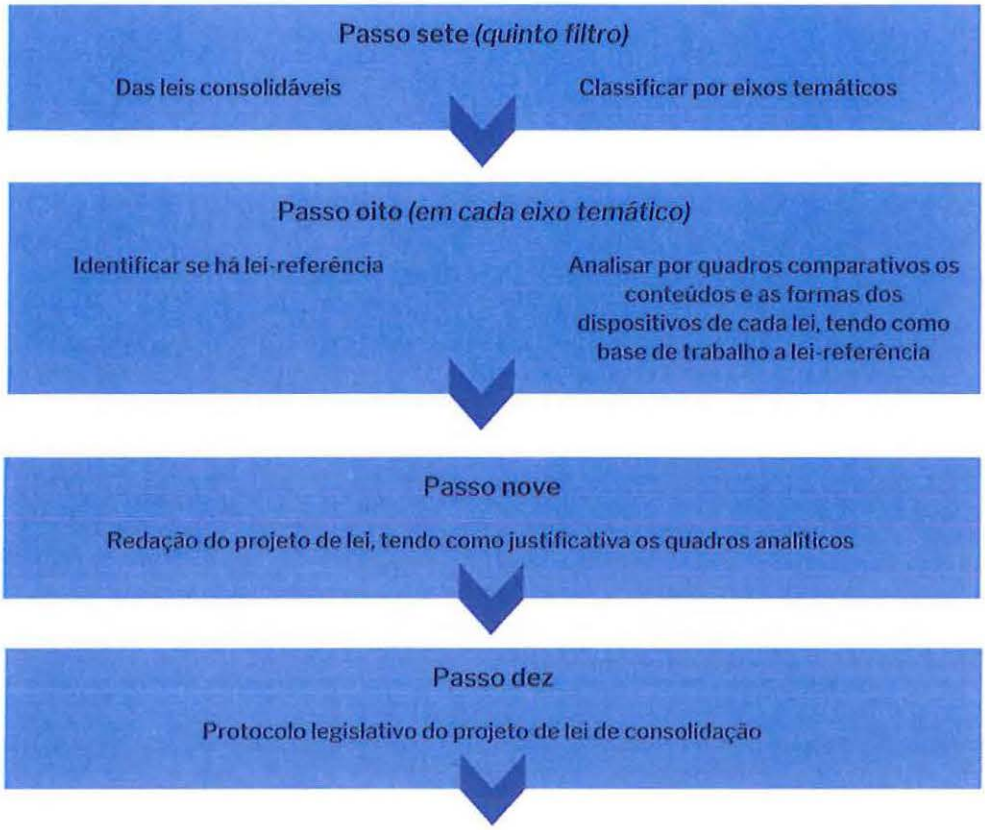
COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Procedimentos para Consolidação de Leis

Responsabilidade do autor do projeto



Fls 84


Passo sete (quinto filtro)
Das leis consolidáveis
Classificar por eixos temáticos
Passo oito (em cada eixo temático)
Identificar se há lei-referência
Analisar por quadros comparativos os conteúdos e as formas dos dispositivos de cada lei, tendo como base de trabalho a lei-referência
Passo nove
Redação do projeto de lei, tendo como justificativa os quadros analíticos
Passo dez
Protocolo legislativo do projeto de lei de consolidação

Fls. 85
Visto

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

CONTRATO Nº 17/2021
ORIGINÁRIO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2021

CONTRATO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO, CONSULTORIA E MONITORAMENTO JUNTO AO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE LEIS DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO E O INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS - IGAM

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.898.196/0001-45, com sede e foro na Rua Arariboia, 491, município de Pato Branco, Estado do Paraná, representada neste ato por seu Presidente, Vereador **JOECIR BERNARDI**, inscrito no CPF sob nº 718.394.459-04, portador da Carteira de Identidade nº 4.473.215-7, expedida em 16/10/1985, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliado na Rua Bolislau Fidalski, nº 413, bairro Parque do Som, no município de Pato Branco, estado do Paraná, CEP: 85.505-420, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, **INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS - IGAM**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.484.706/0001-39, com sede na Rua dos Andradas, 1560, 18º andar, Galeria Malcon, Centro, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.026-900, neste ato representada por **ANDRÉ LEANDRO BARBI DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 486.043.990-20, portador da Carteira de Identidade nº 6031561845, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Independência, 352/606, bairro Independência, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.035-070, doravante denominada **CONTRATADA**, consoante as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço para a realização de treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de Consolidação de Leis do Município de Pato Branco, a ser realizado pela Câmara Municipal de Pato Branco, nesta Legislatura.

1.2. Encontro Técnico inicial, na sede da Câmara Municipal de Pato Branco, para capacitação e treinamento de vereadores e de servidores indicados pela Presidência da Casa, em dois turnos, sobre o conceito, os fundamentos, a aplicabilidade, os procedimentos e os critérios a serem observados para a realização da Consolidação das Leis Municipais, ministrado pelo IGAM.

1.3. Reuniões mensais remotas pela plataforma do Google Meet, entre o IGAM e os membros da Comissão de Consolidação das Leis Municipais de Pato Branco, para avaliação, orientação e monitoramento do trabalho realizado até aquele momento.

1.4. Monitoramento da redação final dos projetos de Consolidação de Leis, área por área.

1.5. Encontro Técnico conclusivo, na sede da Câmara Municipal de Pato Branco, em data a ser definida, em comum acordo com o IGAM, para encaminhamento final das matérias de Consolidação de Leis.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 9c92e3f0cf0b98fcfd4d96f5c8384a78927911d55c92f52fe43abf29fa8e4db7

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

2.1. O valor total deste contrato é de R$ 32.340,00 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta reais), a ser pago da seguinte maneira:
2.1.1. Oito parcelas mensais de R$ 2.542,50 (dois mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) referente à consultoria.
2.1.2. Duas parcelas no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) referentes a dois encontros técnicos para o treinamento e capacitação de vereadores e de servidores indicados pela Presidência da Casa.
2.1.2.1. Neste valor estão incluídas as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação de técnicos do IGAM, quando da realização dos dois Encontros Técnicos previstos na metodologia de trabalho que integra os serviços descritos no objeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO
3.1. O pagamento referente ao objeto será efetuado mensalmente, de acordo ao atendimento do cronograma previamente estabelecido, por meio de depósito em conta bancária da CONTRATADA ou pagamento de boleto de cobrança emitido pela CONTRATADA.
3.2. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias contados do recebimento da nota fiscal.
3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
3.4. A CONTRATANTE fará as retenções tributárias em conformidade com a legislação e normas vigentes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL
4.1. O prazo de vigência do contrato será de 9 (nove) meses, iniciando-se na data de sua publicação.
4.2. O contrato poderá ser prorrogado havendo interesse entre as partes e a critério da CONTRATANTE, consoante o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DAS ALTERAÇÕES
5.1. O valor contratado não poderá ser reajustado.
5.2. O contrato poderá ser alterado consoante art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS
6.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, à aplicação das seguintes sanções administrativas:
6.1.1. Advertência.
6.1.2. Multa.
6.1.3. Suspensão de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Pato Branco por até 2 (dois) anos.
6.1.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.
6.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.
6.2.1. De caráter moratório.

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 9c92e3f0cf0b98fcfd4d96f5c8384a78927911d55c92f52fe43abf29fa8e4db7

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

6.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

6.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

6.2.2. De caráter compensatório.

6.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

6.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

6.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

6.4. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

6.5. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

6.6. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

6.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

6.8. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.

6.9. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

6.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TCE/PR, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Consoante o art. 77 da Lei Federal nº 8.666/1993, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da mesma Lei, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateralmente o contrato, na forma do art. 79, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87, ambos do mesmo diploma legal.

7.2. No caso de rescisão contratual enquadrada nas hipóteses do item anterior, poderá ser aplicada multa prevista nas sanções.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Indicar 1 (um) ou mais prepostos a fim de representar a CONTRATADA em toda e qualquer comunicação junto à CONTRATANTE.

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 9c92e3f0cf0b98fcfd4d96f5c8384a78927911d55c92f52fe43abf29fa8e4db7

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

8.2. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto.
8.3. Atender às solicitações e sugestões da CONTRATANTE referentes à execução do objeto da contratação, visando sempre à correção das falhas.
8.4. Atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, bem como responsabilizar-se pelo atendimento médico de seus empregados em caso de acidente de trabalho, quando relacionado à execução do objeto da contratação.
8.5. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual, informando à CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer alteração.
8.6. Arcar com todos os custos diretos e indiretos, tais como: seguro, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, acidentários ou comerciais, bem como recursos humanos e materiais, equipamentos, passagens aéreas e terrestres, diárias, alimentação, transporte, fretes, hospedagem e quaisquer outras despesas estranhas ao objeto da contratação.
8.7. Cumprir com os prazo, local e condições de execução do objeto dispostos neste contrato.
8.8. Apresentar a nota fiscal referente à execução do objeto da contratação.
8.9. Responsabilizar-se perante a CONTRATANTE, sobre seus funcionários;
8.10. Apresentar organização técnica e Administrativa que comprovem sua condição de habilitada a cumprir com eficiência os trabalhos apresentados;
8.11. Realizar os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual, municipal e órgão de controle;
8.12. Refazer, às suas expensas, os serviços executados com erro ou imperfeição, salvo se decorrentes de informação errônea da CONTRATANTE;

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Cumprir com o compromisso financeiro assumido com a CONTRATADA, respeitando as condições pactuadas.
9.2. Efetuar as retenções tributárias consoante a legislação e normativas vigentes.
9.3. Comunicar a CONTRATADA em caso de falhas verificadas durante a execução contratual, determinando as medidas pertinentes a serem adotadas.
9.4. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA quando da ocorrência de imperfeições e/ou deficiências, vícios, defeitos e/ou incorreções na execução contratual, fixando o prazo para sua correção.
9.5. Aplicar as sanções administrativas pertinentes em caso de inadimplemento, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, bem como a proporcionalidade e a razoabilidade.
9.6. Passar as informações necessárias à CONTRATADA para a correta execução do objeto, bem como propiciar o acesso às dependências da CONTRATANTE, quando necessário.
9.7. Reportar-se ao(s) preposto(s) indicado(s) pela CONTRATADA para tratar de assuntos relacionados à execução contratual.
9.8. Disponibilizar local para a execução dos trabalhos em sua sede, ou outros espaços a serem indicados.
9.9. Atuar de forma a auxiliar e participar do planejamento estratégico a ser adotado para cumprimento dos prazos e melhor alcance dos objetivos propostos;
9.10. Fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será gerida e fiscalizada, bem como o objeto será recebido, por servidores nomeados nos termos da Portaria nº 38, de 3 de setembro de 2020, e

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 9c92e3f0cf0b98fcfd4d96f5c8384a7892791 1d55c92f52fe43abf29fa8e4db7

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Portarias nº 29 e 30, ambas de 4 setembro de 2019, e eventuais alterações, ou outras normativas que vierem a substituí-las, expedidas pela Câmara Municipal de Pato Branco.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias.

01.031.00.012.133.000 - Manter as Atividades legislativas, do presidente, vereadores e assessores
3.3.90.35.00.00.00 - Serviços de Consultoria
3.3.90.35.01.02.00 - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica - Pessoa Jurídica

01.031.00.012.133.000 - Manter as Atividades legislativas, do presidente, vereadores e assessores
3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.90.39.48.00.00 - Serviços de Seleção e Treinamento

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, especialmente os dispostos na Lei Federal nº 8.666/1993, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1. Este contrato é originário da Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021, nos termos do caput e o inciso II do art. 25, bem como o inciso VI do art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme justificativas constantes no processo nº 36/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se a bem e fielmente cumprir todas as disposições do contrato, firmam-no em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Pato Branco, 04/05/2021.

CONTRATANTE
Joecir Bernardi
Presidente

CONTRATADA
André Leandro Barbi de Souza
Representante legal

Rodrigo Sartor Mayer
CPF nº 004.021.049-94
Testemunha

Ronaldo Roldão
CPF: 050.513.729-10
Testemunha

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 9c92e3f0cf0b98fcfd4d96f5c8384a7892791 1d55c92f52fe43abf29fa8e4db7

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2021

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS - IGAM, CNPJ/MF: 01.484.706/0001-39. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço para a realização de treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de Consolidação de Leis do Município de Pato Branco, a ser realizado pela Câmara Municipal de Pato Branco. **Valor:** O valor total deste contrato é de R$ 32.340,00 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta reais). **Vigência:** O prazo de vigência do contrato será de 9 (nove) meses, iniciando-se na data de sua publicação. **Dotação:** 133/3.3.90.35.01.02.00 - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica - Pessoa Jurídica, e 133/3.3.90.39.48.00.00 - Serviços de Seleção e Treinamento. **Origem:** Este contrato é originário da Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021, nos termos do caput e o inciso II do art. 25, bem como o inciso VI do art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme justificativas constantes no processo nº 36/2021. **Foro:** Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para dirimir questões relativas ao presente contrato. **Local, data e assinatura:** Pato Branco, data. Joecir Bernardi - Contratante e André Leandro Barbi de Souza - Contratada.

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 9c92e3f0cf0b98fcfd4d96f5c8384a7892791 1d55c92f52fe43abf29fa8e4db7

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls. 01
Visto

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 1º DE JUNHO DE 2021.

Objeto: "Cronograma dos trabalhos da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco"

Ao 1º (primeiro) dia do mês de junho de 2021, com início às 14h30min realizou-se na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Arariboia nº 491, reunião com o objetivo de apresentar e definir o andamento dos trabalhos da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco. Presentes os membros da Comissão: vereadores Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Marcos Junior Marini - Podemos e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV; e os servidores Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame; o convidado José Renato Monteiro do Rosário e os assessores parlamentares Vandirlei Lira da Cruz, Neri Gonçalves Farias e Adriana Marisa Klein Rezzardi. Dando início à reunião, os servidores Eliana e Gean apresentaram os trabalhos desenvolvidos até a presente data, os quais contemplam as etapas 1, 2 e 3 do cronograma definido juntamente com a consultoria do Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos LTDA, na data de 13/5/2021. As etapas concluídas pelos servidores Eliana e Gean, no trabalho realizado no período de 15 de maio a 1º junho, alcançam a identificação das leis, sua organização em um banco de dados eletrônico e um primeiro filtro envolvendo a classificação das leis com vigência esgotada e as leis com revogação por lei específica. Os dados apresentados são os seguintes: 565 leis revogadas expressamente e 2.359 leis com prazo de vigência esgotado, totalizando 2.924 leis a serem revogadas por consolidação neste primeiro filtro, restando 3.321 leis para os próximos filtros. Os servidores explicaram ainda que conforme definido na reunião realizada no dia 13 de maio de 2021, o prazo estabelecido para a conclusão do segundo filtro, classificando as leis com perda de objeto e revogações tácitas é dia 30 de junho, tendo, portanto, a comissão um prazo de 30 dias para a realização do trabalho. O terceiro filtro, que consiste na classificação das leis não recepcionadas constitucionalmente está sendo realizado pelo Consultor, André Barbi. Para o prosseguimento dos trabalhos, os servidores sugeriram a divisão pelos membros da Comissão Especial do segundo filtro (passo quatro), que compreende a classificação das leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas. Na sequência concedeu a palavra aos presentes na reunião os quais concordaram com a divisão. Após o objeto da reunião ter sido discutido, ficou definida a divisão do passo quatro (segundo filtro) da seguinte forma: Do ano de 1953 até 1974 será realizado pelo servidor Gean; do ano de 1975 até 1990 será realizado pela servidora Eliana; do ano de 1991 até 1998 será realizado pelo vereador Marcos; do ano de 1999 até 2006 será realizado pela vereadora Maria Cristina; do ano de 2007 até 2014 será realizado pelo vereador Eduardo; do ano de 2015 até 2021 será realizado pelo servidor Luciano. Ficou definido ainda que à medida em que os trabalhos forem executados por cada um dos membros da comissão, serão feitas reuniões entre os servidores que compõem a comissão e cada um dos vereadores, para sanar as dúvidas relativas à seleção de leis que será feita no segundo filtro. A reunião com o consultor, por videoconferência que havia sido pré-agendada para o dia 18 de junho, foi dilatada para o dia 1º ou 2 de julho, conforme a disponibilidade do consultor André Barbi. Não havendo mais nada a ser tratado, às 15h40min foi encerrada a reunião. Lavramos a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 1º de junho de 2021.

Eduardo Albani Dala Costa - MDB

Marcos Junior Marini - Podemos

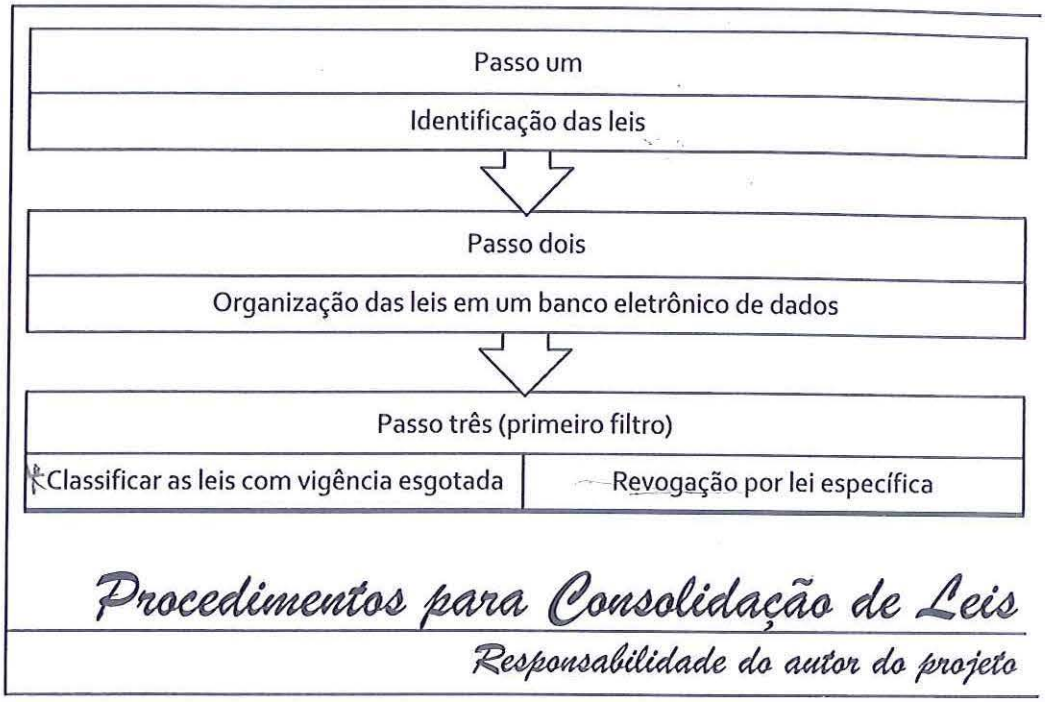
Maria Cristina de Oliveira R. Hamera - PV

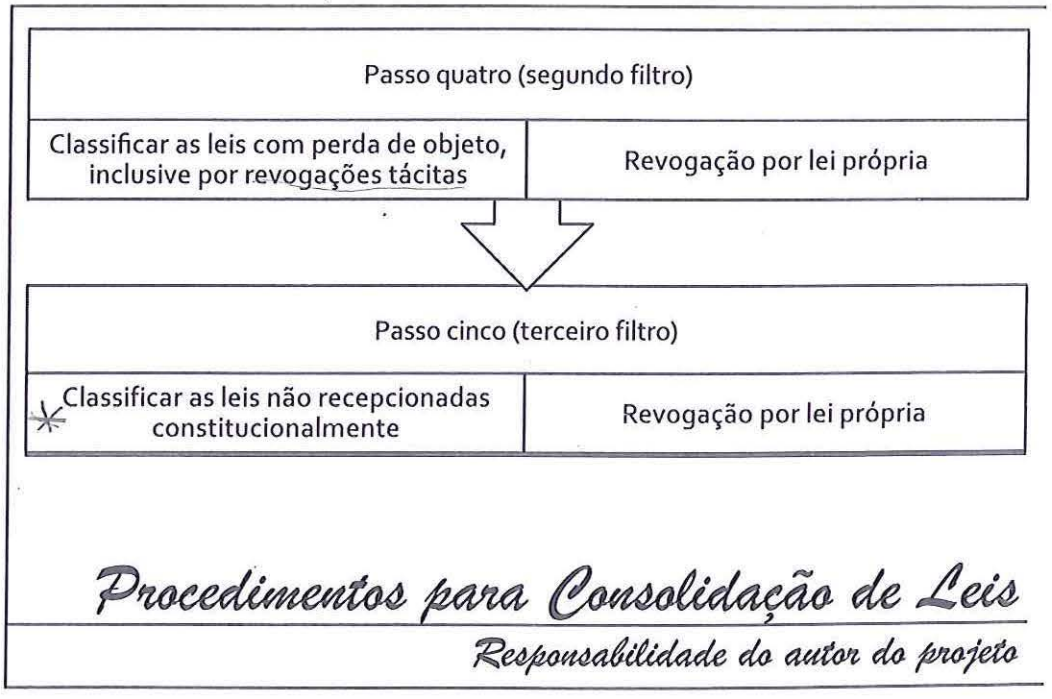
Eliana Scariot Amorim

Gean Geronimo Dranka

Luciano Beltrame

Fls 22


Passo um
Identificação das leis
Passo dois
Organização das leis em um banco eletrônico de dados
Passo três (primeiro filtro)
Classificar as leis com vigência esgotada
Revogação por lei específica
Procedimentos para Consolidação de Leis
Responsabilidade do autor do projeto


Passo quatro (segundo filtro)
Classificar as leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas
Revogação por lei própria
Passo cinco (terceiro filtro)
Classificar as leis não recepcionadas constitucionalmente
Revogação por lei própria
Procedimentos para Consolidação de Leis
Responsabilidade do autor do projeto

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Fls. 93

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2021.

Objeto: "Ampliar o Cronograma dos trabalhos da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco"

Ao 1º (primeiro) dia do mês de julho de 2021, com início às 15h30min realizou-se na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Arariboia nº 491, reunião com o objetivo de efetuar junto aos membros da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco o replanejamento do cronograma de trabalhos relativo ao segundo filtro - classificar as leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas e a reunião com o consultor André Barbi. Presentes na reunião os membros da Comissão: vereadores Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Marcos Junior Marini - Podemos e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV; e os servidores Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame; e as assessoras parlamentares Vandirlei Lira da Cruz e Adriana Marisa Klein Rezzardi. Dando início à reunião, o membro da Comissão, vereador Marcos Junior Marini explanou sobre a dificuldade que esta enfrentando com relação à falta de tempo para efetuar o trabalho de seleção das leis que lhe foram designadas. Justificou que neste período onde é necessário analisar o PPA e LDO, bem como outros projetos da Comissão de Orçamento e Finanças, necessita de um tempo maior para concluir o trabalho. Os demais membros da Comissão justificaram que também necessitam de um prazo maior, considerando ainda, a vasta legislação que é necessária analisar. Os servidores Eliana Scariot Amorim e Gean Geronimo Dranka justificaram também que aguardam definições a serem praticadas pelo Presidente Joecir Bernardi, com relação ao andamento dos trabalhos, uma vez que de acordo com os servidores, também enfrentam dificuldades em efetuar o trabalho da Comissão em horário normal de trabalho, uma vez que as atividades rotineiras consomem todo o tempo que estão disponíveis no departamento em que atuam. Sendo assim, ficou definido o cancelamento da reunião com o consultar André Barbi até que o segundo filtro esteja concluído pela Comissão. Ficou definido ainda que à medida em que os trabalhos forem executados por cada um dos membros da comissão, serão feitas reuniões entre os servidores que compõem a comissão e cada um dos vereadores, para sanar as dúvidas relativas à seleção de leis que será feita no segundo filtro. Não havendo mais nada a ser tratado, às 16h15min foi encerrada a reunião. Lavramos a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 1º de julho de 2021.

Eduardo Albani Dala Costa - MDB

Marcos Junior Marini - Podemos

Maria Cristina de Oliveira R. Hamera - PV

Eliana Scariot Amorim

Gean Geronimo Dranka

Luciano Beltrame

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls. 91
Visto

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021.

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2021, com início às 10h30min realizou-se na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Arariboia nº 491, reunião da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco, tendo como finalidade consolidar a legislação municipal, instituída conforme Portaria nº 22, de 14 de maio de 2021. Presentes na reunião os membros da Comissão: vereadores Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Marcos Junior Marini - Podemos, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV; os servidores Eliana Scariot Amorim e Luciano Beltrame; e os assessores parlamentares Adriana Marisa Klein Rezzardi, Neri Gonçalves Farias e Vandirlei Lira da Cruz. O servidor e membro da Comissão Gean Geronimo Dranka justificou sua ausência considerando que o mesmo encontra-se em licença especial. Dando início à reunião, a presidente da Comissão, Eliana Scariot Amorim, solicitou aos membros da comissão que efetuassem a entrega do trabalho distribuído em 1º de junho de 2021, quando cada um dos membros da comissão ficou responsável pela seleção de leis que perderam o objeto, inclusive com revogações tácitas, conforme o Passo cinco (terceiro filtro) do trabalho de consolidação das leis municipais. Em seguida, discutiu-se a necessidade de dilação de prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão, considerando a proximidade do final do contrato nº 17, de 4 de maio de 2021, originário da Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021, - Contrato de empresa para prestação de serviço para a realização de treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de consolidação de leis do município de Pato Branco com o Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - IGAM. O contrato finda em 5 de fevereiro de 2022, sendo necessária a ampliação do prazo contratual para 31 de julho de 2022, uma vez que após a conclusão do passo cinco (terceiro filtro), ainda terá cinco etapas para serem cumpridas para finalizar o processo de consolidação das leis do Município de Pato Branco. O processo não é simples, exige muita dedicação pois são mais de 6.000 (seis mil) leis a serem analisadas, uma a uma, em diversas etapas, para que a comissão possa entregar um trabalho seguro e eficiente. Os membros da comissão, presentes na reunião, concordaram por unanimidade que é necessária a dilação de prazo, e que a proposta seja encaminhada ao Presidente da Câmara, Joecir Bernardi para que sejam tomadas as providências necessárias. Para finalizar, a presidente da comissão, informou que será feito um trabalho de revisão, com o objetivo de classificar as leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas, e nos dias 26 e 27 de outubro de 2021, o consultor André Leandro Barbi de Souza estará em atendimento, de forma presencial, com o objetivo de auxiliar na conclusão do trabalho até o terceiro filtro (classificar as leis não recepcionadas constitucionalmente), e que a previsão é que em novembro seja elaborado o primeiro projeto de lei com o objetivo de revogar as leis, por consolidação, que passaram pelos três primeiros filtros. Por fim, foi discutida a necessidade de incluir o Regimento Interno o rito próprio de tramitação dos projetos de lei, uma vez que o mesmo não possui esta previsão. A presidente, Eliana Scariot Amorim, informou que o consultor André Barbi apresentará a minuta no próximo mês, de outubro. Nada mais havendo a ser tratado, às 11 horas foi encerrada a reunião. Lavramos a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 15 de setembro de 2021.

Eduardo Albani Dala Costa - MDB

Marcos Junior Marini - Podemos

Maria Cristina de Oliveira R. Hamera - PV

Eliana Scariot Amorim

AUSENTE
Gean Geronimo Dranka

Luciano Beltrame

Fls 23

Procedimentos para Consolidação de Leis

Responsabilidade do autor do projeto

Passo um

Identificação das leis

Passo dois

Organização das leis em um banco eletrônico de dados

Passo três *(primeiro filtro)*

Classificar as leis com vigência esgotada

Revogação por lei específica

Passo quatro *(segundo filtro)*

Classificar as leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas

Revogação por lei própria

Passo cinco *(terceiro filtro)*

Classificar as leis não recepcionadas constitucionalmente

Revogação por lei própria

Passo seis *(quarto filtro)*

Das leis restantes

Leis de caráter específico

Não são consolidáveis (permanecem em vigor com a numeração de origem)

Leis de caráter geral e impessoal

Submetem-se ao processo de consolidação

Passo sete *(quinto filtro)*

Das leis consolidáveis

Classificar por eixos temáticos

Passo oito *(em cada eixo temático)*

Identificar se há lei-referência

Analisar por quadros comparativos os conteúdos e as formas dos dispositivos de cada lei, tendo como base de trabalho a lei-referência

Passo nove

Redação do projeto de lei, tendo como justificativa os quadros analíticos

Passo dez

Protocolo legislativo do projeto de lei de consolidação

Gmail

Eliana Scariot <eliana1scariotamorim@gmail.com>

Fls. 27

Leis de Utilidade Pública

Secretaria Executiva dos Conselhos <sedoc@patobranco.pr.gov.br> 13 de setembro de 2021 17:16
Para: Departamento Legislativo - CMPB <legislativo@patobranco.pr.leg.br>

Boa tarde Eliana!

Informo as entidades inscritas e que participam dos Conselhos que estão sob os cuidados desta Secretaria Executiva dos Conselhos: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social; CMDDCA - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; CMDI - Conselho Municipal dos Direitos do Idosos; CMDPD - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; CMDDHM - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher; COMUD - Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas; COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e CMJ - Conselho Municipal da Juventude.

Instituto Plural - inscrição no CMAS - 2020;

Associação de Handebol de Pato Branco - AHPB - participa do CMDDCA;

CEINEE - Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes - inscrito no CMDDCA;

Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB de Pato Branco - Programa AABB Comunidade inscrito no CMDDCA;

"CTG - Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade" - Participa do CMJ;

Associação dos Corredores de Rua de Pato Branco – ACORPATO - Participa do CMJ;

Associação dos Surdos de Pato Branco - Participa do CMDPD;

Associação Missão Vida Nova - inscrito no CMAS - 2021;

Instituto Policlínica PB - inscrito no CMDI;

Associação Colosso da Baixada - Participa do CMDDCA;

Remanso da Pedreira - REMAP - inscrito no CMAS - 2021;

Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer – GAMA – Grupo de Apoio a Mama - inscrito no CMAS - 2021;

Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco - inscrito no CMDI;

Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC - participa do COMUD;

"Lar dos Idosos São Vicente de Paulo" - inscrito no CMAS e CMDI - atualmente é Lar de Idosos São Francisco de Assis;

Igreja do Evangelho Quadrangular - participa do CMJ;

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco - inscrito no CMAS - 2021;

FUNDAÇÃO PATOBRANQUENSE DO BEM ESTAR DO MENOR (FUNDABEM) - inscrito no CMAS - 2020;

Associação dos Idosos de Pato Branco - Paraná - participa do CMDI.

Att.,

Secretaria Executiva dos Conselhos

Fls 98
Visto

Em 13/09/2021 16:09, Departamento Legislativo - CMPB escreveu:

Bom dia Aline!

Conforme conversamos por telefone, encaminho a relação das Leis Municipais que declararam Utilidade Pública.

https://sapl.patobranco.pr.leg.br/norma/pesquisar?tipo=&numero=&ano=&data_0=&data_1=&data_publicacao_0=&data_publicacao_1=&ementa=utilidade+p%C3%BAblica&assuntos=&data_vigencia_0=&data_vigencia_1=&orgao=&o=&indexacao=

A Câmara Municipal de Pato Branco está desenvolvendo o trabalho de Consolidação das Leis Municipais.

Sendo assim, solicitamos a especial colaboração da Sec. de Assistência Social, no sentido de nos informar quais entidades beneficiadas com o título "Utilidade Pública" estão cumprindo com a prestação de contas e estão em vigor. As que não estiverem, será revogada a Lei, por consolidação.

Aguardamos o retorno e agradecemos antecipadamente pela colaboração.

Atenciosamente.

--

ELIANA SCARIOT
Técnico Legislativo II
legislativo@patobranco.pr.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Rua Araribóia, 491, Centro • Pato Branco
CEP 85501-262 • (46) 3272-1512
www.patobranco.pr.leg.br

--

ELIANA SCARIOT
Técnico Legislativo II
legislativo@patobranco.pr.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Rua Araribóia, 491, Centro • Pato Branco
CEP 85501-262 • (46) 3272-1512
www.patobranco.pr.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls. 99
Visto

Ofício nº 1/2021/CECL

Pato Branco, 15 de julho de 2021.

Prezada senhora:

O Poder Legislativo Municipal está promovendo a consolidação da legislação do Município de Pato Branco, através da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis.

Desta forma, solicitamos os préstimos de V. Sª no sentido de informar as leis que **estão vigentes** relativas à doação de imóveis, relacionando a lei e a empresa beneficiada.

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão

Senhora **Elenice Aparecida Catafesta**
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Pato Branco - Paraná

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Fls 100

OFÍCIO Nº 196/2021 Pato Branco, 03 de agosto de 2021.

À Senhora
Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis.
Câmara Municipal de Pato Branco
Rua Ararigbóia, 491
85501-262 – Pato Branco – PR

Assunto: Relação de empresas beneficiadas através da Lei 1207/93.

Senhora,

Através do Ofício nº 1/2021/CECL, de 15 de julho de 2021, no qual Vossa Senhoria nos solicita os préstimos para informar as leis vigentes relativas a doação de imóveis, relacionando com a lei e a empresa beneficiada, encaminhamos conforme anexo.

Ressalte-se que recentemente solicitamos documentação relativa a atualização cadastral das empresas beneficiadas através da Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1993.

No mais, colocamos a Secretaria de Desenvolvimento Econômico a inteira disposição.

Atenciosamente,

Elenice A. Catafesta
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Interina

EMPRESA	*Nº DA LEI / TERMO DE USO*
A.A.ROTTA & CIA LTDA	Lei nº1.894 de 24 de dezembro de 1999.
ADÃO CIRINEU MANTOVANI	Lei nº2.701 de 17 de novembro de 2006.
ALTEVIR SLAVIEIRO & CIA LTDA	Lei nº1.178 de 18 de dezembro de 1992.
ALUMINIO PATO BRANCO	Lei nº2.466 de 22 de junho de 2005.
ANTUNES, MARCHETTI & GAVA LTDA	Lei nº4.263 de 15 de abril de 2014.
ARTEFATOS DE GESSO CRISGAKE	Lei nº 1.496 de 26 de setembro de 1996
AUTO ELÉTRICA DALLA VECCHIA LTDA	Lei nº 810 de 20 de dezembro de 1988
BASSO CRIAÇÕES EM FIBRAS LTDA	Lei nº860 de 13 de setembro de 1989.
BASSO FIBRAS	Lei nº1.082 de 04 de dezembro de 1991 e Lei nº860 de 13 de setembro de 1989.
BONEPATO INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	Lei nº1.540de 23 de dezembro de 1996.
BRANSILOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINA LTDA	Lei nº2.855 de 29 de outubro de 2007.
C.P.DOS SANTOS & CIA LTDA	Lei nº1.955 de 21 de agosto de 2000.
CABINES SÃOMARCOS - DEOLINO MILANI	Lei nº 1.329 de 26 de outubro de 1994
CARBA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	Lei nº 2.734 de 24 de janeiro de 2007
COOPERATIVA CENTRAL AGRO-INDUSTRIAL LTDA - CONFEPAR	Lei nº2.477 de 15 de julho de 2005; Lei nº2.818 de 10 de agosto de 2007 e Lei nº2.983 de 27 de junho de 2008
CATANI IND.DE PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	Lei nº3.296 de 16 de dezembro de 2009.
CLEDERLEI SCATOLIN & CIA LTDA	Lei nº 1.495 de 23 de setembro de 1996
DERIO ROST & CIA LTDA	Lei nº 1.262 de 23 de novembro de 1993 Lei nº891/90
ELIANE T.P.DOS SANTOS	Lei nº 1993 de 19 de dezembro de 2000
FERRAMENTARIA TRAMONTINI MOLDES E MATRIZES INDUSTRIAIS LTDA	Lei nº 3.009 de 26 de agosto de 2008
FERSUL- MANUFATURADOS DE FERRO LTDA.	Lei nº2.297 de 01 de dezembro de 2003 e Lei nº2.561 de 13 de dezembro de 2005.
FURGÕES PARANÁ LTDA	Lei nº2.807 de 17 de julho de 2007 e Lei nº2.965 de 05 de junho de 2008.

GASCARBO	Lei nº1.936 de 20 de junho de 2000.
GILBERTO LUIZ MOCELLIN JUNIOR	Lei nº2.870 de 20 de novembro de 2007.
I.R.T INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - FINITY MÓVEIS	Lei nº3.785 de 09 de março de 2012.
IBECO CONSTRUÇÕES	Lei nº2.406 de 28 de dezembro de 2004.
IMPREPEL	Lei nº3.603 de 2 de junho de 2011.
INDUSTRIA DE MÓVEIS E ESTOFADOS LIDERANÇA LTDA	Lei nº2.716 de 26 de dezembro de 2006.
INDÚSTRIA DE MÓVEIS TRAMONTIN LTDA	Lei nº 2.379 de 28 de setembro de 2004
INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS EUROPA	Lei nº2.620 de 09 de maio de 2006.
INDUSTRIA E BENEFICIOS DE FIBRAS HORTI FRUTTI	Lei nº2.405 de 28 de dezembro de 2004.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERA CRISTINA LTDA	Lei nº3.589 de 17 de maio de 2011.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DAMETO LTDA	Lei nº 1.533 de 18 de dezembro de 1996 Lei nº 1.857 de 09 de setembro de 1999
INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICOS PB	Lei nº4.549 de 19 de março de 2015.
INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS DAMASCENO LTDA	Lei nº 1.072 de 01 de novembro de 1991
INOBRAM	Lei nº4.967 de 18 de maio de 2017.
INPLASUL	Lei nº 2.608 de 12 de abril de 2006
IRT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS	Lei nº 1.889 de 20 de dezembro de 1999
KALU FABRICAÇÃO DE ESCULTURAS E MONUMENTOS LTDA	Lei nº3.702 de 27 de outubro de 2011.
KAMARO	Lei nº3.750 de 15 de dezembro de 2011.
KARINA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	Lei nº2.887 de 18 de dezembro de 2007 e Lei nº3.665 de 30 de agosto de 2011
L.DOS SANTOS	Lei nº2.717 de 26 de dezembro de 2006.
LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO ARAUCÁRIA LTDA	Lei nº3.502 de 17 de dezembro de 2010.
LAURO DE COL & CIA LTDA	Lei nº 861 de 13 de setembro de 1989 e Lei nº 1110 de 06 de maio de 1992
LEAMARI DE FREITAS MILANI	Lei nº1.870 de 15 de outubro de 1999.
LERIAS & ZANMARIA LTDA.	Lei nº3.501 de 17 de dezembro de 2010.
LIMBER - E CONTÁBIL	Lei nº3.949 de 29 de novembro de 2012.
LINDOMAR FACIN	Lei nº4.504 de 9 de dezembro de 2014.
LUCIANO L.PETRICOSKY - PETRYKOSKI E FILHO LTDA ME	Lei nº2.971 de 12 de junho de 2008.

MARCIO A.ZANELLA & CIA LTDA	Lei nº2.804 de 17 de julho de 2007.
MARMORARIA BUSSETTI LTDA	Lei nº 1.507 de 24 de outubro de 1996
MERCOSILOS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA	Lei nº 1.668 de 21 de outubro de 1997; Lei nº 1.783 de 03 de dezembro de 1998 e Lei nº 1.865 de 29 de setembrode 1999
METALSAN	Lei nº3.297 de 16 de dezembro de 2009.
METALÚRGICA CBS LTDA EPP	Lei nº 1.572 de 01 de abril de 1997
METALÚRGICA MIGFER	Lei nº2.536 de 11 de outubro de 2005.
METALÚRGICA PERÓN	Lei nº 2.607 de 07 de abril de 2006
METALÚRGICA SARTORI LTDA	Lei nº3.034 de 14 de novembro de 2008.
METALÚRGICA TRADIÇÃO LTDA	Lei nº3.893 de 12 de julho de 2012.
METALÚRGICA VADEC LTDA	Lei nº2.994 de 14 de junho de 2008.
MILTON ISAC BRAIDA	Lei nº 1.466 de 05 de julho de 1996
MINERALTEC- TECNOLOGIA EM ÓLEOS MINERAIS	Lei nº2.127 de 07 de janeiro de 2002.
NESTOR LACHMANN & CIA LTDA	Lei nº3.978 de 21 de dezembro de 2012.
PATOFRIO	Lei nº2.777 de 29 de maio de 2007.
PATOLUX	Lei nº2.565 de 19 de dezembro de 2005.
PATROMAQ IND.E RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA	Lei nº2.624 de 24 de maio de 2006.
PATUSSI	Lei nº3.813 de 04 de abril de 2012.
PETRYAÇO IND.COMÉRCIO DE AÇO LTDA.	Lei nº3.551 de 14 de abril de 2011.
PLADIOM GESSOS LTDA	Lei nº3.465 de 20 de outubro de 2010.
PRATESVEL INDUSTRIA E COMÉRCIO E VELAS LTDA	Lei nº 2.287 de 22 de outubro de 2003
PRÉ-MOLDADOS GUARANY SUL LTDA	Lei nº 2.397 de 01 de dezembro de 2004
PREMOLFORTE - FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE PRÉ-MOLDADOS LTDA	Lei nº2.806 de 17 de julho de 2007.
R.B.INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA- ME	Lei nº3.295 de 16 de dezembro de 2009.
R.REFINSKI METALÚRGICA	Lei nº2.835 de 19 de setembro de 2007
REDIFRIO	Lei nº3.550 de 14 de abril de 2011.
RENAN WILLIAN BELLAN	Lei nº3.977 de 21 de dezembro de 2012.
SCHMITZ,SCHMITZ & GUZZO LTDA	Lei nº2.223 de 24 de março de 2003.
SPONCHIADO	Lei nº3.755 de 19 de dezembro de 2011.



TALISMÃ DO BRASIL	Lei nº894 de 28 de março de 1990.
TEMPER	Lei nº3.663 de 25 de agosto de 2011.
TEREZINHA AMBRÓSIO PIN	Lei nº 2.094 de 12 de novembro de 2001
TUBULAÇÕES PATO BRANCO LTDA/F.FUSINAG/SOLUS PELAS AGRÍCOLAS	Lei nº1.867 de 04 de outubro de 1999.
TURIM	Lei nº3.685 de 20 de setembro de 2011
USIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Lei nº 2.219 de 26 de dezembro de 2002 e Lei nº 2.269 de 03 de julho de 2003
VANILDE TOSCAN SPAGNOL	Lei nº3.684 de 20 de setembro de 2011.
VIASOFT INFORMÁTICA LTDA	Lei nº2.521 de 23 de setembro de 2005 e Lei nº1.801 de 28/12/1998
VISUM SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	Lei nº 2.947 de 13 de maio de 2008 e Lei nº 3.202 de 17 de julho de 2009
WPA AMBIENTAL INDÚSTRIA , COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Lei nº 1.742de 06 de julho de 1998 e Lei nº 3.026 de 06 de novembro de 2008
ZANIN	Lei nº3.291 de 10 de dezembro de 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls 10
Visto

Ofício nº 2/2021/CECL

Pato Branco, 15 de setembro de 2021.

Prezado Presidente:

Considerando a reunião da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco, realizada em 15 de setembro de 2021, conforme Ata anexa, solicitamos os préstimos de V. Exª no sentido de analisar a possibilidade de estender o prazo constante da vigência do contrato nº 17, de 4 de maio de 2021, originário da Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021, - Contrato de empresa para prestação de serviço para a realização de treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de consolidação de leis do município de Pato Branco com o Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - IGAM.

O contrato finda em 5 de fevereiro de 2022, sendo necessária a ampliação do prazo contratual, uma vez que após a conclusão do passo cinco (terceiro filtro), conforme anexo, ainda terá cinco etapas para serem cumpridas para finalizar o processo de consolidação das leis do Município de Pato Branco. O processo não é simples, exige muita dedicação, considerando as mais de 6.000 (seis mil) leis a serem analisadas, uma a uma, em diversas etapas, para que a comissão possa entregar um trabalho seguro e eficiente.

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão

ENCAMINHE-SE
AO
DPTO
ADMINISTRATIVO

RECEBIDO
Data 20/9/ Hora 14:2
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

Senhor **Joecir Bernardi**
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco - Paraná

Fls 106
Visto

Fls
Visto

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2021

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.898.196/0001-45, com sede e foro na Rua Arariboia, 491, município de Pato Branco, estado do Paraná, representada neste ato por seu Presidente, Vereador **JOECIR BERNARDI**, inscrito no CPF sob nº 718.394.459-04, portador da Carteira de Identidade nº 4.473.215-7, expedida em 16/10/1985, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliado na Rua Bolislau Fidalski, nº 413, bairro Parque do Som, no município de Pato Branco, estado do Paraná, CEP: 85.505-420, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, **INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS - IGAM**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.484.706/0001-39, com sede na Rua dos Andradas, 1560, 18º andar, Galeria Malcon, Centro, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.026-900, neste ato representada por **ANDRÉ LEANDRO BARBI DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 486.043.990-20, portador da Carteira de Identidade nº 6031561845, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Independência, 352/606, bairro Independência, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.035-070, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e acordam entre si o presente termo aditivo, relativo ao Contrato nº 17/2021, originário da Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CONSIDERANDO

i) A solicitação e justificativa por parte da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco, no intuito de prorrogar a vigência do Contrato nº 17/2021 por mais 6 (seis) meses;

ii) Que há previsão de prorrogação contratual nos termos da Cláusula Quarta, item 4.2, do Contrato nº 17/2021;

iii) A concordância por parte da CONTRATADA quanto à realização do presente ajuste, sem custo adicional;

iv) Que a CONTRATADA vem cumprindo integralmente as obrigações relativas ao Contrato nº 17/2021; e

v) O cumprimento dos princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da moralidade e da eficiência.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço para a realização de treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de Consolidação de Leis do Município de Pato Branco.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO**

2.1. Prorroga-se por mais 6 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato nº 17/2021, iniciando em 5 de fevereiro de 2022 e finalizando em 4 de agosto de 2022, sem custo adicional.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**

3.1. As parcelas mensais referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, constantes da Cláusula Segunda, subitem 2.1.1, do Contrato nº 17/2021, serão pagas nos meses de abril, maio, junho e julho de 2022.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] b4bdbb6e6e22824c9506d113a4f6e532abb5f34927c378ec05e564f53b6c97b6

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Fls 107

4.1. Permanecem em plena vigência as demais cláusulas contratuais que não contrariem o presente termo aditivo.

E por estarem certos e ajustados, obrigando-se a bem e fielmente cumprir todas as disposições do contrato e deste termo, firmam-no em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Pato Branco, 22 de setembro de 2021.

CONTRATANTE
Joecir Bernardi
Presidente

André Leandro Barbi de Souza
CONTRATADA
André Leandro Barbi de Souza
Representante legal

Rodrigo Sartor Mayer
CPF: 004.021.049-94
Testemunha

Ronaldo Roldão
CPF: 050.513.729-10
Testemunha

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] b4bdbb6e6e22824c9506d113a4f6e532abb5f34927c378ec05e564f53b6c97b6

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls 108
Visto

Ofício nº 3/2021/CECL

Pato Branco, 30 de setembro de 2021.

Senhor Prefeito:

O Poder Legislativo Municipal está promovendo a consolidação da legislação do Município de Pato Branco, através da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis.

A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

O trabalho da comissão consiste na análise das leis e a filtragem das mesmas, conforme o cronograma anexo. Estamos no segundo filtro que consiste na classificação das leis com perda de objeto, inclusive as revogações tácitas.

Sendo assim, solicitamos os préstimos de V. Exª para designar servidor do setor patrimonial, no sentido de que auxilie nos trabalhos da Comissão, especialmente na análise das leis constantes no relatório anexo, atestando quais leis que ainda estão vigentes ou perderam o objeto em virtude do não cumprimento das condicionantes nelas estabelecidas.

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão

30/9/21

Excelentíssimo Senhor
Robson Cantu
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 2871/2021
Data: 04/10/2021 - Horário: 15:56
Legislativo - OE 41/2021
Fls 109
Visto

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 436/2021/GP

Pato Branco, 4 de outubro de 2021.

Senhora Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Senhoria para informar que designamos a servidora Rosangela da Silva Rossatti, para auxiliar os trabalhos da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis relacionadas ao Patrimônio Municipal.

Restritos a este objetivo, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ANGELA PADOAN
Prefeita Municipal em Exercício

A Sua Senhoria a Senhora
ELIANA SCARIOT AMORIM
Presidente da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis
Câmara Municipal de Pato Branco
Pato Branco - PR

Fls 119
Visto

Ofício nº 496/2021/GP

Pato Branco, 24 de novembro de 2021.

Senhora Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Senhoria para encaminhar os relatórios recebidos da Secretaria de Planejamento Urbano em atenção à solicitação do oficio n° 3/2021 da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis relacionadas ao Patrimônio Municipal.

Restritos a este objetivo, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

A Sua Senhoria a Senhora
ELIANA SCARIOT AMORIM
Presidente da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis
Câmara Municipal de Pato Branco
Pato Branco - PR

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Fls 111

Memorando nº 177-R/2021

De: Secretaria de Planejamento Urbano / Setor de Controle de Bens Imóveis
Para: Secretaria de gabinete
Data: 23/11/2021

Ref: Ralatório leis bens municipais.

Pelo presente, encaminhamos relatório das leis de cessão de uso/ concessão de direito real, titulos de propriedade, desafetação e alienação dos bens públicos:

LEIS DE CESSÃO DE USO/CONCESSÃO DE DIREITO REAL

941/90, de 2 de julho de 1990 – (1508/96) – Autoriza Contratação de Concessão Real de Direito de uso gratuito de imóvel urbano ao Grêmio Cultural e Recreativo Soldado Darci Gomes da Rosa
OBS: Concessão revogada.

942/90, de 2 de julho de 1990 – Autoriza concessão Real de uso gratuito de imóvel ao Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade
OBS: Realizada a doação do Imóvel.

1135/92, de 17 de agosto de 1992 – (937/90) – Revoga a Lei nº 937/90 e autoriza concessão de uso gratuito de imóvel público (ao Grupo de Escoteiros Corados de Pato Branco)
OBS: Concessão revogada.

1192/93, de 18 de janeiro de 1993 – Autoriza concessão de direito real de uso gratuito de imóvel público à Associação de Moradores do Bairro Chaparral – hoje Bairro Morumbi
OBS: Concessão revogada.

1508/96, de 29 de outubro de 1996 –(941/90) – Substitui o imóvel objeto da Lei nº 941, de 2 de julho de 1990 (Substitui imóvel doado ao Grêmio Cultural Soldado Darci Gomes da Rosa e a APAE)
OBS: Revogar.

2150/2002, de 22 de abril de 2002–Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de uso Gratuito com o Círculo Amore Pela Itália (construção de casa para os grupos italianos no Centro Regional de Eventos)

Fls 42
Visto

OBS: Preparando documentação para revogação.

2743/2007, de 20 de março de 2007 – Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar Termo de Cessão de Uso Gratuito de Bem Municipal, com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.
OBS: Revogar. - Perdeu da vigência

5162/2018, de 8 de junho de 2018 – Autoriza o Chefe do poder Executivo a celebrar Termo de Cessão de Uso Gratuito de Bem Municipal, com o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e Previdência - SEAP.
OBS: cessão vigente, obra não edificada.

TÍTULO DE PROPRIEDADE

13/61, de 15 de abril de 1961 – Concede gratuitamente em nome do Senhor Alvino de Lima Camargo, o título de propriedade do lote número 08 da quadra 186, do Patrimônio Municipal.
OBS: Titulo concedido, conforme matricula 51.982.

476/83, de 20 de maio de 1983 – (236/76) – Autoriza o Executivo Municipal liberar o imóvel objeto do Título de Propriedade nº 087 expedido pela Prefeitura Municipal, gravado de inalienabilidade pela Lei nº 236/76 (propriedade da Cooperativa de Eletrificação Rural de Pato Branco)
OBS: Titulo concedido,inalienabilidade liberada.

707/87, de 20 de maio de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal a expedir título de propriedade de lote urbano (ao Senhor Olindo Vicari)
OBS: Titulo concedido, conforme matricula 38.717

DESAFETAR E ALIENAR

2993/2008, de 14 de junho de 2008 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município. (Para desafetar e alienar imóveis, mediante processo licitatório, em conformidade com a lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 – Lotes: lote 11, quadra1231; chácara 62-M; lote 12, quadra 739; lote 7, quadra 1229; lote 8, quadra 816; lote 8, quadra 1195; chácara 62-A; lote 1, quadra 381; lote 2, quadra 381; lote 12, quadra 381; lote 13, quadra 381).(o imóvel será doado para Avícola Pato Branco – Odete Rottava)
Cadê a análise?

3385/2010, de 17 de junho de 2010 – (3423/2010) Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do município.
Cadê a análise?

Fls. 113
Visto

3423/2010, de 5 agosto de 2010- (3385/2010) Altera a redação do inciso XVI do art. 1º, da Lei nº 3385, de 17 de junho de 2010, que autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.

3476/2010, de 26 de novembro de 2010 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.

3635/2011, de 14 de julho de 2011 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.

3732/2011, de 6 de dezembro de 2011 – Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.

3791/2012, de 16 de março de 2012 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do município.

Atenciosamente,

Rosangela da Silva Rossatti
Chefe da Divisão de Urbanismo

Gilmar Tumelero
Secretario de Planejamento Urbano

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Fls 114
Visto

Memorando nº 184-R/2021

De: Secretaria de Planejamento Urbano / Setor de Controle de Bens Imóveis
Para: Secretaria de gabinete
Data: 29/11/2021

Ref: Ralatório leis bens municipais.

Pelo presente, encarminhamos relatório das leis de desafetação e alienação dos bens públicos:

DESAFETAR E ALIENAR

2993/2008, de 14 de junho de 2008 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município. (Para desafetar e alienar imóveis, mediante processo licitatório, em conformidade com a lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 – Lotes: lote 11, quadra1231; chácara 62-M; lote 12, quadra 739; lote 7, quadra 1229; lote 8, quadra 816; lote 8, quadra 1195; chácara 62-A; lote 1, quadra 381; lote 2, quadra 381; lote 12, quadra 381; lote 13, quadra 381).(o imóvel será doado para Avícola Pato Branco – Odete Rottava)
OBS: LEI CONCRETIZADA
11-1231 VENDIDO LEILÃO, CH 62-M ESCOLA MUNICIPAL, 12-739 VENDIDO LEILÃO, 07-1229 VENDIDO LEILÃO, 08-1195 VENDIDO LEILÃO, 08-816 DOADO (AGUARDANDO MATRICULA), 62-A VENDIDO LEILÃO.

3385/2010, de 17 de junho de 2010 – (3423/2010) Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do município.
OBS: LEI CONCRETIZADA
LOTE 08-1233 VENDIDO LEILÃO, 005-698 VENDIDO LEILÃO, 08-1195 VENDIDO LEILÃO, 10-285 VENDIDO LEILÃO, 09- 696 VENDIDO LEILÃO, QUADRA 1229 VENDIDO LEILÃO, 03-302 VENDIDO LEILÃO, 20-431 VENDIDO LEILÃO, 21-427 VENDIDO LEILÃO, 16-357 VENDIDO LEILÃO, 01-1375 VENDIDO LEILÃO, 14-272 VENDIDO LEILÃO, CH 99-B CASAS POPULARES.

3423/2010, de 5 agosto de 2010- (3385/2010) Altera a redação do inciso XVI do art. 1º, da Lei nº 3385, de 17 de junho de 2010, que autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.
OBS: LEI CONCRETIZADA

Fls 115

3476/2010, de 26 de novembro de 2010 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.
OBS: LEI CONCRETIZADA
QUADRA 1148 VENDIDO LEILÃO, 14-272 VENDIDO LEILÃO, QUADRA 871 COMODATO, 01-1088 VAGO, 01-297 VAGO.

3635/2011, de 14 de julho de 2011 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.
OBS: LEI CONCRETIZADA
17-689 VENDIDO LEILÃO, QUADRA 1148 VENDIDO LEILÃO, 11-1466 VENDIDO LEILÃO, 29-958 VENDIDO LEILÃO, 28-958 VAGO, 09-1334 VAGO, CH 68-C POSTO DE SAUDE.

3732/2011, de 6 de dezembro de 2011 -- Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.
OBS: LEI CONCRETIZADA
LOTES QUADRA 1446 ÁREA DE PROTEÇÃO
LOTES QUADRA 1001 E 1002 ÁREA DE RESERVA MUNICIPAL LOTEAMENTO DE COL.
LOTE 08 DA QUADRA 1233 VENDIDO LEILAO CONFOME MATRICULA 30.799.
LOTE 08 DA QUADRA 1195 VENDIDO LEILÃO CONFORME MATRICULA 28.442
QUADRA 1466 LEILÃO- MATRICULAS 44.701 A 44.705

3791/2012, de 16 de março de 2012 - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do município.

13-42 BANDA MUNICIPAL MATRICULA 29.603, LOTES QUADRA 1001 E 1002 ÁREA DE RESERVA MUNICIPAL LOTEAMENTO DE COL.
LOTE 08 DA QUADRA 1233 VENDIDO LEILAO CONFOME MATRICULA 30.799.
LOTE 08 DA QUADRA 1195 VENDIDO LEILÃO CONFORME MATRICULA 28.442
QUADRA 1466 LEILÃO- MATRICULAS 44.701 A 44.705, 28-958 VAGO.

Atenciosamente,

Rosangela da Silva Rossatti
Chefe da Divisão de Urbanismo

Gilmar Tumelero
Arquiteto e Urbanista
Secretário de Planejamento Urbano

Gilmar Tumelero
Secretario de Planejamento Urbano

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Fls 116

Memorando nº 176-R/2021

De: Secretaria de Planejamento Urbano / Setor de Controle de Bens Imóveis
Para: Secretaria de gabinete
Data: 23/11/2021

Ref: Ralatório leis bens municipais.

Pelo presente, encaminhamos relatório das leis de permuta dos bens públicos:

Lei nº 1, de 15 de fevereiro de 1962, que autoriza o Poder Executivo Municipal a concordar com a permuta de imóvel doado à Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA).
OBS: LEI CONCRETIZADA, INSTALADO SILOS E ARMAZÉNS.

Lei nº 18, de 8 de junho de 1962, que concede isenção de impostos municipais a Vva.Carmela Bortot, do lote quatro da quadra oito da cidade de Pato Branco, e a parte da chácara de sua propriedade também do quadro sub-urbano da cidade de Pato Branco isto as partes que são ocupadas pelas suas habitações, pelo prazo de 8 (oito) anos, como permuta pelos lotes nº 3 a 16 da quadra 1 (um) do loteamento Bortot, autorizada a doação dos lotes 3 a 16 da quadra um do loteamento Bortot ao DEOE, Departamento de Edificações de Obras Especiais, autoriza o Poder Executivo Municipal escriturar a terceiros os lotes nº 1, 2, 3, 14 e 15 e 16 da quadra 4 (quatro) do loteamento Bortot.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 73, de 9 de novembro de 1971, que autoriza o Executivo Municipal adquirir e permutar imóvel com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
OBS: LEI CONCRETIZADA, CONFORME MATRICULA 19.508 E 16.768.

Lei nº 199, de 13 de outubro de 1975, que autoriza o Chefe do Executivo a permutar imóvel do Município.
OBS: LEI CONCRETIZADA, PROLONGAMENTO DA RUA ITABIRA.

Lei nº 270, de 21 de junho de 1977, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóvel rural da Reserva Municipal da BR-158/373, com outro imóvel rural na mesma gleba e com a mesma área com o Sr. Danilo Amadori.
OBS: LEI CONCRETIZADA, CONFORME MATRICULAS 52.289 E 4.571 DO 1º RI.

Lei nº 295, de 1 de dezembro de 1977, que autoriza o Chefe do Executivo Municipal a permutar imóveis com o Grupo Escoteiro Coroados e dá outras providências.
OBS: LEI REVOGADA.

Lei nº 434, de 22 de abril de 1982, que autoriza o Executivo Municipal a fazer permuta de imóveis, e dá outras providências.
OBS:AGUARDANDO RELATÓRIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Lei nº 484, de 6 de junho de 1983, que autoriza o Executivo Municipal a liberar para permuta o terreno doado ao Mosteiro Santa Gema - SP, da Congregação das Irmãs da Santíssima Cruz e Paixão de Jesus Cristo, através da Lei nº 464/82.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO DE CARTORIO.

Lei nº 490, de 24 de junho de 1983, que autoriza o Executivo Municipal a liberar para permuta o terreno doado à CASA DA AMIZADE, através da Lei nº 446/82.
OBS: AGUARDANDO MATRICULA.

Lei nº 577, de 10 de setembro de 1984, que autoriza o Executivo Municipal a efetuar permuta de terrenos urbanos.
OBS: AGUARDANDO RELATÓRIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Lei nº 596, de 3 de dezembro de 1984, que revoga a Lei nº 588/84 e autoriza o Executivo Municipal a efetuar permuta de terrenos urbanos.
OBS: AGUARDANDO RELATÓRIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Lei nº 610, de 27 de maio de 1985, que autoriza o Executivo Municipal a permutar lotes urbanos destinados a doação e revogar as Leis nºs 454/82 e 479/83.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO.

Lei nº 618, de 13 de setembro de 1985, que autoriza o Executivo Municipal a permutar áreas de terras para a construção do Centro Municipal de Promoções - Parque de Exposições de Pato Branco.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 631, de 6 de novembro de 1985, que autoriza o Executivo Municipal a permutar lotes urbanos.
OBS: LEI CONCRETIZADA. IMÓVEL PARQUE DE EXPOSIÇÕES.

Lei nº 657, de 9 de abril de 1986, que autoriza o Executivo Municipal a permutar áreas de terras e dá outras providências.
OBS: PARTE DO IMÓVEL FACICON.

Fls. 118
Visto

Lei nº 672, de 29 de maio de 1986, que autoriza o Executivo Municipal a permutar área de terras.
OBS: LEI CONCRETIZADA. ÁREA INCORPORADA AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES.

Lei nº 686, de 2 de dezembro de 1986, que autoriza o Executivo Municipal a permutar áreas de terra e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA, CONFORME MATRICULA 3.007

Lei nº 2, de 6 de abril de 1987, que autoriza o Executivo Municipal a proceder permuta de área de terras com o Sr. Francisco Xavier de Oliveira e esposa e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 830, de 26 de abril de 1989, que autoriza permutar parte da chácara 137 com 887,00m2 pelo lote 08 da quadra 658 com 1.480,58m2, quita débito e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 843, de 1 de junho de 1989, que autoriza o Executivo Municipal a permutar o lote nº 10, da quadra 99, com área de 1.588,40m2, de propriedade da empresa Mecânica Brasília Ltda com as chácaras 56-P, com área de 2.054,33m2 e 56-G, com área de 1.441,23m2.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 847, de 4 de julho de 1989, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis de Empreendimentos Imobiliários Cateli Ltda., expedindo título e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 926, de 15 de maio de 1990, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóvel.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 943, de 3 de julho de 1990, que autoriza a permuta de lotes de terrenos urbanos.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 991, de 21 de agosto de 1990, que autoriza o Executivo Municipal a permutar lotes urbanos com trator de propriedade da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - Café do Paraná.
OBS: NÃO LOCALIZADA.

Fls. 119
Visto

Lei nº 1027, de 11 de abril de 1991, que autoriza a permuta do lote nº 09 da quadra nº 816, do Município, com o lote nº 13 da quadra nº 281 do CTG Carreteando a Saudade.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1043, de 12 de junho de 1991, que autoriza permuta de imóveis com Eloi Latmann.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1053, de 18 de julho de 1991, que autoriza permuta de imóveis com Olga da Silva Pichetti, destinada a abertura de ruas.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1083, de 4 de dezembro de 1991, que autoriza permuta do lote nº 3, da quadra 789, de propriedade do Município, com o de nº 12 da quadra 782, de propriedade de Valdomiro Zocche.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1094, de 11 de março de 1991, que autoriza a permuta do lote de propriedade do Município com o de Empreendimentos Imobiliários Cateli Ltda.
OBS: NÃO LOCALIZADA.

Lei nº 1120, de 16 de junho de 1992, que autoriza permuta do lote nº 04 da quadra nº 830, de propriedade do Município, com o lote nº 05 da quadra nº 830, de propriedade de Fiorentina Marcante Cadorin.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1131, de 16 de julho de 1992, que autoriza a permuta do lote nº 02 da quadra nº 1.064, lote nº 5 da quadra nº 09, e lote nº 06 da quadra nº 09 de propriedade de Sadi de Freitas Alves.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1254, de 23 de outubro de 1993, que autoriza permuta de imóveis com a Mitra Diocesana de Palmas e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1298, de 3 de maio de 1994, que autoriza a permuta da Chácara nº 203-C, de propriedade de Emerson C. R. Ferreira e outros com lote nº 10 da quadra nº 329 de propriedade do Município, e sua doação à Associação dos Moradores do Bairro Cristo Rei.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1306, de 20 de maio de 1994, que autoriza permuta de imóvel de propriedade de Valdir Petrycoski - com pavimentação asfáltica.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Fls 120
Visto

Lei nº 1323, de 23 de setembro de 1994, que autoriza permuta de imóvel com Pedro Caldato.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1371, de 13 de julho de 1995, que autoriza permuta de imóveis com Zeferino de Barba.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1469, de 8 de julho de 1996, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1498, de 30 de setembro de 1996, que autoriza permuta de imóvel com Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e doação à Associação Pato-branquense de Idosos.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1505, de 22 de outubro de 1996, que autoriza permuta de imóvel com a Mitra Diocesana De Palmas.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1545, de 30 de dezembro de 1996, que autoriza permuta de imóveis com Eloy Latmann e sua esposa Amilda Heberle Latmann.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1589, de 14 de maio de 1997, que autoriza a permutar parte do Imóvel "Pedro Eugênio I" com a área de 18.750,00m2 e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1714, de 6 de maio de 1998, que autoriza a permuta do lote nº 07, da quadra nº 758, de propriedade do Município, com os lotes nºs 03, 06 e 07, da quadra nº 322, de propriedade de Ilário Antonio Toniolo, e a doação dos lotes 03 e 06 ao Estado do Paraná.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1734, de 1 de julho de 1998, que altera a redação do artigo 2º e parágrafo único da Lei nº 1.714, de 6 de maio de 1998.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1750, de 27 de agosto de 1998, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Fls 11
Visto

Lei nº 1756, de 8 de outubro de 1998, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1766, de 2 de outubro de 1998, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis e dá outras providências.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1768, de 19 de outubro de 1998, que Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1771, de 21 de outubro de 1998, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1784, de 3 de dezembro de 1998, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1792, de 11 de dezembro de 1998, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 1.771, de 21 de outubro de 1998.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1834, de 22 de junho de 1999, que altera a redação do artigo 2º e parágrafo único da Lei nº 1.714, de 06 de maio de 1998.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 1866, de 29 de setembro de 1999, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1880, de 29 de novembro de 1999, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1883, de 6 de dezembro de 1999, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1941, de 4 de julho de 2000, que autoriza o Executivo Municipal permutar Imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1953, de 17 de agosto de 2000, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.

Fls 123
Visto

OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1959, de 30 de agosto de 2000, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 1973, de 26 de setembro de 2000, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2058, de 5 de julho de 2001, que revoga a Lei nº 2.015, de 8 de março de 2001 e dá outras
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2061, de 16 de julho de 2001, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2085, de 11 de outubro de 2001, que autoriza permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2154, de 13 de maio de 2002, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2186, de 7 de outubro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2195, de 12 de novembro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2214, de 20 de dezembro de 2002, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2221, de 26 de fevereiro de 2003, que acrescenta dispositivo à lei n° 2.214, de 20 de dezembro de 2002
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2277, de 16 de setembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Fls 123
Visto

Lei nº 2294, de 18 de novembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2303, de 16 de dezembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2360, de 5 de julho de 2003, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2394, de 23 de novembro de 2004, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2398, de 6 de dezembro de 2004, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2514, de 19 de setembro de 2006, que Revoga a Lei nº 2.331, de 4 de maio de 2004 e autoriza o Executivo Municipal efetuar permuta de terreno com a Empresa Esdel – Comércio de Produtos Alimentares Ltda.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2595, de 20 de março de 2006, que Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2616, de 26 de abril de 2006, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 2.595, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre permuta de imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2639, de 26 de junho de 2006, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2648, de 11 de julho de 2006, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2666, de 25 de agosto de 2006, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Fls 124
VISTO

Lei nº 2709, de 11 de dezembro de 2006, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2798, de 12 de julho de 2007, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2834, de 17 de setembro de 2007, que altera o art. 1º e inciso I, da Lei nº 2.154, de 13 de maio de 2002.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2909, de 20 de março de 2008, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2964, de 5 de junho de 2008, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 2970, de 11 de junho de 2008, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 2999, de 13 de agosto de 2008, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 3043, de 28 de novembro de 2008, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3129, de 25 de março de 2009, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3326, de 25 de fevereiro de 2010, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóvel com benfeitorias e doar imóvel a Associação de Moradores 21 de Março do Conjunto Residencial Planalto.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO REGISTRO E CARTORIOS.

Lei nº 3472, de 12 de novembro de 2010, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Fls 425

Lei nº 3553, de 14 de abril de 2011, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3560, de 25 de abril de 2011, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3573, de 26 de abril de 2011, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis de propriedade do Município de Pato Branco por imóvel de propriedade de Guacira Aparecida Bahls Vezoli.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3575, de 3 de maio de 2011, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3577, de 5 de maio de 2011, que autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis de propriedade do Município de Pato Branco, por imóvel de propriedade de Mario Izidoro Spader.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3600, de 27 de maio de 2011, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 3577, de 5 de maio de 2011.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3634, de 14 de julho de 2011, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 2923, de 27 de março de 2008.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3701, de 27 de outubro de 2011, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3725, de 30 de novembro de 2011, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO.

Lei nº 3802, de 30 de março de 2012, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3803, de 30 de março de 2012, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO.

Fls. 46
Visto

Lei nº 3889, de 5 de julho de 2012, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis e revoga as leis n° 2923, de 27 de março de 2008 e lei n° 3634, de 14 de julho de 2011.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 3970, de 20 de dezembro de 2012, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA. VIAS EXECUTADAS CONFORME MATRICULA 31.892, 31.861, 31.860.

Lei nº 4199, de 13 de dezembro de 2013, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA. CONFORME MATRICULA 42.727.

Lei nº 4244, de 27 de fevereiro de 2014, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 3802, de 30 de março de 2012.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 4245, de 27 de fevereiro de 2014, que altera disposições da Lei n° 4.199, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 4492, de 3 de dezembro de 2014, que altera disposições da Lei nº 4199, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA.

Lei nº 4494, de 5 de dezembro de 2014, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA, ESCOLA E CRECHE PARQUE DO SOM.

Lei nº 4722, de 22 de dezembro de 2015, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA, CONFORME MATRICULA 44.560.

Lei nº 4846, de 12 de agosto de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 4722, de 22 de dezembro de 2015.
OBS: LEI CONCRETIZADA, ÁREA BACIA DE CONTENÇÃO.

Lei nº 5031, de 11 de outubro de 2017, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA, CONFORME MATRICULA 29.290.

Lei nº 5241, de 20 de novembro de 2018, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA, DEVIDAMENTE REGISTRADO.

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Fls 127
Visto

Lei nº 5255, de 7 de dezembro de 2018, que autoriza o Executivo Municipal repassar os imóveis decorrentes da permuta efetuada com o Senhor Roque José Schwertz e sua esposa Lenir Maria Pozenatto Schwertz.
OBS: LEI CONCRETIZADA, IMÓVEIS REGISTRADOS ENTRE AS PARTES.

Lei nº 5552, de 16 de julho de 2020, que altera dispositivos da Lei nº 2.294, de 18 de novembro de 2003, que autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
OBS: LEI CONCRETIZADA, ESCRITURA EM ANDAMENTO.

Atenciosamente,

Município de Pato Branco
Rosangela da Silva Rossatti
Chefe da Divisão de Urbanismo
Portaria 051/2021

Rosangela da Silva Rossatti
Chefe da Divisão de Urbanismo

Município de Pato Branco
Gilmar Tumelero
Arquiteto e Urbanista
Secretário de Planejamento Urbano
Port 525/2021 - CAU A36611-3

Gilmar Tumelero
Secretario de Planejamento Urbano

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Fls. 43
Visto

Memorando nº 178-R/2021

De: Secretaria de Planejamento Urbano / Setor de Controle de Bens Imóveis
Para: Secretaria de gabinete
Data: 23/11/2021

Ref: Ralatório leis bens municipais.

Pelo presente, encaminhamos relatório das leis de doação dos bens públicos:

10/57, de 15 de março de 1957 – Autoriza o Poder Executivo a doar um terreno para a construção da Agência dos Correios e Telégrafos.

OBS: Não foi concretizada, esta área hoje contempla o Terminal urbano Central e parte tornou-se a confluência das Ruas Araribóia, Pedro Ramires de Mello e Tamoio.

02/58, de 10 de junho de 1958 – Autoriza o Poder Executivo doar ao Senhor Zacarias Koslinski, uma área de terras

OBS: conforme informações verbais do Registro de Imóveis, a referida lei foi concretizada.

02/A/58, de 04 de março de 1958 – Autoriza doar uma área de terras ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio

OBS: Lei concretizada

03/58, de 17 de julho de 1958 – Autoriza o Poder Executivo doar, ao Sr. Pegoraro, 03 lotes do Patrimônio Municipal

OBS: Lei concretizada

33/59, de 17 de outubro de 1959 – Autoriza a doação da quadra 118 do Patrimônio Municipal, para a instalação de um ginásio masculino - educação da juventude masculina.

OBS: não foi executada a obra a que refere-se o artigo 1º. Sendo concretizado os artigos 4º e 5º da referida Lei, conforme arquivo municipal de titulos de propriedade.

Fls 129
Visto

9/60, de 29 de março de 1960 – Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação São Vicente de Paula, os lotes números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 da quadra nº 181, do Patrimônio Municipal - destinados à construção residenciais para os uso de indigentes.

OBS: Na área da referida Lei foi edificada a Escola São Vicente e a Capela do Bairro.

10/60, de 29 de março de 1960 – Autoriza a doação de um terreno de propriedade do Município à Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamento Geral (COTRINAG) para os fins previstos nos artigos 2º e 3º do Decreto Federal nº 46.172, de 8 de junho de 1959 - um terreno de propriedade do Município, situado na cidade de Pato Branco, com frente para a Avenida Tupy, na Quadra nº 131-A, com a área total de 8.000m^2, apresentando as seguintes confrontações, ao norte com os lotes nºs 1 e 2 da quadra nº 131 de propriedade do Senhor Angelo Juvelino Pagnoncelli, ao sul com os lotes nºs 11 e12 da quadra nº 130 de propriedades dos Senhores Ioroslau Konslinski e Eugenio Konslinski, respectivamente, ao oeste com os lotes nºs 1, 2 e 3 da quadra nº 128 de propriedade dos Senhores Zacarias Konslinski, Genésio Acco e Nirco Acco, respectivamente, ao oeste com quadra nº 132 reservada para o Parque de Exposição da cidade. Destina-se a construção, pelo Órgão do Ministério da Agricultura, de um silo ou armazém, para a guarda e conservação de cereais e grãos, na forma prevista no artigo 2º do mencionado decreto, devendo ser posteriormente transferido à Cooperativa Organizada nos termos do mesmo Diploma legal.

OBS: Obra não foi edificada conforme a Lei.

21/61, de 16 de outubro de 1961 – Autoriza o Poder Executivo a adquirir uma área de terras, e autoriza doar parte dela a Cia. Paranaense de Silos e Armazéns Copasa.

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

01/62, de 15 de fevereiro de 1962 – Autoriza o Poder Executivo concordar com a permuta de imóvel doado à Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - Copasa

OBS:Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

09/64, de 6 de julho de 1964 – Dispõe sobre a doação de um lote urbano ao Departamento de Edificações e Obras Especiais

Fls 130
Visto

OBS: Imóvel lote 06 da quadra 118, área já destinada no art. 4º da Lei 33/59.

02/65, de 8 de março de 1965 – Dispõe sobre a doação de três lotes urbanos, ao Governo do Estado do Paraná (para construção do Grupo Escolar Rocha Pombo - Baixada Industrial)

OBS: Obra edificada conforme referida Lei.

41/65, de 2 de outubro de 1965 – Dispõe sobre a doação do lote rural nº 100 de Núcleo Ipuaçu, da Sede Palmeira, ao Município de Itapejara do Oeste, Paraná.

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

33/66, de 2 de agosto de 1966 – Dispõe sobre a doação de 4 lotes urbanos a Secretaria da Agricultura para Construção do Setor Regional de Pato Branco e a dação de um lote urbano à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL para Construção de sua sede em Pato Branco

OBS: área já titulada Lei 33/59

48/66, de 27 de dezembro de 1966 – Autoriza o Poder Executivo doar o lote nº 6 da quadra 19 do Patrimônio da cidade de Pato Branco à Cia. de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR

OBS: Aguardando documentação

02/67, de 3 de fevereiro de 1967 – Autoriza a compra dos lotes 5, 6, 7, 8 e 9 da quadra 83 da cidade de Pato Branco, para a Construção dos escritórios e garagem da Cia. Mista Cafe do Paraná, autoriza a doação à Cafe do Paraná e abre crédito especial (para pagamento aos Srs. Pedro Antonio Soares, Dulcindo Saldanha Muniz e Valdedir Parzianello)

OBS: Lei concretizada conforme matricula 48.893.

04/67, de 14 de fevereiro de 1967 – Autoriza a compra de chácaras do Senhor Marcelino Parzianello para construção do Ginásio Estadual de Pato Branco e a Escola de Artes Industriais e autoriza doação ao Estado.

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

14/67, de 7 de julho de 1967 – Autoriza o Poder Executivo a efetuar compra de um terreno e posterior doação ao INPS - Instituto Nacional de Previdência Social e abre crédito especial

Fls 131
Visto

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

19/68, de 8 de outubro de 1968 – (119/72, 254/77) – Autoriza o Poder Executivo Municipal adquirir uma área de terras rurais para a instalação da Estação Experimental de Pato Branco, doar ao Ministério da Agricultura, e, abre crédito especial para cobertura de despesas

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

18/69, de 12 de setembro de 1969 – Autoriza o Poder Executivo doar uma área de terra à Fundação Educacional do Paraná FUNDEPAR (Casa Escolar - para funcionar curso ginasial em Bom Sucesso)

OBS: Lei concretizada

59/71, de 11 de maio de 1971 – Autoriza o Poder Executivo doar ao Estado do Paraná, áreas de terras do Patrimônio do Município, para construção do Colégio Estadual de Pato Branco

OBS: Na área da referida Lei, foi edificada a Unidade de Saúde central do Município.

74/71, de 9 de novembro de 1971 – Autoriza aquisição e doação de terrenos urbanos ao DEOE (Departamento de Edificações e Obras Especiais)

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

105/72, de 6 de julho de 1972 – Autoriza aquisição e doação de terreno (doar para a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR para construção de uma unidade escolar de ensino fundamental)

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

119/72, de 19 de dezembro de 1972 – (19/68, 254/77) – Dá nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei nº 19/68, de 8 de outubro (adquirir terras e doar ao Patrimônio da União para instalação da Estação Experimental do Ministério da Agricultura)

OBS: Aguardando documentação

140/73, de 8 de setembro de 1973 – Autoriza aquisição e doação de terreno à firma Indústria de Plásticos Sudoeste

Fls. 132
Visto

OBS: Lei concretizada, lote 03 da quadra 387,obra edificada conforme Lei.

144/73, de 9 de novembro de 1973 – (12/69) – Autoriza a aquisição e doação de terreno à Indústria e Comércio de Luminosos Salvador Ltda

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme Lei.

161/74, de 9 de maio de 1974 – Autoriza a doação de telefones (para repartições estaduais, federais, autárquicas e privadas)

OBS: Lei concretizada

183/75, de 12 de maio de 1975 – (123/73, 187/75) – Autoriza a doação de imóvel e revoga a Lei nº 123, de 6 de abril de 1973 (DICAL - Distribuidora Industrial de Calcário Ltda) - Nova redação Lei nº 187/75

OBS: Nova redação dada pela Lei 187/75.

186/75, de 11 de junho de 1975 – Autoriza a alienação ou doação de bens patrimoniais móveis do Município (móveis inservíveis à Administração)

OBS: Lei concretizada

187/75, de 11 de junho de 1975 – (183/75) – Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 183, de 12 de maio de 1975 (autoriza o Executivo Municipal efetuar doação de imóvel a firma MINERCAL - Indústria e Comércio de Calcário Chioquetta Ltda).

OBS: Lei concretizada, conforme transcrição n° 19420.

192/75, de 12 de agosto de 1975 – Autoriza a doação de terreno à Associação da Vila Militar do Estado do Paraná, para construção de um Mausoléu

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

193/75, de 1º de setembro de 1975 – Autoriza a doação de terreno dentro do Perímetro Urbano, à Sociedade Educacional Integral S.C. Ltda.

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

212/76, de 22 de março de 1976 – (247/77) – Autoriza o Executivo Municipal escriturar uma área de terras para os fins que especifica (após escrituração doar ao Senhor Luiz Detoni)

OBS: Lei alterada pela Lei 247/77.

Fls 123
Visto

222/76, de 2 de julho de 1976 – Autoriza o Executivo Municipal tomar providências para desapropriação e doação à FUNDEPAR, de imóveis localizados no perímetro urbano da cidade de Pato Branco e destinados a implantação de uma Unidade Polivalente de 2º Grau

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

236/76, de 18 de outubro de 1976 – (476/83) – Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel à Cooperativa de Eletrificação Rural de Pato Branco

OBS: Lei concretizada conforme titulo de propriedade constante do arquivo municipal.

240/76, de 11 de novembro de 1976 – Autoriza a doação de terrenos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE (para instalar a Sede e Escola da APAE)

OBS: Na referida área encontra-se edificada a Escola São Vicente e a Capela do Bairro.

244/76, de 16 de dezembro de 1976 – Autoriza a doação de imóveis (para instalar a Sede 5ª Sub-Divisão Policial de Pato Branco)

OBS: Obra Edificada.

247/77, de 24 de janeiro de 1977 – (212/76) – Dá nova redação ao artigo 1º e parágrafo único da Lei nº 212, de 22 de março 1976 (após escrituração doar ao Sr. Luiz Detoni)

OBS: Lei concretizada

252/77, de 14 de março de 1977 – Autoriza a doação de imóveis ao Governo do Estado do Paraná (para instalação do Centro de Saúde de Pato Branco)

OBS: Obra edificada.

279/77, de 12 de setembro de 1977 – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal efetuar doação de terras da Reserva Municipal p/ fins de implantação de indústria, à firma Fábrica de Fogões Pato Branco Ltda

OBS: Lei concretizada, parte do Lote Rural 31-A.

Fls. 134

285/77, de 7 de outubro de 1977 – Autoriza o Executivo Municipal doar o lote nº 17 da quadra 244, como indenização pelo lote utilizado pela Prefeitura, na extensão da Rua Prefeito Thomazoni, à Senhora Cecília Cardoso

OBS: Lei concretizada, área de rua.

296/77, de 6 de dezembro de 1977 – (20/69) – Autoriza o Executivo Municipal a receber doação, uma área de terras para construção do Centro Social Urbano de Pato Branco e concede isenção de impostos municipais a Jacy Rodrigues Ferreira. (Isenção de IPTU a Jacy Ferreira Rodrigues e seus herdeiros legais)

OBS: Lei concretizada

310/78, de 12 de abril de 1978 – Autoriza o Executivo Municipal efetuar doação de terras para fins de implantação de Indústria à Fábrica de Carrocerias BM Ltda

OBS: lotes 1 a 3 da quadra 209, obra edificada.

313/78, de 17 de agosto de 1978 – Autoriza o Executivo Municipal doar uma área de terras ao Governo do Estado do Paraná destinada a Construção do Centro Social Urbano CSU

OBS: Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

316/78, de 29 de setembro de 1978 – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar doação de terras da Reserva Municipal, para fins de implantação de indústria, à Indústria Alimentícia Patrícia Ltda

OBS: Lei concretizada

318/78, de 29 de setembro de 1978 – Autoriza o Executivo Municipal efetuar doação de terras à Associação Banestado para construção da sede própria

OBS: Lei concretizada

337/79, de 15 de maio de 1979 – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal efetuar doação de terras, onde está instalado o Distrito Rodoviário do DER.

OBS: Obra edificada.

340/79, de 13 de junho de 1979 – (286/77) – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal efetuar doação de terras da Reserva Municipal, para fins da implantação de indústria à firma Rui Alberto Albertuni

Fls. 13
Visto

OBS: Lei concretizada,parte do Lote Rural 31-A.

359/79, de 5 de dezembro de 1979 – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal efetuar doação de terras para fins de implantação de indústria à CITRA Comércio e Representações Ltda

OBS: Lei concretizada. A área total da chacara 56 foi subdivida em diversas áreas e doada a diversas associações, não sendo possível verificar a qual associação esta refere-se.

372/80, de 17 de junho de 1980 – Autoriza o Executivo Municipal doar participação em uma área de terras para fins industriais (à firma Carba Indústria de Alimentos Ltda - para instalação de uma fábrica de farinha de osso e carne)

OBS: Aguardando documentação Cartório. Não foi possível identificar a área da referida Lei, por falta de informações.

377/80, de 26 de agosto de 1980 – Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel urbano ao INAMPS - Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social (Para construção de Posto de Assistência Médica, aos segurados da Previdência)

OBS: lote 01 da quadra 595, obra edificada.

378/80, de 2 de setembro de 1980 – (632/85) – Autoriza o Executivo Municipal efetuar doação de terras na Sede do Distrito de Bom Sucesso a Congregação das Irmãs Catequistas de San' Ana

OBS: Lei alterada, área pertencente ao Município de Bom Sucesso do Sul.

379/80, de 16 de setembro de 1980 – (366/80) – Autoriza o Executivo Municipal doar com encargos à AMSOP, aparelhos que compõem o sistema de retransmissão de som e imagem de TV (para integrar o município ao sistema estadual de distribuição de sinais de TV, mantido pela Rádio Difusão do Paraná S.A - RADIPAR - SECRETARIA DO INTERIOR

OBS: Lei concretizada

383/80, de 29 de setembro de 1980 – Autoriza a doação de imóvel ao Estado do Paraná (para nele instalar o 7 º Distrito Sanitário)

OBS: lote 08 da quadra 63, Unidade de Saúde Central.

Fls. 132

401/81, de 14 de abril de 1981 – Autoriza doação de imóvel para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

OBS: lotes 1,2,3,4 da quadra 579, obra edificada , conforme referida lei.

415/81, de 3 de setembro de 1981 – (826/89, 492/83) – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal doar uma área de terra a firma Produtos Químicos Solução Ltda.

OBS: Lei alterada.

427/81, de 30 de novembro de 1981 – (513/83) – Autoriza doação de imóvel para o Estado do Paraná (Para abrigar o Fórum da Comarca de Pato Branco)

OBS: Lei alterada, obra edificada , conforme referida lei 513/83.

430/82, de 24 de março de 1982 – Autoriza a efetuar doação de terras para a firma Valusa Indústria e Comércio Ltda.

OBS: obra edificada , conforme referida lei.

446/82, de 1º de julho de 1982 – (490/83, 606/85) – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a efetuar doação de terreno urbano a Casa da Amizade, mantida pela Associação das Senhoras de Rotarianos

OBS: Lei alterada

455/82, de 22 de novembro de 1982 – (520/83, 583/84) – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal efetuar doação de terreno para a Sociedade São Vicente de Paulo (para construção de um abrigo para as crianças carentes)

OBS: Aguardando documentação a ser apresentada pelo Albergue Bom Samaritano.

459/82, de 29 de novembro de 1982 – (417/81, 489/83) – Revoga a Lei nº 417 e autoriza a efetuar doação de terreno a CITRA Comércio e Representações Ltda (Lei nº 417/81 doou terreno para a CAFE DO PARANÁ)

OBS: Lei alterada

462/82, de 6 de dezembro de 1982 – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a efetuar doação de terreno ao SENAI.

Fls 132

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

464/82, de 27 de dezembro de 1982 – (484/83) – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a efetuar doação de terreno para o Mosteiro Santa Gema SP, da Congregação das Irmãs da Santíssima Cruz e de Jesus Cristo.

OBS: Lei alterada, pela lei 484/83.

472/83, de 29 de abril de 1983 – (418/81) – Revoga a Lei nº 418/81 e autoriza o Poder Executivo fazer doação de imóvel à firma MAMORARIA COMETA LTDA

OBS: Lei concretizada, lote 03 da quadra 408, conforme matricula 9.194.

483/83, de 6 de junho de 1983 – Autoriza o Poder Executivo Municipal de Pato Branco receber doação onerosa de áreas de propriedade da União com base no artigo 3º da Lei nº 6.925, de 20 de julho de 1981, combinado com a Lei Federal nº 6432 de 11 de julho de 1977.
Regulamentada pelo Decreto nº 80.511 de 07 de outubro de 1977

OBS: Lei concretizada, recebimento de ruas, não havendo informações suficientes sobre quais áreas.

484/83, de 6 de junho de 1983 – (464/82) – Autoriza o Executivo Municipal liberar para permuta o terreno doado ao Mosteiro Santa Gema da Congregação das Irmãs da Santíssima Cruz e Paixão de Jesus Cristo, através da Lei nº 464/82

OBS: Imóvel sob matricula 22.719, de propriedade do Município de Pato Branco.

488/83, de 21 de junho de 1983 – Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel à AVISPAR – Associação dos Viajantes do Sudoeste do Paraná

OBS: A área total da chacara 56 foi subdivida em diversas áreas e doada a diversas associações, não sendo possível verificar a qual associação esta refere-se.

489/83, de 24 de junho de 1983 – (459/82) – Autoriza o Executivo Municipal a liberar parcialmente o imóvel correspondente a chácara 56-F, gravado de inalienabilidade pela Lei nº 459/82 (terreno doado à CITRA Comércio e Representações Ltda)

Fls 139
Visto

OBS: A área total da chacara 56 foi subdivida em diversas áreas e doada a diversas associações, não sendo possível verificar a qual associação esta refere-se.

490/83, de 24 de junho de 1983 – (446/82, 606/85) – Autoriza o Executivo Municipal liberar para permuta o terreno doado à Casa da Amizade através da Lei nº 446/82

OBS: Lei alterada

510/83, de 24 de outubro de 1983 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de imóvel à Associação dos Professores do Paraná

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 15.126 do 1ºRI.

513/83, de 24 de outubro de 1983 – (427/81) – Autoriza revigorar doação de imóvel ao Estado do Paraná (para construir edifício que abrigará o Fórum da Comarca de Pato Branco)

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

520/83, de 24 de novembro de 1983 – (455/82) – Autoriza o Chefe do Executivo Municipal efetuar doação de terreno à Sociedade São Vicente de Paulo

OBS:Aguardando documentação a ser apresentada pelo Albergue Bom Samaritano.

523/83, de 28 de novembro de 1983 – Autoriza o do Executivo Municipal proceder doação de terreno para o SESI - Serviço Social da Indústria (para construção de complexo cultural, esportivo e assistencial em nossa cidade)

OBS: Lei concretizada,obra edificada conforme referida Lei.

542/84, de 13 de abril de 1984 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de terreno à Associação dos Economiários do Paraná

OBS: A área total da chacara 56 foi subdivida em diversas áreas e doada a diversas associações, não sendo possível verificar a qual associação esta refere-se.

543/84, de 13 de abril de 1984 – Autoriza o Executivo Municipal efetuar doação de terreno à MISPA - Missão Priscila e Áquila (para construção de um templo religioso)

Fls 123
Visto

OBS: Aguardando documentação Cartório

583/84, de 28 de setembro de 1984 – (455/82) – Autoriza o Executivo Municipal a alterar o artigo 1º da Lei Municipal nº 455/82 (doação a Sociedade São Vicente de Paulo - construção do Alberque Bom Samaritano)

OBS: Aguardando documentação a ser apresentada pelo Albergue Bom Samaritano.

594**/84, de 19 de novembro de 1984 – (1061/91, 1517/96)** – Autoriza o Executivo Municipal doar área de terras para expansão de Indústria (Fábrica de Carrocerias Transparaná Ltda)

OBS: Lei concretizada, obra edificada e liberada a clausula de inaliebilidade pela lei 1061/91.

606/85, de 15 de maio de 1985 – (446/82, 490/83) – Autoriza o Executivo Municipal a liberar para venda o imóvel doado à Casa da Amizade.

OBS: Verificar junto ao RI.

610/85, de 27 de maio de 1985 – (454/82, 479/83) – Autoriza o Executivo Municipal permutar lotes urbanos destinados a doação e revogar as Leis nºs 454/82 e 479/83 (permutar com a Província Brasileira da Congregação Irmãs (filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo e doação ao SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

OBS: Consultar matricula 4.807.

617/85, de 27 de agosto de 1985 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de terreno à Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR (na área será construída a Escola Estadual Cristo Rei Ensino de 1º Grau)

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

632/85, de 11 de novembro de 1985 – (378/80) – Autoriza o Executivo Municipal revogar o artigo 2º e parágrafo único da Lei nº 378/80 e liberar para venda área de terras doada (localizada na Sede do Distrito de Bom Sucesso do Sul e doada a Congregação das Irmãs Catequistas de Sant'Ana)

OBS: Área pertence ao município de Bom Sucesso do Sul.

634/85, de 12 de novembro de 1985 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de imóveis a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR (doação do seguintes imóveis: um localizado no Bairro Residencial Planalto onde funciona a Escola São João Bosco e outro localizado no Bairro Residencial Novo Horizonte onde funciona a Escola Santos Dumont)

OBS: Lei concretizada, obras edificadas.

635/85, de 12 de novembro de 1985 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de imóveis à Associação dos Funcionários Fiscais do Sudoeste do Paraná (próximo a FUNDABEM)

OBS: A área total da chacara 56 foi subdivida em diversas áreas e doada a diversas associações, não sendo possível verificar a qual associação esta refere-se.

638/85, de 18 de novembro de 1985 – (562/84, 676/86) – Revoga a Lei Municipal nº 562/84 e efetua doação de terreno à Loja Maçônica Acácia do Sudoeste 2ª

OBS: Aguardando documentação Cartório

644/85, de 5 de dezembro de 1985 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de imóvel à Mitra Diocesana de Palmas - Paróquia Cristo Rei (para construção de um Centro Comunitário no Bairro Alvorada)

OBS: Imóvel permutado com a Mitra por outros Imóveis.

645/85, de 5 de dezembro de 1985 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de imóvel ao Centro Social dos Funcionários da CLASPAR CESCLA de Pato Branco

OBS: Lei concretizada, conforme informações do Registro de Imóveis, ch- 56M.

646/85, de 5 de dezembro de 1985 – Autoriza o Executivo Municipal efetuar doação de imóvel à ASPREV - Associação dos Servidores da Previdência Social de Pato Branco

OBS: Lei concretizada

Fls 141

649/85, de 16 de dezembro de 1985 – (295/77, 515/83, 679/86, 786/88, 974/90 e 1373/95) – Autoriza o Executivo Municipal a revogar a Lei nº 515/83 e o artigo 2º da Lei nº 295/77 e doar área de terras à firma ENERQUÍMICA Produtos Químicos Energia Ltda.

OBS: Lei alterada. Matricula 21.228 1° Registro de imóveis, referente a liberação de clausula.

661/86, de 15 de abril de 1986 – Autoriza o Executivo a dispensar de doação de área para Reserva Municipal o Senhor Danilo Amadori

OBS: Lei concretizada.

679/86, de 27 de agosto de 1986 – (649/85) – Autoriza o Executivo Municipal liberar parcialmente o imóvel correspondente a chácara 56 B gravado de inalienabilidade pela Lei nº 649/85 (doação para Produtos Químicos Energia Ltda - ENERQUÍMICA)

OBS: Lei alterada

682/86, de 20 de outubro de 1986 – Autoriza o Executivo Municipal a proceder doação de imóvel a Mitra Diocesana de Palmas Paróquia Cristo Rei (Para construção de um Centro Comunitário no Bairro Novo Horizonte)

OBS: Lei concretizada, chacara 112-b.

684/86, de 18 de novembro de 1986 – Autoriza o Executivo Municipal proceder doação de imóvel (para o Senhor Joaquim Florêncio)

OBS: Aguardando documentação Cartório

689/86, de 2 de dezembro de 1986 – Autoriza o Poder Executivo de Pato Branco a receber doação onerosa de áreas de propriedade da UNIÃO com base no artigo 3º da Lei nº 2925, de 29 de junho de 1981 combinado com a Lei Federal nº 6431, de 11 de julho de 1977.
Regulamentada pelo Decreto nº 80.511 de 07 de outubro de 1977
OBS: Lei concretizada

692/86, de 11 de dezembro de 1986 – Autoriza a proceder doação de área de terra ao Governo do Estado do Paraná (para construção da sede da 5ª CIRETRAN de Pato Branco)

Fls 14
Visto

OBS: Lei concretizada

700/87, de 8 de abril de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal a proceder a doação de imóvel ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF

OBS: Aguardando documentação Cartório

702/87, de 8 de abril de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal a proceder doação de imóvel (doação ao Senhor Dorvalino Soares e sua esposa Tereza Soares)

OBS: deverá ser alterada, pois o Sr. Dorvalino escriturou o lote ao lado.

703/87, de 23 de abril de 1987 – (1118/92) – Autoriza o Executivo Municipal a proceder doação de imóvel ao Centro Espírita Luz e Caridade (Casa da Sopa)

OBS: Lei alterada.

710/87, de 10 de junho de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal a doar área de terra para o Conselho Regional de Corretores de Imóveis, 6ª Região do Paraná e ao Sindicato dos Corretores

OBS: Lei concretizada, edificada a obra do conselho, sendo que o sindicato nunca executou a obra, tendo assim que alterar o art 1°.

726/87, de 3 de setembro de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal a doar área de terra para a empresa Fabrik Móveis Comércio de Materiais para Móveis Ltda.

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 20.111 1° Registro de imóveis.

729/87, de 20 de outubro de 1987 – Doa a chácara nº 56 0, para a empresa Indústria e Comércio de Camas C.M..M. Ltda (situada no Bairro Fundabem)

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 32.755 1° Registro de imóveis.

730/87, de 20 de outubro de 1987 – (485/83, 914/90) – Autoriza a doação de imóvel e revoga a Lei Municipal nº 485 de 10 de junho de 1983 (Doação feita ao Albergue Bom Samaritano e à Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo)

OBS: Aguardando documentação Cartório

731/87, de 4 de novembro de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal a adquirir área de terra com 187.464,30m^2, e doar referida área à COPASA - Companhia Paraná de Silos e Armazéns (Imóvel Irmãos Pastorello)

OBS: OBS: Aguardando documentação Cartório, doação realizada.

738/87, de 24 de novembro de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal dispensar o recebimento de Reserva Municipal (área de propriedade da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil a dispensa será efetivada desde que a Província Franciscana efetive a doação para a Mitra Diocesana - a área desmembrada destina-se a construção da Casa de Formação)

OBS: aguardando matricula do 1º Registro de Imóveis.

749/87, de 9 de dezembro de 1987 – (1243/93) – Autoriza o Executivo Municipal adquirir área de terra com 14.212,75 m2 e doar 7.606,12 m² à Empresa Construtora Schumann Ltda - concreto

OBS: Lei alterada.

751/87, de 10 de dezembro de 1987 – Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel à FUNDEPAR (para funcionamento do Colégio Estadual de Pato Branco - Ensino de 2º grau)

OBS: Lei concretizada, construção da Escola e posterior doação ao Município para edificação da Escola Primavera, conforme matricula 12.708 1° Registro de imóveis..

766/88, de 7 de abril de 1988 – Autoriza a doação do imóvel ao Lar dos Idosos, São Vicente de Paulo

OBS: Lei concretizada. Estudo para o imóvel retornar ao Patrimonio Municipal.

784/88, de 5 de setembro de 1988 – (653/86) – Autoriza o Executivo Municipal a doar o lote nº 14 da quadra 401 a Indústria de Artefatos de Gesso Polar Ltda e revoga a Lei nº 653, de 1º de abril de 1986

OBS: Aguardando matricula.

785/88, de 5 de setembro de 1988 – Autoriza o Executivo Municipal a doar a chácara p/ 56-D a empresa Pato Branco Artefibras Ltda, para nela instalar uma Indústria de Laminação e Comércio de Fiberglass

OBS: Aguardando documentação Cartório

Fls. 144

786/88, de 5 de setembro de 1988 – (974/90) – Autoriza o Executivo Municipal a doar chácara p/ 56-D a empresa Enerquímica Produtos Químicos Energia Ltda. para nela ampliar a indústria de produtos químicos

OBS: Lei alterada

790/88, de 4 de outubro de 1988 – Autoriza o Executivo Municipal a doar chácara p/ 56-D a Marieli Recuperadora de Máquinas Ltda para nela instalar uma indústria.

OBS: aguardando matricula 21.230 1° Registro de imóveis que doou a metalúrgica.

794/88, de 12 de outubro de 1988 – Autoriza o Executivo Municipal a doar lote 01 da quadra nº 621 com área de 2.000m² a Mitra Diocesana de Palmas (para construir Igreja e pavilhão de festas)

OBS: Área da escola, creche e posto de saúde, aguardando documentação Cartório

795/88, de 27 de outubro de 1988 – Autoriza o Executivo Municipal a considerar como Reserva Municipal área doada anteriormente a instituições integrantes das chácaras 212-A e 212-C (Centro de Tradições Carreteando a Saudades e Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus)

OBS: aguardando a matricula.

807/88, de 6 de dezembro de 1988 – Autoriza o Executivo Municipal doar parte da chácara nº 26 com 4.884,40m² a Paróquia Evangélica de Pato Branco

OBS: Aguardando documentação Registro.

809/88, de 8 de dezembro de 1988 – Autoriza o Executivo Municipal doar parte do lote nº 10 da quadra 574 com área de 4.734,63m² a Sociedade Educacional Nossa Escola

OBS: Lei concretizada/ aguardando matricula.

818/89, de 8 de março de 1989 – (797/88) – Autoriza o Executivo Municipal a doar a FUNDEPAR área de terra, revoga a Lei nº 797/88

Fls 143
Visto

OBS: Lei concretizada, lote 04 da quadra 224, Escola Olavo Bilac.

819/89, de 8 de março de 1989 – Autoriza a doar área com 80.276,89m² ao CEFET (para instalação da Escola Técnica Federal Industrial de Pato Branco)

OBS: Lei concretizada, obra edificada, atualmente é a UTFPR.

833/89, de 26 de abril de 1989 – Autoriza o Executivo Municipal a doar aos posseiros do Bairro Vila Esperança, os lotes das quadras nºs 806, 807, 808 e 809 da antiga chácara nº 04

OBS: Lei concretizada conforme matricula 21.283 1° Registro de imóveis..

840/89, de 16 de maio de 1989 – Autoriza o Executivo Municipal a doar o lote 06 da quadra 669, com área de 5.049,00m² a FUNDEPAR

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

872/89, de 7 de novembro de 1989 – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da Reserva Municipal, quinhão nº 01 Núcleo Bom Retiro com área de 4.000,00 m² à Patoind Indústria e Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda

OBS: Aguardando documentação Cartório

879/89, de 28 de novembro de 1989 – (1104/92, 1129/92) – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da Reserva Municipal do quinhão nº 01 do Núcleo Bom Retiro, com área de 6.000 m2, reservando-se mais 4.000 m² de área contígua, para utilização posterior à R. F. Petrycoski Indústria de Móveis e Estofados Ltda.

OBS: Lei alterada

880/89, de 28 de novembro de 1989 – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da Reserva Municipal do lote nº 05 da quadra 786 localizada na quinhão Rua Afonso Pena com área de 500,00 m2 à firma Guiomar Salete Rossoni Lopes.

OBS: Aguardando documentação Cartório

884**/89, de 22 de dezembro de 1989 – (1010/91)** – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da Reserva Municipal, quinhão nº 01 do Núcleo Bom retiro, com 3.000m² à Kamaro Artes Gráficas Ltda.

Fls. 146
Visto

OBS: Lei alterada.

885/89, de 28 de dezembro de 1989 – (1000/90) – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da Reserva Municipal, quinhão nº 01 do Núcleo Bom retiro, com 4.000m², reservando-se mais 2.000 m² de área contígua para utilização posterior à Mecânica Fundição Pato Branco Indústria e Comércio Ltda.

OBS: Lei alterada.

888/90, de 11 de janeiro de 1990 – (1500/96, 1503/96) – Autoriza o Executivo Municipal a proceder doação de parte da Reserva Municipal, quinhão nº 01 do Núcleo Bom Retiro, com área de 2.500m² à Airton Carneiro Gomes - Remmer

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

889/90, de 25 de janeiro de 1990 – Autoriza o Executivo Municipal a proceder doação do imóvel à Secretaria de Saúde (doação para construção do Hemocentro)

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 22.403 1° Registro de imóveis..

891/90, de 28 de março de 1990 – (1041/91) – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da Reserva Municipal, quinhão nº 01, do Núcleo Bom Retiro, com área de 6.000m², reservando-se mais 4.000 m² de área contígua p/ utilização posterior, à Catel Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda

OBS: Lei alterada.

897/90, de 10 de abril de 1990 – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da chácara 26 E com área de 1.017 m² à Segunda Igreja do Evangelho Quadrangular de Pato Branco e dá outras providências.

OBS: Aguardando documentação Cartório

902/90, de 10 de abril de 1990 – Autoriza o Executivo Municipal a proceder a doação de parte da chácara nº 71 com área de 2.800 m² que posteriormente passará a ser chácara 71-D, ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas e Similares do Estado do Paraná, Delegacia Sindical de Pato Branco

OBS: matricula 22.904 do 1° Registro de imóveis.

Fls. 143
Visto

903/90, de 10 de abril de 1990 – Autoriza o Executivo Municipal a doar parte da chácara nº 71 com área de 2.800 m² que posteriormente será chácara 71 B, ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco

OBS: Aguardando matricula 22.902 do 1° Registro de imóveis.

906/90, de 11 de abril de 1990 – Autoriza o Executivo Municipal a doar a chácara 192-I com área de 6.735,15 m², matriculado sob nº 10.253, à Associação dos Funcionários Municipais

OBS: Lei concretizada, edificada a sede da Associação.

911/90, de 17 de abril de 1990 – Autoriza o Executivo Municipal a proceder a doação de parte da Reserva Municipal quinhão nº 01 do Núcleo Bom Retiro, com área de 6.000 m² à Roca Eletro Metalúrgica Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

921/90, de 3 de maio de 1990 – Autoriza o Executivo Municipal a proceder a doação de parte da chácara 71 com área de 2.800m² que posteriormente será chácara 71 F, à Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura de Pato Branco

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

966/90, de 6 de setembro de 1990 – (890/90) – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel urbano aos deficientes físicos Madalena Karpinski, Ortência Pereira da Silva, Ismael S. Cordeiro e Otilia Borges de Freitas

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 10.938.

969/90, de 10 de setembro de 1990 – (916/90, 1048/91, 1084/91, 1092/92) – Autoriza doação de imóvel a COHAPAR (para construir um Conjunto Habitacional Popular, através do sistema de mutirão com 170 unidades)

OBS: Lei alterada

973/90, de 25 de setembro de 1990 – (898/90, 948/90) – Autoriza doação de imóvel à Associação Pato-Branquense dos Idosos API e revoga as Leis nºs 898 e 948/90

Fls 148
Visto

OBS: Lei concretizada, edificada associação de idosos bairro Bonatto.

981/90, de 10 de outubro de 1990 – **(1032/91)** – Autoriza o Executivo a fazer doação de imóvel a Arzelino Piacentini & Cia Ltda

OBS: Lei alterada

1000/90, de 13 de dezembro de 1990 – (885/89) – Altera a redação do Artigo 1º, da Lei nº 885/90 (doação de parte da Reserva Municipal, quinhão nº 01 do Núcleo Bom Retiro, à empresa Indústria Paraná Ltda)

OBS: Aguardando Documentação.

1010/91, de 17 de janeiro de 1991 – (884/89) – Autoriza o Executivo Municipal a liberar parcialmente o imóvel correspondente a parte da reserva municipal, quinhão nº 01, do Núcleo Bom Retiro, gravado com cláusula de inalienabilidade, pela Lei nº 884/89 (Imóvel doado à Kamaro Artes Gráficas Ltda)

OBS:Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1023/91, de 21 de março de 1991 – Autoriza o Executivo fazer doação de imóvel à Cooperativa Habitacional dos Assalariados do Paraná - COHALAR

OBS: Aguardando documentação Cartório

1026/91, de 8 de abril de 1991 – (894/90 e 1551/96) – Altera denominação dos donatários da Lei nº 894/90 (doação à empresa Talismã Metais Nobres Indústria e Comércio Ltda).

OBS: Lei alterada

1033/91, de 30 de abril de 1991 – Autoriza doação de imóvel urbano à União das Associações de Moradores de Pato Branco

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 13.170.

1052/91, de 18 de julho de 1991 – Autoriza a compra de parte da Chácara nº 65 de propriedade de Tereza de Almeida Pereira e posterior doação a terceiros (Antonio Duarte, Sebastião de Freitas Padilha, José Crescêncio dos Santos, Ivonir Antunes Moreira, Osvaldo Farias Machado, João Rodrigues, João Pedro Cardoso, Arlindo dos Santos e Lírio Oliveira Dias)

Fls 149
Visto

OBS: Aguardando documentação Cartório

1061/91, de 23 de setembro de 1991 – (594/84) – Libera de inalienabilidade a doação de imóvel feita à Fábrica de Carrocerias Transparaná Ltda, através da Lei nº 594/84

OBS: Lei concretizada

1071/91, de 18 de outubro de 1991 – Autoriza doação de imóvel à Associação Recreativa Esportiva Sanepar - ARES

OBS: Aguardando documentação Cartório

1099/92, de 30 de março de 1992 – (569/84) – Autoriza doação de chácara nº 56-H, à ACAMSOP/M-14 e revoga a Lei nº 569/84

OBS: Aguardando documentação Cartório

1102/92, de 22 de abril de 1992 – Autoriza doação do lote nº 01 da quadra nº 621, com área de 7.435,00m² à República Federativa do Brasil (Projeto Minha Gente, para construção de um Centro Integrado de Apoio a Criança- CAIC)

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 26.824.

1107/92, de 28 de abril de 1992 – (899/90 e 936/90) – Autoriza doação de imóvel à Igreja Evangélica Luterana Cristo Redentor e revoga as Leis nº 899, de 10 de abril de 1990 e nº 936, de 19 de junho de 1990.

OBS: Aguardando documentação Cartório

1110/92, de 6 de maio de 1992 – Autoriza doação de Reserva Industrial nº 2 A para Lauro de Col & Cia. Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1111/92, de 12 de maio de 1992 – Autoriza doação da Reserva Industrial nº 3 E à empresa Marmopato Indústria e Comércio de Mármores Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Fls. 150

1116/92, de 29 de maio de 1992 – (1762/98) – Autoriza doação da Reserva Industrial nº 1 A para Alumínio Patotex Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1118/92, de 12 de junho de 1992 – (703/87) – Autoriza doação do lote nº 13 da quadra nº 779 para o Centro Espírita Luz e Caridade

OBS: Aguardando documentação Cartório

1126/92, de 14 de julho de 1992 – Isenta da doação de reserva municipal parte da chácara nº 263, matriculada sob nº 5980 de propriedade do Mosteiro Nossa Senhora Fátima

OBS: Lei concretizada

1129/92, de 16 de julho de 1992 – (879/89, 1104/92) – Libera a Reserva Municipal quinhão 01 doada para Petrycoski Indústria de Móveis e Estofados Ltda, para ser dada em garantia de financiamento.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1132/92, de 16 de julho de 1992 – Autoriza o Executivo aceitar doação condicionada de imóvel de propriedade de Inelso Zufo e sua esposa (para construção da Casa Familiar Rural)

OBS: Lei revogada

1133/92, (não tem data), (639/85, 842/89) – Autoriza doação de imóvel à Mitra Diocesana de Palmas (Lei promulgada pelo Presidente da Câmara - Ilário Antonio Toniolo)

OBS: Lei alterada

1157/92, de 21 de outubro de 1992 – Autoriza o Executivo Municipal aceitar doação de imóvel e outros bens do Pato Branco Esporte Clube (A administração dos bens doados, será feito pela FESPATO - imóveis, linha telefônica, ônibus)

OBS: Lei concretizada

Fls 154
Visto

1160/92, de 27 de outubro de 1992 – Autoriza doação de imóvel a empresa Dério Rost & Cia Ltda.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1164/92, de 30 de outubro de 1992 – (2000/2000) – Autoriza doação de imóvel para Atílio Alípio dos Santos Fábrica

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1170/92, de 18 de novembro de 1992 – Institui Dia Municipal de doação de órgãos humanos (último domingo do mês de outubro - durante o mês de outubro será feita campanha de incentivo a doação dos órgãos)
Autor: Daniel Cattani

OBS: Lei vigente

1179/92, de 18 de dezembro de 1992 – (1721/98) – Autoriza doação da chácara nº 71-F, para a Associação do Corpo de Bombeiros de Pato Branco.

OBS: Lei alterada

1188/92, de 31 de dezembro de 1992 – Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação de maquinário ao Município de Bom Sucesso do Sul (uma máquina pá carregadeira)
Autor: Ernesto Francisco Pilatti

OBS: Lei concretizada

1189/92, de 31 de dezembro de 1992 – Autoriza o Executivo Municipal doar bens móveis à Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul (mesas em fórmica para Tribuna e Mesa Diretora, escrivaminhas, oito cadeiras e uma poltrona giratória)

OBS: Lei concretizada

1198/93, de 2 de março de 1993 – Autoriza doação imóvel para Obrastec Obras e Serviços Técnicos Ltda.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Fls 153
Visto

1201/93, de 15 de março de 1993 – Autoriza doação de redes de distribuição de energia a Copel.

OBS: Lei concretizada

1207/93, de 3 de maio de 1993 – (913/90, 1260/93, 1359/95 (revogada), 1681/97, 2066/2001, 2968/2008, 3293/2009, 3601/2011)– Institui normas para a doação de imóveis públicos à atividades industriais e associativas.
Autores: Nereu Faustino Ceni – PC do B, Oradi Francisco Caldatto, Cilmar Francisco Pastorello, Osvaldo Ruaro, Gilmar Luiz Arcari, Gilson Marcondes e Osvaldo Gabriel

OBS: Lei alterada

1211/93, de 7 de maio de 1993 – Autoriza o Executivo Municipal receber em doação do Sr. Diomar Antonio Dal Ross e esposa a área de 1233 m² que constitui parte da chácara nº 53
Autor: Gilson Marcondes

OBS: Lei concretizada, parte da rua teotonio Vilela.

1225/93, de 22 de junho de 1993 – (1494/96) – Autoriza o Executivo doar imóvel ao Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pato Branco

OBS: Lei alterada

1226/93, de 22 de junho de 1993 – Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel para Ouro Placa Indústria & Comércio de Baterias Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

1235/93, de 9 de agosto de 1993 – (1022/91, 497/83) – Autoriza o Executivo doar todo o patrimônio com uso cedido à FUNESP (doou ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná- CEFET/PR, autarquia federal criada pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 19.398 do 1° RI.

1238/93, de 21 de agosto de 1993 – (1241/93) – Autoriza o Executivo Municipal receber doação onerosa de imóvel rural (de propriedade de Lavoura, Indústria e Comércio Oeste S.A., para quitar débito de taxa de pavimentação)

Fls 153
Visto

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 12.332 2º Registro de Imóveis.

1243/93, de 9 de setembro de 1993 – (749/87) – A utoriza Construtora Schumann Ltda transferir imóvel doado para Retlaw Construção Civil Ltda -

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 21.061.

1260/93, de 18 de novembro de 1993 – (1207/93) – Altera o disposto no artigo 5º da Lei nº 1207, de 3 de maio de 1993 (Lei de doações) (O artigo 5º da Lei nº 1207, de 3 de maio de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação: O não cumprimento dos prazos e condições estipulados nesta Lei, implicará na reversão ao Patrimônio Público Municipal da respectiva área, independentemente de procedimento judicial, mediante adjudicação automática e compulsória, sem qualquer Ônus para o Município, cabendo à donatária inadimplente, o ressarcimento aos cofres públicos pelas horas/máquina dispendidas na execução de serviços de terraplenagem, conforme ordem de serviço e controle do Departamento de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal").

Autores: Oradi Francisco Caldatto

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1288/94, de 18 de março de 1994 – Autoriza doação de terminal telefônico para o Estado do Paraná/Secretaria da Educação (Para uso da Escola Familiar Rural de Pato Branco)

OBS: Lei concretizada

1296/94, de 25 de abril de 1994 – (2343/2004) – Autoriza doação de reserva industrial nº 4-C para Viccari Indústria & Comércio de Metais Ltda.

OBS: Lei Alterada.

1298/94, de 3 de maio de 1994 – Autoriza a permuta da chácara nº 203-C de propriedade de Emerson C.R. Ferreira e outros com lote nº 10 da quadra nº 329 de propriedade do Município e sua doação à Associação dos Moradores do Bairro Cristo Rei

OBS: Lei concretizada, conforme matriculas 26.197 e 26.196 do 1º RI.

Fls 154
Visto

1299/94, de 5 de maio de 1994 – Autoriza doação de bens móveis à União das Associações de Moradores de Bairros (os móveis destinam-se a equipar a Sede da Donatária)

OBS: Lei concretizada

1300/94, de 5 de maio de 1994 – (1572/97) – Autoriza doação da Reserva Industrial nº 3-A para Juarez Reinaldo da Costa-ME

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1302/94, de 9 de maio de 1994 – Autoriza doação de imóvel urbano para a Associação dos Bolonistas do Sudoeste

OBS: Mantém clausula de inalienabilidade

1304/94, de 16 de maio de 1994 – (1972/2000) – Autoriza aquisição de parte do lote rural nº 7 do Núcleo Bom Retiro, de propriedade de Celso Fetter Hilgert e Clóvis Alves de Oliveira e sua doação para Inplasul Indústria de Plásticos Sudoeste Ltda

OBS: Lei alterada

1312/94, de 28 de junho de 1994 – Autoriza doação da Reserva Municipal nº 198 para Metalúrgica Extremo Sul Ltda.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1315/94, de 5 de julho de 1994 – (1076/91, 1137/92, 1273/92, 1287/94, 1293/94, 1372/95) – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel a Cohapar, firmar convênio, assumir obrigações (para construção em regime de mutirão de unidades habitacionais pelo Programa Casa da Família)

OBS: Lei alterada.

1319/94, de 31 de agosto de 1994 – (1167/92) – Autoriza doação de imóvel urbano para A. Boldrini & Cia Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no local foi edificado edifício não mantendo o objeto da doação

Fls. 45
Visto

1360/95, de 29 de maio de 1995 – (1067/91) – Revoga a Lei nº 1067, de 08/10/91 e autoriza doação da Reserva Industrial nº 2 C para Estofados Piacentini Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1362/95, de 5 de junho de 1995 – Autoriza o Executivo Municipal autorizar doação de bens móveis da Receita Federal e vendê-los em leilão público (arrecadação destina-se a construção da sede da Receita Federal)

OBS: Lei concretizada

1374/95, de 14 de julho de 1995 – (2770/2007) – Autoriza doação de imóvel para Indústria e Comércio de Móveis Taimara Ltda
Autor: Nereu Faustino Ceni-PC do B

OBS: Lei alterada

1386/95, de 13 de outubro de 1995 – Autoriza doação de imóvel para Marcos Antonio Gonçalves – ME

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1403/95, de 5 de dezembro de 1995 – Solicita autorização legislativa para receber doação de imóvel da Empresa Avícola Pato Branco Ltda e conceder isenção de taxa de pavimentação a donatária (Destinada a abertura do prolongamento da Rua Santos para ligação do Bairro São Roque com o Bairro Jardim Floresta).

OBS: Lei concretizada

1413/95, de 18 de dezembro de 1995 – Autoriza o Executivo a doar um coletor de lixo usado para Associação dos funcionários municipais

OBS: Lei concretizada.

1415/95, de 22 de dezembro de 1995 – (1507/96) – Autoriza doação de imóvel para Comércio de Telhas e Pedras Bussetti Ltda.

OBS: Lei alterada.

1430/96, de 18 de março de 1996 – Autoriza doação de imóvel para Remer - Indústria e Comércio de Calçados Ltda.

Fls 156

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1436/96, de 29 de abril de 1996 – (1500/96) – Autoriza doação de imóvel para Indústria & Comércio de Plásticos Pato Branco Ltda - INCOPAL

OBS: Lei alterada

1446/96, de 3 de junho de 1996 – Autoriza o Executivo Municipal fazer doação de imóveis urbanos ao Estado do Paraná (Doação 12000 m² área para construção de Escolas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e demais séries do 2º Grau, da Rede de Ensino Público Estadual, no Bairro Planalto)

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

1491/96, de 9 de setembro de 1996 – (1828/99) – Autoriza doação de imóvel para o Sindicato dos Contabilistas de Pato Branco (doação de 2 (duas) chácaras 71-H e 71-I para construção sede social).

OBS: aguardando documentação do Registro de Imóveis.

1494/96, de 19 de setembro de 1996 – (1255/93) – Substitui imóvel doado ao Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pato Branco, através da Lei nº 1255, de 22 de junho de 1993.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1498/96, de 30 de setembro de 1996 – Autoriza permuta de imóvel com Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e doação à Associação Pato-Branquense de Idosos

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

1500/96, de 2 de outubro de 1996 – (1430/96, 1436/96) – Altera a área do imóvel doado através da Lei nº 1436/96 (Lei 1436/96 doou imóvel a Indústria e Comércio de Plásticos Pato Branco Ltda - Incopal, e a lei nº 1500/96 visa reduzir os atuais 3.446,16 m² para 3.089,18 m², tendo em vista que foram construídas as instalações da empresa Indústria de Calçados Remer Ltda de propriedade de Airton Carneiro Gomes)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Fls. 13
Visto

1501/96, de 21 de outubro de 1996 – (331/78) – Autoriza o Executivo receber em dação em pagamento para quitação de crédito tributário, imóvel de propriedade de Nisse Borsói e doação como antecipação de futura subdivisão da chácara nº 66-A-1 (decorrente de pavimentação poliédrica, que destina-se à abertura do prolongamento da Rua Ivaí) (Promulgada pelo Presidente da Câmara - Vereador Cláudio Bonatto em 23/10/96)

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

1503/96, de 16 de outubro de 1996 – (888/90) – Altera a área do imóvel doado através da Lei nº 888, de 11 de janeiro 1990 (imóvel doado à Airton Carneiro Gomes - Indústria de Calçados Remmer Ltda - ocorreu equívoco na demarcação da área doada)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1504/96, de 16 de outubro de 1996 – (1571/97) – Autoriza doação de imóvel para Indústria e Comércio de Cera Cristina Ltda.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1508/96, de 29 de outubro de 1996 – (941/90) – Substitui o imóvel objeto da Lei nº 941, de 2 de julho de 1990 (Substitui imóvel doado ao Grêmio Cultural Soldado Darci Gomes da Rosa e a APAE)

OBS: Não concretizada, foi permutado pela bacia de contenção do Bairro Bonatto

1512/96, de 19 de novembro de 1996 – (1968/2000) – Autoriza doação de imóvel para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – APAE.

OBS: Lei alterada

1517/96, de 28 de novembro de 1996 – (594/84, 1559/97) – Autoriza o Executivo Municipal, a receber em dação em pagamento de tributos imóvel de propriedade de Saly Lucendrino Smiderle e outros, e doá-lo à COHAPAR para construção de Conjunto Habitacional de interesse social (Recebimento pelo Executivo de área propriedade do Senhor Edi Siliprandi, Loteamento Encruzilhada, para pagamento de IPTU e posterior doação a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, destinado a implantação de conjunto habitacional de interesse social. Acerto do terreno Fábrica de Carrocerias Transparaná Ltda conforme estipula a Lei Municipal nº 594, de 19 de novembro de 1984)

Fls. 15
Visto

OBS: Lei alterada

1530/96, de 17 de dezembro de 1996 – (660/86) – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Esporte Clube Juventus
Autores: Nereu Faustino Ceni – PC do B e Osvaldo Ruaro – PRN

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 12.369.

1539/96, de 23 de dezembro de 1996 – Autoriza doação de imóvel para a Sociedade Espírita Fraternidade.

OBS: Aguardando documentação Cartório

1551/96, de 27 de dezembro de 1996 – (894/90, 1026/91) – Autoriza o Executivo Municipal liberar cláusula de inalienabilidade do imóvel doado a empresa Talismã Metais Nobres Indústria & Comércio Ltda, através da Lei nº 894/90 com as alterações implementadas pela Lei n° 1026/91

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1559/97, de 4 de fevereiro de 1997 – (1517/96) – Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 1517, de 28 de novembro de (autoriza o Executivo receber em dação em pagamento para quitar débitos tributários objeto da Ação de Execução Fiscal, contra Edi Siliprandi e débitos de Imposto Predial e territorial urbano - IPTU, parte do lote rural nº 37 do Núcleo Bom Retiro. Edi Siliprandi receberá quitação dos débitos mediante doação de Imóvel ao município que será destinado a construção do Centro Social do Bairro Vila Nova) (Saly Lucendrino Smiderle, Valério Ernesto Smiderle e Rosina Bedin Smiderle)
Autores: Aldir Vendruscolo-PFL, Gilmar Luiz Arcari-PPB, Vilson Dala Costa-PMDB e Ivan José Chioqueta - PDT

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

1571/97, de 1º de abril de 1997 – (1504/96) – Autoriza doação de área de imóvel para Indústria e Comércio de Ceras Cristina Ltda1572/97, de 1º de abril de 1997 – (1300/94) – Autoriza o Poder Executivo rever a doação constante da Lei Municipal n° 1300, de 5 de maio de 1994, fazer nova destinação (a Lei nº 1300 doou para Juarez Reinaldo da Costa - ME e a Lei nº 1572 revogou-á e doará o imóvel para empresa BORGES, SILVA E CIA. LTDA - CBS Metalúrgica Ltda)

Fls. 150
Visto

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1578/97, de 10 de abril de 1997 – (1116/92, 1762/98) – Autoriza doação de área de imóvel para PATOTEX - LAMINADORA DE METAIS LTDA.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1582/97, de 25 de abril de 1997 – Autoriza doação de área de imóvel para a Associação dos Servidores do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná (ASSEF)

OBS: Imóvel em nome do Município, aguardando providências

1583/97, de 28 de abril de 1997 – Autoriza doação de área de imóvel para a Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Pato Branco - OAB

OBS: àrea ainda em nome do Município

1601/97, de 5 de junho de 1997 – Autoriza doação de imóvel para a firma individual de Adelaide Dal Prá Vasata (Cláudio Vasata - Vazata) - industrialização de artefatos de cimento, lajotas, caixa de gordura, tanques, muros pré-fabricados, caixa séptica

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1662/97, de 6 de outubro de 1997 – Autoriza o Executivo Municipal a adquirir por compra e fazer doação de imóvel urbano à Senhora Maria da Glória Nogueira - onde está sendo implantada Unidade do Satélite do Corpo de Bombeiros - contendo uma casa de 60 m^2, água, luz e calçamento lote de propriedade do Senhor Laudelino Neves e Dona Carmosina Neves

OBS: aguardando documentação do Cartório.

1665/97, de 15 de outubro de 1997 – Autoriza doação de área de imóvel para firma ATAMI - Forros e Divisórias LTDA. (Industrialização de chapas de aglomerado, portas e divisórias)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Fls. 160
Visto

1681/97, de 28 de novembro de 1997 – (1207/1993) – Acrescenta novo artigo à Lei Municipal n° 1207, de 3 de maio de 1993 (Lei de doações) - Anualmente o Departamento de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal efetuará "in Loco" vistoria dos imóveis doados pela Municipalidade, o qual elaborará relatório observando-se as exigências estipuladas nesta lei
Autores: Ivan José Chioqueta-PDT e Réges Henrique Pallaoro-PDT

OBS: Lei vigente

1685/97, de 9 de dezembro de 1997 – (1546/97) – Altera o artigo 1° da Lei Municipal n° 1546/96 - INCON - Indústria de Condimentos Ltda. (reduz metragem da área doada)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1686/97, de 9 de dezembro de 1997 – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a doação das obras da ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Pato Branco, à SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná (rede coletora de esgotos - ligação de 1658 unidades de esgoto - PROSEGE)

OBS: Lei concretizada

1699/97, de 23 de dezembro de 1997 – Autoriza doação de área de imóvel para a empresa LACTEC - Laboratório Central de Pesquisas e Desenvolvimento - destinado a implantação do CETIS - Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense

OBS: Lei concretizada. Alguns modulos retornaram ao patrimonio municipal.

1711/98, de 6 de maio de 1998 – (1495/1996) – Autoriza Executivo Municipal a liberar da cláusula de inalienabilidade o imóvel doado pela Lei n° 1495, de 23 de setembro de 1996 (Clederlei Scatolin & Cia Ltda).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1712/98, de 6 de maio de 1998 – Autoriza doação de imóvel para a Associação dos Idosos do Bairro Planalto (para construção da Sede Social – Pavilhão)

OBS: Aguardando documentação Cartório

Fls 161
Visto

1714/98, de 6 de maio de 1998 – (1834/1999, 1734/1998) – Autoriza permuta do lote n° 07, da quadra n° 758, de propriedade do município, com os lotes n°s 03, 06 e 07 da quadra n° 322, de propriedade de Ilário Antonio Toniolo e a doação dos lotes n° 03 e 06 ao Estado do Paraná (doado à FUNDEPAR, para implantação de laboratório e biblioteca na Escola Estadual São João Bosco junto ao CAIC de Pato Branco)

OBS: Lei alterada

1715/98, de 6 de maio de 1998 – Autoriza doação de imóvel ao Estado do Paraná, para os fins que especifica - (os lotes indicados na Lei nº 1714/98 serão doados à FUNDEPAR, para construção de um laboratório e biblioteca na Escola Estadual São João Bosco junto ao CAIC de Pato Branco)

OBS: Lei concretizada

1721/98, de 27 de maio de 1998 – (1179/92) – Altera redação do inciso III, parágrafo único do artigo 1° da Lei n° 1179, de 18 de dezembro de 1992, que autorizou doação da chácara nº 71-F para a Associação do Corpo de Bombeiros de Pato Branco.

OBS: Área voltou para o Município

1734/98, de 1º de julho de 1998 – (1714/1998) – Altera a redação do artigo 2º e parágrafo único da Lei nº 1714, de 6 de maio de 1998 Autoriza doar os lotes 06 e 07 que era de propriedade de Ilário Antonio Toniolo ao Estado do Paraná, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR, destinado a implantação de laboratório e biblioteca na Escola Estadual São João Bosco junto ao CAIC.

OBS: Lei concretizada, edificada Escola.

1747/98, de 21 de julho de 1998 – (1753/1998) – Autoriza o Executivo Municipal a proceder a aquisição do imóvel urbano lote nº 30-R, do Núcleo Bom Retiro com área de 20.217,00m² (vinte mil, duzentos e dezessete metros quadrados) de propriedade da CAPEG - Cooperativa Agrícola Guarany Ltda - parte deste imóvel será doado ao SEBRAE - Serviço de Apoio à Pequena Empresa do Paraná para construção de sua Sede Regional - (terreno antiga IOSSA)

OBS: Lei concretizada, edificada sede do SENAC.

Fls 167
Visto

1753/98, de 31 de agosto de 1998 – (1747/1998) – Altera a quantidade métrica do artigo 6º da Lei Municipal nº 1747, de 21 de julho de 1998 - imóvel doado ao SEBRAE

OBS: Lei concretizada.

1754/98, de 31 de agosto de 1998 – (1791/1998) – Autoriza doação de imóvel para Comércio e Distribuidora Kauany Ltda. (Fábrica de Queijos, doces, bebidas, iogurtes)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1764/98, de 21 de setembro de 1998 – Autoriza o Executivo Municipal a receber em doação como parte de reserva antecipada parte da chácara nº 205 com área de 2.100,71m² (requerente Paulo César Rodrigues Ferreira - terreno este constituído de barranco que poderá cair e causa risco aos moradores dos lotes próximos)

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

1766/98, de 2 de outubro de 1998 – Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis - de propriedade de Tatiane Ivanez Guzzo para posterior doação à Associação de Produtores de Sede Dom Carlos

OBS: Aguardando documentação Cartório

1767/98, de 8 de outubro de 1998 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar próprios do Município, firmar convênios e assumir obrigações (doar para a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para construção de unidades habitacionais - Programa Casa Feliz - Pró-Moradia - casas populares para abrigar os moradores que estão ilegalmente sobre o loteamento do Edi Siliprandi)

OBS: Aguardando documentação Cartório

1777/98, de 20 de novembro de 1998 – Autoriza a doação de imóvel para AMP – Associação Municipal dos Professores de Pato Branco

1783/98, de 3 de dezembro de 1998 – (1668/97) – Altera o nome da donatária da Lei Municipal nº 1668, de 21 de outubro de 1997 e autoriza doação de área de

Fls 103

imóvel para Mercosilos Indústria e Comércio de Máquinas Ltda - antiga Enalto Pereira-ME

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1785/98, de 3 de dezembro de 1998 – Autoriza o Executivo Municipal a doar próprios do Município, firmar convênio, assumir obrigações (à Companhia de habitação do Paraná - COHAPAR, para construção de unidades habitacionais Programa Casa Feliz - Pró-Moradia - casas populares)

OBS: aguardando documentação Registro.

1789/98, de 10 de dezembro de 1998 – Autoriza doação de imóvel para a Associação de Moradores do Bairro Santo Antonio.

OBS: Aguardando documentação Cartório

1791/98, de 10 de dezembro de 1998 – (1754/1998) – Autoriza o Executivo Municipal liberar da cláusula de inalienabilidade o imóvel doado pela Lei Municipal nº 1754, de 31 de agosto de 1998 - Comércio e Distribuidora Kauany Ltda.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1800/98, de 28 de dezembro de 1998 – Autoriza doação de área de imóvel ao Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento – LACTEC (Oradi Francisco Caldatto e outros conforme decisão judicial constante dos autos nº 563/97)

OBS: Área do CETIS

1801/98, de 28 de dezembro de 1998 – (2521/2005) – Autoriza doação de imóvel à Empresa Viasoft Informática Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1822/99, de 29 de abril de 1999 – Autoriza o Executivo Municipal proceder a doação da chácara nº 71-J E 71-I, ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Pato Branco.

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

Fls 164
Visto

1834/99, de 22 de junho de 1999 – (1714/1999) – Altera a redação do artigo 2º e parágrafo único da Lei nº 1714 de 06 de maio de 1998 ((doado à FUNDEPAR, para implantação de laboratório e biblioteca na Escola Estadual São João Bosco junto ao CAIC de Pato Branco – o laboratório e biblioteca foram construídos no imóvel errado)

OBS: Lei concretizada

1849/99, de 19 de agosto de 1999 – Autoriza o Executivo Municipal a doar próprios do Município, firmar convênio, assumir obrigações (doação de imóvel à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para construção de 10 (dez) casas populares pelo Sistema Auto-Construção) – também isenta da cobrança durante a construção do ITBI – Imposto Predial e Territorial Urbano e IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e demais taxas – dispensa os 35% da área total a ser doado ao município para construção de escola, posto saúde, igreja, etc.

OBS: Lei concretizada segundo informação cadastro Imobiliário

1855/99, de 2 de setembro de 1999 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel à Aldoino Paulo Cadorin e sua esposa Maria Salete Cadorin (Fábrica de Queijo)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1857/99, de 9 de setembro de 1999 – Autoriza doação de imóvel para Indústria e Comércio de Móveis Dameto Ltda

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1865/99, de 29 de setembro de 1999 – (2218/2002) – Autoriza o Executivo Municipal a doar e permutar imóveis e edificações (pelo programa de incentivo a industrialização à Mercosilos Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. O executivo receberá da Mercosilos e passará a Patotex Laminadora de Metais Ltda, sendo que está terá 4 (quatro) anos para pagar o barracão

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1869/99, de 7 de outubro de 1999 – Autoriza doação de imóvel à Bertol Industrial de Alimentos Ltda (indústria de bolachas – biscoitos Karina)

Fls. 162

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1875/99, de 3 de novembro de 1999 – Autoriza o Executivo Municipal a aceitar doação de bens apreendidos pela Secretaria da Receita Federal e vendê-los em leilão público (construção do 2º pavimento na sede própria)

OBS: Lei concretizada

1882/99, de 1º de dezembro de 1999 – (1969/2000, 1520/96) – Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel à Associação de Moradores do Bairro Fraron – ADEBARON.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1921/2000, de 19 de abril de 2000 – (2127/2002) – Autoriza doação de imóvel ao Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, ramo de regeneração de óleos minerais (o imóvel doado é parte do imóvel adquirido de Inelso Zuffo)

OBS: Lei alterada

1925/2000, de 25 de abril de 2000 – (1950/2000) – Autoriza o Executivo Municipal a doar próprios do município, firmar convênio, assumir obrigações (para a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para construção de 66 casas, 10 sobrados e 36 apartamentos, totalizando 112 unidades)

OBS: Lei Alterada

1931/2000, de 25 de maio de 2000 – (1584/1997,1466/1996) – Autoriza o Executivo Municipal a alterar a denominação do donatário da lei nº 1466, de 5 de julho de 1996, alterada pela lei nº 1584 de 27 de abril de 1997 e liberar o imóvel doado da cláusula de inalienabilidade. (Dexter Latina Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Milton Isac Braida – Mosquito Cia)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1950/2000, de 24 de julho de 2000 – (1995/2000, 1925/2000) – Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 1925 de 25 de abril de 2000 (a lei 1925 Autoriza o Executivo Municipal a doar próprios do município, firmar convênio, assumir obrigações para a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para construção de 66 casas, 10 sobrados e 36 apartamentos, totalizando 112 unidades)

Fls 166
Visto

OBS: Lei alterada

1957/2000, de 22 de agosto de 2000 – (2329/2004) – Autoriza doação de imóvel à Associação de Apicultores da Microrregião de Pato Branco – AMPATO (Casa do Mel – Casa da Cera- comercialização de mel, própolis, pólen)

OBS: Já foi alterada pela lei 2329/2004

1960/2000, de 30 de agosto de 2000 – (2004/2000) – Autoriza doação de imóvel ao SINTRAESC – Sindicato das Empresas Individuais de Transporte Escolar e de Passageiros por Fretamento de Pato Branco e Região

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

1964/2000, de 5 de setembro de 2000 – Autoriza doação de imóvel para à Associação de Moradores do Bairro Vila Esperança

OBS: Deverá ser revogada

1968/2000, de 19 de setembro de 2000 – (1512/1996) – Altera a redação do inciso III, do parágrafo único, do artigo 1º da lei nº 1512 de 19 de novembro de 1996, que dispõe sobre a doação de imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – APAE.

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

1969/2000, de 19 de setembro de 2000 – (1882/1999) – Prorroga o prazo para restituição de benfeitorias edificadas no imóvel de propriedade da Associação de Moradores do Bairro Fraron, objeto da Lei nº 1882 de 1º de dezembro de 1999. (a lei nº 1882 autorizou o Executivo Municipal doar imóvel à Associação de Moradores do Bairro Fraron – ADEBARON)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1972/2000, de 25 de setembro de 2000 – (1304/94) – Autoriza a aquisição de parte do lote nº 07 do núcleo Bom Retiro, de propriedade de Clóvis Alves de Oliveira e L.C.F. Administração e Participação em Empreendimentos Comerciais Ltda e doação a INPLASUL – Indústria de Plásticos Sudoeste Ltda – imóvel avaliado em R$ 95.390,23

Fls 162
Visto

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

1973/2000, de 26 de setembro de 2000 – Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis – de propriedade de Helda Rosalina Colli – o imóvel permutado será doado à Capela local que fará ampliação do seu pavilhão

OBS: Lei concretizada

1986/2000, de 1º de dezembro de 2000 – Autoriza doação e área de imóvel para a Associação de Idosos de São Roque do Chopim.

OBS: Lei vigente, aguardando matricula.

2000/2000, de 20 de dezembro de 2000 – (1164/1992) – Altera a redação do artigo 1º da lei nº 1164, de 30 de outubro de 1992, que autorizou doação de imóvel para Atílio Alípio dos Santos Fábrica
Autor: Gilson Marcondes – PFL

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2023/2001, de 18 de abril de 2001 – (1851/1999) – Revoga a lei municipal nº 1851 de 25 de agosto de 1999 que autorizou a doação de imóvel à AMPROPATO – Associação dos Músicos Profissionais de Pato Branco, e autoriza o Executivo Municipal doar imóvel à Associação Profissional Intermunicipal dos Contabilistas de Pato Branco

OBS: Lei vigente, aguardando matricula.

2076/2001, de 19 de setembro de 2001– (3283/2009) Autoriza doação de área de imóvel para o Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense – CETIS.

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 22.430 1º RI.

2145/2002, de 12 de abril de 2002 – (1496/1991) – Altera a redação do art. 1° da lei n° 1496, de 26 de setembro de 1996, que autorizou a doação de imóvel à empresa Artefatos de Gesso Crisgake Ltda (na lei 1496,/96, consta o nº da quadra 131 e o correta é 1031, esta lei somente corrigiu essa distorção)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Fls. 102

2155/2002, de 21 de maio de 2002 – (2005/2000) – Revigora disposições da lei nº 2005, de 21 de dezembro de 2000, que autorizou doação de imóvel para a Associação da Vila Militar do Paraná – AVM (prorroga prazo para construção sede social)

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

2179/2002, de 22 de agosto de 2002 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóveis próprios do município à COHAPAR, a firmar convênio, assumir obrigações (para viabilizar a construção de 36 unidades habitacionais – casas populares)

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 34.720 1° RI, Conjunto Planalto VIII.

2200/2002, de 18 de novembro de 2002 – Autoriza doação de imóvel à APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

OBS: Foi revogada.

2257/2003, de 10 de junho de 2003 – Autoriza doação de imóveis ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR, para construção de uma escola estadual de ensino fundamental e médio (Bairro Alto da Glória, próxima ao São João)

OBS: Lei concretizada, Escola edificada conforme referida Lei.

2269/2003, de 3 de julho de 2003 (2219/2002) – Altera o artigo 1º, da lei nº 2219, de 26 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a doação de imóvel à empresa USIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (lei 2219/2002, o imóvel que está sendo doado é o mesmo da empresa Estofados Karen Ltda, de propriedade de Orceli Alves Martins ex-vereador, que desativou suas atividades)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2272/2003, de 11 de julho de 2003 (2223/2003) – Altera a redação do artigo 2º, da lei nº 2223, de 24 de março de 2003, que autoriza doação de imóvel à empresa Schmitz, Schmitz & Guzzo Ltda (a lei 2223 autorizou permutar o pavilhão industrial nele existente – o imóvel destina-se a instalação de uma indústria de móveis e estofados em geral)

Fls. 164
Visto

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2273/2003, de 11 de julho de 2003 (2386/2004, 2390/2004) – Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóveis próprios do município, no Bairro São João, para a COHAPAR e firmar convênio, assumir obrigações (para construção de 60 (sessenta) unidades habitacionais – casas populares)

OBS: Alterar lei, parte dos imóveis não foram edificados.

2277/2003, de 16 de setembro de 2003 – Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis. (Lotes de propriedade do Senhor Valdir Tumelero, com lote de propriedade do Município de Pato Branco, que será doado à Paróquia Santa Maria Claret para ampliar o pavilhão)

OBS: aguardando matricula.

2284/2003, de 13 de outubro de 2003 (2802/2007) – Autoriza ao Município de Pato Branco a doação a título gratuito, a moradores do Bairro São João, bem como efetuar a regularização com a averbação do Título e Propriedade junto ao Registro Geral de Imóveis (os imóveis doados serão de uso personalíssimo do donatário e de sua família, não podendo ser vendido ou alugado por um período mínimo de 10 (dez anos) – Para efeito desta doação ficam isentos de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI

OBS: Lei vigente, em fase final de regularização.

2308/2003, 24 de dezembro de 2003 – Autoriza doação à empresa Dério Rost & Cia. Ltda. – SILOFÉRTIL (fabricação de máquinas industriais, silos, secadores, elevadores para cereais, correias, roscas transportadoras, coberturas metálicas, lareiras a lenha, tubulações para cereais e serviços de reforma em geral)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2329/2004, de 26 de abril de 2004 (1957/2000) – Altera a redação do art. 1º da lei nº 1957, de 22 de agosto de 2000, que autorizou doação de imóvel à Associação de Apicultores da Microrregião de Pato Branco – AMPATO (Casa do Mel – Casa da Cera- comercialização de mel, própolis, pólen) (Lote nº 05, quadra nº 1300, sito na Rua Celeste Mocelim, esquina com a Rua Terezinha Duarte, com a Rua Marília)

OBS: Lei revogada.

2330/2004, de 4 de maio de 2004 (2094/2001, 1385/1995) – Altera o inciso I, do parágrafo único, do artigo 2º da lei nº 2094, de 12 de novembro de 2001 (a lei nº

Fls 142
Visto

1385, de 13 de outubro de 1995, doou para Elias Ambrósio, destinado ao ramo de indústria de artefatos de madeira, que tinha como sócia sua irmã Terezinha Ambrósio, com a morte do Elias Ambrósio o imóvel foi doado para Terezinha Ambrósio Pin, e a inalienabilidade passou a contar novamente o prazo de 10 anos, a partir de 12 de novembro de 2001)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2343/2004, de 7 de junho de 2004 (1296/1994) – Altera a redação do art. 1º da lei nº 1296, de 25 de abril de 1994 (a doação da lei 1296/94, foi para a empresa Viccari Indústria e Comércio de Metais Ltda. e agora doa da reserva industrial nº 4-C, para CWN – Indústria e Comércio Ltda., no Parque Industrial)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2370/2004, de 16 de agosto de 2004 – Autoriza a doação de imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (chácaras 71-M e 71-M-1, avaliadas em R$ 13.462,26 (treze mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos) – o imóvel destina-se exclusivamente para implantar o projeto de cultivo de hortufruticultura e plantas medicinais)
OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

2386/2004, de 5 de novembro de 2004- (2273/2003) - Altera o anexo I, da lei nº 2273, de 11 de julho de 2003 (que dispõe sobre a construção de 60 Unidades habitacionais no Bairro São João – Rua Tereza Catusso - a lei nº 2273 autorizou o Poder Executivo Municipal a doar imóveis próprios do Município, no Bairro São João, para a COHAPAR, firmar convênio e assumir obrigações)

OBS: Lei terá que ser alterada, Cohapar não edificou em todos os terrenos

2404/2004, de 28 de dezembro de 2004 (1178/1992) – Altera a lei nº 1178, de 18 de dezembro de 1992, que autoriza doação de lote para Altevir Slaviero & Cia. Ltda. (A lei nº 1178, autorizou doação de parte do quinhão nº 1, com 2.073,77m², para Altevir Slaviero & Cia. Ltda. – Esta alteração busca incluir nova área de terras, já sob utilização da empresa Altevir Slaviero & Cia. Ltda.)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2476/2005, de 15 de julho de 2005 (2539/2005) – Autoriza doação de imóvel à Villafort Indústria e Comércio de Móveis Ltda. (Rua Itacolomi, 2275, Bairro Menino

Fls 12
Visto

Deus – implantação de indústria e comércio de móveis rústicos e tubulares – Juliano José e Cleide Furquim)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2483/2005, de 29 de julho de 2005 – Autoriza a aquisição de parte do lote nº 1 da quadra nº 1107, de propriedade de César Augusto Flessak e Marines Amadori Flessak, no valor de R$ 233.280,00 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta reais) (O imóvel será doado parte para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, para construção do Fórum Eleitoral de Pato Branco e parte para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para construção do Fórum do Judiciário Federal Trabalhista de Pato Branco – Justiça do Trabalho).

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

2484/2005, de 29 de julho de 2005 (2281/2003) – Altera dispositivos da lei nº 2281, de 30 de setembro de 2003, substituindo a garantia oferecida pela municipalidade, ou seja substituição da garantia do imóvel pelo cotas do Fundo de Participação dos Municípios, referente liberação de hipoteca e penhora) (a Lei n° 2281, de 30 de setembro de 2003, autorizou o Executivo Municipal a proceder a renegociação e termo aditivo de retificação e ratificação à escritura pública de venda, compra e doação, celebrado entre a Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda – CAPEG, Município de Pato Branco, serviço de apoio as pequenas empresas do Paraná – SEBRAE/PR e Banco do Brasil S.A, do imóvel urbano lote nº 30-R, do Núcleo Bom Retiro com área de 20.217,00m² (vinte mil, duzentos e dezessete metros quadrados), autorizou ainda o Executivo Municipal a transferir cotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, resgate de débitos)

OBS: Lei concretizada

2485/2005, de 29 de julho de 2005 (955/1990, 2522/2005, 2544/2005) – Autoriza a doação de imóvel ao Serviço Social do Comércio – SESC (imóvel localizado próximo ao SEBRAE) (revogou a Lei n° 955, de 13 de agosto de 1990)

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 12.244 1º RI.

2493/2005, de 16 de agosto de 2005 – Autoriza a doação de imóvel ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. (Imóvel localizado na esquina da Rua Marins Camargo e Rua Paraná, para construção do Fórum Eleitoral de Pato Branco).

Fls 17
Visto

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei. Aguardando matricula.

2494/2005, de 16 de agosto de 2005 (2530/2005, 2866/2007) – Autoriza a doação de imóvel ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. (Imóvel localizado na esquina da Rua Marins Camargo e Rua Paraná, para construção do Fórum do Judiciário Federal Trabalhista de Pato Branco).

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

2495/2005, de 19 de agosto de 2005 (2004/2000) – Revoga a Lei nº 2004, de 21 de dezembro de 2000 e doa imóveis ao SINTRAESC – Sindicato das Empresas Individuais de Transporte Escolar e de Passageiros por Fretamento de Pato Branco e Região (para edificação da sede social e área de lazer)

OBS: Clausula de inalienabilidade permanente, aguardando a matricula.

2515/2005, de 20 de setembro de 2005 – Autoriza o poder Executivo Municipal a doar imóveis próprios do Município, para a COHAPAR, firmar convênio, assumir obrigações e dá outras providências. (Imóvel de Asir Bortolini, do Núcleo Bom Retiro, para construção de unidades (casas) habitacionais, para atendimento as famílias de policiais civis e militares – Casa da Família Policial).

OBS: Lei concretizada, conjunto Vila Militar, matricula 36.939 do 1º RI.

2517/2005, de 20 de setembro de 2005 – Autoriza o Executivo Municipal a receber em doações os imóveis que especifica (em doação do CETIS – Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense – 6 frações de terrenos, para utilizá-los na atração de novos investimentos industriais fomentando a industrialização e a geração de empregos)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Imóveis em nome do Município.

2520/2005, de 23 de setembro de 2005 (2564/2005) – Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóveis próprios do município, para a COHAPAR e firmar convênio, assumir obrigações e dá outras providências. (Doação de imóveis urbanos do Bairro Gralha Azul e Loteamento Sloboda, para a implantação do Programa de Subsidio à Habitação de Interesse Social – PSH – para a construção

Fls 123
Visto

de 68 unidades habitacionais. Isenta a donatária e os mutuários da cobrança do ITBI e do IPTU, durante a construção das unidades habitacionais)

OBS: Lei concretizada, conjuntos edificados. Lago Azul.

2522/2005, de 23 de setembro de 2005 (2485/2005) – Altera os incisos III e IV do parágrafo único da Lei nº 2485, de 29 de julho de 2005, que dispõe sobre a doação de imóvel ao SESC – Serviço Social do Comércio (III – Início das obras em 24 meses, conclusão em 4 anos; IV – outorga da escritura pública antes do início das obras).

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei. Aguardando matricula.

2530/2005, de 4 de outubro de 2005 (2494/2005, 2866/2007) – Altera dispositivos da Lei nº 2494, de 16 de agosto de 2005. (A Lei nº 2494 doou imóvel para edificação do prédio da Vara do Trabalho de Pato Branco – PR – Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região – autorizou a doação do imóvel ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT e o correto é doar o imóvel ao União Federal, assim o projeto visa proceder a mudança).

OBS: Lei concretizada

2537/2005, de 11 de outubro de 2005 (2466/2005) – Altera a redação do "caput" do art. 1º, da Lei nº 2466, de 22 de junho de 2005, que dispõe sobre a doação de imóvel à empresa Alumínio Pato Branco Ltda (a lei 2466, doou imóvel Parque Industrial Planalto, com área de 2.625,00m2, proprietário: Valdecir Gonçalves de Arruda, para indústria de produtos de alumínio, panelas, chaleiras, baldes, bule, formas, agora doa o módulo 3 do imóvel Parque Industrial "Eduardo Dagios", situado na Rua Pioneiro Avelino Chioquetta, 170, com área de 2.650,00 m², avaliado em R$ 47.381,25 – a área será utilizada como Termo de Permissão de Uso Oneroso)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2538/2005, de 11 de outubro de 2005 (2467/2005) – Altera a redação do "caput" do art. 1º, da Lei nº 2467, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre a doação de imóvel à empresa A. M. Baggio Flach & Cia. Ltda – ME (a lei nº 2467 doou parte do lote Módulo 01, com área de 3.413,02m2, do Distrito Industrial Planalto e cedeu barracão industrial nele existente, com área de 1.000m2, cedido em forma de Termo de Permissão de Uso Oneroso, para o ramo de peças de vestuário – a

Fls 174
Visto

presente lei doa o módulo 08, do Imóvel Municipal, Parque Industrial Eduardo Daggios, com área de 2.590,00m2).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2539/2005, de 11 de outubro de 2005 (2476/2005) – Altera a redação do "caput" do art. 1º, da Lei nº 2476, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a doação de imóvel à empresa Villafort Indústria e Comércio de Móveis Ltda (a lei nº 2476, doou o Imóvel Municipal, Parque Industrial Planalto, Módulo 04, com área de 2.653,00m², para a Villafort Indústria e Comércio de Móveis, para a implantação de uma indústria e comércio de móveis rústicos e tubulares. A presente lei doa o Módulo 04, do Imóvel Municipal Parque Industrial Eduardo Daggios, com área de 2.625,00m², que será utilizada como Termo de Permissão de Uso Oneroso).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2542/2005, de 28 de outubro de 2005 – Autoriza o Executivo Municipal receber em doação onerosa, imóveis destinado a alargamento de via pública (imóvel de propriedade de Raul Dala Costa e Terezinha Carmem Peloso Dala Costa, pela reconstrução do muro na lateral do referido lote, confrontante com a Travessa Silvio Pagnoncelli – no imóvel que está sendo permutado será efetuado pavimentação com pedras irregulares sendo que o mesmo fará parte da pista de Travessa Silvio Pagnoncelli, possuindo 1 metro de largura por 48,20 de comprimento – o valor do muro será de R$ 5.608,30)

Autores do Substitutivo: Vereadores Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa –PSDB e Nelson Bertani – PDT, membros da Comissão de Políticas Públicas.

OBS: Lei concretizada, executado o alargamento da via.

2544/2005, de 28 de outubro de 2005 (2485/2005) – Altera a redação do "caput" do artigo 1º, da Lei nº 2485, de 29 de julho de 2005, que dispõe sobre a doação de imóvel ao Serviço Social do Comércio – SESC. (Desmembramento das matrículas face as doações realizadas para o Sebrae e Vara da Justiça Federal).

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

Fls. 135
Visto

2561/2005, de 13 de dezembro de 2005 – Autoriza doação de imóvel à empresa FERSUL – Manufaturados de Ferro Ltda. (Parte do lote 8, Núcleo Chopim, no Parque Industrial BR 158, indústria de peças fundidas de ferro e aço).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

564/2005, de 19 de dezembro de 2005 (2520/2005) – Altera a redação do artigo 1º da lei nº 2520, de 23 de setembro de 2005, que dispõe sobre a doação de imóveis próprios do município, para a COHAPAR e firmar convênio, assumir obrigações e dá outras providências. (Imóveis urbanos do Bairro Gralha Azul e Loteamento Sloboda, financiamento para obtenção das obras – construção de 68 casas – unidades habitacionais sociais – casas populares).

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

2578/2005, de 21 de dezembro de 2005 – Autoriza doação de imóvel à Associação dos Postos e Transportes de Combustíveis – ASTROCAM (Lote 56 – V, situado à Rua Teotônio Vilela, Bairro Dal Ross a ASTROCAM tem sede na Rodovia BR 158, Km 536, sala 2, para implantação da sede da Associação dos profissionais de postos de combustíveis)

OBS: Clausula de inalienabilidade permanente, aguardando matricula.

2616/2006, de 26 de abril de 2006 (2595/2006) – Altera a redação do artigo 1° da Lei n° 2595, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a permutar imóveis (de propriedade de Juvenil José Coterli, localizado em fundo de vale – autoriza doar parte do imóvel ° 5, da quadra n° 803, contendo área de 360,42m² - visa determinar o tamanho do lote a ser doado)

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

2648/2006, de 11 de julho de 2006 – Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis (propriedade de Gilmar Antonio Andrade – avaliado em R$ 12.000,00 – posteriormente o imóvel será doado para a Associação de Moradores do Bairro São Roque)

OBS: Clausula de inalienabilidade permanente, aguardando matricula.

Fls 126

2703/2006, de 21 de novembro de 2006 – Autoriza doação de imóvel para a Associação dos Moradores do Bairro São Roque (uso exclusivo para edificação da sede social)
CNPJ n° 78.686.003/0001-18

OBS: Clausula de inalienabilidade permanente, aguardando matricula.

2770/2007, de 18 de maio de 2007 (1373/95, 1374/95) – Autoriza doação de imóvel a Renato Fritzen & Cia. Ltda. (através da Lei n° 1374, de 14 de julho de 1995, este imóvel havia sido doado a Indústria e Comércio de Móveis Taimara Ltda e a mesma Lei havia reservado área de 528,97m², parte da área ou seja 373,15m², através da Lei n° 1373, de 1995, foi permutado com a Enerquímica Ltda. Ocorre que a Empresa Indústria e Comércio de Móveis Taimara Ltda, vendeu em 25 de fevereiro de 2002, suas instalações e Equipamentos para Renato Fritzen & Cia. Ltda, razão pela qual está ocorrendo a referida doação)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2791/2007, de 6 de julho de 2007 – Autoriza doação de imóvel a Maria Celma Silveira Roza – Dhidia Confecção. (CNPJ N° 05.820.798/0001-31, situada na Rua Paraná, 395 – Centro - Indústria de vestuário e facção de tecidos – Rua Paraná, 395, Centro).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2802/2007, de 13 de julho de 2007 (2284/2003) – Altera a relação anexa à Lei nº 2284, de 13 de outubro de 2003, que dispõe sobre a doação a título gratuito, a moradores do Bairro São João, bem como efetuar a regularização com a averbação do Título e Propriedade junto ao Registro Geral de Imóveis. (Acresce 8 lotes na listagem. Trata-se de imóveis de propriedade do Município e a doação só é feita para pessoas de baixa renda e que residam no Bairro São João com a intenção de permanecer no bairro).

OBS: Lei vigente, em fase final de regularização.

2808/2007, de 17 de julho de 2007 (565/84, 2006/2000) – Autoriza doação a Atlas Indústria de Eletrodomésticos Ltda. (Imóvel Reserva Industrial 2ª Parte, área de 29.776,00m2, que havia sido doado à Indústria de Fertilizantes Bioforte Ltda., pela Lei nº 565/1984, e revogada pela Lei nº 2006/2000 – Destinação do imóvel: ramo

Fls. 122
Visto

de indústria de eletrodomésticos e demais atividades inerentes ao seu processo produtivo).
Autores apresentado pelos Vereadores: Cilmar Francisco Pastorello – PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS e Nelson Bertani – PDT.

OBS: Lei concretizada, aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

2818/2007, de 10 de agosto de 2007 (2477/2005, 2983/2008) – Altera a redação do art. 1º, caput e inciso III do parágrafo único e art. 2º, da Lei nº 2477, de 15 de julho de 2005, que autorizou a doação de imóvel à empresa Cooperativa Central Agro Industrial Ltda. – Confepar (no que se refere à área doada, passando a constar 194.271,49m², constante da matricula nº 38.974. Busca também manter Reserva Técnica, "Imóvel Reserva Municipal nº 07", desmembrada dos imóveis Inelso Zuffo e Imóvel reserva Industrial - Modulo 07 neste Município, constante da matricula geral nº 38.974 com metragem de 72.000,00m² avaliado em R$ 936.000,00 de propriedade do Município de Pato Branco. A empresa ampliará a planta industrial com mais 02 (duas) fases, com investimentos na ordem de R$ 20.000,000.00 (vinte milhões de reais

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2844/2007, de 9 de outubro de 2007 (1474/1996, 1606/1997) – Revoga a Lei nº 1474, de 11 de julho de 1996 e a Lei nº 1606, de 19 de junho de 1997 e autoriza doação de imóvel a Rodrigues Indústria, Consertos e Reparação de Furgões Ltda. e dá outras providências. (Situado na BR 158, Km 532, nº 4480, Trevo do Patinho – Indústria, reparação e manutenção de furgões).

OBS: Lei concretizada, aguardando Escritura Pública.

2852/2007, de 23 de outubro de 2007 – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel a UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco, com cláusula de reversão. (Para Universidade dispor de uma área própria para dar continuidade ao Curso de Agronomia no Campus). (esta área esta localizada próximo ao IAPAR e deu muita polêmica por ocasião da votação)

OBS: Com informação da Secretaria de agricultura não foi feita a doação

Fls. 128
Visto

2866/2007, de 19 de novembro de 2007 (2530/2005, 2494/2005) – Revigora as disposições das leis nº 2494, de 16 de agosto de 2005 e nº 2530, de 4 de outubro de 2005, que autoriza a doação de imóvel à União Federal (para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. (Imóvel localizado na esquina da Rua Marins Camargo e Rua Paraná, para construção do Fórum do Judiciário Federal Trabalhista de Pato Branco).
Autores: Vereadores membros da Comissão de Justiça e Redação, Aldir Vendruscolo – PPS, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS e Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei

2867/2007, de 19 de novembro de 2007 – Dispõe sobre instalação de postes toponímicos nos logradouros públicos do município de Pato Branco. (Indicar logradouros públicos, doados por particulares, que podem explorar comercialmente, através de propaganda).
Compete ao Executivo regular manutenção dos postes toponímicos, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.
Autor: Vereador Osmar Braun Sobrinho - PR
Regulamentada pelo Executivo Municipal através do Decreto nº 5275, de 12 de junho de 2008

OBS: Lei concretizada

2902/2008, de 4 de março de 2008 (2405/2004) – Altera a redação do inciso I, do art. 2º da Lei nº 2405, de 28 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a doação de imóvel à Indústria e Benefício de Fibras Orti Fruti Ltda.
(I – inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos – porque o início das atividades ficou comprometido devido a demora nas regularizações dos órgãos competentes em relação à liberação de regra técnica de procedimentos para registro junto á Anvisa, Iap, Tecpar, Inpi e Vigilância Sanitária, e mudança no quadro societário da empresa).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2934/2008, de 11 de abril de 2008 – Transfere imóveis ao Município de Bom Sucesso do Sul (emancipado pela Lei Complementar Estadual nº 56, de 18 de fevereiro de 1991 – Lote 3 da quadra nº 15-A, constante na Matrícula nº 17.791,

com área de 4.789 m² que pertencia ao Estado do Paraná, doado ao Município de Pato Branco, na época em que Bom Sucesso do Sul ainda era Distrito. Imóvel Rural – Escola Osvaldo Cruz, constante da Matrícula 19.474, contendo área de 900 m² que pertencia ao senhor Oclides Folle e fora doado ao Município de Pato Branco para a construção de uma escola na Comunidade do Novo Mundo, que atualmente está desativada devido ao processo de nuclearização do ensino e é utilizada para realização de eventos da Comunidade)

OBS: Lei concretizada, todas as áreas doadas ao Município de Bom Sucesso.

2943/2008, de 13 de maio de 2008 (3325/2010) – Autoriza doação de imóvel para a Associação da Terceira Idade São Francisco de Assis – Atisfa. (Para edificar sede social - Rua Benjamin Borges dos Santos, 111, Bairro Fraron, Parque de Exposições – Presidente Antonio Pagno). CNPJ nº 02.288.243/0001-00.
OBS: Lei alterada.

2965/2008, de 5 de junho de 2008 (2807/2007, 3246/2009, 3252/2009) - Autoriza doação de imóvel a Jorge L. Pasquali & Cia. Ltda. (Revoga o artigo 3º da Lei nº 2807, de 17 de julho de 2007. Doa parte do imóvel – Parque Industrial Planalto, desmembrado dos imóveis Eugenio Zortea 1ª e 3ª Parte, encravados na parte do lote rural sob nº 40 do Núcleo Bom Retiro, com área de 5.464m², matrícula 33.891, avaliado em R$ 98.625,20, à Jorge L. Pasquali & Cia Ltda – Atividade Industrial de Fabricação de Furgões, Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhões, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.822.584/0001-92, situado na Rodovia BR -158, Trevo da Guarani. O imóvel que será doado era reserva técnica constante na Lei nº 2807/2007).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2968/2008, de 6 de junho de 2008 - (1207/93) Acrescenta Art. 2º-A à Lei nº 1207, de 3 de maio de 1993, que institui normas para doação de imóveis públicos à atividades industriais. (Confepar) ("Art. 2º-A. As empresas contempladas com a doação de imóvel público, poderão obter a liberação da cláusula de inalienabilidade, para fins de ampliação da planta industrial atual, mediante aprovação de operação de crédito, devidamente comprovado, independentemente de garantia, observada as seguintes condições: comprovação técnico-contábil ou laudo técnico, de que os valores dos investimentos realizados sobre o imóvel recebido em doação, represente no mínimo, o dobro do valor do imóvel, à data da solicitação da liberação da cláusula de inalienabilidade; a avaliação do imóvel se dará mediante

Fls 130

laudo técnico, desconsiderando-se os eventuais investimentos realizados pela empresa donatária; comprovação atualizada das informações constantes nos incisos II, IV, V, VI, X e XI do art. 1º. - § 1º Para efeito deste artigo, considera-se planta industrial, o conjunto de obras, equipamentos e instalações que contribuam para a ampliação do processo produtivo industrial e § 2º A liberação da cláusula de inalienabilidade para os fins dispostos neste artigo, dependerá de prévia e expressa autorização legislativa)
Autores: Vereadores Aldir Vendruscolo – PPS, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM e Volmir Sabbi – PT.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2983/2008, de 27 de junho de 2008 - (2477/2005, 2818/2007) Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a liberação da cláusula de inalienabilidade do imóvel doado à empresa Cooperativa Central Agro Industrial Ltda. – CONFEPAR, através da lei nº 2477, de 15 de julho de 2005 e nº 2818, de 10 de agosto de 2007.

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3026/2008, de 6 de novembro de 2008 – (1742/1998) Altera o artigo 1º da lei nº 1742, de 6 de julho de 1998, que autorizou doação de área de imóvel para Empresa WPA Engenharia Ltda. (Alterado devido ao não cumprimento dos ditames legais – Foi doado outro imóvel com área de 5.495m2, avaliado em R$ 76.930,00 – Sede da empresa em São Bernardo do Campo – São Paulo).

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3029/2008, de 6 de novembro de 2008 (2401/2004, 3249/2009) – Revoga a lei nº 2401, de 17 de dezembro de 2004, que autorizou a doação de imóvel a União Federal e autoriza a doação ao Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. (A Lei nº 2401 doou o lote 30-R-2 de parte do lote 30-R, do Núcleo Bom Retiro, à União Federal para uso da Justiça Federal onde seria edificado o prédio da sede própria – O Senac implantará mais uma Unidade).

OBS: Lei concretizada, obra do SENAC edificada conforme referida Lei

Fls 131

3129/2009, de 26 de março de 2009 – Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis.
(de propriedade de Ivo Sidnei Volpato e sua esposa Nilma Pagliari Volpato – o local encontra-se ocupado pela churrasqueira do CTG Carreteando a Saudade)

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 22.688 do 1º RI.

3136/2009, de 6 de abril de 2009 (2323/2004; 3203/2009) – Prorroga o prazo de vigência da Lei nº 2323, de 31 de março de 2004, que autorizou o Executivo Municipal a locar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, imóvel para funcionamento da Vara Federal instalada no Município.
(Prorroga de 1º de abril a 1º de julho de 2009) - (Justiça Federal – prédio novo em frente a antiga UNETRAL)

OBS: Lei vigente

3187/2009, de 26 de junho de 2009 (3204/2009) - Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel ao Estado do Paraná. (Lote nº 1 – quadra nº 207, com área de 6.951.87m² – Rua Maria Bueno com Rua Paraná e Marginal BR 158 - constante da Matrícula nº 41.226, avaliado em R$ 1.050.000,00, destinado a edificação do novo Fórum de Justiça da Comarca de Pato Branco. A construção deverá ser iniciada no prazo máximo de 4 anos, contados da outorga da Escritura Pública de doação. As atuais instalações do Fórum serão cedidas, em comodato, para a Administração Municipal por prazo indeterminado)

OBS: As instalações que seriam cedidas ao Município estão em utilização do Estado

3202/2009, de 17 de julho de 2009 (2947/2009) – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a liberação da cláusula de inalienabilidade do imóvel doado à empresa Visum Sistemas Eletrônicos S.A, através da Lei nº 2947, de 13 de maio de 2009. (Expansão da unidade industrial – Lei nº 2968/2008)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3205/2009, de 17 de julho de 2009 (3009/2008)- Autoriza o Executivo Municipal efetuar a liberação da cláusula de inalienabilidade do imóvel doado à empresa Ferramentaria Tramontini Moldes e Matrizes Industriais Ltda., através da Lei nº 3009, de 26 de agosto de 2008, com base na Lei nº 1207, de 3 de maio de 1993. (Para a expansão da unidade industrial. A empresa propõe dar em garantia o imóvel urbano Lote 07 da Quadra 74, sito à Rua Brasília, com área de 972,90 m²

Fls 182
Visto

nesta cidade, de acordo com Matrícula nº 2.198, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 350.000,00).

OBS: Lei vigente. Já esta sendo procedido com a baixa, tendo a empresa cumprido com os requisitos da Lei.

3212/2009, de 24 de agosto de 2009- (3250/2209) Autoriza a doação de imóvel ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac.
(imóvel localizado entre o SESC e SEBRAE)
(Imóvel suburbano – Lote 30-R-5, desmembrado de uma parte do lote nº 30-R, do Núcleo Bom Retiro, situado na Av. Tupi, contendo área de 664,155m² constante da Matrícula nº 37.977, avaliado em R$ 53.132,40. Senac – CNPJ 03.541.088/0001-47. Inicio da obra no prazo máximo de 13 meses contados da publicação da lei)

OBS: Lei alterada.

3246/2009, de 2 de outubro de 2009– (2807/2007, 2965/2008) Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a liberação da cláusula de inalienabilidade do imóvel doado à empresa Jorge L. Pasquali & Cia. Ltda. através das leis nº 2807, de 17 de julho de 2007 e nº 2965, de 5 de julho de 2008.
(A empresa propõe dar em garantia o imóvel rural "Imóvel Jorge Pasquali" desmembrado de parte do imóvel Jorge Pasquali e do Imóvel Ivete Pistore, encravados na parte da chácara nº. 120, do Distrito desta cidade e nos lotes nº. 16, 17, 18 e 50 do Núcleo Bom Retiro e chácaras nº. 108 e 119, contendo área de 73.931,56m², constante da matricula nº 26.561 do 1º Oficio do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

OBS: Lei concretizada. Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

3249/2009, de 20 de outubro de 2009- (3029/2008) Altera disposições da Lei nº 3029, de 6 de novembro de 2008, que autoriza doação de imóvel ao Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. (imóvel localizado entre o SESC e SEBRAE)
Autores: Mesa Diretora, composta pelos vereadores Guilherme Sebastião Silverio – PMDB (Presidente); Nelson Bertani – PDT (1º Secretário) e Valmir Tasca – DEM (2º Secretário).

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

Fls. 123

3250/2009, de 20 de outubro de 2009- (3212/2009) Altera disposições da Lei n° 3212, de 24 de agosto de 2009, que autoriza doação de imóvel ao Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
(imóvel localizado entre o SESC e SEBRAE)
Autores: Mesa Diretora, composta pelos vereadores Guilherme Sebastião Silverio – PMDB (Presidente); Nelson Bertani – PDT (1° Secretário) e Valmir Tasca – DEM (2° Secretário).

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

3252/2009, de 26 de outubro de 2009- (2965/2008)– Altera o artigo 1° da Lei n° 2965, de 5 de junho de 2008 (fabricação de furgões, cabines, carrocerias e reboques para caminhões).
(A Lei n° 2965/2008, autorizou doação de imóvel a Jorge L. Pasquali & Cia. Ltda. A área correta doada é de 5.311,72m² e na Lei consta 5.464,00m²)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3283/2009, de 30 de novembro de 2009- (2076/2009) Autoriza o Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a liberação da cláusula de inalienabilidade do imóvel doado ao Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense - CETIS, através da Lei n° 2076, de 19 de setembro de 2001.
(Com a liberação da Cláusula de Inalienabilidade, o Lactec efetuará a venda do mesmo para a UTFPR, a fim de que a Universidade Federal implante no local um laboratório para atender demanda dos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, além dos Cursos de Mestrado

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

3284/2009, de 2 de dezembro de 2009- Autoriza o Executivo Municipal receber em dação em pagamento de crédito tributário, imóvel de propriedade de Emerson Carlos Rodrigues Ferreira, Thelma Cardoso Ferreira, Edson Luiz Rodrigues Ferreira, Silmara do Rocio Zaramela Ferreira, Paulo César Rodrigues Ferreira e Vera Lucia Rodrigues Ferreira, com área de 470 m².
(Parte da Chácara n° 115-B, desmembrada de uma parte da Chácara n° 203-A, com área de 470 m², avaliado em R$ 31.383,40. O valor dos créditos existentes totaliza o montante de R$ 31.906,51, atualizados até a data de 31 de agosto de 2009. O crédito remanescente em favor do Município de Pato Branco, no montante de R$ 523,11 em 31 de agosto de 2009, será recolhido aos cofres públicos, através de DARM, pelos contribuintes relacionados)

OBS: Lei concretizada, aguardando documentação.

3293/2009, de 16 de dezembro de 2009- (1207/1993)- Altera disposições da Lei nº 1207, de 3 de maio de 1993, que institui normas para doação de imóveis públicos à atividades industriais.
(XII – capital social integralizado de no mínimo o dobro do valor da avaliação do imóvel a ser doado; XIII – estudo aprovado pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná, referente à destinação dos resíduos que a mesma produzir." Parágrafo único. Para empresas enquadradas no Simples Federal o capital social integralizado deverá ser no mínimo igual ao da avaliação do imóvel)
Autor: Valmir Tasca – DEM

OBS: Lei concretizada.

3325/2010, de 5 de fevereiro de 2010 (2943/2008) – Altera dispositivo da Lei nº 2943, de 13 de maio de 2008.
(A lei nº 2943/2008, autorizou doação de imóvel para a Associação da Terceira Idade São Francisco de Assis – ATISFA. Amplia a área doada, considerando que o imóvel doado anteriormente se mostrou insuficiente para atender às necessidades de Entidade)

OBS:doação de outra área.

3326/2010, de 25 de fevereiro de 2010 – Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóvel com benfeitorias e doar imóvel a Associação de Moradores 21 de Março do Conjunto Residencial Planalto.
(permutar o Lote nº 18 da quadra nº 636, situado na Rua das Garças, esquina com a Rua dos Pardais, contendo área de 312,00 m², avaliado em R$ 45.282,67, com benfeitorias, de propriedade do Município de Pato Branco, constante da matricula nº 12.252, pelo Imóvel Urbano Lote nº 20 da quadra nº 640, situado na Rua da Arapongas, contendo área de 306,60 m², avaliado em R$ 58.934,43 com benfeitorias, pertencente ao senhor Albino Daghetti e sua esposa Senhora Neli Joaquim Dagheti, constante da matricula nº 35.198, do 1º Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná. Doa o Imóvel Urbano Lote nº 20 da quadra nº 640 situado na Rua da Arapongas, nº 350, contendo área de 306,60 m² para a Associação de Moradores do Bairro Planalto de Pato Branco, com CNPJ Nº 74.015.934/0001-33, situada na Rua das Garças, s/nº)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

3337/2010, de 4 de março de 2010 – Autoriza a doação de imóvel a Associação dos Deficientes Físicos de Pato Branco – ADFPB.
(Para a construção da sede própria da entidade. Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.915.057/0001-60, sito a Rua Fernando Ferrari, 289, Bairro São Vicente, em Pato Branco – Pr. Imóvel suburbano – Chácara nº 214-A-9 Reserva Municipal, localizada no Distrito desta cidade de Pato Branco, contendo área de 592,80 m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 22.241, avaliado em R$ 41.496,00)

OBS: Lei concretizada, aguardando documentação.

3365/2010, de 5 de maio de 2010 (3382/2010) – Autoriza o Executivo Municipal doar imóvel a Assims – Associação Intermunicipal de Saúde.
(Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.136.858/0001-88, com sede na Rua Osvaldo Aranha, 377, em Pato Branco, Paraná. Lote nº 01 da quadra nº 381, sito à Rua Afonso Pena, esquina com a Rua Marechal Costa e Silva, esquina com a Rua Caetano Munhoz da Rocha, em Pato Branco, contendo a área de 1.820,00m², avaliado em R$ 306.943,00, constante da matrícula nº 12.951do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco. Destinação do imóvel exclusivamente para que a donatária edifique sua sede própria para funcionamento da Associação Intermunicipal de Saúde - ASSIMS)

OBS: Lei alterada.

3382/2010, de 4 de junho de 2010 (3365/2010) – Altera dispositivo da Lei nº 3365, de 5 de maio de 2010, que dispõe sobre doação de imóvel a ASSIMS – Associação Intermunicipal de Saúde.
(III – outorga da escritura pública de doação imediata, após a publicação da lei)

OBS: aguardando matriculas.

3385/2010, de 17 de junho de 2010 – (3423/2010) Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do município.
(A avaliação total dos imóveis é de R$ 1.588.180,44 (um milhão quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta reais e quarenta e quatro centavos).Os valores

Fls 186

arrecadados serão aplicados, conforme segue: pagamento de imóvel a ser utilizado na instalação da futura garagem (parque de máquinas) da Prefeitura Municipal;pagamento de imóvel para construção de Posto de Saúde no Bairro Pinheirinho)
(Dentre muitos terrenos encontra-se o localizado na Avenida Tupi, 304, onde está instalada a Concessionária da Peugeot).

OBS: Lei concretizada, conforme matriculas 15.592, 15.593, 15.594 e 17.272, foi edificada as obras do posto de saúde do Bairro Pinheirinho e garagem dos ónibus do Município.

3423/2010, de 5 agosto de 20101- (3385/2010) Altera a redação do inciso XVI do art. 1º, da Lei nº 3385, de 17 de junho de 2010, que autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.
(Lote 14 (quatorze da Quadra 272 (duzentos e setenta e dois), com área de 1.010,60m². Na Lei nº 3385/2010 consta metragem de 1.101,06m²)

OBS: Lei concretizada

3425/2010, de 5 de agosto de 2010 – Autoriza o Executivo Municipal aceitar doação de bens apreendidos pela Secretaria da Receita Federal e vendê-los em leilão público e dá outras providências. *(Os bens doados serão vendidos em leilão público, cuja parte do montante arrecadado será destinada à reforma das atuais instalações e construção do segundo pavimento do prédio da União, onde está instalada a Agência da Receita Federal em Pato Branco – imóvel registrado no 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis sob matrícula R-3-27.498. O Município encarregar-se-á, utilizando os recursos arrecadados, de construir a obra especificada e entregá-la concluída)*

OBS: Lei concretizada, aguardando informações.

3472/2010, de 12 de novembro de 2010- Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis.
(Lote nº 2, da quadra nº 1.562, sem benfeitorias, com área de 4.602,95m2, situado na Rua Lídio Oltramari, esquina com a Rua Iirineu Parzianello, Loteamento Parzianello 2, matrícula nº 14.917, do 2º Ofício Registro de Imóveis, avaliado em R$ 460.295,00 - por imóvel urbano – Parte do Quinhão 01 – área remanescente, desmembrado de uma parte do Imóvel Belvedere, do Núcleo Bom Retiro,sem benfeitorias, com área de 4.601,79m2, situado na Rua Irineu Parzianello, matrícula nº 13.935-A, do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis de Pato Branco, avaliado em R$ 460.179,00, pertencente à Tatiane Parzianello, Daniele Parzianello, Rafael

Fls. 124

Parzianello e Cagol & Chaves Imobiliária Ltda. A permuta é de interesse do município, pois o terreno faz divisa com os terrenos destinados ao Pólo Parque Tecnológico)

OBS: Lei concretizada, matricula 13.935-A.

3476/2010, de 26 de novembro de 2010- Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.
(A avaliação total dos 16 imóveis é de R$ 1.047.800,00 (um milhão e quarenta e sete mil e oitocentos reais). Os valores arrecadados serão aplicados: pagamento de imóvel para ampliação do terreno a ser usado na instalação da futura garagem (parque de máquinas) da Prefeitura Municipal, (anexo ao da antiga Cotrasa); restante do pagamento de imóvel para construção de Posto de Saúde no Bairro Pinheirinho; pagamento de imóveis adquiridos nas proximidades da antiga pedreira, no projeto de desfavelamento)

OBS: Lei concretizada, aguardando matricula.

3525/2011, de 24 de fevereiro de 2011 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição n°5132, do dia 22 de março de 2011) - Autoriza a doação de imóvel à Favinco Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.
(pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.948.130/0001-74, situada na Rua Ulisses Viganó, 580, Parque Industrial Theófilo Petrycoski. Imóvel Rural – Lote Módulo nº 06, sem benfeitorias, com área de 5.642,12m², constante da Matrícula nº 28.285 do 1º Oficio do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco – PR, avaliado em R$ 91.000,00. Para fabricação de caixas de papelão ondulado)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento econômico

3538/2011, de 18 de março de 2011 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição n°5147, do dia 8 de abril de 2011.) - Autoriza a doação de imóvel ao CTG Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade de Pato Branco
(Para reforma e ampliação do CTG, bem como para o cumprimento dos seus objetivos estatutários. Imóvel Urbano, Lote nº 08 (oito) da Quadra nº 816, sito à Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 22.851 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em

R$ 68.831,50. Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, sito a Rua Antero Petri, S/N, Bairro São Vicente)

OBS: clausula de inalienabilidade permanente.

3553/2011, de 14 de abril de 2011 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição n° 51541 do dia 16 de abril de 2011) – Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis. (Imóvel Urbano – "Imóvel da Igreja do Bairro Gralha Azul", encravado na parte dos lotes nºs 45-A e 46 do Núcleo Bom Retiro, sito à Rua Jaury Schidt Souza, esquina com a Rua Jandir Antonio Perusso, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 2.157,50m², constante da Matrícula nº 43.616 do 1º Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, sem benfeitorias, avaliado em R$ 140.500,00 e Imóvel Urbano – Lote nº 20 da quadra nº 971, sito a Rua Tomé de Souza, esquina com a Rua Princesa Izabel, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 1.725,62m², constante da Matrícula nº 43.614 do 1º Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, sem benfeitorias, avaliado em R$ 110.000,00, pelos imóveis de propriedade **da Mitra Diocesana de Palmas,** Imóvel Urbano – Lote nº 01 da quadra nº 269, sito à Rua Ivaí, esquina com a Rua Iguatemi, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 853,82m², constante da Matrícula nº 10.059, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, sem benfeitorias, avaliado em R$ 130.000,00; Imóvel Urbano – Lote nº 13 da quadra nº 269, sito à Rua Piquiri, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 447,45m², constante da Matrícula nº 10.298 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, sem benfeitorias, avaliado em R$ 41.500,00; Imóvel Urbano – Lote nº 14 da quadra nº 269, sito à Rua Ivaí, esquina com a Rua Piquiri, nesta cidade de Pato Banco, contendo área de 517,80m, constante da Matrícula nº 16.124 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, sem benfeitorias, avaliado em R$ 76.500,00. A diferença no valor de R$ 2.500,00, apurada em favor do Município, deverá ser recolhida aos cofres municipais, antes da escrituração do imóvel, pela Mitra Diocesana de Palmas, através de DARM. A Mitra Diocesana propõe a referida permuta, visando regularizar a situação dos mencionados imóveis, os quais possuem edificações pertencentes à mesma. Apresenta a proposta, considerando a vedação legal para doação de imóvel a instituições desta natureza.

OBS: Lei concretizada, conforme matriculas 16.978, 16.977, 16.976.

3554/2011, de 14 de abril de 2011 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição n° 5154, do dia 16 de abril de 2011) – Altera a Lei nº 2624, de 24 de maio de 2006, que autorizou doação de imóvel à empresa Patropeças Comércio de

Fls 109
Visto

Peças Pato Branco Ltda, para Patromaq – Indústria e Recuperadora de Máquinas Ltda – EPP.
(conforme sexta alteração contratual de 9 de julho de 2009 - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de parte do Imóvel Pedreira Municipal, contendo a área de 4.592,14 m² (quatro mil, quinhentos e noventa e dois metros e quatorze centímetros quadrados), constante da Matrícula nº 23.106, do Registro Geral de Imóveis de Pato Branco, Estado do Paraná, avaliado em R$ 68.882,10 (sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois mil e dez centavos), à PATROMAQ – INDÚSTRIA E RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.250.176/0001-90, situada na Rodovia BR 158 nº 8900, Km 536, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento econômico

3573/2011, de 26 de abril de 2011 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição n° 5162, do dia 28 de abril de 2011) - Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis de propriedade do Município de Pato Branco por imóvel de propriedade de Guacira Aparecida Bahls Vezoli. (Imóvel Urbano – Lote nº 04 da quadra nº 1562 – Reserva Municipal – "Loteamento Parzianello 2", sito à Rua Lídio Oltramari, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 600,00m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 16.046 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, **de propriedade do Município de Pato Branco;** Imóvel Urbano – Lote nº 05 da quadra nº 1562 – Reserva Municipal – sito à Rua Irineu Parzianello, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 600,00m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 16.047 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, **de propriedade do Município de Pato Branco pelo imóvel de propriedade de Guacira Aparecida Bahls Vezoli,** Parte do Imóvel Suburbano – Chácara nº 195-B, sita à Avenida Tupi, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 515,25m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 34.222 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Banco, avaliado em R$ 147.000,00. O imóvel permutado será utilizado pelo Município para abertura de prolongamento da Rua Uruguaiana no Bairro Pinheirinho, demonstrando assim a existência do interesse público na presente permuta, uma vez que beneficiará os moradores da referida região proporcionando melhora no sistema viário do importante bairro.

OBS: Lei concretizada, via edificada entre Av. Tupi e Rua Iguatemi.

3575/2011, de 3 de maio de 2011 - (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 5168, do dia 5 de maio de 2011) - Autoriza o Executivo Municipal

permutar imóveis (Imóvel Urbano – Parte do Lote nº 01 da quadra nº 1562 – Reserva Municipal – "Loteamento Parzianello 2", situado na Rua Lídio Oltramari e Rua Irineu Parzianello, esquina com a Rua Luiz Detoni, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 16.044 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de propriedade do MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, pelo Imóvel Suburbano – Parte da Chácara nº 156-C, situada nesta cidade de Pato Branco, com área de 731,62m² (setecentos e trinta e um metros e sessenta e dois centímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 3.650, do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de propriedade de **CLAUDINO BRUNETTO E ESPOSA JOSEFINA ZINI BRUNETTO)**

OBS: Lei concretizada, para abertura de via de ligação, conforme matricula 16.046.

3577/2011, de 5 de maio de 2011- (3600/2011) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 5169, do dia 6 de maio de 2011)- Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis de propriedade do Município de Pato Branco, por imóvel de propriedade de Mario Izidoro Spader.

(Parte do Imóvel Urbano – Lote nº 01 da quadra nº 1562 – Reserva Municipal – "Loteamento Parzianello 2", sito à Rua Lídio Oltramari, e Rua Irineu Parzianello, esquina com a Rua Luiz Detoni, nesta cidade de Pato Branco, sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 16.044 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná; Parte do Imóvel Urbano – Lote nº 06 da quadra nº 1562 – Reserva Municipal – "Loteamento Parzianello 2", sito a Rua Lídio Oltramari e Rua Irineu Parzianello, nesta cidade de Pato Branco, sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 16.045 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, pelo imóvel de propriedade de **Mario Izidoro Spader,** Parte do Imóvel Suburbano – Chácara nº 73-C, sita à Rua Lupicínio Rodrigues, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 410,40m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 29.235 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Banco, avaliado em R$ 52.000,00. O imóvel permutado será utilizado pelo Município para que seja efetuada a abertura de prolongamento da Rua Vieira da Costa, a qual se configura numa importante interligação de bairros contribuindo para melhorar o transito de veículos e pedestres naquela região da cidade)

OBS: Lei concretizada, via executada.

Fls 131

3600/2011, de 27 de maio de 2011- (3577/2011)- (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5190, de 31 de maio de 2011) Altera a redação do artigo 2º da Lei nº 3577, de 5 de maio de 2011. (Devido erro redacional, a Lei nº 3577/2011 autorizou o Executivo Municipal a permutar imóveis de propriedade do Município de Pato Branco, por imóvel de propriedade de Mario Izidoro Spader)

OBS: Lei concretizada

3601/2011, de 27 de maio de 2011- (1207/93)- (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5190, de 31 de maio de 2011) - Altera disposições da Lei n° 1207, de 3 de maio de 1993, que institui normas para a doação de imóveis públicos à atividades industriais. (III – estudo de viabilidade econômica e financeira, contendo plano de ocupação geográfica da área a ser doada. Art. 1° - § 1° - Para empresas enquadradas no Simples Federal, microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), o capital social integralizado deverá ser no mínimo igual ao da avaliação do imóvel. Art. 1° - § 2° - Para as indústrias devidamente constituídas e que se encontram em plena atividade no Município de Pato Branco, ficam desobrigadas de apresentarem estudo de viabilidade econômico financeira, a que se refere o inciso III deste artigo).
Autores: Vereadores Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Luiz Augusto Silva – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari - PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.
(para instalação de uma indústria gráfica e embalagens personalizadas. Estabelecida na Rua Pioneiro Avelino Ardoino Chioquetta, 50, Bairro Planalto, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, CNPJ 82.076.977/0001-57, do Imóvel Suburbano – Imóvel Municipal Parque Industrial Planalto, Módulo 08 (oito), desmembrado de uma parte do Imóvel Municipal Parque Industrial Planalto, encravado na parte do lote rural nº 40, do Núcleo Bom Retiro, com área de 2.590,00 m² (dois mil quinhentos e noventa metros quadrados), no Parque Industrial Eduardo Daggios, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, constante da Matrícula nº 36.574, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, avaliado em R$ 155.400,00 (cento e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais), e a ceder um barracão industrial nele existente, com área de 1.000,00 (mil metros quadrados), que será cedido a Donatária, em forma de Termo de Permissão de Uso Oneroso)

OBS: Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3628/2011, de 7 de julho de 2011- (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5231, de 19 de julho de 2011)- Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná – Escola no Bairro Fraron. (lote nº 09, quadra nº

Fls 192
Visto

1.601 – Reserva Municipal – "Loteamento Campo Seguro 2", sito à Rua Maria Madalena Tatto, Bairro Fraron, em Pato Branco-Paraná, contendo área de 5.616,20m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 15.148 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 460.299,00, destinado à edificação de uma escola, pelo Governo do Estado do Paraná. A construção deverá ser iniciada no prazo máximo de 01 (um) ano, contados da outorga da Escritura Pública de doação)

OBS: Lei vigente, obra não executada ainda.

3635/2011, de 14 de julho de 2011- (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5229, de 16 de julho de 2011) - Autoriza o Executivo Municipal desafetar e alienar mediante processo licitatório, imóveis de propriedade do Município.
(em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A avaliação total dos imóveis é de R$ 1.086.800,00 (um milhão, oitenta e seis mil e oitocentos reais). Os valores arrecadados serão aplicados, conforme segue: Aquisição de mais 8.171.000m² (oito mil, cento e setenta e um metros quadrados) de terreno para construção de Escola e Creche do Bairro Alto da Glória e Bairro São João; Aquisição de terreno para abertura da Rua Pedro José da Silva, no Bairro Pinheirinho; Aquisição do imóvel de propriedade da Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social, constante da Matrícula nº 26.777 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, bem como as benfeitorias edificadas sobre o mesmo, o qual será utilizado para o funcionamento do CAPS e Vigilância Sanitária)

OBS: Lei concretizada, obras executadas conforme matricula 17.011 e 28.163 do 2º RI.

3665/2011, de 30 de agosto de 2011– (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5265, de 27 de agosto de 2011) - Autoriza doação de imóvel à empresa Karina Indústria de Alimentos Ltda.
(destinação do imóvel exclusivamente para a instalação de uma indústria de biscoitos, massas alimentícias, distribuição, importação e exportação de alimentos, vedado qualquer outro. Reserva constante do Artigo 2º da Lei nº 2.887 de 18 de dezembro de 2007, situado em parte do Imóvel Rural nº 07 (sete) do Núcleo Bom Retiro, com área de 5.400,12 m² (cinco mil, quatrocentos metros e doze centímetros quadrados), sito ao lado da Rua Marginal da BR 158, nº 10.280, Bairro Planalto, nesta cidade de Pato Branco/PR, sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 3.930 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 324.007,20 (trezentos e vinte e quatro mil, sete reais e vinte centavos), à empresa Karina Indústria de Alimentos Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.182.938/0001-44, estabelecida ao

Fls 193

lado da Rua Marginal da BR 158, nº 10.280, Bairro Planalto, em Pato Branco/PR. Início da edificação no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei)

OBS: aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

3690/2011, de 7 de outubro de 2011 (4107/2013) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5305, dos dias 15 e 16 de outubro de 2011) Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná.
(doação de parte do Imóvel Rural "Sítio Galvan 1', desmembrado de uma parte do Imóvel Marcos Zanella, encravado na parte dos lotes nºs 12 e 13, do Núcleo Bom Retiro, situado no Município de Pato Branco, contendo área de 8.540,14m² (oito mil, quinhentos e quarenta metros e quatorze centímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 44.003 R-2 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco avaliado em R$ 768.612,60 (setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e doze reais e sessenta centavos), ao Estado do Paraná. A doação destina-se a edificação de uma escola, pelo Governo do Estado do Paraná. – Construção de Escola no Bairro Alvorada).

OBS: Lei vigente, obra não edificada.

3701, de 27 de outubro de 2011 – (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5319, de 1° de novembro de 2011). Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis. (Parte do Imóvel Urbano – Lote nº 18 da quadra nº 1001 – "Loteamento de Col", sito a Rua Amália De Col, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 1.753,77, sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 16.733 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 131.500,00, de propriedade do **Município de Pato Branco**, por Parte do Imóvel Rural, "SÍTIO ROTILI", Núcleo Bom Retiro, em Pato Branco, contendo área de 1.936,60, constante da Matrícula nº 11.436 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 132.000,00, de propriedade de **Vilson Batista dos Santos e Luiz Batista dos Santos.** Os proprietários Vilson Batista dos Santos e Luiz Batista dos Santos abrem mão a favor do Município, do valor da diferença do terreno apurada em R$ 500,00).
OBS: Lei concretizada, obra edificada, trevo da Rua Ivaí com BR 158.

3725/2011, de 30 de novembro de 2011 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 5343, do dia 1º de dezembro de 2011) - Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis. (Imóvel Urbano – Lote nº 02 da quadra nº 1446, sito a Rua

Fls. 194

Avelino Giasson, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 291,48m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 38.123 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 33.000,00, de propriedade do Município de Pato Branco, pelo Imóvel Urbano – Lote nº 30 da quadra nº 633, sito a Travessa Joaquim Nabuco, nesta cidade de Pato Branco, contendo a área de 429,00m², constante da Matrícula nº 12.384 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 33.678,00, de propriedade de **Eugênio Koslinski.** A diferença no valor de R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), apurada em favor do Senhor Eugênio Koslinski, deverá ser paga pelo Município no ato da escritura pública).

OBS: Aguardando matricula 19.236 2º RI.

3731/2011, de 5 de dezembro de 2011 (3418/2010) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5347, do dia 6 de dezembro de 2011)- Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar (vender) áreas de terras de propriedade do Município de Pato Branco ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal. (Revoga a Lei nº 3418, de 16 de julho de 2010. Os imóveis avaliados em R$ 522.624,71 (quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos), ficam, por esta Lei, desafetados de sua natureza de bem público e passam a integrar a categoria de bens dominiais. Serão utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e constarão dos bens e direitos integrantes do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábeis dos haveres financeiros e imobiliários).

OBS: Lei concretizada

3759/2011, de 22 de dezembro de 2011 (3465/2010) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5362, do dia 23 de dezembro de 2011) – Altera o art. 1º da Lei nº 3465, de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre a doação de imóvel à empresa Pladiom Gessos Ltda.
(A solicitação em questão faz-se necessária, pois a metragem do terreno foi alterada. Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a doação do imóvel Suburbano Chácara 56 – D, sem benfeitorias, nesta cidade de Pato Branco, contendo a área de 1.296,52m² (um mil, duzentos e noventa e seis metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), constante da matrícula nº 18.587 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 51.860,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta reais), a Pladiom Gessos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.515.800/0001-07, sita na rodovia PR 493, 2.700, Km 03, Núcleo Bom Retiro, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná)

OBS: Lei vigente. Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3761/2011, de 23 de dezembro de 2011 (2200/2002, 3647/2011) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5363, dos dias 24 e 25 de dezembro de 2011) – Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar (vender) áreas de terras de propriedade do Município de Pato Branco ao Fundo de Arrendamento Residencial — FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal - (O terreno que está sendo alienado era da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). (Revoga-se as Leis nº 3647, de 15 de julho de 2011 e nº 2200, de 18 de novembro de 2002. No total de 77 (setenta e sete) lotes, localizados no Conjunto Habitacional Brasil, sendo os lotes nº 06 à 28 da quadra nº 1296, lotes nº 01 à 32 da quadra nº 1297, lotes nº 09, 10, 23 e 24 da quadra nº 1298, lotes nº 02 à 17 da quadra nº 1300 e lotes nº 07 e 08 da quadra nº 1301, cuja avaliação totaliza o montante de R$ 289.935,95 (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos). Os bens imóveis serão utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e constarão dos bens e direitos integrantes do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábeis dos haveres financeiros e imobiliários)

OBS: Lei concretizada, edificado conjunto Brasil.

3772/2012, de 10 de fevereiro de 2012- (2905/2008, 3148/2009) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5404, do dia 14 de fevereiro de 2012) Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Ministério Público do Estado do Paraná. (Para construção da sede própria do Ministério Público do Estado do Paraná – Fórum – Promotores). (Substitutivo apresentado em 7 de novembro de 2011 - não foi lido em plenário – passado para comissões).
Revoga as Leis nº 2905, de 14 de março de 2008 e nº 3148, de 23 de abril de 2009.
Autores: Laurindo Cesa - PSDB, Luiz Augusto Silva – PSD, William Cezar Pollonio Machado – PMDB (Membros da Comissão de Justiça e Redação).

OBS: Lei vigente

3802/2012, de 30 de março de 2012– (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5441, dos dias 31 de março e 1° de abril de 2012) Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis. (Permuta por parte do imóvel suburbano, Imóvel Kátia Scartezini Pedrini, Rua Lídio Oltramari, Bairro Fraron, de propriedade de JVG

Fls 196

Empreendimentos Imobiliários Ltda., visando permuta e expansão do Parque Tecnológico).

OBS: Lei concretizada, conforme matriculas, 40.236, 40.237, 40.230.

3803/2012, de 30 de março de 2012- (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste, Edição n° 5441, dos dias 31 de março e 1° de abril de 2012) Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis. (Permuta pelo imóvel urbano, na Rua Adriano Zanella, de propriedade de M.A. Zanella Incorporadora de Imóveis. Para o Senhor Marcos Aurélio Zanella construir barracão onde requereu abertura da rua no lote de sua propriedade).

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 44.851.

3847/2012, de 27 de abril de 2012- (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste – Edição n° 5463, dos dias 28 e 29 de abril de 2012)- Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a liberação da cláusula de inalienabilidade do imóvel doado à empresa Vanilde Toscan Spagnol, através da Lei n° 3684, de 20 de setembro de 2011. (Para liberação a empresa dá em garantia o imóvel apartamento n° 1302, do Edifício Luiza, localizado no décimo terceiro pavimento, situado na Rua Tocantins, em Pato Branco, avaliado em R$ 167.983,83 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

OBS: Lei em vigência, imóvel continua em garantia.

3862/2012, de 24 de maio de 2012- Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição n° 5489, de 30 de maio de 2012- Autoriza a doação de imóvel à Associação da Vila Militar - AVM. (Imovel urbano, lote 7 da quadra 1182, sito à Rua Avelino Giasson, área de 431,10m^2, avaliado em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), à Associação da Vila Militar – AVM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 76.713.593/0001-03. Oscar Paluch, Presidente da AVM).

OBS: Lei concretizada, conforme matricula 30.121 do 1º RI.

3889/2012, de 5 de julho de 2012- (2923/2008, 3634/2011) Publicada no Jornal Diário do Sudoeste Edição nº 5519, de 5 de julho de 2012- Autoriza o Executivo Municipal permutar imóveis e revoga as leis n° 2923, de 27 de março de 2008 e lei n° 3634, de 14 de julho de 2011. (A lei n° 2923/2008, autorizou o Executivo Municipal permutar imóveis. A lei n° 3634/2011, alterou a redação do art. 1º da Lei nº 2923, de 27 de março de 2008. Imóveis de propriedade de Paulafonso Empreendimentos Imobiliários Ltda. A permuta dos imóveis se faz necessária

Fls 197

considerando que haverá substituição do nome de ruas e alteração da metragem dos lotes).
OBS: Lei concretizada, deve-se realizar alterações para finalizar documentação.

3899/2012, de 19 de julho de 2012- Publicada no jornal Diário do Sudoeste – Edição n° 5532, de 20 de julho de 2012- Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná. (Imóvel localizado em frente ao Campus da Universidade Federal do Paraná – UAB, desmembrado de parte do lote rural n° 74, do Núcleo Bom Retiro, com 12.000,00m², avaliado em R$ 3.600.000,00. Para edificação do CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional).

OBS: Lei em vigência, obra não foi executada ainda.

3918/2012, de 31 de agosto de 2012- (Publicado no Diário do Sudoeste – Edição n° 5578, de 13 de setembro de 2012) Autoriza doação de imóvel à Associação de Apicultores da Microrregião de Pato Branco. (Pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n° 80.873.631/0001/54, com sede na Rua Tapejara, 483, em Pato Branco, Paraná. Imóvel Suburbano – Chácara 71-P-A, Rua Ivaí, com área de 1.865,65m², avaliado em R$ 93.282.50, matrícula n° 18.652. Destinação do imóvel exclusivamente para agronegócio apícola e comercialização dos produtos fabricados – colméia, mel).

OBS: Lei em vigência. Aguardando relatório Secretaria de Agricultura.

4035/2013, de 5 de junho de 2013 (Publicada no sítio http://amsop.dioems.com.br/ Edição de 6 de junho de 2013 e no Jornal Diário do Sudoeste Edição nº 5792, de 6 de junho de 2013) – Autoriza o Executivo Municipal permutar e doar imóvel.
(destinação do imóvel exclusivamente para que as donatárias implantem uma Unidade do SEST/SENAT)
OBS: Lei Concretizada. Conforme matriculas 17.157 e 39.420, a obra não foi executada ainda.

4062, de 4 de julho de 2013 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste Edição nº 5817, de 5 de julho de 2013) – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná.
(destinado à edificação do Centro de Sócio Educação – CENSE, neste Município de Pato Branco. Lote nº 01(um) da quadra nº 1294 (um mil e duzentos e noventa quatro), sita a Rua Terezinha Duarte, nesta Cidade de Pato Branco, contendo a área de 2.784,94m² (dois mil, setecentos e oitenta e quatro metros e noventa e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da matricula nº 42.324

Fls 198

do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 97.472,90 (noventa e sete mi, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa centavos), e, Lote nº 02 (dois) da quadra nº 1294 (um e duzentos e noventa e quatro), sita a Rua André Cavalli, esquina com a Rua Terezinha Duarte, nesta Cidade de Pato Branco, contendo a área de 3.729,48m² (três mil, setecentos e vinte e nove metros e quarenta e oito decímetros), sem benfeitorias, constante da matricula nº 42.325 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 130.531,80 (cento e trinta mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta centavos) ao Estado do Paraná)
OBS: Lei em vigência, obra ainda não foi edificada.

4076/2013, de 18 de julho de 2013 (3628/2011) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste edição nº 5840 de 1º de agosto de 2013 e no Sítio http://amsop.dioems.com.br/ edição nº 399 de 1º de agosto de 2013) – Revigora as disposições constantes da Lei nº 3628, de 7 de julho de 2011, que doou imóvel ao Estado do Paraná e revoga o art. 3º do mesmo diploma legal.
(A Lei nº 3628, de 7 de julho de 2011 e revogar o art. 3º do mesmo diploma legal, renumerando os demais artigos, que autorizou a doação do imóvel nº 09 da quadra nº 1.601 para a construção de Unidade Escolar do Bairro Fraron).
OBS: Lei em vigência

Fls 199

4077/2013, de 18 de julho de 2013 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste edição nº 5840, de 1º de agosto de 2013 e no Sítio http://amsop.dioems.com.br/ Edição nº 399, de 1º de agosto de 2013) – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná.
(destina-se à ampliação do Corpo de Bombeiros deste Município de Pato Branco, conforme constante no protocolo nº 2013/04/314057 de 22 de abril de 2013. Lote nº 02 (dois) da quadra nº 224 (duzentos e vinte e quatro), sita à Rua Rui Barbosa, nesta Cidade de Pato Branco, contendo a área de 1.001,00 m² (um mil e um metros quadrados), sem benfeitorias, constante da matricula nº 46.864 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 177.024,14)

OBS: Lei Concretizada, obra edificada.

4107/2013, de 24 de julho de 2013 (3690/2011) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste edição nº 5839, de 31 de julho de 2013 e no Sítio http://amsop.dioems.com.br/ edição nº 398, de 31 de julho de 2013) – Revigora as disposições constantes da Lei nº 3690, de 7 de outubro de 2011, que doou imóvel ao Estado do Paraná e revoga o art. 3º do mesmo diploma legal.
(para a construção de Unidade Escolar do Bairro Alvorada)

OBS: Lei em vigência

4129/2013, de 23 de agosto de 2013 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 5863, de 28 de agosto de 2013 e no sítio http://amsop.dioems.com.br/ **edição nº 417, de 27 de agosto de 2013)** – Revoga o disposto constante do artigo 3° da Lei n° 3899, de 19 de julho de 2012, que doou imóvel ao Estado do Paraná.
(A Lei nº 3899/2012 autorizou o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná, imóvel localizado em frente ao Campus da Universidade Federal do Paraná – UAB, desmembrado de parte do lote rural n° 74, do Núcleo Bom Retiro, com 12.000,00m², avaliado em R$ 3.600.000,00. Para edificação do CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional).
OBS: Lei em vigência

4145/2013, de 17 de setembro de 2013 (3977/2012) (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste edição nº 5882 de 19 de setembro de 2013 e no sítio http://amsop.dioems.com.br/ **edição nº 434 de 19 de setembro de 2013)** – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a liberação da cláusula de inalienabilidade do imóvel doado à RENAN WILLIAN BELLAN,através da Lei nº 3977, de 21 de dezembro de 2012, conforme prevê a Lei nº 1207, de 3 de maio de 1993.
(Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção

própria.Para a liberação da cláusula de inalienabilidade, a empresa dá em garantia o Imóvel Urbano - Lote nº 01 da quadra nº 287, localizado na Rua Cruz Alta, 298, Bairro Santo Antônio, com área de 304,90m² (trezentos e quatro metros e noventa centímetros quadrados, nesta cidade, de acordo com Matrícula nº 30.791 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 211.720,04 (duzentos e onze mil, setecentos e vinte reais e quatro centavos), conforme prevê os parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Lei 1207, de 3 de maio de 1993) no local será instalada a indústria de pães da Panificadora Santa Terezinha

OBS: Lei em vigência. Aguardando relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

4146/2013, de 20 de setembro de 2013 (Publicada no Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 5886, do dia 24 de setembro de 2013 e no sítio http://amsop.dioems.com.br/ **Edição nº 437, de 24 de setembro de 2013)** – Autoriza a doação de imóvel à Câmara Municipal de Pato Branco. (destinação do imóvel exclusivamente para que a donatária busque o cumprimento dos seus objetivos estatutários. Doação do Imóvel Urbano, Lote nº 03 da Quadra nº 32,situado na Rua Aimoré, esquina com a Rua Ararigbóia, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 1.011,16m² (um mil e onze metros e dezesseis centímetros quadrados),sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 27.499 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R$ 654.220,52 (seiscentos e cinqüenta e quatro mil, duzentos e vinte reais e cinqüenta e dois centavos)

OBS: Lei concretizada, obra edificada conforme referida Lei.

4684/2015, de 20 de outubro de 2015 (Publicada na página B5 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 6494 de 22 de outubro de 2015 e no sítio http://amsop.dioems.com.br/ **edição nº 963 de 22 de outubro de 2015)** – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Ministério Público do Estado do Paraná.
(O terreno vai ser utilizado para construção de sua sede própria, porque em razão da ampliação das atribuições e funções aumentou o quadro de servidores ficando pequeno o espaço atual).
OBS: Prazo de cinco anos estabelecido para edificação da obra, pela lei 4895/16. Obra ainda não edificada. Matricula 13.990.

4738/2016, de 25 de fevereiro de 2016. (Publicada na página B10 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 6582 de 1º de março de 2016 e no sítio http://amsop.dioems.com.br/ **edição nº 1052 de 1º de março de 2016)** – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná.

Fls 201

(A doação dos imóveis abaixo descritos ao Estado do Paraná. A doação destina-se a regularização dos imóveis, onde hoje encontra-se edificada a Escola Estadual Rui Barbosa.

- IMÓVEL URBANO: Lote nº 01 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 48.961,64 (quarenta e oito mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), com os seguintes limites e confrontações: NORTE: com a Rua do Príncipe com 12,00m; SUL: com o lote 30 com 12,00m; LESTE: com o lote 02 com 30,00m; OESTE: com a Rua da República com 30,00m, constante da Matrícula nº 26.539 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná;

– IMÓVEL URBANO: Lote nº 02 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 44.510,58 (quarenta e quatro mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e oito centavos), com os seguintes limites e confrontações: NORTE: com a Rua do Príncipe com 12,00m; SUL: com o lote n° 29 com 12,00m; LESTE: com o lote n° 3 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 01 com 30,00m, constante da Matrícula nº 26.540 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná;

– IMÓVEL URBANO: Lote nº 03 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 44.510,58 (quarenta e quatro mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e oito centavos), com os seguintes limites e confrontações: NORTE: com a Rua do Príncipe com 12,00m; SUL: com o lote n° 28 com 12,00m; LESTE: com o lote n° 04 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 02 com 30,00m, constante da Matrícula nº 26.541 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná;

– IMÓVEL URBANO: Lote nº 04 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 44.510,58 (quarenta e quatro mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e oito centavos), Limites e confrontações: NORTE: com a Rua do Príncipe com 12,00m; SUL: com o lote n° 27 com 12,00m; LESTE: com o lote n° 05 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 03 com 30,00m. Matrícula 26.543 do 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca;– IMÓVEL URBANO: Lote nº 05 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 44.510,58 (quarenta e quatro mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e oito centavos), Limites e confrontações: NORTE: com a Rua do Príncipe com 12,00m; SUL: com o lote n° 26 com 12,00m; LESTE: com o lote n° 06 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 04 com 30,00m, constante da Matrícula nº 26.542 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do

Paraná; – IMÓVEL URBANO: Lote nº 26 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 44.499,91 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos), Limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 05 com 12,00m; SUL: com a Rua D. Pedro I com 12,00m; LESTE: com o lote n° 25 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 27 com 30,00m, constante da Matrícula nº 26.544 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná; – IMÓVEL URBANO: Lote nº 27 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 40.454,46 (quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), Limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 04 com 12,00m; SUL: com a Rua D. Pedro I com 12,00m; LESTE: com o lote n° 26 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 28 com 30,00m, constante da Matrícula nº 26.545 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná; – IMÓVEL URBANO: Lote nº 28 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 40.454,46 (quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) Limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 03 com 12,00m; SUL: com a Rua D. Pedro I com 12,00m; LESTE: com o lote n° 27 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 29 com 30,00m. Matrícula 26.547 do 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca

- IMÓVEL URBANO: Lote nº 29 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 40.454,46 (quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) Limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 02 com 12,00m; SUL: com a Rua D. Pedro I com 12,00m; LESTE: com o lote n° 28 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 30 com 30,00m, constante da Matrícula nº 26.546 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná; – IMÓVEL URBANO: Lote nº 30 – Quadra nº 927, do "Loteamento Encruzilhada", nesta Cidade e Comarca de Pato Branco - PR. Com a área de 360,00m² (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS). Sem benfeitorias, avaliado em R$ 40.454,46 (quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) Limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 01 com 12,00m; SUL: com a Rua D. Pedro I com 12,00m; LESTE: com o lote n° 29 com 30,00m; OESTE: com o lote n° 30 com 30,00m, de parte do Imóvel Rural "Sítio Galvan 1', desmembrado de uma parte do Imóvel Marcos Zanella, encravado na parte dos lotes nºs 12 e 13, do Núcleo Bom Retiro, situado no Município de Pato Branco, contendo área de 8.540,14m² (oito mil, quinhentos e quarenta metros e quatorze centímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 44.003 R-2 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco avaliado em R$ 768.612,60 (setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e doze reais e

sessenta centavos), constante da Matrícula nº 26.548 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná)
Substitutivo ao projeto de lei nº 199/2015, Mensagem n° 120/2015, que autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná, enviado através do ofício n° 398/2015/GP, de 24 de novembro de 2015, lido na sessão ordinária do dia 30 de novembro de 2015.
Não foi votado o substitutivo e sim feito emenda.

OBS: Aguardando Estado escriturar, imóvel em nome do Município.

4895/2016, de 23 de novembro de 2016 (3772/2012, 4684/2015) (Publicada na página B3 do jornal Diário do Sudoeste edição nº 6769 de 25 de novembro de 2016 e no sítio http://amsop.dioems.com.br/ **edição nº 1238 de 25 de novembro de 2016)** – Altera dispositivos da Lei nº 4684, de 20 de outubro de 2015, que autoriza o Executivo Municipal doar imóvel ao Ministério Público do Estado do Paraná.

OBS: Prazo vencido

Lei nº 5037/2017, de 27 de outubro de 2017 (4035/2013) (Publicada na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7005 de 31 de outubro de 2017 e no sítio http://www.diariomunicipal.com.br/amp **edição nº 1370 de 31 de outubro de 2017)** – Prorroga o prazo para construção da sede do SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, previsto na Lei nº 4035, de 5 de junho de 2013.
(O prazo para início da construção da sede do SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, previsto na Lei nº 4035, de 5 de junho de 2013, fica prorrogado em mais 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei)

OBS: Lei concretizada, obra não edificada.

Lei nº 5258, de 12 de dezembro de 2018 (891/1990, 1041/1991, 1262/1993) – Revoga o art. 3º da Lei nº 891, de 28 de março de 1990.
(Lei nº 891/1990 e nº 1262, de 23 de novembro de 1993 nº 1041, de 28 de maio de 1991 – A Lei nº 891/1990 - Autorizou o Executivo Municipal a doar parte da Reserva Municipal, quinhão nº 01, do Núcleo Bom Retiro, com área de 6.000m^2, reservando-se mais 4.000m^2 de área contígua para utilização posterior, à CATEL Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. Sendo que através da **Lei nº 1.041, de 28.5.1991** referido imóvel foi doado à Patomade Móveis de Madeiras Ltda., onde a mesma instalará uma indústria de carretas agrícolas, móveis e artefatos de madeira, reservando-se mais 4.000m^2 (quatro mil metros quadrados) de área contígua para utilização posterior. "Art. 3º - Em caso de extinção da donatária, ou na hipótese do imóvel vir a ser utilizado para fins diversos aos estabelecidos acima,

Fls. 204
Visto

o mesmo reverterá ao doador, com todas as benfeitorias que nele existirem, sem direito a qualquer indenização.") (Dério Rost & Cia. Ltda.)
OBS: Aguardando manifestação da Empresa.

Lei nº 5434, de 12 de novembro de 2019 (Publicada na página B4 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7517, de 16 e 17 de novembro de 2019 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/11/2019. Edição nº 1887) – Autoriza o Executivo Municipal a doar imóveis ao Estado do Paraná.
(Parte do Imóvel Horto Florestal, com área de 14.374,31m², avaliado em R$ 359.357,75. Parte do Imóvel Rua Terezinha Duarte om área de 663,81m² (seiscentos e sessenta e três metros e oitenta e um centímetros quadrados), avaliado em R$ 16.595,25. A doação autorizada por esta Lei destina-se a edificação do CENSE - Centro de Sócio Educação, neste Município de Pato Branco/PR. A construção do CENSE no Município de Pato Branco é de extrema importância, pois abrigará adolescentes que cumprem medidas sócias educativas, passando os mesmos a terem todo o atendimento necessário para sua recuperação e principalmente reinserção na sociedade e no convívio familiar)

OBS: Esperando o Estado assinar escritura.

Atenciosamente,

Município de Pato Branco
Rosangela da Silva Rossatti
Chefe da Divisão de Urbanismo

Rosangela da Silva Rossatti
Chefe da Divisão de Urbanismo

Município de Pato Branco
Gilmar Tumelero
Arquiteto e Urbanista
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 5052/2017
CAU - A36017-0

Gilmar Tumelero
Secretario de Planejamento Urbano

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Fls. 102
Visto

Ofício nº 4/2021/CECL

Pato Branco, 4 de outubro de 2021.

Senhor:

O Poder Legislativo Municipal está promovendo a consolidação da legislação do Município de Pato Branco, através da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis.

A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

O trabalho da comissão consiste na análise das leis e a filtragem das mesmas, conforme o cronograma anexo. Estamos no segundo filtro que consiste na classificação das leis com perda de objeto, inclusive as revogações tácitas.

Sendo assim, solicitamos os préstimos de V. Senhoria o sentido de que auxilie nos trabalhos da Comissão, especialmente na análise das leis municipais nº 1.246/1993, nº 1.648/1997 e 2.157/2002, atestando se as mesmas encontram-se vigentes ou foram revogadas tacitamente pela nova legislação municipal relacionada a previdência dos servidores públicos municipais.

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão

Senhor **Ademilson Cândido da Silva**
Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PatoPrev
E-mail: patoprev2@patobranco.pr.gov.br
Rua Tapajós, 64 - 1° andar - Centro
Pato Branco - Paraná

Fls. 106
Visto

Ofício nº 34/2021 Pato Branco, 21 de outubro de 2021

Senhora Presidente,

Atendendo solicitação desta Comissão para que o Instituto de Previdência auxilie no processo da consolidação da legislação do município de Pato Branco, em especial as Leis nºs 1246/93, 1648/97 e 2157/02, opinamos no seguinte sentido:

Tanto as leis 1246/93, 1648/97, 2157/02, quanto a lei 1708/98, podem e devem ser revogadas expressamente.

JUSTIFICATIVA:

Essas leis, tanto a 1246 que criou o extinto fundo de previdência, 1648/97 que tratou da cessão de créditos, 1708/98 que derrogou artigos que obrigavam servidor e município de contribuírem ao fundo, bem como a lei 2157/02 que retornou ao regime geral de previdência inss, já perderam o seu objeto, tanto em razão do longo decurso de prazo, quanto as reestruturações supervenientes que ocorreram, com o retorno ao INSS no período de 03/06/2002 à 31/07/2018 e, posteriormente com o retorno dos servidores ao regime próprio de previdência social RPPS.

Caso típico é a garantia então dada pela Lei 2157/02, da complementação do valor do benefício, então suprimida de forma expressa pela EC103/2019, que vedou que esse complemento de valores fosse efetuado de forma diversa ao sistema de capitalização, proposta pela emenda através do regime complementar de previdência.

Eventuais direitos existentes em razão dessas leis então revogadas, seriam protegidos pelo instituto do direito adquirido, pois em nosso ordenamento brasileiro, esta avaliação é feita pelo complemento dos requisitos até a data da sua revogação expressa ou tácita, não havendo necessidade de qualquer preocupação neste sentido. É o nosso entendimento.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
ADEMILSON CANDIDO SILVA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

Ademilson Cândido Silva

DIRETOR PRESIDENTE – PATOPREV

A Sua Senhoria a Senhora
ELIANA SCARIOT AMORIM
PRESIDENTE DA COMISSÃO
PATO BRANCO PR

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls. 20
Visto

Ofício nº 5/2021/CECL

Pato Branco, 5 de outubro de 2021.

Senhora:

O Poder Legislativo Municipal está promovendo a consolidação da legislação do Município de Pato Branco, através da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis.

A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

O trabalho da comissão consiste na análise das leis e a filtragem das mesmas, conforme o cronograma anexo. Estamos no segundo filtro que consiste na classificação das leis com perda de objeto, inclusive as revogações tácitas.

Sendo assim, solicitamos os préstimos de V. Senhoria para que auxilie nos trabalhos da Comissão, especialmente na análise das leis constantes no relatório anexo, atestando quais leis que ainda estão vigentes ou perderam o objeto ou ainda, foram revogadas tacitamente em virtude de nova legislação pertinente ao assunto.

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão

RECEBIDO
Data 05/10/21 Hora 13:45
Assinatura Julli Rebonatto
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

Senhora
Julli Rebonatto
Chefe do Setor de Tributação e Fiscalização da Prefeitura de Pato Branco
Pato Branco – Paraná
fiscalizacao@patobranco.pr.gov.br

Gmail

Eliana Scariot <eliana1scariotamorim@gmail.com>

Fls. 208
Visto

Resposta Ofício nº. 05/2021

2 mensagens

Fiscalização <fiscalizacao@patobranco.pr.gov.br> 16 de novembro de 2021 14:35
Para: Departamento Legislativo - CMPB <legislativo@patobranco.pr.leg.br>

Boa Tarde Eliana

Tudo bem?

Encaminho em anexo o ofício nº. 09/2021, em resposta ao ofício 05/2021.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Att

--
Julli Rebonatto
Chefe da Divisão de Tributação e Fiscalização
Município de Pato Branco - PR
46 3220 1577

IPTU E ISSQN ON LINE
http://nfse2.patobranco.pr.gov.br/iptu/index.php

oficio 09.pdf
1598K

Departamento Legislativo - CMPB <legislativo@patobranco.pr.leg.br> 16 de novembro de 2021 16:35
Para: Fiscalização <fiscalizacao@patobranco.pr.gov.br>

Boa tarde, Julli! Tudo bem por aqui, espero que contigo também!

Recebi e agradeço, em nome da comissão, pelo seu trabalho e prontidão.

Além da consolidação, estamos em fase de compilação das leis no SAPL. A Lei nº 2.432, de 2005, já está compilada, porém ainda não publicamos, porque precisamos revisar todas as leis compiladas. É um trabalho moroso, pois precisamos ser bem cautelosos.

Fls 109

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Administração e Finanças
Divisão de Fiscalização e Tributação

Ofício nº 009/2021-Fisco Pato Branco, 16 de novembro de 2021.

Assunto: **Resposta Ofício nº. 5/2021/CECL**

Senhora Presidente:

Considerando a solicitação contida no Ofício nº. 5/2021/CECL, e a análise das leis constantes no mesmo, encaminho em anexo as informações para dar andamento ao vosso trabalho de revisão e consolidação das leis.

Quanto às Leis nº. 1788/1998 e 3284/2009, as mesmas estão em análise em outros departamentos e serão revistas posteriormente.

A Lei 2366/2004 trata-se de produtividade fiscal aos servidores do departamento, sobre o incremento da arrecadação, no entanto nunca foi regulamentada. Deve ser analisada pelo Departamento de Recursos Humanos.

As Leis 1070/91, 2432/2005 e 4198/2013 estão em vigor. A Lei nº. 2432/2005 foi alterada posteriormente pelas Leis 2.444/2005 e 4444/2014 e não está compilada no SAPL.

Sendo o que havia para momento, renovo protestos de estima e consideração e estou à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Julli Rebonatto
Julli Rebonatto
Chefe de Tributação e Fiscalização

Ilma. Sra.
Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis
Câmara Municipal de Pato Branco

Lei	Assunto	Imóvel		Contribuinte que consta o nome na Lei	Análise	Resultado
		Quadra	Lote			
11/65	Isenção IPTU	4	14	Miguel Bai	Prédio em cima da Loja Esportiva, sem isenções	Revogar
15/65	Isenção Impostos	99	8	Danilo Amadori	Salas comerciais de outra contribuinte, sem isenções	Revogar
		126	1		Outro contribuinte, sem isenções	
		14	6		Prédio da Graziotin, salas comerciais, sem isenções	
22/65	Isenção impostos e taxas			Cooperativa Guarani (Capeg)	CNPJ 76.791.128/0001/82 baixado em 19/08/1998, sem débitos	Revogar
					CNPJ 79.864.708/0013-84 baixado em 01/09/1998, sem débitos	
					CNPJ 79.864.708/0010-31 inapto em 23/11/2018, débitos ajuizados	
					CNPJ 76.864.708/0001-40 inapto em 23/11/2018, sem débitos	
31/65	Isenção de Impostos			Pracinhas da FEB	Não tenho conhecimento que alguém foi isento	Revogar
38/65	Isenção impostos e taxas			Órfãos de pais falecidos em acidentes de trabalho	Não tenho conhecimento que alguém foi isento	Revogar
17/66	Isenção igrejas e outros			1 – Igreja Católica Apostólica Romana	Art 31 da CF isenta as igrejas do pagamento de impostos. Art. 150, Vi,"c" da CF, e Art. 14 IV alinea "c" do CTN	Revogar
				2 – Igreja Luterana		
				3 – Igreja Sino-Luterana		
				4 – Igreja Metodista		
				5 – Sport Clube Internacional		
				6 – Sociedade Esportiva Palmeiras		
				7 – Assembléia de Deus		
				8 – Industrial Esporte Clube		
				9 – Associação São Vicente de Paula (Colégio das Irmãs)		
				10 – Província Franciscana do Brasil.		
26/66	Isenção e devolução de Impostos (Lei 17/66)			LESP (Liga Esportiva do Sudoeste do Paraná).	Não existe atualmente cadastro deste contribuinte no sistema.	Revogar
38/66	Isenção ITBI	7	1	Comercial Auto Peças S.A.	Razões Sociais não localizadas no cadastro do Município, provavelmente as empresas não existem há bastante tempo.	Revogar
	Isenção IPTU	13	1	Motor Diesel Indústria e Comércio Ltda		

44/66	Isenção de ITBI	45	3 ,4 ,7 e 8		Diversos Contribuintes (86) no cadastro imobiliário, sem informações de isenção de ITBI	Revogar
		47	1 e 2		Diversos Contribuintes (9) no cadastro imobiliário, sem informações de isenção de ITBI	
198/75	Isenções tributárias para industrias se instalarem no Município				Lei preve regulamentação e nunca foi regulamentada. Os critérios da Lei são desatualizados	Revogar
296/77	Isenção IPTU	CH 203, 205 E 206		Jacy Rodrigues Ferreira e **outros futuros**	Lei preve isenção de IPTU por 5 anos por doação de área ao Município. A presente área retornará ao Senhor Jacy Rodrigues Ferreira, se eventualmente não vier a ser edificado o Centro Social Urbano de Pato Branco. O centro foi construído e posteriormente foi substituido pela Escola Irmã Dulce. Quanto as futuras doações previstas na Lei deve-se revogar. Os herdeiros do Sr. Jacy receberam a isenção do IPTU por 5 anos a partir de 2012.	Lei foi cumprida quanto ao Jacy. Revogar quanto as doações futuras.
1070/91	Isenção ITBI			Imóveis que compõem os conjuntos habitacionais Planalto II, III, IV, V e VI da Cohalar	A Lei, segundo o deparamento de cadastro imobiliário (responsável pelo lançamento de ITBI) está sendo utilizada.	Em vigor
1089/92	Dação em Pagamento	794	1	Irmãos Baggio Ltda	Atualmente é o estacionamento da Associação de Moradores do Bairro Cristo Rei	
1117/92	Dação em Pagamento			Valdir Petrycoski	Reserva Municipal	
1326/94	Dação em Pagamento			João Pedro Bortot e outros	Campo de Futebol Bortot	
1403/95	Recebe em doação			Avícola Pato Branco	Doação de parte de chácara para abertura de rua.	
1501/96	Dação em Pagamento	CH	66-A	Nisse Borsoi	Doação de parte de chácara para prolongamento da rua Ivai, isentando o contribuinte de pagamento de taxa de pavimentação	
1517/96	Dação em Pagamento	Lote rural	37	Diversos	Recebeu o imóvel em dação e a área foi destinada a implantação de conjunto habitacional	

1548/96	Compensação como forma de extinção de crédito tributário e dação em pagamento				Compensação: forma de extinção de crédito tributário prevista no inciso II do artigo 110 do CTM. Quanto a dação em pagamento foi inserida no CTM através da LC 80/19: Inciso XI – a dação em pagamento ao Município, de acordo com regulamentação própria, a qual estabelecerá a forma e as condições gerais que se dará a dação em pagamento. Foi regulamentada atraves da LC 81/20 (esta parte não está compilada na LC 001/98	Revogar
1550/96	Simples Nacional e convênio com a União			Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, mediante adesão do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte-SIMPLES e dá outras providências.	Ver Lei Complementar 34/2009 em vigor: Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, na conformidade das normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar (Federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar (Federal) nº 127 de 14 de agosto de 2007 e Lei Complementar (Federal) nº 128 de 19 de dezembro de 2008 e revoga a Lei Complementar nº 22, de 14 de novembro de 2007.	Revogar
1788/98	Dação em Pagamento	Chácara nº 186-B		V. P. Incorporação e Construção Ltda.		Em análise
1839/99	Dação em Pagamento	Chácara nº 11		Juares Todeschini	Confirmado que o imóvel pertence ao Município	
1971/00	Dação em Pagamento	812	3, 4 e 5	Edson Luiz Rodrigues Ferreira, Paulo Cesar Rodrigues Ferreira e Emerson Carlos Rodrigues Ferreira.	Confirmado que os imóveis estão em nome da Prefeitura	
1979/00	Dação em Pagamento	1086	7	Zeferino de Barba	Confirmado que o imóvel pertenceu a Prefeitura até o ano de 2006	
2111/01	Isenta ITBI por permuta				Entendo que a lei não está mais em vigor por se tratar de imóveis específicos, de acordo com o § 1º.	
2202/02	Dação em Pagamento	285	10		Confirmado que o imóvel pertenceu a Prefeitura até o ano de 2011.	
2248/03	Dação em Pagamento	1177	1	Valdir Tumelero	Confirmado que o imóvel pertenceu a Prefeitura até o ano de 2006.	

2333/04	Institui Obrigação Tributária - DEVEM			Pessoas físicas ou jurídicas que produzirem, que venderem ou que movimentarem Produtos Primários	Ninguém tem conhecimento desta lei (nem na tributação nem na Agricultura) atualmente a agricultura imprime as notas fiscais de produtor, faz as baixas e posteriormente encaminha à Receita Estadual	
2366/04	Institui Gratificação por produtividade			Servidores lotados nos setores de tributação, fiscalização e cadastro	Esta Lei nunca foi regulamentada.	Ver RH
2432/05	Parcelamento de débitos				Lei em vigor e utilizada, deve ser compilada com 2444/2005 e 4444/2014.	
2815/07	Dação em Pagamento	698	5	Espólio de Neve Viganó Ferrazza	Confirmado que o imóvel pertenceu a Prefeitura até o ano de 2011.	
2815/08	Dação em Pagamento				Confirmado que o imóvel pertenceu a Prefeitura até o ano de 2011.	
3284/09	Dação em Pagamento	Chácara	115B	Emerson Carlos Rodrigues Ferreira e outros		Em análise
4198/13	Isenção de ITBI e IPTU (durante a execução da obra) Loteamento São Pedro				Lei em vigor	

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls. 2
Visto

Ofício nº 6/2021/CECL

Pato Branco, 8 de outubro de 2021.

Senhora:

O Poder Legislativo Municipal está promovendo a consolidação da legislação do Município de Pato Branco, através da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis.

A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

O trabalho da comissão consiste na análise das leis e a filtragem das mesmas. Estamos no segundo filtro que consiste na classificação das leis com perda de objeto, inclusive as revogações tácitas.

Sendo assim, solicitamos os préstimos de V. Senhoria para que auxilie nos trabalhos da Comissão, especialmente na análise das leis nº 2960/2008 e nº 2961/2008, atestando se ainda estão vigentes ou perderam o objeto ou ainda, foram revogadas tacitamente em virtude de nova legislação pertinente ao assunto.

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão

Senhora
Elizandra Kovalski Nunes da Silva
Contadora da Prefeitura de Pato Branco
Pato Branco – Paraná

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Assistência Social

Fls. 15
Visto

Memorando: 555/2021	Pato Branco, 14 de outubro de 2021
Da: Secretaria de Assistência Social	
Para: Contabilidade- A/C Elizandra Kovalski Nunes da Silva	
Assunto: Resposta relativa ao Ofício sob nº 06/2021	

Prezada Senhora,

Considerando o recebimento do ofício sob nº 06/2021 advindo da Câmara Municipal de Pato Branco, informamos que as Leis sob nº 2.960/2008 e nº 2.961/2008, as quais abordam acerca de repasse financeiro às entidades FUNDABEM- Fundação Patobranquense do Bem Estar e APAE- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco necessitam ser revogadas, em razão da alteração das normativas vigentes federais

Ressaltamos que a partir da publicação da Resolução CNAS sob nº 109/2009 que padroniza os serviços socioassistenciais, por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, bem como a Lei 12.435/2011 que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social- SUAS a nível nacional, os recursos financeiros a nível federam são repassados ao ente municipal por meio dos blocos de financiamento para custear as ofertas dos serviços tipificados.

Dessa forma, as entidades nominadas acima ofertam os serviços inerentes à Assistência Social de forma complementar por meio da sua vinculação ao SUAS, estando assim cofinanciados pela Municipalidade por intermédio das subvenções sociais. Por essa razão, entende-se a necessidade da revogação das leis supracitadas.

Atenciosamente,

Luana Varaschim Perin
Secretária de Assistência Social

Recebido em 15-10-21

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Fls. 16
Visto

Ofício nº 7/2021/CECL

Pato Branco, 8 de outubro de 2021.

Senhora:

O Poder Legislativo Municipal está promovendo a consolidação da legislação do Município de Pato Branco, através da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis.

A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

O trabalho da comissão consiste na análise das leis e a filtragem das mesmas. Estamos no segundo filtro que consiste na classificação das leis com perda de objeto, inclusive as revogações tácitas.

Sendo assim, solicitamos os préstimos de V. Senhoria para que auxilie nos trabalhos da Comissão, especialmente na análise das leis nº 9/1962 e 788/1988, atestando se ainda estão vigentes ou perderam o objeto ou ainda, foram revogadas tacitamente em virtude de nova legislação pertinente ao assunto.

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Presidente da Comissão

Senhora
Monica Chimello
Departamento Financeiro da Prefeitura de Pato Branco
Pato Branco – Paraná

Gmail

Gean Dranka <gean.legislativopb@gmail.com>

Fls. 212
Visto

Consolidação de Leis

3 mensagens

Gean Dranka <gean@patobranco.pr.leg.br> 8 de outubro de 2021 10:43
Para: financeiro@patobranco.pr.gov.br

Bom dia, Monica!

Conforme conversamos por whatsapp, encaminho em anexo o ofício.

Solicitamos os préstimos de encaminhar a resposta até a data de 20/10/2021, tendo em vista o cronograma da Comissão, conforme acordado em reunião com o Prefeito Municipal.

Qualquer dúvida nos colocamos à disposição!

At.te

GEAN G. DRANKA
Técnico Legislativo I
gean@patobranco.pr.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Rua Arariboia, 491, Centro • Pato Branco
CEP 85501-262 • (46) 3272-1514
www.patobranco.pr.leg.br

Ofício 7-2021-CECL.pdf
473K

Financeiro <financeiro@patobranco.pr.gov.br> 8 de outubro de 2021 17:11
Para: Gean Dranka <gean@patobranco.pr.leg.br>

OK

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Financeiro <financeiro@patobranco.pr.gov.br> 18 de outubro de 2021 08:38
Para: Gean Dranka <gean@patobranco.pr.leg.br>

Fizemos um pesquisa e conforme informado pela família a Sra Madalena Karpinski faleceu em 02/09/1999, portanto extingue-se as Leis 09/62 e 788/88.

Em 08/10/2021 10:43, Gean Dranka escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Fls 215
Visto

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2021
CECL

Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2021, com início às 9 horas realizou-se na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Arariboia nº 491, reunião, previamente agendada em 8 de outubro de 2021 pelo grupo de WhatsApp da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco, tendo como finalidade consolidar a legislação municipal, instituída conforme Portaria nº 22, de 14 de maio de 2021. Presentes na reunião os membros da Comissão: vereadores Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV; os servidores Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame; a assessora parlamentar Adriana Marisa Klein Rezzardi, e o assessor jurídico José Renato Monteiro do Rosário. Ausente, o membro da comissão Marcos Junior Marini - Podemos. Dando início à reunião, a presidente da Comissão, Eliana Scariot Amorim, fez uma retrospectiva dos trabalhos da comissão realizados até esta data. O trabalho iniciou-se em 13 de maio de 2021, com a primeira reunião com a presença do consultor André Leandro Barbi de Souza, quando foram definidas as etapas do trabalho de consolidação das leis. Inicialmente os servidores e membros da Comissão, Eliana Scariot Amorim e Gean Geronimo Dranka identificaram as leis municipais e as organizaram no banco eletrônico de dados, SAPL - Sistema de Apoio ao Processo Legislativo e passaram a aplicar o primeiro filtro do cronograma de trabalhos de consolidação das leis municipais, classificando as leis com vigência esgotada e as leis revogadas expressamente; a seguir passou-se à aplicação do segundo filtro, que consiste na classificação das leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas. O resultado da aplicação dos dois primeiros filtros, foi o seguinte: das leis ordinárias de 1953 à 2020, que passarão pelo processo de consolidação, resultam um total de 5.975 leis; 566 leis revogadas expressamente; 2.410 leis com prazo de vigência esgotado; 1.099 leis com perda de objeto/revogações tácitas. Será aplicado ainda, nesta fase, o terceiro filtro que consiste na classificação das leis não recepcionadas constitucionalmente. Esta análise ficou de responsabilidade do consultor André Barbi. Eliana e Gean explicaram que o resultado da aplicação do segundo filtro poderá sofrer variação considerando que no dia 30 de setembro de 2021, foi encaminhado o Ofício nº 3/2021/CECL contendo uma relação de leis ao Poder Executivo, entregue pessoalmente ao Prefeito Robson Cantu, relativa a doações, permutas de imóveis e cessões de uso, solicitando que através do setor responsável ateste quais leis que ainda estão vigentes ou perderam o objeto em virtude do não cumprimento das condicionantes nelas estabelecidas. Na ocasião, participaram do ato os integrantes da Comissão, Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame, o presidente da Câmara, Joecir Bernardi e o assessor jurídico José Renato Monteiro do Rosário, bem como o Prefeito Robson Cantu, o diretor do Departamento de Gabinete, Agustinho Rossi; a chefe da Divisão de Urbanismo, Rosangela da Silva Rossatti; a assessora jurídica Manuela Roussenq Sguarizi; e a assistente administrativo Janayna Bortoli Hammerschmidt. Em 4 de outubro de 2021, foi encaminhado o Ofício nº 4/2021/CECL, ao Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PatoPrev, senhor Ademilson Cândido da Silva, solicitando a análise técnica das leis municipais nº 1.246/1993, nº 1.648/1997 e 2.157/2002, atestando se as mesmas encontram-se vigentes ou foram revogadas tacitamente pela nova legislação municipal relacionada a previdência dos servidores públicos municipais. Em 5 de outubro de 2021, foi encaminhado o Ofício nº 5/2021/CECL, à Chefe do Setor de Tributação e Fiscalização da Prefeitura de Pato Branco, Julli Rebonatto, enviando um relatório de leis relativas à tributação, e solicitando o atesto do setor nas leis que ainda estão vigentes ou perderam o objeto ou ainda, foram revogadas tacitamente em virtude de nova legislação pertinente ao assunto. Em 8 de outubro de 2021, foi encaminhado o Ofício nº 6/2021/CECL, à Contadora da Prefeitura de Pato Branco, Elizandra Kovalski Nunes da Silva, solicitando a análise técnica do setor contábil especialmente das leis nº 2.960/2008 e nº 2.961/2008, atestando se ainda estão vigentes ou perderam o objeto ou ainda, foram revogadas tacitamente em virtude de nova legislação pertinente ao assunto.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Fls. 219 Visto

Por último, na mesma data foi encaminhado o Ofício nº 7/2021/CECL, ao Departamento Financeiro da Prefeitura de Pato Branco, Monica Chimello, solicitando a análise técnica do departamento especialmente na análise das leis nº 9/1962 e 788/1988, atestando se ainda estão vigentes ou perderam o objeto ou ainda, foram revogadas tacitamente em virtude de nova legislação pertinente ao assunto. Destes ofícios encaminhados recebemos resposta ao Ofício nº 6/2021/CECL, os demais, a comissão está aguardando. A seguir, a presidente da Comissão, Eliana Scariot Amorim, informou e convidou os membros da CECL para que nos dias 26 e 27 de outubro de 2021, participem de reunião com a presença do consultor André Barbi, o qual estará em reunião presencial com a comissão, com o objetivo de revisar o trabalho de análise das leis que serão revogadas por consolidação, finalizando com a apresentação do primeiro projeto de lei relativo à consolidação das leis municipais de Pato Branco. Por fim, foi informado que o Projeto de Resolução nº 3, de 1º de outubro de 2021, de autoria da Mesa Diretora composta pelos vereadores Joecir Bernardi - PSD (Presidente), Claudemir Zanco - PL (Vice-presidente), Lindomar Rodrigo Brandão - DEM (1º Secretário) e Thania Maria Caminski Gehlen - DEM (2ª Secretária), que acrescenta o Capítulo IIIA, junto ao Título VII, com os arts. 184A e 184B no Regimento Interno da Câmara Municipal, dispondo sobre o procedimento especial de tramitação de projeto de consolidação de leis, está em tramite na Casa, devendo ser aprovado no próximo mês de novembro a fim de permitir o rito próprio de tramitação dos projetos de lei de consolidação. Nada mais havendo a ser tratado, às 9h40min foi encerrada a reunião. Lavramos a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 19 de outubro de 2021.

Eduardo Albani Dala Costa - MDB

Maria Cristina de Oliveira R. Hamera - PV

Eliana Scariot Amorim

Gean Geronimo Dranka

Luciano Beltrame

José Renato Monteiro do Rosário

Adriana Marisa Klein Rezzardi

Fls. 22
Visto

Procedimentos para Consolidação de Leis

Responsabilidade do autor do projeto

Passo um

Identificação das leis

Passo dois

Organização das leis em um banco eletrônico de dados

Passo três *(primeiro filtro)*

Classificar as leis com vigência esgotada

Revogação por lei específica

Passo quatro *(segundo filtro)*

Classificar as leis com perda de objeto, inclusive por revogações tácitas

Revogação por lei própria

Passo cinco *(terceiro filtro)*

Classificar as leis não recepcionadas constitucionalmente

Revogação por lei própria

Passo seis *(quarto filtro)*

Das leis restantes

Leis de caráter específico

Não são consolidáveis (permanecem em vigor com a numeração de origem)

Leis de caráter geral e impessoal

Submetem-se ao processo de consolidação

Passo sete *(quinto filtro)*

Das leis consolidáveis

Classificar por eixos temáticos

Passo oito *(em cada eixo temático)*

Identificar se há lei-referência

Analisar por quadros comparativos os conteúdos e as formas dos dispositivos de cada lei, tendo como base de trabalho a lei-referência

Passo nove

Redação do projeto de lei, tendo como justificativa os quadros analíticos

Passo dez

Protocolo legislativo do projeto de lei de consolidação

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Fls. 222
Visto

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2021
CECL

Aos 26 (vinte e seis) e 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro de 2021, realizou-se na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Arariboia nº 491, reunião, previamente agendada, conforme consta na Ata da Reunião da CECL, realizada em 19 de outubro de 2021, da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco, tendo como finalidade consolidar a legislação municipal, instituída conforme Portaria nº 22, de 14 de maio de 2021. No dia 26 de outubro de 2021 a reunião teve início às 14h30min, a qual encerrou-se às 17h30min desta mesma data e teve continuidade no dia 27 de outubro de 2021 com início às 8h30min e encerramento às 11 horas , conforme cronograma acordado. Presentes na reunião do dia 26 de outubro de 2021 os membros da Comissão: servidores Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame; o assessor jurídico José Renato Monteiro do Rosário; e o consultor do Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - IGAM, André Leandro Barbi de Souza. Presentes na reunião no dia 27 de outubro de 2021 os membros da Comissão: vereadores Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Marcos Junior Marini - Podemos e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV; os servidores Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame; os assessores parlamentares Adriana Marisa Klein Rezzardi e Vandirlei Lira da Cruz; o assessor jurídico José Renato Monteiro do Rosário; o presidente do Poder Legislativo, Joecir Bernardi e o consultor do Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - IGAM, André Leandro Barbi de Souza. No dia 26 de outubro de 2021 foi feita uma revisão geral do trabalho realizado pelos membros da Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco. No dia 27 de outubro de 2021, o consultor André Barbi, apresentou para discussão pelos membros da Comissão, um plano para composição de articulação do processo de consolidação de leis. Ficou definido que as leis revogadas por decurso de prazo serão consolidadas obedecendo a ordem cronológica das mesmas, sem a necessidade de dividí-las por temas. As leis revogadas por perda de objeto serão consolidadas por lei própria. As leis que denominam bens públicos consolidadas obedecendo o critério de tipos de bens, sejam ruas, praças ou próprios. As leis que reconhecem utilidade pública instituições serão consolidadas com o critério da cronologia, da mais antiga para a mais recente, sendo revogadas todas as leis com este tema, que tiveram o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ baixado. A definição dos eixos temáticos foram definidos da seguinte forma: saúde, educação, assistência social, direitos humanos, saneamento básico, infraestrutura, plano diretor e mobilidade, obras, posturas, meio ambiente, patrimônio, funcionalismo, estrutura orgânica, orçamento e finanças, tributos, lazer, desporto, cultura e habitação. À medida em que o trabalho for realizado poderá haver necessidade de ampliação dos eixos temáticos, ou mesmo a exclusão. Discutiu-se ainda a necessidade de criar um plano de divulgação do trabalho de consolidação das leis do Município, uma vez que a forma da busca pela legislação consolidada irá sofrer alteração comparada à busca da legislação conforme é atualmente, considerando as 6.000 leis existentes. Outro tema discutido foi com relação à numeração das leis consolidadas, se as mesmas seguem numeração das leis ordinárias ou se é possível uma numeração especial, por consolidação. Por fim, os membros da comissão, Eliana e Gean, ressaltaram que a comissão aguarda respostas oficiais aos questionamentos encaminhados na forma de relatórios, ao Poder Executivo, para que se conclua a relação das leis a serem revogadas por consolidação. Assim que a comissão receber todas respostas, o projeto de lei poderá ser apresentado aos vereadores para que siga a tramitação na Casa. Para finalizar, André Barbi manifestou que o Igam será responsável pela estruturação do projeto de lei e a comissão deverá promover a classificação das leis nos eixos temáticos estabelecidos nesta reunião. Nada mais havendo

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Fls. 223
Visto

a ser tratado, às 11 horas foi encerrada a reunião. Lavramos a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 27 de outubro de 2021.

Eduardo Albani Dala Costa - MDB

Marcos Junior Marini - Podemos

Maria Cristina de Oliveira R. Hamera - PV

Eliana Scariot Amorim

Gean Geronimo Dranka

Luciano Beltrame

Adriana Marisa Klein Rezzardi

Vandirlei Lira da Cruz

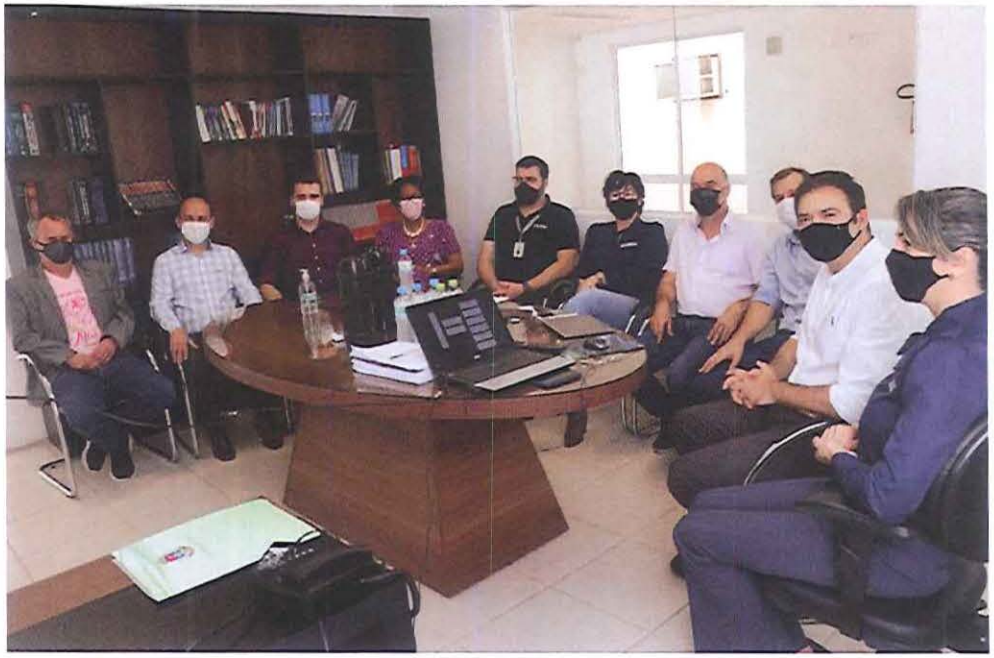
José Renato Monteiro do Rosário

Joecir Bernardi

André Leandro Barbi de Souza













Fls. 22
Visto

Fls 226

Ofício nº 1/2021-CJR

Pato Branco, 15 de dezembro de 2021.

Senhores,

A Comissão de Justiça e Redação composta pelos Vereadores Dirceu Luiz Boaretto - Podemos (Presidente), Claudemir Zanco - PL (membro), Eduardo Albani Dala Costa - MDB (Membro), Romulo Faggion - PSL (Membro), e Thania Maria Caminski Gehlen-DEM (membro), informam que o trâmite das matérias abaixo elencadas não foram concluídas, sendo portanto necessária a redistribuição das mesmas no próximo ano legislativo.

*Projeto de Lei Ordinária nº 215 de 2021 - Estava em análise, prazo encerrado em 12/12/2021, porém não possível de relatoria visto a complexidade da matéria que demanda maior tempo de estudo e análise;

*Projeto de Lei Ordinária nº 165 de 2021 - Aguardando resposta de requerimento;

*Projeto de Lei Ordinária nº 156 de 2021 - Aguardando resposta de requerimento;

*Projeto de Lei Ordinária nº 155 de 2021 - Aguardando resposta de requerimento;

*Projeto de Lei Ordinária nº 152 de 2021 - Aguardando Resposta de Requerimento;

*Projeto de Lei Ordinária nº 129 de 2021 - Aguardando Resposta de Requerimento;

*Projeto de Lei Ordinária nº 128 de 2021 - aguardando parecer, entretanto, não possível de relatoria visto a complexidade da matéria que demanda maior tempo de estudo e análise;

*Projeto de Lei Ordinária nº 120 de 2021 - Tramitação Suspensa.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 15 de dezembro de 2021.

Dirceu Luiz Boaretto
Vereador – Podemos

A/C
DEPARTAMENRTO LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Pato Branco
Rua Araribóia, 491, Centro
Pato Branco - Paraná

Fls 227
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 199/2022
Data: 11/02/2022 - Horário: 16:56
Legislativo - REQ 73/2022

GABINETE DO VEREADOR MARCOS MARINI

Excelentíssimo Senhor
CLAUDEMIR ZANCO
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 73/2022

Requer a prorrogação de prazo por (10 dias) para exarar parecer ao Projeto de Lei nº 215/2021, conforme art. 53, do Regimento Interno.

O vereador infra-assinado, **Marcos Junior Marini - Podemos,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer a prorrogação de prazo por 10 (dez) dias, para exarar parecer ao P**rojeto de Lei nº 215/202**1, conforme art. 53, do Regimento Interno.

Conforme prevê o Art. 53, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, "§ 1 º o prazo de que trata o "capuf' deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento fundamentado dirigido ao Presidente da Câmara".

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 11 de fevereiro de 2022.

MARCOS JUNIOR MARINI
VEREADOR - PODEMOS
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb11/02/2022 16:58:56 -03:00

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 323/2022
Data: 22/02/2022 - Horário: 15:39
Legislativo - REQ 130/2022

Fls 228
Visto

GABINETE DO VEREADOR MARCOS MARINI

Excelentíssimo Senhor
CLAUDEMIR ZANCO
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 130/2022

Requer a prorrogação de prazo por (10 dias) para exarar parecer ao Projeto de Lei nº 215/2021, conforme Art. 53, do Regimento Interno.

O vereador infra-assinado, **Marcos Junior Marini - Podemos,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer a prorrogação de prazo por 10 (dez) dias, para exarar parecer ao Projeto de Lei nº 215/2021, conforme Art. 53, do Regimento Interno.

Conforme prevê o Art. 53, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, "§ 1 º o prazo de que trata o "capuf' deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento fundamentado dirigido ao Presidente da Câmara".

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 22 de fevereiro de 2022.

MARCOS JUNIOR MARINI
VEREADOR - PODEMOS
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb22/02/2022 16:59:00 -03:00

Fls. 229
Visto

GABINETE DO VEREADOR MARCOS MARINI

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 622/2022
Data: 22/03/2022 - Horário: 14:00
Legislativo - PCRJ 20/2022

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 215/2021

EMENTA: Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

AUTORES: Claudemir Zanco
Dirceu Luiz Boaretto
Eduardo Albani Dala Costa
Januário Koslinski
Joecir Bernardi
Lindomar Rodrigo Brandão
Marcos Junior Marini
Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera
Rafael Celestrin
Romulo Faggion
Thania Maria Caminski Gehlen

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 01/12/2021

RELATOR: Marcos Marini

I – RELATÓRIO E ANÁLISE

O Projeto em questão, de autoria de todos os vereadores desta Casa de Leis, propõe a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco, implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

Fls 230
Visto

GABINETE DO VEREADOR MARCOS MARINI

No ano de 2021, diante do número de leis que se acumulam no ordenamento jurídico do Município de Pato Branco, o Poder Legislativo, através de seu presidente, Joecir Bernardi, com o apoio de todos os vereadores, teve a iniciativa de constituir uma Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco, tendo como finalidade consolidar a legislação municipal.

A comissão foi instituída através da Portaria nº 22, de 14 de maio de 2021 e composta pelos seguintes membros: servidores do Poder Legislativo: Eliana Scariot Amorim, Gean Geronimo Dranka e Luciano Beltrame; vereadores: Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Marcos Junior Marini - Podemos e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV.

Para dar suporte e assessoria à Comissão, através do Contrato nº 17/2021, foi contratada a empresa Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - Igam, para prestação de serviço para a realização de treinamento, consultoria e monitoramento junto ao processo de consolidação de leis do município de Pato Branco.

Após diversas reuniões, entre a Comissão Especial e a empresa contratada, e também, após diligências efetuadas junto ao Executivo Municipal, a Comissão Especial de Revisão e Consolidação das Leis do Município de Pato Branco apresentou uma tabela contendo o resultado das leis analisadas:

NÚMERO DE LEIS ANALISADAS NO PERÍODO DE: ANOS 1953 A 2020		**5.975**
LEIS COM PERDA DE VIGÊNCIA	**LEIS COM PERDA DE OBJETO/REVOGAÇÕES TÁCITAS**	**LEIS REVOGADAS EXPRESSAMENTE**
2.406	**1328**	**566**

Através deste projeto de lei, foi apresentado uma lista, em ordem cronológica das leis a serem revogadas por consolidação. Ressalta-se que, após fazer uma analise, verificou-se que as informações enviadas pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, através da servidora designada pelo Ofício nº 436/2021/GP, de 04/10/2021, senhora Rosangela da Silva Rossatti, não foram suficientes, para que se tenha segurança quanto à

Fls. 231
Visto

revogação dessas leis (Permuta de Imóveis, Cessão de uso/concessão de direito real e Doação de imóvel).

Nesse sentido, estamos apresentando uma emenda supressiva, visando suprimir essas leis, para que assim, possamos fazer uma análise mais minuciosa, e, numa próxima etapa, apresentar uma nova lista para revogação, na qual essas leis poderão ser reavaliadas.

Sendo assim, uma das próximas etapas do trabalho, consistirá em uma nova consulta ao executivo, solicitando o envio de novo relatório, visto que o município instituiu uma comissão através da Portaria 1254/2021 de 22/10/2021, comissão esta, com com objetivo de analisar as leis de incentivos municipais. Ainda, outra etapa de trabalho será a de agrupar a legislação restante, após a lei de revogação por consolidação, em eixos temáticos, como por exemplo, leis da saúde, educação, assistência social, infraestrutura, saneamento básico, funcionalismo, patrimônio, meio ambiente, plano diretor e mobilidade, obras e posturas; lazer e desporto, orçamento e finanças, cultura, habitação e tributos.

II - TÉCNICA LEGISLATIVA

Em relação a proposição em tela, verificando a técnica legislativa, no que diz respeito à competência legislativa sobre a matéria em questão, não há impedimento legal, pois o projeto se pautou conforme previsto no art. 13 da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Ressalta-se que a LC nº 95 de 1998 destaca que as leis federais serão reunidas em codificações e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Federal.

A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

Adicionalmente, ressaltamos que este Projeto de Lei está em conformidade com o Regimento Interno, em especial CAPÍTULO III-A.

Fls. 232
Visto

GABINETE DO VEREADOR MARCOS MARINI

III - VOTO DO RELATOR

Após análise detalhada de toda a documentação, levando em consideração que esta comissão deve emitir Parecer sobre os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa, e quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições, conforme Art. 62 do Regimento Interno, compreendo que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal.

Em face do exposto, o voto desta relatoria é **FAVORÁVEL** ao Projeto Nº 215/2021 à sua aprovação por esta Casa de Leis.

Pato Branco, 16 de março de 2022

MARCOS JUNIOR MARINI
VEREADOR - PODEMOS
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:25:27 -03:00

Fls. 233
Visto

GABINETE DO VEREADOR MARCOS MARINI

IV - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, em reunião, após análise, **acompanham** à regimental tramitação do Projeto de Lei n° 215/2021

Pato Branco, 16 de março de 2022

LINDOMAR RODRIGO BRANDAO
VEREADOR - PP
Assinado Digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 18:07:09 -03:00

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIÃO BRASIL
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:26:42 -03:00

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
VEREADOR - MDB
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:36:03 -03:00

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES HAMERA
VEREADORA PV
Assinado Digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:32:42 -03:00

Fls 234
Visto

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR MARCOS MARINI

Exmo. Sr.
CIAUDEMIR ZANCO
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 626/2022
Data: 22/03/2022 - Horário: 14:56
Legislativo - EM 5/2022

O vereador que abaixo assina, **membro da Comissão de Justiça e Redação,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA SUPRESSIIVA** ao **Projeto de Lei nº 215/2021** - Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

APROVADO
Data 30/3/2022
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01:

Suprimir os incisos abaixo relacionados, constantes no Art. 1º do Projeto de Lei Nº 215/2021:

"Art. 1º .....

CIX.Lei nº 10, de 15 de março de 1957;
CXLVI.Lei nº 2, de 10 de junho de 1958;
CXLVII. Lei nº 2A, de 4 de março de 1958;
CXLVIII. Lei nº 3, de 17 de julho de 1958;
CXCVIII. Lei nº 33, de 17 de outubro de 1959;
CCXVIII. Lei nº 9, de 29 de março de 1960;
CCXIX. Lei nº 10, de 29 de março de 1960;
CCXXXIX. Lei nº 13, de 15 de abril de 1961;
CCXLVI. Lei nº 21, de 16 de outubro de 1961;
CCLIII. Lei nº 1, de 15 de fevereiro de 1962;
CCCVI.Lei nº 9, de 6 de julho de 1964;
CCCXVIII. Lei nº 2, de 8 de março de 1965;
CCCLII. Lei nº 41, de 2 de outubro de 1965;
CCCLXXXIII. Lei nº 18, de 8 de junho de 1966;
CCCXCVI. Lei nº 33, de 2 de agosto de 1966;
CDIX. Lei nº 2, de 3 de fevereiro de 1967;
CDXI. Lei nº 4, de 14 de fevereiro de 1967;
CDXIX. Lei nº 14, de 7 de julho de 1967;
CDLXIX. Lei nº 12, de 16 de julho de 1969;
CDLXXIV. Lei nº 18, de 12 de setembro de 1969;
DI. Lei nº 59, de 11 de maio de 1971;
DXIII.Lei nº 73, de 9 de novembro de 1971;
DXXXIII.Lei nº 105, de 6 de julho de 1972;
DLVI.Lei nº 140, de 8 de setembro de 1973;
DLVIII.Lei nº 144, de 9 de novembro de 1973;
DLXXIII.Lei nº 161, de 9 de maio de 1974;
DXCII.Lei nº 183, de 12 de maio de 1975;

Fls 235
Visto

DXCV.Lei nº 186, de 11 de junho de 1975;
DXCVI.Lei nº 187, de 11 de junho de 1975;
DCIV.Lei nº 199, de 13 de outubro de 1975;
DCXII. Lei nº 212, de 22 de março de 1976;
DCXIX. Lei nº 222, de 2 de julho de 1976;
DCXXX. Lei nº 236, de 18 de outubro de 1976;
DCXXXIII. Lei nº 240, de 11 de novembro de 1976;
DCXXXVII. Lei nº 244, de 16 de dezembro de 1976;
DCXL. Lei nº 247, de 24 de janeiro de 1977;
DCXLIV.Lei nº 252, de 14 de março de 1977;
DCXLVI.Lei nº 254, de 14 de março de 1977;
DCLVIII. Lei nº 270, de 21 de junho de 1977;
DCLXV. Lei nº 279, de 12 de setembro de 1977;
DCLXX. Lei nº 285, de 7 de outubro de 1977;
DCLXXVIII. Lei nº 295, de 1 de dezembro de 1977;
DCLXXIX.Lei nº 296, de 6 de dezembro de 1977;
DCXXXIX. Lei nº 296, de 6 de dezembro de 1977;
DCXXXIX. Lei nº 310, de 12 de abril de 1978;
DCXCII. Lei nº 313, de 17 de agosto de 1978;
DCXCIV. Lei nº 316, de 29 de setembro de 1978;
DCXCVI. Lei nº 318, de 29 de setembro de 1978;
DCCVI. Lei nº 337, de 15 de maio de 1979;
DCCVII. Lei nº 340, de 13 de junho de 1979;
DCCXX. Lei nº 359, de 5 de dezembro de 1979;
DCCXXIX. Lei nº 377, de 26 de agosto de 1980;
DCCXXX. Lei nº 378, de 2 de setembro de 1980;
DCCXXXI. Lei nº 379, de 16 de setembro de 1980;
DCCXXXIV. Lei nº 383, de 29 de setembro de 1980;
DCCXLVIII. Lei nº 401, de 14 de abril de 1981;
DCCLXVII. Lei nº 427, de 30 de novembro de 1981;
DCCLXXI. Lei nº 430, de 24 de março de 1982;
DCCLXXXVII. Lei nº 459, de 29 de novembro de 1982;
DCCXC. Lei nº 462, de 6 de dezembro de 1982;
DCCCII. Lei nº 476, de 20 de maio de 1983;
DCCCIX. Lei nº 489, de 24 de junho de 1983;
DCCCXIV.Lei nº 497, de 12 de julho de 1983;
DCCCXXIX. Lei nº 513, de 24 de outubro de 1983;
DCCCXXXV. Lei nº 523, de 28 de novembro de 1983;
DCCCLXXXIX. Lei nº 594, de 19 de novembro de 1984;
CMVI. Lei nº 617, de 27 de agosto de 1985;
CMVII. Lei nº 618, de 13 de setembro de 1985;
CMXVIII. Lei nº 631, de 6 de novembro de 1985;
CMXIX. Lei nº 632, de 11 de novembro de 1985;
CMXXI.Lei nº 634, de 12 de novembro de 1985;
CMXXV. Lei nº 644, de 5 de dezembro de 1985;
CMXXVI. Lei nº 645, de 5 de dezembro de 1985;
CMXXVII. Lei nº 646, de 5 de dezembro de 1985;
CMXXXII. Lei nº 657, de 9 de abril de 1986;
CMXXXV. Lei nº 660, de 9 de abril de 1986;
CMXXXVI.Lei nº 661, de 15 de abril de 1986;
CMXLIV. Lei nº 672, de 29 de maio de 1986;

Fls 236
Visto

CML. Lei nº 682, de 20 de outubro de 1986;
CMLII. Lei nº 686, de 2 de dezembro de 1986;
CMLV. Lei nº 689, de 2 de dezembro de 1986;
CMLVIII. Lei nº 692, de 11 de dezembro de 1986;
CMLXI. Lei nº 2, de 6 de abril de 1987;
CMLXIX. Lei nº 707, de 20 de maio de 1987;
CMLXXII.Lei nº 710, de 10 de junho de 1987;
CMLXXXVI. Lei nº 726, de 3 de setembro de 1987;
CMLXXXIX. Lei nº 729, de 20 de outubro de 1987;
MV. Lei nº 749, de 9 de dezembro de 1987;
MVII. Lei nº 751, de 10 de dezembro de 1987;
MXX. Lei nº 766, de 7 de abril de 1988;
MXLVI. Lei nº 809, de 8 de dezembro de 1988;
MLII. Lei nº 818, de 8 de março de 1989;
MLIII. Lei nº 819, de 8 de março de 1989;
MLX. Lei nº 830, de 26 de abril de 1989;
MLXIII. Lei nº 833, de 26 de abril de 1989;
MLXVIII. Lei nº 840, de 16 de maio de 1989;
MLXX. Lei nº 843, de 1 de junho de 1989;
MLXXII.Lei nº 847, de 4 de julho de 1989;
MXCVII.Lei nº 888, de 11 de janeiro de 1990;
MXCVIII.Lei nº 889, de 25 de janeiro de 1990;
MC.Lei nº 906, de 11 de abril de 1990;
MCX.Lei nº 926, de 15 de maio de 1990;
MCXVIII.Lei nº 941, de 2 de julho de 1990;
MCXIX.Lei nº 942, de 2 de julho de 1990;
MCXX.Lei nº 943, de 3 de julho de 1990;
MCXXXI.Lei nº 966, de 6 de setembro de 1990;
MCLVIII.Lei nº 1.027, de 11 de abril de 1991;
MCLXI.Lei nº 1.033, de 30 de abril de 1991;
MCLXIV.Lei nº 1.043, de 12 de junho de 1991;
MCLXIX.Lei nº 1.053, de 18 de julho de 1991;
MCLXXII.Lei nº 1.061, de 23 de setembro de 1991;
MCLXXIX.Lei nº 1.083, de 4 de dezembro de 1991;
MCXC.Lei nº 1.102, de 22 de abril de 1992;
MCXCVII.Lei nº 1.120, de 16 de junho de 1992;
MCXCIX.Lei nº 1.126, de 14 de julho de 1992;
MCCII.Lei nº 1.131, de 16 de julho de 1992;
MCCIV.Lei nº 1.135, de 17 de agosto de 1992;
MCCXVII.Lei nº 1.157, de 21 de outubro de 1992;
MCCXXIX.Lei nº 1.179, de 18 de dezembro de 1992;
MCCXXXIV.Lei nº 1.188, de 31 de dezembro de 1992;
MCCXXXV.Lei nº 1.189, de 31 de dezembro de 1992;
MCCXXXVII.Lei nº 1.192, de 18 de janeiro de 1993;
MCCXLII.Lei nº 1.201, de 15 de março de 1993;
MCCXLV.Lei nº 1.211, de 7 de maio de 1993;
MCCLVII.Lei nº 1.235, de 9 de agosto de 1993;
MCCLX.Lei nº 1.238, de 21 de agosto de 1993;
MCCLXIII.Lei nº 1.241, de 31 de agosto de 1993;
MCCLXV.Lei nº 1.243, de 9 de setembro de 1993;
MCCLXXI.Lei nº 1.254, de 23 de outubro de 1993;

Fls. 237
Visto

MCCLXXII.Lei nº 1.255, de 27 de outubro de 1993;
MCCLXXXVI.Lei nº 1.288, de 18 de março de 1994;
MCCXC.Lei nº 1.298, de 3 de maio de 1994;
MCCXCI.Lei nº 1.299, de 5 de maio de 1994;
MCCXCII.Lei nº 1.300, de 5 de maio de 1994;
MCCXCVI.Lei nº 1.306, de 20 de maio de 1994;
MCCCXXI.Lei nº 1.362, de 5 de junho de 1995;
MCCCXXXVII.Lei nº 1.403, de 5 de dezembro de 1995;
MCCCXLIV.Lei nº 1.413, de 18 de dezembro de 1995;
MCCCLV.Lei nº 1.446, de 3 de junho de 1996;
MCCCLXIII.Lei nº 1.469, de 8 de julho de 1996;
MCCCLXXIII.Lei nº 1.498, de 30 de setembro de 1996;
MCCCLXXIV.Lei nº 1.500, de 2 de outubro de 1996;
MCCCLXXV.Lei nº 1.501, de 21 de outubro de 1996;
MCCCLXXVII.Lei nº 1.503, de 16 de outubro de 1996;
MCCCLXXIX.Lei nº 1.508, de 29 de outubro de 1996;
MCCCLXXXII.Lei nº 1.517, de 28 de novembro de 1996;
MCCCLXXXVI.Lei nº 1.530, de 17 de dezembro de 1996;
MCCCXCI.Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 1996;
MCCCXCVI.Lei nº 1.559, de 4 de fevereiro de 1997;
MCDV.Lei nº 1.589, de 14 de maio de 1997;
MCDXLII.Lei nº 1.685, de 9 de dezembro de 1997;
MCDXLIII.Lei nº 1.686, de 9 de dezembro de 1997;
MCDL.Lei nº 1.699, de 23 de dezembro de 1997;
MCDLIX.Lei nº 1.714, de 6 de maio de 1998;
MCDLX.Lei nº 1.715, de 6 de maio de 1998;
MCDLXIV.Lei nº 1.721, de 27 de maio de 1998;
MCDLXXIV.Lei nº 1.734, de 1º de julho de 1998;
MCDLXXXI.Lei nº 1.747, de 21 de julho de 1998;
MCDLXXXII.Lei nº 1.750, de 27 de agosto de 1998;
MCDLXXXIV.Lei nº 1.753, de 31 de agosto de 1998;
MCDLXXXVI.Lei nº 1.756, de 8 de outubro de 1998;
MCDXCII.Lei nº 1.764, de 21 de setembro de 1998;
MCDXCIII.Lei nº 1.766, de 2 de outubro de 1998;
MCDXCIV.Lei nº 1.768, de 19 de outubro de 1998;
MCDXCVII.Lei nº 1.771, de 21 de outubro de 1998;
MDIII.Lei nº 1.792, de 11 de dezembro de 1998;
MDXXIII.Lei nº 1.822, de 29 de abril de 1999;
MDXXIX.Lei nº 1.834, de 22 de junho de 1999;
MDXXXVII.Lei nº 1.849, de 19 de agosto de 1999;
MDXLV.Lei nº 1.875, de 3 de novembro de 1999;
MDLXX.Lei nº 1.925, de 25 de abril de 2000;
MDLXXXVII.Lei nº 1.968, de 19 de setembro de 2000;
MDLXXXIX.Lei nº 1.973, de 26 de setembro de 2000;
MDXCVIII.Lei nº 1.995, de 19 de dezembro de 2000;
MDCII.Lei nº 2.005, de 21 de dezembro de 2000;
MDCIII.Lei nº 2.006, de 22 de dezembro de 2000;
MDCXXXVI.Lei nº 2.058, de 5 de julho de 2001;
MDCXXXVIII.Lei nº 2.061, de 16 de julho de 2001;
MDCXLII.Lei nº 2.066, de 11 de setembro de 2001;
MDCLII.Lei nº 2.076, de 19 de setembro de 2001;

Fls 238
Visto

MDCLVII.Lei nº 2.085, de 11 de outubro de 2001;
MDCXCIII.Lei nº 2.154, de 13 de maio de 2002;
MDCXCIV.Lei nº 2.155, de 21 de maio de 2002;
MDCCXIII.Lei nº 2.179, de 22 de agosto de 2002;
MDCCXXII.Lei nº 2.195, de 12 de novembro de 2002;
MDCCXXXII.Lei nº 2.214, de 20 de dezembro de 2002;
MDCCXXXV.Lei nº 2.221, de 26 de fevereiro de 2003;
MDCCLV.Lei nº 2.257, de 10 de junho de 2003;
MDCCLXV.Lei nº 2.294, de 18 de novembro de 2003;
MDCCLXVIII.Lei nº 2.303, de 16 de dezembro de 2003;
MDCCLXVIII.Lei nº 2.303, de 16 de dezembro de 2003;
MDCCLXXXIII.Lei nº 2.323, de 31 de março de 2004;
MDCCC.Lei nº 2.370, de 16 de agosto de 2004;
MDCCCXLIII.Lei nº 2.483, de 29 de julho de 2005;
MDCCCXLIV.Lei nº 2.484, de 29 de julho de 2005;
MDCCCXLV.Lei nº 2.485, de 29 de julho de 2005;
MDCCCXLVIII.Lei nº 2.493, de 16 de agosto de 2005;
MDCCCXLIX.Lei nº 2.494 de 16 de agosto de 2005;
MDCCCLXI.Lei nº 2.515, de 20 de setembro de 2005;
MDCCCLXIV.Lei nº 2.520, de 23 de setembro de 2005;
MDCCCLXV.Lei nº 2.522, de 23 de setembro de 2005;
MDCCCLXVII.Lei nº 2.530, de 4 de outubro de 2005;
MDCCCLXXI.Lei nº 2.542, de 28 de outubro de 2005;
MDCCCLXXII.Lei nº 2.544, de 28 de outubro de 2005;
MDCCCLXXXII.Lei nº 2.564, de 19 de dezembro de 2005;
MCMIII.Lei nº 2.595, de 20 de março de 2006;
MCMXIV.Lei nº 2.616, de 26 de abril de 2006;
MCMXXV.Lei nº 2.639, de 26 de junho de 2006;
MCMXLI.Lei nº 2.666, de 25 de agosto de 2006;
MCMXCIX.Lei nº 2.743, de 20 de março de 2007;
MMXXXVI.Lei nº 2.798, de 12 de julho de 2007;
MMXL.Lei nº 2.808, de 17 de julho de 2007;
MMLXII.Lei nº 2.844, de 9 de outubro de 2007;
MMLXXVI.Lei nº 2.866, de 19 de novembro de 2007;
MMLXXVII.Lei nº 2.867, de 19 de novembro de 2007;
MMCII.Lei nº 2.909, de 20 de março de 2008;
MMCXXV.Lei nº 2.934, de 11 de abril de 2008;
MMCXLII.Lei nº 2.964, de 5 de junho de 2008;
MMCLXII.Lei nº 2.993, de 14 de junho de 2008;
MMCLXXXVI.Lei nº 3.029, de 6 de novembro de 2008;
MMCXCV.Lei nº 3.043, de 28 de novembro de 2008;
MMCCXLIX.Lei nº 3.129, de 25 de março de 2009;
MMCCLIV.Lei nº 3.136, de 6 de abril de 2009;
MMCCCIX.Lei nº 3.203, de 17 de julho de 2009;
MMCCCXIII.Lei nº 3.212, de 24 de agosto de 2009;
MMCCCXXXV.Lei nº 3.249, de 20 de outubro de 2009;
MMCCCXXXVI.Lei nº 3.250, de 20 de outubro de 2009;
MMCCCLVI.Lei nº 3.283, de 30 de novembro de 2009;
MMCDXIII.Lei nº 3.385, de 17 de junho de 2010;
MMCDXLV.Lei nº 3.423, de 5 agosto de 2010;
MMCDXLVII.Lei nº 3.425, de 5 de agosto de 2010;

Fls 239
Visto

MMCDLXXV.Lei nº 3.472, de 12 de novembro de 2010;
MMCDLXXVIII.Lei nº 3.476, de 26 de novembro de 2010;
MMDXXIV.Lei nº 3.553, de 14 de abril de 2011;
MMDXXX.Lei nº 3.560, de 25 de abril de 2011;
MMDXLIII.Lei nº 3.573, de 26 de abril de 2011;
MMDXLV.Lei nº 3.575, de 3 de maio de 2011;
MMDXLVI.Lei nº 3.577, de 5 de maio de 2011;
MMDLXI.Lei nº 3.600, de 27 de maio de 2011;
MMDLXXXII.Lei nº 3.632, de 13 de julho de 2011;
MMDLXXXIII.Lei nº 3.635, de 14 de julho de 2011;
MMDCXXV.Lei nº 3.701, de 27 de outubro de 2011;
MMDCXLV.Lei nº 3.731, de 5 de dezembro de 2011;
MMDCXLVI.Lei nº 3.732, de 6 de dezembro de 2011;
MMDCLXXI.Lei nº 3.791, de 16 de março de 2012;
MMDCLXXVIII.Lei nº 3.802, de 30 de março de 2012;
MMDCLXXIX.Lei nº 3.803, de 30 de março de 2012;
MMDCCXXIV.Lei nº 3.862, de 24 de maio de 2012;
MMDCCXL.Lei nº 3.889, de 5 de julho de 2012;
MMDCCLXXVII.Lei nº 3.970, de 20 de dezembro de 2012;
MMDCCCXLV.Lei nº 4.077, de 18 de julho de 2013;
MMCMII.Lei nº 4.146, de 20 de setembro de 2013;
MMCMXLI.Lei nº 4.199, de 13 de dezembro de 2013;
MMCMLXII.Lei nº 4.244, de 27 de fevereiro de 2014;
MMCMLXIII.Lei nº 4.245, de 27 de fevereiro de 2014;
MMMCXXXIV.Lei nº 4.492, de 3 de dezembro de 2014;
MMMCXXXV.Lei nº 4.494, de 5 de dezembro de 2014;
MMMCCXLIV.Lei nº 4.722, de 22 de dezembro de 2015;
MMMCCCXXX.Lei nº 4.846, de 12 de agosto de 2016;
MMMCDXXX.Lei nº 5.031, de 11 de outubro de 2017;
MMMDXXV.Lei nº 5.241, de 20 de novembro de 2018;
MMMDXXXI.Lei nº 5.255, de 7 de dezembro de 2018;
MMMDCLXXVI.Lei nº 5.552, de 16 de julho de 2020."

Pato Branco, 16 de março de 2022

MARCOS JUNIOR MARINI
VEREADOR - PODEMOS
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:25:19 -03:00

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
VEREADOR - MDB
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:34:51 -03:00

ROMULO FAGGION
VEREADOR - UNIÃO BRASIL
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:27:13 -03:00

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES HAMERA
VEREADORA PV
Assinado Digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 16:32:48 -03:00

LINDOMAR RODRIGO BRANDAO
VEREADOR - PP
Assinado Digitalmente
ACT-Safeweb16/03/2022 18:06:57 -03:00

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 240
E

Ofício nº 152/2022-DL

Pato Branco, 6 de abril de 2022.

Senhor Prefeito:

Enviamos a **REDAÇÃO FINAL** do projeto de lei abaixo relacionado, aprovado por este Legislativo nas sessões ordinárias realizadas nos dias 23 de março e 4 de abril de 2022:

- **PROJETO DE LEI Nº 215/2021,** de autoria dos vereadores Claudemir Zanco - PL, Dirceu Luiz Boaretto - Podemos, Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Januário Koslinski - PSDB, Joecir Bernardi - PSD, Lindomar Rodrigo Brandão - PP, Marcos Junior Marini - Podemos, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV, Rafael Celestrin - PSD, Romulo Faggion - União Brasil e Thania Maria Caminski Gehlen - PP, **que declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.**

Atenciosamente.

CLAUDEMIR ZANCO
PRESIDENTE
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb06/04/2022 17:54:13 -03:00

Excelentíssimo Senhor
Robson Cantu
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 211

PROJETO DE LEI Nº 215, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco, implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada:

I. Lei nº 2, de 30 de janeiro de 1953;
II. Lei nº 3, de 31 de janeiro de 1953;
III. Lei nº 4, de 31 de janeiro de 1953;
IV. Lei nº 7, de 2 de fevereiro de 1953;
V. Lei nº 8, de 2 de fevereiro de 1953;
VI. Lei nº 10, de 2 de fevereiro de 1953;
VII. Lei nº 11, de 2 de fevereiro de 1953;
VIII. Lei nº 15, de 17 de fevereiro de 1953;
IX. Lei nº 17, de 20 de fevereiro de 1953;
X. Lei nº 18, de 19 de fevereiro de 1953;
XI. Lei nº 19, de 21 de fevereiro de 1953;
XII. Lei nº 20, de 25 de abril de 1953;
I. Lei nº 22, de 25 de junho de 1953;
II. Lei nº 23, de 25 de junho de 1953;
III. Lei nº 25, de 25 de junho de 1953;
IV. Lei nº 26, de 26 de junho de 1953;
V. Lei nº 28, de 1953;
VI. Lei nº 29, de 19 de outubro de 1953;
VII. Lei nº 30, de 19 de outubro de 1953;
VIII. Lei nº 31, de 19 de outubro de 1953;
IX. Lei nº 32, de 19 de outubro de 1953;
X. Lei nº 33, de 19 de outubro de 1953;
XI. Lei nº 34, de 22 de outubro de 1953;
XII. Lei nº 35, de 23 de outubro de 1953;
XIII. Lei nº 36, de 23 de outubro de 1953;
XIV. Lei nº 37, de 24 de outubro de 1953;
XV. Lei nº 38, de 24 de outubro de 1953;
XVI. Lei nº 39, de 24 de outubro de 1953;
XVII. Lei nº 40, de 24 de outubro de 1953;
XVIII. Lei nº 41, de 24 de outubro de 1953;
XIX. Lei nº 42, de 24 de outubro de 1953;
XX. Lei nº 43, de 24 de outubro de 1953;
XXI. Lei nº 44, de 24 de outubro de 1953;
XXII. Lei nº 45, de 24 de outubro de 1953;
XXIII. Lei nº 46, de 24 de outubro de 1953;
XXIV. Lei nº 47, de 26 de outubro de 1953;
XXV. Lei nº 48, de 25 de outubro de 1953;
XXVI. Lei nº 50, de 27 de outubro de 1953;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 242

XXVII.	Lei nº 51, de 27 de outubro de 1953;
XXVIII.	Lei nº 52, de 27 de outubro de 1953;
XXIX.	Lei nº 53, de 28 de dezembro de 1953;
XXX.	Lei nº 54, de 28 de dezembro de 1953;
XXXI.	Lei nº 55, de 28 de dezembro de 1953;
XXXII.	Lei nº 56, de 30 de março de 1954;
XXXIII.	Lei nº 57, de 30 de março de 1954;
XXXIV.	Lei nº 58, de 30 de março de 1954;
XXXV.	Lei nº 59, de 30 de março de 1954;
XXXVI.	Lei nº 60, de 30 de abril de 1954;
XXXVII.	Lei nº 61, de 30 de março de 1954;
XXXVIII.	Lei nº 64, de 18 de outubro de 1954;
XXXIX.	Lei nº 65, de 22 de outubro de 1954;
XL.	Lei nº 72, de 5 de janeiro de 1955;
XLI.	Lei nº 73, de 5 de janeiro de 1955;
XLII.	Lei nº 74, de 5 de janeiro de 1955;
XLIII.	Lei nº 75, de 1º de fevereiro de 1955;
XLIV.	Lei nº 76, de 4 de fevereiro de 1955;
XLV.	Lei nº 78, de 17 de fevereiro de 1955;
XLVI.	Lei nº 79, de 3 de junho de 1955;
XLVII.	Lei nº 80, de 3 de junho de 1955;
XLVIII.	Lei nº 81, de 3 de junho de 1955;
XLIX.	Lei nº 82, de 24 de junho de 1955;
L.	Lei nº 83, de 24 de junho de 1955;
LI.	Lei nº 84, de 14 de julho de 1955;
LII.	Lei nº 86, de 14 de julho de 1955;
LIII.	Lei nº 87, de 10 de outubro de 1955;
LIV.	Lei nº 88, de 19 de outubro de 1955;
LV.	Lei nº 89, de 21 de outubro de 1955;
LVI.	Lei nº 90, de 30 de novembro de 1955;
LVII.	Lei nº 91, de 12 de janeiro de 1956;
LVIII.	Lei nº 92, de 12 de janeiro de 1956;
LIX.	Lei nº 93, de 12 de janeiro de 1956;
LX.	Lei nº 94, de 14 de janeiro de 1956;
LXI.	Lei nº 95, de 26 de março de 1956;
LXII.	Lei nº 96, de 26 de março de 1956;
LXIII.	Lei nº 97, de 26 de março de 1956;
LXIV.	Lei nº 98, de 26 de março de 1956;
LXV.	Lei nº 99, de 26 de março de 1956;
LXVI.	Lei nº 100, de 26 de março de 1956;
LXVII.	Lei nº 101, de 26 de março de 1956;
LXVIII.	Lei nº 102, de 26 de março de 1956;
LXIX.	Lei nº 103, de 26 de março de 1956;
LXX.	Lei nº 104, de 26 de março de 1956;
LXXI.	Lei nº 105, de 26 de março de 1956;
LXXII.	Lei nº 106, de 26 de março de 1956;
LXXIII.	Lei nº 107, de 26 de março de 1956;
LXXIV.	Lei nº 108, de 26 de março de 1956;
LXXV.	Lei nº 109, de 16 de abril de 1956;
LXXVI.	Lei nº 110, de 16 de abril de 1956;
LXXVII.	Lei nº 112, de 7 de maio de 1956;
LXXVIII.	Lei nº 113, de 7 de maio de 1956;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 243

LXXIX.	Lei nº 114, de 7 de maio de 1956;
LXXX.	Lei nº 115, de 7 de maio de 1956;
LXXXI.	Lei nº 116, de 31 de maio de 1956;
LXXXII.	Lei nº 117, de 31 de maio de 1956;
LXXXIII.	Lei nº 118, de 26 de junho de 1956;
LXXXIV.	Lei nº 119, de 26 de junho de 1956;
LXXXV.	Lei nº 120, de 26 de junho de 1956;
LXXXVI.	Lei nº 121, de 26 de junho de 1956;
LXXXVII.	Lei nº 122, de 26 de junho de 1956;
LXXXVIII.	Lei nº 122-A, de 28 de dezembro de 1956;
LXXXIX.	Lei nº 123, de 31 de dezembro de 1956;
XC.	Lei nº 127, de 31 de dezembro de 1956;
XCI.	Lei nº 128, de 31 de dezembro de 1956;
XCII.	Lei nº 129, de 31 de dezembro de 1956;
XCIII.	Lei nº 130, de 31 de dezembro de 1956;
XCIV.	Lei nº 131, de 31 de dezembro de 1956;
XCV.	Lei nº 132, de 31 de dezembro de 1956;
XCVI.	Lei nº 133, de 31 de dezembro de 1956;
XCVII.	Lei nº 134, de 31 de dezembro de 1956;
XCVIII.	Lei nº 135, de 31 de dezembro de 1956;
XCIX.	Lei nº 136, de 28 de dezembro de 1956;
C.	Lei nº 1, de 15 de março de 1957;
CI.	Lei nº 2, de 15 de março de 1957;
CII.	Lei nº 3, de 15 de março de 1957;
CIII.	Lei nº 4, de 15 de março de 1957;
CIV.	Lei nº 5, de 15 de março de 1957;
CV.	Lei nº 6, de 15 de março de 1957;
CVI.	Lei nº 7, de 15 de março de 1957;
CVII.	Lei nº 8, de 15 de março de 1957;
CVIII.	Lei nº 9, de 15 de março de 1957;
CIX.	Lei nº 11, de 17 de junho de 1957;
CX.	Lei nº 12, de 17 de junho de 1957;
CXI.	Lei nº 13, de 17 de junho de 1957;
CXII.	Lei nº 14, de 17 de junho de 1957;
CXIII.	Lei nº 15, de 17 de julho de 1957;
CXIV.	Lei nº 16, de 17 de junho de 1957;
CXV.	Lei nº 17, de 17 de junho de 1957;
CXVI.	Lei nº 18, de 17 de junho de 1957;
CXVII.	Lei nº 19, de 17 de julho de 1957;
CXVIII.	Lei nº 20, de 17 de junho de 1957;
CXIX.	Lei nº 21, de 17 de junho de 1957;
CXX.	Lei nº 22, de 1957;
CXXI.	Lei nº 23, de 17 de junho de 1957;
CXXII.	Lei nº 25, de 17 de junho de 1957;
CXXIII.	Lei nº 26, de 17 de junho de 1957;
CXXIV.	Lei nº 27, de 17 de junho de 1957;
CXXV.	Lei nº 28, de 17 de junho de 1957;
CXXVI.	Lei nº 29, de 26 de setembro de 1957;
CXXVII.	Lei nº 30, de 27 de setembro de 1957;
CXXVIII.	Lei nº 31, de 18 de junho de 1958; 1957
CXXIX.	Lei nº 32, de 18 de junho de 1958; 1957
CXXX.	Lei nº 33, de 18 de junho de 1958; 1957

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 244

CXXXI.	Lei nº 34, de 8 de novembro de 1957;
CXXXII.	Lei nº 35, de 18 de junho de 1957;
CXXXIII.	Lei nº 36, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXIV.	Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXV.	Lei nº 38, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXVI.	Lei nº 39, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXVII.	Lei nº 40, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXVIII.	Lei nº 41, de 12 de dezembro de 1957;
CXXXIX.	Lei nº 42, de 12 de dezembro de 1957;
CXL.	Lei nº 43, de 12 de dezembro de 1957;
CXLI.	Lei nº 44, de 18 de junho de 1957;
CXLII.	Lei nº 45, de 18 de junho de 1957;
CXLIII.	Lei nº 46, de 18 de junho de 1957;
CXLIV.	Lei nº 1, de 28 de fevereiro de 1958;
CXLV.	Lei nº 4, de 13 de março de 1958;
CXLVI.	Lei nº 5, de 18 de junho de 1958;
CXLVII.	Lei nº 6, de 18 de junho de 1958;
CXLVIII.	Lei nº 7, de 21 de maio de 1958;
CXLIX.	Lei nº 8, de 18 de junho de 1958;
CL.	Lei nº 9, de 18 de junho de 1958;
CLI.	Lei nº 10, de 18 de junho de 1958;
CLII.	Lei nº 11, de 20 de junho de 1958;
CLIII.	Lei nº 13, de 20 de junho de 1958;
CLIV.	Lei nº 14, de 18 de junho de 1958;
CLV.	Lei nº 15, de 17 de julho de 1958;
CLVI.	Lei nº 16, de 16 de julho de 1958;
CLVII.	Lei nº 17, de 16 de julho de 1958;
CLVIII.	Lei nº 18, de 16 de julho de 1958;
CLIX.	Lei nº 19, de 17 de julho de 1958;
CLX.	Lei nº 20, de 10 de julho de 1958;
CLXI.	Lei nº 21, de 22 de dezembro de 1958;
CLXII.	Lei nº 22, de 20 de dezembro de 1958;
CLXIII.	Lei nº 23, de 20 de dezembro de 1958;
CLXIV.	Lei nº 24, de 20 de dezembro de 1958;
CLXV.	Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1958;
CLXVI.	Lei nº 26, de 20 de dezembro de 1958;
CLXVII.	Lei nº 27, de 20 de dezembro de 1958;
CLXVIII.	Lei nº 28, de 20 de dezembro de 1958;
CLXIX.	Lei nº 29, de 20 de dezembro de 1958;
CLXX.	Lei nº 30, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXI.	Lei nº 1, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXII.	Lei nº 2, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXIII.	Lei nº 3, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXIV.	Lei nº 4, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXV.	Lei nº 5, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXVI.	Lei nº 6, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXVII.	Lei nº 7, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXVIII.	Lei nº 10, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXIX.	Lei nº 15, de 16 de junho de 1959;
CLXXX.	Lei nº 16, de 20 de junho de 1959;
CLXXXI.	Lei nº 17, de 20 de junho de 1959;
CLXXXII.	Lei nº 18, de 20 de junho de 1959;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 245

CLXXXIII.	Lei nº 19, de 2 de julho de 1959;
CLXXXIV.	Lei nº 21, de 2 de julho de 1959;
CLXXXV.	Lei nº 22, de 2 de julho de 1959;
CLXXXVI.	Lei nº 23, de 2 de julho de 1959;
CLXXXVII.	Lei nº 24, de 2 de julho de 1959;
CLXXXVIII.	Lei nº 25, de 7 de julho de 1959;
CLXXXIX.	Lei nº 26, de 4 de outubro de 1959;
CXC.	Lei nº 27, de 4 de outubro de 1959;
CXCI.	Lei nº 29, de 14 de outubro de 1959;
CXCII.	Lei nº 30, de 17 de outubro de 1959;
CXCIII.	Lei nº 31, de 17 de outubro de 1959;
CXCIV.	Lei nº 36, de 23 de outubro de 1959;
CXCV.	Lei nº 37, de 23 de outubro de 1959;
CXCVI.	Lei nº 38, de 23 de outubro de 1959;
CXCVII.	Lei nº 39, de 23 de outubro de 1959;
CXCVIII.	Lei nº 40, de 23 de outubro de 1959;
CXCIX.	Lei nº 41, de 10 de outubro de 1959;
CC.	Lei nº 42, de 22 de outubro de 1959;
CCI.	Lei nº 43, de 23 de outubro de 1959;
CCII.	Lei nº 44, de 23 de outubro de 1959;
CCIII.	Lei nº 45, de 17 de outubro de 1959;
CCIV.	Lei nº 1, de 10 de abril de 1960;
CCV.	Lei nº 1-A, de 13 de fevereiro de 1960;
CCVI.	Lei nº 3, de 12 de abril de 1960;
CCVII.	Lei nº 4, de 14 de abril de 1960;
CCVIII.	Lei nº 4-A, de 23 de maio de 1960;
CCIX.	Lei nº 5, de 4 de abril de 1960;
CCX.	Lei nº 6, de 10 de abril de 1960;
CCXI.	Lei nº 7, de 10 de abril de 1960;
CCXII.	Lei nº 8, de 29 de março de 1960;
CCXIII.	Lei nº 11, de 29 de março de 1960;
CCXIV.	Lei nº 12, de 29 de outubro 1960;
CCXV.	Lei nº 13, de 29 de outubro de 1960;
CCXVI.	Lei nº 14, de 29 de outubro de 1960;
CCXVII.	Lei nº 15, de 29 de outubro de 1960;
CCXVIII.	Lei nº 16, de 29 de outubro de 1960;
CCXIX.	Lei nº 17, de 29 de outubro de 1960;
CCXX.	Lei nº 18, de 14 de abril de 1960;
CCXXI.	Lei nº 19, de 29 de outubro 1960;
CCXXII.	Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1961;
CCXXIII.	Lei nº 2, de 11 de março de 1961;
CCXXIV.	Lei nº 3, de 11 de março de 1961;
CCXXV.	Lei nº 4, de 11 de março de 1961;
CCXXVI.	Lei nº 5, de 11 de março de 1961;
CCXXVII.	Lei nº 6, de 11 de março de 1961;
CCXXVIII.	Lei nº 7, de 26 de março de 1961;
CCXXIX.	Lei nº 8, de 26 de março de 1961;
CCXXX.	Lei nº 9, de 14 de abril de 1961;
CCXXXI.	Lei nº 12, de 15 de abril de 1961;
CCXXXII.	Lei nº 14, de junho de 1961;
CCXXXIII.	Lei nº 15, de junho de 1961;
CCXXXIV.	Lei nº 17, de 30 de junho de 1961;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 246

CCXXXV.	Lei nº 18, de 30 de junho de 1961;
CCXXXVI.	Lei nº 19, de 29 de setembro de 1961;
CCXXXVII.	Lei nº 20, de 29 de setembro de 1961;
CCXXXVIII.	Lei nº 22, de 8 de novembro de 1961;
CCXXXIX.	Lei nº 23, de 8 de novembro de 1961;
CCXL.	Lei nº 24, de 26 de dezembro de 1961;
CCXLI.	Lei nº 25, de 26 de dezembro de 1961;
CCXLII.	Lei nº 26, de 30 de dezembro de 1961;
CCXLIII.	Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1961;
CCXLIV.	Lei nº 2, de 16 de fevereiro de 1962;
CCXLV.	Lei nº 3, de 15 de fevereiro de 1962;
CCXLVI.	Lei nº 4, de 7 de março de 1962;
CCXLVII.	Lei nº 5, de 23 de maio de 1962;
CCXLVIII.	Lei nº 6, de 23 de maio de 1962;
CCXLIX.	Lei nº 7, de 23 de maio de 1962;
CCL.	Lei nº 8, de 31 de julho de 1962;
CCLI.	Lei nº 9, de 31 de julho de 1962;
CCLII.	Lei nº 10, de 31 de julho de 1962;
CCLIII.	Lei nº 11, de 31 de julho de 1962;
CCLIV.	Lei nº 12, de 31 de julho de 1962;
CCLV.	Lei nº 13, de 31 de julho de 1962;
CCLVI.	Lei nº 14, de 5 de outubro de 1962;
CCLVII.	Lei nº 15, de 28 de novembro de 1962;
CCLVIII.	Lei nº 16, de 21 de dezembro de 1962;
CCLIX.	Lei nº 17, de 21 de dezembro de 1962;
CCLX.	Lei nº 18, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXI.	Lei nº 19, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXII.	Lei nº 20, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXIII.	Lei nº 1, de 16 de janeiro de 1963;
CCLXIV.	Lei nº 2, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXV.	Lei nº 3, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXVI.	Lei nº 4, de 29 de março de 1963;
CCLXVII.	Lei nº 5, de 30 de março de 1963;
CCLXVIII.	Lei nº 6, de 30 de março de 1963;
CCLXIX.	Lei nº 7, de 2 de abril de 1963;
CCLXX.	Lei nº 8, de 21 de junho de 1963;
CCLXXI.	Lei nº 9, de 24 de junho de 1963;
CCLXXII.	Lei nº 10, de 24 de junho de 1963;
CCLXXIII.	Lei nº 11, de 11 de julho de 1963;
CCLXXIV.	Lei nº 12, de 11 de julho de 1963;
CCLXXV.	Lei nº 13, de 11 de julho de 1963;
CCLXXVI.	Lei nº 14, de 11 de julho de 1963;
CCLXXVII.	Lei nº 15, de 11 de julho de 1963;
CCLXXVIII.	Lei nº 16, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXIX.	Lei nº 17, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXX.	Lei nº 18, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXXI.	Lei nº 19, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXXII.	Lei nº 20, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXXIII.	Lei nº 21, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXXIV.	Lei nº 22, de 21 de setembro de 1963;
CCLXXXV.	Lei nº 23, de 25 de outubro de 1963;
CCLXXXVI.	Lei nº 25, de 18 de dezembro de 1963;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 24

CCLXXXVII.	Lei nº 26, de 18 de dezembro de 1963;
CCLXXXVIII.	Lei nº 27, de 18 de dezembro de 1963;
CCLXXXIX.	Lei nº 2, de 15 de junho de 1964;
CCXC.	Lei nº 3, de 15 de junho de 1964;
CCXCI.	Lei nº 4, de 15 de junho de 1964;
CCXCII.	Lei nº 5, de 15 de junho de 1964;
CCXCIII.	Lei nº 6, de 15 de junho de 1964;
CCXCIV.	Lei nº 7, de 6 de julho de 1964;
CCXCV.	Lei nº 8, de 6 de julho de 1964;
CCXCVI.	Lei nº 10, de 18 de agosto de 1964;
CCXCVII.	Lei nº 11, de 20 de agosto de 1964;
CCXCVIII.	Lei nº 12, de 18 de dezembro de 1964;
CCXCIX.	Lei nº 13, de 24 de dezembro de 1964;
CCC.	Lei nº 13-1, de 30 de dezembro de 1964;
CCCI.	Lei nº 14, de 30 de dezembro de 1964;
CCCII.	Lei nº 15, de 31 de dezembro de 1964;
CCCIII.	Lei nº 16, de 31 de dezembro de 1964;
CCCIV.	Lei nº 17, de 31 de dezembro de 1964;
CCCV.	Lei nº 18, de 1964;
CCCVI.	Lei nº 1, de 3 de março de 1965;
CCCVII.	Lei nº 3, de 8 de março de 1965;
CCCVIII.	Lei nº 4, de 3 de março de 1965;
CCCIX.	Lei nº 5, de 8 de março de 1965;
CCCX.	Lei nº 7, de 13 de março de 1965;
CCCXI.	Lei nº 8, de 13 de março de 1965;
CCCXII.	Lei nº 9, de 13 de março de 1965;
CCCXIII.	Lei nº 10, de 8 de abril de 1965;
CCCXIV.	Lei nº 11, de 8 de abril de 1965;
CCCXV.	Lei nº 12, de 8 de abril de 1965;
CCCXVI.	Lei nº 13, de 8 de abril de 1965;
CCCXVII.	Lei nº 14, de 9 de abril de 1965;
CCCXVIII.	Lei nº 15, de 9 de abril de 1965;
CCCXIX.	Lei nº 16, de 14 de maio de 1965;
CCCXX.	Lei nº 17, de 7 de julho de 1965;
CCCXXI.	Lei nº 18, de 28 de junho de 1965;
CCCXXII.	Lei nº 19, de 28 de junho de 1965;
CCCXXIII.	Lei nº 21, de 6 de julho de 1965;
CCCXXIV.	Lei nº 22, de 28 de junho de 1965;
CCCXXV.	Lei nº 23, de 7 de junho de 1965;
CCCXXVI.	Lei nº 25, de 2 de agosto de 1965;
CCCXXVII.	Lei nº 26, de 2 de agosto de 1965;
CCCXXVIII.	Lei nº 27, de 3 de agosto de 1965;
CCCXXIX.	Lei nº 28, de 3 de agosto de 1965;
CCCXXX.	Lei nº 29, de 9 de setembro de 1965;
CCCXXXI.	Lei nº 30, de 6 de setembro de 1965;
CCCXXXII.	Lei nº 32, de 20 de setembro de 1965;
CCCXXXIII.	Lei nº 33, de 13 de outubro de 1965;
CCCXXXIV.	Lei nº 34, de 13 de outubro de 1965;
CCCXXXV.	Lei nº 35, de 13 de outubro de 1965;
CCCXXXVI.	Lei nº 36, de 13 de outubro de 1965;
CCCXXXVII.	Lei nº 37, de 13 de outubro de 1965;
CCCXXXVIII.	Lei nº 39, de 13 de outubro de 1965;

Câmara Municipal de Pato Branco
Fls. 248

CCCXXXIX.	Lei nº 40, de 13 de outubro de 1965;
CCCXL.	Lei nº 42, de 8 de novembro de 1965;
CCCXLI.	Lei nº 43, de 9 de novembro de 1965;
CCCXLII.	Lei nº 44, de 9 de dezembro de 1965;
CCCXLIII.	Lei nº 45, de 9 de dezembro de 1965;
CCCXLIV.	Lei nº 46, de 9 de dezembro de 1965;
CCCXLV.	Lei nº 47, de 9 de dezembro de 1965;
CCCXLVI.	Lei nº 48, de 9 de dezembro de 1965;
CCCXLVII.	Lei nº 49, de 10 de dezembro de 1965;
CCCXLVIII.	Lei nº 50, de 9 de dezembro de 1965;
CCCXLIX.	Lei nº 51, de 10 de dezembro de 1965;
CCCL.	Lei nº 52, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLI.	Lei nº 53, de 20 de dezembro de 1965;
CCCLII.	Lei nº 54, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLIII.	Lei nº 1, de 11 de março de 1966;
CCCLIV.	Lei nº 2, de 14 de março de 1966;
CCCLV.	Lei nº 3, de 14 de março de 1966;
CCCLVI.	Lei nº 4, de 14 de março de 1966;
CCCLVII.	Lei nº 5, de 14 de março de 1966;
CCCLVIII.	Lei nº 6, de 14 de março de 1966;
CCCLIX.	Lei nº 7, de 15 de abril de 1966;
CCCLX.	Lei nº 8, de 14 de março de 1966;
CCCLXI.	Lei nº 9, de 15 de abril de 1966;
CCCLXII.	Lei nº 10, de 15 de abril de 1966;
CCCLXIII.	Lei nº 11, de 15 de abril de 1966;
CCCLXIV.	Lei nº 12, de 15 de abril de 1966;
CCCLXV.	Lei nº 13, de 15 de abril de 1966;
CCCLXVI.	Lei nº 14, de 15 de abril de 1966;
CCCLXVII.	Lei nº 15, de 3 de maio de 1966;
CCCLXVIII.	Lei nº 16, de 3 de maio de 1966;
CCCLXIX.	Lei nº 17, de 2 de maio de 1966;
CCCLXX.	Lei nº 19, de 13 de junho de 1966;
CCCLXXI.	Lei nº 20, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXII.	Lei nº 21, de 6 de junho de 1966;
CCCLXXIII.	Lei nº 22, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXIV.	Lei nº 23, de 6 de julho de 1966;
CCCLXXV.	Lei nº 25, de 4 de julho de 1966;
CCCLXXVI.	Lei nº 26, de 5 de julho de 1966;
CCCLXXVII.	Lei nº 27, de 6 de julho de 1966;
CCCLXXVIII.	Lei nº 28, de 6 de julho de 1966;
CCCLXXIX.	Lei nº 29, de 1º de agosto de 1966;
CCCLXXX.	Lei nº 31, de 1º de agosto de 1966;
CCCLXXXI.	Lei nº 32, de 2 de agosto de 1966;
CCCLXXXII.	Lei nº 34, de 2 de agosto de 1966;
CCCLXXXIII.	Lei nº 36, de 3 de agosto de 1966;
CCCLXXXIV.	Lei nº 37, de 2 de setembro de 1966;
CCCLXXXV.	Lei nº 38, de 12 de setembro de 1966;
CCCLXXXVI.	Lei nº 39, de 5 de outubro de 1966;
CCCLXXXVII.	Lei nº 40, de 5 de outubro de 1966;
CCCLXXXVIII.	Lei nº 41, de 5 de outubro de 1966;
CCCLXXXIX.	Lei nº 42, de 6 de dezembro de 1966;
CCCXC.	Lei nº 43, de 6 de dezembro de 1966;

Fls 249

CCCXCI.	Lei nº 45, de 15 de dezembro de 1966;
CCCXCII.	Lei nº 49, de 28 de dezembro de 1966;
CCCXCIII.	Lei nº 1, de 3 de fevereiro de 1967;
CCCXCIV.	Lei nº 3, de 14 de fevereiro de 1967;
CCCXCV.	Lei nº 5, de 7 de abril de 1967;
CCCXCVI.	Lei nº 6, de 7 de abril de 1967;
CCCXCVII.	Lei nº 7, de 11 de abril de 1967;
CCCXCVIII.	Lei nº 8, de 5 de maio de 1967;
CCCXCIX.	Lei nº 9, de 5 de junho de 1967;
CD.	Lei nº 10, de 5 de junho de 1967;
CDI.	Lei nº 11, de 5 de junho de 1967;
CDII.	Lei nº 16, de 12 de setembro de 1967;
CDIII.	Lei nº 17, de 12 de setembro de 1967;
CDIV.	Lei nº 18, de 12 de setembro de 1967;
CDV.	Lei nº 19, de 13 de setembro de 1967;
CDVI.	Lei nº 20, de 13 de setembro de 1967;
CDVII.	Lei nº 21, de 13 de setembro de 1967;
CDVIII.	Lei nº 22, de 13 de setembro de 1967;
CDIX.	Lei nº 23, de 12 de outubro de 1967;
CDX.	Lei nº 24, de 7 de novembro de 1967;
CDXI.	Lei nº 25, de 7 de novembro de 1967;
CDXII.	Lei nº 26, de 7 de novembro de 1967;
CDXIII.	Lei nº 27, de 13 de novembro de 1967;
CDXIV.	Lei nº 28, de 6 de dezembro de 1967;
CDXV.	Lei nº 29, de 6 de dezembro de 1967;
CDXVI.	Lei nº 1, de 15 de janeiro de 1968;
CDXVII.	Lei nº 2, de 5 de abril de 1968;
CDXVIII.	Lei nº 4, de 5 de abril de 1968;
CDXIX.	Lei nº 5, de 2 de abril de 1968;
CDXX.	Lei nº 7, de 17 de junho de 1968;
CDXXI.	Lei nº 8, de 17 de junho de 1968;
CDXXII.	Lei nº 9, de 17 de junho de 1968;
CDXXIII.	Lei nº 11, de 17 de junho de 1968;
CDXXIV.	Lei nº 12, de 17 de junho de 1968;
CDXXV.	Lei nº 13, de 16 de junho de 1968;
CDXXVI.	Lei nº 14, de 17 de junho de 1968;
CDXXVII.	Lei nº 15, de 4 de julho de 1968;
CDXXVIII.	Lei nº 16, de 7 de outubro de 1968;
CDXXIX.	Lei nº 17, de 7 de outubro de 1968;
CDXXX.	Lei nº 18, de 8 de outubro de 1968;
CDXXXI.	Lei nº 20, de 8 de outubro de 1968;
CDXXXII.	Lei nº 21, de 8 de outubro de 1968;
CDXXXIII.	Lei nº 22, de 8 de outubro de 1968;
CDXXXIV.	Lei nº 23, de 4 de dezembro de 1968;
CDXXXV.	Lei nº 24, de 4 de dezembro de 1968;
CDXXXVI.	Lei nº 26, de 4 de dezembro de 1968;
CDXXXVII.	Lei nº 27, de 4 de dezembro de 1968;
CDXXXVIII.	Lei nº 28, de 4 de dezembro de 1968;
CDXXXIX.	Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1968;
CDXL.	Lei nº 30, de 5 de dezembro de 1968;
CDXLI.	Lei nº 31, de 5 de dezembro de 1968;
CDXLII.	Lei nº 1, de 11 de março de 1969;

Fls 250

CDXLIII.	Lei nº 2, de 8 de abril de 1969;
CDXLIV.	Lei nº 3, de 9 de abril de 1969;
CDXLV.	Lei nº 4, de 9 de abril de 1969;
CDXLVI.	Lei nº 5, de 11 de abril de 1969;
CDXLVII.	Lei nº 6, de 9 de maio de 1969;
CDXLVIII.	Lei nº 7, de 18 de maio de 1969;
CDXLIX.	Lei nº 8, de 20 de maio de 1969;
CDL.	Lei nº 9, de 20 de maio de 1969;
CDLI.	Lei nº 14, de 6 de agosto de 1969;
CDLII.	Lei nº 15, de 8 de agosto de 1969;
CDLIII.	Lei nº 16, de 10 de setembro de 1969;
CDLIV.	Lei nº 17, de 6 de setembro de 1969;
CDLV.	Lei nº 21, de 5 de novembro de 1969;
CDLVI.	Lei nº 22, de 5 de novembro de 1969;
CDLVII.	Lei nº 24, de 5 de novembro de 1969;
CDLVIII.	Lei nº 25, de 6 de novembro de 1969;
CDLIX.	Lei nº 26, de 7 de novembro de 1969;
CDLX.	Lei nº 27, de 7 de novembro de 1969;
CDLXI.	Lei nº 29, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXII.	Lei nº 30, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXIII.	Lei nº 31, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXIV.	Lei nº 32, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXV.	Lei nº 33, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXVI.	Lei nº 34, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXVII.	Lei nº 35, de 8 de abril de 1970;
CDLXVIII.	Lei nº 41, de 2 de junho de 1970;
CDLXIX.	Lei nº 42, de 26 de junho de 1970;
CDLXX.	Lei nº 43, de 26 de junho de 1970;
CDLXXI.	Lei nº 44, de 7 de julho de 1970;
CDLXXII.	Lei nº 45, de 11 de agosto de 1970;
CDLXXIII.	Lei nº 46, de 7 de outubro de 1970;
CDLXXIV.	Lei nº 48, de 1º de dezembro de 1970;
CDLXXV.	Lei nº 49, de 1º de dezembro de 1970;
CDLXXVI.	Lei nº 52, de 18 de dezembro de 1970;
CDLXXVII.	Lei nº 53, de 18 de dezembro de 1970;
CDLXXVIII.	Lei nº 54, de 18 de dezembro de 1970;
CDLXXIX.	Lei nº 55, de 18 de dezembro de 1970;
CDLXXX.	Lei nº 56, de 18 de dezembro de 1970;
CDLXXXI.	Lei nº 60, de 16 de julho de 1971;
CDLXXXII.	Lei nº 61, de 10 de agosto de 1971;
CDLXXXIII.	Lei nº 62, de 10 de agosto de 1971;
CDLXXXIV.	Lei nº 63, de 18 de agosto de 1971;
CDLXXXV.	Lei nº 67, de 10 de setembro de 1971;
CDLXXXVI.	Lei nº 68, de 10 de setembro de 1971;
CDLXXXVII.	Lei nº 69, de 10 de setembro de 1971;
CDLXXXVIII.	Lei nº 70, de 5 de outubro de 1971;
CDLXXXIX.	Lei nº 71, de 6 de outubro de 1971;
CDXC.	Lei nº 72, de 9 de novembro de 1971;
CDXCI.	Lei nº 75, de 9 de novembro de 1971;
CDXCII.	Lei nº 76, de 9 de novembro de 1971;
CDXCIII.	Lei nº 77, de 9 de novembro de 1971;
CDXCIV.	Lei nº 79, de 10 de novembro de 1971;

Fls. 251

CDXCV.	Lei nº 80, de 15 de dezembro de 1971;
CDXCVI.	Lei nº 81, de 28 de dezembro de 1971;
CDXCVII.	Lei nº 82, de 28 de dezembro de 1971;
CDXCVIII.	Lei nº 83, de 28 de dezembro de 1971;
CDXCIX.	Lei nº 84, de 28 de dezembro de 1971;
D.	Lei nº 85, de 28 de dezembro de 1971;
DI.	Lei nº 86, de 29 de fevereiro de 1972;
DII.	Lei nº 92, de 20 de fevereiro de 1972;
DIII.	Lei nº 94, de 29 de fevereiro de 1972;
DIV.	Lei nº 97, de 1972;
DV.	Lei nº 98, de 19 de abril de 1972;
DVI.	Lei nº 100, de 10 de maio de 1972;
DVII.	Lei nº 102, de 27 de junho de 1972;
DVIII.	Lei nº 103, de 6 de julho de 1972;
DIX.	Lei nº 104, de 27 de julho de 1972;
DX.	Lei nº 108, de 28 de agosto de 1972;
DXI.	Lei nº 109, de 19 de dezembro de 1972;
DXII.	Lei nº 111, de 19 de dezembro de 1972;
DXIII.	Lei nº 112, de 19 de dezembro de 1972;
DXIV.	Lei nº 115, de 19 de dezembro de 1972;
DXV.	Lei nº 117, de 19 de dezembro de 1972;
DXVI.	Lei nº 118, de 19 de dezembro de 1972;
DXVII.	Lei nº 120, de 21 de março de 1973;
DXVIII.	Lei nº 121, de 6 de abril de 1973;
DXIX.	Lei nº 122, de 6 de abril de 1973;
DXX.	Lei nº 124, de 6 de abril de 1973;
DXXI.	Lei nº 125, de 10 de maio de 1973;
DXXII.	Lei nº 126, de 10 de maio de 1973;
DXXIII.	Lei nº 128, de 13 de julho de 1973;
DXXIV.	Lei nº 130, de 31 de agosto de 1973;
DXXV.	Lei nº 132, de 31 de agosto de 1973;
DXXVI.	Lei nº 133, de 31 de agosto de 1973;
DXXVII.	Lei nº 135, de 31 de agosto de 1973;
DXXVIII.	Lei nº 136, 6 de setembro de 1973;
DXXIX.	Lei nº 137, de 6 de setembro de 1973;
DXXX.	Lei nº 138, de 6 de setembro de 1973;
DXXXI.	Lei nº 139, de 6 de setembro de 1973;
DXXXII.	Lei nº 143, de 2 de outubro de 1973;
DXXXIII.	Lei nº 145, de 9 de novembro de 1973;
DXXXIV.	Lei nº 146, de 28 de novembro de 1973;
DXXXV.	Lei nº 147, de 28 de novembro de 1973;
DXXXVI.	Lei nº 148, de 30 de novembro de 1973;
DXXXVII.	Lei nº 149, de 2 de dezembro de 1973;
DXXXVIII.	Lei nº 150, de 2 de dezembro de 1973;
DXXXIX.	Lei nº 151, de 2 de dezembro de 1973;
DXL.	Lei nº 152, de 2 de dezembro de 1973;
DXLI.	Lei nº 153, de 2 de dezembro de 1973;
DXLII.	Lei nº 154, de 5 de dezembro de 1973;
DXLIII.	Lei nº 156, de 5 de dezembro de 1973;
DXLIV.	Lei nº 157, de 8 de abril de 1974;
DXLV.	Lei nº 158, de 8 de abril de 1974;
DXLVI.	Lei nº 160, de 9 de maio de 1974;

Fls 252

DXLVII.	Lei nº 163, de 22 de agosto de 1974;
DXLVIII.	Lei nº 164, de 22 de agosto de 1974;
DXLIX.	Lei nº 165, de 9 de setembro de 1974;
DL.	Lei nº 166, de 9 de setembro de 1974;
DLI.	Lei nº 167, de 9 de setembro de 1974;
DLII.	Lei nº 169, de 1º de outubro de 1974;
DLIII.	Lei nº 170, de 1º de outubro de 1974;
DLIV.	Lei nº 171, de 10 de outubro de 1974;
DLV.	Lei nº 172, de 6 de novembro de 1974;
DLVI.	Lei nº 173, de 6 de novembro de 1974;
DLVII.	Lei nº 174, de 18 de novembro de 1974;
DLVIII.	Lei nº 175, de 9 de dezembro de 1974;
DLIX.	Lei nº 176, de 9 de dezembro de 1974;
DLX.	Lei nº 177, de 9 de dezembro de 1974;
DLXI.	Lei nº 178, de 9 de dezembro de 1974;
DLXII.	Lei nº 179, de 9 de dezembro de 1974;
DLXIII.	Lei nº 181, de 12 de maio de 1975;
DLXIV.	Lei nº 182, de 12 de maio de 1975;
DLXV.	Lei nº 184, de 12 de maio de 1975;
DLXVI.	Lei nº 185, de 12 de maio de 1975;
DLXVII.	Lei nº 188, de 17 de julho de 1975;
DLXVIII.	Lei nº 189, de 17 de julho de 1975;
DLXIX.	Lei nº 190, de 17 de julho de 1975;
DLXX.	Lei nº 191, de 21 de julho de 1975;
DLXXI.	Lei nº 195, de 10 de setembro de 1975;
DLXXII.	Lei nº 196, de 9 de outubro de 1975;
DLXXIII.	Lei nº 197, de 9 de outubro de 1975;
DLXXIV.	Lei nº 200, de 13 de outubro de 1975;
DLXXV.	Lei nº 201, de 14 de outubro de 1975;
DLXXVI.	Lei nº 202, de 6 de novembro de 1975;
DLXXVII.	Lei nº 203, de 13 de outubro de 1975;
DLXXVIII.	Lei nº 204, de 9 de dezembro de 1975;
DLXXIX.	Lei nº 206, de 12 de dezembro de 1975;
DLXXX.	Lei nº 207, de 12 de dezembro de 1975;
DLXXXI.	Lei nº 215, de 25 de março de 1976;
DLXXXII.	Lei nº 216, de 25 de março de 1976;
DLXXXIII.	Lei nº 217, de 12 de abril de 1976;
DLXXXIV.	Lei nº 218, de 22 de junho de 1976;
DLXXXV.	Lei nº 219, de 22 de junho de 1976;
DLXXXVI.	Lei nº 221, de 22 de junho de 1976;
DLXXXVII.	Lei nº 223, de 2 de julho de 1976;
DLXXXVIII.	Lei nº 224, de 5 de agosto de 1976;
DLXXXIX.	Lei nº 225, de 5 de agosto de 1976;
DXC.	Lei nº 226, de 5 de agosto de 1976;
DXCI.	Lei nº 227, de 5 de agosto de 1976;
DXCII.	Lei nº 228, de 5 de agosto de 1976;
DXCIII.	Lei nº 229, de 15 de setembro de 1976;
DXCIV.	Lei nº 230, de 15 de setembro de 1976;
DXCV.	Lei nº 231, de 15 de setembro de 1976;
DXCVI.	Lei nº 232, de 16 de setembro de 1976;
DXCVII.	Lei nº 237, de 18 de outubro de 1976;
DXCVIII.	Lei nº 239, de 29 de novembro de 1976;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 253
E

DXCIX.	Lei nº 241, de 17 de novembro de 1976;
DC.	Lei nº 242, de 30 de novembro de 1976;
DCI.	Lei nº 243, de 15 de dezembro de 1976;
DCII.	Lei nº 245, de 16 de dezembro de 1976;
DCIII.	Lei nº 246, de 26 de janeiro de 1977;
DCIV.	Lei nº 248, de 26 de janeiro de 1977;
DCV.	Lei nº 249, de 11 de março de 1977;
DCVI.	Lei nº 250, de 14 de março de 1977;
DCVII.	Lei nº 253, de 14 de março de 1977;
DCVIII.	Lei nº 255, de 13 de abril de 1977;
DCIX.	Lei nº 256, de 14 de abril de 1977;
DCX.	Lei nº 259, de 9 de maio de 1977;
DCXI.	Lei nº 260, de 9 de maio de 1977;
DCXII.	Lei nº 261, de 9 de maio de 1977;
DCXIII.	Lei nº 262, de 13 de junho de 1977;
DCXIV.	Lei nº 263, de 13 de junho de 1977;
DCXV.	Lei nº 265, de 14 de junho de 1977;
DCXVI.	Lei nº 266, de 14 de junho de 1977;
DCXVII.	Lei nº 267, de 14 de junho de 1977;
DCXVIII.	Lei nº 268, de 14 de junho de 1977;
DCXIX.	Lei nº 271, de 22 de julho de 1977;
DCXX.	Lei nº 273, de 22 de julho de 1977;
DCXXI.	Lei nº 274, de 22 de julho de 1977;
DCXXII.	Lei nº 275, de 22 de julho de 1977;
DCXXIII.	Lei nº 276, de 22 de julho de 1977;
DCXXIV.	Lei nº 277, de 10 de agosto de 1977;
DCXXV.	Lei nº 281, de 12 de setembro de 1977;
DCXXVI.	Lei nº 282, de 6 de outubro de 1977;
DCXXVII.	Lei nº 283, de 6 de outubro de 1977;
DCXXVIII.	Lei nº 284, de 7 de outubro de 1977;
DCXXIX.	Lei nº 287, de 10 de outubro de 1977;
DCXXX.	Lei nº 288, de 7 de outubro de 1977;
DCXXXI.	Lei nº 289, de 11 de novembro de 1977;
DCXXXII.	Lei nº 290, de 11 de novembro de 1977;
DCXXXIII.	Lei nº 291, de 11 de novembro de 1977;
DCXXXIV.	Lei nº 292, de 21 de novembro de 1977;
DCXXXV.	Lei nº 294, de 1º de dezembro de 1977;
DCXXXVI.	Lei nº 298, de 12 de dezembro de 1977;
DCXXXVII.	Lei nº 299, de 9 de janeiro de 1978;
DCXXXVIII.	Lei nº 300, de 10 de março de 1978;
DCXXXIX.	Lei nº 301, de 10 de março de 1978;
DCXL.	Lei nº 302, de 13 de março de 1978;
DCXLI.	Lei nº 303, de 17 de março de 1978;
DCXLII.	Lei nº 304, de 17 de março de 1978;
DCXLIII.	Lei nº 305, de 21 de março de 1978;
DCXLIV.	Lei nº 309, de 12 de abril de 1978;
DCXLV.	Lei nº 311, de 19 de junho de 1978;
DCXLVI.	Lei nº 312, de 27 de julho de 1978;
DCXLVII.	Lei nº 315, de 29 de setembro de 1978;
DCXLVIII.	Lei nº 317, de 29 de setembro de 1978;
DCXLIX.	Lei nº 319, de 29 de setembro de 1978;
DCL.	Lei nº 323, de 12 de dezembro de 1978;

Fls 259

DCLI.	Lei nº 324, de 12 de dezembro de 1978;
DCLII.	Lei nº 325, de 12 de dezembro de 1978;
DCLIII.	Lei nº 326, de 12 de dezembro de 1978;
DCLIV.	Lei nº 330, de 13 de dezembro de 1978;
DCLV.	Lei nº 332, de 19 de janeiro de 1979;
DCLVI.	Lei nº 333,de 26 de abril de 1979;
DCLVII.	Lei nº 335, de 26 de abril de 1979;
DCLVIII.	Lei nº 342, de 3 de setembro de 1979;
DCLIX.	Lei nº 344, de 20 de setembro de 1979;
DCLX.	Lei nº 345, de 27 de setembro de 1979;
DCLXI.	Lei nº 346, de 4 de outubro de 1979;
DCLXII.	Lei nº 349, de 17 de outubro de 1979;
DCLXIII.	Lei nº 350, de 17 de outubro de 1979;
DCLXIV.	Lei nº 351, de 13 de novembro de 1979;
DCLXV.	Lei nº 353, de 13 de novembro de 1979;
DCLXVI.	Lei nº 354, de 13 de novembro de 1979;
DCLXVII.	Lei nº 355, de 21 de novembro de 1979;
DCLXVIII.	Lei nº 356, de 23 de novembro de 1979;
DCLXIX.	Lei nº 358, de 30 de novembro de 1979;
DCLXX.	Lei nº 360, de 5 de dezembro de 1979;
DCLXXI.	Lei nº 361, de 6 de dezembro de 1979;
DCLXXII.	Lei nº 362, de 6 de dezembro de 1979;
DCLXXIII.	Lei nº 363, de 20 de dezembro de 1979;
DCLXXIV.	Lei nº 365, de 2 de maio de 1980;
DCLXXV.	Lei nº 368, de 14 de maio de 1980;
DCLXXVI.	Lei nº 370, de 21 de maio de 1980;
DCLXXVII.	Lei nº 376, de 12 de agosto de 1980;
DCLXXVIII.	Lei nº 380, de 29 de setembro de 1980;
DCLXXIX.	Lei nº 381, de 29 de setembro de 1980;
DCLXXX.	Lei nº 384, de 7 de outubro de 1980;
DCLXXXI.	Lei nº 385, de 14 de outubro de 1980;
DCLXXXII.	Lei nº 386, de 22 de outubro de 1980;
DCLXXXIII.	Lei nº 387, de 22 de outubro de 1980;
DCLXXXIV.	Lei nº 389, de 4 de novembro de 1980;
DCLXXXV.	Lei nº 390, de 13 de novembro de 1980;
DCLXXXVI.	Lei nº 391, de 25 de novembro de 1980;
DCLXXXVII.	Lei nº 392, de 1º de dezembro de 1980;
DCLXXXVIII.	Lei nº 395, de 17 de dezembro de 1980;
DCLXXXIX.	Lei nº 397, de 4 de março de 1981;
DCXC.	Lei nº 398, de 4 de março de 1981;
DCXCI.	Lei nº 399, de 4 de março de 1981;
DCXCII.	Lei nº 400, de 24 de março de 1981;
DCXCIII.	Lei nº 403, de 12 de maio de 1981;
DCXCIV.	Lei nº 404, de 12 de maio de 1981;
DCXCV.	Lei nº 405, de 13 de maio de 1981;
DCXCVI.	Lei nº 406, de 13 de maio de 1981;
DCXCVII.	Lei nº 407, de 18 de maio de 1981;
DCXCVIII.	Lei nº 408, de 18 de maio de 1981;
DCXCIX.	Lei nº 409, de 17 de junho de 1981;
DCC.	Lei nº 410, de 17 de junho de 1981;
DCCI.	Lei nº 412, de 28 de agosto de 1981;
DCCII.	Lei nº 413, de 28 de agosto de 1981;

Fls 255

DCCIII.	Lei nº 414, de 3 de setembro de 1981;
DCCIV.	Lei nº 416, de 14 de setembro de 1981;
DCCV.	Lei nº 419, de 9 de outubro de 1981;
DCCVI.	Lei nº 420, de 20 de outubro de 1981;
DCCVII.	Lei nº 422, de 28 de outubro de 1981;
DCCVIII.	Lei nº 424, de 16 de novembro de 1981;
DCCIX.	Lei nº 425, de 20 de novembro de 1981;
DCCX.	Lei nº 426, de 20 de novembro de 1981;
DCCXI.	Lei nº 428, de 30 de novembro de 1981;
DCCXII.	Lei nº 429, de 24 de março de 1982;
DCCXIII.	Lei nº 432, de 1º de abril de 1982;
DCCXIV.	Lei nº 433, de 6 de abril de 1982;
DCCXV.	Lei nº 436, de 28 de abril de 1982;
DCCXVI.	Lei nº 438, de 17 de maio de 1982;
DCCXVII.	Lei nº 441, de 2 de junho de 1982;
DCCXVIII.	Lei nº 442, de 1º de julho de 1982;
DCCXIX.	Lei nº 443, de 1º de julho de 1982;
DCCXX.	Lei nº 445, de 1º de julho de 1982;
DCCXXI.	Lei nº 447, de 5 de julho de 1982;
DCCXXII.	Lei nº 448, de 5 de julho de 1982;
DCCXXIII.	Lei nº 451, de 6 de setembro de 1982;
DCCXXIV.	Lei nº 452, de 26 de outubro de 1982;
DCCXXV.	Lei nº 456, de 22 de novembro de 1982;
DCCXXVI.	Lei nº 457, de 29 de novembro de 1982;
DCCXXVII.	Lei nº 458, de 29 de novembro de 1982;
DCCXXVIII.	Lei nº 460, de 29 de novembro de 1982;
DCCXXIX.	Lei nº 461, de 2 de dezembro de 1982;
DCCXXX.	Lei nº 463, de 27 de dezembro de 1982;
DCCXXXI.	Lei nº 465, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXXXII.	Lei nº 466, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXXXIII.	Lei nº 467, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXXXIV.	Lei nº 468, de 10 de março de 1983;
DCCXXXV.	Lei nº 469, de 15 de abril de 1983;
DCCXXXVI.	Lei nº 470, de 22 de abril de 1983;
DCCXXXVII.	Lei nº 471, de 28 de abril de 1983;
DCCXXXVIII.	Lei nº 473, de 10 de maio de 1983;
DCCXXXIX.	Lei nº 474, de 12 de maio de 1983;
DCCXL.	Lei nº 475, de 13 de maio de 1983;
DCCXLI.	Lei nº 477, de 23 de maio de 1983;
DCCXLII.	Lei nº 478, de 30 de maio de 1983;
DCCXLIII.	Lei nº 480, de 1º de junho de 1983;
DCCXLIV.	Lei nº 481, de 1º de junho de 1983;
DCCXLV.	Lei nº 482, de 3 de junho de 1983;
DCCXLVI.	Lei nº 486, de 21 de junho de 1983;
DCCXLVII.	Lei nº 491, de 24 de junho de 1983;
DCCXLVIII.	Lei nº 493, de 30 de junho de 1983;
DCCXLIX.	Lei nº 495, de 30 de junho de 1983;
DCCL.	Lei nº 496, de 12 de julho de 1983;
DCCLI.	Lei nº 498, de 29 de agosto de 1983;
DCCLII.	Lei nº 499, de 29 de agosto de 1983;
DCCLIII.	Lei nº 500, de 6 de setembro de 1983;
DCCLIV.	Lei nº 501, de 6 de setembro de 1983;

Fls. 256

DCCLV.	Lei nº 502, de 16 de setembro de 1983;
DCCLVI.	Lei nº 503, de 16 de setembro de 1983;
DCCLVII.	Lei nº 504, de 16 de setembro de 1983;
DCCLVIII.	Lei nº 505, de 17 de outubro de 1983;
DCCLIX.	Lei nº 506, de 17 de outubro de 1983;
DCCLX.	Lei nº 507, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXI.	Lei nº 508, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXII.	Lei nº 509, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXIII.	Lei nº 511, de 24 de outubro de 1983;
DCCLXIV.	Lei nº 512, de 24 de outubro de 1983;
DCCLXV.	Lei nº 514, de 10 de novembro de 1983;
DCCLXVI.	Lei nº 516, de 18 de novembro de 1983;
DCCLXVII.	Lei nº 517, de 18 de novembro de 1983;
DCCLXVIII.	Lei nº 521, de 24 de novembro de 1983;
DCCLXIX.	Lei nº 522, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXX.	Lei nº 524, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXI.	Lei nº 525, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXII.	Lei nº 526, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXIII.	Lei nº 527, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXIV.	Lei nº 528, de 7 de dezembro de 1983;
DCCLXXV.	Lei nº 531, de 28 de dezembro de 1983;
DCCLXXVI.	Lei nº 532, de 28 de dezembro de 1983;
DCCLXXVII.	Lei nº 533, de 28 de dezembro de 1983;
DCCLXXVIII.	Lei nº 534, de 27 de março de 1984;
DCCLXXIX.	Lei nº 535, de 27 de março de 1984;
DCCLXXX.	Lei nº 536, de 27 de março de 1984;
DCCLXXXI.	Lei nº 537, de 29 de março de 1984;
DCCLXXXII.	Lei nº 538, de 3 de abril de 1984;
DCCLXXXIII.	Lei nº 539, de 3 de abril de 1984;
DCCLXXXIV.	Lei nº 540, de 4 de abril de 1984;
DCCLXXXV.	Lei nº 541, de 13 de abril de 1984;
DCCLXXXVI.	Lei nº 544, de 13 de abril de 1984;
DCCLXXXVII.	Lei nº 545, de 7 de maio de 1984;
DCCLXXXVIII.	Lei nº 546, de 11 de junho de 1984;
DCCLXXXIX.	Lei nº 547, de 11 de junho de 1984;
DCCXC.	Lei nº 548, de 14 de junho de 1984;
DCCXCI.	Lei nº 549, de 14 de junho de 1984;
DCCXCII.	Lei nº 550, de 2 de julho de 1984;
DCCXCIII.	Lei nº 551, de 2 de julho de 1984;
DCCXCIV.	Lei nº 552, de 2 de julho de 1984;
DCCXCV.	Lei nº 553, de 2 de julho de 1984;
DCCXCVI.	Lei nº 554, de 2 de julho de 1984;
DCCXCVII.	Lei nº 555, de 2 de julho de 1984;
DCCXCVIII.	Lei nº 557, de 2 de julho de 1984;
DCCXCIX.	Lei nº 558, de 2 de julho de 1984;
DCCC.	Lei nº 559, de 2 de julho de 1984;
DCCCI.	Lei nº 561, de 2 de julho de 1984;
DCCCII.	Lei nº 564, de 10 de julho de 1984;
DCCCIII.	Lei nº 567, de 16 de julho de 1984;
DCCCIV.	Lei nº 568, de 31 de julho de 1984;
DCCCV.	Lei nº 570, de 17 de agosto de 1984;
DCCCVI.	Lei nº 571, de 17 de agosto de 1984;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 251
Ass.

DCCCVII.	Lei nº 574, de 10 de setembro de 1984;
DCCCVIII.	Lei nº 575, de 10 de setembro de 1984;
DCCCIX.	Lei nº 578, de 20 de setembro de 1984;
DCCCX.	Lei nº 579, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXI.	Lei nº 580, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXII.	Lei nº 581, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXIII.	Lei nº 582, de 28 de setembro de 1984;
DCCCXIV.	Lei nº 584, de 28 de setembro de 1984;
DCCCXV.	Lei nº 585, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXVI.	Lei nº 586, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXVII.	Lei nº 587, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXVIII.	Lei nº 589, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXIX.	Lei nº 590, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXX.	Lei nº 591, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXI.	Lei nº 592, de 19 de novembro de 1984;
DCCCXXII.	Lei nº 593, de 19 de novembro de 1984;
DCCCXXIII.	Lei nº 595, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXXIV.	Lei nº 597, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXXV.	Lei nº 598, de 21 de dezembro de 1984;
DCCCXXVI.	Lei nº 600, de 2 de janeiro de 1985;
DCCCXXVII.	Lei nº 601, de 10 de janeiro de 1985;
DCCCXXVIII.	Lei nº 602, de 23 de abril de 1985;
DCCCXXIX.	Lei nº 603, de 23 de abril de 1985;
DCCCXXX.	Lei nº 604, de 23 de abril de 1985;
DCCCXXXI.	Lei nº 605, de 6 de maio de 1985;
DCCCXXXII.	Lei nº 607, de 15 de maio de 1985;
DCCCXXXIII.	Lei nº 608, de 15 de maio de 1985;
DCCCXXXIV.	Lei nº 609, de 21 de maio de 1985;
DCCCXXXV.	Lei nº 611, de 5 de junho de 1985;
DCCCXXXVI.	Lei nº 614, de 13 de agosto de 1985;
DCCCXXXVII.	Lei nº 615, de 13 de agosto de 1985;
DCCCXXXVIII.	Lei nº 616, de 27 de agosto de 1985;
DCCCXXXIX.	Lei nº 619, de 13 de setembro de 1985;
DCCCXL.	Lei nº 620, de 13 de setembro de 1985;
DCCCXLI.	Lei nº 621, de 20 de setembro de 1985;
DCCCXLII.	Lei nº 622, de 4 de outubro de 1985;
DCCCXLIII.	Lei nº 624, de 4 de outubro de 1985;
DCCCXLIV.	Lei nº 625, de 11 de outubro de 1985;
DCCCXLV.	Lei nº 627, de 29 de outubro de 1985;
DCCCXLVI.	Lei nº 628, de 31 de outubro de 1985;
DCCCXLVII.	Lei nº 629, de 31 de outubro de 1985;
DCCCXLVIII.	Lei nº 630, de 31 de outubro de 1985;
DCCCXLIX.	Lei nº 633, de 11 de novembro de 1985;
DCCCL.	Lei nº 636, de 14 de novembro de 1985;
DCCCLI.	Lei nº 637, de 14 de novembro de 1985;
DCCCLII.	Lei nº 643, de 5 de dezembro de 1985;
DCCCLIII.	Lei nº 650, de 17 de março de 1986;
DCCCLIV.	Lei nº 651, de 18 de março de 1986;
DCCCLV.	Lei nº 654, de 1º de abril de 1986;
DCCCLVI.	Lei nº 656, de 9 de abril de 1986;
DCCCLVII.	Lei nº 658, de 9 de abril de 1986;
DCCCLVIII.	Lei nº 659, de 9 de abril de 1986;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 258
Visto

DCCCLIX.	Lei nº 662, de 30 de abril de 1986;
DCCCLX.	Lei nº 663, de 30 de abril de 1986;
DCCCLXI.	Lei nº 666, de 27 de maio de 1986;
DCCCLXII.	Lei nº 667, de 19 de maio de 1986;
DCCCLXIII.	Lei nº 669, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXIV.	Lei nº 670, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXV.	Lei nº 671, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXVI.	Lei nº 675, de 20 de junho de 1986;
DCCCLXVII.	Lei nº 677, de 20 de agosto de 1986;
DCCCLXVIII.	Lei nº 678, de 27 de agosto de 1986;
DCCCLXIX.	Lei nº 680, de 2 de setembro de 1986;
DCCCLXX.	Lei nº 681, de 20 de outubro de 1986;
DCCCLXXI.	Lei nº 682, de 20 de outubro de 1986;
DCCCLXXII.	Lei nº 683, de 18 de novembro de 1986;
DCCCLXXIII.	Lei nº 686, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXIV.	Lei nº 687, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXV.	Lei nº 688, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXVI.	Lei nº 689, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXVII.	Lei nº 690, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXVIII.	Lei nº 691, de 5 de dezembro de 1986;
DCCCLXXIX.	Lei nº 692, de 11 de dezembro de 1986;
DCCCLXXX.	Lei nº 693, de 15 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXI.	Lei nº 694, de 15 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXII.	Lei nº 2, de 6 de abril de 1987;
DCCCLXXXIII.	Lei nº 695, de 26 de janeiro de 1987;
DCCCLXXXIV.	Lei nº 696, de 26 de março de 1987;
DCCCLXXXV.	Lei nº 697, de 26 de março de 1987;
DCCCLXXXVI.	Lei nº 698, de 31 de março de 1987;
DCCCLXXXVII.	Lei nº 699, de 8 de abril de 1987;
DCCCLXXXVIII.	Lei nº 705, de 23 de abril de 1987;
DCCCLXXXIX.	Lei nº 706, de 23 de abril de 1987;
DCCCXC.	Lei nº 707, de 20 de maio de 1987;
DCCCXCI.	Lei nº 708, de 5 de junho de 1987;
DCCCXCII.	Lei nº 709, de 10 de junho de 1987;
DCCCXCIII.	Lei nº 710, de 10 de junho de 1987;
DCCCXCIV.	Lei nº 712, de 24 de junho de 1987;
DCCCXCV.	Lei nº 713, de 24 de junho de 1987;
DCCCXCVI.	Lei nº 714, de 24 de junho de 1987;
DCCCXCVII.	Lei nº 715, de 24 de junho de 1987;
DCCCXCVIII.	Lei nº 716, de 1º de julho de 1987;
DCCCXCIX.	Lei nº 717, de 1º de julho de 1987;
CM.	Lei nº 718, de 1º de julho de 1987;
CMI.	Lei nº 719, de 14 de julho de 1987;
CMII.	Lei nº 720, de 27 de julho de 1987;
CMIII.	Lei nº 721, de 12 de agosto de 1987;
CMIV.	Lei nº 722, de 18 de agosto de 1987;
CMV.	Lei nº 723, de 12 de agosto de 1987;
CMVI.	Lei nº 725, de 27 de agosto de 1987;
CMVII.	Lei nº 726, de 3 de setembro de 1987;
CMVIII.	Lei nº 727, de 22 de setembro de 1987;
CMIX.	Lei nº 728, de 7 de outubro de 1987;
CMX.	Lei nº 729, de 20 de outubro de 1987;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 259
E

CMXI.	Lei nº 732, de 10 de novembro de 1987;
CMXII.	Lei nº 733, de 10 de novembro de 1987;
CMXIII.	Lei nº 734, de 10 de novembro de 1987;
CMXIV.	Lei nº 735, de 19 de novembro de 1987;
CMXV.	Lei nº 736, de 24 de novembro de 1987;
CMXVI.	Lei nº 737, de 24 de novembro de 1987;
CMXVII.	Lei nº 739, de 24 de novembro de 1987;
CMXVIII.	Lei nº 740, de 24 de novembro de 1987;
CMXIX.	Lei nº 742, de 4 de dezembro de 1987;
CMXX.	Lei nº 743, de 2 de dezembro de 1987;
CMXXI.	Lei nº 744, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXII.	Lei nº 745, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXIII.	Lei nº 746, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXIV.	Lei nº 747, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXV.	Lei nº 748, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXVI.	Lei nº 749, de 9 de dezembro de 1987;
CMXXVII.	Lei nº 750, de 9 de dezembro de 1987;
CMXXVIII.	Lei nº 751, de 10 de dezembro de 1987;
CMXXIX.	Lei nº 752, de 10 de dezembro de 1987;
CMXXX.	Lei nº 753, de 16 de dezembro de 1987;
CMXXXI.	Lei nº 754, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXII.	Lei nº 755, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXIII.	Lei nº 756, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXIV.	Lei nº 758, de 22 de março de 1988;
CMXXXV.	Lei nº 759, de 22 de março de 1988;
CMXXXVI.	Lei nº 760, de 22 de março de 1988;
CMXXXVII.	Lei nº 761, de 30 de março de 1988;
CMXXXVIII.	Lei nº 762, de 30 de março de 1988;
CMXXXIX.	Lei nº 764, de 30 de março de 1988;
CMXL.	Lei nº 765, de 7 de abril de 1988;
CMXLI.	Lei nº 766, de 7 de abril de 1988;
CMXLII.	Lei nº 767, de 7 de abril de 1988;
CMXLIII.	Lei nº 768, de 26 de abril de 1988;
CMXLIV.	Lei nº 770, de 3 de maio de 1988;
CMXLV.	Lei nº 771, de 3 de maio de 1988;
CMXLVI.	Lei nº 772, de 3 de maio de 1988;
CMXLVII.	Lei nº 773, de 17 de maio de 1988;
CMXLVIII.	Lei nº 775, de 2 de junho de 1988;
CMXLIX.	Lei nº 776, de 23 de junho de 1988;
CML.	Lei nº 778, de 28 de junho de 1988;
CMLI.	Lei nº 779, de 28 de junho de 1988;
CMLII.	Lei nº 780, de 28 de junho de 1988;
CMLIII.	Lei nº 781, de 30 de agosto de 1988;
CMLIV.	Lei nº 787, de 5 de setembro de 1988;
CMLV.	Lei nº 788, de 21 de setembro de 1988;
CMLVI.	Lei nº 789, de 26 de setembro de 1988;
CMLVII.	Lei nº 800, de 3 de novembro de 1988;
CMLVIII.	Lei nº 801, de 3 de novembro de 1988;
CMLIX.	Lei nº 805, de 30 de novembro de 1988;
CMLX.	Lei nº 806, de 30 de novembro de 1988;
CMLXI.	Lei nº 808, de 6 de dezembro de 1988;
CMLXII.	Lei nº 791, de 4 de outubro de 1988;

Mun. de Pato Br.
Fls. 260

CMLXIII.	Lei nº 792, de 4 de outubro de 1988;
CMLXIV.	Lei nº 793, de 4 de outubro de 1988;
CMLXV.	Lei nº 798, de 28 de outubro de 1988;
CMLXVI.	Lei nº 803, de 28 de novembro de 1988;
CMLXVII.	Lei nº 809, de 8 de dezembro de 1988;
CMLXVIII.	Lei nº 812, de 28 de dezembro de 1988;
CMLXIX.	Lei nº 1, de 10 de novembro de 1989;
CMLXX.	Lei nº 813, de 11 de janeiro de 1989;
CMLXXI.	Lei nº 814, de 12 de janeiro de 1989;
CMLXXII.	Lei nº 815, de 13 de janeiro de 1989;
CMLXXIII.	Lei nº 818, de 8 de março de 1989;
CMLXXIV.	Lei nº 819, de 8 de março de 1989;
CMLXXV.	Lei nº 820, de 8 de março de 1989;
CMLXXVI.	Lei nº 821, de 8 de março de 1989;
CMLXXVII.	Lei nº 822, de 4 de abril de 1989;
CMLXXVIII.	Lei nº 823, de 6 de abril de 1989;
CMLXXIX.	Lei nº 825, de 6 de abril de 1989;
CMLXXX.	Lei nº 827, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXI.	Lei nº 830, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXII.	Lei nº 831, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXIII.	Lei nº 832, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXIV.	Lei nº 833, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXV.	Lei nº 834, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXVI.	Lei nº 836, de 8 de maio de 1989;
CMLXXXVII.	Lei nº 838, de 16 de maio de 1989;
CMLXXXVIII.	Lei nº 839, de 17 de maio de 1989;
CMLXXXIX.	Lei nº 840, de 16 de maio de 1989;
CMXC.	Lei nº 841, de 1º de junho de 1989;
CMXCI.	Lei nº 843, de 1 de junho de 1989;
CMXCII.	Lei nº 846, de 1º de junho de 1989;
CMXCIII.	Lei nº 847, de 4 de julho de 1989;
CMXCIV.	Lei nº 848, de 4 de julho de 1989;
CMXCV.	Lei nº 849, de 4 de julho de 1989;
CMXCVI.	Lei nº 850, de 7 de julho de 1989;
CMXCVII.	Lei nº 851, de 11 de julho de 1989;
CMXCVIII.	Lei nº 853, de 9 de agosto de 1989;
CMXCIX.	Lei nº 854, de 10 de agosto de 1989;
M.	Lei nº 855, de 10 de agosto de 1989;
MI.	Lei nº 856, de 10 de agosto de 1989;
MII.	Lei nº 857, de 23 de agosto de 1989;
MIII.	Lei nº 858, de 13 de setembro de 1989;
MIV.	Lei nº 859, de 19 de setembro de 1989;
MV.	Lei nº 863, de 27 de setembro de 1989;
MVI.	Lei nº 866, de 28 de setembro de 1989;
MVII.	Lei nº 867, de 24 de outubro de 1989;
MVIII.	Lei nº 868, de 26 de outubro de 1989;
MIX.	Lei nº 873, de 7 de novembro de 1989;
MX.	Lei nº 874, de 7 de novembro de 1989;
MXI.	Lei nº 875, de 28 de novembro de 1989;
MXII.	Lei nº 876, de 28 de novembro de 1989;
MXIII.	Lei nº 877, de 28 de novembro de 1989;
MXIV.	Lei nº 878, de 28 de novembro de 1989;

Câm. Mun. de Pato Br.
Fls. 261
E

MXV.	Lei nº 881, de 4 de dezembro de 1989;
MXVI.	Lei nº 882, de 7 de dezembro de 1989;
MXVII.	Lei nº 887, de 10 de janeiro de 1990;
MXVIII.	Lei nº 888, de 11 de janeiro de 1990;
MXIX.	Lei nº 889, de 25 de janeiro de 1990;
MXX.	Lei nº 895, de 3 de abril de 1990;
MXXI.	Lei nº 906, de 11 de abril de 1990;
MXXII.	Lei nº 907, de 11 de abril de 1990;
MXXIII.	Lei nº 908, de 11 de abril de 1990;
MXXIV.	Lei nº 912, de 17 de abril de 1990;
MXXV.	Lei nº 915, de 24 de abril de 1990;
MXXVI.	Lei nº 917, de 24 de abril de 1990;
MXXVII.	Lei nº 918, de 24 de abril de 1990;
MXXVIII.	Lei nº 919, de 3 de maio de 1990;
MXXIX.	Lei nº 920, de 3 de maio de 1990;
MXXX.	Lei nº 922, de 3 de maio de 1990;
MXXXI.	Lei nº 926, de 15 de maio de 1990;
MXXXII.	Lei nº 927, de 15 de maio de 1990;
MXXXIII.	Lei nº 928, de 19 de junho de 1990;
MXXXIV.	Lei nº 930, de 28 de maio de 1990;
MXXXV.	Lei nº 934, de 19 de junho de 1990;
MXXXVI.	Lei nº 935, de 1º de maio de 1990;
MXXXVII.	Lei nº 939, de 26 de junho de 1990;
MXXXVIII.	Lei nº 940, de 2 de julho de 1990;
MXXXIX.	Lei nº 941, de 2 de julho de 1990;
MXL.	Lei nº 942, de 2 de julho de 1990;
MXLI.	Lei nº 943, de 3 de julho de 1990;
MXLII.	Lei nº 949, de 20 de julho de 1990;
MXLIII.	Lei nº 950, de 2 de agosto de 1990;
MXLIV.	Lei nº 953, de 13 de agosto de 1990;
MXLV.	Lei nº 954, de 13 de agosto de 1990;
MXLVI.	Lei nº 956, de 13 de agosto de 1990;
MXLVII.	Lei nº 957, de 13 de agosto de 1990;
MXLVIII.	Lei nº 958, de 13 de agosto de 1990;
MXLIX.	Lei nº 960, de 21 de agosto de 1990;
ML.	Lei nº 964, de 30 de agosto de 1990;
MLI.	Lei nº 965, de 6 de setembro de 1990;
MLII.	Lei nº 966, de 6 de setembro de 1990;
MLIII.	Lei nº 967, de 10 de setembro de 1990;
MLIV.	Lei nº 968, de 10 de setembro de 1990;
MLV.	Lei nº 976, de 4 de outubro de 1990;
MLVI.	Lei nº 977, de 10 de outubro de 1990;
MLVII.	Lei nº 979, de 10 de outubro de 1990;
MLVIII.	Lei nº 982, de 11 de outubro de 1990;
MLIX.	Lei nº 983, de 11 de outubro de 1990;
MLX.	Lei nº 984, de 23 de outubro de 1990;
MLXI.	Lei nº 986, de 23 de outubro de 1990;
MLXII.	Lei nº 987, de 23 de outubro de 1990;
MLXIII.	Lei nº 989, de 7 de novembro de 1990;
MLXIV.	Lei nº 990, de 13 de novembro de 1990;
MLXV.	Lei nº 994, de 21 de novembro de 1990;
MLXVI.	Lei nº 995, de 21 de novembro de 1990;

Câm. Mun. de Pato Br.
Fls. 262

MLXVII.	Lei nº 998, de 6 de dezembro de 1990;
MLXVIII.	Lei nº 999, de 12 de dezembro de 1990;
MLXIX.	Lei nº 1.001, de 17 de dezembro de 1990;
MLXX.	Lei nº 1.004, de 18 de dezembro de 1990;
MLXXI.	Lei nº 1.005, de 18 de dezembro de 1990;
MLXXII.	Lei nº 1.006, de 24 de dezembro de 1990;
MLXXIII.	Lei nº 1.007, de 27 de dezembro de 1990;
MLXXIV.	Lei nº 1.011, de 17 de janeiro de 1991;
MLXXV.	Lei nº 1.015, de 7 de março de 1991;
MLXXVI.	Lei nº 1.016, de 12 de março de 1991;
MLXXVII.	Lei nº 1.017, de 13 de março de 1991;
MLXXVIII.	Lei nº 1.019, de 18 de março de 1991;
MLXXIX.	Lei nº 1.027, de 11 de abril de 1991;
MLXXX.	Lei nº 1.029, de 17 de abril de 1991;
MLXXXI.	Lei nº 1.030, de 19 de abril de 1991;
MLXXXII.	Lei nº 1.033, de 30 de abril de 1991;
MLXXXIII.	Lei nº 1.034, de 30 de abril de 1991;
MLXXXIV.	Lei nº 1.038, de 10 de maio de 1991;
MLXXXV.	Lei nº 1.043, de 12 de junho de 1991;
MLXXXVI.	Lei nº 1.047, de 3 de julho de 1991;
MLXXXVII.	Lei nº 1.049, de 18 de julho de 1991;
MLXXXVIII.	Lei nº 1.050, de 18 de julho de 1991;
MLXXXIX.	Lei nº 1.051, de 18 de julho de 1991;
MXC.	Lei nº 1.053, de 18 de julho de 1991;
MXCI.	Lei nº 1.057, de 22 de agosto de 1991;
MXCII.	Lei nº 1.060, de 18 de setembro de 1991;
MXCIII.	Lei nº 1.061, de 23 de setembro de 1991;
MXCIV.	Lei nº 1.062, de 27 de setembro de 1991;
MXCV.	Lei nº 1.064, de 8 de outubro de 1991;
MXCVI.	Lei nº 1.066, de 8 de outubro de 1991;
MXCVII.	Lei nº 1.077, de 19 de novembro de 1991;
MXCVIII.	Lei nº 1.079, de 26 de novembro de 1991;
MXCIX.	Lei nº 1.080, de 26 de novembro de 1991;
MC.	Lei nº 1.083, de 4 de dezembro de 1991;
MCI.	Lei nº 1.085, de 27 de dezembro de 1991;
MCII.	Lei nº 1.086, de 27 de dezembro de 1991;
MCIII.	Lei nº 1.088, de 4 de fevereiro de 1992;
MCIV.	Lei nº 1.089, de 25 de fevereiro de 1992;
MCV.	Lei nº 1.090, de 25 de fevereiro de 1992;
MCVI.	Lei nº 1.091, de 9 de março de 1992;
MCVII.	Lei nº 1.093, de 10 de março de 1992;
MCVIII.	Lei nº 1.095, de 17 de março de 1992;
MCIX.	Lei nº 1.097, de 26 de março de 1992;
MCX.	Lei nº 1.101, de 8 de abril de 1992;
MCXI.	Lei nº 1.102, de 22 de abril de 1992;
MCXII.	Lei nº 1.103, de 22 de abril de 1992;
MCXIII.	Lei nº 1.105, de 22 de abril de 1992;
MCXIV.	Lei nº 1.112, de 19 de maio de 1992;
MCXV.	Lei nº 1.113, de 27 de maio de 1992;
MCXVI.	Lei nº 1.117, de 12 de junho de 1992;
MCXVII.	Lei nº 1.119, de 16 de junho de 1992;
MCXVIII.	Lei nº 1.120, de 16 de junho de 1992;

Fls. 263

MCXIX.	Lei nº 1.121, de 16 de junho de 1992;
MCXX.	Lei nº 1.126, de 14 de julho de 1992;
MCXXI.	Lei nº 1.127, de 15 de julho de 1992;
MCXXII.	Lei nº 1.128, de 16 de julho de 1992;
MCXXIII.	Lei nº 1.131, de 16 de julho de 1992;
MCXXIV.	Lei nº 1.134, de 24 de julho de 1992;
MCXXV.	Lei nº 1.135, de 17 de agosto de 1992;
MCXXVI.	Lei nº 1.136, de 19 de agosto de 1992;
MCXXVII.	Lei nº 1.138, de 19 de agosto de 1992;
MCXXVIII.	Lei nº 1.139, de 26 de agosto de 1992;
MCXXIX.	Lei nº 1.140, de 28 de agosto de 1992;
MCXXX.	Lei nº 1.142, de 2 de setembro de 1992;
MCXXXI.	Lei nº 1.147, de 14 de setembro de 1992;
MCXXXII.	Lei nº 1.150, de 1º de outubro de 1992;
MCXXXIII.	Lei nº 1.151, de 1º de outubro de 1992;
MCXXXIV.	Lei nº 1.152, de 1º de outubro de 1992;
MCXXXV.	Lei nº 1.154, de 16 de outubro de 1992;
MCXXXVI.	Lei nº 1.155, de 20 de outubro de 1992;
MCXXXVII.	Lei nº 1.156, de 21 de outubro de 1992;
MCXXXVIII.	Lei nº 1.157, de 21 de outubro de 1992;
MCXXXIX.	Lei nº 1.159, de 21 de outubro de 1992;
MCXL.	Lei nº 1.161, de 27 de outubro de 1992;
MCXLI.	Lei nº 1.162, de 27 de outubro de 1992;
MCXLII.	Lei nº 1.165, de 30 de outubro de 1992;
MCXLIII.	Lei nº 1.166, de 11 de novembro de 1992;
MCXLIV.	Lei nº 1.168, de 11 de novembro de 1992;
MCXLV.	Lei nº 1.171, de 18 de novembro de 1992;
MCXLVI.	Lei nº 1.172, de 26 de novembro de 1992;
MCXLVII.	Lei nº 1.173, de 27 de novembro de 1992;
MCXLVIII.	Lei nº 1.175, de 15 de dezembro de 1992;
MCXLIX.	Lei nº 1.177, de 17 de dezembro de 1992;
MCL.	Lei nº 1.179, de 18 de dezembro de 1992;
MCLI.	Lei nº 1.181, de 18 de dezembro de 1992;
MCLII.	Lei nº 1.182, de 18 de dezembro de 1992;
MCLIII.	Lei nº 1.183, de 18 de dezembro de 1992;
MCLIV.	Lei nº 1.187, de 24 de dezembro de 1992;
MCLV.	Lei nº 1.188, de 31 de dezembro de 1992;
MCLVI.	Lei nº 1.189, de 31 de dezembro de 1992;
MCLVII.	Lei nº 1.190, de 8 de janeiro de 1993;
MCLVIII.	Lei nº 1.192, de 18 de janeiro de 1993;
MCLIX.	Lei nº 1.195, de 19 de fevereiro de 1993;
MCLX.	Lei nº 1.196, de 19 de fevereiro de 1993;
MCLXI.	Lei nº 1.197, de 19 de fevereiro de 1993;
MCLXII.	Lei nº 1.199, de 2 de março de 1993;
MCLXIII.	Lei nº 1.201, de 15 de março de 1993;
MCLXIV.	Lei nº 1.202, de 15 de março de 1993;
MCLXV.	Lei nº 1.205, de 28 de abril de 1993;
MCLXVI.	Lei nº 1.211, de 7 de maio de 1993;
MCLXVII.	Lei nº 1.212, de 7 de maio de 1993;
MCLXVIII.	Lei nº 1.213, de 20 de maio de 1993;
MCLXIX.	Lei nº 1.215, de 28 de maio de 1993;
MCLXX.	Lei nº 1.219, de 3 de junho de 1993;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 269
E

MCLXXI.	Lei nº 1.220, de 8 de junho de 1993;
MCLXXII.	Lei nº 1.223, de 17 de junho de 1993;
MCLXXIII.	Lei nº 1.224, de 18 de junho de 1993;
MCLXXIV.	Lei nº 1.227, de 1º de julho de 1993;
MCLXXV.	Lei nº 1.228, de 1º de julho de 1993;
MCLXXVI.	Lei nº 1.231, de 5 de julho de 1993;
MCLXXVII.	Lei nº 1.233, de 8 de julho de 1993;
MCLXXVIII.	Lei nº 1.235, de 9 de agosto de 1993;
MCLXXIX.	Lei nº 1.236, de 11 de agosto de 1993;
MCLXXX.	Lei nº 1.237, de 17 de agosto de 1993;
MCLXXXI.	Lei nº 1.238, de 21 de agosto de 1993;
MCLXXXII.	Lei nº 1.239, de 27 de agosto de 1993;
MCLXXXIII.	Lei nº 1.240, de 31 de agosto de 1993;
MCLXXXIV.	Lei nº 1.241, de 31 de agosto de 1993;
MCLXXXV.	Lei nº 1.242, de 2 de setembro de 1993;
MCLXXXVI.	Lei nº 1.243, de 9 de setembro de 1993;
MCLXXXVII.	Lei nº 1.244, de 13 de setembro de 1993;
MCLXXXVIII.	Lei nº 1.246, de 17 de setembro de 1993;
MCLXXXIX.	Lei nº 1.247, de 20 de setembro de 1993;
MCXC.	Lei nº 1.249, de 30 de setembro de 1993;
MCXCI.	Lei nº 1.251, de 14 de outubro de 1993;
MCXCII.	Lei nº 1.254, de 23 de outubro de 1993;
MCXCIII.	Lei nº 1.255, de 27 de outubro de 1993;
MCXCIV.	Lei nº 1.257, de 5 de novembro de 1993;
MCXCV.	Lei nº 1.258, de 10 de novembro de 1993;
MCXCVI.	Lei nº 1.259, de 17 de novembro de 1993;
MCXCVII.	Lei nº 1.264, de 3 de dezembro de 1993;
MCXCVIII.	Lei nº 1.265, de 26 de novembro de 1993;
MCXCIX.	Lei nº 1.272, de 16 de dezembro de 1993;
MCC.	Lei nº 1.274, de 20 de dezembro de 1993;
MCCI.	Lei nº 1.280, de 23 de dezembro de 1993;
MCCII.	Lei nº 1.281, de 23 de dezembro de 1993;
MCCIII.	Lei nº 1.282, de 27 de dezembro de 1993;
MCCIV.	Lei nº 1.283, de 27 de dezembro de 1993;
MCCV.	Lei nº 1.284, de 28 de dezembro de 1993;
MCCVI.	Lei nº 1.286, de 10 de janeiro de 1994;
MCCVII.	Lei nº 1.288, de 18 de março de 1994;
MCCVIII.	Lei nº 1.289, de 18 de março de 1994;
MCCIX.	Lei nº 1.290, de 18 de março de 1994;
MCCX.	Lei nº 1.292, de 29 de março de 1994;
MCCXI.	Lei nº 1.298, de 3 de maio de 1994;
MCCXII.	Lei nº 1.299, de 5 de maio de 1994;
MCCXIII.	Lei nº 1.300, de 5 de maio de 1994;
MCCXIV.	Lei nº 1.301, de 9 de maio de 1994;
MCCXV.	Lei nº 1.303, de 10 de maio de 1994;
MCCXVI.	Lei nº 1.305, de 16 de maio de 1994;
MCCXVII.	Lei nº 1.306, de 20 de maio de 1994;
MCCXVIII.	Lei nº 1.308, de 17 de junho de 1994;
MCCXIX.	Lei nº 1.309, de 17 de junho de 1994;
MCCXX.	Lei nº 1.310, de 23 de junho de 1994;
MCCXXI.	Lei nº 1.311, de 24 de junho de 1994;
MCCXXII.	Lei nº 1.314, de 28 de junho de 1994;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 265

MCCXXIII.	Lei nº 1.317, de 6 de julho de 1994;
MCCXXIV.	Lei nº 1.318, de 8 de julho de 1994;
MCCXXV.	Lei nº 1.324, de 29 de setembro de 1994;
MCCXXVI.	Lei nº 1.325, de 29 de setembro de 1994;
MCCXXVII.	Lei nº 1.326, de 3 de outubro de 1994;
MCCXXVIII.	Lei nº 1.327, de 5 de outubro de 1994;
MCCXXIX.	Lei nº 1.335, de 29 de novembro de 1994;
MCCXXX.	Lei nº 1.338, de 2 de dezembro de 1994;
MCCXXXI.	Lei nº 1.341, de 7 de dezembro de 1994;
MCCXXXII.	Lei nº 1.342, de 15 de dezembro de 1994;
MCCXXXIII.	Lei nº 1.344, de 15 de dezembro de 1994;
MCCXXXIV.	Lei nº 1.346, de 29 de dezembro de 1994;
MCCXXXV.	Lei nº 1.347, de 29 de dezembro de 1994;
MCCXXXVI.	Lei nº 1.353, de 24 de março de 1995;
MCCXXXVII.	Lei nº 1.354, de 29 de março de 1995;
MCCXXXVIII.	Lei nº 1.355, de 12 de abril de 1995;
MCCXXXIX.	Lei nº 1.357, de 24 de abril de 1995;
MCCXL.	Lei nº 1.358, de 2 de maio de 1995;
MCCXLI.	Lei nº 1.361, de 31 de maio de 1995;
MCCXLII.	Lei nº 1.362, de 5 de junho de 1995;
MCCXLIII.	Lei nº 1.363, de 8 de junho de 1995;
MCCXLIV.	Lei nº 1.364, de 7 de junho de 1995;
MCCXLV.	Lei nº 1.365, de 14 de junho de 1995;
MCCXLVI.	Lei nº 1.366, de 22 de junho de 1995;
MCCXLVII.	Lei nº 1.367, de 26 de junho de 1995;
MCCXLVIII.	Lei nº 1.370, de 11 de julho de 1995;
MCCXLIX.	Lei nº 1.378, de 28 de julho de 1995;
MCCL.	Lei nº 1.379, de 18 de agosto de 1995;
MCCLI.	Lei nº 1.380, de 29 de agosto de 1995;
MCCLII.	Lei nº 1.382, de 25 de setembro de 1995;
MCCLIII.	Lei nº 1.387, de 17 de outubro de 1995;
MCCLIV.	Lei nº 1.392, de 6 de novembro de 1995;
MCCLV.	Lei nº 1.393, de 9 de novembro de 1995;
MCCLVI.	Lei nº 1.398, de 16 de novembro de 1995;
MCCLVII.	Lei nº 1.401, de 5 de dezembro de 1995;
MCCLVIII.	Lei nº 1.403, de 5 de dezembro de 1995;
MCCLIX.	Lei nº 1.405, de 8 de dezembro de 1995;
MCCLX.	Lei nº 1.406, de 8 de dezembro de 1995;
MCCLXI.	Lei nº 1.409, de 12 de dezembro de 1995;
MCCLXII.	Lei nº 1.410, de 13 de dezembro de 1995;
MCCLXIII.	Lei nº 1.411, de 13 de dezembro de 1995;
MCCLXIV.	Lei nº 1.412, de 13 de dezembro de 1995;
MCCLXV.	Lei nº 1.413, de 18 de dezembro de 1995;
MCCLXVI.	Lei nº 1.414, de 22 de dezembro de 1995;
MCCLXVII.	Lei nº 1.426, de 1º de março de 1996;
MCCLXVIII.	Lei nº 1.427, de 7 de março de 1996;
MCCLXIX.	Lei nº 1.432, de 2 de abril de 1996;
MCCLXX.	Lei nº 1.433, de 2 de abril de 1996;
MCCLXXI.	Lei nº 1.434, de 15 de abril de 1996;
MCCLXXII.	Lei nº 1.437, de 7 de maio de 1996;
MCCLXXIII.	Lei nº 1.440, de 9 de maio de 1996;
MCCLXXIV.	Lei nº 1.441, de 9 de maio de 1996;

Fls 266

MCCLXXV.	Lei nº 1.443, de 29 de maio de 1996;
MCCLXXVI.	Lei nº 1.446, de 3 de junho de 1996;
MCCLXXVII.	Lei nº 1.448, de 12 de junho de 1996;
MCCLXXVIII.	Lei nº 1.452, de 18 de junho de 1996;
MCCLXXIX.	Lei nº 1.455, de 21 de junho de 1996;
MCCLXXX.	Lei nº 1.463, de 28 de junho de 1996;
MCCLXXXI.	Lei nº 1.464, de 28 de junho de 1996;
MCCLXXXII.	Lei nº 1.465, de 3 de julho de 1996;
MCCLXXXIII.	Lei nº 1.468, de 5 de julho de 1996;
MCCLXXXIV.	Lei nº 1.469, de 8 de julho de 1996;
MCCLXXXV.	Lei nº 1.475, de 15 de julho de 1996;
MCCLXXXVI.	Lei nº 1.476, de 16 de julho de 1996;
MCCLXXXVII.	Lei nº 1.478, de 18 de julho de 1996;
MCCLXXXVIII.	Lei nº 1.480, de 12 de agosto de 1996;
MCCLXXXIX.	Lei nº 1.481, de 14 de agosto de 1996;
MCCXC.	Lei nº 1.483, de 23 de agosto de 1996;
MCCXCI.	Lei nº 1.485, de 26 de agosto de 1996;
MCCXCII.	Lei nº 1.489, de 4 de setembro de 1996;
MCCXCIII.	Lei nº 1.497, de 27 de setembro de 1996;
MCCXCIV.	Lei nº 1.498, de 30 de setembro de 1996;
MCCXCV.	Lei nº 1.500, de 2 de outubro de 1996;
MCCXCVI.	Lei nº 1.501, de 21 de outubro de 1996;
MCCXCVII.	Lei nº 1.502, de 9 de outubro de 1996;
MCCXCVIII.	Lei nº 1.503, de 16 de outubro de 1996;
MCCXCIX.	Lei nº 1.506, de 22 de outubro de 1996;
MCCC.	Lei nº 1.508, de 29 de outubro de 1996;
MCCCI.	Lei nº 1.509, de 4 de novembro de 1996;
MCCCII.	Lei nº 1.516, de 28 de novembro de 1996;
MCCCIII.	Lei nº 1.517, de 28 de novembro de 1996;
MCCCIV.	Lei nº 1.525, de 6 de dezembro de 1996;
MCCCV.	Lei nº 1.527, de 16 de dezembro de 1996;
MCCCVI.	Lei nº 1.528, de 16 de dezembro de 1996;
MCCCVII.	Lei nº 1.530, de 17 de dezembro de 1996;
MCCCVIII.	Lei nº 1.532, de 18 de dezembro de 1996;
MCCCIX.	Lei nº 1.536, de 20 de dezembro de 1996;
MCCCX.	Lei nº 1.537, de 20 de dezembro de 1996;
MCCCXI.	Lei nº 1.538, de 23 de dezembro de 1996;
MCCCXII.	Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 1996;
MCCCXIII.	Lei nº 1.547, de 30 de dezembro de 1996;
MCCCXIV.	Lei nº 1.550, de 26 de dezembro de 1996;
MCCCXV.	Lei nº 1.557, de 20 de janeiro de 1997;
MCCCXVI.	Lei nº 1.558, de 4 de fevereiro de 1997;
MCCCXVII.	Lei nº 1.559, de 4 de fevereiro de 1997;
MCCCXVIII.	Lei nº 1.561, de 4 de março de 1997;
MCCCXIX.	Lei nº 1.565, de 14 de março de 1997;
MCCCXX.	Lei nº 1.567, de 24 de março de 1997;
MCCCXXI.	Lei nº 1.569, de 26 de março de 1997;
MCCCXXII.	Lei nº 1.570, de 31 de março de 1997;
MCCCXXIII.	Lei nº 1.573, de 1º de abril de 1997;
MCCCXXIV.	Lei nº 1.579, de 11 de abril de 1997;
MCCCXXV.	Lei nº 1.580, de 15 de abril de 1997;
MCCCXXVI.	Lei nº 1.589, de 14 de maio de 1997;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 267

MCCCXXVII.	Lei nº 1.591, de 16 de maio de 1997;
MCCCXXVIII.	Lei nº 1.593, de 20 de maio de 1997;
MCCCXXIX.	Lei nº 1.598, de 28 de maio de 1997;
MCCCXXX.	Lei nº 1.599, de 28 de maio de 1997;
MCCCXXXI.	Lei nº 1.600, de 28 de maio de 1997;
MCCCXXXII.	Lei nº 1.602, de 16 de junho de 1997;
MCCCXXXIII.	Lei nº 1.604, de 19 de junho de 1997;
MCCCXXXIV.	Lei nº 1.605, de 19 de junho de 1997;
MCCCXXXV.	Lei nº 1.607, de 19 de junho de 1997;
MCCCXXXVI.	Lei nº 1.611, de 20 de junho de 1997;
MCCCXXXVII.	Lei nº 1.612, de 20 de junho de 1997;
MCCCXXXVIII.	Lei nº 1.614, de 24 de junho de 1997;
MCCCXXXIX.	Lei nº 1.615, de 24 de junho de 1997;
MCCCXL.	Lei nº 1.616, de 25 de junho de 1997;
MCCCXLI.	Lei nº 1.621, de 4 de julho de 1997;
MCCCXLII.	Lei nº 1.627, de 14 de julho de 1997;
MCCCXLIII.	Lei nº 1.631, de 15 de julho de 1997;
MCCCXLIV.	Lei nº 1.634, de 25 de julho de 1997;
MCCCXLV.	Lei nº 1.635, de 25 de julho de 1997;
MCCCXLVI.	Lei nº 1.638, de 19 de agosto de 1997;
MCCCXLVII.	Lei nº 1.639, de 25 de agosto de 1997;
MCCCXLVIII.	Lei nº 1.640, de 28 de agosto de 1997;
MCCCXLIX.	Lei nº 1.641, de 28 de agosto de 1997;
MCCCL.	Lei nº 1.643, de 4 de setembro de 1997;
MCCCLI.	Lei nº 1.648, de 15 de setembro de 1997;
MCCCLII.	Lei nº 1.653, de 19 de setembro de 1997;
MCCCLIII.	Lei nº 1.656, de 30 de setembro de 1997;
MCCCLIV.	Lei nº 1.664, de 9 de outubro de 1997;
MCCCLV.	Lei nº 1.669, de 27 de outubro de 1997;
MCCCLVI.	Lei nº 1.670, de 27 de outubro de 1997;
MCCCLVII.	Lei nº 1.671, de 29 de outubro de 1997;
MCCCLVIII.	Lei nº 1.672, de 30 de outubro de 1997;
MCCCLIX.	Lei nº 1.673, de 30 de outubro de 1997;
MCCCLX.	Lei nº 1.674, de 5 de novembro de 1997;
MCCCLXI.	Lei nº 1.679, de 26 de novembro de 1997;
MCCCLXII.	Lei nº 1.684, de 9 de dezembro de 1997;
MCCCLXIII.	Lei nº 1.685, de 9 de dezembro de 1997;
MCCCLXIV.	Lei nº 1.686, de 9 de dezembro de 1997;
MCCCLXV.	Lei nº 1.688, de 11 de dezembro de 1997;
MCCCLXVI.	Lei nº 1.689, de 15 de dezembro de 1997;
MCCCLXVII.	Lei nº 1.692, de 17 de dezembro de 1997;
MCCCLXVIII.	Lei nº 1.693, de 18 de dezembro de 1997;
MCCCLXIX.	Lei nº 1.695, de 19 de dezembro de 1997;
MCCCLXX.	Lei nº 1.697, de 23 de dezembro de 1997;
MCCCLXXI.	Lei nº 1.699, de 23 de dezembro de 1997;
MCCCLXXII.	Lei nº 1.700, de 9 de janeiro de 1998;
MCCCLXXIII.	Lei nº 1.702, de 19 de fevereiro de 1998;
MCCCLXXIV.	Lei nº 1.704, de 3 de março de 1998;
MCCCLXXV.	Lei nº 1.705, de 9 de março de 1998;
MCCCLXXVI.	Lei nº 1.707, de 30 de março de 1998;
MCCCLXXVII.	Lei nº 1.708, de 1º de abril de 1998;
MCCCLXXVIII.	Lei nº 1.710, de 23 de abril de 1998;

MCCCLXXIX.	Lei nº 1.713, de 6 de maio de 1998;
MCCCLXXX.	Lei nº 1.714, de 6 de maio de 1998;
MCCCLXXXI.	Lei nº 1.715, de 6 de maio de 1998;
MCCCLXXXII.	Lei nº 1.716, de 12 de maio de 1998;
MCCCLXXXIII.	Lei nº 1.719, de 25 de maio de 1998;
MCCCLXXXIV.	Lei nº 1.720, de 27 de maio de 1998;
MCCCLXXXV.	Lei nº 1.721, de 27 de maio de 1998;
MCCCLXXXVI.	Lei nº 1.722, de 27 de maio de 1998;
MCCCLXXXVII.	Lei nº 1.723, de 1º de junho de 1998;
MCCCLXXXVIII.	Lei nº 1.724, de 8 de junho de 1998;
MCCCLXXXIX.	Lei nº 1.725, de 8 de junho de 1998;
MCCCXC.	Lei nº 1.726, de 10 de junho de 1998;
MCCCXCI.	Lei nº 1.729, de 15 de junho de 1998;
MCCCXCII.	Lei nº 1.730, de 17 de junho de 1998;
MCCCXCIII.	Lei nº 1.731, de 22 de junho de 1998;
MCCCXCIV.	Lei nº 1.732, de 22 de junho de 1998;
MCCCXCV.	Lei nº 1.734, de 1º de julho de 1998;
MCCCXCVI.	Lei nº 1.735, de 1º de julho de 1998;
MCCCXCVII.	Lei nº 1.736, de 1º de julho de 1998;
MCCCXCVIII.	Lei nº 1.737, de 1º de julho de 1998;
MCCCXCIX.	Lei nº 1.739, de 6 de julho de 1998;
MCD.	Lei nº 1.741, de 6 de julho de 1998;
MCDI.	Lei nº 1.745, de 14 de julho de 1998;
MCDII.	Lei nº 1.747, de 21 de julho de 1998;
MCDIII.	Lei nº 1.750, de 27 de agosto de 1998;
MCDIV.	Lei nº 1.752, de 31 de agosto de 1998;
MCDV.	Lei nº 1.753, de 31 de agosto de 1998;
MCDVI.	Lei nº 1.755, de 4 de setembro de 1998;
MCDVII.	Lei nº 1.756, de 8 de outubro de 1998;
MCDVIII.	Lei nº 1.758, de 10 de setembro de 1998;
MCDIX.	Lei nº 1.759, de 14 de setembro de 1998;
MCDX.	Lei nº 1.760, de 14 de setembro de 1998;
MCDXI.	Lei nº 1.761, de 17 de setembro de 1998;
MCDXII.	Lei nº 1.763, de 18 de setembro de 1998;
MCDXIII.	Lei nº 1.764, de 21 de setembro de 1998;
MCDXIV.	Lei nº 1.766, de 2 de outubro de 1998;
MCDXV.	Lei nº 1.768, de 19 de outubro de 1998;
MCDXVI.	Lei nº 1.769, de 20 de outubro de 1998;
MCDXVII.	Lei nº 1.770, de 21 de outubro de 1998;
MCDXVIII.	Lei nº 1.771, de 21 de outubro de 1998;
MCDXIX.	Lei nº 1.772, de 3 de novembro de 1998;
MCDXX.	Lei nº 1.773, de 11 de novembro de 1998;
MCDXXI.	Lei nº 1.776, de 20 de novembro de 1998;
MCDXXII.	Lei nº 1.779, de 25 de novembro de 1998;
MCDXXIII.	Lei nº 1.790, de 10 de dezembro de 1998;
MCDXXIV.	Lei nº 1.792, de 11 de dezembro de 1998;
MCDXXV.	Lei nº 1.793, de 15 de dezembro de 1998;
MCDXXVI.	Lei nº 1.795, de 23 de dezembro de 1998;
MCDXXVII.	Lei nº 1.796, de 28 de dezembro de 1998;
MCDXXVIII.	Lei nº 1.797, de 28 de dezembro de 1998;
MCDXXIX.	Lei nº 1.798, de 28 de dezembro de 1998;
MCDXXX.	Lei nº 1.799, de 28 de dezembro de 1998;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 269

MCDXXXI.	Lei nº 1.803, de 11 de fevereiro de 1999;
MCDXXXII.	Lei nº 1.806, de 11 de março de 1999;
MCDXXXIII.	Lei nº 1.807, de 12 de março de 1999;
MCDXXXIV.	Lei nº 1.808, de 15 de março de 1999;
MCDXXXV.	Lei nº 1.809, de 15 de março de 1999;
MCDXXXVI.	Lei nº 1.811, de 22 de março de 1999;
MCDXXXVII.	Lei nº 1.813, de 30 de março de 1999;
MCDXXXVIII.	Lei nº 1.814, de 30 de março de 1999;
MCDXXXIX.	Lei nº 1.815, de 22 de abril de 1999;
MCDXL.	Lei nº 1.816, de 22 de abril de 1999;
MCDXLI.	Lei nº 1.818, de 22 de abril de 1999;
MCDXLII.	Lei nº 1.819, de 23 de abril de 1999;
MCDXLIII.	Lei nº 1.820, de 28 de abril de 1999;
MCDXLIV.	Lei nº 1.822, de 29 de abril de 1999;
MCDXLV.	Lei nº 1.823, de 2 de maio de 1999;
MCDXLVI.	Lei nº 1.825, de 12 de maio de 1999;
MCDXLVII.	Lei nº 1.827, de 26 de maio de 1999;
MCDXLVIII.	Lei nº 1.830, de 1º de junho de 1999;
MCDXLIX.	Lei nº 1.831, de 1º de junho de 1999;
MCDL.	Lei nº 1.834, de 22 de junho de 1999;
MCDLI.	Lei nº 1.835, de 24 de junho de 1999;
MCDLII.	Lei nº 1.839, de 1º de julho de 1999;
MCDLIII.	Lei nº 1.841, de 5 de julho de 1999;
MCDLIV.	Lei nº 1.842, de 5 de julho de 1999;
MCDLV.	Lei nº 1.844, de 5 de julho de 1999;
MCDLVI.	Lei nº 1.847, de 14 de julho de 1999;
MCDLVII.	Lei nº 1.848, de 14 de julho de 1999;
MCDLVIII.	Lei nº 1.849, de 19 de agosto de 1999;
MCDLIX.	Lei nº 1.853, de 30 de agosto de 1999;
MCDLX.	Lei nº 1.854, de 30 de agosto de 1999;
MCDLXI.	Lei nº 1.858, de 10 de setembro de 1999;
MCDLXII.	Lei nº 1.860, de 13 de setembro de 1999;
MCDLXIII.	Lei nº 1.861, de 15 de setembro de 1999;
MCDLXIV.	Lei nº 1.863, de 20 de setembro de 1999;
MCDLXV.	Lei nº 1.874, de 3 de novembro de 1999;
MCDLXVI.	Lei nº 1.875, de 3 de novembro de 1999;
MCDLXVII.	Lei nº 1.876, de 9 de novembro de 1999;
MCDLXVIII.	Lei nº 1.877, de 10 de novembro de 1999;
MCDLXIX.	Lei nº 1.888, de 20 de dezembro de 1999;
MCDLXX.	Lei nº 1.890, de 20 de dezembro de 1999;
MCDLXXI.	Lei nº 1.891, de 20 de dezembro de 1999;
MCDLXXII.	Lei nº 1.892, de 21 de dezembro de 1999;
MCDLXXIII.	Lei nº 1.893, de 21 de dezembro de 1999;
MCDLXXIV.	Lei nº 1.895, de 24 de dezembro de 1999;
MCDLXXV.	Lei nº 1.896, de 27 de dezembro de 1999;
MCDLXXVI.	Lei nº 1.897, de 28 de dezembro de 1999;
MCDLXXVII.	Lei nº 1.900, de 17 de fevereiro de 2000;
MCDLXXVIII.	Lei nº 1.901, de 17 de fevereiro de 2000;
MCDLXXIX.	Lei nº 1.902, de 17 de fevereiro de 2000;
MCDLXXX.	Lei nº 1.903, de 17 de fevereiro de 2000;
MCDLXXXI.	Lei nº 1.907, de 17 de fevereiro de 2000;
MCDLXXXII.	Lei nº 1.908, de 25 de fevereiro de 2000;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 040
Visto

MCDLXXXIII.	Lei nº 1.909, de 3 de março de 2000;
MCDLXXXIV.	Lei nº 1.911, de 14 de março de 2000;
MCDLXXXV.	Lei nº 1.913, de 24 de março de 2000;
MCDLXXXVI.	Lei nº 1.914, de 27 de março de 2000;
MCDLXXXVII.	Lei nº 1.915, de 29 de março de 2000;
MCDLXXXVIII.	Lei nº 1.922, de 19 de abril de 2000;
MCDLXXXIX.	Lei nº 1.923, de 24 de abril de 2000;
MCDXC.	Lei nº 1.924, de 25 de abril de 2000;
MCDXCI.	Lei nº 1.925, de 25 de abril de 2000;
MCDXCII.	Lei nº 1.926, de 2 de maio de 2000;
MCDXCIII.	Lei nº 1.927, de 9 de maio de 2000;
MCDXCIV.	Lei nº 1.928, de 17 de maio de 2000;
MCDXCV.	Lei nº 1.930, de 24 de maio de 2000;
MCDXCVI.	Lei nº 1.932, de 30 de maio de 2000;
MCDXCVII.	Lei nº 1.935, de 6 de junho de 2000;
MCDXCVIII.	Lei nº 1.938, de 26 de junho de 2000;
MCDXCIX.	Lei nº 1.942, de 3 de julho de 2000;
MD.	Lei nº 1.943, de 4 de julho de 2000;
MDI.	Lei nº 1.944, de 4 de julho de 2000;
MDII.	Lei nº 1.949, de 17 de julho de 2000;
MDIII.	Lei nº 1.951, de 7 de agosto de 2000;
MDIV.	Lei nº 1.958, de 25 de agosto de 2000;
MDV.	Lei nº 1.962, de 4 de setembro de 2000;
MDVI.	Lei nº 1.963, de 4 de setembro de 2000;
MDVII.	Lei nº 1.967, de 18 de setembro de 2000;
MDVIII.	Lei nº 1.968, de 19 de setembro de 2000;
MDIX.	Lei nº 1.971, de 21 de setembro de 2000;
MDX.	Lei nº 1.973, de 26 de setembro de 2000;
MDXI.	Lei nº 1.978, de 31 de outubro de 2000;
MDXII.	Lei nº 1.979, de 31 de outubro de 2000;
MDXIII.	Lei nº 1.980, de 1º de novembro de 2000;
MDXIV.	Lei nº 1.981, de 1º de novembro de 2000;
MDXV.	Lei nº 1.984, de 24 de novembro de 2000;
MDXVI.	Lei nº 1.988, de 11 de dezembro de 2000;
MDXVII.	Lei nº 1.989, de 11 de dezembro de 2000;
MDXVIII.	Lei nº 1.992, de 19 de dezembro de 2000;
MDXIX.	Lei nº 1.995, de 19 de dezembro de 2000;
MDXX.	Lei nº 2.001, de 20 de dezembro de 2000;
MDXXI.	Lei nº 2.002, de 20 de dezembro de 2000;
MDXXII.	Lei nº 2.003, de 20 de dezembro de 2000;
MDXXIII.	Lei nº 2.005, de 21 de dezembro de 2000;
MDXXIV.	Lei nº 2.006, de 22 de dezembro de 2000;
MDXXV.	Lei nº 2.013, de 2 de março de 2001;
MDXXVI.	Lei nº 2.014, de 8 de março de 2001;
MDXXVII.	Lei nº 2.016, de 28 de março de 2001;
MDXXVIII.	Lei nº 2.017, de 28 de março de 2001;
MDXXIX.	Lei nº 2.018, de 29 de março de 2001;
MDXXX.	Lei nº 2.019, de 29 de março de 2001;
MDXXXI.	Lei nº 2.022, de 16 de abril de 2001;
MDXXXII.	Lei nº 2.027, de 26 de abril de 2001;
MDXXXIII.	Lei nº 2.029, de 27 de abril de 2001;
MDXXXIV.	Lei nº 2.030, de 27 de abril de 2001;

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls. 241

MDXXXV.	Lei nº 2.031, de 27 de abril de 2001;
MDXXXVI.	Lei nº 2.032, de 27 de abril de 2001;
MDXXXVII.	Lei nº 2.033, de 27 de abril de 2001;
MDXXXVIII.	Lei nº 2.034, de 27 de abril de 2001;
MDXXXIX.	Lei nº 2.035, de 27 de abril de 2001;
MDXL.	Lei nº 2.036, de 27 de abril de 2001;
MDXLI.	Lei nº 2.037, de 27 de abril de 2001;
MDXLII.	Lei nº 2.038, de 27 de abril de 2001;
MDXLIII.	Lei nº 2.040, de 27 de abril de 2001;
MDXLIV.	Lei nº 2.043, de 18 de maio de 2001;
MDXLV.	Lei nº 2.044, de 1º de junho de 2001;
MDXLVI.	Lei nº 2.045, de 4 de junho de 2001;
MDXLVII.	Lei nº 2.046, de 4 de junho de 2001;
MDXLVIII.	Lei nº 2.047, de 4 de junho de 2001;
MDXLIX.	Lei nº 2.048, de 4 de junho de 2001;
MDL.	Lei nº 2.050, de 8 de junho de 2001;
MDLI.	Lei nº 2.051, de 13 de junho de 2001;
MDLII.	Lei nº 2.052, de 13 de junho de 2001;
MDLIII.	Lei nº 2.053, de 13 de junho de 2001;
MDLIV.	Lei nº 2.054, de 19 de junho de 2001;
MDLV.	Lei nº 2.056, de 2 de julho de 2001;
MDLVI.	Lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001;
MDLVII.	Lei nº 2.058, de 5 de julho de 2001;
MDLVIII.	Lei nº 2.060, de 11 de julho de 2001;
MDLIX.	Lei nº 2.061, de 16 de julho de 2001;
MDLX.	Lei nº 2.062, de 14 de agosto de 2001;
MDLXI.	Lei nº 2.063, de 22 de agosto de 2001;
MDLXII.	Lei nº 2.064, de 28 de agosto de 2001;
MDLXIII.	Lei nº 2.066, de 11 de setembro de 2001;
MDLXIV.	Lei nº 2.067, de 10 de setembro de 2001;
MDLXV.	Lei nº 2.068, de 10 de setembro de 2001;
MDLXVI.	Lei nº 2.069, de 10 de setembro de 2001;
MDLXVII.	Lei nº 2.070, de 10 de setembro de 2001;
MDLXVIII.	Lei nº 2.071, de 10 de setembro de 2001;
MDLXIX.	Lei nº 2.072, de 10 de setembro de 2001;
MDLXX.	Lei nº 2.073, de 10 de setembro de 2001;
MDLXXI.	Lei nº 2.074, de 10 de setembro de 2001;
MDLXXII.	Lei nº 2.075, de 10 de setembro de 2001;
MDLXXIII.	Lei nº 2.076, de 19 de setembro de 2001;
MDLXXIV.	Lei nº 2.080, de 8 de outubro de 2001;
MDLXXV.	Lei nº 2.081, de 9 de outubro de 2001;
MDLXXVI.	Lei nº 2.082, de 9 de outubro de 2001;
MDLXXVII.	Lei nº 2.083, de 9 de outubro de 2001;
MDLXXVIII.	Lei nº 2.085, de 11 de outubro de 2001;
MDLXXIX.	Lei nº 2.089, de 19 de outubro de 2001;
MDLXXX.	Lei nº 2.092, de 7 de novembro de 2001;
MDLXXXI.	Lei nº 2.095, de 13 de novembro de 2001;
MDLXXXII.	Lei nº 2.097, de 19 de novembro de 2001;
MDLXXXIII.	Lei nº 2.098, de 19 de novembro de 2001;
MDLXXXIV.	Lei nº 2.099, de 19 de novembro de 2001;
MDLXXXV.	Lei nº 2.100, de 19 de novembro de 2001;
MDLXXXVI.	Lei nº 2.101, de 19 de novembro de 2001;

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls. 272

MDLXXXVII.	Lei nº 2.102, de 19 de novembro de 2001;
MDLXXXVIII.	Lei nº 2.103, de 19 de novembro de 2001;
MDLXXXIX.	Lei nº 2.104, de 19 de novembro de 2001;
MDXC.	Lei nº 2.109, de 17 de dezembro de 2001;
MDXCI.	Lei nº 2.110, de 17 de dezembro de 2001;
MDXCII.	Lei nº 2.112, de 26 de dezembro de 2001;
MDXCIII.	Lei nº 2.117, de 27 de dezembro de 2001;
MDXCIV.	Lei nº 2.122, de 28 de dezembro de 2001;
MDXCV.	Lei nº 2.128, de 23 de janeiro de 2002;
MDXCVI.	Lei nº 2.129, de 28 de janeiro de 2002;
MDXCVII.	Lei nº 2.130, de 31 de janeiro de 2002;
MDXCVIII.	Lei nº 2.131, de 31 de janeiro de 2002;
MDXCIX.	Lei nº 2.132, de 31 de janeiro de 2002;
MDC.	Lei nº 2.136, de 15 de março de 2002;
MDCI.	Lei nº 2.137, de 15 de março de 2002;
MDCII.	Lei nº 2.138, de 15 de março de 2002;
MDCIII.	Lei nº 2.139, de 15 de março de 2002;
MDCIV.	Lei nº 2.140, de 18 de março de 2002;
MDCV.	Lei nº 2.141, de 18 de março de 2002;
MDCVI.	Lei nº 2.142, de 20 de março de 2002;
MDCVII.	Lei nº 2.144, de 2 de abril de 2002;
MDCVIII.	Lei nº 2.147, de 16 de abril de 2002;
MDCIX.	Lei nº 2.148, de 16 de abril de 2002;
MDCX.	Lei nº 2.149, de 16 de abril de 2002;
MDCXI.	Lei nº 2.151, de 26 de abril de 2002;
MDCXII.	Lei nº 2.152, de 29 de abril de 2002;
MDCXIII.	Lei nº 2.153, de 6 de maio de 2002;
MDCXIV.	Lei nº 2.154, de 13 de maio de 2002;
MDCXV.	Lei nº 2.155, de 21 de maio de 2002;
MDCXVI.	Lei nº 2.156, de 24 de maio de 2002;
MDCXVII.	Lei nº 2.157, de 3 de junho de 2002;
MDCXVIII.	Lei nº 2.159, de 10 de junho de 2002;
MDCXIX.	Lei nº 2.160, de 26 de junho de 2002;
MDCXX.	Lei nº 2.161, de 26 de junho de 2002;
MDCXXI.	Lei nº 2.162, de 26 de junho de 2002;
MDCXXII.	Lei nº 2.164, de 1º de julho de 2002;
MDCXXIII.	Lei nº 2.165, de 1º de julho de 2002;
MDCXXIV.	Lei nº 2.166, de 2 de julho de 2002;
MDCXXV.	Lei nº 2.167, de 3 de julho de 2002;
MDCXXVI.	Lei nº 2.168, de 3 de julho de 2002;
MDCXXVII.	Lei nº 2.169, de 8 de julho de 2002;
MDCXXVIII.	Lei nº 2.170, de 8 de julho de 2002;
MDCXXIX.	Lei nº 2.171, de 10 de julho de 2002;
MDCXXX.	Lei nº 2.174, de 20 de agosto de 2002;
MDCXXXI.	Lei nº 2.175, de 22 de agosto de 2002;
MDCXXXII.	Lei nº 2.176, de 22 de agosto de 2002;
MDCXXXIII.	Lei nº 2.177, de 22 de agosto de 2002;
MDCXXXIV.	Lei nº 2.179, de 22 de agosto de 2002;
MDCXXXV.	Lei nº 2.180, de 26 de agosto de 2002;
MDCXXXVI.	Lei nº 2.181, de 28 de agosto de 2002;
MDCXXXVII.	Lei nº 2.182, de 30 de agosto de 2002;
MDCXXXVIII.	Lei nº 2.183, de 9 de setembro de 2002;

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls. 273
E

MDCXXXIX.	Lei nº 2.185, de 7 de outubro de 2002;
MDCXL.	Lei nº 2.188, de 15 de outubro de 2002;
MDCXLI.	Lei nº 2.190, de 25 de outubro de 2002;
MDCXLII.	Lei nº 2.191, de 5 de novembro de 2002;
MDCXLIII.	Lei nº 2.195, de 12 de novembro de 2002;
MDCXLIV.	Lei nº 2.196, de 12 de novembro de 2002;
MDCXLV.	Lei nº 2.197, de 12 de novembro de 2002;
MDCXLVI.	Lei nº 2.198, de 12 de novembro de 2002;
MDCXLVII.	Lei nº 2.202, de 25 de novembro de 2002;
MDCXLVIII.	Lei nº 2.204, de 26 de novembro de 2002;
MDCXLIX.	Lei nº 2.205, de 3 de dezembro de 2002;
MDCL.	Lei nº 2.207, de 4 de dezembro de 2002;
MDCLI.	Lei nº 2.208, de 4 de dezembro de 2002;
MDCLII.	Lei nº 2.211, de 18 de dezembro de 2002;
MDCLIII.	Lei nº 2.214, de 20 de dezembro de 2002;
MDCLIV.	Lei nº 2.217, de 23 de dezembro de 2002;
MDCLV.	Lei nº 2.220, de 17 de fevereiro de 2003;
MDCLVI.	Lei nº 2.221, de 26 de fevereiro de 2003;
MDCLVII.	Lei nº 2.224, de 24 de março de 2003;
MDCLVIII.	Lei nº 2.225, de 24 de março de 2003;
MDCLIX.	Lei nº 2.230, de 26 de março de 2003;
MDCLX.	Lei nº 2.231, de 31 de março de 2003;
MDCLXI.	Lei nº 2.233, de 4 de abril de 2003;
MDCLXII.	Lei nº 2.234, de 8 de abril de 2003;
MDCLXIII.	Lei nº 2.237, de 11 de abril de 2003;
MDCLXIV.	Lei nº 2.240, de 24 de abril de 2003;
MDCLXV.	Lei nº 2.241, de 28 de abril de 2003
MDCLXVI.	Lei nº 2.242, de 28 de abril de 2003
MDCLXVII.	Lei nº 2.243, de 28 de abril de 2003
MDCLXVIII.	Lei nº 2.244, de 28 de abril de 2003
MDCLXIX.	Lei nº 2.245, de 30 de abril de 2003
MDCLXX.	Lei nº 2.246, de 30 de abril de 2003
MDCLXXI.	Lei nº 2.247, de 2 de maio de 2003
MDCLXXII.	Lei nº 2.248, de 7 de maio de 2003;
MDCLXXIII.	Lei nº 2.250, de 15 de maio de 2003;
MDCLXXIV.	Lei nº 2.253, de 26 de maio de 2003;
MDCLXXV.	Lei nº 2.257, de 10 de junho de 2003;
MDCLXXVI.	Lei nº 2.260, de 17 de junho de 2003;
MDCLXXVII.	Lei nº 2.264, de 30 de junho de 2003;
MDCLXXVIII.	Lei nº 2.266, de 3 de julho de 2003;
MDCLXXIX.	Lei nº 2.267, de 3 de julho de 2003;
MDCLXXX.	Lei nº 2.268, de 3 de julho de 2003;
MDCLXXXI.	Lei nº 2.274, de 18 de julho de 2003;
MDCLXXXII.	Lei nº 2.277, de 16 de setembro de 2003;
MDCLXXXIII.	Lei nº 2.279, de 25 setembro de 2003;
MDCLXXXIV.	Lei nº 2.280, de 25 setembro de 2003;
MDCLXXXV.	Lei nº 2.288, de 22 de outubro de 2003;
MDCLXXXVI.	Lei nº 2.294, de 18 de novembro de 2003;
MDCLXXXVII.	Lei nº 2.298, de 1º de dezembro de 2003;
MDCLXXXVIII.	Lei nº 2.299, de 1º de dezembro de 2003;
MDCLXXXIX.	Lei nº 2.303, de 16 de dezembro de 2003;
MDCXC.	Lei nº 2.305, de 18 de dezembro de 2003;

MDCXCI.	Lei nº 2.306, de 22 de dezembro de 2003;
MDCXCII.	Lei nº 2.307, de 22 de dezembro de 2003;
MDCXCIII.	Lei nº 2.310, de 29 de dezembro de 2003;
MDCXCIV.	Lei nº 2.311, de 29 de dezembro de 2003;
MDCXCV.	Lei nº 2.312, de 29 de dezembro de 2003;
MDCXCVI.	Lei nº 2.313, de 31 de dezembro de 2003;
MDCXCVII.	Lei nº 2.314, de 31 de dezembro de 2003;
MDCXCVIII.	Lei nº 2.315, de 23 de janeiro de 2004;
MDCXCIX.	Lei nº 2.317, de 25 de fevereiro de 2004;
MDCC.	Lei nº 2.318, de 27 de fevereiro de 2004;
MDCCI.	Lei nº 2.319, de 27 de fevereiro de 2004;
MDCCII.	Lei nº 2.321, de 10 de março de 2004;
MDCCIII.	Lei nº 2.322, de 19 de março de 2004;
MDCCIV.	Lei nº 2.323, de 31 de março de 2004;
MDCCV.	Lei nº 2.324, de 1º de abril de 2004;
MDCCVI.	Lei nº 2.325, de 1º de abril de 2004;
MDCCVII.	Lei nº 2.326, de 1º de abril de 2004;
MDCCVIII.	Lei nº 2.327, de 1º de abril de 2004;
MDCCIX.	Lei nº 2.334, de 10 de maio de 2004;
MDCCX.	Lei nº 2.336, de 12 de maio de 2004;
MDCCXI.	Lei nº 2.342, de 7 de junho de 2004;
MDCCXII.	Lei nº 2.346, de 15 de junho de 2004;
MDCCXIII.	Lei nº 2.350, de 18 de junho de 2004;
MDCCXIV.	Lei nº 2.351, de 18 de junho de 2004;
MDCCXV.	Lei nº 2.352, de 18 de junho de 2004;
MDCCXVI.	Lei nº 2.353, de 18 de junho de 2004;
MDCCXVII.	Lei nº 2.354, de 23 de junho de 2004;
MDCCXVIII.	Lei nº 2.358, de 5 de julho de 2004;
MDCCXIX.	Lei nº 2.359, de 5 de julho de 2004;
MDCCXX.	Lei nº 2.365, de 14 de julho de 2004;
MDCCXXI.	Lei nº 2.370, de 16 de agosto de 2004;
MDCCXXII.	Lei nº 2.371, de 26 de agosto de 2004;
MDCCXXIII.	Lei nº 2.372, de 26 de agosto de 2004;
MDCCXXIV.	Lei nº 2.373, de 6 de setembro de 2004;
MDCCXXV.	Lei nº 2.385, de 5 de novembro de 2004;
MDCCXXVI.	Lei nº 2.388, de 10 de novembro de 2004;
MDCCXXVII.	Lei nº 2.391, de 16 de novembro de 2004;
MDCCXXVIII.	Lei nº 2.392, de 16 de novembro de 2004;
MDCCXXIX.	Lei nº 2.393, de 16 de novembro de 2004;
MDCCXXX.	Lei nº 2.399, de 13 de dezembro de 2004;
MDCCXXXI.	Lei nº 2.418, de 21 de janeiro de 2005;
MDCCXXXII.	Lei nº 2.419, de 21 de janeiro de 2005;
MDCCXXXIII.	Lei nº 2.420, de 26 de janeiro de 2005;
MDCCXXXIV.	Lei nº 2.421, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCXXXV.	Lei nº 2.422, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCXXXVI.	Lei nº 2.423, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCXXXVII.	Lei nº 2.424, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCXXXVIII.	Lei nº 2.425, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCXXXIX.	Lei nº 2.426, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCXL.	Lei nº 2.427, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCCXLI.	Lei nº 2.429, de 22 de fevereiro de 2005;
MDCCXLII.	Lei nº 2.430, de 7 de março de 2005;

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls. 245

MDCCXLIII.	Lei nº 2.434, de 11 de março de 2005;
MDCCXLIV.	Lei nº 2.435, de 11 de março de 2005;
MDCCXLV.	Lei nº 2.436, de 11 de março de 2005;
MDCCXLVI.	Lei nº 2.438, de 29 de março de 2005;
MDCCXLVII.	Lei nº 2.443, de 5 de abril de 2005;
MDCCXLVIII.	Lei nº 2.446, de 25 de abril de 2005;
MDCCXLIX.	Lei nº 2.447, de 25 de abril de 2005;
MDCCL.	Lei nº 2.452, de 11 de maio de 2005;
MDCCLI.	Lei nº 2.454, de 11 de maio de 2005;
MDCCLII.	Lei nº 2.455, de 17 de maio de 2005;
MDCCLIII.	Lei nº 2.456, de 17 de maio de 2005;
MDCCLIV.	Lei nº 2.458, de 25 de maio de 2005;
MDCCLV.	Lei nº 2.460, de 7 de junho de 2005;
MDCCLVI.	Lei nº 2.468, de 28 de junho de 2005;
MDCCLVII.	Lei nº 2.469, de 28 de junho de 2005;
MDCCLVIII.	Lei nº 2.470, de 28 de junho de 2005;
MDCCLIX.	Lei nº 2.474, de 14 de julho de 2005;
MDCCLX.	Lei nº 2.475, de 14 de julho de 2005;
MDCCLXI.	Lei nº 2.478, de 15 de julho de 2005;
MDCCLXII.	Lei nº 2.479, de 19 de julho de 2005;
MDCCLXIII.	Lei nº 2.480, de 19 de julho de 2005;
MDCCLXIV.	Lei nº 2.483, de 29 de julho de 2005;
MDCCLXV.	Lei nº 2.484, de 29 de julho de 2005;
MDCCLXVI.	Lei nº 2.485, de 29 de julho de 2005;
MDCCLXVII.	Lei nº 2.487, de 9 de agosto de 2005;
MDCCLXVIII.	Lei nº 2.492, de 16 de agosto de 2005;
MDCCLXIX.	Lei nº 2.493, de 16 de agosto de 2005;
MDCCLXX.	Lei nº 2.494, de 16 de agosto de 2005;
MDCCLXXI.	Lei nº 2.496, de 19 de agosto de 2005;
MDCCLXXII.	Lei nº 2.497, de 29 de agosto de 2005;
MDCCLXXIII.	Lei nº 2.498, de 29 de agosto de 2005;
MDCCLXXIV.	Lei nº 2.499, de 29 de agosto de 2005;
MDCCLXXV.	Lei nº 2.500, de 29 de agosto de 2005;
MDCCLXXVI.	Lei nº 2.506, de 13 de setembro de 2005;
MDCCLXXVII.	Lei nº 2.507, de 13 de setembro de 2005;
MDCCLXXVIII.	Lei nº 2.508, de 13 de setembro de 2005;
MDCCLXXIX.	Lei nº 2.509, de 13 de setembro de 2005;
MDCCLXXX.	Lei nº 2.510, de 13 de setembro de 2005;
MDCCLXXXI.	Lei nº 2.511, de 19 de setembro de 2005;
MDCCLXXXII.	Lei nº 2.515, de 20 de setembro de 2005;
MDCCLXXXIII.	Lei nº 2.516, de 20 de setembro de 2005;
MDCCLXXXIV.	Lei nº 2.519, de 20 de setembro de 2005;
MDCCLXXXV.	Lei nº 2.520, de 23 de setembro de 2005;
MDCCLXXXVI.	Lei nº 2.522, de 23 de setembro de 2005;
MDCCLXXXVII.	Lei nº 2.529, de 4 de outubro de 2005;
MDCCLXXXVIII.	Lei nº 2.530, de 4 de outubro de 2005;
MDCCLXXXIX.	Lei nº 2.532, de 5 de outubro de 2005;
MDCCXC.	Lei nº 2.540, de 21 de outubro de 2005;
MDCCXCI.	Lei nº 2.541, de 25 de outubro de 2005;
MDCCXCII.	Lei nº 2.542, de 28 de outubro de 2005;
MDCCXCIII.	Lei nº 2.544, de 28 de outubro de 2005;
MDCCXCIV.	Lei nº 2.549, de 11 de novembro de 2005;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 276

MDCCCXCV.	Lei nº 2.550, de 11 de novembro de 2005;
MDCCCXCVI.	Lei nº 2.551, de 11 de novembro de 2005;
MDCCCXCVII.	Lei nº 2.552, de 11 de novembro de 2005;
MDCCCXCVIII.	Lei nº 2.553, de 18 de novembro de 2005;
MDCCCXCIX.	Lei nº 2.554, de 18 de novembro de 2005;
MDCCCC.	Lei nº 2.555, de 18 de novembro de 2005;
MDCCCI.	Lei nº 2.557, de 28 de novembro de 2005;
MDCCCII.	Lei nº 2.558, de 30 de novembro de 2005;
MDCCCIII.	Lei nº 2.564, de 19 de dezembro de 2005;
MDCCCIV.	Lei nº 2.566, de 19 de dezembro de 2005;
MDCCCV.	Lei nº 2.567, de 19 de dezembro de 2005;
MDCCCVI.	Lei nº 2.570, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCVII.	Lei nº 2.571, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCVIII.	Lei nº 2.572, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCIX.	Lei nº 2.573, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCX.	Lei nº 2.574, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCXI.	Lei nº 2.575, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCXII.	Lei nº 2.577, de 21 de dezembro de 2005;
MDCCCXIII.	Lei nº 2.579, de 18 de janeiro de 2006;
MDCCCXIV.	Lei nº 2.580, de 25 de janeiro de 2006;
MDCCCXV.	Lei nº 2.581, de 25 de janeiro de 2006;
MDCCCXVI.	Lei nº 2.582, de 30 de janeiro de 2006;
MDCCCXVII.	Lei nº 2.583, de 7 de fevereiro de 2006;
MDCCCXVIII.	Lei nº 2.587, de 10 de março de 2006;
MDCCCXIX.	Lei nº 2.588, de 10 de março de 2006;
MDCCCXX.	Lei nº 2.589, de 10 de março de 2006;
MDCCCXXI.	Lei nº 2.590, de 15 de março de 2006;
MDCCCXXII.	Lei nº 2.593, de 20 de março de 2006;
MDCCCXXIII.	Lei nº 2.594, de 20 de março de 2006;
MDCCCXXIV.	Lei nº 2.595, de 20 de março de 2006;
MDCCCXXV.	Lei nº 2.598, de 28 de março de 2006;
MDCCCXXVI.	Lei nº 2.600, de 30 de março de 2006;
MDCCCXXVII.	Lei nº 2.602, de 31 de março de 2006;
MDCCCXXVIII.	Lei nº 2.603, de 4 de abril de 2006;
MDCCCXXIX.	Lei nº 2.604, de 4 de abril de 2006;
MDCCCXXX.	Lei nº 2.605, de 4 de abril de 2006;
MDCCCXXXI.	Lei nº 2.606, de 4 de abril de 2006;
MDCCCXXXII.	Lei nº 2.609, de 17 de abril de 2006;
MDCCCXXXIII.	Lei nº 2.610, de 17 de abril de 2006;
MDCCCXXXIV.	Lei nº 2.612, de 17 de abril de 2006;
MDCCCXXXV.	Lei nº 2.616, de 26 de abril de 2006;
MDCCCXXXVI.	Lei nº 2.618, de 4 de maio de 2006;
MDCCCXXXVII.	Lei nº 2.619, de 4 de maio de 2006;
MDCCCXXXVIII.	Lei nº 2.622, de 12 de maio de 2006;
MDCCCXXXIX.	Lei nº 2.623, de 24 de maio de 2006;
MDCCCXL.	Lei nº 2.625, de 1º de junho de 2006;
MDCCCXLI.	Lei nº 2.628, de 2 de junho de 2006;
MDCCCXLII.	Lei nº 2.634, de 20 de junho de 2006;
MDCCCXLIII.	Lei nº 2.635, de 20 de junho de 2006;
MDCCCXLIV.	Lei nº 2.637, de 20 de junho de 2006;
MDCCCXLV.	Lei nº 2.638, de 21 de junho de 2006;
MDCCCXLVI.	Lei nº 2.639, de 26 de junho de 2006;

MDCCCXLVII.	Lei nº 2.640, de 26 de junho de 2006;
MDCCCXLVIII.	Lei nº 2.641, de 28 de junho de 2006;
MDCCCXLIX.	Lei nº 2.644, de 4 de julho de 2006;
MDCCCL.	Lei nº 2.645, de 4 de julho de 2006;
MDCCCLI.	Lei nº 2.649, de 11 de julho de 2006;
MDCCCLII.	Lei nº 2.653, de 18 de julho de 2006;
MDCCCLIII.	Lei nº 2.654, de 18 de julho de 2006;
MDCCCLIV.	Lei nº 2.655, de 18 de julho de 2006;
MDCCCLV.	Lei nº 2.656, de 18 de julho de 2006;
MDCCCLVI.	Lei nº 2.657, de 18 de julho de 2006;
MDCCCLVII.	Lei nº 2.659, de 15 de agosto de 2006;
MDCCCLVIII.	Lei nº 2.662, de 22 de agosto de 2006;
MDCCCLIX.	Lei nº 2.663, de 22 de agosto de 2006;
MDCCCLX.	Lei nº 2.664, de 23 de agosto de 2006;
MDCCCLXI.	Lei nº 2.665, de 23 de agosto de 2006;
MDCCCLXII.	Lei nº 2.666, de 25 de agosto de 2006;
MDCCCLXIII.	Lei nº 2.667, de 25 de agosto de 2006;
MDCCCLXIV.	Lei nº 2.668, de 29 de agosto de 2006;
MDCCCLXV.	Lei nº 2.669, de 31 de agosto de 2006;
MDCCCLXVI.	Lei nº 2.670, de 31 de agosto de 2006;
MDCCCLXVII.	Lei nº 2.671, de 31 de agosto de 2006;
MDCCCLXVIII.	Lei nº 2.672, de 31 de agosto de 2006;
MDCCCLXIX.	Lei nº 2.673, de 1º de setembro de 2006;
MDCCCLXX.	Lei nº 2.674, de 1° de setembro de 2006;
MDCCCLXXI.	Lei nº 2.675, de 1° de setembro de 2006;
MDCCCLXXII.	Lei nº 2.676, de 1° de setembro de 2006;
MDCCCLXXIII.	Lei nº 2.677, de 1° de setembro de 2006;
MDCCCLXXIV.	Lei nº 2.678, de 13 de setembro de 2006;
MDCCCLXXV.	Lei nº 2.680, de 20 de setembro de 2006;
MDCCCLXXVI.	Lei nº 2.681, de 25 de setembro de 2006;
MDCCCLXXVII.	Lei nº 2.682, de 25 de setembro de 2006;
MDCCCLXXVIII.	Lei nº 2.683, de 29 de setembro de 2006;
MDCCCLXXIX.	Lei nº 2.684, de 11 de outubro de 2006;
MDCCCLXXX.	Lei nº 2.685, de 11 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXI.	Lei nº 2.686, de 11 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXII.	Lei nº 2.687, de 11 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXIII.	Lei nº 2.688, de 11 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXIV.	Lei nº 2.689, de 18 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXV.	Lei nº 2.690, de 18 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXVI.	Lei nº 2.692, de 20 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXVII.	Lei nº 2.694, de 27 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXVIII.	Lei nº 2.695, de 27 de outubro de 2006;
MDCCCLXXXIX.	Lei nº 2.697, de 7 de novembro de 2006;
MDCCCXC.	Lei nº 2.700, de 21 de novembro de 2006;
MDCCCXCI.	Lei nº 2.702, de 21 de novembro de 2006;
MDCCCXCII.	Lei nº 2.704, de 27 de novembro de 2006;
MDCCCXCIII.	Lei nº 2.705, de 27 de novembro de 2006;
MDCCCXCIV.	Lei nº 2.710, de 11 de dezembro de 2006;
MDCCCXCV.	Lei nº 2.711, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCCXCVI.	Lei nº 2.712, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCCXCVII.	Lei nº 2.713, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCCXCVIII.	Lei nº 2.714, de 21 de dezembro de 2006;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 248
E

MDCCCXCIX.	Lei nº 2.718, de 26 de dezembro de 2006;
MCM.	Lei nº 2.719, de 26 de dezembro de 2006;
MCMI.	Lei nº 2.720, de 26 de dezembro de 2006;
MCMII.	Lei nº 2.721, de 26 de dezembro de 2006;
MCMIII.	Lei nº 2.722, de 26 de dezembro de 2006;
MCMIV.	Lei nº 2.723, de 26 de dezembro de 2006;
MCMV.	Lei nº 2.725, de 26 de dezembro de 2006;
MCMVI.	Lei nº 2.726, de 26 de dezembro de 2006;
MCMVII.	Lei nº 2.727, de 28 de dezembro de 2006;
MCMVIII.	Lei nº 2.729, de 23 de janeiro de 2007;
MCMIX.	Lei nº 2.730, de 23 de janeiro de 2007;
MCMX.	Lei nº 2.731, de 24 de janeiro de 2007;
MCMXI.	Lei nº 2.732, de 24 de janeiro de 2007;
MCMXII.	Lei nº 2.733, de 24 de janeiro de 2007;
MCMXIII.	Lei nº 2.735, de 13 de fevereiro de 2007;
MCMXIV.	Lei nº 2.736, de 21 de fevereiro de 2007;
MCMXV.	Lei nº 2.737, de 23 de fevereiro de 2007;
MCMXVI.	Lei nº 2.738, de 7 de março de 2007;
MCMXVII.	Lei nº 2.739, de 7 de março de 2007;
MCMXVIII.	Lei nº 2.740, de 7 de março de 2007;
MCMXIX.	Lei nº 2.742, de 13 de março de 2007;
MCMXX.	Lei nº 2.743, de 20 de março de 2007;
MCMXXI.	Lei nº 2.744, de 20 de março de 2007;
MCMXXII.	Lei nº 2.745, de 22 de março de 2007;
MCMXXIII.	Lei nº 2.746, de 27 de março de 2007;
MCMXXIV.	Lei nº 2.749, de 2 de abril de 2007;
MCMXXV.	Lei nº 2.750, de 10 de abril de 2007;
MCMXXVI.	Lei nº 2.751, de 10 de abril de 2007;
MCMXXVII.	Lei nº 2.752, de 10 de abril de 2007;
MCMXXVIII.	Lei nº 2.753, de 13 de abril de 2007;
MCMXXIX.	Lei nº 2.755, de 20 de abril de 2007;
MCMXXX.	Lei nº 2.756, de 20 de abril de 2007;
MCMXXXI.	Lei nº 2.757, de 30 de abril de 2007;
MCMXXXII.	Lei nº 2.758, de 27 de abril de 2007;
MCMXXXIII.	Lei nº 2.759, de 27 de abril de 2007;
MCMXXXIV.	Lei nº 2.760, de 30 de abril de 2007;
MCMXXXV.	Lei nº 2.761, de 30 de abril de 2007;
MCMXXXVI.	Lei nº 2.762, de 27 de abril de 2007;
MCMXXXVII.	Lei nº 2.763, de 27 de abril de 2007;
MCMXXXVIII.	Lei nº 2.764, de 27 de abril de 2007;
MCMXXXIX.	Lei nº 2.765, de 7 de maio de 2007;
MCMXL.	Lei nº 2.767, de 11 de maio de 2007;
MCMXLI.	Lei nº 2.768, de 16 de maio de 2007;
MCMXLII.	Lei nº 2.772, de 29 de maio de 2007;
MCMXLIII.	Lei nº 2.775, de 29 de maio de 2007;
MCMXLIV.	Lei nº 2.776, de 29 de maio de 2007;
MCMXLV.	Lei nº 2.779, de 6 de junho de 2007;
MCMXLVI.	Lei nº 2.781, de 14 de junho de 2007;
MCMXLVII.	Lei nº 2.783, de 19 de junho de 2007;
MCMXLVIII.	Lei nº 2.785, de 27 de junho de 2007;
MCMXLIX.	Lei nº 2.786, de 4 de julho de 2007;
MCML.	Lei nº 2.787, de 4 de julho de 2007;

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls 249

MCMLI.	Lei nº 2.788, de 4 de julho de 2007;
MCMLII.	Lei nº 2.792, de 6 de julho de 2007;
MCMLIII.	Lei nº 2.793, de 6 de julho de 2007;
MCMLIV.	Lei nº 2.794, de 6 de julho de 2007;
MCMLV.	Lei nº 2.796, de 6 de julho de 2007;
MCMLVI.	Lei nº 2.797, de 6 de julho de 2007;
MCMLVII.	Lei nº 2.798, de 12 de julho de 2007;
MCMLVIII.	Lei nº 2.800, de 12 de julho de 2007;
MCMLIX.	Lei nº 2.801, de 12 de julho de 2007;
MCMLX.	Lei nº 2.803, de 13 de julho de 2007;
MCMLXI.	Lei nº 2.808, de 17 de julho de 2007;
MCMLXII.	Lei nº 2.809, de 17 de julho de 2007;
MCMLXIII.	Lei nº 2.810, de 19 de julho de 2007;
MCMLXIV.	Lei nº 2.811, de 19 de julho de 2007;
MCMLXV.	Lei nº 2.812, de 24 de julho de 2007;
MCMLXVI.	Lei nº 2.815, de 3 de agosto de 2007;
MCMLXVII.	Lei nº 2.816, de 3 de agosto de 2007;
MCMLXVIII.	Lei nº 2.817, de 3 de agosto de 2007;
MCMLXIX.	Lei nº 2.819, de 10 de agosto de 2007;
MCMLXX.	Lei nº 2.820, de 10 de agosto de 2007;
MCMLXXI.	Lei nº 2.824, de 24 de agosto de 2007;
MCMLXXII.	Lei nº 2.828, de 5 de setembro de 2007;
MCMLXXIII.	Lei nº 2.830, de 11 de setembro de 2007;
MCMLXXIV.	Lei nº 2.831, de 12 de setembro de 2007;
MCMLXXV.	Lei nº 2.833, de 18 de setembro de 2007;
MCMLXXVI.	Lei nº 2.836, de 21 de setembro de 2007;
MCMLXXVII.	Lei nº 2.837, de 25 de setembro de 2007;
MCMLXXVIII.	Lei nº 2.838, de 25 de setembro de 2007;
MCMLXXIX.	Lei nº 2.840, de 9 de outubro de 2007;
MCMLXXX.	Lei nº 2.841, de 9 de outubro de 2007;
MCMLXXXI.	Lei nº 2.842, de 9 de outubro de 2007;
MCMLXXXII.	Lei nº 2.843, de 9 de outubro de 2007;
MCMLXXXIII.	Lei nº 2.844, de 9 de outubro de 2007;
MCMLXXXIV.	Lei nº 2.848, de 10 de outubro de 2007;
MCMLXXXV.	Lei nº 2.850, de 23 de outubro de 2007;
MCMLXXXVI.	Lei nº 2.851, de 23 de outubro de 2007;
MCMLXXXVII.	Lei nº 2.854, de 29 de outubro de 2007;
MCMLXXXVIII.	Lei nº 2.856, de 30 de outubro de 2007;
MCMLXXXIX.	Lei nº 2.857, de 30 de outubro de 2007;
MCMXC.	Lei nº 2.858, de 30 de outubro de 2007;
MCMXCI.	Lei nº 2.859, de 7 de novembro de 2007;
MCMXCII.	Lei nº 2.860, de 7 de novembro de 2007;
MCMXCIII.	Lei nº 2.861, de 13 de novembro de 2007;
MCMXCIV.	Lei nº 2.864, de 19 de novembro de 2007;
MCMXCV.	Lei nº 2.863, de 14 de novembro de 2007;
MCMXCVI.	Lei nº 2.865, de 19 de novembro de 2007;
MCMXCVII.	Lei nº 2.866, de 19 de novembro de 2007;
MCMXCVIII.	Lei nº 2.867, de 19 de novembro de 2007;
MCMXCIX.	Lei nº 2.869, de 19 de novembro de 2007;
MM.	Lei nº 2.871, de 20 de novembro de 2007;
MMI.	Lei nº 2.872, de 20 de novembro de 2007;
MMII.	Lei nº 2.875, de 28 de novembro de 2007;

MMIII.	Lei nº 2.876, de 5 de dezembro de 2007;
MMIV.	Lei nº 2.877, de 5 de dezembro de 2007;
MMV.	Lei nº 2.878, de 5 de dezembro de 2007;
MMVI.	Lei nº 2.881, de 7 de dezembro de 2007;
MMVII.	Lei nº 2.882, de 7 de dezembro de 2007;
MMVIII.	Lei nº 2.884, de 12 de dezembro de 2007;
MMIX.	Lei nº 2.885, de 18 de dezembro de 2007;
MMX.	Lei nº 2.886, de 18 de dezembro de 2007;
MMXI.	Lei nº 2.888, de 18 de dezembro de 2007;
MMXII.	Lei nº 2.890, de 18 de dezembro de 2007;
MMXIII.	Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 2007;
MMXIV.	Lei nº 2.892, de 20 de dezembro de 2007;
MMXV.	Lei nº 2.893, de 26 de dezembro de 2007;
MMXVI.	Lei nº 2.896, de 26 de dezembro de 2007;
MMXVII.	Lei nº 2.898, de 21 de fevereiro de 2008;
MMXVIII.	Lei nº 2.899, de 22 de fevereiro de 2008;
MMXIX.	Lei nº 2.903, de 12 de março de 2008;
MMXX.	Lei nº 2.904, de 12 de março de 2008;
MMXXI.	Lei nº 2.907, de 19 de março de 2008;
MMXXII.	Lei nº 2.908, de 19 de março de 2008;
MMXXIII.	Lei nº 2.909, de 20 de março de 2008;
MMXXIV.	Lei nº 2.911, de 20 de março de 2008;
MMXXV.	Lei nº 2.912, de 20 de março de 2008;
MMXXVI.	Lei nº 2.913, de 20 de março de 2008;
MMXXVII.	Lei nº 2.914, de 20 de março de 2008;
MMXXVIII.	Lei nº 2.915, de 20 de março de 2008;
MMXXIX.	Lei nº 2.916, de 20 de março de 2008;
MMXXX.	Lei nº 2.917, de 20 de março de 2008;
MMXXXI.	Lei nº 2.918, de 20 de março de 2008;
MMXXXII.	Lei nº 2.919, de 20 de março de 2008;
MMXXXIII.	Lei nº 2.920, de 20 de março de 2008;
MMXXXIV.	Lei nº 2.921, de 25 de março de 2008;
MMXXXV.	Lei nº 2.922, de 25 de março de 2008;
MMXXXVI.	Lei nº 2.924, de 1° de abril de 2008;
MMXXXVII.	Lei nº 2.925, de 1º de abril de 2008;
MMXXXVIII.	Lei nº 2.926, de 1° de abril de 2008;
MMXXXIX.	Lei nº 2.927, de 1° de abril de 2008;
MMXL.	Lei nº 2.928, de 1° de abril de 2008;
MMXLI.	Lei nº 2.929, de 7 de abril de 2008;
MMXLII.	Lei nº 2.930, de 7 de abril de 2008;
MMXLIII.	Lei nº 2.931, de 7 de abril de 2008;
MMXLIV.	Lei nº 2.932, de 11 de abril de 2008;
MMXLV.	Lei nº 2.933, de 11 de abril de 2008;
MMXLVI.	Lei nº 2.934, de 11 de abril de 2008;
MMXLVII.	Lei nº 2.935, de 11 de abril de 2008;
MMXLVIII.	Lei nº 2.936, de 17 de abril de 2008;
MMXLIX.	Lei nº 2.938, de 18 de abril de 2008;
MML.	Lei nº 2.939, de 29 de abril de 2008;
MMLI.	Lei nº 2.940, de 29 de abril de 2008;
MMLII.	Lei nº 2.941, de 29 de abril de 2008;
MMLIII.	Lei nº 2.942, de 29 de abril de 2008;
MMLIV.	Lei nº 2.946, de 13 de maio de 2008;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 281

MMLV.	Lei nº 2.948, de 13 de maio de 2008;
MMLVI.	Lei nº 2.950, de 13 de maio de 2008;
MMLVII.	Lei nº 2.951, de 21 de maio de 2008;
MMLVIII.	Lei nº 2.952, de 21 de maio de 2008;
MMLIX.	Lei nº 2.953, de 21 de maio de 2008;
MMLX.	Lei nº 2.955, de 30 de maio de 2008;
MMLXI.	Lei nº 2.960, de 4 de junho de 2008;
MMLXII.	Lei nº 2.961, de 4 de junho de 2008;
MMLXIII.	Lei nº 2.964, de 5 de junho de 2008;
MMLXIV.	Lei nº 2.966, de 5 de junho de 2008;
MMLXV.	Lei nº 2.967, de 5 de junho de 2008;
MMLXVI.	Lei nº 2.969, de 11 de junho de 2008;
MMLXVII.	Lei nº 2.974, de 19 de junho de 2008;
MMLXVIII.	Lei nº 2.975, de 19 de junhho de 2008;
MMLXIX.	Lei nº 2.977, de 19 de junho de 2008;
MMLXX.	Lei nº 2.978, de 19 de junho de 2008;
MMLXXI.	Lei nº 2.979, de 25 de junho de 2008;
MMLXXII.	Lei nº 2.980, de 25 de junho de 2008;
MMLXXIII.	Lei nº 2.981, de 25 de junho de 2008;
MMLXXIV.	Lei nº 2.982, de 25 de junho de 2008;
MMLXXV.	Lei nº 2.984, de 27 de junho de 2008;
MMLXXVI.	Lei nº 2.985, de 27 de junho de 2008;
MMLXXVII.	Lei nº 2.986, de 7 de julho de 2008;
MMLXXVIII.	Lei nº 2.987, de 7 de julho de 2008;
MMLXXIX.	Lei nº 2.988, de 7 de julho de 2008;
MMLXXX.	Lei nº 2.989, de 7 de julho de 2008;
MMLXXXI.	Lei nº 2.990, de 10 de julho de 2008;
MMLXXXII.	Lei nº 2.992, de 10 de julho de 2008;
MMLXXXIII.	Lei nº 2.993, de 14 de junho de 2008;
MMLXXXIV.	Lei nº 2.995, de 22 de julho de 2008;
MMLXXXV.	Lei nº 2.996, de 22 de julho de 2008;
MMLXXXVI.	Lei nº 2.997, de 5 de agosto de 2008;
MMLXXXVII.	Lei nº 2.998, de 5 de agosto de 2008;
MMLXXXVIII.	Lei nº 3.000, de 15 de agosto de 2008;
MMLXXXIX.	Lei nº 3.001, de 19 de agosto de 2008;
MMXC.	Lei nº 3.002, de 19 de agosto de 2008;
MMXCI.	Lei nº 3.003, de 19 de agosto de 2008;
MMXCII.	Lei nº 3.004, de 21 de agosto de 2008;
MMXCIII.	Lei nº 3.008, de 21 de agosto de 2008;
MMXCIV.	Lei nº 3.010, de 5 de setembro de 2008;
MMXCV.	Lei nº 3.012, de 15 de setembro de 2008;
MMXCVI.	Lei nº 3.013, de 18 de setembro de 2008;
MMXCVII.	Lei nº 3.014, de 15 de outubro de 2008;
MMXCVIII.	Lei nº 3.015, de 17 de outubro de 2008;
MMXCIX.	Lei nº 3.017, de 22 de outubro de 2008;
MMC.	Lei nº 3.018, de 22 de outubro de 2008;
MMCI.	Lei nº 3.019, de 24 de outubro de 2008;
MMCII.	Lei nº 3.020, de 24 de outubro de 2008;
MMCIII.	Lei nº 3.022, de 3 de outubro de 2008;
MMCIV.	Lei nº 3.023, de 5 de novembro de 2008;
MMCV.	Lei nº 3.024, de 6 de novembro de 2008;
MMCVI.	Lei nº 3.025, de 6 de novembro de 2008;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 222
C

MMCVII.	Lei nº 3.029, de 6 de novembro de 2008;
MMCVIII.	Lei nº 3.030, de 15 de agosto de 2008;
MMCIX.	Lei nº 3.031, de 11 de novembro de 2008;
MMCX.	Lei nº 3.032, de 14 de novembro de 2008;
MMCXI.	Lei nº 3.033, de 14 de novembro de 2008;
MMCXII.	Lei nº 3.035, de 14 de novembro de 2008;
MMCXIII.	Lei nº 3.039, de 21 de novembro de 2008;
MMCXIV.	Lei nº 3.040, de 27 de novembro de 2008;
MMCXV.	Lei nº 3.041, de 27 de novembro de 2008;
MMCXVI.	Lei nº 3.043, de 28 de novembro de 2008;
MMCXVII.	Lei nº 3.048, de 4 de dezembro de 2008;
MMCXVIII.	Lei nº 3.049, de 4 de dezembro de 2008;
MMCXIX.	Lei nº 3.050, de 4 de dezembro de 2008;
MMCXX.	Lei nº 3.051, de 9 de dezembro de 2008;
MMCXXI.	Lei nº 3.052, de 9 de dezembro de 2008;
MMCXXII.	Lei nº 3.055, de 12 de dezembro de 2008;
MMCXXIII.	Lei nº 3.060, de 17 de dezembro de 2008;
MMCXXIV.	Lei nº 3.061, de 17 de dezembro de 2008;
MMCXXV.	Lei nº 3.062, de 17 de dezembro de 2008;
MMCXXVI.	Lei nº 3.064, de 29 de dezembro de 2008;
MMCXXVII.	Lei nº 3.069, de 29 de dezembro de 2008;
MMCXXVIII.	Lei nº 3.070, de 29 de dezembro de 2008;
MMCXXIX.	Lei nº 3.071, de 29 de dezembro de 2008;
MMCXXX.	Lei nº 3.072, de 29 de dezembro de 2008;
MMCXXXI.	Lei nº 3.077, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXXXII.	Lei nº 3.078, de 23 de janeiro de 2010;
MMCXXXIII.	Lei nº 3.079, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXXXIV.	Lei nº 3.080, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXXXV.	Lei nº 3.081, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXXXVI.	Lei nº 3.082, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXXXVII.	Lei nº 3.083, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXXXVIII.	Lei nº 3.084, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXXXIX.	Lei nº 3.085, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXL.	Lei nº 3.086, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXLI.	Lei nº 3.088, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXLII.	Lei nº 3.089, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXLIII.	Lei nº 3.090, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXLIV.	Lei nº 3.091, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXLV.	Lei nº 3.092, de 23 de janeiro de 2009;
MMCXLVI.	Lei nº 3.093, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCXLVII.	Lei nº 3.094, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCXLVIII.	Lei nº 3.095, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCXLIX.	Lei nº 3.096, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCL.	Lei nº 3.097, de 5 de fevereiro de 2009;
MMCLI.	Lei nº 3.099, de 12 de fevereiro de 2009;
MMCLII.	Lei nº 3.102, de 18 de fevereiro de 2009;
MMCLIII.	Lei nº 3.104, de 19 de janeiro de 2009;
MMCLIV.	Lei nº 3.105, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLV.	Lei nº 3.106, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLVI.	Lei nº 3.107, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLVII.	Lei nº 3.108, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLVIII.	Lei nº 3.109, de 19 de fevereiro de 2009;

MMCLIX.	Lei nº 3.110, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLX.	Lei nº 3.111, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLXI.	Lei nº 3.112, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLXII.	Lei nº 3.113, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLXIII.	Lei nº 3.114, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLXIV.	Lei nº 3.115, de 19 de fevereiro de 2009;
MMCLXV.	Lei nº 3.116, de 10 de março de 2009;
MMCLXVI.	Lei nº 3.117, de 10 de março de 2009;
MMCLXVII.	Lei nº 3.118, de 10 de março de 2009;
MMCLXVIII.	Lei nº 3.120, de 10 de março de 2009;
MMCLXIX.	Lei nº 3.126, de 20 de março de 2009;
MMCLXX.	Lei nº 3.129, de 25 de março de 2009;
MMCLXXI.	Lei nº 3.130, de 26 de março de 2009;
MMCLXXII.	Lei nº 3.131, de 26 de março de 2009;
MMCLXXIII.	Lei nº 3.132, de 26 de março de 2009;
MMCLXXIV.	Lei nº 3.134, de 26 de março de 2009;
MMCLXXV.	Lei nº 3.136, de 6 de abril de 2009;
MMCLXXVI.	Lei nº 3.137, de 13 de abril de 2009;
MMCLXXVII.	Lei nº 3.138, de 13 de abril de 2009;
MMCLXXVIII.	Lei nº 3.140, de 14 de abril de 2009;
MMCLXXIX.	Lei nº 3.141, de 14 de abril de 2009;
MMCLXXX.	Lei nº 3.142, de 14 de abril de 2009;
MMCLXXXI.	Lei nº 3.143, de 14 de abril de 2009;
MMCLXXXII.	Lei nº 3.144, de 14 de abril de 2009;
MMCLXXXIII.	Lei nº 3.145, de 16 de abril de 2009;
MMCLXXXIV.	Lei nº 3.146, de 16 de abril de 2009;
MMCLXXXV.	Lei nº 3.147, de 23 de abril de 2009;
MMCLXXXVI.	Lei nº 3.149, de 23 de abril de 2009;
MMCLXXXVII.	Lei nº 3.150, de 23 de abril de 2009;
MMCLXXXVIII.	Lei nº 3.151, de 23 de abril de 2009;
MMCLXXXIX.	Lei nº 3.152, de 23 de abril de 2009;
MMCXC.	Lei nº 3.154, de 23 de abril de 2009;
MMCXCI.	Lei nº 3.155, de 23 de abril de 2009;
MMCXCII.	Lei nº 3.156, de 23 de abril de 2009;
MMCXCIII.	Lei nº 3.159, de 28 de abril de 2009;
MMCXCIV.	Lei nº 3.160, de 28 de abril de 2009;
MMCXCV.	Lei nº 3.161, de 30 de abril de 2009;
MMCXCVI.	Lei nº 3.162, de 30 de abril de 2009;
MMCXCVII.	Lei nº 3.164, de 18 de maio de 2009;
MMCXCVIII.	Lei nº 3.165, de 18 de maio de 2009;
MMCXCIX.	Lei nº 3.166, de 19 de maio de 2009;
MMCC.	Lei nº 3.167, de 19 de maio de 2009;
MMCCI.	Lei nº 3.168, de 19 de maio de 2009;
MMCCII.	Lei nº 3.170, de 21 de maio de 2009;
MMCCIII.	Lei nº 3.171, de 27 de maio de 2009;
MMCCIV.	Lei nº 3.172, de 27 de maio de 2009;
MMCCV.	Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2009;
MMCCVI.	Lei nº 3.174, de 27 de maio de 2009;
MMCCVII.	Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2009;
MMCCVIII.	Lei nº 3.176, de 27 de maio de 2009;
MMCCIX.	Lei nº 3.177, de 27 de maio de 2009;
MMCCX.	Lei nº 3.179, de 15 de junho de 2009;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 284

MMCCXI.	Lei nº 3.180, de 15 de junho de 2009;
MMCCXII.	Lei nº 3.181, de 16 de junho de 2009;
MMCCXIII.	Lei nº 3.182, de 16 de junho de 2009;
MMCCXIV.	Lei nº 3.183, de 16 de junho de 2009;
MMCCXV.	Lei nº 3.184, de 16 de junho de 2009;
MMCCXVI.	Lei nº 3.185, de 16 de junho de 2009;
MMCCXVII.	Lei nº 3.188, de 1º de julho de 2009;
MMCCXVIII.	Lei nº 3.189, de 1º de julho de 2009;
MMCCXIX.	Lei nº 3.190, de 3 de julho de 2009;
MMCCXX.	Lei nº 3.191, de 3 de julho de 2009;
MMCCXXI.	Lei nº 3.192, de 8 de julho de 2009;
MMCCXXII.	Lei nº 3.193, de 8 de julho de 2009;
MMCCXXIII.	Lei nº 3.194, de 8 de julho de 2009;
MMCCXXIV.	Lei nº 3.195, de 8 de julho de 2009;
MMCCXXV.	Lei nº 3.197, de 10 de julho de 2009;
MMCCXXVI.	Lei nº 3.198, de 10 de julho de 2009;
MMCCXXVII.	Lei nº 3.199, de 10 de julho de 2009;
MMCCXXVIII.	Lei nº 3.200, de 13 de julho de 2009;
MMCCXXIX.	Lei nº 3.201, de 13 de julho de 2009;
MMCCXXX.	Lei nº 3.203, de 17 de julho de 2009;
MMCCXXXI.	Lei nº 3.208, de 7 de agosto de 2009;
MMCCXXXII.	Lei nº 3.210, de 19 de agosto de 2009;
MMCCXXXIII.	Lei nº 3.211, de 24 de agosto de 2009;
MMCCXXXIV.	Lei nº 3.212, de 24 de agosto de 2009;
MMCCXXXV.	Lei nº 3.213, de 24 de agosto de 2009;
MMCCXXXVI.	Lei nº 3.214, de 21 de agosto de 2009;
MMCCXXXVII.	Lei nº 3.215, de 21 de agosto de 2009;
MMCCXXXVIII.	Lei nº 3.218, de 27 de agosto de 2009;
MMCCXXXIX.	Lei nº 3.219, de 27 de agosto de 2009;
MMCCXL.	Lei nº 3.220, de 27 de agosto de 2009;
MMCCXLI.	Lei nº 3.221, de 27 de agosto de 2009;
MMCCXLII.	Lei nº 3.222, de 2 de setembro de 2009;
MMCCXLIII.	Lei nº 3.223, de 2 de setembro de 2009;
MMCCXLIV.	Lei nº 3.225, de 4 de setembro de 2009;
MMCCXLV.	Lei nº 3.227, de 4 de setembro de 2009;
MMCCXLVI.	Lei nº 3.231, de 17 de setembro de 2009;
MMCCXLVII.	Lei nº 3.232, de 17 de setembro de 2009;
MMCCXLVIII.	Lei nº 3.235, de 18 de setembro de 2009;
MMCCXLIX.	Lei nº 3.238, de 24 de setembro de 2009;
MMCCL.	Lei nº 3.239, de 24 de setembro de 2009;
MMCCLI.	Lei nº 3.240, de 24 de setembro de 2009;
MMCCLII.	Lei nº 3.241, de 24 de setembro de 2009;
MMCCLIII.	Lei nº 3.244, de 30 de setembro de 2009;
MMCCLIV.	Lei nº 3.245, de 30 de setembro de 2009;
MMCCLV.	Lei nº 3.248, de 9 de outubro de 2009;
MMCCLVI.	Lei nº 3.249, de 20 de outubro de 2009;
MMCCLVII.	Lei nº 3.250, de 20 de outubro de 2009;
MMCCLVIII.	Lei nº 3.251, de 26 de outubro de 2009;
MMCCLIX.	Lei nº 3.253, de 26 de outubro de 2009;
MMCCLX.	Lei nº 3.254, de 26 de outubro de 2009;
MMCCLXI.	Lei nº 3.255, de 26 de outubro de 2009;
MMCCLXII.	Lei nº 3.256, de 27 de outubro de 2009;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 285

MMCCLXIII.	Lei nº 3.257, de 27 de outubro de 2009;
MMCCLXIV.	Lei nº 3.258, de 27 de outubro de 2009;
MMCCLXV.	Lei nº 3.259, de 27 de outubro de 2009;
MMCCLXVI.	Lei nº 3.260, de 27 de outubro de 2009;
MMCCLXVII.	Lei nº 3.261 de 6 de novembro de 2009;
MMCCLXVIII.	Lei nº 3.262, de 6 de novembro de 2009;
MMCCLXIX.	Lei nº 3.265, de 10 de novembro de 2009;
MMCCLXX.	Lei nº 3.266, de 10 de novembro de 2009;
MMCCLXXI.	Lei nº 3.267, de 18 de novembro de 2009;
MMCCLXXII.	Lei nº 3.268, de 19 de novembro de 2009;
MMCCLXXIII.	Lei nº 3.269, de 19 de novembro de 2009;
MMCCLXXIV.	Lei nº 3.275, de 24 de novembro de 2009;
MMCCLXXV.	Lei nº 3.280, de 27 de novembro de 2009;
MMCCLXXVI.	Lei nº 3.281, de 27 de novembro de 2009;
MMCCLXXVII.	Lei nº 3.283, de 30 de novembro de 2009;
MMCCLXXVIII.	Lei nº 3.289, de 10 de dezembro de 2009;
MMCCLXXIX.	Lei nº 3.292, de 15 de dezembro de 2009;
MMCCLXXX.	Lei nº 3.302, de 23 de dezembro de 2009;
MMCCLXXXI.	Lei nº 3.303, de 23 de dezembro de 2009;
MMCCLXXXII.	Lei nº 3.305, de 28 de dezembro de 2009;
MMCCLXXXIII.	Lei nº 3.306, de 28 de dezembro de 2009;
MMCCLXXXIV.	Lei nº 3.307, de 28 de dezembro de 2009;
MMCCLXXXV.	Lei nº 3.308, de 30 de dezembro de 2009;
MMCCLXXXVI.	Lei nº 3.311, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCLXXXVII.	Lei nº 3.312, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCLXXXVIII.	Lei nº 3.313, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCLXXXIX.	Lei nº 3.314, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCXC.	Lei nº 3.315, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCXCI.	Lei nº 3.316, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCXCII.	Lei nº 3.317, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCXCIII.	Lei nº 3.318, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCXCIV.	Lei nº 3.319, de 20 de janeiro de 2010;
MMCCXCV.	Lei nº 3.320, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCXCVI.	Lei nº 3.321, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCXCVII.	Lei nº 3.322, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCXCVIII.	Lei nº 3.323, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCXCIX.	Lei nº 3.324, de 30 de janeiro de 2010;
MMCCC.	Lei nº 3.328, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCCCI.	Lei nº 3.329, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCCCII.	Lei nº 3.332, de 2 de março de 2010;
MMCCCIII.	Lei nº 3.333, de 2 de março de 2010;
MMCCCIV.	Lei nº 3.339, de 9 de março de 2010;
MMCCCV.	Lei nº 3.340, de 11 de março de 2010;
MMCCCVI.	Lei nº 3.341, de 16 de março de 2010;
MMCCCVII.	Lei nº 3.342, de 16 de março de 2010;
MMCCCVIII.	Lei nº 3.343, de 19 de março de 2010;
MMCCCIX.	Lei nº 3.345, de 23 de março de 2010;
MMCCCX.	Lei nº 3.346, de 23 de março de 2010;
MMCCCXI.	Lei nº 3.347, de 25 de março de 2010;
MMCCCXII.	Lei nº 3.353, de 6 de abril de 2010;
MMCCCXIII.	Lei nº 3.354, de 7 de abril de 2010;
MMCCCXIV.	Lei nº 3.355, de 7 de abril de 2010;

MMCCCXV.	Lei nº 3.356, de 15 de abril de 2010;
MMCCCXVI.	Lei nº 3.357, de 15 de abril de 2010;
MMCCCXVII.	Lei nº 3.359, de 22 de abril de 2010;
MMCCCXVIII.	Lei nº 3.361, de 27 de abril de 2010;
MMCCCXIX.	Lei nº 3.362, de 30 de abril de 2010;
MMCCCXX.	Lei nº 3.363, de 30 de abril de 2010;
MMCCCXXI.	Lei nº 3.366, de 7 de maio de 2010;
MMCCCXXII.	Lei nº 3.367, de 11 de maio de 2010;
MMCCCXXIII.	Lei nº 3.368, de 13 de maio de 2010;
MMCCCXXIV.	Lei nº 3.369, de 13 de maio de 2010;
MMCCCXXV.	Lei nº 3.370, de 13 de maio de 2010;
MMCCCXXVI.	Lei nº 3.372, de 20 de maio de 2010;
MMCCCXXVII.	Lei nº 3.373, de 20 de maio de 2010;
MMCCCXXVIII.	Lei nº 3.375, de 27 de maio de 2010;
MMCCCXXIX.	Lei nº 3.376, de 27 de maio de 2010;
MMCCCXXX.	Lei nº 3.380, de 1° de junho de 2010;
MMCCCXXXI.	Lei nº 3.381, de 1º de junho de 2010;
MMCCCXXXII.	Lei nº 3.383, de 10 de junho de 2010;
MMCCCXXXIII.	Lei nº 3.384, de 17 de junho de 2010;
MMCCCXXXIV.	Lei nº 3.385, de 17 de junho de 2010;
MMCCCXXXV.	Lei nº 3.386, de 17 de junho de 2010;
MMCCCXXXVI.	Lei nº 3.387, de 17 de junho de 2010;
MMCCCXXXVII.	Lei nº 3.388, de 17 de junho de 2010;
MMCCCXXXVIII.	Lei nº 3.389, de 22 de junho de 2010;
MMCCCXXXIX.	Lei nº 3.390, de 22 de junho de 2010;
MMCCCXL.	Lei nº 3.392, de 24 de junho de 2010;
MMCCCXLI.	Lei nº 3.393, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLII.	Lei nº 3.394, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLIII.	Lei nº 3.395, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLIV.	Lei nº 3.396, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLV.	Lei nº 3.397, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLVI.	Lei nº 3.398, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLVII.	Lei nº 3.400, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLVIII.	Lei nº 3.401, de 28 de junho de 2010;
MMCCCXLIX.	Lei nº 3.402, de 28 de junho de 2010;
MMCCCL.	Lei nº 3.403, de 28 de junho de 2010;
MMCCCLI.	Lei nº 3.404, de 1° de julho de 2010;
MMCCCLII.	Lei nº 3.405, de 1º de julho de 2010;
MMCCCLIII.	Lei nº 3.406, de 8 de julho de 2010;
MMCCCLIV.	Lei nº 3.407, de 9 de julho de 2010;
MMCCCLV.	Lei nº 3.408, de 9 de julho de 2010;
MMCCCLVI.	Lei nº 3.410, de 15 de julho de 2010;
MMCCCLVII.	Lei nº 3.411, de 15 de julho de 2010;
MMCCCLVIII.	Lei nº 3.412, de 15 de julho de 2010;
MMCCCLIX.	Lei nº 3.413, de 15 de julho de 2010;
MMCCCLX.	Lei nº 3.414, de 16 de julho de 2010;
MMCCCLXI.	Lei nº 3.415, de 16 de julho de 2010;
MMCCCLXII.	Lei nº 3.416, de 16 de julho de 2010;
MMCCCLXIII.	Lei nº 3.417, de 16 de julho de 2010;
MMCCCLXIV.	Lei nº 3.420, de 4 de agosto de 2010;
MMCCCLXV.	Lei nº 3.421, de 4 de agosto de 2010;
MMCCCLXVI.	Lei nº 3.423, de 5 agosto de 2010;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 237
3

MMCCCLXVII.	Lei nº 3.424, de 5 de agosto de 2010;
MMCCCLXVIII.	Lei nº 3.425, de 5 de agosto de 2010;
MMCCCLXIX.	Lei nº 3.428, de 5 de agosto de 2010;
MMCCCLXX.	Lei nº 3.433, de 12 de agosto de 2010;
MMCCCLXXI.	Lei nº 3.434, de 13 de agosto de 2010;
MMCCCLXXII.	Lei nº 3.435, de 18 de agosto de 2010;
MMCCCLXXIII.	Lei nº 3.436, de 18 de agosto de 2010;
MMCCCLXXIV.	Lei nº 3.437, de 18 de agosto de 2010;
MMCCCLXXV.	Lei nº 3.438, de 20 de agosto de 2010;
MMCCCLXXVI.	Lei nº 3.440, de 27 de agosto de 2010;
MMCCCLXXVII.	Lei nº 3.441, de 31 de agosto de 2010;
MMCCCLXXVIII.	Lei nº 3.442, de 3 de setembro de 2010;
MMCCCLXXIX.	Lei nº 3.445, de 9 de setembro de 2010;
MMCCCLXXX.	Lei nº 3.451, de 15 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXI.	Lei nº 3.452, de 15 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXII.	Lei nº 3.453, de 15 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXIII.	Lei nº 3.454, de 16 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXIV.	Lei nº 3.456, de 16 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXV.	Lei nº 3.457, de 23 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXVI.	Lei nº 3.458, de 29 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXVII.	Lei nº 3.459, de 29 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXVIII.	Lei nº 3.460, de 30 de setembro de 2010;
MMCCCLXXXIX.	Lei nº 3.461, de 30 de setembro de 2010;
MMCCCXC.	Lei nº 3.462, de 5 de outubro de 2010;
MMCCCXCI.	Lei nº 3.464, de 15 de outubro de 2010;
MMCCCXCII.	Lei nº 3.466, de 22 de outubro de 2010;
MMCCCXCIII.	Lei nº 3.467, de 22 de outubro de 2010;
MMCCCXCIV.	Lei nº 3.468, de 26 de outubro de 2010;
MMCCCXCV.	Lei nº 3.470, de 4 de novembro de 2010;
MMCCCXCVI.	Lei nº 3.472, de 12 de novembro de 2010;
MMCCCXCVII.	Lei nº 3.473, de 24 de novembro de 2010;
MMCCCXCVIII.	Lei nº 3.475, de 25 de novembro de 2010;
MMCCCXCIX.	Lei nº 3.476, de 26 de novembro de 2010;
MMCD.	Lei nº 3.480, de 1° de dezembro de 2010;
MMCDI.	Lei nº 3.484, de 8 de dezembro de 2010;
MMCDII.	Lei nº 3.486, de 8 de dezembro de 2010;
MMCDIII.	Lei nº 3.487, de 9 de dezembro de 2010;
MMCDIV.	Lei nº 3.488, de 9 de dezembro de 2010;
MMCDV.	Lei nº 3.489, de 9 de dezembro de 2010;
MMCDVI.	Lei nº 3.490, de 10 de dezembro de 2010;
MMCDVII.	Lei nº 3.495, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDVIII.	Lei nº 3.496, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDIX.	Lei nº 3.497, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDX.	Lei nº 3.498, de 15 de dezembro de 2010;
MMCDXI.	Lei nº 3.499, de 16 de dezembro de 2010;
MMCDXII.	Lei nº 3.500, de 16 de dezembro de 2010;
MMCDXIII.	Lei nº 3.503, de 17 de dezembro de 2010;
MMCDXIV.	Lei nº 3.505, de 22 de dezembro de 2010;
MMCDXV.	Lei nº 3.507, de 22 de dezembro de 2010;
MMCDXVI.	Lei nº 3.508, de 22 de dezembro de 2010;
MMCDXVII.	Lei nº 3.509, de 27 de dezembro de 2010;
MMCDXVIII.	Lei nº 3.510, de 27 de dezembro de 2010;

Fls 238

MMCDXIX.	Lei nº 3.513, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXX.	Lei nº 3.514, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXI.	Lei nº 3.515, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXII.	Lei nº 3.516, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXIII.	Lei nº 3.517, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXIV.	Lei nº 3.518, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXV.	Lei nº 3.519, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXVI.	Lei nº 3.520, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXVII.	Lei nº 3.521, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXVIII.	Lei nº 3.522, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXIX.	Lei nº 3.523, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXX.	Lei nº 3.524, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCDXXXI.	Lei nº 3.526, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCDXXXII.	Lei nº 3.527, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCDXXXIII.	Lei nº 3.528, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCDXXXIV.	Lei nº 3.529, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCDXXXV.	Lei nº 3.530, de 2 de março de 2011;
MMCDXXXVI.	Lei nº 3.531, de 2 de março de 2011;
MMCDXXXVII.	Lei nº 3.532, de 3 de março de 2011;
MMCDXXXVIII.	Lei nº 3.533, de 3 de março de 2011;
MMCDXXXIX.	Lei nº 3.534, de 3 de março de 2011;
MMCDXL.	Lei nº 3.540, de 22 de março de 2011;
MMCDXLI.	Lei nº 3.541, de 22 de março de 2011;
MMCDXLII.	Lei nº 3.542, de 6 de abril de 2011;
MMCDXLIII.	Lei nº 3.543, de 6 de abril de 2011;
MMCDXLIV.	Lei nº 3.548, de 8 de abril de 2011;
MMCDXLV.	Lei nº 3.553, de 14 de abril de 2011;
MMCDXLVI.	Lei nº 3.555, de 14 de abril de 2011;
MMCDXLVII.	Lei nº 3.556, de 14 de abril de 2011;
MMCDXLVIII.	Lei nº 3.557, de 14 de abril de 2011;
MMCDXLIX.	Lei nº 3.558, de 14 de abril de 2011;
MMCDL.	Lei nº 3.559, de 14 de abril de 2011;
MMCDLI.	Lei nº 3.560, de 25 de abril de 2011;
MMCDLII.	Lei nº 3.561, de 25 de abril de 2011;
MMCDLIII.	Lei nº 3.562, de 25 de abril de 2011;
MMCDLIV.	Lei nº 3.563, de 25 de abril de 2011;
MMCDLV.	Lei nº 3.564, de 25 de abril de 2011;
MMCDLVI.	Lei nº 3.565, de 25 de abril de 2011;
MMCDLVII.	Lei nº 3.566, de 25 de abril de 2011;
MMCDLVIII.	Lei nº 3.567, de 25 de abril de 2011;
MMCDLIX.	Lei nº 3.568, de 25 de abril de 2011;
MMCDLX.	Lei nº 3.569, de 25 de abril de 2011;
MMCDLXI.	Lei nº 3.570, de 26 de abril de 2011;
MMCDLXII.	Lei nº 3.571, de 26 de abril de 2011;
MMCDLXIII.	Lei nº 3.572, de 26 de abril de 2011;
MMCDLXIV.	Lei nº 3.573, de 26 de abril de 2011;
MMCDLXV.	Lei nº 3.574, de 26 de abril de 2011;
MMCDLXVI.	Lei nº 3.575, de 3 de maio de 2011;
MMCDLXVII.	Lei nº 3.577, de 5 de maio de 2011;
MMCDLXVIII.	Lei nº 3.578, de 5 de maio de 2011;
MMCDLXIX.	Lei nº 3.580, de 6 de maio de 2011;
MMCDLXX.	Lei nº 3.581, de 6 de maio de 2011;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 139

MMCDLXXI.	Lei nº 3.582, de 6 de maio de 2011;
MMCDLXXII.	Lei nº 3.583, de 6 de maio de 2011;
MMCDLXXIII.	Lei nº 3.590, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXIV.	Lei nº 3.591, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXV.	Lei nº 3.592, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXVI.	Lei nº 3.593, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXVII.	Lei nº 3.594, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXVIII.	Lei nº 3.595, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXIX.	Lei nº 3.596, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXX.	Lei nº 3.597, de 17 de maio de 2011;
MMCDLXXXI.	Lei nº 3.599, de 27 de maio de 2011;
MMCDLXXXII.	Lei nº 3.600, de 27 de maio de 2011;
MMCDLXXXIII.	Lei nº 3.602, de 2 de junho de 2011;
MMCDLXXXIV.	Lei nº 3.604, de 2 de junho de 2011;
MMCDLXXXV.	Lei nº 3.605, de 2 de junho de 2011;
MMCDLXXXVI.	Lei nº 3.609, de 10 de junho de 2011;
MMCDLXXXVII.	Lei nº 3.610, de 15 de junho de 2011;
MMCDLXXXVIII.	Lei nº 3.611, de 15 de junho de 2011;
MMCDLXXXIX.	Lei nº 3.612, de 16 de junho de 2011;
MMCDXC.	Lei nº 3.613, de 16 de junho de 2011;
MMCDXCI.	Lei nº 3.614, de 22 de junho de 2011;
MMCDXCII.	Lei nº 3.615, de 22 de junho de 2011;
MMCDXCIII.	Lei nº 3.616, de 22 de junho de 2011;
MMCDXCIV.	Lei nº 3.617, de 24 de junho de 2011;
MMCDXCV.	Lei nº 3.618, de 24 de junho de 2011;
MMCDXCVI.	Lei nº 3.619, de 24 de junho de 2011;
MMCDXCVII.	Lei nº 3.620, de 24 de junho de 2011;
MMCDXCVIII.	Lei nº 3.621, de 24 de junho de 2011;
MMCDXCIX.	Lei nº 3.622, de 24 de junho de 2011;
MMD.	Lei nº 3.623, de 24 de junho de 2011;
MMDI.	Lei nº 3.629, de 11 de julho de 2011;
MMDII.	Lei nº 3.630, de 11 de julho de 2011;
MMDIII.	Lei nº 3.632, de 13 de julho de 2011;
MMDIV.	Lei nº 3.635, de 14 de julho de 2011;
MMDV.	Lei nº 3.637, de 14 de julho de 2011;
MMDVI.	Lei nº 3.638, de 14 de julho de 2011;
MMDVII.	Lei nº 3.639, de 14 de julho de 2011;
MMDVIII.	Lei nº 3.640, de 14 de julho de 2011;
MMDIX.	Lei nº 3.641, de 14 de julho de 2011;
MMDX.	Lei nº 3.642, de 14 de julho de 2011;
MMDXI.	Lei nº 3.643, de 14 de julho de 2011;
MMDXII.	Lei nº 3.648, de 4 de agosto de 2011;
MMDXIII.	Lei nº 3.649, de 4 de agosto de 2011;
MMDXIV.	Lei nº 3.650, de 4 de agosto de 2011;
MMDXV.	Lei nº 3.651, de 16 de agosto de 2011;
MMDXVI.	Lei nº 3.652, de 18 de agosto de 2011;
MMDXVII.	Lei nº 3.653, de 18 de agosto de 2011;
MMDXVIII.	Lei nº 3.654, de 18 de agosto de 2011;
MMDXIX.	Lei nº 3.655, de 18 de agosto de 2011;
MMDXX.	Lei nº 3.656, de 18 de agosto de 2011;
MMDXXI.	Lei nº 3.657, de 18 de agosto de 2011;
MMDXXII.	Lei nº 3.658, de 18 de agosto de 2011;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 290

MMDXXIII.	Lei nº 3.659, de 23 de agosto de 2011;
MMDXXIV.	Lei nº 3.661, de 25 de agosto de 2011;
MMDXXV.	Lei nº 3.662, de 25 de agosto de 2011;
MMDXXVI.	Lei nº 3.664, de 25 de agosto de 2011;
MMDXXVII.	Lei nº 3.666, de 30 de agosto de 2011;
MMDXXVIII.	Lei nº 3.667, de 30 de agosto de 2011;
MMDXXIX.	Lei nº 3.668, de 30 de agosto de 2011;
MMDXXX.	Lei nº 3.669, de 30 de agosto de 2011;
MMDXXXI.	Lei nº 3.670, de 30 de agosto de 2011;
MMDXXXII.	Lei nº 3.671, de 30 de agosto de 2011;
MMDXXXIII.	Lei nº 3.673, de 6 de setembro de 2011;
MMDXXXIV.	Lei nº 3.675, de 6 de setembro de 2011;
MMDXXXV.	Lei nº 3.677, de 13 de setembro de 2011;
MMDXXXVI.	Lei nº 3.679, de 13 de setembro de 2011;
MMDXXXVII.	Lei nº 3.680, de 13 de setembro de 2011;
MMDXXXVIII.	Lei nº 3.687, de 30 de setembro de 2011;
MMDXXXIX.	Lei nº 3.688, de 30 de setembro de 2011;
MMDXL.	Lei nº 3.689, de 5 de outubro de 2011;
MMDXLI.	Lei nº 3.691, de 7 de outubro de 2011;
MMDXLII.	Lei nº 3.693, de 7 de outubro de 2011;
MMDXLIII.	Lei nº 3.694, de 7 de outubro de 2011;
MMDXLIV.	Lei nº 3.697, de 11 de outubro de 2011;
MMDXLV.	Lei nº 3.698, de 11 de outubro de 2011;
MMDXLVI.	Lei nº 3.701, de 27 de outubro de 2011;
MMDXLVII.	Lei nº 3.703, de 27 de outubro de 2011;
MMDXLVIII.	Lei nº 3.704, de 27 de outubro de 2011;
MMDXLIX.	Lei nº 3.705, de 27 de outubro de 2011;
MMDL.	Lei nº 3.706, de 27 de outubro de 2011;
MMDLI.	Lei nº 3.707, de 27 de outubro de 2011;
MMDLII.	Lei nº 3.708, de 27 de outubro de 2011;
MMDLIII.	Lei nº 3.711, de 11 de novembro de 2011;
MMDLIV.	Lei nº 3.712, de 11 de novembro de 2011;
MMDLV.	Lei nº 3.713, de 11 de novembro de 2011;
MMDLVI.	Lei nº 3.714, de 11 de novembro de 2011;
MMDLVII.	Lei nº 3.715, de 11 de novembro de 2011;
MMDLVIII.	Lei nº 3.716, de 11 de novembro de 2011;
MMDLIX.	Lei nº 3.718, de 18 de novembro de 2011;
MMDLX.	Lei nº 3.719, de 18 de novembro de 2011;
MMDLXI.	Lei nº 3.721, de 25 de novembro de 2011;
MMDLXII.	Lei nº 3.722, de 25 de novembro de 2011;
MMDLXIII.	Lei nº 3.723, de 25 de novembro de 2011;
MMDLXIV.	Lei nº 3.729, de 2 de dezembro de 2011;
MMDLXV.	Lei nº 3.730, de 2 de dezembro de 2011;
MMDLXVI.	Lei nº 3.731, de 5 de dezembro de 2011;
MMDLXVII.	Lei nº 3.732, de 6 de dezembro de 2011;
MMDLXVIII.	Lei nº 3.734, de 8 de dezembro de 2011;
MMDLXIX.	Lei nº 3.746, de 15 de dezembro de 2011;
MMDLXX.	Lei nº 3.747, de 15 de dezembro de 2011;
MMDLXXI.	Lei nº 3.748, de 15 de dezembro de 2011;
MMDLXXII.	Lei nº 3.751, de 15 de dezembro de 2011;
MMDLXXIII.	Lei nº 3.753, de 19 de dezembro de 2011;
MMDLXXIV.	Lei nº 3.756, de 21 de dezembro de 2011;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 291

MMDLXXV.	Lei nº 3.760, de 22 de dezembro de 2011;
MMDLXXVI.	Lei nº 3.763, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXVII.	Lei nº 3.764, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXVIII.	Lei nº 3.765, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXIX.	Lei nº 3.766, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXX.	Lei nº 3.767, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXXI.	Lei nº 3.768, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXXII.	Lei nº 3.769, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXXIII.	Lei nº 3.770, de 16 de janeiro de 2012;
MMDLXXXIV.	Lei nº 3.777, de 2 de março de 2012;
MMDLXXXV.	Lei nº 3.778, de 2 de março de 2012;
MMDLXXXVI.	Lei nº 3.779, de 2 de março de 2012;
MMDLXXXVII.	Lei nº 3.780, de 2 de março de 2012;
MMDLXXXVIII.	Lei nº 3.783, de 7 de março de 2012;
MMDLXXXIX.	Lei nº 3.788, de 14 de março de 2012;
MMDXC.	Lei nº 3.789, de 14 de março de 2012;
MMDXCI.	Lei nº 3.790, de 16 de março de 2012;
MMDXCII.	Lei nº 3.791, de 16 de março de 2012;
MMDXCIII.	Lei nº 3.794, de 23 de março de 2012;
MMDXCIV.	Lei nº 3.797, de 27 de março de 2012;
MMDXCV.	Lei nº 3.798, de 27 de março de 2012;
MMDXCVI.	Lei nº 3.799, de 27 de março de 2012;
MMDXCVII.	Lei nº 3.800, de 27 de março de 2012;
MMDXCVIII.	Lei nº 3.801, de 27 de março de 2012;
MMDXCIX.	Lei nº 3.802, de 30 de março de 2012;
MMDC.	Lei nº 3.803, de 30 de março de 2012;
MMDCI.	Lei nº 3.806, de 30 de março de 2012;
MMDCII.	Lei nº 3.807, de 30 de março de 2012;
MMDCIII.	Lei nº 3.808, de 30 de março de 2012;
MMDCIV.	Lei nº 3.809, de 30 de março de 2012;
MMDCV.	Lei nº 3.810, de 30 de março de 2012;
MMDCVI.	Lei nº 3.814, de 9 de abril de 2012;
MMDCVII.	Lei nº 3.815, de 11 de abril de 2012;
MMDCVIII.	Lei nº 3.820, de 11 de abril de 2012;
MMDCIX.	Lei nº 3.821, de 11 de abril de 2012;
MMDCX.	Lei nº 3.822, de 11 de abril de 2012;
MMDCXI.	Lei nº 3.823, de 11 de abril de 2012;
MMDCXII.	Lei nº 3.824, de 11 de abril de 2012;
MMDCXIII.	Lei nº 3.825, de 11 de abril de 2012;
MMDCXIV.	Lei nº 3.826, de 11 de abril de 2012;
MMDCXV.	Lei nº 3.829, de 12 de abril de 2012;
MMDCXVI.	Lei nº 3.830, de 12 de abril de 2012;
MMDCXVII.	Lei nº 3.831, de 12 de abril de 2012;
MMDCXVIII.	Lei nº 3.832, de 12 de abril de 2012;
MMDCXIX.	Lei nº 3.833, de 17 de abril de 2012;
MMDCXX.	Lei nº 3.834, de 17 de abril de 2012;
MMDCXXI.	Lei nº 3.835, de 17 de abril de 2012;
MMDCXXII.	Lei nº 3.836, de 17 de abril de 2012;
MMDCXXIII.	Lei nº 3.837, de 17 de abril de 2012;
MMDCXXIV.	Lei nº 3.838, de 19 de abril de 2012;
MMDCXXV.	Lei nº 3.839, de 19 de abril de 2012;
MMDCXXVI.	Lei nº 3.840, de 19 de abril de 2012;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 292
C

MMDCXXVII.	Lei nº 3.841, de 19 de abril de 2012;
MMDCXXVIII.	Lei nº 3.842, de 19 de abril de 2012;
MMDCXXIX.	Lei nº 3.843, de 19 de abril de 2012;
MMDCXXX.	Lei nº 3.844, de 19 de abril de 2012;
MMDCXXXI.	Lei nº 3.845, de 19 de abril de 2012;
MMDCXXXII.	Lei nº 3.849, de 3 de maio de 2012;
MMDCXXXIII.	Lei nº 3.850, de 3 de maio de 2012;
MMDCXXXIV.	Lei nº 3.851, de 3 de maio de 2012;
MMDCXXXV.	Lei nº 3.852, de 3 de maio de 2012;
MMDCXXXVI.	Lei nº 3.853, de 3 de maio de 2012;
MMDCXXXVII.	Lei nº 3.854, de 3 de maio de 2012;
MMDCXXXVIII.	Lei nº 3.855, de 3 de maio de 2012;
MMDCXXXIX.	Lei nº 3.856, de 17 de maio de 2012;
MMDCXL.	Lei nº 3.857, de 17 de maio de 2012;
MMDCXLI.	Lei nº 3.858, de 17 de maio de 2012;
MMDCXLII.	Lei nº 3.859, de 17 de maio de 2012;
MMDCXLIII.	Lei nº 3.860, de 24 de maio de 2012;
MMDCXLIV.	Lei nº 3.861, de 24 de maio de 2012;
MMDCXLV.	Lei nº 3.862, de 24 de maio de 2012;
MMDCXLVI.	Lei nº 3.866, de 29 de maio de 2012;
MMDCXLVII.	Lei nº 3.867, de 29 de maio de 2012;
MMDCXLVIII.	Lei nº 3.871, de 11 de junho de 2012;
MMDCXLIX.	Lei nº 3.872, de 12 de junho de 2012;
MMDCL.	Lei nº 3.873, de 13 de junho de 2012;
MMDCLI.	Lei nº 3.874, de 13 de junho de 2012;
MMDCLII.	Lei nº 3.875, de 13 de junho de 2012;
MMDCLIII.	Lei nº 3.876, de 13 de junho de 2012;
MMDCLIV.	Lei nº 3.877, de 20 de junho de 2012;
MMDCLV.	Lei nº 3.878, de 20 de junho de 2012;
MMDCLVI.	Lei nº 3.883, de 27 de junho de 2012;
MMDCLVII.	Lei nº 3.885, de 3 de julho de 2012;
MMDCLVIII.	Lei nº 3.886, de 3 de julho de 2012;
MMDCLIX.	Lei nº 3.887, de 3 de julho de 2012;
MMDCLX.	Lei nº 3.888, de 3 de julho de 2012;
MMDCLXI.	Lei nº 3.889, de 5 de julho de 2012;
MMDCLXII.	Lei nº 3.890, de 10 de julho de 2012;
MMDCLXIII.	Lei nº 3.891, de 10 de julho de 2012;
MMDCLXIV.	Lei nº 3.894, de 12 de julho de 2012;
MMDCLXV.	Lei nº 3.895, de 12 de julho de 2012;
MMDCLXVI.	Lei nº 3.896, de 12 de julho de 2012;
MMDCLXVII.	Lei nº 3.897, de 19 de julho de 2012;
MMDCLXVIII.	Lei nº 3.898, de 19 de julho de 2012;
MMDCLXIX.	Lei nº 3.900, de 24 de julho de 2012;
MMDCLXX.	Lei nº 3.901, de 24 de julho de 2012;
MMDCLXXI.	Lei nº 3.904, de 13 de agosto de 2012;
MMDCLXXII.	Lei nº 3.911, de 21 de agosto de 2012;
MMDCLXXIII.	Lei nº 3.912, de 23 de agosto de 2012;
MMDCLXXIV.	Lei nº 3.913, de 23 de agosto de 2012;
MMDCLXXV.	Lei nº 3.914, de 23 de agosto de 2012;
MMDCLXXVI.	Lei nº 3.915, de 23 de agosto de 2012;
MMDCLXXVII.	Lei nº 3.916, de 23 de agosto de 2012;
MMDCLXXVIII.	Lei nº 3.917, de 29 de agosto de 2012;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 293
E

MMDCLXXIX.	Lei nº 3.919, de 12 de setembro de 2012;
MMDCLXXX.	Lei nº 3.920, de 12 de setembro de 2012;
MMDCLXXXI.	Lei nº 3.921, de 12 de setembro de 2012;
MMDCLXXXII.	Lei nº 3.922, de 12 de setembro de 2012;
MMDCLXXXIII.	Lei nº 3.923, de 12 de setembro de 2012;
MMDCLXXXIV.	Lei nº 3.926, de 25 de setembro de 2012;
MMDCLXXXV.	Lei nº 3.928, de 9 de outubro de 2012;
MMDCLXXXVI.	Lei nº 3.929, de 9 de outubro de 2012;
MMDCLXXXVII.	Lei nº 3.931, de 11 de outubro de 2012;
MMDCLXXXVIII.	Lei nº 3.933, de 29 de outubro de 2012;
MMDCLXXXIX.	Lei nº 3.938, de 9 de novembro de 2012;
MMDCXC.	Lei nº 3.939, de 9 de novembro de 2012;
MMDCXCI.	Lei nº 3.940, de 9 de novembro de 2012;
MMDCXCII.	Lei nº 3.941, de 14 de novembro de 2012;
MMDCXCIII.	Lei nº 3.942, de 19 de novembro de 2012;
MMDCXCIV.	Lei nº 3.943, de 19 de novembro de 2012;
MMDCXCV.	Lei nº 3.944, de 19 de novembro de 2012;
MMDCXCVI.	Lei nº 3.952, de 7 de dezembro de 2012;
MMDCXCVII.	Lei nº 3.958, de 17 de dezembro de 2012;
MMDCXCVIII.	Lei nº 3.970, de 20 de dezembro de 2012;
MMDCXCIX.	Lei nº 3.973, de 20 de dezembro de 2012;
MMDCC.	Lei nº 3.975, de 21 de dezembro de 2012;
MMDCCI.	Lei nº 3.979, de 21 de dezembro de 2012;
MMDCCII.	Lei nº 3.982, de 6 de março de 2013;
MMDCCIII.	Lei nº 3.984, de 8 de março de 2013;
MMDCCIV.	Lei nº 3.985, de 8 de março de 2013;
MMDCCV.	Lei nº 3.986, de 14 de março de 2013;
MMDCCVI.	Lei nº 3.987, de 14 de março de 2013;
MMDCCVII.	Lei nº 3.988, de 14 de março de 2013;
MMDCCVIII.	Lei nº 3.991, de 15 de março de 2013;
MMDCCIX.	Lei nº 3.992, de 19 de março de 2013;
MMDCCX.	Lei nº 3.996, de 20 de março de 2013;
MMDCCXI.	Lei nº 3.998, de 21 de março de 2013;
MMDCCXII.	Lei nº 4.000, de 26 de março de 2013;
MMDCCXIII.	Lei nº 4.001, de 26 de março de 2013;
MMDCCXIV.	Lei nº 4.002, de 26 de março de 2013;
MMDCCXV.	Lei nº 4.003, de 26 de março de 2013;
MMDCCXVI.	Lei nº 4.004, de 26 de março de 2013;
MMDCCXVII.	Lei nº 4.005, de 2 de abril de 2013;
MMDCCXVIII.	Lei nº 4.006, de 2 de abril de 2013;
MMDCCXIX.	Lei nº 4.007, de 9 de abril de 2013;
MMDCCXX.	Lei nº 4.009, de 15 de abril de 2013;
MMDCCXXI.	Lei nº 4.010, de 15 de abril de 2013;
MMDCCXXII.	Lei nº 4.011, de 15 de abril de 2013;
MMDCCXXIII.	Lei nº 4.012, de 15 de abril de 2013;
MMDCCXXIV.	Lei nº 4.013, de 19 de abril de 2013;
MMDCCXXV.	Lei nº 4.015, de 24 de abril de 2013;
MMDCCXXVI.	Lei nº 4.017, de 26 de abril de 2013;
MMDCCXXVII.	Lei nº 4.018, de 26 de abril de 2013;
MMDCCXXVIII.	Lei nº 4.020, de 10 de maio de 2013;
MMDCCXXIX.	Lei nº 4.021, de 15 de maio de 2013;
MMDCCXXX.	Lei nº 4.022, de 15 de maio de 2013;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 294

MMDCCXXXI.	Lei nº 4.023, de 15 de maio de 2013;
MMDCCXXXII.	Lei nº 4.024, de 17 de maio de 2013;
MMDCCXXXIII.	Lei nº 4.026, de 17 de maio de 2013;
MMDCCXXXIV.	Lei nº 4.029, de 20 de maio de 2013;
MMDCCXXXV.	Lei nº 4.030, de 23 de maio de 2013;
MMDCCXXXVI.	Lei nº 4.031, de 24 de maio de 2013;
MMDCCXXXVII.	Lei nº 4.033, de 24 de maio de 2013;
MMDCCXXXVIII.	Lei nº 4.034, de 3 de junho de 2013;
MMDCCXXXIX.	Lei nº 4.036, de 5 de junho de 2013;
MMDCCXL.	Lei nº 4.039, de 7 de junho de 2013;
MMDCCXLI.	Lei nº 4.040, de 7 de junho de 2013;
MMDCCXLII.	Lei nº 4.042, de 12 de junho de 2013;
MMDCCXLIII.	Lei nº 4.043, de 12 de junho de 2013;
MMDCCXLIV.	Lei nº 4.044, de 14 de junho de 2013;
MMDCCXLV.	Lei nº 4.045, de 14 de junho de 2013;
MMDCCXLVI.	Lei nº 4.046, de 17 de junho de 2013;
MMDCCXLVII.	Lei nº 4.047, de 17 de junho de 2013;
MMDCCXLVIII.	Lei nº 4.050, de 20 de junho de 2013;
MMDCCXLIX.	Lei nº 4.051, de 21 de junho de 2013;
MMDCCL.	Lei nº 4.052, de 21 de junho de 2013;
MMDCCLI.	Lei nº 4.053, de 21 de junho de 2013;
MMDCCLII.	Lei nº 4.054, de 26 de junho de 2013;
MMDCCLIII.	Lei nº 4.056, de 26 de junho de 2013;
MMDCCLIV.	Lei nº 4.059, de 3 de julho de 2013;
MMDCCLV.	Lei nº 4.060, de 3 de julho de 2013;
MMDCCLVI.	Lei nº 4.061, de 4 de julho de 2013;
MMDCCLVII.	Lei nº 4.063, de 4 de julho de 2013;
MMDCCLVIII.	Lei nº 4.064, de 4 de julho de 2013;
MMDCCLIX.	Lei nº 4.069, de 11 de julho de 2013;
MMDCCLX.	Lei nº 4.070, de 11 de julho de 2013;
MMDCCLXI.	Lei nº 4.071, de 11 de julho de 2013;
MMDCCLXII.	Lei nº 4.072, de 11 de julho de 2013;
MMDCCLXIII.	Lei nº 4.073, de 11 de julho de 2013;
MMDCCLXIV.	Lei nº 4.074, de 11 de julho de 2013;
MMDCCLXV.	Lei nº 4.075, de 18 de julho de 2013;
MMDCCLXVI.	Lei nº 4.077, de 18 de julho de 2013;
MMDCCLXVII.	Lei nº 4.078, de 18 de julho de 2013;
MMDCCLXVIII.	Lei nº 4.079, de 18 de julho de 2013;
MMDCCLXIX.	Lei nº 4.080, de 18 de julho de 2013;
MMDCCLXX.	Lei nº 4.082, de 23 de julho de 2013;
MMDCCLXXI.	Lei nº 4.083, de 23 de julho de 2013;
MMDCCLXXII.	Lei nº 4.086, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXIII.	Lei nº 4.087, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXIV.	Lei nº 4.088, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXV.	Lei nº 4.089, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXVI.	Lei nº 4.090, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXVII.	Lei nº 4.091, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXVIII.	Lei nº 4.092, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXIX.	Lei nº 4.093, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXX.	Lei nº 4.094, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXI.	Lei nº 4.095, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXII.	Lei nº 4.096, de 24 de julho de 2013;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 295

MMDCCLXXXIII.	Lei nº 4.097, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXIV.	Lei nº 4.098, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXV.	Lei nº 4.099, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXVI.	Lei nº 4.100, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXVII.	Lei nº 4.101, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXVIII.	Lei nº 4.102, de 24 de julho de 2013;
MMDCCLXXXIX.	Lei nº 4.103, de 24 de julho de 2013;
MMDCCXC.	Lei nº 4.104, de 24 de julho de 2013;
MMDCCXCI.	Lei nº 4.105, de 24 de julho de 2013;
MMDCCXCII.	Lei nº 4.106, de 24 de julho de 2013;
MMDCCXCIII.	Lei nº 4.108, de 24 de julho de 2013;
MMDCCXCIV.	Lei nº 4.109, de 24 de julho de 2013;
MMDCCXCV.	Lei nº 4.110, de 29 de julho de 2013;
MMDCCXCVI.	Lei nº 4.111, de 31 de julho de 2013;
MMDCCXCVII.	Lei nº 4.112, de 31 de julho de 2013;
MMDCCXCVIII.	Lei nº 4.114, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCXCIX.	Lei nº 4.115, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCC.	Lei nº 4.116, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCI.	Lei nº 4.117, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCII.	Lei nº 4.118, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCIII.	Lei nº 4.119, de 16 de agosto de 2013;
MMDCCCIV.	Lei nº 4.120, de 20 de agosto de 2013;
MMDCCCV.	Lei nº 4.121, de 20 de agosto de 2013;
MMDCCCVI.	Lei nº 4.122, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCVII.	Lei nº 4.123, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCVIII.	Lei nº 4.124, de 23 de agosto de2013;
MMDCCCIX.	Lei nº 4.125, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCX.	Lei nº 4.127, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCXI.	Lei nº 4.128, de 23 de agosto de 2013;
MMDCCCXII.	Lei nº 4.130, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXIII.	Lei nº 4.131, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXIV.	Lei nº 4.132, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXV.	Lei nº 4.133, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXVI.	Lei nº 4.134, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXVII.	Lei nº 4.135, de 29 de agosto de 2013;
MMDCCCXVIII.	Lei nº 4.138, de 6 de setembro de 2013;
MMDCCCXIX.	Lei nº 4.139, de6 de setembro de 2013;
MMDCCCXX.	Lei nº 4.140, de 9 de setembro de 2013;
MMDCCCXXI.	Lei nº 4.141, de 12 de setembro de 2013;
MMDCCCXXII.	Lei nº 4.144, de 17 de setembro de 2013;
MMDCCCXXIII.	Lei nº 4.146, de 20 de setembro de 2013;
MMDCCCXXIV.	Lei nº 4.147, de 20 de setembro de 2013;
MMDCCCXXV.	Lei nº 4.148, de 20 de setembro de 2013;
MMDCCCXXVI.	Lei nº 4.149, de 20 de setembro de 2013;
MMDCCCXXVII.	Lei nº 4.150, de 20 de setembro de 2013;
MMDCCCXXVIII.	Lei nº 4.151, de 20 de setembro de 2013;
MMDCCCXXIX.	Lei nº 4.152, de 24 de setembro de 2013;
MMDCCCXXX.	Lei nº 4.153, de 27 de setembro de 2013;
MMDCCCXXXI.	Lei nº 4.154, de 27 de setembro de 2013;
MMDCCCXXXII.	Lei nº 4.155, de 27 de setembro de 2013;
MMDCCCXXXIII.	Lei nº 4.156, de 27 de setembro de 2013;
MMDCCCXXXIV.	Lei nº 4.157, de 27 de setembro de 2013;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 296
2

MMDCCCXXXV.	Lei nº 4.158, de 27 de setembro de 2013;
MMDCCCXXXVI.	Lei nº 4.159, de 27 de setembro de 2013;
MMDCCCXXXVII.	Lei nº 4.160, de 27 de setembro de 2013;
MMDCCCXXXVIII.	Lei nº 4.162, de 1° de outubro de 2013;
MMDCCCXXXIX.	Lei nº 4.163, de 1º de outubro de 2013;
MMDCCCXL.	Lei nº 4.164, de 1° de outubro de 2013;
MMDCCCXLI.	Lei nº 4.165, de 1º de outubro de 2013;
MMDCCCXLII.	Lei nº 4.167, de 11 de outubro de 2013;
MMDCCCXLIII.	Lei nº 4.168, de 11 de outubro de 2013;
MMDCCCXLIV.	Lei nº 4.169, de 16 de outubro de 2013;
MMDCCCXLV.	Lei nº 4.170, de 16 de outubro de 2013;
MMDCCCXLVI.	Lei nº 4.171, de 16 de outubro de 2013;
MMDCCCXLVII.	Lei nº 4.172, de 17 de outubro de 2013;
MMDCCCXLVIII.	Lei nº 4.175, de 24 de outubro de 2013;
MMDCCCXLIX.	Lei nº 4.176, de 24 de outubro de 2013;
MMDCCCL.	Lei nº 4.178, de 29 de outubro de 2013;
MMDCCCLI.	Lei nº 4.180, de 5 de novembro de 2013;
MMDCCCLII.	Lei nº 4.181, de 7 de novembro de2013;
MMDCCCLIII.	Lei nº 4.182, de 7 de novembro de 2013;
MMDCCCLIV.	Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 2013;
MMDCCCLV.	Lei nº 4.188, de 20 de novembro de 2013;
MMDCCCLVI.	Lei nº 4.189, de 21 de novembro de 2013;
MMDCCCLVII.	Lei nº 4.191, de 27 de novembro de 2013;
MMDCCCLVIII.	Lei nº 4.194, de 4 de dezembro de 2013;
MMDCCCLIX.	Lei nº 4.195, de 4 de dezembro de 2013;
MMDCCCLX.	Lei nº 4.196, de 6 de dezembro de 2013;
MMDCCCLXI.	Lei nº 4.197, de 6 de dezembro de 2013;
MMDCCCLXII.	Lei nº 4.199, de 13 de dezembro de 2013;
MMDCCCLXIII.	Lei nº 4.200, de 13 de dezembro de 2013;
MMDCCCLXIV.	Lei nº 4.204, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCCLXV.	Lei nº 4.219, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCCLXVI.	Lei nº 4.220, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCCLXVII.	Lei nº 4.221, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCCLXVIII.	Lei nº 4.222, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCCLXIX.	Lei nº 4.223, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCCLXX.	Lei nº 4.224, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCCLXXI.	Lei nº 4.226, de 6 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXII.	Lei nº 4.227, de 11 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXIII.	Lei nº 4.230, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXIV.	Lei nº 4.231, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXV.	Lei nº 4.232, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXVI.	Lei nº 4.233, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXVII.	Lei nº 4.235, de 20 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXVIII.	Lei nº 4.236, de 20 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXIX.	Lei nº 4.238, de 24 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXX.	Lei nº 4.241, de 25 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXXI.	Lei nº 4.242, de 25 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXXII.	Lei nº 4.243, de 27 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXXIII.	Lei nº 4.244, de 27 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXXIV.	Lei nº 4.245, de 27 de fevereiro de 2014;
MMDCCCLXXXV.	Lei nº 4.247, de 14 de março de 2014;
MMDCCCLXXXVI.	Lei nº 4.249, de 21 de março de 2014;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 294

MMDCCCLXXXVII. Lei nº 4.250, de 26 de março de 2014;
MMDCCCLXXXVIII. Lei nº 4.251, de 27 de março de 2014;
MMDCCCLXXXIX. Lei nº 4.255, de 2 de abril de 2014;
MMDCCCXC. Lei nº 4.256, de 4 de abril de 2014;
MMDCCCXCI. Lei nº 4.258, de 8 de abril de 2014;
MMDCCCXCII. Lei nº 4.259, de 10 de abril de 2014;
MMDCCCXCIII. Lei nº 4.261, de 15 de abril de 2014;
MMDCCCXCIV. Lei nº 4.262, de 15 de abril de 2014;
MMDCCCXCV. Lei nº 4.264, de 17 de abril de 2014;
MMDCCCXCVI. Lei nº 4.265, de 17 de abril de 2014;
MMDCCCXCVII. Lei nº 4.266, de 17 de abril de 2014;
MMDCCCXCVIII. Lei nº 4.267, de 17 de abril de 2014;
MMDCCCXCIX. Lei nº 4.268, de 17 de abril de 2014;
MMCM. Lei nº 4.269, de 17 de abril de 2014;
MMCMI. Lei nº 4.271, de 30 de abril de 2014;
MMCMII. Lei nº 4.272, de 30 de abril de 2014;
MMCMIII. Lei nº 4.273, de 2 de maio de 2014;
MMCMIV. Lei nº 4.274, de 2 de maio de 2014;
MMCMV. Lei nº 4.275, de 2 de maio de 2014;
MMCMVI. Lei nº 4.276, de 2 de maio de 2014;
MMCMVII. Lei nº 4.277, de 2 de maio de 2014;
MMCMVIII. Lei nº 4.278, de 2 de maio de 2014;
MMCMIX. Lei nº 4.280, de 9 de maio de 2014;
MMCMX. Lei nº 4.281, de 13 de maio de 2014;
MMCMXI. Lei nº 4.282, de 13 de maio de 2014;
MMCMXII. Lei nº 4.283, de 13 de maio de 2014;
MMCMXIII. Lei nº 4.285, de 15 de maio de 2014;
MMCMXIV. Lei nº 4.286, de 15 de maio de 2014;
MMCMXV. Lei nº 4.287, de 20 de maio de 2014;
MMCMXVI. Lei nº 4.288, de 20 de maio de 2014;
MMCMXVII. Lei nº 4.289, de 22 de maio de 2014;
MMCMXVIII. Lei nº 4.290, de 28 de maio de 2014;
MMCMXIX. Lei nº 4.291, de 28 de maio de 2014;
MMCMXX. Lei nº 4.296, de 30 de maio de 2014;
MMCMXXI. Lei nº 4.297, de 4 de junho de 2014;
MMCMXXII. Lei nº 4.300, de 4 de junho de 2014;
MMCMXXIII. Lei nº 4.301, de 4 de junho de 2014;
MMCMXXIV. Lei nº 4.302, de 5 de junho de 2014;
MMCMXXV. Lei nº 4.304, de 12 de junho de 2014;
MMCMXXVI. Lei nº 4.305, de 12 de junho de 2014;
MMCMXXVII. Lei nº 4.306, de 12 de junho de 2014;
MMCMXXVIII. Lei nº 4.307, de 12 de junho de 2014;
MMCMXXIX. Lei nº 4.308, de 12 de junho de 2014;
MMCMXXX. Lei nº 4.309, de 12 de junho de 2014;
MMCMXXXI. Lei nº 4.310, de 12 de junho de 2014;
MMCMXXXII. Lei nº 4.312, de 20 de junho de 2014;
MMCMXXXIII. Lei nº 4.313, de 20 de junho de 2014;
MMCMXXXIV. Lei nº 4.314, de 20 de junho de 2014;
MMCMXXXV. Lei nº 4.315, de 20 de junho de 2014;
MMCMXXXVI. Lei nº 4.316, de 20 de junho de 2014;
MMCMXXXVII. Lei nº 4.318, de 24 de junho de 2014;
MMCMXXXVIII. Lei nº 4.319, de 24 de junho de 2014;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 298
E

MMCMXXXIX.	Lei nº 4.321, de 24 de junho de 2014;
MMCMXL.	Lei nº 4.322, de 27 de junho de 2014;
MMCMXLI.	Lei nº 4.323, de 27 de junho de 2014;
MMCMXLII.	Lei nº 4.324, de 3 de julho de 2014;
MMCMXLIII.	Lei nº 4.325, de 3 de julho de 2014;
MMCMXLIV.	Lei nº 4.326, de 3 de julho de 2014;
MMCMXLV.	Lei nº 4.327, de 3 de julho de 2014;
MMCMXLVI.	Lei nº 4.328, de 3 de julho de 2014;
MMCMXLVII.	Lei nº 4.329, de 8 de julho de 2014;
MMCMXLVIII.	Lei nº 4.330, de 8 de julho de 2014;
MMCMXLIX.	Lei nº 4.331, de 8 de julho de 2014;
MMCML.	Lei nº 4.332, de 8 de julho de 2014;
MMCMLI.	Lei nº 4.333, de 8 de julho de 2014;
MMCMLII.	Lei nº 4.334, de 8 de julho de 2014;
MMCMLIII.	Lei nº 4.335, de 8 de julho de 2014;
MMCMLIV.	Lei nº 4.336, de 8 de julho de 2014;
MMCMLV.	Lei nº 4.337, de 8 de julho de 2014;
MMCMLVI.	Lei nº 4.338, de 10 de julho de 2014;
MMCMLVII.	Lei nº 4.339, de 10 de julho de 2014;
MMCMLVIII.	Lei nº 4.340, de 10 de julho de 2014;
MMCMLIX.	Lei nº 4.341, de 10 de julho de 2014;
MMCMLX.	Lei nº 4.342, de 10 de julho de 2014;
MMCMLXI.	Lei nº 4.343, de 10 de julho de 2014;
MMCMLXII.	Lei nº 4.344, de 10 de julho de 2014;
MMCMLXIII.	Lei nº 4.346, de 17 de julho de 2014;
MMCMLXIV.	Lei nº 4.348, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXV.	Lei nº 4.349, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXVI.	Lei nº 4.350, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXVII.	Lei nº 4.351, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXVIII.	Lei nº 4.352, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXIX.	Lei nº 4.353, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXX.	Lei nº 4.354, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXI.	Lei nº 4.355, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXII.	Lei nº 4.356, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXIII.	Lei nº 4.357, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXIV.	Lei nº 4.359, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXV.	Lei nº 4.360, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXVI.	Lei nº 4.361, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXVII.	Lei nº 4.362, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXVIII.	Lei nº 4.363, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXIX.	Lei nº 4.364, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXX.	Lei nº 4.365, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXXI.	Lei nº 4.366, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXXII.	Lei nº 4.368, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXXIII.	Lei nº 4.369, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXXIV.	Lei nº 4.370, de 23 de julho de 2014;
MMCMLXXXV.	Lei nº 4.372, de 29 de julho de 2014;
MMCMLXXXVI.	Lei nº 4.376, de 11 de agosto de 2014;
MMCMLXXXVII.	Lei nº 4.377, de 11 de agosto de 2014;
MMCMLXXXVIII.	Lei nº 4.378, de 11 de agosto de 2014;
MMCMLXXXIX.	Lei nº 4.379, de 11 de agosto de 2014;
MMCMXC.	Lei nº 4.381, de 21 de agosto de 2014;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 299

MMCMXCI.	Lei nº 4.382, de 21 de agosto de 2014;
MMCMXCII.	Lei nº 4.384, de 26 de agosto de 2014;
MMCMXCIII.	Lei nº 4.385, de 26 de agosto de 2014;
MMCMXCIV.	Lei nº 4.386, de 28 de agosto de 2014;
MMCMXCV.	Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 2014;
MMCMXCVI.	Lei nº 4.389, de 28 de agosto de 2014;
MMCMXCVII.	Lei nº 4.391, de 28 de agosto de 2014;
MMCMXCVIII.	Lei nº 4.392, de 28 de agosto de 2014;
MMCMXCIX.	Lei nº 4.393, de 28 de agosto de 2014;
MMM.	Lei nº 4.394, de 29 de agosto de 2014;
MMMI.	Lei nº 4.395, de 29 de agosto de 2014;
MMMII.	Lei nº 4.398, de 4 de setembro de 2014;
MMMIII.	Lei nº 4.399, de 4 de setembro de 2014;
MMMIV.	Lei nº 4.400, de 4 de setembro de 2014;
MMMV.	Lei nº 4.401, de 4 de setembro de 2014;
MMMVI.	Lei nº 4.402, de 4 de setembro de 2014;
MMMVII.	Lei nº 4.403, de 4 de setembro de 2014;
MMMVIII.	Lei nº 4.404, de 4 de setembro de 2014;
MMMIX.	Lei nº 4.405, de 4 de setembro de 2014;
MMMX.	Lei nº 4.406, de 4 de setembro de 2014;
MMMXI.	Lei nº 4.407, de 4 de setembro de 2014;
MMMXII.	Lei nº 4.408, de 4 de setembro de 2014;
MMMXIII.	Lei nº 4.416, de 15 de setembro de 2014;
MMMXIV.	Lei nº 4.417, de 15 de setembro de 2014;
MMMXV.	Lei nº 4.424, de 23 de setembro de 2014;
MMMXVI.	Lei nº 4.425, de 23 de setembro de 2014;
MMMXVII.	Lei nº 4.426, de 23 de setembro de 2014;
MMMXVIII.	Lei nº 4.427, de 23 de setembro de 2014;
MMMXIX.	Lei nº 4.428, de 23 de setembro de 2014;
MMMXX.	Lei nº 4.431, de 25 de setembro de 2014;
MMMXXI.	Lei nº 4.437, de 2 de outubro de 2014;
MMMXXII.	Lei nº 4.438, de 2 de outubro de 2014;
MMMXXIII.	Lei nº 4.439, de 2 de outubro de 2014;
MMMXXIV.	Lei nº 4.440, de 2 de outubro de 2014;
MMMXXV.	Lei nº 4.441, de 2 de outubro de 2014;
MMMXXVI.	Lei nº 4.442, de 2 de outubro de 2014;
MMMXXVII.	Lei nº 4.443, de 2 de outubro de 2014;
MMMXXVIII.	Lei nº 4.447, de 7 de outubro de 2014;
MMMXXIX.	Lei nº 4.448, de 7 de outubro de 2014;
MMMXXX.	Lei nº 4.449, de 7 de outubro de 2014;
MMMXXXI.	Lei nº 4.450, de 7 de outubro de 2014;
MMMXXXII.	Lei nº 4.452, de 7 de outubro de 2014;
MMMXXXIII.	Lei nº 4.456, de 21 de outubro de 2014;
MMMXXXIV.	Lei nº 4.460, de 24 de outubro de 2014;
MMMXXXV.	Lei nº 4.461, de 24 de outubro de 2014;
MMMXXXVI.	Lei nº 4.463, de 24 de outubro de 2014;
MMMXXXVII.	Lei nº 4.466, de 7 de novembro de 2014;
MMMXXXVIII.	Lei nº 4.469, de 14 de novembro de 2014;
MMMXXXIX.	Lei nº 4.470, de 14 de novembro de 2014;
MMMXL.	Lei nº 4.474, de 24 de novembro de 2014;
MMMXLI.	Lei nº 4.475, de 24 de novembro de 2014;
MMMXLII.	Lei nº 4.476, de 24 de novembro de 2014;

MMMXLIII.	Lei nº 4.477, de 24 de novembro de 2014;
MMMXLIV.	Lei nº 4.478, de 24 de novembro de 2014;
MMMXLV.	Lei nº 4.479, de 24 de novembro de 2014;
MMMXLVI.	Lei nº 4.481, de 2 de dezembro de 2014;
MMMXLVII.	Lei nº 4.482, de 2 de dezembro de 2014;
MMMXLVIII.	Lei nº 4.483, de 2 de dezembro de 2014;
MMMXLIX.	Lei nº 4.484, de 2 de dezembro de 2014;
MMML.	Lei nº 4.485, de 3 de dezembro de 2014;
MMMLI.	Lei nº 4.486, de 3 de dezembro de 2014;
MMMLII.	Lei nº 4.488, de 3 de dezembro de 2014;
MMMLIII.	Lei nº 4.489, de 3 de dezembro de 2014;
MMMLIV.	Lei nº 4.490, de 3 de dezembro de 2014;
MMMLV.	Lei nº 4.492, de 3 de dezembro de 2014;
MMMLVI.	Lei nº 4.494, de 5 de dezembro de 2014;
MMMLVII.	Lei nº 4.499, de 5 de dezembro de 2014;
MMMLVIII.	Lei nº 4.500, de 5 de dezembro de 2014;
MMMLIX.	Lei nº 4.501, de 5 de dezembro de 2014;
MMMLX.	Lei nº 4.502, de 5 de dezembro de 2014;
MMMLXI.	Lei nº 4.503, de 9 de dezembro de 2014;
MMMLXII.	Lei nº 4.506, de 11 de dezembro de 2014;
MMMLXIII.	Lei nº 4.510, de 17 de dezembro de 2014;
MMMLXIV.	Lei nº 4.511, de 17 de dezembro de 2014;
MMMLXV.	Lei nº 4.512, de 17 de dezembro de 2014;
MMMLXVI.	Lei nº 4.516, de 17 de dezembro de 2014;
MMMLXVII.	Lei nº 4.519, de 18 de dezembro de 2014;
MMMLXVIII.	Lei nº 4.520, de 18 de dezembro de 2014;
MMMLXIX.	Lei nº 4.521, de 23 de dezembro de 2014;
MMMLXX.	Lei nº 4.522, de 23 de dezembro de 2014;
MMMLXXI.	Lei nº 4.523, de 23 de dezembro de 2014;
MMMLXXII.	Lei nº 4.525, de 15 de janeiro de 2015;
MMMLXXIII.	Lei nº 4.526, de 15 de janeiro de 2015;
MMMLXXIV.	Lei nº 4.528, de 10 de fevereiro de 2015;
MMMLXXV.	Lei nº 4.531, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXVI.	Lei nº 4.532, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXVII.	Lei nº 4.533, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXVIII.	Lei nº 4.534, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXIX.	Lei nº 4.535, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXX.	Lei nº 4.536, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXXI.	Lei nº 4.537, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXXII.	Lei nº 4.538, de 26 de fevereiro de 2015;
MMMLXXXIII.	Lei nº 4.539, de 4 de março de 2015;
MMMLXXXIV.	Lei nº 4.540, de 4 de março de 2015;
MMMLXXXV.	Lei nº 4.541, de 6 de março de 2015;
MMMLXXXVI.	Lei nº 4.545, de 6 de março de 2015;
MMMLXXXVII.	Lei nº 4.546, de 12 de março de 2015;
MMMLXXXVIII.	Lei nº 4.548, de 19 de março de 2015;
MMMLXXXIX.	Lei nº 4.550, de 19 de março de 2015;
MMMXC.	Lei nº 4.554, de 25 de março de 2015;
MMMXCI.	Lei nº 4.555, de 25 de março de 2015;
MMMXCII.	Lei nº 4.556, de 25 de março de 2015;
MMMXCIII.	Lei nº 4.560, de 27 de março de 2015;
MMMXCIV.	Lei nº 4.562, de 6 de abril de 2015;

Câm. Mun. de Pato Br.
Fls. 301

MMMXCV.	Lei nº 4.563, de 6 de abril de 2015;
MMMXCVI.	Lei nº 4.564, de 6 de abril de 2015;
MMMXCVII.	Lei nº 4.566, de 9 de abril de 2015;
MMMXCVIII.	Lei nº 4.567, de 9 de abril de 2015;
MMMXCIX.	Lei nº 4.568, de 9 de abril de 2015;
MMMC.	Lei nº 4.570, de 14 de abril de 2015;
MMMCI.	Lei nº 4.575, de 16 de abril de 2015;
MMMCII.	Lei nº 4.576, de 16 de abril de 2015;
MMMCIII.	Lei nº 4.580, de 28 de abril de 2015;
MMMCIV.	Lei nº 4.582, de 28 de abril de 2015;
MMMCV.	Lei nº 4.583, de 28 de abril de 2015;
MMMCVI.	Lei nº 4.584, de 28 de abril de 2015;
MMMCVII.	Lei nº 4.587, de 5 de maio de 2015;
MMMCVIII.	Lei nº 4.588, de 7 de maio de 2015;
MMMCIX.	Lei nº 4.592, de 12 de maio de 2015;
MMMCX.	Lei nº 4.593, de 12 de maio de 2015;
MMMCXI.	Lei nº 4.599, de 19 de maio de 2015;
MMMCXII.	Lei nº 4.602, de 25 de maio de 2015;
MMMCXIII.	Lei nº 4.603, de 25 de maio de 2015;
MMMCXIV.	Lei nº 4.605, de 28 de maio de 2015;
MMMCXV.	Lei nº 4.606, de 28 de maio de 2015;
MMMCXVI.	Lei nº 4.609, de 17 de junho de 2015;
MMMCXVII.	Lei nº 4.611, de 23 de junho de 2015;
MMMCXVIII.	Lei nº 4.618, de 23 de junho de 2015;
MMMCXIX.	Lei nº 4.620, de 24 de junho de 2015;
MMMCXX.	Lei nº 4.621, de 25 de junho de 2015;
MMMCXXI.	Lei nº 4.623, de 2 de julho de 2015;
MMMCXXII.	Lei nº 4.624, de 2 de julho de 2015;
MMMCXXIII.	Lei nº 4.625, de 2 de julho de 2015;
MMMCXXIV.	Lei nº 4.626, de 7 de julho de 2015;
MMMCXXV.	Lei nº 4.628, de 9 de julho de 2015;
MMMCXXVI.	Lei nº 4.630, de 14 de julho de 2015;
MMMCXXVII.	Lei nº 4.632, de 16 de julho de 2015;
MMMCXXVIII.	Lei nº 4.634, de 17 de julho de 2015;
MMMCXXIX.	Lei nº 4.635, de 17 de julho de 2015;
MMMCXXX.	Lei nº 4.636, de 17 de julho de 2015;
MMMCXXXI.	Lei nº 4.637, de 17 de julho de 2015;
MMMCXXXII.	Lei nº 4.638, de 17 de julho de 2015;
MMMCXXXIII.	Lei nº 4.640, de 28 de julho de 2015;
MMMCXXXIV.	Lei nº 4.641, de 28 de julho de 2015;
MMMCXXXV.	Lei nº 4.642, de 7 de agosto de 2015;
MMMCXXXVI.	Lei nº 4.643, de 11 de agosto de 2015;
MMMCXXXVII.	Lei nº 4.645, de 13 de agosto de 2015;
MMMCXXXVIII.	Lei nº 4.649, de 3 de setembro de 2015;
MMMCXXXIX.	Lei nº 4.652, de 3 de setembro de 2015;
MMMCXL.	Lei nº 4.663, de 21 de setembro de 2015;
MMMCXLI.	Lei nº 4.665, de 23 de setembro de 2015;
MMMCXLII.	Lei nº 4.666, de 23 de setembro de 2015;
MMMCXLIII.	Lei nº 4.667, de 23 de setembro de 2015;
MMMCXLIV.	Lei nº 4.668, de 23 de setembro de 2015;
MMMCXLV.	Lei nº 4.669, de 23 de setembro de 2015;
MMMCXLVI.	Lei nº 4.671, de 30 de setembro de 2015;

MMMCXLVII.	Lei nº 4.679, de 6 de outubro de 2015;
MMMCXLVIII.	Lei nº 4.685, de 20 de outubro de 2015;
MMMCXLIX.	Lei nº 4.686, de 23 de outubro de 2015;
MMMCL.	Lei nº 4.687, de 23 de outubro de 2015;
MMMCLI.	Lei nº 4.688, de 26 de outubro de 2015;
MMMCLII.	Lei nº 4.695, de 16 de novembro de 2015;
MMMCLIII.	Lei nº 4.699, de 16 de novembro de 2015;
MMMCLIV.	Lei nº 4.700, de 19 de novembro de 2015;
MMMCLV.	Lei nº 4.701, de 19 de novembro de 2015;
MMMCLVI.	Lei nº 4.702, de 26 de novembro de 2015;
MMMCLVII.	Lei nº 4.703, de 26 de novembro de 2015;
MMMCLVIII.	Lei nº 4.704, de 26 de novembro de 2015;
MMMCLIX.	Lei nº 4.707, de 3 de dezembro de 2015;
MMMCLX.	Lei nº 4.714, de 10 de dezembro de 2015;
MMMCLXI.	Lei nº 4.715, de 10 de dezembro de 2015;
MMMCLXII.	Lei nº 4.719, de 15 de dezembro de 2015;
MMMCLXIII.	Lei nº 4.720, de 21 de dezembro de 2015;
MMMCLXIV.	Lei nº 4.721, de 21 de dezembro de 2015;
MMMCLXV.	Lei nº 4.722, de 22 de dezembro de 2015;
MMMCLXVI.	Lei nº 4.723, de 22 de dezembro de 2015;
MMMCLXVII.	Lei nº 4.729, de 17 de fevereiro de 2016;
MMMCLXVIII.	Lei nº 4.730, de 17 de fevereiro de 2016;
MMMCLXIX.	Lei nº 4.739, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMCLXX.	Lei nº 4.740, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMCLXXI.	Lei nº 4.741, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMCLXXII.	Lei nº 4.743, de 1° de março de 2016;
MMMCLXXIII.	Lei nº 4.744, de 1° de março de 2016;
MMMCLXXIV.	Lei nº 4.745, de 1° de março de 2016;
MMMCLXXV.	Lei nº 4.747, de 3 de março de 2016;
MMMCLXXVI.	Lei nº 4.749, de 8 de março de 2016;
MMMCLXXVII.	Lei nº 4.750, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXVIII.	Lei nº 4.751, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXIX.	Lei nº 4.752, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXX.	Lei nº 4.753, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXXI.	Lei nº 4.754, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXXII.	Lei nº 4.755, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXXIII.	Lei nº 4.756, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXXIV.	Lei nº 4.757, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXXV.	Lei nº 4.758, de 15 de março de 2016;
MMMCLXXXVI.	Lei nº 4.759, de 18 de março de 2016;
MMMCLXXXVII.	Lei nº 4.760, de 18 de março de 2016;
MMMCLXXXVIII.	Lei nº 4.761, de 18 de março de 2016;
MMMCLXXXIX.	Lei nº 4.762, de 18 de março de 2016;
MMMCXC.	Lei nº 4.763, de 18 de março de 2016;
MMMCXCI.	Lei nº 4.764, de 18 de março de 2016;
MMMCXCII.	Lei nº 4.765, de 23 de março de 2016;
MMMCXCIII.	Lei nº 4.772, de 7 de abril de 2016;
MMMCXCIV.	Lei nº 4.774, de 18 de abril de 2016;
MMMCXCV.	Lei nº 4.775, de 18 de abril de 2016;
MMMCXCVI.	Lei nº 4.778, de 26 de abril de 2016;
MMMCXCVII.	Lei nº 4.779, de 26 de abril de 2016;
MMMCXCVIII.	Lei nº 4.780, de 26 de abril de 2016;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 303

MMMCXCIX.	Lei nº 4.781, de 26 de abril de 2016;
MMMCC.	Lei nº 4.782, de 26 de abril de 2016;
MMMCCI.	Lei nº 4.783, de 26 de abril de 2016;
MMMCCII.	Lei nº 4.784, de 29 de abril de 2016;
MMMCCIII.	Lei nº 4.785, de 4 de maio de 2016;
MMMCCIV.	Lei nº 4.786, de 4 de maio de 2016;
MMMCCV.	Lei nº 4.788, de 4 de maio de 2016;
MMMCCVI.	Lei nº 4.789, de 12 de maio de 2016;
MMMCCVII.	Lei nº 4.794, de 20 de maio de 2016;
MMMCCVIII.	Lei nº 4.795, de 20 de maio de 2016;
MMMCCIX.	Lei nº 4.796, de 25 de maio de 2016;
MMMCCX.	Lei nº 4.798, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXI.	Lei nº 4.799, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXII.	Lei nº 4.800, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXIII.	Lei nº 4.801, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXIV.	Lei nº 4.802, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXV.	Lei nº 4.803, de 30 de maio de 2016;
MMMCCXVI.	Lei nº 4.805, de 2 de junho de 2016;
MMMCCXVII.	Lei nº 4.806, de 7 de junho de 2016;
MMMCCXVIII.	Lei nº 4.808, de 14 de junho de 2016;
MMMCCXIX.	Lei nº 4.814, de 24 de junho de 2016;
MMMCCXX.	Lei nº 4.815, de 24 de junho de 2016;
MMMCCXXI.	Lei nº 4.816, de 24 de junho de 2016;
MMMCCXXII.	Lei nº 4.817, de 27 de junho de 2016;
MMMCCXXIII.	Lei nº 4.818, de 27 de junho de 2016;
MMMCCXXIV.	Lei nº 4.819, de 27 de junho de 2016;
MMMCCXXV.	Lei nº 4.820, de 27 de junho de 2016;
MMMCCXXVI.	Lei nº 4.821, de 5 de julho de 2016;
MMMCCXXVII.	Lei nº 4.822, de 8 de julho de 2016;
MMMCCXXVIII.	Lei nº 4.823, de 12 de julho de 2016;
MMMCCXXIX.	Lei nº 4.824, de 13 de julho de 2016;
MMMCCXXX.	Lei nº 4.825, de 13 de julho de 2016;
MMMCCXXXI.	Lei nº 4.826, de 13 de julho de 2016;
MMMCCXXXII.	Lei nº 4.827, de 14 de julho de 2016;
MMMCCXXXIII.	Lei nº 4.828, de 13 de julho de 2016;
MMMCCXXXIV.	Lei nº 4.829, de 13 de julho de 2016;
MMMCCXXXV.	Lei nº 4.830, de 13 de julho de 2016;
MMMCCXXXVI.	Lei nº 4.831, de 19 de julho de 2016;
MMMCCXXXVII.	Lei nº 4.832, de 19 de julho de 2016;
MMMCCXXXVIII.	Lei nº 4.833, de 19 de julho de 2016;
MMMCCXXXIX.	Lei nº 4.834, de 19 de julho de 2016;
MMMCCXL.	Lei nº 4.835, de 27 de julho de 2016;
MMMCCXLI.	Lei nº 4.836, de 3 de agosto de 2016;
MMMCCXLII.	Lei nº 4.837, de 4 de agosto de 2016;
MMMCCXLIII.	Lei nº 4.838, de 4 de agosto de 2016;
MMMCCXLIV.	Lei nº 4.839, de 9 de agosto de 2016;
MMMCCXLV.	Lei nº 4.840, de 9 de agosto de 2016;
MMMCCXLVI.	Lei nº 4.841, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCXLVII.	Lei nº 4.842, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCXLVIII.	Lei nº 4.843, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCXLIX.	Lei nº 4.844, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCL.	Lei nº 4.845, de 12 de agosto de 2016;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 304

MMMCCLI.	Lei nº 4.846, de 12 de agosto de 2016;
MMMCCLII.	Lei nº 4.847, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLIII.	Lei nº 4.848, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLIV.	Lei nº 4.849, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLV.	Lei nº 4.850, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLVI.	Lei nº 4.851, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLVII.	Lei nº 4.852, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLVIII.	Lei nº 4.853, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLIX.	Lei nº 4.854, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLX.	Lei nº 4.855, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLXI.	Lei nº 4.856, de 16 de agosto de 2016;
MMMCCLXII.	Lei nº 4.857, de 18 de agosto de 2016;
MMMCCLXIII.	Lei nº 4.858, de 18 de agosto de 2016;
MMMCCLXIV.	Lei nº 4.859, de 18 de agosto de 2016;
MMMCCLXV.	Lei nº 4.860, de 23 de agosto de 2016;
MMMCCLXVI.	Lei nº 4.861, de 23 de agosto de 2016;
MMMCCLXVII.	Lei nº 4.862, de 23 de agosto de 2016;
MMMCCLXVIII.	Lei nº 4.863, de 25 de agosto de 2016;
MMMCCLXIX.	Lei nº 4.865, de 30 de agosto de 2016;
MMMCCLXX.	Lei nº 4.866, de 30 de agosto de 2016;
MMMCCLXXI.	Lei nº 4.869, de 16 de setembro de 2016;
MMMCCLXXII.	Lei nº 4.872, de 22 de setembro de 2016;
MMMCCLXXIII.	Lei nº 4.875, de 27 de setembro de 2016;
MMMCCLXXIV.	Lei nº 4.876, de 30 de setembro de 2016;
MMMCCLXXV.	Lei nº 4.878, de 13 de outubro de 2016;
MMMCCLXXVI.	Lei nº 4.879, de 19 de outubro de 2016;
MMMCCLXXVII.	Lei nº 4.880, de 19 de outubro de 2016;
MMMCCLXXVIII.	Lei nº 4.881, de 26 de outubro de 2016;
MMMCCLXXIX.	Lei nº 4.882, de 17 de outubro de 2016;
MMMCCLXXX.	Lei nº 4.883, de 27 de outubro de 2016;
MMMCCLXXXI.	Lei nº 4.884, de 27 de outubro de 2016;
MMMCCLXXXII.	Lei nº 4.885, de 27 de outubro de 2016;
MMMCCLXXXIII.	Lei nº 4.886, de 27 de outubro de 2016;
MMMCCLXXXIV.	Lei nº 4.887, de 3 de novembro de 2016;
MMMCCLXXXV.	Lei nº 4.888, de 10 de novembro de 2016;
MMMCCLXXXVI.	Lei nº 4.889, de 10 de novembro de 2016;
MMMCCLXXXVII.	Lei nº 4.890, de 11 de novembro de 2016;
MMMCCLXXXVIII.	Lei nº 4.899, de 24 de novembro de 2016;
MMMCCLXXXIX.	Lei nº 4.900, de 24 de novembro de 2016;
MMMCCXC.	Lei nº 4.908, de 7 de dezembro de 2016;
MMMCCXCI.	Lei nº 4.910, de 8 de dezembro de 2016;
MMMCCXCII.	Lei nº 4.918, de 15 de dezembro de 2016;
MMMCCXCIII.	Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCXCIV.	Lei nº 4.927, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCXCV.	Lei nº 4.928, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCXCVI.	Lei nº 4.929, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCXCVII.	Lei nº 4.930, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCXCVIII.	Lei nº 4.931, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCXCIX.	Lei nº 4.932, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCC.	Lei nº 4.933, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCCCI.	Lei nº 4.935, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCCCII.	Lei nº 4.936, de 16 de fevereiro de 2017;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 305
Estado do Paraná

MMMCCCIII.	Lei nº 4.937, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCCCIV.	Lei nº 4.938, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCCCV.	Lei nº 4.939, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCCCVI.	Lei nº 4.940, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCCCVII.	Lei nº 4.944, de 9 de março de 2017;
MMMCCCVIII.	Lei nº 4.946, de 14 de março de 2017;
MMMCCCIX.	Lei nº 4.947, de 14 de março de 2017;
MMMCCCX.	Lei nº 4.948, de 28 de março de 2017;
MMMCCCXI.	Lei nº 4.949, de 4 de abril de 2017;
MMMCCCXII.	Lei nº 4.950, de 6 de abril de 2017;
MMMCCCXIII.	Lei nº 4.951, de 11 de abril de 2017;
MMMCCCXIV.	Lei nº 4.952, de 11 de abril de 2017;
MMMCCCXV.	Lei nº 4.953, de 11 de abril de 2017;
MMMCCCXVI.	Lei nº 4.959, de 19 de abril de 2017;
MMMCCCXVII.	Lei nº 4.960, de 25 de abril de 2017;
MMMCCCXVIII.	Lei nº 4.961, de 27 de abril de 2017;
MMMCCCXIX.	Lei nº 4.962, de 11 de maio de 2017;
MMMCCCXX.	Lei nº 4.963, de 11 de maio de 2017;
MMMCCCXXI.	Lei nº 4.964, de 11 de maio de 2017;
MMMCCCXXII.	Lei nº 4.969, de 23 de maio de 2017;
MMMCCCXXIII.	Lei nº 4.972, de 6 de junho de 2017;
MMMCCCXXIV.	Lei nº 4.973, de 13 de junho de 2017;
MMMCCCXXV.	Lei nº 4.974, de 13 de junho de 2017;
MMMCCCXXVI.	Lei nº 4.975, de 13 de junho de 2017;
MMMCCCXXVII.	Lei nº 4.976, de 20 de junho de 2017;
MMMCCCXXVIII.	Lei nº 4.981, de 28 de junho de 2017;
MMMCCCXXIX.	Lei nº 4.984, de 11 de julho de 2017;
MMMCCCXXX.	Lei nº 4.986, de 14 de julho de 2017;
MMMCCCXXXI.	Lei nº 4.990, de 9 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXII.	Lei nº 4.992, de 10 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXIII.	Lei nº 4.994, de 15 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXIV.	Lei nº 4.995, de 15 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXV.	Lei nº 4.996, de 15 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXVI.	Lei nº 4.997, de 17 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXVII.	Lei nº 4.998, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXVIII.	Lei nº 4.999, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXXXIX.	Lei nº 5.000, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXL.	Lei nº 5.001, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXLI.	Lei nº 5.002, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXLII.	Lei nº 5.003, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXLIII.	Lei nº 5.004, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXLIV.	Lei nº 5.005, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXLV.	Lei nº 5.006, de 24 de agosto de 2017;
MMMCCCXLVI.	Lei nº 5.011, de 30 de agosto de 2017;
MMMCCCXLVII.	Lei nº 5.012, de 4 de setembro de 2017;
MMMCCCXLVIII.	Lei nº 5.013, de 11 de setembro de 2017;
MMMCCCXLIX.	Lei nº 5.014, de 11 de setembro de 2017;
MMMCCCL.	Lei nº 5.030, de 28 de setembro de 2017;
MMMCCCLI.	Lei nº 5.031, de 11 de outubro de 2017;
MMMCCCLII.	Lei nº 5.032, de 11 de outubro de 2017;
MMMCCCLIII.	Lei nº 5.034, de 11 de outubro de 2017;
MMMCCCLIV.	Lei nº 5.035, de 20 de outubro de 2017;

Câmara de Pato Br
Fls 306

MMMCCCLV.	Lei nº 5.036, de 27 de outubro de 2017;
MMMCCCLVI.	Lei nº 5.040, de 31 de outubro de 2017;
MMMCCCLVII.	Lei nº 5.042, de 7 de novembro de 2017;
MMMCCCLVIII.	Lei nº 5.043, de 7 de novembro de 2017;
MMMCCCLIX.	Lei nº 5.044, de 7 de novembro de 2017;
MMMCCCLX.	Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017;
MMMCCCLXI.	Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017;
MMMCCCLXII.	Lei nº 5.059, de 7 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXIII.	Lei nº 5.063, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXIV.	Lei nº 5.064, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXV.	Lei nº 5.065, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXVI.	Lei nº 5.066, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXVII.	Lei nº 5.069, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXVIII.	Lei nº 5.071, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXIX.	Lei nº 5.073, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXX.	Lei nº 5.074, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXXI.	Lei nº 5.075, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXXII.	Lei nº 5.076, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCCLXXIII.	Lei nº 5.079, de 23 de janeiro de 2018;
MMMCCCLXXIV.	Lei nº 5.081, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCCCLXXV.	Lei nº 5.082, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCCCLXXVI.	Lei nº 5.083, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCCLXXVII.	Lei nº 5.084, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCCLXXVIII.	Lei nº 5.085, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCCLXXIX.	Lei nº 5.086, de 3 de março de 2018;
MMMCCCLXXX.	Lei nº 5.087, de 6 de março de 2018;
MMMCCCLXXXI.	Lei nº 5.088, de 6 de março de 2018;
MMMCCCLXXXII.	Lei nº 5.101, de 15 de março de 2018;
MMMCCCLXXXIII.	Lei nº 5.102, de 15 de março de 2018;
MMMCCCLXXXIV.	Lei nº 5.104, de 21 de março de 2018;
MMMCCCLXXXV.	Lei nº 5.105, de 21 de março de 2018;
MMMCCCLXXXVI.	Lei nº 5.106, de 22 de março de 2018;
MMMCCCLXXXVII.	Lei nº 5.107, de 22 de março de 2018;
MMMCCCLXXXVIII.	Lei nº 5.108, de 27 de março de 2018;
MMMCCCLXXXIX.	Lei nº 5.110, de 5 de abril de 2018;
MMMCCCXC.	Lei nº 5.114, de 5 de abril de 2018;
MMMCCCXCI.	Lei nº 5.123, de 11 de abril de 2018;
MMMCCCXCII.	Lei nº 5.125, de 12 de abril de 2018;
MMMCCCXCIII.	Lei nº 5.126, de 12 de abril de 2018;
MMMCCCXCIV.	Lei nº 5.127, de 12 de abril de 2018;
MMMCCCXCV.	Lei nº 5.128, de 12 de abril de 2018;
MMMCCCXCVI.	Lei nº 5.130, de 12 de abril de 2018;
MMMCCCXCVII.	Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018;
MMMCCCXCVIII.	Lei nº 5.135, de 4 de maio de 2018;
MMMCCCXCIX.	Lei nº 5.139, de 17 de maio de 2018;
MMMCD.	Lei nº 5.142, de 18 de maio de 2018;
MMMCDI.	Lei nº 5.143, de 25 de maio de 2018;
MMMCDII.	Lei nº 5.144, de 25 de maio de 2018;
MMMCDIII.	Lei nº 5.145, de 25 de maio de 2018;
MMMCDIV.	Lei nº 5.146, de 25 de maio de 2018;
MMMCDV.	Lei nº 5.150, de 29 de maio de 2018;
MMMCDVI.	Lei nº 5.152, de 29 de maio de 2018;

MMMCDVII.	Lei nº 5.153, de 29 de maio de 2018;
MMMCDVIII.	Lei nº 5.154, de 29 de maio de 2018;
MMMCDIX.	Lei nº 5.156, de 4 de junho de 2018;
MMMCDX.	Lei nº 5.157, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXI.	Lei nº 5.158, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXII.	Lei nº 5.159, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXIII.	Lei nº 5.160, de 4 de junho de 2018;
MMMCDXIV.	Lei nº 5.163, de 14 de junho de 2018;
MMMCDXV.	Lei nº 5.164, de 21 de junho de 2018;
MMMCDXVI.	Lei nº 5.167, de 27 de junho de 2018;
MMMCDXVII.	Lei nº 5.169, de 27 de junho de 2018;
MMMCDXVIII.	Lei nº 5.170, de 27 de junho de 2018;
MMMCDXIX.	Lei nº 5.171, de 3 de julho de 2018;
MMMCDXX.	Lei nº 5.172, de 5 de julho de 2018;
MMMCDXXI.	Lei nº 5.173, de 5 de julho de 2018;
MMMCDXXII.	Lei nº 5.174, de 5 de julho de 2018;
MMMCDXXIII.	Lei nº 5.175, de 5 de julho de 2018;
MMMCDXXIV.	Lei nº 5.176, de 5 de julho de 2018;
MMMCDXXV.	Lei nº 5.177, de 5 de julho de 2018;
MMMCDXXVI.	Lei nº 5.179, de 12 de julho de 2018;
MMMCDXXVII.	Lei nº 5.181, de 12 de julho de 2018;
MMMCDXXVIII.	Lei nº 5.182, de 12 de julho de 2018;
MMMCDXXIX.	Lei nº 5.183, de 12 de julho de 2018;
MMMCDXXX.	Lei nº 5.187, de 30 de julho de 2018;
MMMCDXXXI.	Lei nº 5.191, de 9 de agosto de 2018;
MMMCDXXXII.	Lei nº 5.196, de 22 de agosto de 2018;
MMMCDXXXIII.	Lei nº 5.197, de 22 de agosto de 2018;
MMMCDXXXIV.	Lei nº 5.198, de 22 de agosto de 2018;
MMMCDXXXV.	Lei nº 5.201, de 29 de agosto de 2018;
MMMCDXXXVI.	Lei nº 5.202, de 29 de agosto de 2018;
MMMCDXXXVII.	Lei nº 5.206, de 5 de setembro de 2018;
MMMCDXXXVIII.	Lei nº 5.212, de 28 de setembro de 2018;
MMMCDXXXIX.	Lei nº 5.213, de 28 de setembro de 2018;
MMMCDXL.	Lei nº 5.214, de 28 de setembro de 2018;
MMMCDXLI.	Lei nº 5.226, de 31 de outubro de 2018;
MMMCDXLII.	Lei nº 5.227, de 31 de outubro de 2018;
MMMCDXLIII.	Lei nº 5.233, de 14 de novembro de 2018;
MMMCDXLIV.	Lei nº 5.234, de 14 de novembro de 2018;
MMMCDXLV.	Lei nº 5.235, de 14 de novembro de 2018;
MMMCDXLVI.	Lei nº 5.241, de 20 de novembro de 2018;
MMMCDXLVII.	Lei nº 5.245, de 28 de novembro de 2018;
MMMCDXLVIII.	Lei nº 5.247, de 28 de novembro de 2018;
MMMCDXLIX.	Lei nº 5.249, de 28 de novembro de 2018;
MMMCDL.	Lei nº 5.251, de 4 de dezembro de 2018;
MMMCDLI.	Lei nº 5.252, de 5 de dezembro de 2018;
MMMCDLII.	Lei nº 5.255, de 7 de dezembro de 2018;
MMMCDLIII.	Lei nº 5.257, de 7 de dezembro de 2018;
MMMCDLIV.	Lei nº 5.260, de 19 de dezembro de 2018;
MMMCDLV.	Lei nº 5.261, de 19 de dezembro de 2018;
MMMCDLVI.	Lei nº 5.266, de 17 de janeiro de 2019;
MMMCDLVII.	Lei nº 5.272, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCDLVIII.	Lei nº 5.273, de 27 de fevereiro de 2019;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 308
E

MMMCDLIX.	Lei nº 5.274, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCDLX.	Lei nº 5.275, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCDLXI.	Lei nº 5.276, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCDLXII.	Lei nº 5.277, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCDLXIII.	Lei nº 5.282, de 18 de março de 2019;
MMMCDLXIV.	Lei nº 5.283, de 18 de março de 2019;
MMMCDLXV.	Lei nº 5.286, de 20 de março de 2019;
MMMCDLXVI.	Lei nº 5.288, de 20 de março de 2019;
MMMCDLXVII.	Lei nº 5.289, de 20 de março de 2019;
MMMCDLXVIII.	Lei nº 5.292, de 21 de março de 2019;
MMMCDLXIX.	Lei nº 5.297, de 27 de março de 2019;
MMMCDLXX.	Lei nº 5.298, de 2 de abril de 2019;
MMMCDLXXI.	Lei nº 5.300, de 8 de abril de 2019;
MMMCDLXXII.	Lei nº 5.302, de 8 de abril de 2019;
MMMCDLXXIII.	Lei nº 5.305, de 8 de abril de 2019;
MMMCDLXXIV.	Lei nº 5.310, de 8 de abril de 2019;
MMMCDLXXV.	Lei nº 5.311, de 8 de abril de 2019;
MMMCDLXXVI.	Lei nº 5.312, de 8 de abril de 2019;
MMMCDLXXVII.	Lei nº 5.316, de 9 de abril de 2019;
MMMCDLXXVIII.	Lei nº 5.322, de 18 de abril de 2019;
MMMCDLXXIX.	Lei nº 5.327, de 30 de abril de 2019;
MMMCDLXXX.	Lei nº 5.328, de 6 de maio de 2019;
MMMCDLXXXI.	Lei nº 5.334, de 10 de maio de 2019;
MMMCDLXXXII.	Lei nº 5.335, de 10 de maio de 2019;
MMMCDLXXXIII.	Lei nº 5.336, de 10 de maio de 2019;
MMMCDLXXXIV.	Lei nº 5.337, de 10 de maio de 2019;
MMMCDLXXXV.	Lei nº 5.338, de 10 de maio de 2019;
MMMCDLXXXVI.	Lei nº 5.340, de 16 de maio de 2019;
MMMCDLXXXVII.	Lei nº 5.341, de 16 de maio de 2019;
MMMCDLXXXVIII.	Lei nº 5.348, de 30 de maio de 2019;
MMMCDLXXXIX.	Lei nº 5.349, de 30 de maio de 2019;
MMMCDXC.	Lei nº 5.351, de 31 de maio de 2019;
MMMCDXCI.	Lei nº 5.352, de 31 de maio de 2019;
MMMCDXCII.	Lei nº 5.353, de 31 de maio de 2019;
MMMCDXCIII.	Lei nº 5.354, de 31 de maio de 2019;
MMMCDXCIV.	Lei nº 5.355, de 4 de junho de 2019;
MMMCDXCV.	Lei nº 5.362, de 24 de junho de 2019;
MMMCDXCVI.	Lei nº 5.363, de 24 de junho de 2019;
MMMCDXCVII.	Lei nº 5.372, de 15 de julho de 2019;
MMMCDXCVIII.	Lei nº 5.373, de 15 de julho de 2019;
MMMCDXCIX.	Lei nº 5.374, de 15 de julho de 2019;
MMMD.	Lei nº 5.380, de 30 de julho de 2019;
MMMDI.	Lei nº 5.384, de 20 de agosto de 2019;
MMMDII.	Lei nº 5.385, de 20 de agosto de 2019;
MMMDIII.	Lei nº 5.387, de 27 de agosto de 2019;
MMMDIV.	Lei nº 5.388, de 5 de setembro de 2019;
MMMDV.	Lei nº 5.389, de 5 de setembro de 2019;
MMMDVI.	Lei nº 5.390, de 5 de setembro de 2019;
MMMDVII.	Lei nº 5.395, de 17 de setembro de 2019;
MMMDVIII.	Lei nº 5.396, de 19 de setembro de 2019;
MMMDIX.	Lei nº 5.397, de 19 de setembro de 2019;
MMMDX.	Lei nº 5.398, de 19 de setembro de 2019;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 391

MMMDXI.	Lei nº 5.401, de 24 de setembro de 2019;
MMMDXII.	Lei nº 5.402, de 24 de setembro de 2019;
MMMDXIII.	Lei nº 5.403, de 24 de setembro de 2019;
MMMDXIV.	Lei nº 5.410, de 3 de outubro de 2019;
MMMDXV.	Lei nº 5.420, de 16 de outubro de 2019;
MMMDXVI.	Lei nº 5.421, de 16 de outubro de 2019;
MMMDXVII.	Lei nº 5.422, de 16 de outubro de 2019;
MMMDXVIII.	Lei nº 5.423, de 23 de outubro de 2019;
MMMDXIX.	Lei nº 5.425, de 23 de outubro de 2019;
MMMDXX.	Lei nº 5.427, de 31 de outubro de 2019;
MMMDXXI.	Lei nº 5.429, de 31 de outubro de 2019;
MMMDXXII.	Lei nº 5.435, de 19 de novembro de 2019;
MMMDXXIII.	Lei nº 5.437, de 21 de novembro de 2019;
MMMDXXIV.	Lei nº 5.438, de 20 de novembro de 2019;
MMMDXXV.	Lei nº 5.447, de 13 de dezembro de 2019;
MMMDXXVI.	Lei nº 5.452, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDXXVII.	Lei nº 5.453, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDXXVIII.	Lei nº 5.454, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDXXIX.	Lei nº 5.456, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDXXX.	Lei nº 5.457, de 19 de dezembro de 2019;
MMMDXXXI.	Lei nº 5.460, de 26 de dezembro de 2019;
MMMDXXXII.	Lei nº 5.461, de 26 de dezembro de 2019;
MMMDXXXIII.	Lei nº 5.463, de 23 de janeiro de 2020;
MMMDXXXIV.	Lei nº 5.464, de 23 de janeiro de 2020;
MMMDXXXV.	Lei nº 5.468, de 5 de março de 2020;
MMMDXXXVI.	Lei nº 5.469, de 5 de março de 2020;
MMMDXXXVII.	Lei nº 5.470, de 5 de março de 2020;
MMMDXXXVIII.	Lei nº 5.471, de 5 de março de 2020;
MMMDXXXIX.	Lei nº 5.472, de 5 de março de 2020;
MMMDXL.	Lei nº 5.473, de 5 de março de 2020;
MMMDXLI.	Lei nº 5.475, de 12 de março de 2020;
MMMDXLII.	Lei nº 5.476, de 12 de março de 2020;
MMMDXLIII.	Lei nº 5.477, de 19 de março de 2020;
MMMDXLIV.	Lei nº 5.478, de 19 de março de 2020;
MMMDXLV.	Lei nº 5.479, de 19 de março de 2020;
MMMDXLVI.	Lei nº 5.480, de 19 de março de 2020;
MMMDXLVII.	Lei nº 5.481, de 19 de março de 2020;
MMMDXLVIII.	Lei nº 5.482, de 19 de março de 2020;
MMMDXLIX.	Lei nº 5.483, de 19 de março de 2020;
MMMDL.	Lei nº 5.493, de 8 de abril de 2020;
MMMDLI.	Lei nº 5.494, de 8 de abril de 2020;
MMMDLII.	Lei nº 5.495, de 8 de abril de 2020;
MMMDLIII.	Lei nº 5.496, de 8 de abril de 2020;
MMMDLIV.	Lei nº 5.497, de 8 de abril de 2020;
MMMDLV.	Lei nº 5.498, de 8 de abril de 2020;
MMMDLVI.	Lei nº 5.499, de 8 de abril de 2020;
MMMDLVII.	Lei nº 5.500, de 8 de abril de 2020;
MMMDLVIII.	Lei nº 5.501, de 8 de abril de 2020;
MMMDLIX.	Lei nº 5.502, de 8 de abril de 2020;
MMMDLX.	Lei nº 5.503, de 8 de abril de 2020;
MMMDLXI.	Lei nº 5.504, de 8 de abril de 2020;
MMMDLXII.	Lei nº 5.505, de 16 de abril de 2020;

Câm. Mun. de Pato B.
Fls. 310

MMMDLXIII.	Lei nº 5.507, de 27 de abril de 2020;
MMMDLXIV.	Lei nº 5.508, de 29 de abril de 2020;
MMMDLXV.	Lei nº 5.510, de 12 de maio de 2020;
MMMDLXVI.	Lei nº 5.511, de 12 de maio de 2020;
MMMDLXVII.	Lei nº 5.515, de 14 de maio de 2020;
MMMDLXVIII.	Lei nº 5.516, de 14 de maio de 2020;
MMMDLXIX.	Lei nº 5.517, de 14 de maio de 2020;
MMMDLXX.	Lei nº 5.518, de 14 de maio de 2020;
MMMDLXXI.	Lei nº 5.519, de 20 de maio de 2020;
MMMDLXXII.	Lei nº 5.520, de 20 de maio de 2020;
MMMDLXXIII.	Lei nº 5.521, de 20 de maio de 2020;
MMMDLXXIV.	Lei nº 5.522, de 27 de maio de 2020;
MMMDLXXV.	Lei nº 5.523, de 27 de maio de 2020;
MMMDLXXVI.	Lei nº 5.525, de 1º de junho de 2020;
MMMDLXXVII.	Lei nº 5.528, de 3 de junho de 2020;
MMMDLXXVIII.	Lei nº 5.529, de 3 de junho de 2020;
MMMDLXXIX.	Lei nº 5.530, de 17 de junho de 2020;
MMMDLXXX.	Lei nº 5.531, de 17 de junho de 2020;
MMMDLXXXI.	Lei nº 5.532, de 17 de junho de 2020;
MMMDLXXXII.	Lei nº 5.533, de 17 de junho de 2020;
MMMDLXXXIII.	Lei nº 5.534, de 17 de junho de 2020;
MMMDLXXXIV.	Lei nº 5.535, de 17 de junho de 2020;
MMMDLXXXV.	Lei nº 5.537, de 24 de junho de 2020;
MMMDLXXXVI.	Lei nº 5.538, de 24 de junho de 2020;
MMMDLXXXVII.	Lei nº 5.539, de 24 de junho de 2020;
MMMDLXXXVIII.	Lei nº 5.542, de 30 de junho de 2020;
MMMDLXXXIX.	Lei nº 5.543, de 30 de junho de 2020;
MMMDXC.	Lei nº 5.545, de 6 de julho de 2020;
MMMDXCI.	Lei nº 5.546, de 6 de julho de 2020;
MMMDXCII.	Lei nº 5.547, de 6 de julho de 2020;
MMMDXCIII.	Lei nº 5.548, de 6 de julho de 2020;
MMMDXCIV.	Lei nº 5.549, de 8 de julho de 2020;
MMMDXCV.	Lei nº 5.550, de 8 de julho de 2020;
MMMDXCVI.	Lei nº 5.551, de 14 de julho de 2020;
MMMDXCVII.	Lei nº 5.552, de 16 de julho de 2020;
MMMDXCVIII.	Lei nº 5.553, de 16 de julho de 2020;
MMMDXCIX.	Lei nº 5.555, de 23 de julho de 2020;
MMMDC.	Lei nº 5.557, de 31 de julho de 2020;
MMMDCI.	Lei nº 5.559, de 4 de agosto de 2020;
MMMDCII.	Lei nº 5.562, de 13 de agosto de 2020;
MMMDCIII.	Lei nº 5.563, de 13 de agosto de 2020;
MMMDCIV.	Lei nº 5.564, de 13 de agosto de 2020;
MMMDCV.	Lei nº 5.568, de 18 de agosto de 2020;
MMMDCVI.	Lei nº 5.570, de 26 de agosto de 2020;
MMMDCVII.	Lei nº 5.571, de 26 de agosto de 2020;
MMMDCVIII.	Lei nº 5.572, de 1º de setembro de 2020;
MMMDCIX.	Lei nº 5.573, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCX.	Lei nº 5.574, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCXI.	Lei nº 5.575, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCXII.	Lei nº 5.576, de 3 de setembro de 2020;
MMMDCXIII.	Lei nº 5.583, de 14 de setembro de 2020;
MMMDCXIV.	Lei nº 5.584, de 14 de setembro de 2020;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 311

MMMDCXV.	Lei nº 5.594, de 24 de setembro de 2020;
MMMDCXVI.	Lei nº 5.597, de 24 de setembro de 2020;
MMMDCXVII.	Lei nº 5.605, de 1º de outubro de 2020;
MMMDCXVIII.	Lei nº 5.606, de 1º de outubro de 2020;
MMMDCXIX.	Lei nº 5.611, de 19 de outubro de 2020;
MMMDCXX.	Lei nº 5.612, de 21 de outubro de 2020;
MMMDCXXI.	Lei nº 5.622, de 11 de novembro de 2020;
MMMDCXXII.	Lei nº 5.623, de 11 de novembro de 2020;
MMMDCXXIII.	Lei nº 5.625, de 16 de novembro de 2020;
MMMDCXXIV.	Lei nº 5.639, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCXXV.	Lei nº 5.640, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCXXVI.	Lei nº 5.643, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCXXVII.	Lei nº 5.644, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCXXVIII.	Lei nº 5.645, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCXXIX.	Lei nº 5.646, de 2 de dezembro de 2020;
MMMDCXXX.	Lei nº 5.648, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXI.	Lei nº 5.649, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXII.	Lei nº 5.650, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXIII.	Lei nº 5.651, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXIV.	Lei nº 5.652, de 10 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXV.	Lei nº 5.654, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXVI.	Lei nº 5.655, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXVII.	Lei nº 5.656, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXVIII.	Lei nº 5.657, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCXXXIX.	Lei nº 5.658, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCXL.	Lei nº 5.659, de 16 de dezembro de 2020;
MMMDCXLI.	Lei nº 5.679, de 23 de dezembro de 2020;
MMMDCXLII.	Lei nº 5.680, de 23 de dezembro de 2020;
MMMDCXLIII.	Lei nº 5.682, de 28 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da sua publicação oficial.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria dos vereadores Claudemir Zanco - PL, Dirceu Luiz Boaretto - Podemos, Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Januário Koslinski - PSDB, Joecir Bernardi - PSD, Lindomar Rodrigo Brandão - PP, Marcos Junior Marini - Podemos, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV, Rafael Celestrin - PSD, Romulo Faggion - União Brasil e Thania Maria Caminski Gehlen - PP.

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 312

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.895, DE 7 DE ABRIL DE 2022.

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco, implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada:

Lei nº 2, de 30 de janeiro de 1953;
Lei nº 3, de 31 de janeiro de 1953;
Lei nº 4, de 31 de janeiro de 1953;
Lei nº 7, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 8, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 10, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 11, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 15, de 17 de fevereiro de 1953;
Lei nº 17, de 20 de fevereiro de 1953;
Lei nº 18, de 19 de fevereiro de 1953;
Lei nº 19, de 21 de fevereiro de 1953;
Lei nº 20, de 25 de abril de 1953;
Lei nº 22, de 25 de junho de 1953;
Lei nº 23, de 25 de junho de 1953;
Lei nº 25, de 25 de junho de 1953;
Lei nº 26, de 26 de junho de 1953;
Lei nº 28, de 1953;
Lei nº 29, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 30, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 31, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 32, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 33, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 34, de 22 de outubro de 1953;
Lei nº 35, de 23 de outubro de 1953;
Lei nº 36, de 23 de outubro de 1953;
Lei nº 37, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 38, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 39, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 40, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 41, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 42, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 43, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 44, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 45, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 46, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 47, de 26 de outubro de 1953;
Lei nº 48, de 25 de outubro de 1953;
Lei nº 50, de 27 de outubro de 1953;
Lei nº 51, de 27 de outubro de 1953;
Lei nº 52, de 27 de outubro de 1953;
Lei nº 53, de 28 de dezembro de 1953;
Lei nº 54, de 28 de dezembro de 1953;
Lei nº 55, de 28 de dezembro de 1953;
Lei nº 56, de 30 de março de 1954;
Lei nº 57, de 30 de março de 1954;
Lei nº 58, de 30 de março de 1954;
Lei nº 59, de 30 de março de 1954;
Lei nº 60, de 30 de abril de 1954;
Lei nº 61, de 30 de março de 1954;
Lei nº 64, de 18 de outubro de 1954;
Lei nº 65, de 22 de outubro de 1954;
Lei nº 72, de 5 de janeiro de 1955;

Fls. 313

Lei nº 73, de 5 de janeiro de 1955;
Lei nº 74, de 5 de janeiro de 1955;
Lei nº 75, de 1º de fevereiro de 1955;
Lei nº 76, de 4 de fevereiro de 1955;
Lei nº 78, de 17 de fevereiro de 1955;
Lei nº 79, de 3 de junho de 1955;
Lei nº 80, de 3 de junho de 1955;
Lei nº 81, de 3 de junho de 1955;
Lei nº 82, de 24 de junho de 1955;
Lei nº 83, de 24 de junho de 1955;
Lei nº 84, de 14 de julho de 1955;
Lei nº 86, de 14 de julho de 1955;
Lei nº 87, de 10 de outubro de 1955;
Lei nº 88, de 19 de outubro de 1955;
Lei nº 89, de 21 de outubro de 1955;
Lei nº 90, de 30 de novembro de 1955;
Lei nº 91, de 12 de janeiro de 1956;
Lei nº 92, de 12 de janeiro de 1956;
Lei nº 93, de 12 de janeiro de 1956;
Lei nº 94, de 14 de janeiro de 1956;
Lei nº 95, de 26 de março de 1956;
Lei nº 96, de 26 de março de 1956;
Lei nº 97, de 26 de março de 1956;
Lei nº 98, de 26 de março de 1956;
Lei nº 99, de 26 de março de 1956;
Lei nº 100, de 26 de março de 1956;
Lei nº 101, de 26 de março de 1956;
Lei nº 102, de 26 de março de 1956;
Lei nº 103, de 26 de março de 1956;
Lei nº 104, de 26 de março de 1956;
Lei nº 105, de 26 de março de 1956;
Lei nº 106, de 26 de março de 1956;
Lei nº 107, de 26 de março de 1956;
Lei nº 108, de 26 de março de 1956;
Lei nº 109, de 16 de abril de 1956;
Lei nº 110, de 16 de abril de 1956;
Lei nº 112, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 113, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 114, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 115, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 116, de 31 de maio de 1956;
Lei nº 117, de 31 de maio de 1956;
Lei nº 118, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 119, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 120, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 121, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 122, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 122-A, de 28 de dezembro de 1956;
Lei nº 123, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 127, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 128, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 129, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 130, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 131, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 132, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 133, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 134, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 135, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 136, de 28 de dezembro de 1956;
Lei nº 1, de 15 de março de 1957;
Lei nº 2, de 15 de março de 1957;
Lei nº 3, de 15 de março de 1957;
Lei nº 4, de 15 de março de 1957;
Lei nº 5, de 15 de março de 1957;
Lei nº 6, de 15 de março de 1957;
Lei nº 7, de 15 de março de 1957;
Lei nº 8, de 15 de março de 1957;
Lei nº 9, de 15 de março de 1957;
Lei nº 11, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 12, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 13, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 14, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 15, de 17 de julho de 1957;
Lei nº 16, de 17 de junho de 1957;

Fls. 314

Lei nº 17, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 18, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 19, de 17 de julho de 1957;
Lei nº 20, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 21, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 22, de 1957;
Lei nº 23, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 25, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 26, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 27, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 28, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 29, de 26 de setembro de 1957;
Lei nº 30, de 27 de setembro de 1957;
Lei nº 31, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 32, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 33, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 34, de 8 de novembro de 1957;
Lei nº 35, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 36, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 38, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 39, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 40, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 41, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 42, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 43, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 44, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 45, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 46, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 1, de 28 de fevereiro de 1958;
Lei nº 4, de 13 de março de 1958;
Lei nº 5, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 6, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 7, de 21 de maio de 1958;
Lei nº 8, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 9, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 10, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 11, de 20 de junho de 1958;
Lei nº 13, de 20 de junho de 1958;
Lei nº 14, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 15, de 17 de julho de 1958;
Lei nº 16, de 16 de julho de 1958;
Lei nº 17, de 16 de julho de 1958;
Lei nº 18, de 16 de julho de 1958;
Lei nº 19, de 17 de julho de 1958;
Lei nº 20, de 10 de julho de 1958;
Lei nº 21, de 22 de dezembro de 1958;
Lei nº 22, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 23, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 24, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 26, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 27, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 28, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 29, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 30, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 1, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 2, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 3, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 4, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 5, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 6, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 7, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 10, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 15, de 16 de junho de 1959;
Lei nº 16, de 20 de junho de 1959;
Lei nº 17, de 20 de junho de 1959;
Lei nº 18, de 20 de junho de 1959;
Lei nº 19, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 21, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 22, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 23, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 24, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 25, de 7 de julho de 1959;

Câmara Mun. de Paio Pires
Fls. 315

Lei nº 26, de 4 de outubro de 1959;
Lei nº 27, de 4 de outubro de 1959;
Lei nº 29, de 14 de outubro de 1959;
Lei nº 30, de 17 de outubro de 1959;
Lei nº 31, de 17 de outubro de 1959;
Lei nº 36, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 37, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 38, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 39, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 40, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 41, de 10 de outubro de 1959;
Lei nº 42, de 22 de outubro de 1959;
Lei nº 43, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 44, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 45, de 17 de outubro de 1959;
Lei nº 1, de 10 de abril de 1960;
Lei nº 1-A, de 13 de fevereiro de 1960;
Lei nº 3, de 12 de abril de 1960;
Lei nº 4, de 14 de abril de 1960;
Lei nº 4-A, de 23 de maio de 1960;
Lei nº 5, de 4 de abril de 1960;
Lei nº 6, de 10 de abril de 1960;
Lei nº 7, de 10 de abril de 1960;
Lei nº 8, de 29 de março de 1960;
Lei nº 11, de 29 de março de 1960;
Lei nº 12, de 29 de outubro 1960;
Lei nº 13, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 14, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 15, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 16, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 17, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 18, de 14 de abril de 1960;
Lei nº 19, de 29 de outubro 1960;
Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1961;
Lei nº 2, de 11 de março de 1961;
Lei nº 3, de 11 de março de 1961;
Lei nº 4, de 11 de março de 1961;
Lei nº 5, de 11 de março de 1961;
Lei nº 6, de 11 de março de 1961;
Lei nº 7, de 26 de março de 1961;
Lei nº 8, de 26 de março de 1961;
Lei nº 9, de 14 de abril de 1961;
Lei nº 12, de 15 de abril de 1961;
Lei nº 14, de junho de 1961;
Lei nº 15, de junho de 1961;
Lei nº 17, de 30 de junho de 1961;
Lei nº 18, de 30 de junho de 1961;
Lei nº 19, de 29 de setembro de 1961;
Lei nº 20, de 29 de setembro de 1961;
Lei nº 22, de 8 de novembro de 1961;
Lei nº 23, de 8 de novembro de 1961;
Lei nº 24, de 26 de dezembro de 1961;
Lei nº 25, de 26 de dezembro de 1961;
Lei nº 26, de 30 de dezembro de 1961;
Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1961;
Lei nº 2, de 16 de fevereiro de 1962;
Lei nº 3, de 15 de fevereiro de 1962;
Lei nº 4, de 7 de março de 1962;
Lei nº 5, de 23 de maio de 1962;
Lei nº 6, de 23 de maio de 1962;
Lei nº 7, de 23 de maio de 1962;
Lei nº 8, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 9, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 10, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 11, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 12, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 13, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 14, de 5 de outubro de 1962;
Lei nº 15, de 28 de novembro de 1962;
Lei nº 16, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 17, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 18, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 19, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 20, de 21 de dezembro de 1962;

Fls 316

Lei nº 1, de 16 de janeiro de 1963;
Lei nº 2, de 1º de fevereiro de 1963;
Lei nº 3, de 1º de fevereiro de 1963;
Lei nº 4, de 29 de março de 1963;
Lei nº 5, de 30 de março de 1963;
Lei nº 6, de 30 de março de 1963;
Lei nº 7, de 2 de abril de 1963;
Lei nº 8, de 21 de junho de 1963;
Lei nº 9, de 24 de junho de 1963;
Lei nº 10, de 24 de junho de 1963;
Lei nº 11, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 12, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 13, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 14, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 15, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 16, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 17, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 18, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 19, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 20, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 21, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 22, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 23, de 25 de outubro de 1963;
Lei nº 25, de 18 de dezembro de 1963;
Lei nº 26, de 18 de dezembro de 1963;
Lei nº 27, de 18 de dezembro de 1963;
Lei nº 2, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 3, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 4, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 5, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 6, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 7, de 6 de julho de 1964;
Lei nº 8, de 6 de julho de 1964;
Lei nº 10, de 18 de agosto de 1964;
Lei nº 11, de 20 de agosto de 1964;
Lei nº 12, de 18 de dezembro de 1964;
Lei nº 13, de 24 de dezembro de 1964;
Lei nº 13-1, de 30 de dezembro de 1964;
Lei nº 14, de 30 de dezembro de 1964;
Lei nº 15, de 31 de dezembro de 1964;
Lei nº 16, de 31 de dezembro de 1964;
Lei nº 17, de 31 de dezembro de 1964;
Lei nº 18, de 1964;
Lei nº 1, de 3 de março de 1965;
Lei nº 3, de 8 de março de 1965;
Lei nº 4, de 3 de março de 1965;
Lei nº 5, de 8 de março de 1965;
Lei nº 7, de 13 de março de 1965;
Lei nº 8, de 13 de março de 1965;
Lei nº 9, de 13 de março de 1965;
Lei nº 10, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 11, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 12, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 13, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 14, de 9 de abril de 1965;
Lei nº 15, de 9 de abril de 1965;
Lei nº 16, de 14 de maio de 1965;
Lei nº 17, de 7 de julho de 1965;
Lei nº 18, de 28 de junho de 1965;
Lei nº 19, de 28 de junho de 1965;
Lei nº 21, de 6 de julho de 1965;
Lei nº 22, de 28 de junho de 1965;
Lei nº 23, de 7 de junho de 1965;
Lei nº 25, de 2 de agosto de 1965;
Lei nº 26, de 2 de agosto de 1965;
Lei nº 27, de 3 de agosto de 1965;
Lei nº 28, de 3 de agosto de 1965;
Lei nº 29, de 9 de setembro de 1965;
Lei nº 30, de 6 de setembro de 1965;
Lei nº 32, de 20 de setembro de 1965;
Lei nº 33, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 34, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 35, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 36, de 13 de outubro de 1965;

Lei nº 37, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 39, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 40, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 42, de 8 de novembro de 1965;
Lei nº 43, de 9 de novembro de 1965;
Lei nº 44, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 45, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 46, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 47, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 48, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 49, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 50, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 51, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 52, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 53, de 20 de dezembro de 1965;
Lei nº 54, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 1, de 11 de março de 1966;
Lei nº 2, de 14 de março de 1966;
Lei nº 3, de 14 de março de 1966;
Lei nº 4, de 14 de março de 1966;
Lei nº 5, de 14 de março de 1966;
Lei nº 6, de 14 de março de 1966;
Lei nº 7, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 8, de 14 de março de 1966;
Lei nº 9, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 10, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 11, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 12, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 13, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 14, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 15, de 3 de maio de 1966;
Lei nº 16, de 3 de maio de 1966;
Lei nº 17, de 2 de maio de 1966;
Lei nº 19, de 13 de junho de 1966;
Lei nº 20, de 10 de junho de 1966;
Lei nº 21, de 6 de junho de 1966;
Lei nº 22, de 10 de junho de 1966;
Lei nº 23, de 6 de julho de 1966;
Lei nº 25, de 4 de julho de 1966;
Lei nº 26, de 5 de julho de 1966;
Lei nº 27, de 6 de julho de 1966;
Lei nº 28, de 6 de julho de 1966;
Lei nº 29, de 1º de agosto de 1966;
Lei nº 31, de 1º de agosto de 1966;
Lei nº 32, de 2 de agosto de 1966;
Lei nº 34, de 2 de agosto de 1966;
Lei nº 36, de 3 de agosto de 1966;
Lei nº 37, de 2 de setembro de 1966;
Lei nº 38, de 12 de setembro de 1966;
Lei nº 39, de 5 de outubro de 1966;
Lei nº 40, de 5 de outubro de 1966;
Lei nº 41, de 5 de outubro de 1966;
Lei nº 42, de 6 de dezembro de 1966;
Lei nº 43, de 6 de dezembro de 1966;
Lei nº 45, de 15 de dezembro de 1966;
Lei nº 49, de 28 de dezembro de 1966;
Lei nº 1, de 3 de fevereiro de 1967;
Lei nº 3, de 14 de fevereiro de 1967;
Lei nº 5, de 7 de abril de 1967;
Lei nº 6, de 7 de abril de 1967;
Lei nº 7, de 11 de abril de 1967;
Lei nº 8, de 5 de maio de 1967;
Lei nº 9, de 5 de junho de 1967;
Lei nº 10, de 5 de junho de 1967;
Lei nº 11, de 5 de junho de 1967;
Lei nº 16, de 12 de setembro de 1967;
Lei nº 17, de 12 de setembro de 1967;
Lei nº 18, de 12 de setembro de 1967;
Lei nº 19, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 20, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 21, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 22, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 23, de 12 de outubro de 1967;
Lei nº 24, de 7 de novembro de 1967;

Fls. 317

Lei nº 25, de 7 de novembro de 1967;
Lei nº 26, de 7 de novembro de 1967;
Lei nº 27, de 13 de novembro de 1967;
Lei nº 28, de 6 de dezembro de 1967;
Lei nº 29, de 6 de dezembro de 1967;
Lei nº 1, de 15 de janeiro de 1968;
Lei nº 2, de 5 de abril de 1968;
Lei nº 4, de 5 de abril de 1968;
Lei nº 5, de 2 de abril de 1968;
Lei nº 7, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 8, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 9, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 11, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 12, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 13, de 16 de junho de 1968;
Lei nº 14, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 15, de 4 de julho de 1968;
Lei nº 16, de 7 de outubro de 1968;
Lei nº 17, de 7 de outubro de 1968;
Lei nº 18, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 20, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 21, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 22, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 23, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 24, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 26, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 27, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 28, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 30, de 5 de dezembro de 1968;
Lei nº 31, de 5 de dezembro de 1968;
Lei nº 1, de 11 de março de 1969;
Lei nº 2, de 8 de abril de 1969;
Lei nº 3, de 9 de abril de 1969;
Lei nº 4, de 9 de abril de 1969;
Lei nº 5, de 11 de abril de 1969;
Lei nº 6, de 9 de maio de 1969;
Lei nº 7, de 18 de maio de 1969;
Lei nº 8, de 20 de maio de 1969;
Lei nº 9, de 20 de maio de 1969;
Lei nº 14, de 6 de agosto de 1969;
Lei nº 15, de 8 de agosto de 1969;
Lei nº 16, de 10 de setembro de 1969;
Lei nº 17, de 6 de setembro de 1969;
Lei nº 21, de 5 de novembro de 1969;
Lei nº 22, de 5 de novembro de 1969;
Lei nº 24, de 5 de novembro de 1969;
Lei nº 25, de 6 de novembro de 1969;
Lei nº 26, de 7 de novembro de 1969;
Lei nº 27, de 7 de novembro de 1969;
Lei nº 29, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 30, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 31, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 32, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 33, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 34, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 35, de 8 de abril de 1970;
Lei nº 41, de 2 de junho de 1970;
Lei nº 42, de 26 de junho de 1970;
Lei nº 43, de 26 de junho de 1970;
Lei nº 44, de 7 de julho de 1970;
Lei nº 45, de 11 de agosto de 1970;
Lei nº 46, de 7 de outubro de 1970;
Lei nº 48, de 1º de dezembro de 1970;
Lei nº 49, de 1º de dezembro de 1970;
Lei nº 52, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 53, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 54, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 55, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 56, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 60, de 16 de julho de 1971;
Lei nº 61, de 10 de agosto de 1971;
Lei nº 62, de 10 de agosto de 1971;
Lei nº 63, de 18 de agosto de 1971;

Fls. 319

Lei nº 67, de 10 de setembro de 1971;
Lei nº 68, de 10 de setembro de 1971;
Lei nº 69, de 10 de setembro de 1971;
Lei nº 70, de 5 de outubro de 1971;
Lei nº 71, de 6 de outubro de 1971;
Lei nº 72, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 75, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 76, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 77, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 79, de 10 de novembro de 1971;
Lei nº 80, de 15 de dezembro de 1971;
Lei nº 81, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 82, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 83, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 84, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 85, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 86, de 29 de fevereiro de 1972;
Lei nº 92, de 20 de fevereiro de 1972;
Lei nº 94, de 29 de fevereiro de 1972;
Lei nº 97, de 1972;
Lei nº 98, de 19 de abril de 1972;
Lei nº 100, de 10 de maio de 1972;
Lei nº 102, de 27 de junho de 1972;
Lei nº 103, de 6 de julho de 1972;
Lei nº 104, de 27 de julho de 1972;
Lei nº 108, de 28 de agosto de 1972;
Lei nº 109, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 111, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 112, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 115, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 117, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 118, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 120, de 21 de março de 1973;
Lei nº 121, de 6 de abril de 1973;
Lei nº 122, de 6 de abril de 1973;
Lei nº 124, de 6 de abril de 1973;
Lei nº 125, de 10 de maio de 1973;
Lei nº 126, de 10 de maio de 1973;
Lei nº 128, de 13 de julho de 1973;
Lei nº 130, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 132, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 133, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 135, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 136, 6 de setembro de 1973;
Lei nº 137, de 6 de setembro de 1973;
Lei nº 138, de 6 de setembro de 1973;
Lei nº 139, de 6 de setembro de 1973;
Lei nº 143, de 2 de outubro de 1973;
Lei nº 145, de 9 de novembro de 1973;
Lei nº 146, de 28 de novembro de 1973;
Lei nº 147, de 28 de novembro de 1973;
Lei nº 148, de 30 de novembro de 1973;
Lei nº 149, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 150, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 151, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 152, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 153, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 154, de 5 de dezembro de 1973;
Lei nº 156, de 5 de dezembro de 1973;
Lei nº 157, de 8 de abril de 1974;
Lei nº 158, de 8 de abril de 1974;
Lei nº 160, de 9 de maio de 1974;
Lei nº 163, de 22 de agosto de 1974;
Lei nº 164, de 22 de agosto de 1974;
Lei nº 165, de 9 de setembro de 1974;
Lei nº 166, de 9 de setembro de 1974;
Lei nº 167, de 9 de setembro de 1974;
Lei nº 169, de 1º de outubro de 1974;
Lei nº 170, de 1º de outubro de 1974;
Lei nº 171, de 10 de outubro de 1974;
Lei nº 172, de 6 de novembro de 1974;
Lei nº 173, de 6 de novembro de 1974;
Lei nº 174, de 18 de novembro de 1974;
Lei nº 175, de 9 de dezembro de 1974;

Fls. 320

Lei nº 176, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 177, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 178, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 179, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 181, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 182, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 184, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 185, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 188, de 17 de julho de 1975;
Lei nº 189, de 17 de julho de 1975;
Lei nº 190, de 17 de julho de 1975;
Lei nº 191, de 21 de julho de 1975;
Lei nº 195, de 10 de setembro de 1975;
Lei nº 196, de 9 de outubro de 1975;
Lei nº 197, de 9 de outubro de 1975;
Lei nº 200, de 13 de outubro de 1975;
Lei nº 201, de 14 de outubro de 1975;
Lei nº 202, de 6 de novembro de 1975;
Lei nº 203, de 13 de outubro de 1975;
Lei nº 204, de 9 de dezembro de 1975;
Lei nº 206, de 12 de dezembro de 1975;
Lei nº 207, de 12 de dezembro de 1975;
Lei nº 215, de 25 de março de 1976;
Lei nº 216, de 25 de março de 1976;
Lei nº 217, de 12 de abril de 1976;
Lei nº 218, de 22 de junho de 1976;
Lei nº 219, de 22 de junho de 1976;
Lei nº 221, de 22 de junho de 1976;
Lei nº 223, de 2 de julho de 1976;
Lei nº 224, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 225, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 226, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 227, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 228, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 229, de 15 de setembro de 1976;
Lei nº 230, de 15 de setembro de 1976;
Lei nº 231, de 15 de setembro de 1976;
Lei nº 232, de 16 de setembro de 1976;
Lei nº 237, de 18 de outubro de 1976;
Lei nº 239, de 29 de novembro de 1976;
Lei nº 241, de 17 de novembro de 1976;
Lei nº 242, de 30 de novembro de 1976;
Lei nº 243, de 15 de dezembro de 1976;
Lei nº 245, de 16 de dezembro de 1976;
Lei nº 246, de 26 de janeiro de 1977;
Lei nº 248, de 26 de janeiro de 1977;
Lei nº 249, de 11 de março de 1977;
Lei nº 250, de 14 de março de 1977;
Lei nº 253, de 14 de março de 1977;
Lei nº 255, de 13 de abril de 1977;
Lei nº 256, de 14 de abril de 1977;
Lei nº 259, de 9 de maio de 1977;
Lei nº 260, de 9 de maio de 1977;
Lei nº 261, de 9 de maio de 1977;
Lei nº 262, de 13 de junho de 1977;
Lei nº 263, de 13 de junho de 1977;
Lei nº 265, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 266, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 267, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 268, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 271, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 273, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 274, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 275, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 276, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 277, de 10 de agosto de 1977;
Lei nº 281, de 12 de setembro de 1977;
Lei nº 282, de 6 de outubro de 1977;
Lei nº 283, de 6 de outubro de 1977;
Lei nº 284, de 7 de outubro de 1977;
Lei nº 287, de 10 de outubro de 1977;
Lei nº 288, de 7 de outubro de 1977;
Lei nº 289, de 11 de novembro de 1977;
Lei nº 290, de 11 de novembro de 1977;

Lei nº 291, de 11 de novembro de 1977;
Lei nº 292, de 21 de novembro de 1977;
Lei nº 294, de 1º de dezembro de 1977;
Lei nº 298, de 12 de dezembro de 1977;
Lei nº 299, de 9 de janeiro de 1978;
Lei nº 300, de 10 de março de 1978;
Lei nº 301, de 10 de março de 1978;
Lei nº 302, de 13 de março de 1978;
Lei nº 303, de 17 de março de 1978;
Lei nº 304, de 17 de março de 1978;
Lei nº 305, de 21 de março de 1978;
Lei nº 309, de 12 de abril de 1978;
Lei nº 311, de 19 de junho de 1978;
Lei nº 312, de 27 de julho de 1978;
Lei nº 315, de 29 de setembro de 1978;
Lei nº 317, de 29 de setembro de 1978;
Lei nº 319, de 29 de setembro de 1978;
Lei nº 323, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 324, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 325, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 326, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 330, de 13 de dezembro de 1978;
Lei nº 332, de 19 de janeiro de 1979;
Lei nº 333,de 26 de abril de 1979;
Lei nº 335, de 26 de abril de 1979;
Lei nº 342, de 3 de setembro de 1979;
Lei nº 344, de 20 de setembro de 1979;
Lei nº 345, de 27 de setembro de 1979;
Lei nº 346, de 4 de outubro de 1979;
Lei nº 349, de 17 de outubro de 1979;
Lei nº 350, de 17 de outubro de 1979;
Lei nº 351, de 13 de novembro de 1979;
Lei nº 353, de 13 de novembro de 1979;
Lei nº 354, de 13 de novembro de 1979;
Lei nº 355, de 21 de novembro de 1979;
Lei nº 356, de 23 de novembro de 1979;
Lei nº 358, de 30 de novembro de 1979;
Lei nº 360, de 5 de dezembro de 1979;
Lei nº 361, de 6 de dezembro de 1979;
Lei nº 362, de 6 de dezembro de 1979;
Lei nº 363, de 20 de dezembro de 1979;
Lei nº 365, de 2 de maio de 1980;
Lei nº 368, de 14 de maio de 1980;
Lei nº 370, de 21 de maio de 1980;
Lei nº 376, de 12 de agosto de 1980;
Lei nº 380, de 29 de setembro de 1980;
Lei nº 381, de 29 de setembro de 1980;
Lei nº 384, de 7 de outubro de 1980;
Lei nº 385, de 14 de outubro de 1980;
Lei nº 386, de 22 de outubro de 1980;
Lei nº 387, de 22 de outubro de 1980;
Lei nº 389, de 4 de novembro de 1980;
Lei nº 390, de 13 de novembro de 1980;
Lei nº 391, de 25 de novembro de 1980;
Lei nº 392, de 1º de dezembro de 1980;
Lei nº 395, de 17 de dezembro de 1980;
Lei nº 397, de 4 de março de 1981;
Lei nº 398, de 4 de março de 1981;
Lei nº 399, de 4 de março de 1981;
Lei nº 400, de 24 de março de 1981;
Lei nº 403, de 12 de maio de 1981;
Lei nº 404, de 12 de maio de 1981;
Lei nº 405, de 13 de maio de 1981;
Lei nº 406, de 13 de maio de 1981;
Lei nº 407, de 18 de maio de 1981;
Lei nº 408, de 18 de maio de 1981;
Lei nº 409, de 17 de junho de 1981;
Lei nº 410, de 17 de junho de 1981;
Lei nº 412, de 28 de agosto de 1981;
Lei nº 413, de 28 de agosto de 1981;
Lei nº 414, de 3 de setembro de 1981;
Lei nº 416, de 14 de setembro de 1981;
Lei nº 419, de 9 de outubro de 1981;
Lei nº 420, de 20 de outubro de 1981;

Câmara de Paio Pires
Fls: 322

Lei nº 422, de 28 de outubro de 1981;
Lei nº 424, de 16 de novembro de 1981;
Lei nº 425, de 20 de novembro de 1981;
Lei nº 426, de 20 de novembro de 1981;
Lei nº 428, de 30 de novembro de 1981;
Lei nº 429, de 24 de março de 1982;
Lei nº 432, de 1º de abril de 1982;
Lei nº 433, de 6 de abril de 1982;
Lei nº 436, de 28 de abril de 1982;
Lei nº 438, de 17 de maio de 1982;
Lei nº 441, de 2 de junho de 1982;
Lei nº 442, de 1º de julho de 1982;
Lei nº 443, de 1º de julho de 1982;
Lei nº 445, de 1º de julho de 1982;
Lei nº 447, de 5 de julho de 1982;
Lei nº 448, de 5 de julho de 1982;
Lei nº 451, de 6 de setembro de 1982;
Lei nº 452, de 26 de outubro de 1982;
Lei nº 456, de 22 de novembro de 1982;
Lei nº 457, de 29 de novembro de 1982;
Lei nº 458, de 29 de novembro de 1982;
Lei nº 460, de 29 de novembro de 1982;
Lei nº 461, de 2 de dezembro de 1982;
Lei nº 463, de 27 de dezembro de 1982;
Lei nº 465, de 17 de fevereiro de 1983;
Lei nº 466, de 17 de fevereiro de 1983;
Lei nº 467, de 17 de fevereiro de 1983;
Lei nº 468, de 10 de março de 1983;
Lei nº 469, de 15 de abril de 1983;
Lei nº 470, de 22 de abril de 1983;
Lei nº 471, de 28 de abril de 1983;
Lei nº 473, de 10 de maio de 1983;
Lei nº 474, de 12 de maio de 1983;
Lei nº 475, de 13 de maio de 1983;
Lei nº 477, de 23 de maio de 1983;
Lei nº 478, de 30 de maio de 1983;
Lei nº 480, de 1º de junho de 1983;
Lei nº 481, de 1º de junho de 1983;
Lei nº 482, de 3 de junho de 1983;
Lei nº 486, de 21 de junho de 1983;
Lei nº 491, de 24 de junho de 1983;
Lei nº 493, de 30 de junho de 1983;
Lei nº 495, de 30 de junho de 1983;
Lei nº 496, de 12 de julho de 1983;
Lei nº 498, de 29 de agosto de 1983;
Lei nº 499, de 29 de agosto de 1983;
Lei nº 500, de 6 de setembro de 1983;
Lei nº 501, de 6 de setembro de 1983;
Lei nº 502, de 16 de setembro de 1983;
Lei nº 503, de 16 de setembro de 1983;
Lei nº 504, de 16 de setembro de 1983;
Lei nº 505, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 506, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 507, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 508, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 509, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 511, de 24 de outubro de 1983;
Lei nº 512, de 24 de outubro de 1983;
Lei nº 514, de 10 de novembro de 1983;
Lei nº 516, de 18 de novembro de 1983;
Lei nº 517, de 18 de novembro de 1983;
Lei nº 521, de 24 de novembro de 1983;
Lei nº 522, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 524, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 525, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 526, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 527, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 528, de 7 de dezembro de 1983;
Lei nº 531, de 28 de dezembro de 1983;
Lei nº 532, de 28 de dezembro de 1983;
Lei nº 533, de 28 de dezembro de 1983;
Lei nº 534, de 27 de março de 1984;
Lei nº 535, de 27 de março de 1984;
Lei nº 536, de 27 de março de 1984;

Fls. 323

Lei nº 537, de 29 de março de 1984;
Lei nº 538, de 3 de abril de 1984;
Lei nº 539, de 3 de abril de 1984;
Lei nº 540, de 4 de abril de 1984;
Lei nº 541, de 13 de abril de 1984;
Lei nº 544, de 13 de abril de 1984;
Lei nº 545, de 7 de maio de 1984;
Lei nº 546, de 11 de junho de 1984;
Lei nº 547, de 11 de junho de 1984;
Lei nº 548, de 14 de junho de 1984;
Lei nº 549, de 14 de junho de 1984;
Lei nº 550, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 551, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 552, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 553, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 554, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 555, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 557, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 558, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 559, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 561, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 564, de 10 de julho de 1984;
Lei nº 567, de 16 de julho de 1984;
Lei nº 568, de 31 de julho de 1984;
Lei nº 570, de 17 de agosto de 1984;
Lei nº 571, de 17 de agosto de 1984;
Lei nº 574, de 10 de setembro de 1984;
Lei nº 575, de 10 de setembro de 1984;
Lei nº 578, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 579, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 580, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 581, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 582, de 28 de setembro de 1984;
Lei nº 584, de 28 de setembro de 1984;
Lei nº 585, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 586, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 587, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 589, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 590, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 591, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 592, de 19 de novembro de 1984;
Lei nº 593, de 19 de novembro de 1984;
Lei nº 595, de 3 de dezembro de 1984;
Lei nº 597, de 3 de dezembro de 1984;
Lei nº 598, de 21 de dezembro de 1984;
Lei nº 600, de 2 de janeiro de 1985;
Lei nº 601, de 10 de janeiro de 1985;
Lei nº 602, de 23 de abril de 1985;
Lei nº 603, de 23 de abril de 1985;
Lei nº 604, de 23 de abril de 1985;
Lei nº 605, de 6 de maio de 1985;
Lei nº 607, de 15 de maio de 1985;
Lei nº 608, de 15 de maio de 1985;
Lei nº 609, de 21 de maio de 1985;
Lei nº 611, de 5 de junho de 1985;
Lei nº 614, de 13 de agosto de 1985;
Lei nº 615, de 13 de agosto de 1985;
Lei nº 616, de 27 de agosto de 1985;
Lei nº 619, de 13 de setembro de 1985;
Lei nº 620, de 13 de setembro de 1985;
Lei nº 621, de 20 de setembro de 1985;
Lei nº 622, de 4 de outubro de 1985;
Lei nº 624, de 4 de outubro de 1985;
Lei nº 625, de 11 de outubro de 1985;
Lei nº 627, de 29 de outubro de 1985;
Lei nº 628, de 31 de outubro de 1985;
Lei nº 629, de 31 de outubro de 1985;
Lei nº 630, de 31 de outubro de 1985;
Lei nº 633, de 11 de novembro de 1985;
Lei nº 636, de 14 de novembro de 1985;
Lei nº 637, de 14 de novembro de 1985;
Lei nº 643, de 5 de dezembro de 1985;
Lei nº 650, de 17 de março de 1986;
Lei nº 651, de 18 de março de 1986;

Fls: 324

Lei nº 654, de 1º de abril de 1986;
Lei nº 656, de 9 de abril de 1986;
Lei nº 658, de 9 de abril de 1986;
Lei nº 659, de 9 de abril de 1986;
Lei nº 662, de 30 de abril de 1986;
Lei nº 663, de 30 de abril de 1986;
Lei nº 666, de 27 de maio de 1986;
Lei nº 667, de 19 de maio de 1986;
Lei nº 669, de 29 de maio de 1986;
Lei nº 670, de 29 de maio de 1986;
Lei nº 671, de 29 de maio de 1986;
Lei nº 675, de 20 de junho de 1986;
Lei nº 677, de 20 de agosto de 1986;
Lei nº 678, de 27 de agosto de 1986;
Lei nº 680, de 2 de setembro de 1986;
Lei nº 681, de 20 de outubro de 1986;
Lei nº 682, de 20 de outubro de 1986;
Lei nº 683, de 18 de novembro de 1986;
Lei nº 686, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 687, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 688, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 689, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 690, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 691, de 5 de dezembro de 1986;
Lei nº 692, de 11 de dezembro de 1986;
Lei nº 693, de 15 de dezembro de 1986;
Lei nº 694, de 15 de dezembro de 1986;
Lei nº 2, de 6 de abril de 1987;
Lei nº 695, de 26 de janeiro de 1987;
Lei nº 696, de 26 de março de 1987;
Lei nº 697, de 26 de março de 1987;
Lei nº 698, de 31 de março de 1987;
Lei nº 699, de 8 de abril de 1987;
Lei nº 705, de 23 de abril de 1987;
Lei nº 706, de 23 de abril de 1987;
Lei nº 707, de 20 de maio de 1987;
Lei nº 708, de 5 de junho de 1987;
Lei nº 709, de 10 de junho de 1987;
Lei nº 710, de 10 de junho de 1987;
Lei nº 712, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 713, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 714, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 715, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 716, de 1º de julho de 1987;
Lei nº 717, de 1º de julho de 1987;
Lei nº 718, de 1º de julho de 1987;
Lei nº 719, de 14 de julho de 1987;
Lei nº 720, de 27 de julho de 1987;
Lei nº 721, de 12 de agosto de 1987;
Lei nº 722, de 18 de agosto de 1987;
Lei nº 723, de 12 de agosto de 1987;
Lei nº 725, de 27 de agosto de 1987;
Lei nº 726, de 3 de setembro de 1987;
Lei nº 727, de 22 de setembro de 1987;
Lei nº 728, de 7 de outubro de 1987;
Lei nº 729, de 20 de outubro de 1987;
Lei nº 732, de 10 de novembro de 1987;
Lei nº 733, de 10 de novembro de 1987;
Lei nº 734, de 10 de novembro de 1987;
Lei nº 735, de 19 de novembro de 1987;
Lei nº 736, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 737, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 739, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 740, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 742, de 4 de dezembro de 1987;
Lei nº 743, de 2 de dezembro de 1987;
Lei nº 744, de 4 de dezembro de 1987;
Lei nº 745, de 4 de dezembro de 1987;
Lei nº 746, de 7 de dezembro de 1987;
Lei nº 747, de 7 de dezembro de 1987;
Lei nº 748, de 7 de dezembro de 1987;
Lei nº 749, de 9 de dezembro de 1987;
Lei nº 750, de 9 de dezembro de 1987;
Lei nº 751, de 10 de dezembro de 1987;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 325

Lei nº 752, de 10 de dezembro de 1987;
Lei nº 753, de 16 de dezembro de 1987;
Lei nº 754, de 30 de dezembro de 1987;
Lei nº 755, de 30 de dezembro de 1987;
Lei nº 756, de 30 de dezembro de 1987;
Lei nº 758, de 22 de março de 1988;
Lei nº 759, de 22 de março de 1988;
Lei nº 760, de 22 de março de 1988;
Lei nº 761, de 30 de março de 1988;
Lei nº 762, de 30 de março de 1988;
Lei nº 764, de 30 de março de 1988;
Lei nº 765, de 7 de abril de 1988;
Lei nº 766, de 7 de abril de 1988;
Lei nº 767, de 7 de abril de 1988;
Lei nº 768, de 26 de abril de 1988;
Lei nº 770, de 3 de maio de 1988;
Lei nº 771, de 3 de maio de 1988;
Lei nº 772, de 3 de maio de 1988;
Lei nº 773, de 17 de maio de 1988;
Lei nº 775, de 2 de junho de 1988;
Lei nº 776, de 23 de junho de 1988;
Lei nº 778, de 28 de junho de 1988;
Lei nº 779, de 28 de junho de 1988;
Lei nº 780, de 28 de junho de 1988;
Lei nº 781, de 30 de agosto de 1988;
Lei nº 787, de 5 de setembro de 1988;
Lei nº 788, de 21 de setembro de 1988;
Lei nº 789, de 26 de setembro de 1988;
Lei nº 800, de 3 de novembro de 1988;
Lei nº 801, de 3 de novembro de 1988;
Lei nº 805, de 30 de novembro de 1988;
Lei nº 806, de 30 de novembro de 1988;
Lei nº 808, de 6 de dezembro de 1988;
Lei nº 791, de 4 de outubro de 1988;
Lei nº 792, de 4 de outubro de 1988;
Lei nº 793, de 4 de outubro de 1988;
Lei nº 798, de 28 de outubro de 1988;
Lei nº 803, de 28 de novembro de 1988;
Lei nº 809, de 8 de dezembro de 1988;
Lei nº 812, de 28 de dezembro de 1988;
Lei nº 1, de 10 de novembro de 1989;
Lei nº 813, de 11 de janeiro de 1989;
Lei nº 814, de 12 de janeiro de 1989;
Lei nº 815, de 13 de janeiro de 1989;
Lei nº 818, de 8 de março de 1989;
Lei nº 819, de 8 de março de 1989;
Lei nº 820, de 8 de março de 1989;
Lei nº 821, de 8 de março de 1989;
Lei nº 822, de 4 de abril de 1989;
Lei nº 823, de 6 de abril de 1989;
Lei nº 825, de 6 de abril de 1989;
Lei nº 827, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 830, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 831, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 832, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 833, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 834, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 836, de 8 de maio de 1989;
Lei nº 838, de 16 de maio de 1989;
Lei nº 839, de 17 de maio de 1989;
Lei nº 840, de 16 de maio de 1989;
Lei nº 841, de 1º de junho de 1989;
Lei nº 843, de 1 de junho de 1989;
Lei nº 846, de 1º de junho de 1989;
Lei nº 847, de 4 de julho de 1989;
Lei nº 848, de 4 de julho de 1989;
Lei nº 849, de 4 de julho de 1989;
Lei nº 850, de 7 de julho de 1989;
Lei nº 851, de 11 de julho de 1989;
Lei nº 853, de 9 de agosto de 1989;
Lei nº 854, de 10 de agosto de 1989;
Lei nº 855, de 10 de agosto de 1989;
Lei nº 856, de 10 de agosto de 1989;
Lei nº 857, de 23 de agosto de 1989;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 326

Lei nº 858, de 13 de setembro de 1989;
Lei nº 859, de 19 de setembro de 1989;
Lei nº 863, de 27 de setembro de 1989;
Lei nº 866, de 28 de setembro de 1989;
Lei nº 867, de 24 de outubro de 1989;
Lei nº 868, de 26 de outubro de 1989;
Lei nº 873, de 7 de novembro de 1989;
Lei nº 874, de 7 de novembro de 1989;
Lei nº 875, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 876, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 877, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 878, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 881, de 4 de dezembro de 1989;
Lei nº 882, de 7 de dezembro de 1989;
Lei nº 887, de 10 de janeiro de 1990;
Lei nº 888, de 11 de janeiro de 1990;
Lei nº 889, de 25 de janeiro de 1990;
Lei nº 895, de 3 de abril de 1990;
Lei nº 906, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 907, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 908, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 912, de 17 de abril de 1990;
Lei nº 915, de 24 de abril de 1990;
Lei nº 917, de 24 de abril de 1990;
Lei nº 918, de 24 de abril de 1990;
Lei nº 919, de 3 de maio de 1990;
Lei nº 920, de 3 de maio de 1990;
Lei nº 922, de 3 de maio de 1990;
Lei nº 926, de 15 de maio de 1990;
Lei nº 927, de 15 de maio de 1990;
Lei nº 928, de 19 de junho de 1990;
Lei nº 930, de 28 de maio de 1990;
Lei nº 934, de 19 de junho de 1990;
Lei nº 935, de 1º de maio de 1990;
Lei nº 939, de 26 de junho de 1990;
Lei nº 940, de 2 de julho de 1990;
Lei nº 941, de 2 de julho de 1990;
Lei nº 942, de 2 de julho de 1990;
Lei nº 943, de 3 de julho de 1990;
Lei nº 949, de 20 de julho de 1990;
Lei nº 950, de 2 de agosto de 1990;
Lei nº 953, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 954, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 956, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 957, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 958, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 960, de 21 de agosto de 1990;
Lei nº 964, de 30 de agosto de 1990;
Lei nº 965, de 6 de setembro de 1990;
Lei nº 966, de 6 de setembro de 1990;
Lei nº 967, de 10 de setembro de 1990;
Lei nº 968, de 10 de setembro de 1990;
Lei nº 976, de 4 de outubro de 1990;
Lei nº 977, de 10 de outubro de 1990;
Lei nº 979, de 10 de outubro de 1990;
Lei nº 982, de 11 de outubro de 1990;
Lei nº 983, de 11 de outubro de 1990;
Lei nº 984, de 23 de outubro de 1990;
Lei nº 986, de 23 de outubro de 1990;
Lei nº 987, de 23 de outubro de 1990;
Lei nº 989, de 7 de novembro de 1990;
Lei nº 990, de 13 de novembro de 1990;
Lei nº 994, de 21 de novembro de 1990;
Lei nº 995, de 21 de novembro de 1990;
Lei nº 998, de 6 de dezembro de 1990;
Lei nº 999, de 12 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.001, de 17 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.004, de 18 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.005, de 18 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.006, de 24 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.007, de 27 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.011, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 1.015, de 7 de março de 1991;
Lei nº 1.016, de 12 de março de 1991;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls 324

Lei nº 1.017, de 13 de março de 1991;
Lei nº 1.019, de 18 de março de 1991;
Lei nº 1.027, de 11 de abril de 1991;
Lei nº 1.029, de 17 de abril de 1991;
Lei nº 1.030, de 19 de abril de 1991;
Lei nº 1.033, de 30 de abril de 1991;
Lei nº 1.034, de 30 de abril de 1991;
Lei nº 1.038, de 10 de maio de 1991;
Lei nº 1.043, de 12 de junho de 1991;
Lei nº 1.047, de 3 de julho de 1991;
Lei nº 1.049, de 18 de julho de 1991;
Lei nº 1.050, de 18 de julho de 1991;
Lei nº 1.051, de 18 de julho de 1991;
Lei nº 1.053, de 18 de julho de 1991;
Lei nº 1.057, de 22 de agosto de 1991;
Lei nº 1.060, de 18 de setembro de 1991;
Lei nº 1.061, de 23 de setembro de 1991;
Lei nº 1.062, de 27 de setembro de 1991;
Lei nº 1.064, de 8 de outubro de 1991;
Lei nº 1.066, de 8 de outubro de 1991;
Lei nº 1.077, de 19 de novembro de 1991;
Lei nº 1.079, de 26 de novembro de 1991;
Lei nº 1.080, de 26 de novembro de 1991;
Lei nº 1.083, de 4 de dezembro de 1991;
Lei nº 1.085, de 27 de dezembro de 1991;
Lei nº 1.086, de 27 de dezembro de 1991;
Lei nº 1.088, de 4 de fevereiro de 1992;
Lei nº 1.089, de 25 de fevereiro de 1992;
Lei nº 1.090, de 25 de fevereiro de 1992;
Lei nº 1.091, de 9 de março de 1992;
Lei nº 1.093, de 10 de março de 1992;
Lei nº 1.095, de 17 de março de 1992;
Lei nº 1.097, de 26 de março de 1992;
Lei nº 1.101, de 8 de abril de 1992;
Lei nº 1.102, de 22 de abril de 1992;
Lei nº 1.103, de 22 de abril de 1992;
Lei nº 1.105, de 22 de abril de 1992;
Lei nº 1.112, de 19 de maio de 1992;
Lei nº 1.113, de 27 de maio de 1992;
Lei nº 1.117, de 12 de junho de 1992;
Lei nº 1.119, de 16 de junho de 1992;
Lei nº 1.120, de 16 de junho de 1992;
Lei nº 1.121, de 16 de junho de 1992;
Lei nº 1.126, de 14 de julho de 1992;
Lei nº 1.127, de 15 de julho de 1992;
Lei nº 1.128, de 16 de julho de 1992;
Lei nº 1.131, de 16 de julho de 1992;
Lei nº 1.134, de 24 de julho de 1992;
Lei nº 1.135, de 17 de agosto de 1992;
Lei nº 1.136, de 19 de agosto de 1992;
Lei nº 1.138, de 19 de agosto de 1992;
Lei nº 1.139, de 26 de agosto de 1992;
Lei nº 1.140, de 28 de agosto de 1992;
Lei nº 1.142, de 2 de setembro de 1992;
Lei nº 1.147, de 14 de setembro de 1992;
Lei nº 1.150, de 1º de outubro de 1992;
Lei nº 1.151, de 1º de outubro de 1992;
Lei nº 1.152, de 1º de outubro de 1992;
Lei nº 1.154, de 16 de outubro de 1992;
Lei nº 1.155, de 20 de outubro de 1992;
Lei nº 1.156, de 21 de outubro de 1992;
Lei nº 1.157, de 21 de outubro de 1992;
Lei nº 1.159, de 21 de outubro de 1992;
Lei nº 1.161, de 27 de outubro de 1992;
Lei nº 1.162, de 27 de outubro de 1992;
Lei nº 1.165, de 30 de outubro de 1992;
Lei nº 1.166, de 11 de novembro de 1992;
Lei nº 1.168, de 11 de novembro de 1992;
Lei nº 1.171, de 18 de novembro de 1992;
Lei nº 1.172, de 26 de novembro de 1992;
Lei nº 1.173, de 27 de novembro de 1992;
Lei nº 1.175, de 15 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.177, de 17 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.179, de 18 de dezembro de 1992;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 328

Lei nº 1.181, de 18 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.182, de 18 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.183, de 18 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.187, de 24 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.188, de 31 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.189, de 31 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.190, de 8 de janeiro de 1993;
Lei nº 1.192, de 18 de janeiro de 1993;
Lei nº 1.195, de 19 de fevereiro de 1993;
Lei nº 1.196, de 19 de fevereiro de 1993;
Lei nº 1.197, de 19 de fevereiro de 1993;
Lei nº 1.199, de 2 de março de 1993;
Lei nº 1.201, de 15 de março de 1993;
Lei nº 1.202, de 15 de março de 1993;
Lei nº 1.205, de 28 de abril de 1993;
Lei nº 1.211, de 7 de maio de 1993;
Lei nº 1.212, de 7 de maio de 1993;
Lei nº 1.213, de 20 de maio de 1993;
Lei nº 1.215, de 28 de maio de 1993;
Lei nº 1.219, de 3 de junho de 1993;
Lei nº 1.220, de 8 de junho de 1993;
Lei nº 1.223, de 17 de junho de 1993;
Lei nº 1.224, de 18 de junho de 1993;
Lei nº 1.227, de 1º de julho de 1993;
Lei nº 1.228, de 1º de julho de 1993;
Lei nº 1.231, de 5 de julho de 1993;
Lei nº 1.233, de 8 de julho de 1993;
Lei nº 1.235, de 9 de agosto de 1993;
Lei nº 1.236, de 11 de agosto de 1993;
Lei nº 1.237, de 17 de agosto de 1993;
Lei nº 1.238, de 21 de agosto de 1993;
Lei nº 1.239, de 27 de agosto de 1993;
Lei nº 1.240, de 31 de agosto de 1993;
Lei nº 1.241, de 31 de agosto de 1993;
Lei nº 1.242, de 2 de setembro de 1993;
Lei nº 1.243, de 9 de setembro de 1993;
Lei nº 1.244, de 13 de setembro de 1993;
Lei nº 1.246, de 17 de setembro de 1993;
Lei nº 1.247, de 20 de setembro de 1993;
Lei nº 1.249, de 30 de setembro de 1993;
Lei nº 1.251, de 14 de outubro de 1993;
Lei nº 1.254, de 23 de outubro de 1993;
Lei nº 1.255, de 27 de outubro de 1993;
Lei nº 1.257, de 5 de novembro de 1993;
Lei nº 1.258, de 10 de novembro de 1993;
Lei nº 1.259, de 17 de novembro de 1993;
Lei nº 1.264, de 3 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.265, de 26 de novembro de 1993;
Lei nº 1.272, de 16 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.274, de 20 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.280, de 23 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.281, de 23 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.282, de 27 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.283, de 27 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.284, de 28 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.286, de 10 de janeiro de 1994;
Lei nº 1.288, de 18 de março de 1994;
Lei nº 1.289, de 18 de março de 1994;
Lei nº 1.290, de 18 de março de 1994;
Lei nº 1.292, de 29 de março de 1994;
Lei nº 1.298, de 3 de maio de 1994;
Lei nº 1.299, de 5 de maio de 1994;
Lei nº 1.300, de 5 de maio de 1994;
Lei nº 1.301, de 9 de maio de 1994;
Lei nº 1.303, de 10 de maio de 1994;
Lei nº 1.305, de 16 de maio de 1994;
Lei nº 1.306, de 20 de maio de 1994;
Lei nº 1.308, de 17 de junho de 1994;
Lei nº 1.309, de 17 de junho de 1994;
Lei nº 1.310, de 23 de junho de 1994;
Lei nº 1.311, de 24 de junho de 1994;
Lei nº 1.314, de 28 de junho de 1994;
Lei nº 1.317, de 6 de julho de 1994;
Lei nº 1.318, de 8 de julho de 1994;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 329

Lei nº 1.324, de 29 de setembro de 1994;
Lei nº 1.325, de 29 de setembro de 1994;
Lei nº 1.326, de 3 de outubro de 1994;
Lei nº 1.327, de 5 de outubro de 1994;
Lei nº 1.335, de 29 de novembro de 1994;
Lei nº 1.338, de 2 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.341, de 7 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.342, de 15 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.344, de 15 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.346, de 29 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.347, de 29 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.353, de 24 de março de 1995;
Lei nº 1.354, de 29 de março de 1995;
Lei nº 1.355, de 12 de abril de 1995;
Lei nº 1.357, de 24 de abril de 1995;
Lei nº 1.358, de 2 de maio de 1995;
Lei nº 1.361, de 31 de maio de 1995;
Lei nº 1.362, de 5 de junho de 1995;
Lei nº 1.363, de 8 de junho de 1995;
Lei nº 1.364, de 7 de junho de 1995;
Lei nº 1.365, de 14 de junho de 1995;
Lei nº 1.366, de 22 de junho de 1995;
Lei nº 1.367, de 26 de junho de 1995;
Lei nº 1.370, de 11 de julho de 1995;
Lei nº 1.378, de 28 de julho de 1995;
Lei nº 1.379, de 18 de agosto de 1995;
Lei nº 1.380, de 29 de agosto de 1995;
Lei nº 1.382, de 25 de setembro de 1995;
Lei nº 1.387, de 17 de outubro de 1995;
Lei nº 1.392, de 6 de novembro de 1995;
Lei nº 1.393, de 9 de novembro de 1995;
Lei nº 1.398, de 16 de novembro de 1995;
Lei nº 1.401, de 5 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.403, de 5 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.405, de 8 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.406, de 8 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.409, de 12 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.410, de 13 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.411, de 13 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.412, de 13 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.413, de 18 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.414, de 22 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.426, de 1º de março de 1996;
Lei nº 1.427, de 7 de março de 1996;
Lei nº 1.432, de 2 de abril de 1996;
Lei nº 1.433, de 2 de abril de 1996;
Lei nº 1.434, de 15 de abril de 1996;
Lei nº 1.437, de 7 de maio de 1996;
Lei nº 1.440, de 9 de maio de 1996;
Lei nº 1.441, de 9 de maio de 1996;
Lei nº 1.443, de 29 de maio de 1996;
Lei nº 1.446, de 3 de junho de 1996;
Lei nº 1.448, de 12 de junho de 1996;
Lei nº 1.452, de 18 de junho de 1996;
Lei nº 1.455, de 21 de junho de 1996;
Lei nº 1.463, de 28 de junho de 1996;
Lei nº 1.464, de 28 de junho de 1996;
Lei nº 1.465, de 3 de julho de 1996;
Lei nº 1.468, de 5 de julho de 1996;
Lei nº 1.469, de 8 de julho de 1996;
Lei nº 1.475, de 15 de julho de 1996;
Lei nº 1.476, de 16 de julho de 1996;
Lei nº 1.478, de 18 de julho de 1996;
Lei nº 1.480, de 12 de agosto de 1996;
Lei nº 1.481, de 14 de agosto de 1996;
Lei nº 1.483, de 23 de agosto de 1996;
Lei nº 1.485, de 26 de agosto de 1996;
Lei nº 1.489, de 4 de setembro de 1996;
Lei nº 1.497, de 27 de setembro de 1996;
Lei nº 1.498, de 30 de setembro de 1996;
Lei nº 1.500, de 2 de outubro de 1996;
Lei nº 1.501, de 21 de outubro de 1996;
Lei nº 1.502, de 9 de outubro de 1996;
Lei nº 1.503, de 16 de outubro de 1996;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 330

Lei nº 1.506, de 22 de outubro de 1996;
Lei nº 1.508, de 29 de outubro de 1996;
Lei nº 1.509, de 4 de novembro de 1996;
Lei nº 1.516, de 28 de novembro de 1996;
Lei nº 1.517, de 28 de novembro de 1996;
Lei nº 1.525, de 6 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.527, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.528, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.530, de 17 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.532, de 18 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.536, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.537, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.538, de 23 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.547, de 30 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.550, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.557, de 20 de janeiro de 1997;
Lei nº 1.558, de 4 de fevereiro de 1997;
Lei nº 1.559, de 4 de fevereiro de 1997;
Lei nº 1.561, de 4 de março de 1997;
Lei nº 1.565, de 14 de março de 1997;
Lei nº 1.567, de 24 de março de 1997;
Lei nº 1.569, de 26 de março de 1997;
Lei nº 1.570, de 31 de março de 1997;
Lei nº 1.573, de 1º de abril de 1997;
Lei nº 1.579, de 11 de abril de 1997;
Lei nº 1.580, de 15 de abril de 1997;
Lei nº 1.589, de 14 de maio de 1997;
Lei nº 1.591, de 16 de maio de 1997;
Lei nº 1.593, de 20 de maio de 1997;
Lei nº 1.598, de 28 de maio de 1997;
Lei nº 1.599, de 28 de maio de 1997;
Lei nº 1.600, de 28 de maio de 1997;
Lei nº 1.602, de 16 de junho de 1997;
Lei nº 1.604, de 19 de junho de 1997;
Lei nº 1.605, de 19 de junho de 1997;
Lei nº 1.607, de 19 de junho de 1997;
Lei nº 1.611, de 20 de junho de 1997;
Lei nº 1.612, de 20 de junho de 1997;
Lei nº 1.614, de 24 de junho de 1997;
Lei nº 1.615, de 24 de junho de 1997;
Lei nº 1.616, de 25 de junho de 1997;
Lei nº 1.621, de 4 de julho de 1997;
Lei nº 1.627, de 14 de julho de 1997;
Lei nº 1.631, de 15 de julho de 1997;
Lei nº 1.634, de 25 de julho de 1997;
Lei nº 1.635, de 25 de julho de 1997;
Lei nº 1.638, de 19 de agosto de 1997;
Lei nº 1.639, de 25 de agosto de 1997;
Lei nº 1.640, de 28 de agosto de 1997;
Lei nº 1.641, de 28 de agosto de 1997;
Lei nº 1.643, de 4 de setembro de 1997;
Lei nº 1.648, de 15 de setembro de 1997;
Lei nº 1.653, de 19 de setembro de 1997;
Lei nº 1.656, de 30 de setembro de 1997;
Lei nº 1.664, de 9 de outubro de 1997;
Lei nº 1.669, de 27 de outubro de 1997;
Lei nº 1.670, de 27 de outubro de 1997;
Lei nº 1.671, de 29 de outubro de 1997;
Lei nº 1.672, de 30 de outubro de 1997;
Lei nº 1.673, de 30 de outubro de 1997;
Lei nº 1.674, de 5 de novembro de 1997;
Lei nº 1.679, de 26 de novembro de 1997;
Lei nº 1.684, de 9 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.685, de 9 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.686, de 9 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.688, de 11 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.689, de 15 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.692, de 17 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.693, de 18 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.695, de 19 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.697, de 23 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.699, de 23 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.700, de 9 de janeiro de 1998;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 331

Lei nº 1.702, de 19 de fevereiro de 1998;
Lei nº 1.704, de 3 de março de 1998;
Lei nº 1.705, de 9 de março de 1998;
Lei nº 1.707, de 30 de março de 1998;
Lei nº 1.708, de 1º de abril de 1998;
Lei nº 1.710, de 23 de abril de 1998;
Lei nº 1.713, de 6 de maio de 1998;
Lei nº 1.714, de 6 de maio de 1998;
Lei nº 1.715, de 6 de maio de 1998;
Lei nº 1.716, de 12 de maio de 1998;
Lei nº 1.719, de 25 de maio de 1998;
Lei nº 1.720, de 27 de maio de 1998;
Lei nº 1.721, de 27 de maio de 1998;
Lei nº 1.722, de 27 de maio de 1998;
Lei nº 1.723, de 1º de junho de 1998;
Lei nº 1.724, de 8 de junho de 1998;
Lei nº 1.725, de 8 de junho de 1998;
Lei nº 1.726, de 10 de junho de 1998;
Lei nº 1.729, de 15 de junho de 1998;
Lei nº 1.730, de 17 de junho de 1998;
Lei nº 1.731, de 22 de junho de 1998;
Lei nº 1.732, de 22 de junho de 1998;
Lei nº 1.734, de 1º de julho de 1998;
Lei nº 1.735, de 1º de julho de 1998;
Lei nº 1.736, de 1º de julho de 1998;
Lei nº 1.737, de 1º de julho de 1998;
Lei nº 1.739, de 6 de julho de 1998;
Lei nº 1.741, de 6 de julho de 1998;
Lei nº 1.745, de 14 de julho de 1998;
Lei nº 1.747, de 21 de julho de 1998;
Lei nº 1.750, de 27 de agosto de 1998;
Lei nº 1.752, de 31 de agosto de 1998;
Lei nº 1.753, de 31 de agosto de 1998;
Lei nº 1.755, de 4 de setembro de 1998;
Lei nº 1.756, de 8 de outubro de 1998;
Lei nº 1.758, de 10 de setembro de 1998;
Lei nº 1.759, de 14 de setembro de 1998;
Lei nº 1.760, de 14 de setembro de 1998;
Lei nº 1.761, de 17 de setembro de 1998;
Lei nº 1.763, de 18 de setembro de 1998;
Lei nº 1.764, de 21 de setembro de 1998;
Lei nº 1.766, de 2 de outubro de 1998;
Lei nº 1.768, de 19 de outubro de 1998;
Lei nº 1.769, de 20 de outubro de 1998;
Lei nº 1.770, de 21 de outubro de 1998;
Lei nº 1.771, de 21 de outubro de 1998;
Lei nº 1.772, de 3 de novembro de 1998;
Lei nº 1.773, de 11 de novembro de 1998;
Lei nº 1.776, de 20 de novembro de 1998;
Lei nº 1.779, de 25 de novembro de 1998;
Lei nº 1.790, de 10 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.792, de 11 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.793, de 15 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.795, de 23 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.796, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.797, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.798, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.799, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.803, de 11 de fevereiro de 1999;
Lei nº 1.806, de 11 de março de 1999;
Lei nº 1.807, de 12 de março de 1999;
Lei nº 1.808, de 15 de março de 1999;
Lei nº 1.809, de 15 de março de 1999;
Lei nº 1.811, de 22 de março de 1999;
Lei nº 1.813, de 30 de março de 1999;
Lei nº 1.814, de 30 de março de 1999;
Lei nº 1.815, de 22 de abril de 1999;
Lei nº 1.816, de 22 de abril de 1999;
Lei nº 1.818, de 22 de abril de 1999;
Lei nº 1.819, de 23 de abril de 1999;
Lei nº 1.820, de 28 de abril de 1999;
Lei nº 1.822, de 29 de abril de 1999;
Lei nº 1.823, de 2 de maio de 1999;
Lei nº 1.825, de 12 de maio de 1999;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls 332

Lei nº 1.827, de 26 de maio de 1999;
Lei nº 1.830, de 1º de junho de 1999;
Lei nº 1.831, de 1º de junho de 1999;
Lei nº 1.834, de 22 de junho de 1999;
Lei nº 1.835, de 24 de junho de 1999;
Lei nº 1.839, de 1º de julho de 1999;
Lei nº 1.841, de 5 de julho de 1999;
Lei nº 1.842, de 5 de julho de 1999;
Lei nº 1.844, de 5 de julho de 1999;
Lei nº 1.847, de 14 de julho de 1999;
Lei nº 1.848, de 14 de julho de 1999;
Lei nº 1.849, de 19 de agosto de 1999;
Lei nº 1.853, de 30 de agosto de 1999;
Lei nº 1.854, de 30 de agosto de 1999;
Lei nº 1.858, de 10 de setembro de 1999;
Lei nº 1.860, de 13 de setembro de 1999;
Lei nº 1.861, de 15 de setembro de 1999;
Lei nº 1.863, de 20 de setembro de 1999;
Lei nº 1.874, de 3 de novembro de 1999;
Lei nº 1.875, de 3 de novembro de 1999;
Lei nº 1.876, de 9 de novembro de 1999;
Lei nº 1.877, de 10 de novembro de 1999;
Lei nº 1.888, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.890, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.891, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.892, de 21 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.893, de 21 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.895, de 24 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.896, de 27 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.897, de 28 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.900, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.901, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.902, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.903, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.907, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.908, de 25 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.909, de 3 de março de 2000;
Lei nº 1.911, de 14 de março de 2000;
Lei nº 1.913, de 24 de março de 2000;
Lei nº 1.914, de 27 de março de 2000;
Lei nº 1.915, de 29 de março de 2000;
Lei nº 1.922, de 19 de abril de 2000;
Lei nº 1.923, de 24 de abril de 2000;
Lei nº 1.924, de 25 de abril de 2000;
Lei nº 1.925, de 25 de abril de 2000;
Lei nº 1.926, de 2 de maio de 2000;
Lei nº 1.927, de 9 de maio de 2000;
Lei nº 1.928, de 17 de maio de 2000;
Lei nº 1.930, de 24 de maio de 2000;
Lei nº 1.932, de 30 de maio de 2000;
Lei nº 1.935, de 6 de junho de 2000;
Lei nº 1.938, de 26 de junho de 2000;
Lei nº 1.942, de 3 de julho de 2000;
Lei nº 1.943, de 4 de julho de 2000;
Lei nº 1.944, de 4 de julho de 2000;
Lei nº 1.949, de 17 de julho de 2000;
Lei nº 1.951, de 7 de agosto de 2000;
Lei nº 1.958, de 25 de agosto de 2000;
Lei nº 1.962, de 4 de setembro de 2000;
Lei nº 1.963, de 4 de setembro de 2000;
Lei nº 1.967, de 18 de setembro de 2000;
Lei nº 1.968, de 19 de setembro de 2000;
Lei nº 1.971, de 21 de setembro de 2000;
Lei nº 1.973, de 26 de setembro de 2000;
Lei nº 1.978, de 31 de outubro de 2000;
Lei nº 1.979, de 31 de outubro de 2000;
Lei nº 1.980, de 1º de novembro de 2000;
Lei nº 1.981, de 1º de novembro de 2000;
Lei nº 1.984, de 24 de novembro de 2000;
Lei nº 1.988, de 11 de dezembro de 2000;
Lei nº 1.989, de 11 de dezembro de 2000;
Lei nº 1.992, de 19 de dezembro de 2000;
Lei nº 1.995, de 19 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.001, de 20 de dezembro de 2000;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 333

Lei nº 2.002, de 20 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.003, de 20 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.005, de 21 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.006, de 22 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.013, de 2 de março de 2001;
Lei nº 2.014, de 8 de março de 2001;
Lei nº 2.016, de 28 de março de 2001;
Lei nº 2.017, de 28 de março de 2001;
Lei nº 2.018, de 29 de março de 2001;
Lei nº 2.019, de 29 de março de 2001;
Lei nº 2.022, de 16 de abril de 2001;
Lei nº 2.027, de 26 de abril de 2001;
Lei nº 2.029, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.030, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.031, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.032, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.033, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.034, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.035, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.036, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.037, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.038, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.040, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.043, de 18 de maio de 2001;
Lei nº 2.044, de 1º de junho de 2001;
Lei nº 2.045, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.046, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.047, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.048, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.050, de 8 de junho de 2001;
Lei nº 2.051, de 13 de junho de 2001;
Lei nº 2.052, de 13 de junho de 2001;
Lei nº 2.053, de 13 de junho de 2001;
Lei nº 2.054, de 19 de junho de 2001;
Lei nº 2.056, de 2 de julho de 2001;
Lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001;
Lei nº 2.058, de 5 de julho de 2001;
Lei nº 2.060, de 11 de julho de 2001;
Lei nº 2.061, de 16 de julho de 2001;
Lei nº 2.062, de 14 de agosto de 2001;
Lei nº 2.063, de 22 de agosto de 2001;
Lei nº 2.064, de 28 de agosto de 2001;
Lei nº 2.066, de 11 de setembro de 2001;
Lei nº 2.067, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.068, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.069, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.070, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.071, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.072, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.073, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.074, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.075, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.076, de 19 de setembro de 2001;
Lei nº 2.080, de 8 de outubro de 2001;
Lei nº 2.081, de 9 de outubro de 2001;
Lei nº 2.082, de 9 de outubro de 2001;
Lei nº 2.083, de 9 de outubro de 2001;
Lei nº 2.085, de 11 de outubro de 2001;
Lei nº 2.089, de 19 de outubro de 2001;
Lei nº 2.092, de 7 de novembro de 2001;
Lei nº 2.095, de 13 de novembro de 2001;
Lei nº 2.097, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.098, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.099, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.100, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.101, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.102, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.103, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.104, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.109, de 17 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.110, de 17 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.112, de 26 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.117, de 27 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.122, de 28 de dezembro de 2001;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 334

Lei nº 2.128, de 23 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.129, de 28 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.130, de 31 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.131, de 31 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.132, de 31 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.136, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.137, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.138, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.139, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.140, de 18 de março de 2002;
Lei nº 2.141, de 18 de março de 2002;
Lei nº 2.142, de 20 de março de 2002;
Lei nº 2.144, de 2 de abril de 2002;
Lei nº 2.147, de 16 de abril de 2002;
Lei nº 2.148, de 16 de abril de 2002;
Lei nº 2.149, de 16 de abril de 2002;
Lei nº 2.151, de 26 de abril de 2002;
Lei nº 2.152, de 29 de abril de 2002;
Lei nº 2.153, de 6 de maio de 2002;
Lei nº 2.154, de 13 de maio de 2002;
Lei nº 2.155, de 21 de maio de 2002;
Lei nº 2.156, de 24 de maio de 2002;
Lei nº 2.157, de 3 de junho de 2002;
Lei nº 2.159, de 10 de junho de 2002;
Lei nº 2.160, de 26 de junho de 2002;
Lei nº 2.161, de 26 de junho de 2002;
Lei nº 2.162, de 26 de junho de 2002;
Lei nº 2.164, de 1º de julho de 2002;
Lei nº 2.165, de 1º de julho de 2002;
Lei nº 2.166, de 2 de julho de 2002;
Lei nº 2.167, de 3 de julho de 2002;
Lei nº 2.168, de 3 de julho de 2002;
Lei nº 2.169, de 8 de julho de 2002;
Lei nº 2.170, de 8 de julho de 2002;
Lei nº 2.171, de 10 de julho de 2002;
Lei nº 2.174, de 20 de agosto de 2002;
Lei nº 2.175, de 22 de agosto de 2002;
Lei nº 2.176, de 22 de agosto de 2002;
Lei nº 2.177, de 22 de agosto de 2002;
Lei nº 2.179, de 22 de agosto de 2002;
Lei nº 2.180, de 26 de agosto de 2002;
Lei nº 2.181, de 28 de agosto de 2002;
Lei nº 2.182, de 30 de agosto de 2002;
Lei nº 2.183, de 9 de setembro de 2002;
Lei nº 2.185, de 7 de outubro de 2002;
Lei nº 2.188, de 15 de outubro de 2002;
Lei nº 2.190, de 25 de outubro de 2002;
Lei nº 2.191, de 5 de novembro de 2002;
Lei nº 2.195, de 12 de novembro de 2002;
Lei nº 2.196, de 12 de novembro de 2002;
Lei nº 2.197, de 12 de novembro de 2002;
Lei nº 2.198, de 12 de novembro de 2002;
Lei nº 2.202, de 25 de novembro de 2002;
Lei nº 2.204, de 26 de novembro de 2002;
Lei nº 2.205, de 3 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.207, de 4 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.208, de 4 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.211, de 18 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.214, de 20 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.217, de 23 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.220, de 17 de fevereiro de 2003;
Lei nº 2.221, de 26 de fevereiro de 2003;
Lei nº 2.224, de 24 de março de 2003;
Lei nº 2.225, de 24 de março de 2003;
Lei nº 2.230, de 26 de março de 2003;
Lei nº 2.231, de 31 de março de 2003;
Lei nº 2.233, de 4 de abril de 2003;
Lei nº 2.234, de 8 de abril de 2003;
Lei nº 2.237, de 11 de abril de 2003;
Lei nº 2.240, de 24 de abril de 2003;
Lei nº 2.241, de 28 de abril de 2003
Lei nº 2.242, de 28 de abril de 2003
Lei nº 2.243, de 28 de abril de 2003
Lei nº 2.244, de 28 de abril de 2003

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 335

Lei nº 2.245, de 30 de abril de 2003
Lei nº 2.246, de 30 de abril de 2003
Lei nº 2.247, de 2 de maio de 2003
Lei nº 2.248, de 7 de maio de 2003;
Lei nº 2.250, de 15 de maio de 2003;
Lei nº 2.253, de 26 de maio de 2003;
Lei nº 2.257, de 10 de junho de 2003;
Lei nº 2.260, de 17 de junho de 2003;
Lei nº 2.264, de 30 de junho de 2003;
Lei nº 2.266, de 3 de julho de 2003;
Lei nº 2.267, de 3 de julho de 2003;
Lei nº 2.268, de 3 de julho de 2003;
Lei nº 2.274, de 18 de julho de 2003;
Lei nº 2.277, de 16 de setembro de 2003;
Lei nº 2.279, de 25 setembro de 2003;
Lei nº 2.280, de 25 setembro de 2003;
Lei nº 2.288, de 22 de outubro de 2003;
Lei nº 2.294, de 18 de novembro de 2003;
Lei nº 2.298, de 1º de dezembro de 2003;
Lei nº 2.299, de 1º de dezembro de 2003;
Lei nº 2.303, de 16 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.305, de 18 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.306, de 22 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.307, de 22 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.310, de 29 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.311, de 29 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.312, de 29 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.313, de 31 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.314, de 31 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.315, de 23 de janeiro de 2004;
Lei nº 2.317, de 25 de fevereiro de 2004;
Lei nº 2.318, de 27 de fevereiro de 2004;
Lei nº 2.319, de 27 de fevereiro de 2004;
Lei nº 2.321, de 10 de março de 2004;
Lei nº 2.322, de 19 de março de 2004;
Lei nº 2.323, de 31 de março de 2004;
Lei nº 2.324, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.325, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.326, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.327, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.334, de 10 de maio de 2004;
Lei nº 2.336, de 12 de maio de 2004;
Lei nº 2.342, de 7 de junho de 2004;
Lei nº 2.346, de 15 de junho de 2004;
Lei nº 2.350, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.351, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.352, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.353, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.354, de 23 de junho de 2004;
Lei nº 2.358, de 5 de julho de 2004;
Lei nº 2.359, de 5 de julho de 2004;
Lei nº 2.365, de 14 de julho de 2004;
Lei nº 2.370, de 16 de agosto de 2004;
Lei nº 2.371, de 26 de agosto de 2004;
Lei nº 2.372, de 26 de agosto de 2004;
Lei nº 2.373, de 6 de setembro de 2004;
Lei nº 2.385, de 5 de novembro de 2004;
Lei nº 2.388, de 10 de novembro de 2004;
Lei nº 2.391, de 16 de novembro de 2004;
Lei nº 2.392, de 16 de novembro de 2004;
Lei nº 2.393, de 16 de novembro de 2004;
Lei nº 2.399, de 13 de dezembro de 2004;
Lei nº 2.418, de 21 de janeiro de 2005;
Lei nº 2.419, de 21 de janeiro de 2005;
Lei nº 2.420, de 26 de janeiro de 2005;
Lei nº 2.421, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.422, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.423, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.424, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.425, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.426, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.427, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.429, de 22 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.430, de 7 de março de 2005;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 336

Lei nº 2.434, de 11 de março de 2005;
Lei nº 2.435, de 11 de março de 2005;
Lei nº 2.436, de 11 de março de 2005;
Lei nº 2.438, de 29 de março de 2005;
Lei nº 2.443, de 5 de abril de 2005;
Lei nº 2.446, de 25 de abril de 2005;
Lei nº 2.447, de 25 de abril de 2005;
Lei nº 2.452, de 11 de maio de 2005;
Lei nº 2.454, de 11 de maio de 2005;
Lei nº 2.455, de 17 de maio de 2005;
Lei nº 2.456, de 17 de maio de 2005;
Lei nº 2.458, de 25 de maio de 2005;
Lei nº 2.460, de 7 de junho de 2005;
Lei nº 2.468, de 28 de junho de 2005;
Lei nº 2.469, de 28 de junho de 2005;
Lei nº 2.470, de 28 de junho de 2005;
Lei nº 2.474, de 14 de julho de 2005;
Lei nº 2.475, de 14 de julho de 2005;
Lei nº 2.478, de 15 de julho de 2005;
Lei nº 2.479, de 19 de julho de 2005;
Lei nº 2.480, de 19 de julho de 2005;
Lei nº 2.483, de 29 de julho de 2005;
Lei nº 2.484, de 29 de julho de 2005;
Lei nº 2.485, de 29 de julho de 2005;
Lei nº 2.487, de 9 de agosto de 2005;
Lei nº 2.492, de 16 de agosto de 2005;
Lei nº 2.493, de 16 de agosto de 2005;
Lei nº 2.494, de 16 de agosto de 2005;
Lei nº 2.496, de 19 de agosto de 2005;
Lei nº 2.497, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.498, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.499, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.500, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.506, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.507, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.508, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.509, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.510, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.511, de 19 de setembro de 2005;
Lei nº 2.515, de 20 de setembro de 2005;
Lei nº 2.516, de 20 de setembro de 2005;
Lei nº 2.519, de 20 de setembro de 2005;
Lei nº 2.520, de 23 de setembro de 2005;
Lei nº 2.522, de 23 de setembro de 2005;
Lei nº 2.529, de 4 de outubro de 2005;
Lei nº 2.530, de 4 de outubro de 2005;
Lei nº 2.532, de 5 de outubro de 2005;
Lei nº 2.540, de 21 de outubro de 2005;
Lei nº 2.541, de 25 de outubro de 2005;
Lei nº 2.542, de 28 de outubro de 2005;
Lei nº 2.544, de 28 de outubro de 2005;
Lei nº 2.549, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.550, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.551, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.552, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.553, de 18 de novembro de 2005;
Lei nº 2.554, de 18 de novembro de 2005;
Lei nº 2.555, de 18 de novembro de 2005;
Lei nº 2.557, de 28 de novembro de 2005;
Lei nº 2.558, de 30 de novembro de 2005;
Lei nº 2.564, de 19 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.566, de 19 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.567, de 19 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.570, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.571, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.572, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.573, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.574, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.575, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.577, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.579, de 18 de janeiro de 2006;
Lei nº 2.580, de 25 de janeiro de 2006;
Lei nº 2.581, de 25 de janeiro de 2006;
Lei nº 2.582, de 30 de janeiro de 2006;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 334

Lei nº 2.583, de 7 de fevereiro de 2006;
Lei nº 2.587, de 10 de março de 2006;
Lei nº 2.588, de 10 de março de 2006;
Lei nº 2.589, de 10 de março de 2006;
Lei nº 2.590, de 15 de março de 2006;
Lei nº 2.593, de 20 de março de 2006;
Lei nº 2.594, de 20 de março de 2006;
Lei nº 2.595, de 20 de março de 2006;
Lei nº 2.598, de 28 de março de 2006;
Lei nº 2.600, de 30 de março de 2006;
Lei nº 2.602, de 31 de março de 2006;
Lei nº 2.603, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.604, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.605, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.606, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.609, de 17 de abril de 2006;
Lei nº 2.610, de 17 de abril de 2006;
Lei nº 2.612, de 17 de abril de 2006;
Lei nº 2.616, de 26 de abril de 2006;
Lei nº 2.618, de 4 de maio de 2006;
Lei nº 2.619, de 4 de maio de 2006;
Lei nº 2.622, de 12 de maio de 2006;
Lei nº 2.623, de 24 de maio de 2006;
Lei nº 2.625, de 1º de junho de 2006;
Lei nº 2.628, de 2 de junho de 2006;
Lei nº 2.634, de 20 de junho de 2006;
Lei nº 2.635, de 20 de junho de 2006;
Lei nº 2.637, de 20 de junho de 2006;
Lei nº 2.638, de 21 de junho de 2006;
Lei nº 2.639, de 26 de junho de 2006;
Lei nº 2.640, de 26 de junho de 2006;
Lei nº 2.641, de 28 de junho de 2006;
Lei nº 2.644, de 4 de julho de 2006;
Lei nº 2.645, de 4 de julho de 2006;
Lei nº 2.649, de 11 de julho de 2006;
Lei nº 2.653, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.654, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.655, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.656, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.657, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.659, de 15 de agosto de 2006;
Lei nº 2.662, de 22 de agosto de 2006;
Lei nº 2.663, de 22 de agosto de 2006;
Lei nº 2.664, de 23 de agosto de 2006;
Lei nº 2.665, de 23 de agosto de 2006;
Lei nº 2.666, de 25 de agosto de 2006;
Lei nº 2.667, de 25 de agosto de 2006;
Lei nº 2.668, de 29 de agosto de 2006;
Lei nº 2.669, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.670, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.671, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.672, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.673, de 1º de setembro de 2006;
Lei nº 2.674, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.675, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.676, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.677, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.678, de 13 de setembro de 2006;
Lei nº 2.680, de 20 de setembro de 2006;
Lei nº 2.681, de 25 de setembro de 2006;
Lei nº 2.682, de 25 de setembro de 2006;
Lei nº 2.683, de 29 de setembro de 2006;
Lei nº 2.684, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.685, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.686, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.687, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.688, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.689, de 18 de outubro de 2006;
Lei nº 2.690, de 18 de outubro de 2006;
Lei nº 2.692, de 20 de outubro de 2006;
Lei nº 2.694, de 27 de outubro de 2006;
Lei nº 2.695, de 27 de outubro de 2006;
Lei nº 2.697, de 7 de novembro de 2006;
Lei nº 2.700, de 21 de novembro de 2006;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 338

Lei nº 2.702, de 21 de novembro de 2006;
Lei nº 2.704, de 27 de novembro de 2006;
Lei nº 2.705, de 27 de novembro de 2006;
Lei nº 2.710, de 11 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.711, de 15 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.712, de 15 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.713, de 15 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.714, de 21 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.718, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.719, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.720, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.721, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.722, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.723, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.725, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.726, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.727, de 28 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.729, de 23 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.730, de 23 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.731, de 24 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.732, de 24 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.733, de 24 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.735, de 13 de fevereiro de 2007;
Lei nº 2.736, de 21 de fevereiro de 2007;
Lei nº 2.737, de 23 de fevereiro de 2007;
Lei nº 2.738, de 7 de março de 2007;
Lei nº 2.739, de 7 de março de 2007;
Lei nº 2.740, de 7 de março de 2007;
Lei nº 2.742, de 13 de março de 2007;
Lei nº 2.743, de 20 de março de 2007;
Lei nº 2.744, de 20 de março de 2007;
Lei nº 2.745, de 22 de março de 2007;
Lei nº 2.746, de 27 de março de 2007;
Lei nº 2.749, de 2 de abril de 2007;
Lei nº 2.750, de 10 de abril de 2007;
Lei nº 2.751, de 10 de abril de 2007;
Lei nº 2.752, de 10 de abril de 2007;
Lei nº 2.753, de 13 de abril de 2007;
Lei nº 2.755, de 20 de abril de 2007;
Lei nº 2.756, de 20 de abril de 2007;
Lei nº 2.757, de 30 de abril de 2007;
Lei nº 2.758, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.759, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.760, de 30 de abril de 2007;
Lei nº 2.761, de 30 de abril de 2007;
Lei nº 2.762, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.763, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.764, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.765, de 7 de maio de 2007;
Lei nº 2.767, de 11 de maio de 2007;
Lei nº 2.768, de 16 de maio de 2007;
Lei nº 2.772, de 29 de maio de 2007;
Lei nº 2.775, de 29 de maio de 2007;
Lei nº 2.776, de 29 de maio de 2007;
Lei nº 2.779, de 6 de junho de 2007;
Lei nº 2.781, de 14 de junho de 2007;
Lei nº 2.783, de 19 de junho de 2007;
Lei nº 2.785, de 27 de junho de 2007;
Lei nº 2.786, de 4 de julho de 2007;
Lei nº 2.787, de 4 de julho de 2007;
Lei nº 2.788, de 4 de julho de 2007;
Lei nº 2.792, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.793, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.794, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.796, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.797, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.798, de 12 de julho de 2007;
Lei nº 2.800, de 12 de julho de 2007;
Lei nº 2.801, de 12 de julho de 2007;
Lei nº 2.803, de 13 de julho de 2007;
Lei nº 2.808, de 17 de julho de 2007;
Lei nº 2.809, de 17 de julho de 2007;
Lei nº 2.810, de 19 de julho de 2007;
Lei nº 2.811, de 19 de julho de 2007;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 339

Lei nº 2.812, de 24 de julho de 2007;
Lei nº 2.815, de 3 de agosto de 2007;
Lei nº 2.816, de 3 de agosto de 2007;
Lei nº 2.817, de 3 de agosto de 2007;
Lei nº 2.819, de 10 de agosto de 2007;
Lei nº 2.820, de 10 de agosto de 2007;
Lei nº 2.824, de 24 de agosto de 2007;
Lei nº 2.828, de 5 de setembro de 2007;
Lei nº 2.830, de 11 de setembro de 2007;
Lei nº 2.831, de 12 de setembro de 2007;
Lei nº 2.833, de 18 de setembro de 2007;
Lei nº 2.836, de 21 de setembro de 2007;
Lei nº 2.837, de 25 de setembro de 2007;
Lei nº 2.838, de 25 de setembro de 2007;
Lei nº 2.840, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.841, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.842, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.843, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.844, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.848, de 10 de outubro de 2007;
Lei nº 2.850, de 23 de outubro de 2007;
Lei nº 2.851, de 23 de outubro de 2007;
Lei nº 2.854, de 29 de outubro de 2007;
Lei nº 2.856, de 30 de outubro de 2007;
Lei nº 2.857, de 30 de outubro de 2007;
Lei nº 2.858, de 30 de outubro de 2007;
Lei nº 2.859, de 7 de novembro de 2007;
Lei nº 2.860, de 7 de novembro de 2007;
Lei nº 2.861, de 13 de novembro de 2007;
Lei nº 2.864, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.863, de 14 de novembro de 2007;
Lei nº 2.865, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.866, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.867, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.869, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.871, de 20 de novembro de 2007;
Lei nº 2.872, de 20 de novembro de 2007;
Lei nº 2.875, de 28 de novembro de 2007;
Lei nº 2.876, de 5 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.877, de 5 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.878, de 5 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.881, de 7 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.882, de 7 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.884, de 12 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.885, de 18 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.886, de 18 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.888, de 18 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.890, de 18 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.892, de 20 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.893, de 26 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.896, de 26 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.898, de 21 de fevereiro de 2008;
Lei nº 2.899, de 22 de fevereiro de 2008;
Lei nº 2.903, de 12 de março de 2008;
Lei nº 2.904, de 12 de março de 2008;
Lei nº 2.907, de 19 de março de 2008;
Lei nº 2.908, de 19 de março de 2008;
Lei nº 2.909, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.911, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.912, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.913, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.914, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.915, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.916, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.917, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.918, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.919, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.920, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.921, de 25 de março de 2008;
Lei nº 2.922, de 25 de março de 2008;
Lei nº 2.924, de 1° de abril de 2008;
Lei nº 2.925, de 1º de abril de 2008;
Lei nº 2.926, de 1° de abril de 2008;

Câmara Mun. de Palo Grande
Fls. 340

Lei nº 2.927, de 1° de abril de 2008;
Lei nº 2.928, de 1° de abril de 2008;
Lei nº 2.929, de 7 de abril de 2008;
Lei nº 2.930, de 7 de abril de 2008;
Lei nº 2.931, de 7 de abril de 2008;
Lei nº 2.932, de 11 de abril de 2008;
Lei nº 2.933, de 11 de abril de 2008;
Lei nº 2.934, de 11 de abril de 2008;
Lei nº 2.935, de 11 de abril de 2008;
Lei nº 2.936, de 17 de abril de 2008;
Lei nº 2.938, de 18 de abril de 2008;
Lei nº 2.939, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.940, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.941, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.942, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.946, de 13 de maio de 2008;
Lei nº 2.948, de 13 de maio de 2008;
Lei nº 2.950, de 13 de maio de 2008;
Lei nº 2.951, de 21 de maio de 2008;
Lei nº 2.952, de 21 de maio de 2008;
Lei nº 2.953, de 21 de maio de 2008;
Lei nº 2.955, de 30 de maio de 2008;
Lei nº 2.960, de 4 de junho de 2008;
Lei nº 2.961, de 4 de junho de 2008;
Lei nº 2.964, de 5 de junho de 2008;
Lei nº 2.966, de 5 de junho de 2008;
Lei nº 2.967, de 5 de junho de 2008;
Lei nº 2.969, de 11 de junho de 2008;
Lei nº 2.974, de 19 de junho de 2008;
Lei nº 2.975, de 19 de junhho de 2008;
Lei nº 2.977, de 19 de junho de 2008;
Lei nº 2.978, de 19 de junho de 2008;
Lei nº 2.979, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.980, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.981, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.982, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.984, de 27 de junho de 2008;
Lei nº 2.985, de 27 de junho de 2008;
Lei nº 2.986, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.987, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.988, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.989, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.990, de 10 de julho de 2008;
Lei nº 2.992, de 10 de julho de 2008;
Lei nº 2.993, de 14 de junho de 2008;
Lei nº 2.995, de 22 de julho de 2008;
Lei nº 2.996, de 22 de julho de 2008;
Lei nº 2.997, de 5 de agosto de 2008;
Lei nº 2.998, de 5 de agosto de 2008;
Lei nº 3.000, de 15 de agosto de 2008;
Lei nº 3.001, de 19 de agosto de 2008;
Lei nº 3.002, de 19 de agosto de 2008;
Lei nº 3.003, de 19 de agosto de 2008;
Lei nº 3.004, de 21 de agosto de 2008;
Lei nº 3.008, de 21 de agosto de 2008;
Lei nº 3.010, de 5 de setembro de 2008;
Lei nº 3.012, de 15 de setembro de 2008;
Lei nº 3.013, de 18 de setembro de 2008;
Lei nº 3.014, de 15 de outubro de 2008;
Lei nº 3.015, de 17 de outubro de 2008;
Lei nº 3.017, de 22 de outubro de 2008;
Lei nº 3.018, de 22 de outubro de 2008;
Lei nº 3.019, de 24 de outubro de 2008;
Lei nº 3.020, de 24 de outubro de 2008;
Lei nº 3.022, de 3 de outubro de 2008;
Lei nº 3.023, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 3.024, de 6 de novembro de 2008;
Lei nº 3.025, de 6 de novembro de 2008;
Lei nº 3.029, de 6 de novembro de 2008;
Lei nº 3.030, de 15 de agosto de 2008;
Lei nº 3.031, de 11 de novembro de 2008;
Lei nº 3.032, de 14 de novembro de 2008;
Lei nº 3.033, de 14 de novembro de 2008;
Lei nº 3.035, de 14 de novembro de 2008;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 341

Lei nº 3.039, de 21 de novembro de 2008;
Lei nº 3.040, de 27 de novembro de 2008;
Lei nº 3.041, de 27 de novembro de 2008;
Lei nº 3.043, de 28 de novembro de 2008;
Lei nº 3.048, de 4 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.049, de 4 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.050, de 4 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.051, de 9 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.052, de 9 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.055, de 12 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.060, de 17 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.061, de 17 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.062, de 17 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.064, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.069, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.070, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.071, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.072, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.077, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.078, de 23 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.079, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.080, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.081, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.082, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.083, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.084, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.085, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.086, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.088, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.089, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.090, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.091, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.092, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.093, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.094, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.095, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.096, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.097, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.099, de 12 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.102, de 18 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.104, de 19 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.105, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.106, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.107, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.108, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.109, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.110, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.111, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.112, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.113, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.114, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.115, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.116, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.117, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.118, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.120, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.126, de 20 de março de 2009;
Lei nº 3.129, de 25 de março de 2009;
Lei nº 3.130, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.131, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.132, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.134, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.136, de 6 de abril de 2009;
Lei nº 3.137, de 13 de abril de 2009;
Lei nº 3.138, de 13 de abril de 2009;
Lei nº 3.140, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.141, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.142, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.143, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.144, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.145, de 16 de abril de 2009;
Lei nº 3.146, de 16 de abril de 2009;
Lei nº 3.147, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.149, de 23 de abril de 2009;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 342

Lei nº 3.150, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.151, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.152, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.154, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.155, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.156, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.159, de 28 de abril de 2009;
Lei nº 3.160, de 28 de abril de 2009;
Lei nº 3.161, de 30 de abril de 2009;
Lei nº 3.162, de 30 de abril de 2009;
Lei nº 3.164, de 18 de maio de 2009;
Lei nº 3.165, de 18 de maio de 2009;
Lei nº 3.166, de 19 de maio de 2009;
Lei nº 3.167, de 19 de maio de 2009;
Lei nº 3.168, de 19 de maio de 2009;
Lei nº 3.170, de 21 de maio de 2009;
Lei nº 3.171, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.172, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.174, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.176, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.177, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.179, de 15 de junho de 2009;
Lei nº 3.180, de 15 de junho de 2009;
Lei nº 3.181, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.182, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.183, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.184, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.185, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.188, de 1º de julho de 2009;
Lei nº 3.189, de 1º de julho de 2009;
Lei nº 3.190, de 3 de julho de 2009;
Lei nº 3.191, de 3 de julho de 2009;
Lei nº 3.192, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.193, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.194, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.195, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.197, de 10 de julho de 2009;
Lei nº 3.198, de 10 de julho de 2009;
Lei nº 3.199, de 10 de julho de 2009;
Lei nº 3.200, de 13 de julho de 2009;
Lei nº 3.201, de 13 de julho de 2009;
Lei nº 3.203, de 17 de julho de 2009;
Lei nº 3.208, de 7 de agosto de 2009;
Lei nº 3.210, de 19 de agosto de 2009;
Lei nº 3.211, de 24 de agosto de 2009;
Lei nº 3.212, de 24 de agosto de 2009;
Lei nº 3.213, de 24 de agosto de 2009;
Lei nº 3.214, de 21 de agosto de 2009;
Lei nº 3.215, de 21 de agosto de 2009;
Lei nº 3.218, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.219, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.220, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.221, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.222, de 2 de setembro de 2009;
Lei nº 3.223, de 2 de setembro de 2009;
Lei nº 3.225, de 4 de setembro de 2009;
Lei nº 3.227, de 4 de setembro de 2009;
Lei nº 3.231, de 17 de setembro de 2009;
Lei nº 3.232, de 17 de setembro de 2009;
Lei nº 3.235, de 18 de setembro de 2009;
Lei nº 3.238, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.239, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.240, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.241, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.244, de 30 de setembro de 2009;
Lei nº 3.245, de 30 de setembro de 2009;
Lei nº 3.248, de 9 de outubro de 2009;
Lei nº 3.249, de 20 de outubro de 2009;
Lei nº 3.250, de 20 de outubro de 2009;
Lei nº 3.251, de 26 de outubro de 2009;
Lei nº 3.253, de 26 de outubro de 2009;
Lei nº 3.254, de 26 de outubro de 2009;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 343

Lei nº 3.255, de 26 de outubro de 2009;
Lei nº 3.256, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.257, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.258, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.259, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.260, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.261 de 6 de novembro de 2009;
Lei nº 3.262, de 6 de novembro de 2009;
Lei nº 3.265, de 10 de novembro de 2009;
Lei nº 3.266, de 10 de novembro de 2009;
Lei nº 3.267, de 18 de novembro de 2009;
Lei nº 3.268, de 19 de novembro de 2009;
Lei nº 3.269, de 19 de novembro de 2009;
Lei nº 3.275, de 24 de novembro de 2009;
Lei nº 3.280, de 27 de novembro de 2009;
Lei nº 3.281, de 27 de novembro de 2009;
Lei nº 3.283, de 30 de novembro de 2009;
Lei nº 3.289, de 10 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.292, de 15 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.302, de 23 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.303, de 23 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.305, de 28 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.306, de 28 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.307, de 28 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.308, de 30 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.311, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.312, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.313, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.314, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.315, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.316, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.317, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.318, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.319, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.320, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.321, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.322, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.323, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.324, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.328, de 26 de fevereiro de 2010;
Lei nº 3.329, de 26 de fevereiro de 2010;
Lei nº 3.332, de 2 de março de 2010;
Lei nº 3.333, de 2 de março de 2010;
Lei nº 3.339, de 9 de março de 2010;
Lei nº 3.340, de 11 de março de 2010;
Lei nº 3.341, de 16 de março de 2010;
Lei nº 3.342, de 16 de março de 2010;
Lei nº 3.343, de 19 de março de 2010;
Lei nº 3.345, de 23 de março de 2010;
Lei nº 3.346, de 23 de março de 2010;
Lei nº 3.347, de 25 de março de 2010;
Lei nº 3.353, de 6 de abril de 2010;
Lei nº 3.354, de 7 de abril de 2010;
Lei nº 3.355, de 7 de abril de 2010;
Lei nº 3.356, de 15 de abril de 2010;
Lei nº 3.357, de 15 de abril de 2010;
Lei nº 3.359, de 22 de abril de 2010;
Lei nº 3.361, de 27 de abril de 2010;
Lei nº 3.362, de 30 de abril de 2010;
Lei nº 3.363, de 30 de abril de 2010;
Lei nº 3.366, de 7 de maio de 2010;
Lei nº 3.367, de 11 de maio de 2010;
Lei nº 3.368, de 13 de maio de 2010;
Lei nº 3.369, de 13 de maio de 2010;
Lei nº 3.370, de 13 de maio de 2010;
Lei nº 3.372, de 20 de maio de 2010;
Lei nº 3.373, de 20 de maio de 2010;
Lei nº 3.375, de 27 de maio de 2010;
Lei nº 3.376, de 27 de maio de 2010;
Lei nº 3.380, de 1° de junho de 2010;
Lei nº 3.381, de 1º de junho de 2010;
Lei nº 3.383, de 10 de junho de 2010;
Lei nº 3.384, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.385, de 17 de junho de 2010;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 344

Lei nº 3.386, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.387, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.388, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.389, de 22 de junho de 2010;
Lei nº 3.390, de 22 de junho de 2010;
Lei nº 3.392, de 24 de junho de 2010;
Lei nº 3.393, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.394, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.395, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.396, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.397, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.398, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.400, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.401, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.402, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.403, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.404, de 1° de julho de 2010;
Lei nº 3.405, de 1º de julho de 2010;
Lei nº 3.406, de 8 de julho de 2010;
Lei nº 3.407, de 9 de julho de 2010;
Lei nº 3.408, de 9 de julho de 2010;
Lei nº 3.410, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.411, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.412, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.413, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.414, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.415, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.416, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.417, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.420, de 4 de agosto de 2010;
Lei nº 3.421, de 4 de agosto de 2010;
Lei nº 3.423, de 5 agosto de 2010;
Lei nº 3.424, de 5 de agosto de 2010;
Lei nº 3.425, de 5 de agosto de 2010;
Lei nº 3.428, de 5 de agosto de 2010;
Lei nº 3.433, de 12 de agosto de 2010;
Lei nº 3.434, de 13 de agosto de 2010;
Lei nº 3.435, de 18 de agosto de 2010;
Lei nº 3.436, de 18 de agosto de 2010;
Lei nº 3.437, de 18 de agosto de 2010;
Lei nº 3.438, de 20 de agosto de 2010;
Lei nº 3.440, de 27 de agosto de 2010;
Lei nº 3.441, de 31 de agosto de 2010;
Lei nº 3.442, de 3 de setembro de 2010;
Lei nº 3.445, de 9 de setembro de 2010;
Lei nº 3.451, de 15 de setembro de 2010;
Lei nº 3.452, de 15 de setembro de 2010;
Lei nº 3.453, de 15 de setembro de 2010;
Lei nº 3.454, de 16 de setembro de 2010;
Lei nº 3.456, de 16 de setembro de 2010;
Lei nº 3.457, de 23 de setembro de 2010;
Lei nº 3.458, de 29 de setembro de 2010;
Lei nº 3.459, de 29 de setembro de 2010;
Lei nº 3.460, de 30 de setembro de 2010;
Lei nº 3.461, de 30 de setembro de 2010;
Lei nº 3.462, de 5 de outubro de 2010;
Lei nº 3.464, de 15 de outubro de 2010;
Lei nº 3.466, de 22 de outubro de 2010;
Lei nº 3.467, de 22 de outubro de 2010;
Lei nº 3.468, de 26 de outubro de 2010;
Lei nº 3.470, de 4 de novembro de 2010;
Lei nº 3.472, de 12 de novembro de 2010;
Lei nº 3.473, de 24 de novembro de 2010;
Lei nº 3.475, de 25 de novembro de 2010;
Lei nº 3.476, de 26 de novembro de 2010;
Lei nº 3.480, de 1° de dezembro de 2010;
Lei nº 3.484, de 8 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.486, de 8 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.487, de 9 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.488, de 9 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.489, de 9 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.490, de 10 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.495, de 15 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.496, de 15 de dezembro de 2010;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 345

Lei nº 3.497, de 15 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.498, de 15 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.499, de 16 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.500, de 16 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.503, de 17 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.505, de 22 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.507, de 22 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.508, de 22 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.509, de 27 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.510, de 27 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.513, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.514, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.515, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.516, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.517, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.518, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.519, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.520, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.521, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.522, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.523, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.524, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.526, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.527, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.528, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.529, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.530, de 2 de março de 2011;
Lei nº 3.531, de 2 de março de 2011;
Lei nº 3.532, de 3 de março de 2011;
Lei nº 3.533, de 3 de março de 2011;
Lei nº 3.534, de 3 de março de 2011;
Lei nº 3.540, de 22 de março de 2011;
Lei nº 3.541, de 22 de março de 2011;
Lei nº 3.542, de 6 de abril de 2011;
Lei nº 3.543, de 6 de abril de 2011;
Lei nº 3.548, de 8 de abril de 2011;
Lei nº 3.553, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.555, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.556, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.557, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.558, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.559, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.560, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.561, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.562, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.563, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.564, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.565, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.566, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.567, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.568, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.569, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.570, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.571, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.572, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.573, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.574, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.575, de 3 de maio de 2011;
Lei nº 3.577, de 5 de maio de 2011;
Lei nº 3.578, de 5 de maio de 2011;
Lei nº 3.580, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.581, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.582, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.583, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.590, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.591, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.592, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.593, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.594, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.595, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.596, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.597, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.599, de 27 de maio de 2011;
Lei nº 3.600, de 27 de maio de 2011;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 346

Lei nº 3.602, de 2 de junho de 2011;
Lei nº 3.604, de 2 de junho de 2011;
Lei nº 3.605, de 2 de junho de 2011;
Lei nº 3.609, de 10 de junho de 2011;
Lei nº 3.610, de 15 de junho de 2011;
Lei nº 3.611, de 15 de junho de 2011;
Lei nº 3.612, de 16 de junho de 2011;
Lei nº 3.613, de 16 de junho de 2011;
Lei nº 3.614, de 22 de junho de 2011;
Lei nº 3.615, de 22 de junho de 2011;
Lei nº 3.616, de 22 de junho de 2011;
Lei nº 3.617, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.618, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.619, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.620, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.621, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.622, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.623, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.629, de 11 de julho de 2011;
Lei nº 3.630, de 11 de julho de 2011;
Lei nº 3.632, de 13 de julho de 2011;
Lei nº 3.635, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.637, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.638, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.639, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.640, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.641, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.642, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.643, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.648, de 4 de agosto de 2011;
Lei nº 3.649, de 4 de agosto de 2011;
Lei nº 3.650, de 4 de agosto de 2011;
Lei nº 3.651, de 16 de agosto de 2011;
Lei nº 3.652, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.653, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.654, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.655, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.656, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.657, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.658, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.659, de 23 de agosto de 2011;
Lei nº 3.661, de 25 de agosto de 2011;
Lei nº 3.662, de 25 de agosto de 2011;
Lei nº 3.664, de 25 de agosto de 2011;
Lei nº 3.666, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.667, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.668, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.669, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.670, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.671, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.673, de 6 de setembro de 2011;
Lei nº 3.675, de 6 de setembro de 2011;
Lei nº 3.677, de 13 de setembro de 2011;
Lei nº 3.679, de 13 de setembro de 2011;
Lei nº 3.680, de 13 de setembro de 2011;
Lei nº 3.687, de 30 de setembro de 2011;
Lei nº 3.688, de 30 de setembro de 2011;
Lei nº 3.689, de 5 de outubro de 2011;
Lei nº 3.691, de 7 de outubro de 2011;
Lei nº 3.693, de 7 de outubro de 2011;
Lei nº 3.694, de 7 de outubro de 2011;
Lei nº 3.697, de 11 de outubro de 2011;
Lei nº 3.698, de 11 de outubro de 2011;
Lei nº 3.701, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.703, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.704, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.705, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.706, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.707, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.708, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.711, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.712, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.713, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.714, de 11 de novembro de 2011;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 347

Lei nº 3.715, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.716, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.718, de 18 de novembro de 2011;
Lei nº 3.719, de 18 de novembro de 2011;
Lei nº 3.721, de 25 de novembro de 2011;
Lei nº 3.722, de 25 de novembro de 2011;
Lei nº 3.723, de 25 de novembro de 2011;
Lei nº 3.729, de 2 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.730, de 2 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.731, de 5 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.732, de 6 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.734, de 8 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.746, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.747, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.748, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.751, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.753, de 19 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.756, de 21 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.760, de 22 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.763, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.764, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.765, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.766, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.767, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.768, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.769, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.770, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.777, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.778, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.779, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.780, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.783, de 7 de março de 2012;
Lei nº 3.788, de 14 de março de 2012;
Lei nº 3.789, de 14 de março de 2012;
Lei nº 3.790, de 16 de março de 2012;
Lei nº 3.791, de 16 de março de 2012;
Lei nº 3.794, de 23 de março de 2012;
Lei nº 3.797, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.798, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.799, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.800, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.801, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.802, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.803, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.806, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.807, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.808, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.809, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.810, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.814, de 9 de abril de 2012;
Lei nº 3.815, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.820, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.821, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.822, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.823, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.824, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.825, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.826, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.829, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.830, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.831, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.832, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.833, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.834, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.835, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.836, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.837, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.838, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.839, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.840, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.841, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.842, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.843, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.844, de 19 de abril de 2012;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 342

Lei nº 3.845, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.849, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.850, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.851, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.852, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.853, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.854, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.855, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.856, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.857, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.858, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.859, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.860, de 24 de maio de 2012;
Lei nº 3.861, de 24 de maio de 2012;
Lei nº 3.862, de 24 de maio de 2012;
Lei nº 3.866, de 29 de maio de 2012;
Lei nº 3.867, de 29 de maio de 2012;
Lei nº 3.871, de 11 de junho de 2012;
Lei nº 3.872, de 12 de junho de 2012;
Lei nº 3.873, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.874, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.875, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.876, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.877, de 20 de junho de 2012;
Lei nº 3.878, de 20 de junho de 2012;
Lei nº 3.883, de 27 de junho de 2012;
Lei nº 3.885, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.886, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.887, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.888, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.889, de 5 de julho de 2012;
Lei nº 3.890, de 10 de julho de 2012;
Lei nº 3.891, de 10 de julho de 2012;
Lei nº 3.894, de 12 de julho de 2012;
Lei nº 3.895, de 12 de julho de 2012;
Lei nº 3.896, de 12 de julho de 2012;
Lei nº 3.897, de 19 de julho de 2012;
Lei nº 3.898, de 19 de julho de 2012;
Lei nº 3.900, de 24 de julho de 2012;
Lei nº 3.901, de 24 de julho de 2012;
Lei nº 3.904, de 13 de agosto de 2012;
Lei nº 3.911, de 21 de agosto de 2012;
Lei nº 3.912, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.913, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.914, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.915, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.916, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.917, de 29 de agosto de 2012;
Lei nº 3.919, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.920, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.921, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.922, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.923, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.926, de 25 de setembro de 2012;
Lei nº 3.928, de 9 de outubro de 2012;
Lei nº 3.929, de 9 de outubro de 2012;
Lei nº 3.931, de 11 de outubro de 2012;
Lei nº 3.933, de 29 de outubro de 2012;
Lei nº 3.938, de 9 de novembro de 2012;
Lei nº 3.939, de 9 de novembro de 2012;
Lei nº 3.940, de 9 de novembro de 2012;
Lei nº 3.941, de 14 de novembro de 2012;
Lei nº 3.942, de 19 de novembro de 2012;
Lei nº 3.943, de 19 de novembro de 2012;
Lei nº 3.944, de 19 de novembro de 2012;
Lei nº 3.952, de 7 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.958, de 17 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.970, de 20 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.973, de 20 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.975, de 21 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.979, de 21 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.982, de 6 de março de 2013;
Lei nº 3.984, de 8 de março de 2013;
Lei nº 3.985, de 8 de março de 2013;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 249

Lei nº 3.986, de 14 de março de 2013;
Lei nº 3.987, de 14 de março de 2013;
Lei nº 3.988, de 14 de março de 2013;
Lei nº 3.991, de 15 de março de 2013;
Lei nº 3.992, de 19 de março de 2013;
Lei nº 3.996, de 20 de março de 2013;
Lei nº 3.998, de 21 de março de 2013;
Lei nº 4.000, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.001, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.002, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.003, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.004, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.005, de 2 de abril de 2013;
Lei nº 4.006, de 2 de abril de 2013;
Lei nº 4.007, de 9 de abril de 2013;
Lei nº 4.009, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.010, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.011, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.012, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.013, de 19 de abril de 2013;
Lei nº 4.015, de 24 de abril de 2013;
Lei nº 4.017, de 26 de abril de 2013;
Lei nº 4.018, de 26 de abril de 2013;
Lei nº 4.020, de 10 de maio de 2013;
Lei nº 4.021, de 15 de maio de 2013;
Lei nº 4.022, de 15 de maio de 2013;
Lei nº 4.023, de 15 de maio de 2013;
Lei nº 4.024, de 17 de maio de 2013;
Lei nº 4.026, de 17 de maio de 2013;
Lei nº 4.029, de 20 de maio de 2013;
Lei nº 4.030, de 23 de maio de 2013;
Lei nº 4.031, de 24 de maio de 2013;
Lei nº 4.033, de 24 de maio de 2013;
Lei nº 4.034, de 3 de junho de 2013;
Lei nº 4.036, de 5 de junho de 2013;
Lei nº 4.039, de 7 de junho de 2013;
Lei nº 4.040, de 7 de junho de 2013;
Lei nº 4.042, de 12 de junho de 2013;
Lei nº 4.043, de 12 de junho de 2013;
Lei nº 4.044, de 14 de junho de 2013;
Lei nº 4.045, de 14 de junho de 2013;
Lei nº 4.046, de 17 de junho de 2013;
Lei nº 4.047, de 17 de junho de 2013;
Lei nº 4.050, de 20 de junho de 2013;
Lei nº 4.051, de 21 de junho de 2013;
Lei nº 4.052, de 21 de junho de 2013;
Lei nº 4.053, de 21 de junho de 2013;
Lei nº 4.054, de 26 de junho de 2013;
Lei nº 4.056, de 26 de junho de 2013;
Lei nº 4.059, de 3 de julho de 2013;
Lei nº 4.060, de 3 de julho de 2013;
Lei nº 4.061, de 4 de julho de 2013;
Lei nº 4.063, de 4 de julho de 2013;
Lei nº 4.064, de 4 de julho de 2013;
Lei nº 4.069, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.070, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.071, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.072, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.073, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.074, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.075, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.077, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.078, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.079, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.080, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.082, de 23 de julho de 2013;
Lei nº 4.083, de 23 de julho de 2013;
Lei nº 4.086, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.087, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.088, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.089, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.090, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.091, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.092, de 24 de julho de 2013;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 350

Lei nº 4.093, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.094, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.095, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.096, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.097, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.098, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.099, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.100, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.101, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.102, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.103, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.104, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.105, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.106, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.108, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.109, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.110, de 29 de julho de 2013;
Lei nº 4.111, de 31 de julho de 2013;
Lei nº 4.112, de 31 de julho de 2013;
Lei nº 4.114, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.115, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.116, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.117, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.118, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.119, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.120, de 20 de agosto de 2013;
Lei nº 4.121, de 20 de agosto de 2013;
Lei nº 4.122, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.123, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.124, de 23 de agosto de2013;
Lei nº 4.125, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.127, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.128, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.130, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.131, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.132, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.133, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.134, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.135, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.138, de 6 de setembro de 2013;
Lei nº 4.139, de6 de setembro de 2013;
Lei nº 4.140, de 9 de setembro de 2013;
Lei nº 4.141, de 12 de setembro de 2013;
Lei nº 4.144, de 17 de setembro de 2013;
Lei nº 4.146, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.147, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.148, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.149, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.150, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.151, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.152, de 24 de setembro de 2013;
Lei nº 4.153, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.154, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.155, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.156, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.157, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.158, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.159, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.160, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.162, de 1° de outubro de 2013;
Lei nº 4.163, de 1º de outubro de 2013;
Lei nº 4.164, de 1° de outubro de 2013;
Lei nº 4.165, de 1º de outubro de 2013;
Lei nº 4.167, de 11 de outubro de 2013;
Lei nº 4.168, de 11 de outubro de 2013;
Lei nº 4.169, de 16 de outubro de 2013;
Lei nº 4.170, de 16 de outubro de 2013;
Lei nº 4.171, de 16 de outubro de 2013;
Lei nº 4.172, de 17 de outubro de 2013;
Lei nº 4.175, de 24 de outubro de 2013;
Lei nº 4.176, de 24 de outubro de 2013;
Lei nº 4.178, de 29 de outubro de 2013;
Lei nº 4.180, de 5 de novembro de 2013;
Lei nº 4.181, de 7 de novembro de2013;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 351

Lei nº 4.182, de 7 de novembro de 2013;
Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 2013;
Lei nº 4.188, de 20 de novembro de 2013;
Lei nº 4.189, de 21 de novembro de 2013;
Lei nº 4.191, de 27 de novembro de 2013;
Lei nº 4.194, de 4 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.195, de 4 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.196, de 6 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.197, de 6 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.199, de 13 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.200, de 13 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.204, de 23 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.219, de 23 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.220, de 23 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.221, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.222, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.223, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.224, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.226, de 6 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.227, de 11 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.230, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.231, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.232, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.233, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.235, de 20 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.236, de 20 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.238, de 24 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.241, de 25 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.242, de 25 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.243, de 27 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.244, de 27 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.245, de 27 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.247, de 14 de março de 2014;
Lei nº 4.249, de 21 de março de 2014;
Lei nº 4.250, de 26 de março de 2014;
Lei nº 4.251, de 27 de março de 2014;
Lei nº 4.255, de 2 de abril de 2014;
Lei nº 4.256, de 4 de abril de 2014;
Lei nº 4.258, de 8 de abril de 2014;
Lei nº 4.259, de 10 de abril de 2014;
Lei nº 4.261, de 15 de abril de 2014;
Lei nº 4.262, de 15 de abril de 2014;
Lei nº 4.264, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.265, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.266, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.267, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.268, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.269, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.271, de 30 de abril de 2014;
Lei nº 4.272, de 30 de abril de 2014;
Lei nº 4.273, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.274, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.275, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.276, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.277, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.278, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.280, de 9 de maio de 2014;
Lei nº 4.281, de 13 de maio de 2014;
Lei nº 4.282, de 13 de maio de 2014;
Lei nº 4.283, de 13 de maio de 2014;
Lei nº 4.285, de 15 de maio de 2014;
Lei nº 4.286, de 15 de maio de 2014;
Lei nº 4.287, de 20 de maio de 2014;
Lei nº 4.288, de 20 de maio de 2014;
Lei nº 4.289, de 22 de maio de 2014;
Lei nº 4.290, de 28 de maio de 2014;
Lei nº 4.291, de 28 de maio de 2014;
Lei nº 4.296, de 30 de maio de 2014;
Lei nº 4.297, de 4 de junho de 2014;
Lei nº 4.300, de 4 de junho de 2014;
Lei nº 4.301, de 4 de junho de 2014;
Lei nº 4.302, de 5 de junho de 2014;
Lei nº 4.304, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.305, de 12 de junho de 2014;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 352

Lei nº 4.306, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.307, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.308, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.309, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.310, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.312, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.313, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.314, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.315, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.316, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.318, de 24 de junho de 2014;
Lei nº 4.319, de 24 de junho de 2014;
Lei nº 4.321, de 24 de junho de 2014;
Lei nº 4.322, de 27 de junho de 2014;
Lei nº 4.323, de 27 de junho de 2014;
Lei nº 4.324, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.325, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.326, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.327, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.328, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.329, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.330, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.331, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.332, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.333, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.334, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.335, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.336, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.337, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.338, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.339, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.340, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.341, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.342, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.343, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.344, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.346, de 17 de julho de 2014;
Lei nº 4.348, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.349, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.350, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.351, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.352, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.353, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.354, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.355, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.356, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.357, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.359, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.360, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.361, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.362, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.363, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.364, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.365, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.366, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.368, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.369, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.370, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.372, de 29 de julho de 2014;
Lei nº 4.376, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.377, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.378, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.379, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.381, de 21 de agosto de 2014;
Lei nº 4.382, de 21 de agosto de 2014;
Lei nº 4.384, de 26 de agosto de 2014;
Lei nº 4.385, de 26 de agosto de 2014;
Lei nº 4.386, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.389, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.391, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.392, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.393, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.394, de 29 de agosto de 2014;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 353

Lei nº 4.395, de 29 de agosto de 2014;
Lei nº 4.398, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.399, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.400, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.401, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.402, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.403, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.404, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.405, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.406, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.407, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.408, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.416, de 15 de setembro de 2014;
Lei nº 4.417, de 15 de setembro de 2014;
Lei nº 4.424, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.425, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.426, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.427, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.428, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.431, de 25 de setembro de 2014;
Lei nº 4.437, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.438, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.439, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.440, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.441, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.442, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.443, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.447, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.448, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.449, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.450, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.452, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.456, de 21 de outubro de 2014;
Lei nº 4.460, de 24 de outubro de 2014;
Lei nº 4.461, de 24 de outubro de 2014;
Lei nº 4.463, de 24 de outubro de 2014;
Lei nº 4.466, de 7 de novembro de 2014;
Lei nº 4.469, de 14 de novembro de 2014;
Lei nº 4.470, de 14 de novembro de 2014;
Lei nº 4.474, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.475, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.476, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.477, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.478, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.479, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.481, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.482, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.483, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.484, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.485, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.486, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.488, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.489, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.490, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.492, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.494, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.499, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.500, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.501, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.502, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.503, de 9 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.506, de 11 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.510, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.511, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.512, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.516, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.519, de 18 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.520, de 18 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.521, de 23 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.522, de 23 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.523, de 23 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.525, de 15 de janeiro de 2015;
Lei nº 4.526, de 15 de janeiro de 2015;
Lei nº 4.528, de 10 de fevereiro de 2015;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 354

Lei nº 4.531, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.532, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.533, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.534, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.535, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.536, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.537, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.538, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.539, de 4 de março de 2015;
Lei nº 4.540, de 4 de março de 2015;
Lei nº 4.541, de 6 de março de 2015;
Lei nº 4.545, de 6 de março de 2015;
Lei nº 4.546, de 12 de março de 2015;
Lei nº 4.548, de 19 de março de 2015;
Lei nº 4.550, de 19 de março de 2015;
Lei nº 4.554, de 25 de março de 2015;
Lei nº 4.555, de 25 de março de 2015;
Lei nº 4.556, de 25 de março de 2015;
Lei nº 4.560, de 27 de março de 2015;
Lei nº 4.562, de 6 de abril de 2015;
Lei nº 4.563, de 6 de abril de 2015;
Lei nº 4.564, de 6 de abril de 2015;
Lei nº 4.566, de 9 de abril de 2015;
Lei nº 4.567, de 9 de abril de 2015;
Lei nº 4.568, de 9 de abril de 2015;
Lei nº 4.570, de 14 de abril de 2015;
Lei nº 4.575, de 16 de abril de 2015;
Lei nº 4.576, de 16 de abril de 2015;
Lei nº 4.580, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.582, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.583, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.584, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.587, de 5 de maio de 2015;
Lei nº 4.588, de 7 de maio de 2015;
Lei nº 4.592, de 12 de maio de 2015;
Lei nº 4.593, de 12 de maio de 2015;
Lei nº 4.599, de 19 de maio de 2015;
Lei nº 4.602, de 25 de maio de 2015;
Lei nº 4.603, de 25 de maio de 2015;
Lei nº 4.605, de 28 de maio de 2015;
Lei nº 4.606, de 28 de maio de 2015;
Lei nº 4.609, de 17 de junho de 2015;
Lei nº 4.611, de 23 de junho de 2015;
Lei nº 4.618, de 23 de junho de 2015;
Lei nº 4.620, de 24 de junho de 2015;
Lei nº 4.621, de 25 de junho de 2015;
Lei nº 4.623, de 2 de julho de 2015;
Lei nº 4.624, de 2 de julho de 2015;
Lei nº 4.625, de 2 de julho de 2015;
Lei nº 4.626, de 7 de julho de 2015;
Lei nº 4.628, de 9 de julho de 2015;
Lei nº 4.630, de 14 de julho de 2015;
Lei nº 4.632, de 16 de julho de 2015;
Lei nº 4.634, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.635, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.636, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.637, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.638, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.640, de 28 de julho de 2015;
Lei nº 4.641, de 28 de julho de 2015;
Lei nº 4.642, de 7 de agosto de 2015;
Lei nº 4.643, de 11 de agosto de 2015;
Lei nº 4.645, de 13 de agosto de 2015;
Lei nº 4.649, de 3 de setembro de 2015;
Lei nº 4.652, de 3 de setembro de 2015;
Lei nº 4.663, de 21 de setembro de 2015;
Lei nº 4.665, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.666, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.667, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.668, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.669, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.671, de 30 de setembro de 2015;
Lei nº 4.679, de 6 de outubro de 2015;
Lei nº 4.685, de 20 de outubro de 2015;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 356

Lei nº 4.686, de 23 de outubro de 2015;
Lei nº 4.687, de 23 de outubro de 2015;
Lei nº 4.688, de 26 de outubro de 2015;
Lei nº 4.695, de 16 de novembro de 2015;
Lei nº 4.699, de 16 de novembro de 2015;
Lei nº 4.700, de 19 de novembro de 2015;
Lei nº 4.701, de 19 de novembro de 2015;
Lei nº 4.702, de 26 de novembro de 2015;
Lei nº 4.703, de 26 de novembro de 2015;
Lei nº 4.704, de 26 de novembro de 2015;
Lei nº 4.707, de 3 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.714, de 10 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.715, de 10 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.719, de 15 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.720, de 21 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.721, de 21 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.722, de 22 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.723, de 22 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.729, de 17 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.730, de 17 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.739, de 25 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.740, de 25 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.741, de 25 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.743, de 1° de março de 2016;
Lei nº 4.744, de 1° de março de 2016;
Lei nº 4.745, de 1° de março de 2016;
Lei nº 4.747, de 3 de março de 2016;
Lei nº 4.749, de 8 de março de 2016;
Lei nº 4.750, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.751, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.752, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.753, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.754, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.755, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.756, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.757, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.758, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.759, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.760, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.761, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.762, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.763, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.764, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.765, de 23 de março de 2016;
Lei nº 4.772, de 7 de abril de 2016;
Lei nº 4.774, de 18 de abril de 2016;
Lei nº 4.775, de 18 de abril de 2016;
Lei nº 4.778, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.779, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.780, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.781, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.782, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.783, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.784, de 29 de abril de 2016;
Lei nº 4.785, de 4 de maio de 2016;
Lei nº 4.786, de 4 de maio de 2016;
Lei nº 4.788, de 4 de maio de 2016;
Lei nº 4.789, de 12 de maio de 2016;
Lei nº 4.794, de 20 de maio de 2016;
Lei nº 4.795, de 20 de maio de 2016;
Lei nº 4.796, de 25 de maio de 2016;
Lei nº 4.798, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.799, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.800, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.801, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.802, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.803, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.805, de 2 de junho de 2016;
Lei nº 4.806, de 7 de junho de 2016;
Lei nº 4.808, de 14 de junho de 2016;
Lei nº 4.814, de 24 de junho de 2016;
Lei nº 4.815, de 24 de junho de 2016;
Lei nº 4.816, de 24 de junho de 2016;
Lei nº 4.817, de 27 de junho de 2016;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 356

Lei nº 4.818, de 27 de junho de 2016;
Lei nº 4.819, de 27 de junho de 2016;
Lei nº 4.820, de 27 de junho de 2016;
Lei nº 4.821, de 5 de julho de 2016;
Lei nº 4.822, de 8 de julho de 2016;
Lei nº 4.823, de 12 de julho de 2016;
Lei nº 4.824, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.825, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.826, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.827, de 14 de julho de 2016;
Lei nº 4.828, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.829, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.830, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.831, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.832, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.833, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.834, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.835, de 27 de julho de 2016;
Lei nº 4.836, de 3 de agosto de 2016;
Lei nº 4.837, de 4 de agosto de 2016;
Lei nº 4.838, de 4 de agosto de 2016;
Lei nº 4.839, de 9 de agosto de 2016;
Lei nº 4.840, de 9 de agosto de 2016;
Lei nº 4.841, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.842, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.843, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.844, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.845, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.846, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.847, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.848, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.849, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.850, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.851, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.852, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.853, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.854, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.855, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.856, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.857, de 18 de agosto de 2016;
Lei nº 4.858, de 18 de agosto de 2016;
Lei nº 4.859, de 18 de agosto de 2016;
Lei nº 4.860, de 23 de agosto de 2016;
Lei nº 4.861, de 23 de agosto de 2016;
Lei nº 4.862, de 23 de agosto de 2016;
Lei nº 4.863, de 25 de agosto de 2016;
Lei nº 4.865, de 30 de agosto de 2016;
Lei nº 4.866, de 30 de agosto de 2016;
Lei nº 4.869, de 16 de setembro de 2016;
Lei nº 4.872, de 22 de setembro de 2016;
Lei nº 4.875, de 27 de setembro de 2016;
Lei nº 4.876, de 30 de setembro de 2016;
Lei nº 4.878, de 13 de outubro de 2016;
Lei nº 4.879, de 19 de outubro de 2016;
Lei nº 4.880, de 19 de outubro de 2016;
Lei nº 4.881, de 26 de outubro de 2016;
Lei nº 4.882, de 17 de outubro de 2016;
Lei nº 4.883, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.884, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.885, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.886, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.887, de 3 de novembro de 2016;
Lei nº 4.888, de 10 de novembro de 2016;
Lei nº 4.889, de 10 de novembro de 2016;
Lei nº 4.890, de 11 de novembro de 2016;
Lei nº 4.899, de 24 de novembro de 2016;
Lei nº 4.900, de 24 de novembro de 2016;
Lei nº 4.908, de 7 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.910, de 8 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.918, de 15 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.927, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.928, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.929, de 23 de dezembro de 2016;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 351

Lei nº 4.930, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.931, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.932, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.933, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.935, de 16 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.936, de 16 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.937, de 16 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.938, de 24 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.939, de 24 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.940, de 24 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.944, de 9 de março de 2017;
Lei nº 4.946, de 14 de março de 2017;
Lei nº 4.947, de 14 de março de 2017;
Lei nº 4.948, de 28 de março de 2017;
Lei nº 4.949, de 4 de abril de 2017;
Lei nº 4.950, de 6 de abril de 2017;
Lei nº 4.951, de 11 de abril de 2017;
Lei nº 4.952, de 11 de abril de 2017;
Lei nº 4.953, de 11 de abril de 2017;
Lei nº 4.959, de 19 de abril de 2017;
Lei nº 4.960, de 25 de abril de 2017;
Lei nº 4.961, de 27 de abril de 2017;
Lei nº 4.962, de 11 de maio de 2017;
Lei nº 4.963, de 11 de maio de 2017;
Lei nº 4.964, de 11 de maio de 2017;
Lei nº 4.969, de 23 de maio de 2017;
Lei nº 4.972, de 6 de junho de 2017;
Lei nº 4.973, de 13 de junho de 2017;
Lei nº 4.974, de 13 de junho de 2017;
Lei nº 4.975, de 13 de junho de 2017;
Lei nº 4.976, de 20 de junho de 2017;
Lei nº 4.981, de 28 de junho de 2017;
Lei nº 4.984, de 11 de julho de 2017;
Lei nº 4.986, de 14 de julho de 2017;
Lei nº 4.990, de 9 de agosto de 2017;
Lei nº 4.992, de 10 de agosto de 2017;
Lei nº 4.994, de 15 de agosto de 2017;
Lei nº 4.995, de 15 de agosto de 2017;
Lei nº 4.996, de 15 de agosto de 2017;
Lei nº 4.997, de 17 de agosto de 2017;
Lei nº 4.998, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 4.999, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.000, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.001, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.002, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.003, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.004, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.005, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.006, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.011, de 30 de agosto de 2017;
Lei nº 5.012, de 4 de setembro de 2017;
Lei nº 5.013, de 11 de setembro de 2017;
Lei nº 5.014, de 11 de setembro de 2017;
Lei nº 5.030, de 28 de setembro de 2017;
Lei nº 5.031, de 11 de outubro de 2017;
Lei nº 5.032, de 11 de outubro de 2017;
Lei nº 5.034, de 11 de outubro de 2017;
Lei nº 5.035, de 20 de outubro de 2017;
Lei nº 5.036, de 27 de outubro de 2017;
Lei nº 5.040, de 31 de outubro de 2017;
Lei nº 5.042, de 7 de novembro de 2017;
Lei nº 5.043, de 7 de novembro de 2017;
Lei nº 5.044, de 7 de novembro de 2017;
Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017;
Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017;
Lei nº 5.059, de 7 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.063, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.064, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.065, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.066, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.069, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.071, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.073, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.074, de 21 de dezembro de 2017;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls 358

Lei nº 5.075, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.076, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.079, de 23 de janeiro de 2018;
Lei nº 5.081, de 7 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.082, de 7 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.083, de 28 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.084, de 28 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.085, de 28 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.086, de 3 de março de 2018;
Lei nº 5.087, de 6 de março de 2018;
Lei nº 5.088, de 6 de março de 2018;
Lei nº 5.101, de 15 de março de 2018;
Lei nº 5.102, de 15 de março de 2018;
Lei nº 5.104, de 21 de março de 2018;
Lei nº 5.105, de 21 de março de 2018;
Lei nº 5.106, de 22 de março de 2018;
Lei nº 5.107, de 22 de março de 2018;
Lei nº 5.108, de 27 de março de 2018;
Lei nº 5.110, de 5 de abril de 2018;
Lei nº 5.114, de 5 de abril de 2018;
Lei nº 5.123, de 11 de abril de 2018;
Lei nº 5.125, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.126, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.127, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.128, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.130, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018;
Lei nº 5.135, de 4 de maio de 2018;
Lei nº 5.139, de 17 de maio de 2018;
Lei nº 5.142, de 18 de maio de 2018;
Lei nº 5.143, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.144, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.145, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.146, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.150, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.152, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.153, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.154, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.156, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.157, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.158, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.159, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.160, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.163, de 14 de junho de 2018;
Lei nº 5.164, de 21 de junho de 2018;
Lei nº 5.167, de 27 de junho de 2018;
Lei nº 5.169, de 27 de junho de 2018;
Lei nº 5.170, de 27 de junho de 2018;
Lei nº 5.171, de 3 de julho de 2018;
Lei nº 5.172, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.173, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.174, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.175, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.176, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.177, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.179, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.181, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.182, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.183, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.187, de 30 de julho de 2018;
Lei nº 5.191, de 9 de agosto de 2018;
Lei nº 5.196, de 22 de agosto de 2018;
Lei nº 5.197, de 22 de agosto de 2018;
Lei nº 5.198, de 22 de agosto de 2018;
Lei nº 5.201, de 29 de agosto de 2018;
Lei nº 5.202, de 29 de agosto de 2018;
Lei nº 5.206, de 5 de setembro de 2018;
Lei nº 5.212, de 28 de setembro de 2018;
Lei nº 5.213, de 28 de setembro de 2018;
Lei nº 5.214, de 28 de setembro de 2018;
Lei nº 5.226, de 31 de outubro de 2018;
Lei nº 5.227, de 31 de outubro de 2018;
Lei nº 5.233, de 14 de novembro de 2018;
Lei nº 5.234, de 14 de novembro de 2018;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 359

Lei nº 5.235, de 14 de novembro de 2018;
Lei nº 5.241, de 20 de novembro de 2018;
Lei nº 5.245, de 28 de novembro de 2018;
Lei nº 5.247, de 28 de novembro de 2018;
Lei nº 5.249, de 28 de novembro de 2018;
Lei nº 5.251, de 4 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.252, de 5 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.255, de 7 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.257, de 7 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.260, de 19 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.261, de 19 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.266, de 17 de janeiro de 2019;
Lei nº 5.272, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.273, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.274, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.275, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.276, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.277, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.282, de 18 de março de 2019;
Lei nº 5.283, de 18 de março de 2019;
Lei nº 5.286, de 20 de março de 2019;
Lei nº 5.288, de 20 de março de 2019;
Lei nº 5.289, de 20 de março de 2019;
Lei nº 5.292, de 21 de março de 2019;
Lei nº 5.297, de 27 de março de 2019;
Lei nº 5.298, de 2 de abril de 2019;
Lei nº 5.300, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.302, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.305, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.310, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.311, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.312, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.316, de 9 de abril de 2019;
Lei nº 5.322, de 18 de abril de 2019;
Lei nº 5.327, de 30 de abril de 2019;
Lei nº 5.328, de 6 de maio de 2019;
Lei nº 5.334, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.335, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.336, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.337, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.338, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.340, de 16 de maio de 2019;
Lei nº 5.341, de 16 de maio de 2019;
Lei nº 5.348, de 30 de maio de 2019;
Lei nº 5.349, de 30 de maio de 2019;
Lei nº 5.351, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.352, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.353, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.354, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.355, de 4 de junho de 2019;
Lei nº 5.362, de 24 de junho de 2019;
Lei nº 5.363, de 24 de junho de 2019;
Lei nº 5.372, de 15 de julho de 2019;
Lei nº 5.373, de 15 de julho de 2019;
Lei nº 5.374, de 15 de julho de 2019;
Lei nº 5.380, de 30 de julho de 2019;
Lei nº 5.384, de 20 de agosto de 2019;
Lei nº 5.385, de 20 de agosto de 2019;
Lei nº 5.387, de 27 de agosto de 2019;
Lei nº 5.388, de 5 de setembro de 2019;
Lei nº 5.389, de 5 de setembro de 2019;
Lei nº 5.390, de 5 de setembro de 2019;
Lei nº 5.395, de 17 de setembro de 2019;
Lei nº 5.396, de 19 de setembro de 2019;
Lei nº 5.397, de 19 de setembro de 2019;
Lei nº 5.398, de 19 de setembro de 2019;
Lei nº 5.401, de 24 de setembro de 2019;
Lei nº 5.402, de 24 de setembro de 2019;
Lei nº 5.403, de 24 de setembro de 2019;
Lei nº 5.410, de 3 de outubro de 2019;
Lei nº 5.420, de 16 de outubro de 2019;
Lei nº 5.421, de 16 de outubro de 2019;
Lei nº 5.422, de 16 de outubro de 2019;
Lei nº 5.423, de 23 de outubro de 2019;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 360

Lei nº 5.425, de 23 de outubro de 2019;
Lei nº 5.427, de 31 de outubro de 2019;
Lei nº 5.429, de 31 de outubro de 2019;
Lei nº 5.435, de 19 de novembro de 2019;
Lei nº 5.437, de 21 de novembro de 2019;
Lei nº 5.438, de 20 de novembro de 2019;
Lei nº 5.447, de 13 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.452, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.453, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.454, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.456, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.457, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.460, de 26 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.461, de 26 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.463, de 23 de janeiro de 2020;
Lei nº 5.464, de 23 de janeiro de 2020;
Lei nº 5.468, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.469, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.470, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.471, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.472, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.473, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.475, de 12 de março de 2020;
Lei nº 5.476, de 12 de março de 2020;
Lei nº 5.477, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.478, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.479, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.480, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.481, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.482, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.483, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.493, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.494, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.495, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.496, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.497, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.498, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.499, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.500, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.501, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.502, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.503, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.504, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.505, de 16 de abril de 2020;
Lei nº 5.507, de 27 de abril de 2020;
Lei nº 5.508, de 29 de abril de 2020;
Lei nº 5.510, de 12 de maio de 2020;
Lei nº 5.511, de 12 de maio de 2020;
Lei nº 5.515, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.516, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.517, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.518, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.519, de 20 de maio de 2020;
Lei nº 5.520, de 20 de maio de 2020;
Lei nº 5.521, de 20 de maio de 2020;
Lei nº 5.522, de 27 de maio de 2020;
Lei nº 5.523, de 27 de maio de 2020;
Lei nº 5.525, de 1º de junho de 2020;
Lei nº 5.528, de 3 de junho de 2020;
Lei nº 5.529, de 3 de junho de 2020;
Lei nº 5.530, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.531, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.532, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.533, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.534, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.535, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.537, de 24 de junho de 2020;
Lei nº 5.538, de 24 de junho de 2020;
Lei nº 5.539, de 24 de junho de 2020;
Lei nº 5.542, de 30 de junho de 2020;
Lei nº 5.543, de 30 de junho de 2020;
Lei nº 5.545, de 6 de julho de 2020;
Lei nº 5.546, de 6 de julho de 2020;
Lei nº 5.547, de 6 de julho de 2020;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 361

Lei nº 5.548, de 6 de julho de 2020;
Lei nº 5.549, de 8 de julho de 2020;
Lei nº 5.550, de 8 de julho de 2020;
Lei nº 5.551, de 14 de julho de 2020;
Lei nº 5.552, de 16 de julho de 2020;
Lei nº 5.553, de 16 de julho de 2020;
Lei nº 5.555, de 23 de julho de 2020;
Lei nº 5.557, de 31 de julho de 2020;
Lei nº 5.559, de 4 de agosto de 2020;
Lei nº 5.562, de 13 de agosto de 2020;
Lei nº 5.563, de 13 de agosto de 2020;
Lei nº 5.564, de 13 de agosto de 2020;
Lei nº 5.568, de 18 de agosto de 2020;
Lei nº 5.570, de 26 de agosto de 2020;
Lei nº 5.571, de 26 de agosto de 2020;
Lei nº 5.572, de 1º de setembro de 2020;
Lei nº 5.573, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.574, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.575, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.576, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.583, de 14 de setembro de 2020;
Lei nº 5.584, de 14 de setembro de 2020;
Lei nº 5.594, de 24 de setembro de 2020;
Lei nº 5.597, de 24 de setembro de 2020;
Lei nº 5.605, de 1º de outubro de 2020;
Lei nº 5.606, de 1º de outubro de 2020;
Lei nº 5.611, de 19 de outubro de 2020;
Lei nº 5.612, de 21 de outubro de 2020;
Lei nº 5.622, de 11 de novembro de 2020;
Lei nº 5.623, de 11 de novembro de 2020;
Lei nº 5.625, de 16 de novembro de 2020;
Lei nº 5.639, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.640, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.643, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.644, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.645, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.646, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.648, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.649, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.650, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.651, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.652, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.654, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.655, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.656, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.657, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.658, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.659, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.679, de 23 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.680, de 23 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.682, de 28 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da sua publicação oficial.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria dos vereadores Claudemir Zanco, Dirceu Luiz Boaretto, Eduardo Albani Dala Costa, Januário Koslinski, Joecir Bernardi, Lindomar Rodrigo Brandão, Marcos Junior Marini, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera, Rafael Celestrin, Romulo Faggion e Thania Maria Caminski Gehlen.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 7 de abril de 2022.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:72E80DD8

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/04/2022. Edição 2497
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 362

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 8.198, DE 11 DE ABRIL DE 2022.

Declara Situação de Emergência no Município de Pato Branco, estabelece medidas de prevenção e combate à proliferação do mosquito Aedes Aegypti e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual nº 20.209, de 30 de abril de 2020

Considerando que a Secretaria de Estado da Saúde – SESA está em alerta no que tange à proliferação do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da zika vírus, chikungunya e dengue, considerando que esta já se encontra em situação de endemia em todo o Estado;

Considerando que no Município de Pato Branco a dengue se encontra em situação epidêmica, uma vez que incidência de casos confirmados até o momento chega a 355 (trezentos e cinquenta e cinco), com disseminação da doença a de vários pontos por toda a área geográfica do Município;

Considerando o crescimento do índice da evolução vetorial e das notificações e da doença no período de janeiro até o presente momento, conforme os boletins epidemiológicos do Município;

Considerando que o índice de Infestação Larvário – IP chegou a 4,4% no Município resultante do LIRAa (Levantamento de Índice Rápido para Aedes aegypti), realizado no mês de março, sendo classificado pelo Ministério da Saúde como índice de alto risco (acima de 4%), para epidemias das doenças transmitidas pelo Aedes aegypti;

Considerando que a ocorrência de uma epidemia no Município nesta momento extrapola a capacidade assistencial das Unidades de Saúde, dos Pronto-Atendimentos e da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, pois aumenta consideravelmente a quantidade de consultas médicas, leitos hospitalares, insumos e de recursos humanos e materiais;

Considerando que os índices de infestação elevados potencializam a disseminação da doenças de transmissão vetorial, e que todas as alternativas de controle do vetor em todas as suas fases de vida, devem ser combinadas para diminuir sua proliferação e, consequentemente, impedir, limitar ou diminuir a intensidade da propagação das doenças por ele veiculadas;

Considerando o aumento dos casos notificados, que atualmente perfazem 2.597 (dois mil, quinhentos e noventa e sete) notificações;

Considerando a necessidade da intervenção imediata por parte da Administração Pública Municipal, a fim de garantir a manutenção da ordem social, a saúde pública dos munícipes, bem como evitar o aumento dos casos graves da doença, inclusive de óbitos; e

Considerando a competência dos municípios de legislar sobre suas peculiaridades, conforme preconiza a Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de Pato Branco, para execução de ações necessárias ao combate da proliferação do mosquito Aedes aegypti, e para a implementação de ações de combate e prevenção à dengue, zika vírus e chikungunya, durante 90 (noventa) dias, sujeita à prorrogação por igual período.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Saúde autorizada a requisitar pessoal e equipamentos dos diversos departamentos e setores da Prefeitura Municipal, ou de proprietários e entidades privadas, na missão de combate aos focos de proliferação do mosquito Aedes aegypti.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, ainda, proceder à contratação temporária de pessoal, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, desde que devidamente justificada e com a finalidade de atender às atividades do programa de combate à Dengue, com prévia anuência da Procuradoria Jurídica e do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Para evitar a proliferação do mosquito Aedes aegypti e combater a dengue, a febre amarela, a chikungunya, o zika vírus e demais zoonoses, compete:

I - aos proprietários de imóveis urbanos ou rurais, inquilinos ou responsáveis por propriedades particulares:

a) conservar a limpeza dos quintais;

b) recolher pneus, latas, plásticos e outros objetos ou recipientes, que possam acumular água;

c) conservar adequadamente vedadas as caixas d'água;

c) trocar a água dos vasos de plantas em intervalos máximos de cinco dias;

d) colocar areia nos vasos de plantas aquáticas e nos pratos de vasos de plantas;

f) tornar inadidas para evitar que objetos, plantas ou árvores, possam acumular água ou se tornar criadouros de mosquitos;

II - aos proprietários de lotes ou terrenos baldios remover os entulhos ali depositados.

III - aos proprietários de estabelecimentos tais como laminadoras de pneus, borracharias, depósitos de materiais em geral, industria de construções ferros-velhos e similares:

a) manter os pneus secos ou cobertos com lonas ou acondicionados em barracões devidamente vedados;

b) manter secos e abrigados da chuva quaisquer recipientes suscetíveis de acúmulo de água.

c) atender às determinações emitidas pelos agentes de saúde pública;

IV - às imobiliárias de vigilância à saúde:

a) realizar inspeções nos municípios para levantamento do índice de infestação nos domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais;

b) realizar palestras e divulgar materiais em escolas, associações civis, igrejas, clubes sociais e de serviços, programas de rádio e de televisão, sobre a prevenção da Dengue, da Febre Amarela, da Chikungunya, do Zika Vírus e de outras zoonoses;

c) mobilizar a comunidade para a realizar mutirões de limpeza dentro e fora das casas;

c) aplicar larvicidas e inseticidas nos locais infestados e nos locais que possam se tornar criadouros de mosquitos;

e) firmar parcerias com órgãos públicos ou privados para implementar ações de combate à dengue, febre amarela, chikungunya, zika vírus e demais zoonoses.

V - aos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da rede pública:

a) desenvolver programas de conscientização dos alunos quanto à prevenção e o combate à dengue, da febre amarela, da chikungunya, do zika vírus e demais zoonoses, de forma interdisciplinar;

b) firmar parcerias com órgãos públicos ou privados para implementar ações de combate à dengue, febre amarela, chikungunya, zika vírus e demais zoonoses.

Art. 4º Os imóveis vagos sob responsabilidade de imobiliárias ou de construtoras devem ser inspecionados por agentes de saúde para verificação quanto à existência de criadouros de Aedes aegypti e de outros vetores de zoonoses.

§ 1º A inspeção de que trata o caput deste artigo deve ser acompanhada pelo proprietário do imóvel, por alguém indicado por ele, ou pelo representante da imobiliária ou da construtora.

§ 2º Os agentes de saúde que forem realizar a inspeção de que trata o caput desta artigo devem apresentar documentos de identificação pessoal e profissional e devolver as chaves dos imóveis logo após a inspeção.

Art. 5º Somente podem ser depositados a céu aberto objetos que não ofereçam risco de se tornar criadouros de Aedes aegypti e de outros vetores de zoonoses, independentemente de possuírem finalidade comercial ou não.

§ 1º Os proprietários ou responsáveis por locais em que possua depósito de bens a céu aberto devem realizar ações de sensibilização e da educação ambiental junto aos seus empregados e servidores, com o objetivo de contribuir no processo de prevenção e de controle da proliferação do Aedes aegypti e de outros vetores de zoonoses.

§ 2º Nos pátios de órgãos públicos ou empresas terceirizadas que abrigam veículos retidos ou apreendidos, irregulares ou sinistrados, sob a responsabilidade do Departamento de Trânsito e dos Postos da Polícia Rodoviária Estadual, Federal, Detran e Polícia Civil, os veículos que por suas características específicas representarem risco de proliferação a que se refere este Decreto, devem ser acondicionados em local coberto e livre da chuva.

Art. 6º O descumprimento do disposto neste Decreto sujeita o infrator às seguintes penalidades

I - advertência.

II - multa.

III - intimação para cumprimento das recomendações sanitárias.

IV - suspensão da autorização para funcionamento do estabelecimento por até trinta dias.

V - cassação da autorização para funcionamento do estabelecimento.

§ 1º A multa de que trata o inciso II deste artigo será aplicada da seguinte forma:

I - quando o infrator for pessoa física: o correspondente a 10 (dez) Unidades Fiscais do Município - UFM;

II - quando o infrator for Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI: o correspondente a 20 (vinte) Unidades Fiscais do Município – UFM;

III - quando o infrator for pessoa jurídica que não se enquadre nas categorias da ME, EPP e MEI: o correspondente a 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município.

§ 2º As multas estipuladas no § 1º deste artigo serão dobradas em caso da reincidência.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 11 de abril de 2022.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIKS

O Consórcio Intermunicipal de Saúde, através da sua Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados a seguinte ratificação:

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO N. º 064/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 013/2022, publicadas no jornal Diário do Sudoeste, na data de 12/03/2022, edição nº 8101, pg 05 e Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 10/03/2022, edição 2473.

Considerando se o equívoco na digitação do objeto do processo no sistema

ONDE SE LÊ:

Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios e bebidas para coffee break para este CONIKS e fornecimento de bolsas sulgelas e bolsa para o CAPS AD III de Coronel Vivida/PR, de acordo com as condições e especificações constantes no edital e seus anexos.

LEIA-SE:

Futura e Eventual aquisição de produtos para coffee break e demais alimentos, de acordo com as condições e especificações constantes neste termo de referência

Pato Branco/PR, 11 de abril de 2022

PAULO HORN
PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nº. Processo:	67/2022
b) Nº. Licitação:	60/2022 - IL
c) Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
d) Data da Homologação:	11/04/2022
e) Objeto da Licitação:	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OSTOMIA EM GERAL

f) Fornecedores Vencedores:

PUPA &C COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	Total fornecedor: R$ 1.856.337,60 Total geral: R$ 1.856.337,60

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados	02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.30.0

PAULO HORN
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 60/2022

Fundamentado no art. 74 da Lei de Licitações nº 14133/21, RATIFICO a Inexigibilidade Nº 60/2022, para a CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OSTOMIA EM GERAL

Valor Global: 1.856.337,60

Dotação: 02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.30.00 Fonte: 078

Data: 11/04/2022

PAULO HORN
Presidente

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2022. PREGÃO ELETRÔNICO nº 3/2022 EMPRESA: CEI – Centro Educacional Integração Ltda, sediada na Rua Tocantins, nº 1954, sala 03 e 04, Centro, CEP 85.505-140, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, Inscrita no CNPJ sob o nº 24.180.904/0001-04 e Inscrição Estadual sob o nº isento, doravante designada DETENTORA DA ATA DO OBJETO: a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual contratação de empresa para execução de ações de formação e acompanhamento de profissionais do SUAS, visando o aprimoramento da oferta de serviços socioassistenciais voltados ao público vulnerável, através de SUPERVISÃO TÉCNICA, conforme previsto na Resolução Nº 06, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de 2016 - Quadro 1.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	UNIT	TOTAL	MARCA
1	4	FORMAÇÃO INICIAL ÀS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS Extensa: Único de Assistência Social (SUAS) Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Rede de Serviço Socioassistencial Local. Contextualização Histórica do Acolhimento no Brasil – "da situação irregular" ao Estatuto da criança e do adolescente. Atribuições e competências da equipe técnica do Serviço de Acolhimento Familiar. Atribuições e obrigações das famílias acolhedoras em atividade – Acolhimento. Direitos Psicológicos do Acolhimento Familiar Aspectos da clínica e do Sigilo da Família Acolhedora em relação ao acolhido e sua história de vida. O acolhimento do Adolescente e suas especificidades. Fixação e Adoção Orientações da Vara da Infância e Juventude. A abordagem da família acolhedora relacionada aos acolhidos portadores de transtornos psiquiátricos.	150	Hrs	145,00	21.750,00	CEI

VALOR TOTAL DA ATA = R$ 21.750,00 (Vinte e um mil setecentos e cinquenta reais). DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade por até 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. DO PRAZO, LOCAL DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO: Os serviços deverão ser executados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do momento do recebimento da nota de empenho, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, nos locais indicados pela CONTRATANTE. DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cad Único, fonte 940 – agência 82759 (Banco do Brasil) conta corrente 602-5; Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS, Fonte 933 – agência 82759 (Banco do Brasil) conta corrente 603-3 Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo Municipal de Assistência Social – Manutenção dos Serviços - Fonte de recurso 01000 (Livre); Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, Programa Imposto de Renda, Fonte 680, Banco do Brasil, Agência 8275-9, Conta Corrente 464-2, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, INCENTIVO FAMÍLIA ACOLHEDORA, PROGRAMA CRESCER EM FAMÍLIA, Fonte 680, Banco do Brasil, Agência 8275-9, Conta Corrente 1519. Despesa 1238 1283. GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Bruna Simionato Paulek. Mariópolis, 05 de Abril de 2022. Município de Mariópolis. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
Extrato do Contrato nº 20/2022

Partes. CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e JOSE FERMINO DA ROSA & CIA LTDA., CNPJ/MF: 72.543.010/0001-54. **Objeto**: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção, recarga e inspeção técnica periódica de extintores. **Valor**: O valor total estimado a ser pago pela contratação é de R$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais). **Vigência**: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de sua publicação. **Dotação**. 136/3.3.90.39.20.03.00 - manutenção e conservação bens imóveis de outras naturezas, e 136/3.3.90.30.04.00.00 - gás e outros engarrafados. **Origem do Contrato**. Dispensa de Licitação nº 18/2022 , conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 80/2022. **Foro**: Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para dirimir questões relativas ao presente contrato. **Local, data e assinatura**: Pato Branco, 12 de abril de 2022. Claudemir Zanco - Contratante e José Fermino da Rosa - Contratada.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.695, DE 7 DE ABRIL DE 2022.

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 65, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da sua publicação oficial.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria dos vereadores Claudemir Zanco, Dirceu Luiz Bianchi, Eduardo Albani Dala Costa, Jamaike Kosinski, Joecir Bernardi, Lindomar Rodrigo Brandão, Marcos Junior Marini, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Pamela, Rafael Celestrin, Romulo Faggion e Thania Maria Comelek Gehler.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 7 de abril de 2022.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

- **Esta Lei será publicada na íntegra no Diário dos Municípios do Paraná – AMP na data de 13/04/2022.**

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DA DISPENSA 28/2022 - PROCESSO: 109/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – CNPJ: 76.995.418/0001-54. ***CONTRATADO: EMERSON SANTANA***, CNPJ nº 37.538.582/0001-74. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para aquisição de **Drone**, com câmera 2k, conjunto de baterias, cartão de memória com o tempo mínimo de vôo de 20 minutos, atendendo as necessidades do Departamento de Imprensa da Prefeitura Municipal de Pato Branco. **VALOR: R$ 7.600,00. DATA DA AUTORIZAÇÃO:** 11 de Abril de 2022. Mauro José Sbaraini - Secretário de Administração e Finanças. Robson Cantu – Prefeito.

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR – CNPJ: 80.874.500/0001-86

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022 – REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2022

Processo Licitatório Nº 17/2022 – HOMOLOGADO EM: 08/04/2022.

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (de 11/04/2022 à 10/04/2023).

DETENTORA: CASA DA LIMPEZA CRISTO REI EIRELI – ME – CNPJ: 27.787.654/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS aquisições de gêneros alimentícios não perecíveis produtos de copa e cozinha para coffee break, exclusivos cozinha e eventuais a serem utilizados em todas as dependências conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, anexo este(s) item(ns) descrito(s) abaixo do Pregão Eletrônico nº 14/2022, nos termos dos condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	MARCA	QTDE	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
3	Amido de milho, produto amiláceo extraído de milho (Zea mays L.) com uso na função de grudes, maria de fabricante, data de fabricação e validade. Acondicionado em embalagem resistente de 500g.	UNID	CAMIL	80	3,60	288,00
10	Bolacha palha - Especificação: bolacha fina palha, tipo palha sabor natural, composta por farinha de trigo, gordura vegetal, sal e outros ingredientes permitidos, sendo de qualidade e outras matérias estranhas, embalagem primária hermeticamente fechada, atóxica e limpa. Embalagem com 500 g.	UNID	CINDERELA	100	18,73	1.873,00
12	Biscoito salgado, tipo cream cracker, à base de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, amido de milho, sal refinado, fermento, leite ou soro. Embalagem de 370 gramas. Validade mínima de 3 meses após a data da entrega.	UNID	NONFA	200	4,30	860,00
14	Café solúvel granulado, acondicionado em recipiente de vidro, com peso líquido de 200g, 100% café puro, sabor tradicional, capaz de ser diluído em água quente sem deixar resíduos sólidos. Sucessão de Marca: Nescafé, Tradição	UNID	NESCAFÉ	150	14,50	2.175,00
15	Canjica em pó, produto de primeira qualidade, pó fino, contendo aproximadamente livre de grumos e de qualquer substância estranhamente, sem traços bolores ou mofo. Embalagem tipo tijolo, com tampa plástica, contendo informações sobre o produto e peso de no mínimo 500g.	UNID	INCAS	50	3,83	191,50
16	Canjica em pó, produto de primeira qualidade, devendo apresentar-se livre de grumos e de qualquer substância estranhamente, sem traços bolores ou mofo. Embalagem tipo tijolo plástica, contendo informações sobre o produto e peso de no mínimo 500g.	UNID	INCAS	50	3,45	172,50
19	Chocolate granulado, fino de cacau, em embalagens de 80g. A embalagem deverá conter externamente dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, exame(s) de pesquisa e anexo(s) as exigências técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em vigência vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses.	UNID	INCAS	300	4,99	1.497,00
20	Coco ralado macerado sem açúcar. Pacotes de 100gr a granulação deve ser obtida do endosperma da fruta do coqueiro (cocos nucifera L.), através de processo tecnológico adequado, passando por peneiramento, branqueamento ou não. Aspecto, cor, sabor e odor característicos, umidade máx de 4% e açúcar max de 4,5%, ausência de fungos, microbiológicos, pesos e medidas, acondicionados em embalagem devidamente de acordo com a resolução rdc nº 259 de 20/09/2002 Anvisa/ms.	UNID	VALE	60	5,20	312,00
21	Corante, líquido gel/pó fino, com aparência, odor e sabor próprios, contendo os seguintes ingredientes: água, açucar, álcool de cereais e sal. Embalagem de polietileno de 500gr. Validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	UNID	INCAS	60	4,40	264,00
22	Creme de leite. Embalagem plástica com 300g. Data de fabricação e prazo de validade.	UNID	INCAS	50	3,54	177,00
23	Creme de leite 100% de origem animal, embalado em embalagem tetra pak longa vida, sem amassados, não estufados, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo 200 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, exames e anexos exigidos.	UNID	TERRA VIVA	200	2,26	452,00
24	Farinha de milho amarela, isenta de restos de insetos, sujidades, parasitas e substâncias tóxicas, prejudiciais à saúde, livre de umidade, fermentação e isenta de qualquer sujidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor característicos, isenta de matérias terrosas, isenta de glúten, acondicionado em embalagem de polietileno transparente de 1 kg, validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	UNID	DALLA	200	3,65	730,00
25	Farinha de trigo especial, com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, tipo 1, embalagem de 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UNID	AFITI	200	3,62	724,00
45	Extrato de tomate concentrado - produto extraído 100% de tomates, com cor e consistência característica, isento de sujidades, não contém soja. Embalagem em sachê 340 gramas. Sugestão de marca: Fugini.	UNID	PREDILECTA	200	5,56	1.112,00
52	Refrigerante Composto De Extrato De Cola, de primeira qualidade Composto Água Gaseificada, Açucares, Sendo Xarope De Extrato Vegetal, Cafeína, Corantes, Conservador, Isento De Corantes Artificiais, Sem Adição De Açúcares, Levulose, Acondicionado Em Pet Com Tampa De Rosca, Contendo 2 Litros Cada. 30% de conteúdo a mais e porção de 250ml (ou de acordo com o padrão do fornecedor de melhor qualidade). Marca de referência: Coca-Cola	UNID	GARANCE	100	5,67	850,50
58	Suco em pó, para contendo 15 Unidades (e 30 g com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade de produto. Sabores variados.	UNID	KEELAR	150	9,57	1.435,50
62	Papel Alumínio rolo de no mínimo 30cm x 7,5 metros. Embalado em embalagem de papel(), sem furos ou rasgos. Acondicionado conforme a fabricante de forma a garantir a higiene e a integridade do produto até a utilização, e embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência e quantidade.	UNID	CIOPACK	50	7,91	395,50
63	Saco plástico para alimentos de polietileno, transparente, atóxico, inodoro, que pode ir ao freezer e a geladeira, com capacidade de 7 kg, bobina picotada com 100un. Acondicionamento conforme a fabricante de forma a garantir a higiene e a integridade do produto até a utilização, e embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência e quantidade.	UNID	CIOPACK	100	11,99	1.199,00
64	Saco plástico para alimentos de polietileno, transparente, atóxico, inodoro, que pode ir ao freezer e a geladeira, com capacidade de 5 kg, bobina picotada com 100un. Acondicionamento conforme a fabricante de forma a garantir a higiene e a integridade do produto até a utilização, e embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência e quantidade.	UNID	CIOPACK	100	10,93	1.093,00
65	Touca descartável confeccionada sobre duplo enfeixamento em TNT, com elástico, garantia 30 pç deverá ser entregue em embalagem com 100 unidades. Acondicionamento conforme a fabricante de forma a garantir a higiene e a integridade do produto até a utilização.	UNID	NOBRE	50	14,95	747,50

1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 31.688,00 (Cinquenta Mil e Sessenta e Oito e Seis Reais)**.
2. As quantidades estimadas acima são meramente indicativas, podendo haver variações, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
4. Os pagamentos oriundos por conta dos recursos das Outras Fontes que serão indicados quando da solicitação para aquisição da mercadoria. - 03.00 – Departamento de Educação e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12361C102.C.031 – Merenda Escolar; 33.90.32 – Material, Bem ou serviço para distribuição; Despesa 1537; 08.00 Departamento da Ação Social; 08.03 Fundo municipal de Assistência Social; 08244000B2.047 Desenvolvimento de Ações do Bloco de Financiamento da gestão Social Básica; 33.90.30 Material de Consumo; Despesa 913.

Bom Sucesso do Sul, 12 de Abril de 2022

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE PATO BRANCO - CMDI
Rua Theofilo Augusto Loiola, 264, Sambugaro
Pato Branco – PR
Tel. (46) 3225-5544
sedoc@patobranco.pr.gov.br

RESOLUÇÃO 003/2022

Súmula: Aprova a reprogramação do saldo do FMDI – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso para o ano de 2022

O Conselho Municipal em Defesa do Idoso (CMDI) de Pato Branco no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.458 de 15 de Dezembro de 2010, por meio de Deliberação em reunião ordinária realizada no dia 12 de abril de 2022.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a reprogramação do saldo do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI para o ano de 2022, sendo:

Fonte 600 – R$ 259.228,05 (duzentos e cinquenta e nove mil e duzentos e vinte e oito reais e cinco centavos)

08241000242.247000 - Subvenções Sociais – 3.3.50.43.00.00.00 – R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

08241000242.247000 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – 3.3.90.39.00.00.00 – R$ 59.228,05 (cinquenta e nove mil e duzentos e vinte e oito reais e cinco centavos)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se todas as disposições contrárias.

Pato Branco, 12 de abril de 2022.

Aline Aparecida Bonamigo
Presidente
CMDI

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Câmara Mun de Pato Branco Fls 363

Ofício nº 165/2022-DL

Pato Branco, 19 de abril de 2022.

Senhor Prefeito:

Considerando a publicação da Lei nº 5.895, de 7 de abril de 2022, que declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada, na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 8119, de 13 de abril de 2022 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/4/2022. Edição nº 2497, **reencaminhamos** a REDAÇÃO FINAL do projeto de lei nº 215/2021, e solicitamos a republicação de referida lei devido a um erro material, onde não constou a incorporação da emenda aprovada.

Atenciosamente.

CLAUDEMIR ZANCO
PRESIDENTE
Assinado digitalmente
ACT-Safeweb19/04/2022 21:24:47 -03:00

Excelentíssimo Senhor
Robson Cantu
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 3 6 9
E

PROJETO DE LEI Nº 215, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco, implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada:

I.	Lei nº 2, de 30 de janeiro de 1953;
II.	Lei nº 3, de 31 de janeiro de 1953;
III.	Lei nº 4, de 31 de janeiro de 1953;
IV.	Lei nº 7, de 2 de fevereiro de 1953;
V.	Lei nº 8, de 2 de fevereiro de 1953;
VI.	Lei nº 10, de 2 de fevereiro de 1953;
VII.	Lei nº 11, de 2 de fevereiro de 1953;
VIII.	Lei nº 15, de 17 de fevereiro de 1953;
IX.	Lei nº 17, de 20 de fevereiro de 1953;
X.	Lei nº 18, de 19 de fevereiro de 1953;
XI.	Lei nº 19, de 21 de fevereiro de 1953;
XII.	Lei nº 20, de 25 de abril de 1953;
XIII.	Lei nº 22, de 25 de junho de 1953;
XIV.	Lei nº 23, de 25 de junho de 1953;
XV.	Lei nº 25, de 25 de junho de 1953;
XVI.	Lei nº 26, de 26 de junho de 1953;
XVII.	Lei nº 28, de 1953;
XVIII.	Lei nº 29, de 19 de outubro de 1953;
XIX.	Lei nº 30, de 19 de outubro de 1953;
XX.	Lei nº 31, de 19 de outubro de 1953;
XXI.	Lei nº 32, de 19 de outubro de 1953;
XXII.	Lei nº 33, de 19 de outubro de 1953;
XXIII.	Lei nº 34, de 22 de outubro de 1953;
XXIV.	Lei nº 35, de 23 de outubro de 1953;
XXV.	Lei nº 36, de 23 de outubro de 1953;
XXVI.	Lei nº 37, de 24 de outubro de 1953;
XXVII.	Lei nº 38, de 24 de outubro de 1953;
XXVIII.	Lei nº 39, de 24 de outubro de 1953;
XXIX.	Lei nº 40, de 24 de outubro de 1953;
XXX.	Lei nº 41, de 24 de outubro de 1953;
XXXI.	Lei nº 42, de 24 de outubro de 1953;
XXXII.	Lei nº 43, de 24 de outubro de 1953;
XXXIII.	Lei nº 44, de 24 de outubro de 1953;
XXXIV.	Lei nº 45, de 24 de outubro de 1953;
XXXV.	Lei nº 46, de 24 de outubro de 1953;
XXXVI.	Lei nº 47, de 26 de outubro de 1953;
XXXVII.	Lei nº 48, de 25 de outubro de 1953;
XXXVIII.	Lei nº 50, de 27 de outubro de 1953;
XXXIX.	Lei nº 51, de 27 de outubro de 1953;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 365

XL.	Lei nº 52, de 27 de outubro de 1953;
XLI.	Lei nº 53, de 28 de dezembro de 1953;
XLII.	Lei nº 54, de 28 de dezembro de 1953;
XLIII.	Lei nº 55, de 28 de dezembro de 1953;
XLIV.	Lei nº 56, de 30 de março de 1954;
XLV.	Lei nº 57, de 30 de março de 1954;
XLVI.	Lei nº 58, de 30 de março de 1954;
XLVII.	Lei nº 59, de 30 de março de 1954;
XLVIII.	Lei nº 60, de 30 de abril de 1954;
XLIX.	Lei nº 61, de 30 de março de 1954;
L.	Lei nº 64, de 18 de outubro de 1954;
LI.	Lei nº 65, de 22 de outubro de 1954;
LII.	Lei nº 72, de 5 de janeiro de 1955;
LIII.	Lei nº 73, de 5 de janeiro de 1955;
LIV.	Lei nº 74, de 5 de janeiro de 1955;
LV.	Lei nº 75, de 1º de fevereiro de 1955;
LVI.	Lei nº 76, de 4 de fevereiro de 1955;
LVII.	Lei nº 78, de 17 de fevereiro de 1955;
LVIII.	Lei nº 79, de 3 de junho de 1955;
LIX.	Lei nº 80, de 3 de junho de 1955;
LX.	Lei nº 81, de 3 de junho de 1955;
LXI.	Lei nº 82, de 24 de junho de 1955;
LXII.	Lei nº 83, de 24 de junho de 1955;
LXIII.	Lei nº 84, de 14 de julho de 1955;
LXIV.	Lei nº 86, de 14 de julho de 1955;
LXV.	Lei nº 87, de 10 de outubro de 1955;
LXVI.	Lei nº 88, de 19 de outubro de 1955;
LXVII.	Lei nº 89, de 21 de outubro de 1955;
LXVIII.	Lei nº 90, de 30 de novembro de 1955;
LXIX.	Lei nº 91, de 12 de janeiro de 1956;
LXX.	Lei nº 92, de 12 de janeiro de 1956;
LXXI.	Lei nº 93, de 12 de janeiro de 1956;
LXXII.	Lei nº 94, de 14 de janeiro de 1956;
LXXIII.	Lei nº 95, de 26 de março de 1956;
LXXIV.	Lei nº 96, de 26 de março de 1956;
LXXV.	Lei nº 97, de 26 de março de 1956;
LXXVI.	Lei nº 98, de 26 de março de 1956;
LXXVII.	Lei nº 99, de 26 de março de 1956;
LXXVIII.	Lei nº 100, de 26 de março de 1956;
LXXIX.	Lei nº 101, de 26 de março de 1956;
LXXX.	Lei nº 102, de 26 de março de 1956;
LXXXI.	Lei nº 103, de 26 de março de 1956;
LXXXII.	Lei nº 104, de 26 de março de 1956;
LXXXIII.	Lei nº 105, de 26 de março de 1956;
LXXXIV.	Lei nº 106, de 26 de março de 1956;
LXXXV.	Lei nº 107, de 26 de março de 1956;
LXXXVI.	Lei nº 108, de 26 de março de 1956;
LXXXVII.	Lei nº 109, de 16 de abril de 1956;
LXXXVIII.	Lei nº 110, de 16 de abril de 1956;
LXXXIX.	Lei nº 112, de 7 de maio de 1956;
XC.	Lei nº 113, de 7 de maio de 1956;
XCI.	Lei nº 114, de 7 de maio de 1956;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 366

XCII.	Lei nº 115, de 7 de maio de 1956;
XCIII.	Lei nº 116, de 31 de maio de 1956;
XCIV.	Lei nº 117, de 31 de maio de 1956;
XCV.	Lei nº 118, de 26 de junho de 1956;
XCVI.	Lei nº 119, de 26 de junho de 1956;
XCVII.	Lei nº 120, de 26 de junho de 1956;
XCVIII.	Lei nº 121, de 26 de junho de 1956;
XCIX.	Lei nº 122, de 26 de junho de 1956;
C.	Lei nº 122-A, de 28 de dezembro de 1956;
CI.	Lei nº 123, de 31 de dezembro de 1956;
CII.	Lei nº 127, de 31 de dezembro de 1956;
CIII.	Lei nº 128, de 31 de dezembro de 1956;
CIV.	Lei nº 129, de 31 de dezembro de 1956;
CV.	Lei nº 130, de 31 de dezembro de 1956;
CVI.	Lei nº 131, de 31 de dezembro de 1956;
CVII.	Lei nº 132, de 31 de dezembro de 1956;
CVIII.	Lei nº 133, de 31 de dezembro de 1956;
CIX.	Lei nº 134, de 31 de dezembro de 1956;
CX.	Lei nº 135, de 31 de dezembro de 1956;
CXI.	Lei nº 136, de 28 de dezembro de 1956;
CXII.	Lei nº 1, de 15 de março de 1957;
CXIII.	Lei nº 2, de 15 de março de 1957;
CXIV.	Lei nº 3, de 15 de março de 1957;
CXV.	Lei nº 4, de 15 de março de 1957;
CXVI.	Lei nº 5, de 15 de março de 1957;
CXVII.	Lei nº 6, de 15 de março de 1957;
CXVIII.	Lei nº 7, de 15 de março de 1957;
CXIX.	Lei nº 8, de 15 de março de 1957;
CXX.	Lei nº 9, de 15 de março de 1957;
CXXI.	Lei nº 11, de 17 de junho de 1957;
CXXII.	Lei nº 12, de 17 de junho de 1957;
CXXIII.	Lei nº 13, de 17 de junho de 1957;
CXXIV.	Lei nº 14, de 17 de junho de 1957;
CXXV.	Lei nº 15, de 17 de julho de 1957;
CXXVI.	Lei nº 16, de 17 de junho de 1957;
CXXVII.	Lei nº 17, de 17 de junho de 1957;
CXXVIII.	Lei nº 18, de 17 de junho de 1957;
CXXIX.	Lei nº 19, de 17 de julho de 1957;
CXXX.	Lei nº 20, de 17 de junho de 1957;
CXXXI.	Lei nº 21, de 17 de junho de 1957;
CXXXII.	Lei nº 22, de 1957;
CXXXIII.	Lei nº 23, de 17 de junho de 1957;
CXXXIV.	Lei nº 25, de 17 de junho de 1957;
CXXXV.	Lei nº 26, de 17 de junho de 1957;
CXXXVI.	Lei nº 27, de 17 de junho de 1957;
CXXXVII.	Lei nº 28, de 17 de junho de 1957;
CXXXVIII.	Lei nº 29, de 26 de setembro de 1957;
CXXXIX.	Lei nº 30, de 27 de setembro de 1957;
CXL.	Lei nº 31, de 18 de junho de 1957;
CXLI.	Lei nº 32, de 18 de junho de 1957;
CXLII.	Lei nº 33, de 18 de junho de 1957;
CXLIII.	Lei nº 34, de 8 de novembro de 1957;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 364

CXLIV.	Lei nº 35, de 18 de junho de 1957;
CXLV.	Lei nº 36, de 12 de dezembro de 1957;
CXLVI.	Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1957;
CXLVII.	Lei nº 38, de 12 de dezembro de 1957;
CXLVIII.	Lei nº 39, de 12 de dezembro de 1957;
CXLIX.	Lei nº 40, de 12 de dezembro de 1957;
CL.	Lei nº 41, de 12 de dezembro de 1957;
CLI.	Lei nº 42, de 12 de dezembro de 1957;
CLII.	Lei nº 43, de 12 de dezembro de 1957;
CLIII.	Lei nº 44, de 18 de junho de 1957;
CLIV.	Lei nº 45, de 18 de junho de 1957;
CLV.	Lei nº 46, de 18 de junho de 1957;
CLVI.	Lei nº 1, de 28 de fevereiro de 1958;
CLVII.	Lei nº 4, de 13 de março de 1958;
CLVIII.	Lei nº 5, de 18 de junho de 1958;
CLIX.	Lei nº 6, de 18 de junho de 1958;
CLX.	Lei nº 7, de 21 de maio de 1958;
CLXI.	Lei nº 8, de 18 de junho de 1958;
CLXII.	Lei nº 9, de 18 de junho de 1958;
CLXIII.	Lei nº 10, de 18 de junho de 1958;
CLXIV.	Lei nº 11, de 20 de junho de 1958;
CLXV.	Lei nº 13, de 20 de junho de 1958;
CLXVI.	Lei nº 14, de 18 de junho de 1958;
CLXVII.	Lei nº 15, de 17 de julho de 1958;
CLXVIII.	Lei nº 16, de 16 de julho de 1958;
CLXIX.	Lei nº 17, de 16 de julho de 1958;
CLXX.	Lei nº 18, de 16 de julho de 1958;
CLXXI.	Lei nº 19, de 17 de julho de 1958;
CLXXII.	Lei nº 20, de 10 de julho de 1958;
CLXXIII.	Lei nº 21, de 22 de dezembro de 1958;
CLXXIV.	Lei nº 22, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXV.	Lei nº 23, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXVI.	Lei nº 24, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXVII.	Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXVIII.	Lei nº 26, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXIX.	Lei nº 27, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXX.	Lei nº 28, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXXI.	Lei nº 29, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXXII.	Lei nº 30, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXXIII.	Lei nº 1, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXIV.	Lei nº 2, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXV.	Lei nº 3, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXVI.	Lei nº 4, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXVII.	Lei nº 5, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXVIII.	Lei nº 6, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXIX.	Lei nº 7, de 7 de janeiro de 1959;
CXC.	Lei nº 10, de 7 de janeiro de 1959;
CXCI.	Lei nº 15, de 16 de junho de 1959;
CXCII.	Lei nº 16, de 20 de junho de 1959;
CXCIII.	Lei nº 17, de 20 de junho de 1959;
CXCIV.	Lei nº 18, de 20 de junho de 1959;
CXCV.	Lei nº 19, de 2 de julho de 1959;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 362

CXCVI.	Lei nº 21, de 2 de julho de 1959;
CXCVII.	Lei nº 22, de 2 de julho de 1959;
CXCVIII.	Lei nº 23, de 2 de julho de 1959;
CXCIX.	Lei nº 24, de 2 de julho de 1959;
CC.	Lei nº 25, de 7 de julho de 1959;
CCI.	Lei nº 26, de 4 de outubro de 1959;
CCII.	Lei nº 27, de 4 de outubro de 1959;
CCIII.	Lei nº 29, de 14 de outubro de 1959;
CCIV.	Lei nº 30, de 17 de outubro de 1959;
CCV.	Lei nº 31, de 17 de outubro de 1959;
CCVI.	Lei nº 36, de 23 de outubro de 1959;
CCVII.	Lei nº 37, de 23 de outubro de 1959;
CCVIII.	Lei nº 38, de 23 de outubro de 1959;
CCIX.	Lei nº 39, de 23 de outubro de 1959;
CCX.	Lei nº 40, de 23 de outubro de 1959;
CCXI.	Lei nº 41, de 10 de outubro de 1959;
CCXII.	Lei nº 42, de 22 de outubro de 1959;
CCXIII.	Lei nº 43, de 23 de outubro de 1959;
CCXIV.	Lei nº 44, de 23 de outubro de 1959;
CCXV.	Lei nº 45, de 17 de outubro de 1959;
CCXVI.	Lei nº 1, de 10 de abril de 1960;
CCXVII.	Lei nº 1-A, de 13 de fevereiro de 1960;
CCXVIII.	Lei nº 3, de 12 de abril de 1960;
CCXIX.	Lei nº 4, de 14 de abril de 1960;
CCXX.	Lei nº 4-A, de 23 de maio de 1960;
CCXXI.	Lei nº 5, de 4 de abril de 1960;
CCXXII.	Lei nº 6, de 10 de abril de 1960;
CCXXIII.	Lei nº 7, de 10 de abril de 1960;
CCXXIV.	Lei nº 8, de 29 de março de 1960;
CCXXV.	Lei nº 11, de 29 de março de 1960;
CCXXVI.	Lei nº 12, de 29 de outubro 1960;
CCXXVII.	Lei nº 13, de 29 de outubro de 1960;
CCXXVIII.	Lei nº 14, de 29 de outubro de 1960;
CCXXIX.	Lei nº 15, de 29 de outubro de 1960;
CCXXX.	Lei nº 16, de 29 de outubro de 1960;
CCXXXI.	Lei nº 17, de 29 de outubro de 1960;
CCXXXII.	Lei nº 18, de 14 de abril de 1960;
CCXXXIII.	Lei nº 19, de 29 de outubro 1960;
CCXXXIV.	Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1961;
CCXXXV.	Lei nº 2, de 11 de março de 1961;
CCXXXVI.	Lei nº 3, de 11 de março de 1961;
CCXXXVII.	Lei nº 4, de 11 de março de 1961;
CCXXXVIII.	Lei nº 5, de 11 de março de 1961;
CCXXXIX.	Lei nº 6, de 11 de março de 1961;
CCXL.	Lei nº 7, de 26 de março de 1961;
CCXLI.	Lei nº 8, de 26 de março de 1961;
CCXLII.	Lei nº 9, de 14 de abril de 1961;
CCXLIII.	Lei nº 12, de 15 de abril de 1961;
CCXLIV.	Lei nº 14, de junho de 1961;
CCXLV.	Lei nº 15, de junho de 1961;
CCXLVI.	Lei nº 17, de 30 de junho de 1961;
CCXLVII.	Lei nº 18, de 30 de junho de 1961;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 369
2

CCXLVIII.	Lei nº 19, de 29 de setembro de 1961;
CCXLIX.	Lei nº 20, de 29 de setembro de 1961;
CCL.	Lei nº 22, de 8 de novembro de 1961;
CCLI.	Lei nº 23, de 8 de novembro de 1961;
CCLII.	Lei nº 24, de 26 de dezembro de 1961;
CCLIII.	Lei nº 25, de 26 de dezembro de 1961;
CCLIV.	Lei nº 26, de 30 de dezembro de 1961;
CCLV.	Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1961;
CCLVI.	Lei nº 2, de 16 de fevereiro de 1962;
CCLVII.	Lei nº 3, de 15 de fevereiro de 1962;
CCLVIII.	Lei nº 4, de 7 de março de 1962;
CCLIX.	Lei nº 5, de 23 de maio de 1962;
CCLX.	Lei nº 6, de 23 de maio de 1962;
CCLXI.	Lei nº 7, de 23 de maio de 1962;
CCLXII.	Lei nº 8, de 31 de julho de 1962;
CCLXIII.	Lei nº 9, de 31 de julho de 1962;
CCLXIV.	Lei nº 10, de 31 de julho de 1962;
CCLXV.	Lei nº 11, de 31 de julho de 1962;
CCLXVI.	Lei nº 12, de 31 de julho de 1962;
CCLXVII.	Lei nº 13, de 31 de julho de 1962;
CCLXVIII.	Lei nº 14, de 5 de outubro de 1962;
CCLXIX.	Lei nº 15, de 28 de novembro de 1962;
CCLXX.	Lei nº 16, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXI.	Lei nº 17, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXII.	Lei nº 18, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXIII.	Lei nº 19, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXIV.	Lei nº 20, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXV.	Lei nº 1, de 16 de janeiro de 1963;
CCLXXVI.	Lei nº 2, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXXVII.	Lei nº 3, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXXVIII.	Lei nº 4, de 29 de março de 1963;
CCLXXIX.	Lei nº 5, de 30 de março de 1963;
CCLXXX.	Lei nº 6, de 30 de março de 1963;
CCLXXXI.	Lei nº 7, de 2 de abril de 1963;
CCLXXXII.	Lei nº 8, de 21 de junho de 1963;
CCLXXXIII.	Lei nº 9, de 24 de junho de 1963;
CCLXXXIV.	Lei nº 10, de 24 de junho de 1963;
CCLXXXV.	Lei nº 11, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVI.	Lei nº 12, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVII.	Lei nº 13, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVIII.	Lei nº 14, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXIX.	Lei nº 15, de 11 de julho de 1963;
CCXC.	Lei nº 16, de 21 de setembro de 1963;
CCXCI.	Lei nº 17, de 21 de setembro de 1963;
CCXCII.	Lei nº 18, de 21 de setembro de 1963;
CCXCIII.	Lei nº 19, de 21 de setembro de 1963;
CCXCIV.	Lei nº 20, de 21 de setembro de 1963;
CCXCV.	Lei nº 21, de 21 de setembro de 1963;
CCXCVI.	Lei nº 22, de 21 de setembro de 1963;
CCXCVII.	Lei nº 23, de 25 de outubro de 1963;
CCXCVIII.	Lei nº 25, de 18 de dezembro de 1963;
CCXCIX.	Lei nº 26, de 18 de dezembro de 1963;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 340
E

CCC.	Lei nº 27, de 18 de dezembro de 1963;
CCCI.	Lei nº 2, de 15 de junho de 1964;
CCCII.	Lei nº 3, de 15 de junho de 1964;
CCCIII.	Lei nº 4, de 15 de junho de 1964;
CCCIV.	Lei nº 5, de 15 de junho de 1964;
CCCV.	Lei nº 6, de 15 de junho de 1964;
CCCVI.	Lei nº 7, de 6 de julho de 1964;
CCCVII.	Lei nº 8, de 6 de julho de 1964;
CCCVIII.	Lei nº 10, de 18 de agosto de 1964;
CCCIX.	Lei nº 11, de 20 de agosto de 1964;
CCCX.	Lei nº 12, de 18 de dezembro de 1964;
CCCXI.	Lei nº 13, de 24 de dezembro de 1964;
CCCXII.	Lei nº 13-1, de 30 de dezembro de 1964;
CCCXIII.	Lei nº 14, de 30 de dezembro de 1964;
CCCXIV.	Lei nº 15, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXV.	Lei nº 16, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXVI.	Lei nº 17, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXVII.	Lei nº 18, de 1964;
CCCXVIII.	Lei nº 1, de 3 de março de 1965;
CCCXIX.	Lei nº 3, de 8 de março de 1965;
CCCXX.	Lei nº 4, de 3 de março de 1965;
CCCXXI.	Lei nº 5, de 8 de março de 1965;
CCCXXII.	Lei nº 7, de 13 de março de 1965;
CCCXXIII.	Lei nº 8, de 13 de março de 1965;
CCCXXIV.	Lei nº 9, de 13 de março de 1965;
CCCXXV.	Lei nº 10, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVI.	Lei nº 11, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVII.	Lei nº 12, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVIII.	Lei nº 13, de 8 de abril de 1965;
CCCXXIX.	Lei nº 14, de 9 de abril de 1965;
CCCXXX.	Lei nº 15, de 9 de abril de 1965;
CCCXXXI.	Lei nº 16, de 14 de maio de 1965;
CCCXXXII.	Lei nº 17, de 7 de julho de 1965;
CCCXXXIII.	Lei nº 18, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXIV.	Lei nº 19, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXV.	Lei nº 21, de 6 de julho de 1965;
CCCXXXVI.	Lei nº 22, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXVII.	Lei nº 23, de 7 de junho de 1965;
CCCXXXVIII.	Lei nº 25, de 2 de agosto de 1965;
CCCXXXIX.	Lei nº 26, de 2 de agosto de 1965;
CCCXL.	Lei nº 27, de 3 de agosto de 1965;
CCCXLI.	Lei nº 28, de 3 de agosto de 1965;
CCCXLII.	Lei nº 29, de 9 de setembro de 1965;
CCCXLIII.	Lei nº 30, de 6 de setembro de 1965;
CCCXLIV.	Lei nº 32, de 20 de setembro de 1965;
CCCXLV.	Lei nº 33, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVI.	Lei nº 34, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVII.	Lei nº 35, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVIII.	Lei nº 36, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLIX.	Lei nº 37, de 13 de outubro de 1965;
CCCL.	Lei nº 39, de 13 de outubro de 1965;
CCCLI.	Lei nº 40, de 13 de outubro de 1965;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 371

CCCLII.	Lei nº 42, de 8 de novembro de 1965;
CCCLIII.	Lei nº 43, de 9 de novembro de 1965;
CCCLIV.	Lei nº 44, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLV.	Lei nº 45, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVI.	Lei nº 46, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVII.	Lei nº 47, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVIII.	Lei nº 48, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLIX.	Lei nº 49, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLX.	Lei nº 50, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLXI.	Lei nº 51, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXII.	Lei nº 52, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXIII.	Lei nº 53, de 20 de dezembro de 1965;
CCCLXIV.	Lei nº 54, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXV.	Lei nº 1, de 11 de março de 1966;
CCCLXVI.	Lei nº 2, de 14 de março de 1966;
CCCLXVII.	Lei nº 3, de 14 de março de 1966;
CCCLXVIII.	Lei nº 4, de 14 de março de 1966;
CCCLXIX.	Lei nº 5, de 14 de março de 1966;
CCCLXX.	Lei nº 6, de 14 de março de 1966;
CCCLXXI.	Lei nº 7, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXII.	Lei nº 8, de 14 de março de 1966;
CCCLXXIII.	Lei nº 9, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXIV.	Lei nº 10, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXV.	Lei nº 11, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVI.	Lei nº 12, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVII.	Lei nº 13, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVIII.	Lei nº 14, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXIX.	Lei nº 15, de 3 de maio de 1966;
CCCLXXX.	Lei nº 16, de 3 de maio de 1966;
CCCLXXXI.	Lei nº 17, de 2 de maio de 1966;
CCCLXXXII.	Lei nº 19, de 13 de junho de 1966;
CCCLXXXIII.	Lei nº 20, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXXIV.	Lei nº 21, de 6 de junho de 1966;
CCCLXXXV.	Lei nº 22, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXXVI.	Lei nº 23, de 6 de julho de 1966;
CCCLXXXVII.	Lei nº 25, de 4 de julho de 1966;
CCCLXXXVIII.	Lei nº 26, de 5 de julho de 1966;
CCCLXXXIX.	Lei nº 27, de 6 de julho de 1966;
CCCXC.	Lei nº 28, de 6 de julho de 1966;
CCCXCI.	Lei nº 29, de 1º de agosto de 1966;
CCCXCII.	Lei nº 31, de 1º de agosto de 1966;
CCCXCIII.	Lei nº 32, de 2 de agosto de 1966;
CCCXCIV.	Lei nº 34, de 2 de agosto de 1966;
CCCXCV.	Lei nº 36, de 3 de agosto de 1966;
CCCXCVI.	Lei nº 37, de 2 de setembro de 1966;
CCCXCVII.	Lei nº 38, de 12 de setembro de 1966;
CCCXCVIII.	Lei nº 39, de 5 de outubro de 1966;
CCCXCIX.	Lei nº 40, de 5 de outubro de 1966;
CD.	Lei nº 41, de 5 de outubro de 1966;
CDI.	Lei nº 42, de 6 de dezembro de 1966;
CDII.	Lei nº 43, de 6 de dezembro de 1966;
CDIII.	Lei nº 45, de 15 de dezembro de 1966;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 342

CDIV.	Lei nº 49, de 28 de dezembro de 1966;
CDV.	Lei nº 1, de 3 de fevereiro de 1967;
CDVI.	Lei nº 3, de 14 de fevereiro de 1967;
CDVII.	Lei nº 5, de 7 de abril de 1967;
CDVIII.	Lei nº 6, de 7 de abril de 1967;
CDIX.	Lei nº 7, de 11 de abril de 1967;
CDX.	Lei nº 8, de 5 de maio de 1967;
CDXI.	Lei nº 9, de 5 de junho de 1967;
CDXII.	Lei nº 10, de 5 de junho de 1967;
CDXIII.	Lei nº 11, de 5 de junho de 1967;
CDXIV.	Lei nº 16, de 12 de setembro de 1967;
CDXV.	Lei nº 17, de 12 de setembro de 1967;
CDXVI.	Lei nº 18, de 12 de setembro de 1967;
CDXVII.	Lei nº 19, de 13 de setembro de 1967;
CDXVIII.	Lei nº 20, de 13 de setembro de 1967;
CDXIX.	Lei nº 21, de 13 de setembro de 1967;
CDXX.	Lei nº 22, de 13 de setembro de 1967;
CDXXI.	Lei nº 23, de 12 de outubro de 1967;
CDXXII.	Lei nº 24, de 7 de novembro de 1967;
CDXXIII.	Lei nº 25, de 7 de novembro de 1967;
CDXXIV.	Lei nº 26, de 7 de novembro de 1967;
CDXXV.	Lei nº 27, de 13 de novembro de 1967;
CDXXVI.	Lei nº 28, de 6 de dezembro de 1967;
CDXXVII.	Lei nº 29, de 6 de dezembro de 1967;
CDXXVIII.	Lei nº 1, de 15 de janeiro de 1968;
CDXXIX.	Lei nº 2, de 5 de abril de 1968;
CDXXX.	Lei nº 4, de 5 de abril de 1968;
CDXXXI.	Lei nº 5, de 2 de abril de 1968;
CDXXXII.	Lei nº 7, de 17 de junho de 1968;
CDXXXIII.	Lei nº 8, de 17 de junho de 1968;
CDXXXIV.	Lei nº 9, de 17 de junho de 1968;
CDXXXV.	Lei nº 11, de 17 de junho de 1968;
CDXXXVI.	Lei nº 12, de 17 de junho de 1968;
CDXXXVII.	Lei nº 13, de 16 de junho de 1968;
CDXXXVIII.	Lei nº 14, de 17 de junho de 1968;
CDXXXIX.	Lei nº 15, de 4 de julho de 1968;
CDXL.	Lei nº 16, de 7 de outubro de 1968;
CDXLI.	Lei nº 17, de 7 de outubro de 1968;
CDXLII.	Lei nº 18, de 8 de outubro de 1968;
CDXLIII.	Lei nº 20, de 8 de outubro de 1968;
CDXLIV.	Lei nº 21, de 8 de outubro de 1968;
CDXLV.	Lei nº 22, de 8 de outubro de 1968;
CDXLVI.	Lei nº 23, de 4 de dezembro de 1968;
CDXLVII.	Lei nº 24, de 4 de dezembro de 1968;
CDXLVIII.	Lei nº 26, de 4 de dezembro de 1968;
CDXLIX.	Lei nº 27, de 4 de dezembro de 1968;
CDL.	Lei nº 28, de 4 de dezembro de 1968;
CDLI.	Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1968;
CDLII.	Lei nº 30, de 5 de dezembro de 1968;
CDLIII.	Lei nº 31, de 5 de dezembro de 1968;
CDLIV.	Lei nº 1, de 11 de março de 1969;
CDLV.	Lei nº 2, de 8 de abril de 1969;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 343

CDLVI.	Lei nº 3, de 9 de abril de 1969;
CDLVII.	Lei nº 4, de 9 de abril de 1969;
CDLVIII.	Lei nº 5, de 11 de abril de 1969;
CDLIX.	Lei nº 6, de 9 de maio de 1969;
CDLX.	Lei nº 7, de 18 de maio de 1969;
CDLXI.	Lei nº 8, de 20 de maio de 1969;
CDLXII.	Lei nº 9, de 20 de maio de 1969;
CDLXIII.	Lei nº 14, de 6 de agosto de 1969;
CDLXIV.	Lei nº 15, de 8 de agosto de 1969;
CDLXV.	Lei nº 16, de 10 de setembro de 1969;
CDLXVI.	Lei nº 17, de 6 de setembro de 1969;
CDLXVII.	Lei nº 21, de 5 de novembro de 1969;
CDLXVIII.	Lei nº 22, de 5 de novembro de 1969;
CDLXIX.	Lei nº 24, de 5 de novembro de 1969;
CDLXX.	Lei nº 25, de 6 de novembro de 1969;
CDLXXI.	Lei nº 26, de 7 de novembro de 1969;
CDLXXII.	Lei nº 27, de 7 de novembro de 1969;
CDLXXIII.	Lei nº 29, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXIV.	Lei nº 30, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXV.	Lei nº 31, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXVI.	Lei nº 32, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXVII.	Lei nº 33, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXVIII.	Lei nº 34, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXIX.	Lei nº 35, de 8 de abril de 1970;
CDLXXX.	Lei nº 41, de 2 de junho de 1970;
CDLXXXI.	Lei nº 42, de 26 de junho de 1970;
CDLXXXII.	Lei nº 43, de 26 de junho de 1970;
CDLXXXIII.	Lei nº 44, de 7 de julho de 1970;
CDLXXXIV.	Lei nº 45, de 11 de agosto de 1970;
CDLXXXV.	Lei nº 46, de 7 de outubro de 1970;
CDLXXXVI.	Lei nº 48, de 1º de dezembro de 1970;
CDLXXXVII.	Lei nº 49, de 1º de dezembro de 1970;
CDLXXXVIII.	Lei nº 52, de 18 de dezembro de 1970;
CDLXXXIX.	Lei nº 53, de 18 de dezembro de 1970;
CDXC.	Lei nº 54, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCI.	Lei nº 55, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCII.	Lei nº 56, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCIII.	Lei nº 60, de 16 de julho de 1971;
CDXCIV.	Lei nº 61, de 10 de agosto de 1971;
CDXCV.	Lei nº 62, de 10 de agosto de 1971;
CDXCVI.	Lei nº 63, de 18 de agosto de 1971;
CDXCVII.	Lei nº 67, de 10 de setembro de 1971;
CDXCVIII.	Lei nº 68, de 10 de setembro de 1971;
CDXCIX.	Lei nº 69, de 10 de setembro de 1971;
D.	Lei nº 70, de 5 de outubro de 1971;
DI.	Lei nº 71, de 6 de outubro de 1971;
DII.	Lei nº 72, de 9 de novembro de 1971;
DIII.	Lei nº 75, de 9 de novembro de 1971;
DIV.	Lei nº 76, de 9 de novembro de 1971;
DV.	Lei nº 77, de 9 de novembro de 1971;
DVI.	Lei nº 79, de 10 de novembro de 1971;
DVII.	Lei nº 80, de 15 de dezembro de 1971;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 374

DVIII.	Lei nº 81, de 28 de dezembro de 1971;
DIX.	Lei nº 82, de 28 de dezembro de 1971;
DX.	Lei nº 83, de 28 de dezembro de 1971;
DXI.	Lei nº 84, de 28 de dezembro de 1971;
DXII.	Lei nº 85, de 28 de dezembro de 1971;
DXIII.	Lei nº 86, de 29 de fevereiro de 1972;
DXIV.	Lei nº 92, de 20 de fevereiro de 1972;
DXV.	Lei nº 94, de 29 de fevereiro de 1972;
DXVI.	Lei nº 97, de 1972;
DXVII.	Lei nº 98, de 19 de abril de 1972;
DXVIII.	Lei nº 100, de 10 de maio de 1972;
DXIX.	Lei nº 102, de 27 de junho de 1972;
DXX.	Lei nº 103, de 6 de julho de 1972;
DXXI.	Lei nº 104, de 27 de julho de 1972;
DXXII.	Lei nº 108, de 28 de agosto de 1972;
DXXIII.	Lei nº 109, de 19 de dezembro de 1972;
DXXIV.	Lei nº 111, de 19 de dezembro de 1972;
DXXV.	Lei nº 112, de 19 de dezembro de 1972;
DXXVI.	Lei nº 115, de 19 de dezembro de 1972;
DXXVII.	Lei nº 117, de 19 de dezembro de 1972;
DXXVIII.	Lei nº 118, de 19 de dezembro de 1972;
DXXIX.	Lei nº 120, de 21 de março de 1973;
DXXX.	Lei nº 121, de 6 de abril de 1973;
DXXXI.	Lei nº 122, de 6 de abril de 1973;
DXXXII.	Lei nº 124, de 6 de abril de 1973;
DXXXIII.	Lei nº 125, de 10 de maio de 1973;
DXXXIV.	Lei nº 126, de 10 de maio de 1973;
DXXXV.	Lei nº 128, de 13 de julho de 1973;
DXXXVI.	Lei nº 130, de 31 de agosto de 1973;
DXXXVII.	Lei nº 132, de 31 de agosto de 1973;
DXXXVIII.	Lei nº 133, de 31 de agosto de 1973;
DXXXIX.	Lei nº 135, de 31 de agosto de 1973;
DXL.	Lei nº 136, de 6 de setembro de 1973;
DXLI.	Lei nº 137, de 6 de setembro de 1973;
DXLII.	Lei nº 138, de 6 de setembro de 1973;
DXLIII.	Lei nº 139, de 6 de setembro de 1973;
DXLIV.	Lei nº 143, de 2 de outubro de 1973;
DXLV.	Lei nº 145, de 9 de novembro de 1973;
DXLVI.	Lei nº 146, de 28 de novembro de 1973;
DXLVII.	Lei nº 147, de 28 de novembro de 1973;
DXLVIII.	Lei nº 148, de 30 de novembro de 1973;
DXLIX.	Lei nº 149, de 2 de dezembro de 1973;
DL.	Lei nº 150, de 2 de dezembro de 1973;
DLI.	Lei nº 151, de 2 de dezembro de 1973;
DLII.	Lei nº 152, de 2 de dezembro de 1973;
DLIII.	Lei nº 153, de 2 de dezembro de 1973;
DLIV.	Lei nº 154, de 5 de dezembro de 1973;
DLV.	Lei nº 156, de 5 de dezembro de 1973;
DLVI.	Lei nº 157, de 8 de abril de 1974;
DLVII.	Lei nº 158, de 8 de abril de 1974;
DLVIII.	Lei nº 160, de 9 de maio de 1974;
DLIX.	Lei nº 163, de 22 de agosto de 1974;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 215
E

DLX.	Lei nº 164, de 22 de agosto de 1974;
DLXI.	Lei nº 165, de 9 de setembro de 1974;
DLXII.	Lei nº 166, de 9 de setembro de 1974;
DLXIII.	Lei nº 167, de 9 de setembro de 1974;
DLXIV.	Lei nº 169, de 1º de outubro de 1974;
DLXV.	Lei nº 170, de 1º de outubro de 1974;
DLXVI.	Lei nº 171, de 10 de outubro de 1974;
DLXVII.	Lei nº 172, de 6 de novembro de 1974;
DLXVIII.	Lei nº 173, de 6 de novembro de 1974;
DLXIX.	Lei nº 174, de 18 de novembro de 1974;
DLXX.	Lei nº 175, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXI.	Lei nº 176, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXII.	Lei nº 177, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXIII.	Lei nº 178, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXIV.	Lei nº 179, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXV.	Lei nº 181, de 12 de maio de 1975;
DLXXVI.	Lei nº 182, de 12 de maio de 1975;
DLXXVII.	Lei nº 184, de 12 de maio de 1975;
DLXXVIII.	Lei nº 185, de 12 de maio de 1975;
DLXXIX.	Lei nº 188, de 17 de julho de 1975;
DLXXX.	Lei nº 189, de 17 de julho de 1975;
DLXXXI.	Lei nº 190, de 17 de julho de 1975;
DLXXXII.	Lei nº 191, de 21 de julho de 1975;
DLXXXIII.	Lei nº 195, de 10 de setembro de 1975;
DLXXXIV.	Lei nº 196, de 9 de outubro de 1975;
DLXXXV.	Lei nº 197, de 9 de outubro de 1975;
DLXXXVI.	Lei nº 200, de 13 de outubro de 1975;
DLXXXVII.	Lei nº 201, de 14 de outubro de 1975;
DLXXXVIII.	Lei nº 202, de 6 de novembro de 1975;
DLXXXIX.	Lei nº 203, de 13 de outubro de 1975;
DXC.	Lei nº 204, de 9 de dezembro de 1975;
DXCI.	Lei nº 206, de 12 de dezembro de 1975;
DXCII.	Lei nº 207, de 12 de dezembro de 1975;
DXCIII.	Lei nº 215, de 25 de março de 1976;
DXCIV.	Lei nº 216, de 25 de março de 1976;
DXCV.	Lei nº 217, de 12 de abril de 1976;
DXCVI.	Lei nº 218, de 22 de junho de 1976;
DXCVII.	Lei nº 219, de 22 de junho de 1976;
DXCVIII.	Lei nº 221, de 22 de junho de 1976;
DXCIX.	Lei nº 223, de 2 de julho de 1976;
DC.	Lei nº 224, de 5 de agosto de 1976;
DCI.	Lei nº 225, de 5 de agosto de 1976;
DCII.	Lei nº 226, de 5 de agosto de 1976;
DCIII.	Lei nº 227, de 5 de agosto de 1976;
DCIV.	Lei nº 228, de 5 de agosto de 1976;
DCV.	Lei nº 229, de 15 de setembro de 1976;
DCVI.	Lei nº 230, de 15 de setembro de 1976;
DCVII.	Lei nº 231, de 15 de setembro de 1976;
DCVIII.	Lei nº 232, de 16 de setembro de 1976;
DCIX.	Lei nº 237, de 18 de outubro de 1976;
DCX.	Lei nº 239, de 29 de novembro de 1976;
DCXI.	Lei nº 241, de 17 de novembro de 1976;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 376

DCXII.	Lei nº 242, de 30 de novembro de 1976;
DCXIII.	Lei nº 243, de 15 de dezembro de 1976;
DCXIV.	Lei nº 245, de 16 de dezembro de 1976;
DCXV.	Lei nº 246, de 26 de janeiro de 1977;
DCXVI.	Lei nº 248, de 26 de janeiro de 1977;
DCXVII.	Lei nº 249, de 11 de março de 1977;
DCXVIII.	Lei nº 250, de 14 de março de 1977;
DCXIX.	Lei nº 253, de 14 de março de 1977;
DCXX.	Lei nº 255, de 13 de abril de 1977;
DCXXI.	Lei nº 256, de 14 de abril de 1977;
DCXXII.	Lei nº 259, de 9 de maio de 1977;
DCXXIII.	Lei nº 260, de 9 de maio de 1977;
DCXXIV.	Lei nº 261, de 9 de maio de 1977;
DCXXV.	Lei nº 262, de 13 de junho de 1977;
DCXXVI.	Lei nº 263, de 13 de junho de 1977;
DCXXVII.	Lei nº 265, de 14 de junho de 1977;
DCXXVIII.	Lei nº 266, de 14 de junho de 1977;
DCXXIX.	Lei nº 267, de 14 de junho de 1977;
DCXXX.	Lei nº 268, de 14 de junho de 1977;
DCXXXI.	Lei nº 271, de 22 de julho de 1977;
DCXXXII.	Lei nº 273, de 22 de julho de 1977;
DCXXXIII.	Lei nº 274, de 22 de julho de 1977;
DCXXXIV.	Lei nº 275, de 22 de julho de 1977;
DCXXXV.	Lei nº 276, de 22 de julho de 1977;
DCXXXVI.	Lei nº 277, de 10 de agosto de 1977;
DCXXXVII.	Lei nº 281, de 12 de setembro de 1977;
DCXXXVIII.	Lei nº 282, de 6 de outubro de 1977;
DCXXXIX.	Lei nº 283, de 6 de outubro de 1977;
DCXL.	Lei nº 284, de 7 de outubro de 1977;
DCXLI.	Lei nº 287, de 10 de outubro de 1977;
DCXLII.	Lei nº 288, de 7 de outubro de 1977;
DCXLIII.	Lei nº 289, de 11 de novembro de 1977;
DCXLIV.	Lei nº 290, de 11 de novembro de 1977;
DCXLV.	Lei nº 291, de 11 de novembro de 1977;
DCXLVI.	Lei nº 292, de 21 de novembro de 1977;
DCXLVII.	Lei nº 294, de 1º de dezembro de 1977;
DCXLVIII.	Lei nº 298, de 12 de dezembro de 1977;
DCXLIX.	Lei nº 299, de 9 de janeiro de 1978;
DCL.	Lei nº 300, de 10 de março de 1978;
DCLI.	Lei nº 301, de 10 de março de 1978;
DCLII.	Lei nº 302, de 13 de março de 1978;
DCLIII.	Lei nº 303, de 17 de março de 1978;
DCLIV.	Lei nº 304, de 17 de março de 1978;
DCLV.	Lei nº 305, de 21 de março de 1978;
DCLVI.	Lei nº 309, de 12 de abril de 1978;
DCLVII.	Lei nº 311, de 19 de junho de 1978;
DCLVIII.	Lei nº 312, de 27 de julho de 1978;
DCLIX.	Lei nº 315, de 29 de setembro de 1978;
DCLX.	Lei nº 317, de 29 de setembro de 1978;
DCLXI.	Lei nº 319, de 29 de setembro de 1978;
DCLXII.	Lei nº 323, de 12 de dezembro de 1978;
DCLXIII.	Lei nº 324, de 12 de dezembro de 1978;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 211
E

DCLXIV.	Lei nº 325, de 12 de dezembro de 1978;
DCLXV.	Lei nº 326, de 12 de dezembro de 1978;
DCLXVI.	Lei nº 330, de 13 de dezembro de 1978;
DCLXVII.	Lei nº 332, de 19 de janeiro de 1979;
DCLXVIII.	Lei nº 333,de 26 de abril de 1979;
DCLXIX.	Lei nº 335, de 26 de abril de 1979;
DCLXX.	Lei nº 342, de 3 de setembro de 1979;
DCLXXI.	Lei nº 344, de 20 de setembro de 1979;
DCLXXII.	Lei nº 345, de 27 de setembro de 1979;
DCLXXIII.	Lei nº 346, de 4 de outubro de 1979;
DCLXXIV.	Lei nº 349, de 17 de outubro de 1979;
DCLXXV.	Lei nº 350, de 17 de outubro de 1979;
DCLXXVI.	Lei nº 351, de 13 de novembro de 1979;
DCLXXVII.	Lei nº 353, de 13 de novembro de 1979;
DCLXXVIII.	Lei nº 354, de 13 de novembro de 1979;
DCLXXIX.	Lei nº 355, de 21 de novembro de 1979;
DCLXXX.	Lei nº 356, de 23 de novembro de 1979;
DCLXXXI.	Lei nº 358, de 30 de novembro de 1979;
DCLXXXII.	Lei nº 360, de 5 de dezembro de 1979;
DCLXXXIII.	Lei nº 361, de 6 de dezembro de 1979;
DCLXXXIV.	Lei nº 362, de 6 de dezembro de 1979;
DCLXXXV.	Lei nº 363, de 20 de dezembro de 1979;
DCLXXXVI.	Lei nº 365, de 2 de maio de 1980;
DCLXXXVII.	Lei nº 368, de 14 de maio de 1980;
DCLXXXVIII.	Lei nº 370, de 21 de maio de 1980;
DCLXXXIX.	Lei nº 376, de 12 de agosto de 1980;
DCXC.	Lei nº 380, de 29 de setembro de 1980;
DCXCI.	Lei nº 381, de 29 de setembro de 1980;
DCXCII.	Lei nº 384, de 7 de outubro de 1980;
DCXCIII.	Lei nº 385, de 14 de outubro de 1980;
DCXCIV.	Lei nº 386, de 22 de outubro de 1980;
DCXCV.	Lei nº 387, de 22 de outubro de 1980;
DCXCVI.	Lei nº 389, de 4 de novembro de 1980;
DCXCVII.	Lei nº 390, de 13 de novembro de 1980;
DCXCVIII.	Lei nº 391, de 25 de novembro de 1980;
DCXCIX.	Lei nº 392, de 1º de dezembro de 1980;
DCC.	Lei nº 395, de 17 de dezembro de 1980;
DCCI.	Lei nº 397, de 4 de março de 1981;
DCCII.	Lei nº 398, de 4 de março de 1981;
DCCIII.	Lei nº 399, de 4 de março de 1981;
DCCIV.	Lei nº 400, de 24 de março de 1981;
DCCV.	Lei nº 403, de 12 de maio de 1981;
DCCVI.	Lei nº 404, de 12 de maio de 1981;
DCCVII.	Lei nº 405, de 13 de maio de 1981;
DCCVIII.	Lei nº 406, de 13 de maio de 1981;
DCCIX.	Lei nº 407, de 18 de maio de 1981;
DCCX.	Lei nº 408, de 18 de maio de 1981;
DCCXI.	Lei nº 409, de 17 de junho de 1981;
DCCXII.	Lei nº 410, de 17 de junho de 1981;
DCCXIII.	Lei nº 412, de 28 de agosto de 1981;
DCCXIV.	Lei nº 413, de 28 de agosto de 1981;
DCCXV.	Lei nº 414, de 3 de setembro de 1981;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 212

DCCXVI.	Lei nº 416, de 14 de setembro de 1981;
DCCXVII.	Lei nº 419, de 9 de outubro de 1981;
DCCXVIII.	Lei nº 420, de 20 de outubro de 1981;
DCCXIX.	Lei nº 422, de 28 de outubro de 1981;
DCCXX.	Lei nº 424, de 16 de novembro de 1981;
DCCXXI.	Lei nº 425, de 20 de novembro de 1981;
DCCXXII.	Lei nº 426, de 20 de novembro de 1981;
DCCXXIII.	Lei nº 428, de 30 de novembro de 1981;
DCCXXIV.	Lei nº 429, de 24 de março de 1982;
DCCXXV.	Lei nº 432, de 1º de abril de 1982;
DCCXXVI.	Lei nº 433, de 6 de abril de 1982;
DCCXXVII.	Lei nº 436, de 28 de abril de 1982;
DCCXXVIII.	Lei nº 438, de 17 de maio de 1982;
DCCXXIX.	Lei nº 441, de 2 de junho de 1982;
DCCXXX.	Lei nº 442, de 1º de julho de 1982;
DCCXXXI.	Lei nº 443, de 1º de julho de 1982;
DCCXXXII.	Lei nº 445, de 1º de julho de 1982;
DCCXXXIII.	Lei nº 447, de 5 de julho de 1982;
DCCXXXIV.	Lei nº 448, de 5 de julho de 1982;
DCCXXXV.	Lei nº 451, de 6 de setembro de 1982;
DCCXXXVI.	Lei nº 452, de 26 de outubro de 1982;
DCCXXXVII.	Lei nº 456, de 22 de novembro de 1982;
DCCXXXVIII.	Lei nº 457, de 29 de novembro de 1982;
DCCXXXIX.	Lei nº 458, de 29 de novembro de 1982;
DCCXL.	Lei nº 460, de 29 de novembro de 1982;
DCCXLI.	Lei nº 461, de 2 de dezembro de 1982;
DCCXLII.	Lei nº 463, de 27 de dezembro de 1982;
DCCXLIII.	Lei nº 465, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXLIV.	Lei nº 466, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXLV.	Lei nº 467, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXLVI.	Lei nº 468, de 10 de março de 1983;
DCCXLVII.	Lei nº 469, de 15 de abril de 1983;
DCCXLVIII.	Lei nº 470, de 22 de abril de 1983;
DCCXLIX.	Lei nº 471, de 28 de abril de 1983;
DCCL.	Lei nº 473, de 10 de maio de 1983;
DCCLI.	Lei nº 474, de 12 de maio de 1983;
DCCLII.	Lei nº 475, de 13 de maio de 1983;
DCCLIII.	Lei nº 477, de 23 de maio de 1983;
DCCLIV.	Lei nº 478, de 30 de maio de 1983;
DCCLV.	Lei nº 480, de 1º de junho de 1983;
DCCLVI.	Lei nº 481, de 1º de junho de 1983;
DCCLVII.	Lei nº 482, de 3 de junho de 1983;
DCCLVIII.	Lei nº 486, de 21 de junho de 1983;
DCCLIX.	Lei nº 491, de 24 de junho de 1983;
DCCLX.	Lei nº 493, de 30 de junho de 1983;
DCCLXI.	Lei nº 495, de 30 de junho de 1983;
DCCLXII.	Lei nº 496, de 12 de julho de 1983;
DCCLXIII.	Lei nº 498, de 29 de agosto de 1983;
DCCLXIV.	Lei nº 499, de 29 de agosto de 1983;
DCCLXV.	Lei nº 500, de 6 de setembro de 1983;
DCCLXVI.	Lei nº 501, de 6 de setembro de 1983;
DCCLXVII.	Lei nº 502, de 16 de setembro de 1983;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 379
CPL

DCCLXVIII.	Lei nº 503, de 16 de setembro de 1983;
DCCLXIX.	Lei nº 504, de 16 de setembro de 1983;
DCCLXX.	Lei nº 505, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXI.	Lei nº 506, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXII.	Lei nº 507, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXIII.	Lei nº 508, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXIV.	Lei nº 509, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXV.	Lei nº 511, de 24 de outubro de 1983;
DCCLXXVI.	Lei nº 512, de 24 de outubro de 1983;
DCCLXXVII.	Lei nº 514, de 10 de novembro de 1983;
DCCLXXVIII.	Lei nº 516, de 18 de novembro de 1983;
DCCLXXIX.	Lei nº 517, de 18 de novembro de 1983;
DCCLXXX.	Lei nº 521, de 24 de novembro de 1983;
DCCLXXXI.	Lei nº 522, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXII.	Lei nº 524, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXIII.	Lei nº 525, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXIV.	Lei nº 526, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXV.	Lei nº 527, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXVI.	Lei nº 528, de 7 de dezembro de 1983;
DCCLXXXVII.	Lei nº 531, de 28 de dezembro de 1983;
DCCLXXXVIII.	Lei nº 532, de 28 de dezembro de 1983;
DCCLXXXIX.	Lei nº 533, de 28 de dezembro de 1983;
DCCXC.	Lei nº 534, de 27 de março de 1984;
DCCXCI.	Lei nº 535, de 27 de março de 1984;
DCCXCII.	Lei nº 536, de 27 de março de 1984;
DCCXCIII.	Lei nº 537, de 29 de março de 1984;
DCCXCIV.	Lei nº 538, de 3 de abril de 1984;
DCCXCV.	Lei nº 539, de 3 de abril de 1984;
DCCXCVI.	Lei nº 540, de 4 de abril de 1984;
DCCXCVII.	Lei nº 541, de 13 de abril de 1984;
DCCXCVIII.	Lei nº 544, de 13 de abril de 1984;
DCCXCIX.	Lei nº 545, de 7 de maio de 1984;
DCCC.	Lei nº 546, de 11 de junho de 1984;
DCCCI.	Lei nº 547, de 11 de junho de 1984;
DCCCII.	Lei nº 548, de 14 de junho de 1984;
DCCCIII.	Lei nº 549, de 14 de junho de 1984;
DCCCIV.	Lei nº 550, de 2 de julho de 1984;
DCCCV.	Lei nº 551, de 2 de julho de 1984;
DCCCVI.	Lei nº 552, de 2 de julho de 1984;
DCCCVII.	Lei nº 553, de 2 de julho de 1984;
DCCCVIII.	Lei nº 554, de 2 de julho de 1984;
DCCCIX.	Lei nº 555, de 2 de julho de 1984;
DCCCX.	Lei nº 557, de 2 de julho de 1984;
DCCCXI.	Lei nº 558, de 2 de julho de 1984;
DCCCXII.	Lei nº 559, de 2 de julho de 1984;
DCCCXIII.	Lei nº 561, de 2 de julho de 1984;
DCCCXIV.	Lei nº 564, de 10 de julho de 1984;
DCCCXV.	Lei nº 567, de 16 de julho de 1984;
DCCCXVI.	Lei nº 568, de 31 de julho de 1984;
DCCCXVII.	Lei nº 570, de 17 de agosto de 1984;
DCCCXVIII.	Lei nº 571, de 17 de agosto de 1984;
DCCCXIX.	Lei nº 574, de 10 de setembro de 1984;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 380

DCCCXX.	Lei nº 575, de 10 de setembro de 1984;
DCCCXXI.	Lei nº 578, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXII.	Lei nº 579, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXIII.	Lei nº 580, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXIV.	Lei nº 581, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXV.	Lei nº 582, de 28 de setembro de 1984;
DCCCXXVI.	Lei nº 584, de 28 de setembro de 1984;
DCCCXXVII.	Lei nº 585, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXVIII.	Lei nº 586, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXIX.	Lei nº 587, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXX.	Lei nº 589, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXXI.	Lei nº 590, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXXII.	Lei nº 591, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXXIII.	Lei nº 592, de 19 de novembro de 1984;
DCCCXXXIV.	Lei nº 593, de 19 de novembro de 1984;
DCCCXXXV.	Lei nº 595, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXXXVI.	Lei nº 597, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXXXVII.	Lei nº 598, de 21 de dezembro de 1984;
DCCCXXXVIII.	Lei nº 600, de 2 de janeiro de 1985;
DCCCXXXIX.	Lei nº 601, de 10 de janeiro de 1985;
DCCCXL.	Lei nº 602, de 23 de abril de 1985;
DCCCXLI.	Lei nº 603, de 23 de abril de 1985;
DCCCXLII.	Lei nº 604, de 23 de abril de 1985;
DCCCXLIII.	Lei nº 605, de 6 de maio de 1985;
DCCCXLIV.	Lei nº 607, de 15 de maio de 1985;
DCCCXLV.	Lei nº 608, de 15 de maio de 1985;
DCCCXLVI.	Lei nº 609, de 21 de maio de 1985;
DCCCXLVII.	Lei nº 611, de 5 de junho de 1985;
DCCCXLVIII.	Lei nº 614, de 13 de agosto de 1985;
DCCCXLIX.	Lei nº 615, de 13 de agosto de 1985;
DCCCL.	Lei nº 616, de 27 de agosto de 1985;
DCCCLI.	Lei nº 619, de 13 de setembro de 1985;
DCCCLII.	Lei nº 620, de 13 de setembro de 1985;
DCCCLIII.	Lei nº 621, de 20 de setembro de 1985;
DCCCLIV.	Lei nº 622, de 4 de outubro de 1985;
DCCCLV.	Lei nº 624, de 4 de outubro de 1985;
DCCCLVI.	Lei nº 625, de 11 de outubro de 1985;
DCCCLVII.	Lei nº 627, de 29 de outubro de 1985;
DCCCLVIII.	Lei nº 628, de 31 de outubro de 1985;
DCCCLIX.	Lei nº 629, de 31 de outubro de 1985;
DCCCLX.	Lei nº 630, de 31 de outubro de 1985;
DCCCLXI.	Lei nº 633, de 11 de novembro de 1985;
DCCCLXII.	Lei nº 636, de 14 de novembro de 1985;
DCCCLXIII.	Lei nº 637, de 14 de novembro de 1985;
DCCCLXIV.	Lei nº 643, de 5 de dezembro de 1985;
DCCCLXV.	Lei nº 650, de 17 de março de 1986;
DCCCLXVI.	Lei nº 651, de 18 de março de 1986;
DCCCLXVII.	Lei nº 654, de 1º de abril de 1986;
DCCCLXVIII.	Lei nº 656, de 9 de abril de 1986;
DCCCLXIX.	Lei nº 658, de 9 de abril de 1986;
DCCCLXX.	Lei nº 659, de 9 de abril de 1986;
DCCCLXXI.	Lei nº 662, de 30 de abril de 1986;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 381

DCCCLXXII.	Lei nº 663, de 30 de abril de 1986;
DCCCLXXIII.	Lei nº 666, de 27 de maio de 1986;
DCCCLXXIV.	Lei nº 667, de 19 de maio de 1986;
DCCCLXXV.	Lei nº 669, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXXVI.	Lei nº 670, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXXVII.	Lei nº 671, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXXVIII.	Lei nº 675, de 20 de junho de 1986;
DCCCLXXIX.	Lei nº 677, de 20 de agosto de 1986;
DCCCLXXX.	Lei nº 678, de 27 de agosto de 1986;
DCCCLXXXI.	Lei nº 680, de 2 de setembro de 1986;
DCCCLXXXII.	Lei nº 681, de 20 de outubro de 1986;
DCCCLXXXIII.	Lei nº 683, de 18 de novembro de 1986;
DCCCLXXXIV.	Lei nº 687, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXV.	Lei nº 688, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXVI.	Lei nº 690, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXVII.	Lei nº 691, de 5 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXVIII.	Lei nº 693, de 15 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXIX.	Lei nº 694, de 15 de dezembro de 1986;
DCCCXC.	Lei nº 695, de 26 de janeiro de 1987;
DCCCXCI.	Lei nº 696, de 26 de março de 1987;
DCCCXCII.	Lei nº 697, de 26 de março de 1987;
DCCCXCIII.	Lei nº 698, de 31 de março de 1987;
DCCCXCIV.	Lei nº 699, de 8 de abril de 1987;
DCCCXCV.	Lei nº 705, de 23 de abril de 1987;
DCCCXCVI.	Lei nº 706, de 23 de abril de 1987;
DCCCXCVII.	Lei nº 708, de 5 de junho de 1987;
DCCCXCVIII.	Lei nº 709, de 10 de junho de 1987;
DCCCXCIX.	Lei nº 712, de 24 de junho de 1987;
CM.	Lei nº 713, de 24 de junho de 1987;
CMI.	Lei nº 714, de 24 de junho de 1987;
CMII.	Lei nº 715, de 24 de junho de 1987;
CMIII.	Lei nº 716, de 1º de julho de 1987;
CMIV.	Lei nº 717, de 1º de julho de 1987;
CMV.	Lei nº 718, de 1º de julho de 1987;
CMVI.	Lei nº 719, de 14 de julho de 1987;
CMVII.	Lei nº 720, de 27 de julho de 1987;
CMVIII.	Lei nº 721, de 12 de agosto de 1987;
CMIX.	Lei nº 722, de 18 de agosto de 1987;
CMX.	Lei nº 723, de 12 de agosto de 1987;
CMXI.	Lei nº 725, de 27 de agosto de 1987;
CMXII.	Lei nº 727, de 22 de setembro de 1987;
CMXIII.	Lei nº 728, de 7 de outubro de 1987;
CMXIV.	Lei nº 732, de 10 de novembro de 1987;
CMXV.	Lei nº 733, de 10 de novembro de 1987;
CMXVI.	Lei nº 734, de 10 de novembro de 1987;
CMXVII.	Lei nº 735, de 19 de novembro de 1987;
CMXVIII.	Lei nº 736, de 24 de novembro de 1987;
CMXIX.	Lei nº 737, de 24 de novembro de 1987;
CMXX.	Lei nº 739, de 24 de novembro de 1987;
CMXXI.	Lei nº 740, de 24 de novembro de 1987;
CMXXII.	Lei nº 742, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXIII.	Lei nº 743, de 2 de dezembro de 1987;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 382

CMXXIV.	Lei nº 744, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXV.	Lei nº 745, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXVI.	Lei nº 746, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXVII.	Lei nº 747, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXVIII.	Lei nº 748, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXIX.	Lei nº 750, de 9 de dezembro de 1987;
CMXXX.	Lei nº 752, de 10 de dezembro de 1987;
CMXXXI.	Lei nº 753, de 16 de dezembro de 1987;
CMXXXII.	Lei nº 754, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXIII.	Lei nº 755, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXIV.	Lei nº 756, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXV.	Lei nº 758, de 22 de março de 1988;
CMXXXVI.	Lei nº 759, de 22 de março de 1988;
CMXXXVII.	Lei nº 760, de 22 de março de 1988;
CMXXXVIII.	Lei nº 761, de 30 de março de 1988;
CMXXXIX.	Lei nº 762, de 30 de março de 1988;
CMXL.	Lei nº 764, de 30 de março de 1988;
CMXLI.	Lei nº 765, de 7 de abril de 1988;
CMXLII.	Lei nº 767, de 7 de abril de 1988;
CMXLIII.	Lei nº 768, de 26 de abril de 1988;
CMXLIV.	Lei nº 770, de 3 de maio de 1988;
CMXLV.	Lei nº 771, de 3 de maio de 1988;
CMXLVI.	Lei nº 772, de 3 de maio de 1988;
CMXLVII.	Lei nº 773, de 17 de maio de 1988;
CMXLVIII.	Lei nº 775, de 2 de junho de 1988;
CMXLIX.	Lei nº 776, de 23 de junho de 1988;
CML.	Lei nº 778, de 28 de junho de 1988;
CMLI.	Lei nº 779, de 28 de junho de 1988;
CMLII.	Lei nº 780, de 28 de junho de 1988;
CMLIII.	Lei nº 781, de 30 de agosto de 1988;
CMLIV.	Lei nº 787, de 5 de setembro de 1988;
CMLV.	Lei nº 788, de 21 de setembro de 1988;
CMLVI.	Lei nº 789, de 26 de setembro de 1988;
CMLVII.	Lei nº 791, de 4 de outubro de 1988;
CMLVIII.	Lei nº 792, de 4 de outubro de 1988;
CMLIX.	Lei nº 793, de 4 de outubro de 1988;
CMLX.	Lei nº 798, de 28 de outubro de 1988;
CMLXI.	Lei nº 800, de 3 de novembro de 1988;
CMLXII.	Lei nº 801, de 3 de novembro de 1988;
CMLXIII.	Lei nº 803, de 28 de novembro de 1988;
CMLXIV.	Lei nº 805, de 30 de novembro de 1988;
CMLXV.	Lei nº 806, de 30 de novembro de 1988;
CMLXVI.	Lei nº 808, de 6 de dezembro de 1988;
CMLXVII.	Lei nº 812, de 28 de dezembro de 1988;
CMLXVIII.	Lei nº 1, de 10 de novembro de 1989;
CMLXIX.	Lei nº 813, de 11 de janeiro de 1989;
CMLXX.	Lei nº 814, de 12 de janeiro de 1989;
CMLXXI.	Lei nº 815, de 13 de janeiro de 1989;
CMLXXII.	Lei nº 820, de 8 de março de 1989;
CMLXXIII.	Lei nº 821, de 8 de março de 1989;
CMLXXIV.	Lei nº 822, de 4 de abril de 1989;
CMLXXV.	Lei nº 823, de 6 de abril de 1989;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 333

CMLXXVI.	Lei nº 825, de 6 de abril de 1989;
CMLXXVII.	Lei nº 827, de 26 de abril de 1989;
CMLXXVIII.	Lei nº 831, de 26 de abril de 1989;
CMLXXIX.	Lei nº 832, de 26 de abril de 1989;
CMLXXX.	Lei nº 834, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXI.	Lei nº 836, de 8 de maio de 1989;
CMLXXXII.	Lei nº 838, de 16 de maio de 1989;
CMLXXXIII.	Lei nº 839, de 17 de maio de 1989;
CMLXXXIV.	Lei nº 841, de 1º de junho de 1989;
CMLXXXV.	Lei nº 846, de 1º de junho de 1989;
CMLXXXVI.	Lei nº 848, de 4 de julho de 1989;
CMLXXXVII.	Lei nº 849, de 4 de julho de 1989;
CMLXXXVIII.	Lei nº 850, de 7 de julho de 1989;
CMLXXXIX.	Lei nº 851, de 11 de julho de 1989;
CMXC.	Lei nº 853, de 9 de agosto de 1989;
CMXCI.	Lei nº 854, de 10 de agosto de 1989;
CMXCII.	Lei nº 855, de 10 de agosto de 1989;
CMXCIII.	Lei nº 856, de 10 de agosto de 1989;
CMXCIV.	Lei nº 857, de 23 de agosto de 1989;
CMXCV.	Lei nº 858, de 13 de setembro de 1989;
CMXCVI.	Lei nº 859, de 19 de setembro de 1989;
CMXCVII.	Lei nº 863, de 27 de setembro de 1989;
CMXCVIII.	Lei nº 866, de 28 de setembro de 1989;
CMXCIX.	Lei nº 867, de 24 de outubro de 1989;
M.	Lei nº 868, de 26 de outubro de 1989;
MI.	Lei nº 873, de 7 de novembro de 1989;
MII.	Lei nº 874, de 7 de novembro de 1989;
MIII.	Lei nº 875, de 28 de novembro de 1989;
MIV.	Lei nº 876, de 28 de novembro de 1989;
MV.	Lei nº 877, de 28 de novembro de 1989;
MVI.	Lei nº 878, de 28 de novembro de 1989;
MVII.	Lei nº 881, de 4 de dezembro de 1989;
MVIII.	Lei nº 882, de 7 de dezembro de 1989;
MIX.	Lei nº 887, de 10 de janeiro de 1990;
MX.	Lei nº 895, de 3 de abril de 1990;
MXI.	Lei nº 907, de 11 de abril de 1990;
MXII.	Lei nº 908, de 11 de abril de 1990;
MXIII.	Lei nº 912, de 17 de abril de 1990;
MXIV.	Lei nº 915, de 24 de abril de 1990;
MXV.	Lei nº 917, de 24 de abril de 1990;
MXVI.	Lei nº 918, de 24 de abril de 1990;
MXVII.	Lei nº 919, de 3 de maio de 1990;
MXVIII.	Lei nº 920, de 3 de maio de 1990;
MXIX.	Lei nº 922, de 3 de maio de 1990;
MXX.	Lei nº 927, de 15 de maio de 1990;
MXXI.	Lei nº 928, de 19 de junho de 1990;
MXXII.	Lei nº 930, de 28 de maio de 1990;
MXXIII.	Lei nº 934, de 19 de junho de 1990;
MXXIV.	Lei nº 935, de 1º de maio de 1990;
MXXV.	Lei nº 939, de 26 de junho de 1990;
MXXVI.	Lei nº 940, de 2 de julho de 1990;
MXXVII.	Lei nº 949, de 20 de julho de 1990;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 324

MXXVIII.	Lei nº 950, de 2 de agosto de 1990;
MXXIX.	Lei nº 953, de 13 de agosto de 1990;
MXXX.	Lei nº 954, de 13 de agosto de 1990;
MXXXI.	Lei nº 956, de 13 de agosto de 1990;
MXXXII.	Lei nº 957, de 13 de agosto de 1990;
MXXXIII.	Lei nº 958, de 13 de agosto de 1990;
MXXXIV.	Lei nº 960, de 21 de agosto de 1990;
MXXXV.	Lei nº 964, de 30 de agosto de 1990;
MXXXVI.	Lei nº 965, de 6 de setembro de 1990;
MXXXVII.	Lei nº 967, de 10 de setembro de 1990;
MXXXVIII.	Lei nº 968, de 10 de setembro de 1990;
MXXXIX.	Lei nº 976, de 4 de outubro de 1990;
MXL.	Lei nº 977, de 10 de outubro de 1990;
MXLI.	Lei nº 979, de 10 de outubro de 1990;
MXLII.	Lei nº 982, de 11 de outubro de 1990;
MXLIII.	Lei nº 983, de 11 de outubro de 1990;
MXLIV.	Lei nº 984, de 23 de outubro de 1990;
MXLV.	Lei nº 986, de 23 de outubro de 1990;
MXLVI.	Lei nº 987, de 23 de outubro de 1990;
MXLVII.	Lei nº 989, de 7 de novembro de 1990;
MXLVIII.	Lei nº 990, de 13 de novembro de 1990;
MXLIX.	Lei nº 994, de 21 de novembro de 1990;
ML.	Lei nº 995, de 21 de novembro de 1990;
MLI.	Lei nº 998, de 6 de dezembro de 1990;
MLII.	Lei nº 999, de 12 de dezembro de 1990;
MLIII.	Lei nº 1.001, de 17 de dezembro de 1990;
MLIV.	Lei nº 1.004, de 18 de dezembro de 1990;
MLV.	Lei nº 1.005, de 18 de dezembro de 1990;
MLVI.	Lei nº 1.006, de 24 de dezembro de 1990;
MLVII.	Lei nº 1.007, de 27 de dezembro de 1990;
MLVIII.	Lei nº 1.011, de 17 de janeiro de 1991;
MLIX.	Lei nº 1.015, de 7 de março de 1991;
MLX.	Lei nº 1.016, de 12 de março de 1991;
MLXI.	Lei nº 1.017, de 13 de março de 1991;
MLXII.	Lei nº 1.019, de 18 de março de 1991;
MLXIII.	Lei nº 1.029, de 17 de abril de 1991;
MLXIV.	Lei nº 1.030, de 19 de abril de 1991;
MLXV.	Lei nº 1.034, de 30 de abril de 1991;
MLXVI.	Lei nº 1.038, de 10 de maio de 1991;
MLXVII.	Lei nº 1.047, de 3 de julho de 1991;
MLXVIII.	Lei nº 1.049, de 18 de julho de 1991;
MLXIX.	Lei nº 1.050, de 18 de julho de 1991;
MLXX.	Lei nº 1.051, de 18 de julho de 1991;
MLXXI.	Lei nº 1.057, de 22 de agosto de 1991;
MLXXII.	Lei nº 1.060, de 18 de setembro de 1991;
MLXXIII.	Lei nº 1.062, de 27 de setembro de 1991;
MLXXIV.	Lei nº 1.064, de 8 de outubro de 1991;
MLXXV.	Lei nº 1.066, de 8 de outubro de 1991;
MLXXVI.	Lei nº 1.077, de 19 de novembro de 1991;
MLXXVII.	Lei nº 1.079, de 26 de novembro de 1991;
MLXXVIII.	Lei nº 1.080, de 26 de novembro de 1991;
MLXXIX.	Lei nº 1.085, de 27 de dezembro de 1991;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 385

MLXXX.	Lei nº 1.086, de 27 de dezembro de 1991;
MLXXXI.	Lei nº 1.088, de 4 de fevereiro de 1992;
MLXXXII.	Lei nº 1.089, de 25 de fevereiro de 1992;
MLXXXIII.	Lei nº 1.090, de 25 de fevereiro de 1992;
MLXXXIV.	Lei nº 1.091, de 9 de março de 1992;
MLXXXV.	Lei nº 1.093, de 10 de março de 1992;
MLXXXVI.	Lei nº 1.095, de 17 de março de 1992;
MLXXXVII.	Lei nº 1.097, de 26 de março de 1992;
MLXXXVIII.	Lei nº 1.101, de 8 de abril de 1992;
MLXXXIX.	Lei nº 1.103, de 22 de abril de 1992;
MXC.	Lei nº 1.105, de 22 de abril de 1992;
MXCI.	Lei nº 1.112, de 19 de maio de 1992;
MXCII.	Lei nº 1.113, de 27 de maio de 1992;
MXCIII.	Lei nº 1.117, de 12 de junho de 1992;
MXCIV.	Lei nº 1.119, de 16 de junho de 1992;
MXCV.	Lei nº 1.121, de 16 de junho de 1992;
MXCVI.	Lei nº 1.127, de 15 de julho de 1992;
MXCVII.	Lei nº 1.128, de 16 de julho de 1992;
MXCVIII.	Lei nº 1.134, de 24 de julho de 1992;
MXCIX.	Lei nº 1.136, de 19 de agosto de 1992;
MC.	Lei nº 1.138, de 19 de agosto de 1992;
MCI.	Lei nº 1.139, de 26 de agosto de 1992;
MCII.	Lei nº 1.140, de 28 de agosto de 1992;
MCIII.	Lei nº 1.142, de 2 de setembro de 1992;
MCIV.	Lei nº 1.147, de 14 de setembro de 1992;
MCV.	Lei nº 1.150, de 1º de outubro de 1992;
MCVI.	Lei nº 1.151, de 1º de outubro de 1992;
MCVII.	Lei nº 1.152, de 1º de outubro de 1992;
MCVIII.	Lei nº 1.154, de 16 de outubro de 1992;
MCIX.	Lei nº 1.155, de 20 de outubro de 1992;
MCX.	Lei nº 1.156, de 21 de outubro de 1992;
MCXI.	Lei nº 1.159, de 21 de outubro de 1992;
MCXII.	Lei nº 1.161, de 27 de outubro de 1992;
MCXIII.	Lei nº 1.162, de 27 de outubro de 1992;
MCXIV.	Lei nº 1.165, de 30 de outubro de 1992;
MCXV.	Lei nº 1.166, de 11 de novembro de 1992;
MCXVI.	Lei nº 1.168, de 11 de novembro de 1992;
MCXVII.	Lei nº 1.171, de 18 de novembro de 1992;
MCXVIII.	Lei nº 1.172, de 26 de novembro de 1992;
MCXIX.	Lei nº 1.173, de 27 de novembro de 1992;
MCXX.	Lei nº 1.175, de 15 de dezembro de 1992;
MCXXI.	Lei nº 1.177, de 17 de dezembro de 1992;
MCXXII.	Lei nº 1.181, de 18 de dezembro de 1992;
MCXXIII.	Lei nº 1.182, de 18 de dezembro de 1992;
MCXXIV.	Lei nº 1.183, de 18 de dezembro de 1992;
MCXXV.	Lei nº 1.187, de 24 de dezembro de 1992;
MCXXVI.	Lei nº 1.190, de 8 de janeiro de 1993;
MCXXVII.	Lei nº 1.195, de 19 de fevereiro de 1993;
MCXXVIII.	Lei nº 1.196, de 19 de fevereiro de 1993;
MCXXIX.	Lei nº 1.197, de 19 de fevereiro de 1993;
MCXXX.	Lei nº 1.199, de 2 de março de 1993;
MCXXXI.	Lei nº 1.202, de 15 de março de 1993;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 386

MCXXXII.	Lei nº 1.205, de 28 de abril de 1993;
MCXXXIII.	Lei nº 1.212, de 7 de maio de 1993;
MCXXXIV.	Lei nº 1.213, de 20 de maio de 1993;
MCXXXV.	Lei nº 1.215, de 28 de maio de 1993;
MCXXXVI.	Lei nº 1.219, de 3 de junho de 1993;
MCXXXVII.	Lei nº 1.220, de 8 de junho de 1993;
MCXXXVIII.	Lei nº 1.223, de 17 de junho de 1993;
MCXXXIX.	Lei nº 1.224, de 18 de junho de 1993;
MCXL.	Lei nº 1.227, de 1º de julho de 1993;
MCXLI.	Lei nº 1.228, de 1º de julho de 1993;
MCXLII.	Lei nº 1.231, de 5 de julho de 1993;
MCXLIII.	Lei nº 1.233, de 8 de julho de 1993;
MCXLIV.	Lei nº 1.236, de 11 de agosto de 1993;
MCXLV.	Lei nº 1.237, de 17 de agosto de 1993;
MCXLVI.	Lei nº 1.239, de 27 de agosto de 1993;
MCXLVII.	Lei nº 1.240, de 31 de agosto de 1993;
MCXLVIII.	Lei nº 1.242, de 2 de setembro de 1993;
MCXLIX.	Lei nº 1.244, de 13 de setembro de 1993;
MCL.	Lei nº 1.246, de 17 de setembro de 1993;
MCLI.	Lei nº 1.247, de 20 de setembro de 1993;
MCLII.	Lei nº 1.249, de 30 de setembro de 1993;
MCLIII.	Lei nº 1.251, de 14 de outubro de 1993;
MCLIV.	Lei nº 1.257, de 5 de novembro de 1993;
MCLV.	Lei nº 1.258, de 10 de novembro de 1993;
MCLVI.	Lei nº 1.259, de 17 de novembro de 1993;
MCLVII.	Lei nº 1.264, de 3 de dezembro de 1993;
MCLVIII.	Lei nº 1.265, de 26 de novembro de 1993;
MCLIX.	Lei nº 1.272, de 16 de dezembro de 1993;
MCLX.	Lei nº 1.274, de 20 de dezembro de 1993;
MCLXI.	Lei nº 1.280, de 23 de dezembro de 1993;
MCLXII.	Lei nº 1.281, de 23 de dezembro de 1993;
MCLXIII.	Lei nº 1.282, de 27 de dezembro de 1993;
MCLXIV.	Lei nº 1.283, de 27 de dezembro de 1993;
MCLXV.	Lei nº 1.284, de 28 de dezembro de 1993;
MCLXVI.	Lei nº 1.286, de 10 de janeiro de 1994;
MCLXVII.	Lei nº 1.289, de 18 de março de 1994;
MCLXVIII.	Lei nº 1.290, de 18 de março de 1994;
MCLXIX.	Lei nº 1.292, de 29 de março de 1994;
MCLXX.	Lei nº 1.301, de 9 de maio de 1994;
MCLXXI.	Lei nº 1.303, de 10 de maio de 1994;
MCLXXII.	Lei nº 1.305, de 16 de maio de 1994;
MCLXXIII.	Lei nº 1.308, de 17 de junho de 1994;
MCLXXIV.	Lei nº 1.309, de 17 de junho de 1994;
MCLXXV.	Lei nº 1.310, de 23 de junho de 1994;
MCLXXVI.	Lei nº 1.311, de 24 de junho de 1994;
MCLXXVII.	Lei nº 1.314, de 28 de junho de 1994;
MCLXXVIII.	Lei nº 1.317, de 6 de julho de 1994;
MCLXXIX.	Lei nº 1.318, de 8 de julho de 1994;
MCLXXX.	Lei nº 1.324, de 29 de setembro de 1994;
MCLXXXI.	Lei nº 1.325, de 29 de setembro de 1994;
MCLXXXII.	Lei nº 1.326, de 3 de outubro de 1994;
MCLXXXIII.	Lei nº 1.327, de 5 de outubro de 1994;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 384

MCLXXXIV.	Lei nº 1.335, de 29 de novembro de 1994;
MCLXXXV.	Lei nº 1.338, de 2 de dezembro de 1994;
MCLXXXVI.	Lei nº 1.341, de 7 de dezembro de 1994;
MCLXXXVII.	Lei nº 1.342, de 15 de dezembro de 1994;
MCLXXXVIII.	Lei nº 1.344, de 15 de dezembro de 1994;
MCLXXXIX.	Lei nº 1.346, de 29 de dezembro de 1994;
MCXC.	Lei nº 1.347, de 29 de dezembro de 1994;
MCXCI.	Lei nº 1.353, de 24 de março de 1995;
MCXCII.	Lei nº 1.354, de 29 de março de 1995;
MCXCIII.	Lei nº 1.355, de 12 de abril de 1995;
MCXCIV.	Lei nº 1.357, de 24 de abril de 1995;
MCXCV.	Lei nº 1.358, de 2 de maio de 1995;
MCXCVI.	Lei nº 1.361, de 31 de maio de 1995;
MCXCVII.	Lei nº 1.363, de 8 de junho de 1995;
MCXCVIII.	Lei nº 1.364, de 7 de junho de 1995;
MCXCIX.	Lei nº 1.365, de 14 de junho de 1995;
MCC.	Lei nº 1.366, de 22 de junho de 1995;
MCCI.	Lei nº 1.367, de 26 de junho de 1995;
MCCII.	Lei nº 1.370, de 11 de julho de 1995;
MCCIII.	Lei nº 1.378, de 28 de julho de 1995;
MCCIV.	Lei nº 1.379, de 18 de agosto de 1995;
MCCV.	Lei nº 1.380, de 29 de agosto de 1995;
MCCVI.	Lei nº 1.382, de 25 de setembro de 1995;
MCCVII.	Lei nº 1.387, de 17 de outubro de 1995;
MCCVIII.	Lei nº 1.392, de 6 de novembro de 1995;
MCCIX.	Lei nº 1.393, de 9 de novembro de 1995;
MCCX.	Lei nº 1.398, de 16 de novembro de 1995;
MCCXI.	Lei nº 1.401, de 5 de dezembro de 1995;
MCCXII.	Lei nº 1.405, de 8 de dezembro de 1995;
MCCXIII.	Lei nº 1.406, de 8 de dezembro de 1995;
MCCXIV.	Lei nº 1.409, de 12 de dezembro de 1995;
MCCXV.	Lei nº 1.410, de 13 de dezembro de 1995;
MCCXVI.	Lei nº 1.411, de 13 de dezembro de 1995;
MCCXVII.	Lei nº 1.412, de 13 de dezembro de 1995;
MCCXVIII.	Lei nº 1.414, de 22 de dezembro de 1995;
MCCXIX.	Lei nº 1.426, de 1º de março de 1996;
MCCXX.	Lei nº 1.427, de 7 de março de 1996;
MCCXXI.	Lei nº 1.432, de 2 de abril de 1996;
MCCXXII.	Lei nº 1.433, de 2 de abril de 1996;
MCCXXIII.	Lei nº 1.434, de 15 de abril de 1996;
MCCXXIV.	Lei nº 1.437, de 7 de maio de 1996;
MCCXXV.	Lei nº 1.440, de 9 de maio de 1996;
MCCXXVI.	Lei nº 1.441, de 9 de maio de 1996;
MCCXXVII.	Lei nº 1.443, de 29 de maio de 1996;
MCCXXVIII.	Lei nº 1.448, de 12 de junho de 1996;
MCCXXIX.	Lei nº 1.452, de 18 de junho de 1996;
MCCXXX.	Lei nº 1.455, de 21 de junho de 1996;
MCCXXXI.	Lei nº 1.463, de 28 de junho de 1996;
MCCXXXII.	Lei nº 1.464, de 28 de junho de 1996;
MCCXXXIII.	Lei nº 1.465, de 3 de julho de 1996;
MCCXXXIV.	Lei nº 1.468, de 5 de julho de 1996;
MCCXXXV.	Lei nº 1.475, de 15 de julho de 1996;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 333

MCCXXXVI.	Lei nº 1.476, de 16 de julho de 1996;
MCCXXXVII.	Lei nº 1.478, de 18 de julho de 1996;
MCCXXXVIII.	Lei nº 1.480, de 12 de agosto de 1996;
MCCXXXIX.	Lei nº 1.481, de 14 de agosto de 1996;
MCCXL.	Lei nº 1.483, de 23 de agosto de 1996;
MCCXLI.	Lei nº 1.485, de 26 de agosto de 1996;
MCCXLII.	Lei nº 1.489, de 4 de setembro de 1996;
MCCXLIII.	Lei nº 1.497, de 27 de setembro de 1996;
MCCXLIV.	Lei nº 1.502, de 9 de outubro de 1996;
MCCXLV.	Lei nº 1.506, de 22 de outubro de 1996;
MCCXLVI.	Lei nº 1.509, de 4 de novembro de 1996;
MCCXLVII.	Lei nº 1.516, de 28 de novembro de 1996;
MCCXLVIII.	Lei nº 1.525, de 6 de dezembro de 1996;
MCCXLIX.	Lei nº 1.527, de 16 de dezembro de 1996;
MCCL.	Lei nº 1.528, de 16 de dezembro de 1996;
MCCLI.	Lei nº 1.532, de 18 de dezembro de 1996;
MCCLII.	Lei nº 1.536, de 20 de dezembro de 1996;
MCCLIII.	Lei nº 1.537, de 20 de dezembro de 1996;
MCCLIV.	Lei nº 1.538, de 23 de dezembro de 1996;
MCCLV.	Lei nº 1.547, de 30 de dezembro de 1996;
MCCLVI.	Lei nº 1.550, de 26 de dezembro de 1996;
MCCLVII.	Lei nº 1.557, de 20 de janeiro de 1997;
MCCLVIII.	Lei nº 1.558, de 4 de fevereiro de 1997;
MCCLIX.	Lei nº 1.561, de 4 de março de 1997;
MCCLX.	Lei nº 1.565, de 14 de março de 1997;
MCCLXI.	Lei nº 1.567, de 24 de março de 1997;
MCCLXII.	Lei nº 1.569, de 26 de março de 1997;
MCCLXIII.	Lei nº 1.570, de 31 de março de 1997;
MCCLXIV.	Lei nº 1.573, de 1º de abril de 1997;
MCCLXV.	Lei nº 1.579, de 11 de abril de 1997;
MCCLXVI.	Lei nº 1.580, de 15 de abril de 1997;
MCCLXVII.	Lei nº 1.591, de 16 de maio de 1997;
MCCLXVIII.	Lei nº 1.593, de 20 de maio de 1997;
MCCLXIX.	Lei nº 1.598, de 28 de maio de 1997;
MCCLXX.	Lei nº 1.599, de 28 de maio de 1997;
MCCLXXI.	Lei nº 1.600, de 28 de maio de 1997;
MCCLXXII.	Lei nº 1.602, de 16 de junho de 1997;
MCCLXXIII.	Lei nº 1.604, de 19 de junho de 1997;
MCCLXXIV.	Lei nº 1.605, de 19 de junho de 1997;
MCCLXXV.	Lei nº 1.607, de 19 de junho de 1997;
MCCLXXVI.	Lei nº 1.611, de 20 de junho de 1997;
MCCLXXVII.	Lei nº 1.612, de 20 de junho de 1997;
MCCLXXVIII.	Lei nº 1.614, de 24 de junho de 1997;
MCCLXXIX.	Lei nº 1.615, de 24 de junho de 1997;
MCCLXXX.	Lei nº 1.616, de 25 de junho de 1997;
MCCLXXXI.	Lei nº 1.621, de 4 de julho de 1997;
MCCLXXXII.	Lei nº 1.627, de 14 de julho de 1997;
MCCLXXXIII.	Lei nº 1.631, de 15 de julho de 1997;
MCCLXXXIV.	Lei nº 1.634, de 25 de julho de 1997;
MCCLXXXV.	Lei nº 1.635, de 25 de julho de 1997;
MCCLXXXVI.	Lei nº 1.638, de 19 de agosto de 1997;
MCCLXXXVII.	Lei nº 1.639, de 25 de agosto de 1997;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 329

MCCLXXXVIII.	Lei nº 1.640, de 28 de agosto de 1997;
MCCLXXXIX.	Lei nº 1.641, de 28 de agosto de 1997;
MCCXC.	Lei nº 1.643, de 4 de setembro de 1997;
MCCXCI.	Lei nº 1.648, de 15 de setembro de 1997;
MCCXCII.	Lei nº 1.653, de 19 de setembro de 1997;
MCCXCIII.	Lei nº 1.656, de 30 de setembro de 1997;
MCCXCIV.	Lei nº 1.664, de 9 de outubro de 1997;
MCCXCV.	Lei nº 1.669, de 27 de outubro de 1997;
MCCXCVI.	Lei nº 1.670, de 27 de outubro de 1997;
MCCXCVII.	Lei nº 1.671, de 29 de outubro de 1997;
MCCXCVIII.	Lei nº 1.672, de 30 de outubro de 1997;
MCCXCIX.	Lei nº 1.673, de 30 de outubro de 1997;
MCCC.	Lei nº 1.674, de 5 de novembro de 1997;
MCCCI.	Lei nº 1.679, de 26 de novembro de 1997;
MCCCII.	Lei nº 1.684, de 9 de dezembro de 1997;
MCCCIII.	Lei nº 1.689, de 15 de dezembro de 1997;
MCCCIV.	Lei nº 1.692, de 17 de dezembro de 1997;
MCCCV.	Lei nº 1.693, de 18 de dezembro de 1997;
MCCCVI.	Lei nº 1.695, de 19 de dezembro de 1997;
MCCCVII.	Lei nº 1.697, de 23 de dezembro de 1997;
MCCCVIII.	Lei nº 1.700, de 9 de janeiro de 1998;
MCCCIX.	Lei nº 1.702, de 19 de fevereiro de 1998;
MCCCX.	Lei nº 1.704, de 3 de março de 1998;
MCCCXI.	Lei nº 1.705, de 9 de março de 1998;
MCCCXII.	Lei nº 1.707, de 30 de março de 1998;
MCCCXIII.	Lei nº 1.708, de 1º de abril de 1998;
MCCCXIV.	Lei nº 1.710, de 23 de abril de 1998;
MCCCXV.	Lei nº 1.713, de 6 de maio de 1998;
MCCCXVI.	Lei nº 1.716, de 12 de maio de 1998;
MCCCXVII.	Lei nº 1.719, de 25 de maio de 1998;
MCCCXVIII.	Lei nº 1.720, de 27 de maio de 1998;
MCCCXIX.	Lei nº 1.722, de 27 de maio de 1998;
MCCCXX.	Lei nº 1.723, de 1º de junho de 1998;
MCCCXXI.	Lei nº 1.724, de 8 de junho de 1998;
MCCCXXII.	Lei nº 1.725, de 8 de junho de 1998;
MCCCXXIII.	Lei nº 1.726, de 10 de junho de 1998;
MCCCXXIV.	Lei nº 1.729, de 15 de junho de 1998;
MCCCXXV.	Lei nº 1.730, de 17 de junho de 1998;
MCCCXXVI.	Lei nº 1.731, de 22 de junho de 1998;
MCCCXXVII.	Lei nº 1.732, de 22 de junho de 1998;
MCCCXXVIII.	Lei nº 1.735, de 1º de julho de 1998;
MCCCXXIX.	Lei nº 1.736, de 1º de julho de 1998;
MCCCXXX.	Lei nº 1.737, de 1º de julho de 1998;
MCCCXXXI.	Lei nº 1.739, de 6 de julho de 1998;
MCCCXXXII.	Lei nº 1.741, de 6 de julho de 1998;
MCCCXXXIII.	Lei nº 1.745, de 14 de julho de 1998;
MCCCXXXIV.	Lei nº 1.752, de 31 de agosto de 1998;
MCCCXXXV.	Lei nº 1.755, de 4 de setembro de 1998;
MCCCXXXVI.	Lei nº 1.758, de 10 de setembro de 1998;
MCCCXXXVII.	Lei nº 1.759, de 14 de setembro de 1998;
MCCCXXXVIII.	Lei nº 1.760, de 14 de setembro de 1998;
MCCCXXXIX.	Lei nº 1.761, de 17 de setembro de 1998;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 390

MCCCXL.	Lei nº 1.763, de 18 de setembro de 1998;
MCCCXLI.	Lei nº 1.769, de 20 de outubro de 1998;
MCCCXLII.	Lei nº 1.770, de 21 de outubro de 1998;
MCCCXLIII.	Lei nº 1.772, de 3 de novembro de 1998;
MCCCXLIV.	Lei nº 1.773, de 11 de novembro de 1998;
MCCCXLV.	Lei nº 1.776, de 20 de novembro de 1998;
MCCCXLVI.	Lei nº 1.779, de 25 de novembro de 1998;
MCCCXLVII.	Lei nº 1.790, de 10 de dezembro de 1998;
MCCCXLVIII.	Lei nº 1.793, de 15 de dezembro de 1998;
MCCCXLIX.	Lei nº 1.795, de 23 de dezembro de 1998;
MCCCL.	Lei nº 1.796, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLI.	Lei nº 1.797, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLII.	Lei nº 1.798, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLIII.	Lei nº 1.799, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLIV.	Lei nº 1.803, de 11 de fevereiro de 1999;
MCCCLV.	Lei nº 1.806, de 11 de março de 1999;
MCCCLVI.	Lei nº 1.807, de 12 de março de 1999;
MCCCLVII.	Lei nº 1.808, de 15 de março de 1999;
MCCCLVIII.	Lei nº 1.809, de 15 de março de 1999;
MCCCLIX.	Lei nº 1.811, de 22 de março de 1999;
MCCCLX.	Lei nº 1.813, de 30 de março de 1999;
MCCCLXI.	Lei nº 1.814, de 30 de março de 1999;
MCCCLXII.	Lei nº 1.815, de 22 de abril de 1999;
MCCCLXIII.	Lei nº 1.816, de 22 de abril de 1999;
MCCCLXIV.	Lei nº 1.818, de 22 de abril de 1999;
MCCCLXV.	Lei nº 1.819, de 23 de abril de 1999;
MCCCLXVI.	Lei nº 1.820, de 28 de abril de 1999;
MCCCLXVII.	Lei nº 1.823, de 2 de maio de 1999;
MCCCLXVIII.	Lei nº 1.825, de 12 de maio de 1999;
MCCCLXIX.	Lei nº 1.827, de 26 de maio de 1999;
MCCCLXX.	Lei nº 1.830, de 1º de junho de 1999;
MCCCLXXI.	Lei nº 1.831, de 1º de junho de 1999;
MCCCLXXII.	Lei nº 1.835, de 24 de junho de 1999;
MCCCLXXIII.	Lei nº 1.839, de 1º de julho de 1999;
MCCCLXXIV.	Lei nº 1.841, de 5 de julho de 1999;
MCCCLXXV.	Lei nº 1.842, de 5 de julho de 1999;
MCCCLXXVI.	Lei nº 1.844, de 5 de julho de 1999;
MCCCLXXVII.	Lei nº 1.847, de 14 de julho de 1999;
MCCCLXXVIII.	Lei nº 1.848, de 14 de julho de 1999;
MCCCLXXIX.	Lei nº 1.853, de 30 de agosto de 1999;
MCCCLXXX.	Lei nº 1.854, de 30 de agosto de 1999;
MCCCLXXXI.	Lei nº 1.858, de 10 de setembro de 1999;
MCCCLXXXII.	Lei nº 1.860, de 13 de setembro de 1999;
MCCCLXXXIII.	Lei nº 1.861, de 15 de setembro de 1999;
MCCCLXXXIV.	Lei nº 1.863, de 20 de setembro de 1999;
MCCCLXXXV.	Lei nº 1.874, de 3 de novembro de 1999;
MCCCLXXXVI.	Lei nº 1.876, de 9 de novembro de 1999;
MCCCLXXXVII.	Lei nº 1.877, de 10 de novembro de 1999;
MCCCLXXXVIII.	Lei nº 1.888, de 20 de dezembro de 1999;
MCCCLXXXIX.	Lei nº 1.890, de 20 de dezembro de 1999;
MCCCXC.	Lei nº 1.891, de 20 de dezembro de 1999;
MCCCXCI.	Lei nº 1.892, de 21 de dezembro de 1999;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 391

MCCCXCII.	Lei nº 1.893, de 21 de dezembro de 1999;
MCCCXCIII.	Lei nº 1.895, de 24 de dezembro de 1999;
MCCCXCIV.	Lei nº 1.896, de 27 de dezembro de 1999;
MCCCXCV.	Lei nº 1.897, de 28 de dezembro de 1999;
MCCCXCVI.	Lei nº 1.900, de 17 de fevereiro de 2000;
MCCCXCVII.	Lei nº 1.901, de 17 de fevereiro de 2000;
MCCCXCVIII.	Lei nº 1.902, de 17 de fevereiro de 2000;
MCCCXCIX.	Lei nº 1.903, de 17 de fevereiro de 2000;
MCD.	Lei nº 1.907, de 17 de fevereiro de 2000;
MCDI.	Lei nº 1.908, de 25 de fevereiro de 2000;
MCDII.	Lei nº 1.909, de 3 de março de 2000;
MCDIII.	Lei nº 1.911, de 14 de março de 2000;
MCDIV.	Lei nº 1.913, de 24 de março de 2000;
MCDV.	Lei nº 1.914, de 27 de março de 2000;
MCDVI.	Lei nº 1.915, de 29 de março de 2000;
MCDVII.	Lei nº 1.922, de 19 de abril de 2000;
MCDVIII.	Lei nº 1.923, de 24 de abril de 2000;
MCDIX.	Lei nº 1.924, de 25 de abril de 2000;
MCDX.	Lei nº 1.926, de 2 de maio de 2000;
MCDXI.	Lei nº 1.927, de 9 de maio de 2000;
MCDXII.	Lei nº 1.928, de 17 de maio de 2000;
MCDXIII.	Lei nº 1.930, de 24 de maio de 2000;
MCDXIV.	Lei nº 1.932, de 30 de maio de 2000;
MCDXV.	Lei nº 1.935, de 6 de junho de 2000;
MCDXVI.	Lei nº 1.938, de 26 de junho de 2000;
MCDXVII.	Lei nº 1.942, de 3 de julho de 2000;
MCDXVIII.	Lei nº 1.943, de 4 de julho de 2000;
MCDXIX.	Lei nº 1.944, de 4 de julho de 2000;
MCDXX.	Lei nº 1.949, de 17 de julho de 2000;
MCDXXI.	Lei nº 1.951, de 7 de agosto de 2000;
MCDXXII.	Lei nº 1.958, de 25 de agosto de 2000;
MCDXXIII.	Lei nº 1.962, de 4 de setembro de 2000;
MCDXXIV.	Lei nº 1.963, de 4 de setembro de 2000;
MCDXXV.	Lei nº 1.967, de 18 de setembro de 2000;
MCDXXVI.	Lei nº 1.971, de 21 de setembro de 2000;
MCDXXVII.	Lei nº 1.978, de 31 de outubro de 2000;
MCDXXVIII.	Lei nº 1.979, de 31 de outubro de 2000;
MCDXXIX.	Lei nº 1.980, de 1º de novembro de 2000;
MCDXXX.	Lei nº 1.981, de 1º de novembro de 2000;
MCDXXXI.	Lei nº 1.984, de 24 de novembro de 2000;
MCDXXXII.	Lei nº 1.988, de 11 de dezembro de 2000;
MCDXXXIII.	Lei nº 1.989, de 11 de dezembro de 2000;
MCDXXXIV.	Lei nº 1.992, de 19 de dezembro de 2000;
MCDXXXV.	Lei nº 2.001, de 20 de dezembro de 2000;
MCDXXXVI.	Lei nº 2.002, de 20 de dezembro de 2000;
MCDXXXVII.	Lei nº 2.003, de 20 de dezembro de 2000;
MCDXXXVIII.	Lei nº 2.013, de 2 de março de 2001;
MCDXXXIX.	Lei nº 2.014, de 8 de março de 2001;
MCDXL.	Lei nº 2.016, de 28 de março de 2001;
MCDXLI.	Lei nº 2.017, de 28 de março de 2001;
MCDXLII.	Lei nº 2.018, de 29 de março de 2001;
MCDXLIII.	Lei nº 2.019, de 29 de março de 2001;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 392

MCDXLIV.	Lei nº 2.022, de 16 de abril de 2001;
MCDXLV.	Lei nº 2.027, de 26 de abril de 2001;
MCDXLVI.	Lei nº 2.029, de 27 de abril de 2001;
MCDXLVII.	Lei nº 2.030, de 27 de abril de 2001;
MCDXLVIII.	Lei nº 2.031, de 27 de abril de 2001;
MCDXLIX.	Lei nº 2.032, de 27 de abril de 2001;
MCDL.	Lei nº 2.033, de 27 de abril de 2001;
MCDLI.	Lei nº 2.034, de 27 de abril de 2001;
MCDLII.	Lei nº 2.035, de 27 de abril de 2001;
MCDLIII.	Lei nº 2.036, de 27 de abril de 2001;
MCDLIV.	Lei nº 2.037, de 27 de abril de 2001;
MCDLV.	Lei nº 2.038, de 27 de abril de 2001;
MCDLVI.	Lei nº 2.040, de 27 de abril de 2001;
MCDLVII.	Lei nº 2.043, de 18 de maio de 2001;
MCDLVIII.	Lei nº 2.044, de 1º de junho de 2001;
MCDLIX.	Lei nº 2.045, de 4 de junho de 2001;
MCDLX.	Lei nº 2.046, de 4 de junho de 2001;
MCDLXI.	Lei nº 2.047, de 4 de junho de 2001;
MCDLXII.	Lei nº 2.048, de 4 de junho de 2001;
MCDLXIII.	Lei nº 2.050, de 8 de junho de 2001;
MCDLXIV.	Lei nº 2.051, de 13 de junho de 2001;
MCDLXV.	Lei nº 2.052, de 13 de junho de 2001;
MCDLXVI.	Lei nº 2.053, de 13 de junho de 2001;
MCDLXVII.	Lei nº 2.054, de 19 de junho de 2001;
MCDLXVIII.	Lei nº 2.056, de 2 de julho de 2001;
MCDLXIX.	Lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001;
MCDLXX.	Lei nº 2.060, de 11 de julho de 2001;
MCDLXXI.	Lei nº 2.062, de 14 de agosto de 2001;
MCDLXXII.	Lei nº 2.063, de 22 de agosto de 2001;
MCDLXXIII.	Lei nº 2.064, de 28 de agosto de 2001;
MCDLXXIV.	Lei nº 2.067, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXV.	Lei nº 2.068, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXVI.	Lei nº 2.069, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXVII.	Lei nº 2.070, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXVIII.	Lei nº 2.071, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXIX.	Lei nº 2.072, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXX.	Lei nº 2.073, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXXI.	Lei nº 2.074, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXXII.	Lei nº 2.075, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXXIII.	Lei nº 2.080, de 8 de outubro de 2001;
MCDLXXXIV.	Lei nº 2.081, de 9 de outubro de 2001;
MCDLXXXV.	Lei nº 2.082, de 9 de outubro de 2001;
MCDLXXXVI.	Lei nº 2.083, de 9 de outubro de 2001;
MCDLXXXVII.	Lei nº 2.089, de 19 de outubro de 2001;
MCDLXXXVIII.	Lei nº 2.092, de 7 de novembro de 2001;
MCDLXXXIX.	Lei nº 2.095, de 13 de novembro de 2001;
MCDXC.	Lei nº 2.097, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCI.	Lei nº 2.098, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCII.	Lei nº 2.099, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCIII.	Lei nº 2.100, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCIV.	Lei nº 2.101, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCV.	Lei nº 2.102, de 19 de novembro de 2001;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 393

MCDXCVI.	Lei nº 2.103, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCVII.	Lei nº 2.104, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCVIII.	Lei nº 2.109, de 17 de dezembro de 2001;
MCDXCIX.	Lei nº 2.110, de 17 de dezembro de 2001;
MD.	Lei nº 2.112, de 26 de dezembro de 2001;
MDI.	Lei nº 2.117, de 27 de dezembro de 2001;
MDII.	Lei nº 2.122, de 28 de dezembro de 2001;
MDIII.	Lei nº 2.128, de 23 de janeiro de 2002;
MDIV.	Lei nº 2.129, de 28 de janeiro de 2002;
MDV.	Lei nº 2.130, de 31 de janeiro de 2002;
MDVI.	Lei nº 2.131, de 31 de janeiro de 2002;
MDVII.	Lei nº 2.132, de 31 de janeiro de 2002;
MDVIII.	Lei nº 2.136, de 15 de março de 2002;
MDIX.	Lei nº 2.137, de 15 de março de 2002;
MDX.	Lei nº 2.138, de 15 de março de 2002;
MDXI.	Lei nº 2.139, de 15 de março de 2002;
MDXII.	Lei nº 2.140, de 18 de março de 2002;
MDXIII.	Lei nº 2.141, de 18 de março de 2002;
MDXIV.	Lei nº 2.142, de 20 de março de 2002;
MDXV.	Lei nº 2.144, de 2 de abril de 2002;
MDXVI.	Lei nº 2.147, de 16 de abril de 2002;
MDXVII.	Lei nº 2.148, de 16 de abril de 2002;
MDXVIII.	Lei nº 2.149, de 16 de abril de 2002;
MDXIX.	Lei nº 2.151, de 26 de abril de 2002;
MDXX.	Lei nº 2.152, de 29 de abril de 2002;
MDXXI.	Lei nº 2.153, de 6 de maio de 2002;
MDXXII.	Lei nº 2.156, de 24 de maio de 2002;
MDXXIII.	Lei nº 2.157, de 3 de junho de 2002;
MDXXIV.	Lei nº 2.159, de 10 de junho de 2002;
MDXXV.	Lei nº 2.160, de 26 de junho de 2002;
MDXXVI.	Lei nº 2.161, de 26 de junho de 2002;
MDXXVII.	Lei nº 2.162, de 26 de junho de 2002;
MDXXVIII.	Lei nº 2.164, de 1º de julho de 2002;
MDXXIX.	Lei nº 2.165, de 1º de julho de 2002;
MDXXX.	Lei nº 2.166, de 2 de julho de 2002;
MDXXXI.	Lei nº 2.167, de 3 de julho de 2002;
MDXXXII.	Lei nº 2.168, de 3 de julho de 2002;
MDXXXIII.	Lei nº 2.169, de 8 de julho de 2002;
MDXXXIV.	Lei nº 2.170, de 8 de julho de 2002;
MDXXXV.	Lei nº 2.171, de 10 de julho de 2002;
MDXXXVI.	Lei nº 2.174, de 20 de agosto de 2002;
MDXXXVII.	Lei nº 2.175, de 22 de agosto de 2002;
MDXXXVIII.	Lei nº 2.176, de 22 de agosto de 2002;
MDXXXIX.	Lei nº 2.177, de 22 de agosto de 2002;
MDXL.	Lei nº 2.180, de 26 de agosto de 2002;
MDXLI.	Lei nº 2.181, de 28 de agosto de 2002;
MDXLII.	Lei nº 2.182, de 30 de agosto de 2002;
MDXLIII.	Lei nº 2.183, de 9 de setembro de 2002;
MDXLIV.	Lei nº 2.185, de 7 de outubro de 2002;
MDXLV.	Lei nº 2.188, de 15 de outubro de 2002;
MDXLVI.	Lei nº 2.190, de 25 de outubro de 2002;
MDXLVII.	Lei nº 2.191, de 5 de novembro de 2002;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 394

MDXLVIII.	Lei nº 2.196, de 12 de novembro de 2002;
MDXLIX.	Lei nº 2.197, de 12 de novembro de 2002;
MDL.	Lei nº 2.198, de 12 de novembro de 2002;
MDLI.	Lei nº 2.202, de 25 de novembro de 2002;
MDLII.	Lei nº 2.204, de 26 de novembro de 2002;
MDLIII.	Lei nº 2.205, de 3 de dezembro de 2002;
MDLIV.	Lei nº 2.207, de 4 de dezembro de 2002;
MDLV.	Lei nº 2.208, de 4 de dezembro de 2002;
MDLVI.	Lei nº 2.211, de 18 de dezembro de 2002;
MDLVII.	Lei nº 2.217, de 23 de dezembro de 2002;
MDLVIII.	Lei nº 2.220, de 17 de fevereiro de 2003;
MDLIX.	Lei nº 2.224, de 24 de março de 2003;
MDLX.	Lei nº 2.225, de 24 de março de 2003;
MDLXI.	Lei nº 2.230, de 26 de março de 2003;
MDLXII.	Lei nº 2.231, de 31 de março de 2003;
MDLXIII.	Lei nº 2.233, de 4 de abril de 2003;
MDLXIV.	Lei nº 2.234, de 8 de abril de 2003;
MDLXV.	Lei nº 2.237, de 11 de abril de 2003;
MDLXVI.	Lei nº 2.240, de 24 de abril de 2003;
MDLXVII.	Lei nº 2.241, de 28 de abril de 2003
MDLXVIII.	Lei nº 2.242, de 28 de abril de 2003
MDLXIX.	Lei nº 2.243, de 28 de abril de 2003
MDLXX.	Lei nº 2.244, de 28 de abril de 2003
MDLXXI.	Lei nº 2.245, de 30 de abril de 2003
MDLXXII.	Lei nº 2.246, de 30 de abril de 2003
MDLXXIII.	Lei nº 2.247, de 2 de maio de 2003
MDLXXIV.	Lei nº 2.248, de 7 de maio de 2003;
MDLXXV.	Lei nº 2.250, de 15 de maio de 2003;
MDLXXVI.	Lei nº 2.253, de 26 de maio de 2003;
MDLXXVII.	Lei nº 2.260, de 17 de junho de 2003;
MDLXXVIII.	Lei nº 2.264, de 30 de junho de 2003;
MDLXXIX.	Lei nº 2.266, de 3 de julho de 2003;
MDLXXX.	Lei nº 2.267, de 3 de julho de 2003;
MDLXXXI.	Lei nº 2.268, de 3 de julho de 2003;
MDLXXXII.	Lei nº 2.274, de 18 de julho de 2003;
MDLXXXIII.	Lei nº 2.277, de 16 de setembro de 2003;
MDLXXXIV.	Lei nº 2.279, de 25 setembro de 2003;
MDLXXXV.	Lei nº 2.280, de 25 setembro de 2003;
MDLXXXVI.	Lei nº 2.288, de 22 de outubro de 2003;
MDLXXXVII.	Lei nº 2.298, de 1º de dezembro de 2003;
MDLXXXVIII.	Lei nº 2.299, de 1º de dezembro de 2003;
MDLXXXIX.	Lei nº 2.305, de 18 de dezembro de 2003;
MDXC.	Lei nº 2.306, de 22 de dezembro de 2003;
MDXCI.	Lei nº 2.307, de 22 de dezembro de 2003;
MDXCII.	Lei nº 2.310, de 29 de dezembro de 2003;
MDXCIII.	Lei nº 2.311, de 29 de dezembro de 2003;
MDXCIV.	Lei nº 2.312, de 29 de dezembro de 2003;
MDXCV.	Lei nº 2.313, de 31 de dezembro de 2003;
MDXCVI.	Lei nº 2.314, de 31 de dezembro de 2003;
MDXCVII.	Lei nº 2.315, de 23 de janeiro de 2004;
MDXCVIII.	Lei nº 2.317, de 25 de fevereiro de 2004;
MDXCIX.	Lei nº 2.318, de 27 de fevereiro de 2004;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 395

MDC.	Lei nº 2.319, de 27 de fevereiro de 2004;
MDCI.	Lei nº 2.321, de 10 de março de 2004;
MDCII.	Lei nº 2.322, de 19 de março de 2004;
MDCIII.	Lei nº 2.324, de 1º de abril de 2004;
MDCIV.	Lei nº 2.325, de 1º de abril de 2004;
MDCV.	Lei nº 2.326, de 1º de abril de 2004;
MDCVI.	Lei nº 2.327, de 1º de abril de 2004;
MDCVII.	Lei nº 2.334, de 10 de maio de 2004;
MDCVIII.	Lei nº 2.336, de 12 de maio de 2004;
MDCIX.	Lei nº 2.342, de 7 de junho de 2004;
MDCX.	Lei nº 2.346, de 15 de junho de 2004;
MDCXI.	Lei nº 2.350, de 18 de junho de 2004;
MDCXII.	Lei nº 2.351, de 18 de junho de 2004;
MDCXIII.	Lei nº 2.352, de 18 de junho de 2004;
MDCXIV.	Lei nº 2.353, de 18 de junho de 2004;
MDCXV.	Lei nº 2.354, de 23 de junho de 2004;
MDCXVI.	Lei nº 2.358, de 5 de julho de 2004;
MDCXVII.	Lei nº 2.359, de 5 de julho de 2004;
MDCXVIII.	Lei nº 2.365, de 14 de julho de 2004;
MDCXIX.	Lei nº 2.371, de 26 de agosto de 2004;
MDCXX.	Lei nº 2.372, de 26 de agosto de 2004;
MDCXXI.	Lei nº 2.373, de 6 de setembro de 2004;
MDCXXII.	Lei nº 2.385, de 5 de novembro de 2004;
MDCXXIII.	Lei nº 2.388, de 10 de novembro de 2004;
MDCXXIV.	Lei nº 2.391, de 16 de novembro de 2004;
MDCXXV.	Lei nº 2.392, de 16 de novembro de 2004;
MDCXXVI.	Lei nº 2.393, de 16 de novembro de 2004;
MDCXXVII.	Lei nº 2.399, de 13 de dezembro de 2004;
MDCXXVIII.	Lei nº 2.418, de 21 de janeiro de 2005;
MDCXXIX.	Lei nº 2.419, de 21 de janeiro de 2005;
MDCXXX.	Lei nº 2.420, de 26 de janeiro de 2005;
MDCXXXI.	Lei nº 2.421, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXII.	Lei nº 2.422, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXIII.	Lei nº 2.423, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXIV.	Lei nº 2.424, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXV.	Lei nº 2.425, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXVI.	Lei nº 2.426, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXVII.	Lei nº 2.427, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXVIII.	Lei nº 2.429, de 22 de fevereiro de 2005;
MDCXXXIX.	Lei nº 2.430, de 7 de março de 2005;
MDCXL.	Lei nº 2.434, de 11 de março de 2005;
MDCXLI.	Lei nº 2.435, de 11 de março de 2005;
MDCXLII.	Lei nº 2.436, de 11 de março de 2005;
MDCXLIII.	Lei nº 2.438, de 29 de março de 2005;
MDCXLIV.	Lei nº 2.443, de 5 de abril de 2005;
MDCXLV.	Lei nº 2.446, de 25 de abril de 2005;
MDCXLVI.	Lei nº 2.447, de 25 de abril de 2005;
MDCXLVII.	Lei nº 2.452, de 11 de maio de 2005;
MDCXLVIII.	Lei nº 2.454, de 11 de maio de 2005;
MDCXLIX.	Lei nº 2.455, de 17 de maio de 2005;
MDCL.	Lei nº 2.456, de 17 de maio de 2005;
MDCLI.	Lei nº 2.458, de 25 de maio de 2005;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 396

MDCLII.	Lei nº 2.460, de 7 de junho de 2005;
MDCLIII.	Lei nº 2.468, de 28 de junho de 2005;
MDCLIV.	Lei nº 2.469, de 28 de junho de 2005;
MDCLV.	Lei nº 2.470, de 28 de junho de 2005;
MDCLVI.	Lei nº 2.474, de 14 de julho de 2005;
MDCLVII.	Lei nº 2.475, de 14 de julho de 2005;
MDCLVIII.	Lei nº 2.478, de 15 de julho de 2005;
MDCLIX.	Lei nº 2.479, de 19 de julho de 2005;
MDCLX.	Lei nº 2.480, de 19 de julho de 2005;
MDCLXI.	Lei nº 2.487, de 9 de agosto de 2005;
MDCLXII.	Lei nº 2.492, de 16 de agosto de 2005;
MDCLXIII.	Lei nº 2.496, de 19 de agosto de 2005;
MDCLXIV.	Lei nº 2.497, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXV.	Lei nº 2.498, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXVI.	Lei nº 2.499, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXVII.	Lei nº 2.500, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXVIII.	Lei nº 2.506, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXIX.	Lei nº 2.507, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXX.	Lei nº 2.508, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXXI.	Lei nº 2.509, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXXII.	Lei nº 2.510, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXXIII.	Lei nº 2.511, de 19 de setembro de 2005;
MDCLXXIV.	Lei nº 2.516, de 20 de setembro de 2005;
MDCLXXV.	Lei nº 2.519, de 20 de setembro de 2005;
MDCLXXVI.	Lei nº 2.529, de 4 de outubro de 2005;
MDCLXXVII.	Lei nº 2.532, de 5 de outubro de 2005;
MDCLXXVIII.	Lei nº 2.540, de 21 de outubro de 2005;
MDCLXXIX.	Lei nº 2.541, de 25 de outubro de 2005;
MDCLXXX.	Lei nº 2.549, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXI.	Lei nº 2.550, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXII.	Lei nº 2.551, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXIII.	Lei nº 2.552, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXIV.	Lei nº 2.553, de 18 de novembro de 2005;
MDCLXXXV.	Lei nº 2.554, de 18 de novembro de 2005;
MDCLXXXVI.	Lei nº 2.555, de 18 de novembro de 2005;
MDCLXXXVII.	Lei nº 2.557, de 28 de novembro de 2005;
MDCLXXXVIII.	Lei nº 2.558, de 30 de novembro de 2005;
MDCLXXXIX.	Lei nº 2.566, de 19 de dezembro de 2005;
MDCXC.	Lei nº 2.567, de 19 de dezembro de 2005;
MDCXCI.	Lei nº 2.570, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCII.	Lei nº 2.571, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCIII.	Lei nº 2.572, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCIV.	Lei nº 2.573, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCV.	Lei nº 2.574, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCVI.	Lei nº 2.575, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCVII.	Lei nº 2.577, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCVIII.	Lei nº 2.579, de 18 de janeiro de 2006;
MDCXCIX.	Lei nº 2.580, de 25 de janeiro de 2006;
MDCC.	Lei nº 2.581, de 25 de janeiro de 2006;
MDCCI.	Lei nº 2.582, de 30 de janeiro de 2006;
MDCCII.	Lei nº 2.583, de 7 de fevereiro de 2006;
MDCCIII.	Lei nº 2.587, de 10 de março de 2006;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 394

MDCCIV.	Lei nº 2.588, de 10 de março de 2006;
MDCCV.	Lei nº 2.589, de 10 de março de 2006;
MDCCVI.	Lei nº 2.590, de 15 de março de 2006;
MDCCVII.	Lei nº 2.593, de 20 de março de 2006;
MDCCVIII.	Lei nº 2.594, de 20 de março de 2006;
MDCCIX.	Lei nº 2.598, de 28 de março de 2006;
MDCCX.	Lei nº 2.600, de 30 de março de 2006;
MDCCXI.	Lei nº 2.602, de 31 de março de 2006;
MDCCXII.	Lei nº 2.603, de 4 de abril de 2006;
MDCCXIII.	Lei nº 2.604, de 4 de abril de 2006;
MDCCXIV.	Lei nº 2.605, de 4 de abril de 2006;
MDCCXV.	Lei nº 2.606, de 4 de abril de 2006;
MDCCXVI.	Lei nº 2.609, de 17 de abril de 2006;
MDCCXVII.	Lei nº 2.610, de 17 de abril de 2006;
MDCCXVIII.	Lei nº 2.612, de 17 de abril de 2006;
MDCCXIX.	Lei nº 2.618, de 4 de maio de 2006;
MDCCXX.	Lei nº 2.619, de 4 de maio de 2006;
MDCCXXI.	Lei nº 2.622, de 12 de maio de 2006;
MDCCXXII.	Lei nº 2.623, de 24 de maio de 2006;
MDCCXXIII.	Lei nº 2.625, de 1º de junho de 2006;
MDCCXXIV.	Lei nº 2.628, de 2 de junho de 2006;
MDCCXXV.	Lei nº 2.634, de 20 de junho de 2006;
MDCCXXVI.	Lei nº 2.635, de 20 de junho de 2006;
MDCCXXVII.	Lei nº 2.637, de 20 de junho de 2006;
MDCCXXVIII.	Lei nº 2.638, de 21 de junho de 2006;
MDCCXXIX.	Lei nº 2.640, de 26 de junho de 2006;
MDCCXXX.	Lei nº 2.641, de 28 de junho de 2006;
MDCCXXXI.	Lei nº 2.644, de 4 de julho de 2006;
MDCCXXXII.	Lei nº 2.645, de 4 de julho de 2006;
MDCCXXXIII.	Lei nº 2.649, de 11 de julho de 2006;
MDCCXXXIV.	Lei nº 2.653, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXV.	Lei nº 2.654, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXVI.	Lei nº 2.655, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXVII.	Lei nº 2.656, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXVIII.	Lei nº 2.657, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXIX.	Lei nº 2.659, de 15 de agosto de 2006;
MDCCXL.	Lei nº 2.662, de 22 de agosto de 2006;
MDCCXLI.	Lei nº 2.663, de 22 de agosto de 2006;
MDCCXLII.	Lei nº 2.664, de 23 de agosto de 2006;
MDCCXLIII.	Lei nº 2.665, de 23 de agosto de 2006;
MDCCXLIV.	Lei nº 2.667, de 25 de agosto de 2006;
MDCCXLV.	Lei nº 2.668, de 29 de agosto de 2006;
MDCCXLVI.	Lei nº 2.669, de 31 de agosto de 2006;
MDCCXLVII.	Lei nº 2.670, de 31 de agosto de 2006;
MDCCXLVIII.	Lei nº 2.671, de 31 de agosto de 2006;
MDCCXLIX.	Lei nº 2.672, de 31 de agosto de 2006;
MDCCL.	Lei nº 2.673, de 1º de setembro de 2006;
MDCCLI.	Lei nº 2.674, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLII.	Lei nº 2.675, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLIII.	Lei nº 2.676, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLIV.	Lei nº 2.677, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLV.	Lei nº 2.678, de 13 de setembro de 2006;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 398

MDCCLVI.	Lei nº 2.680, de 20 de setembro de 2006;
MDCCLVII.	Lei nº 2.681, de 25 de setembro de 2006;
MDCCLVIII.	Lei nº 2.682, de 25 de setembro de 2006;
MDCCLIX.	Lei nº 2.683, de 29 de setembro de 2006;
MDCCLX.	Lei nº 2.684, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXI.	Lei nº 2.685, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXII.	Lei nº 2.686, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXIII.	Lei nº 2.687, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXIV.	Lei nº 2.688, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXV.	Lei nº 2.689, de 18 de outubro de 2006;
MDCCLXVI.	Lei nº 2.690, de 18 de outubro de 2006;
MDCCLXVII.	Lei nº 2.692, de 20 de outubro de 2006;
MDCCLXVIII.	Lei nº 2.694, de 27 de outubro de 2006;
MDCCLXIX.	Lei nº 2.695, de 27 de outubro de 2006;
MDCCLXX.	Lei nº 2.697, de 7 de novembro de 2006;
MDCCLXXI.	Lei nº 2.700, de 21 de novembro de 2006;
MDCCLXXII.	Lei nº 2.702, de 21 de novembro de 2006;
MDCCLXXIII.	Lei nº 2.704, de 27 de novembro de 2006;
MDCCLXXIV.	Lei nº 2.705, de 27 de novembro de 2006;
MDCCLXXV.	Lei nº 2.710, de 11 de dezembro de 2006;
MDCCLXXVI.	Lei nº 2.711, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCLXXVII.	Lei nº 2.712, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCLXXVIII.	Lei nº 2.713, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCLXXIX.	Lei nº 2.714, de 21 de dezembro de 2006;
MDCCLXXX.	Lei nº 2.718, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXI.	Lei nº 2.719, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXII.	Lei nº 2.720, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXIII.	Lei nº 2.721, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXIV.	Lei nº 2.722, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXV.	Lei nº 2.723, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXVI.	Lei nº 2.725, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXVII.	Lei nº 2.726, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXVIII.	Lei nº 2.727, de 28 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXIX.	Lei nº 2.729, de 23 de janeiro de 2007;
MDCCXC.	Lei nº 2.730, de 23 de janeiro de 2007;
MDCCXCI.	Lei nº 2.731, de 24 de janeiro de 2007;
MDCCXCII.	Lei nº 2.732, de 24 de janeiro de 2007;
MDCCXCIII.	Lei nº 2.733, de 24 de janeiro de 2007;
MDCCXCIV.	Lei nº 2.735, de 13 de fevereiro de 2007;
MDCCXCV.	Lei nº 2.736, de 21 de fevereiro de 2007;
MDCCXCVI.	Lei nº 2.737, de 23 de fevereiro de 2007;
MDCCXCVII.	Lei nº 2.738, de 7 de março de 2007;
MDCCXCVIII.	Lei nº 2.739, de 7 de março de 2007;
MDCCXCIX.	Lei nº 2.740, de 7 de março de 2007;
MDCCC.	Lei nº 2.742, de 13 de março de 2007;
MDCCCI.	Lei nº 2.744, de 20 de março de 2007;
MDCCCII.	Lei nº 2.745, de 22 de março de 2007;
MDCCCIII.	Lei nº 2.746, de 27 de março de 2007;
MDCCCIV.	Lei nº 2.749, de 2 de abril de 2007;
MDCCCV.	Lei nº 2.750, de 10 de abril de 2007;
MDCCCVI.	Lei nº 2.751, de 10 de abril de 2007;
MDCCCVII.	Lei nº 2.752, de 10 de abril de 2007;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 399

MDCCCVIII.	Lei nº 2.753, de 13 de abril de 2007;
MDCCCIX.	Lei nº 2.755, de 20 de abril de 2007;
MDCCCX.	Lei nº 2.756, de 20 de abril de 2007;
MDCCCXI.	Lei nº 2.757, de 30 de abril de 2007;
MDCCCXII.	Lei nº 2.758, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXIII.	Lei nº 2.759, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXIV.	Lei nº 2.760, de 30 de abril de 2007;
MDCCCXV.	Lei nº 2.761, de 30 de abril de 2007;
MDCCCXVI.	Lei nº 2.762, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXVII.	Lei nº 2.763, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXVIII.	Lei nº 2.764, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXIX.	Lei nº 2.765, de 7 de maio de 2007;
MDCCCXX.	Lei nº 2.767, de 11 de maio de 2007;
MDCCCXXI.	Lei nº 2.768, de 16 de maio de 2007;
MDCCCXXII.	Lei nº 2.772, de 29 de maio de 2007;
MDCCCXXIII.	Lei nº 2.775, de 29 de maio de 2007;
MDCCCXXIV.	Lei nº 2.776, de 29 de maio de 2007;
MDCCCXXV.	Lei nº 2.779, de 6 de junho de 2007;
MDCCCXXVI.	Lei nº 2.781, de 14 de junho de 2007;
MDCCCXXVII.	Lei nº 2.783, de 19 de junho de 2007;
MDCCCXXVIII.	Lei nº 2.785, de 27 de junho de 2007;
MDCCCXXIX.	Lei nº 2.786, de 4 de julho de 2007;
MDCCCXXX.	Lei nº 2.787, de 4 de julho de 2007;
MDCCCXXXI.	Lei nº 2.788, de 4 de julho de 2007;
MDCCCXXXII.	Lei nº 2.792, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXIII.	Lei nº 2.793, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXIV.	Lei nº 2.794, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXV.	Lei nº 2.796, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXVI.	Lei nº 2.797, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXVII.	Lei nº 2.800, de 12 de julho de 2007;
MDCCCXXXVIII.	Lei nº 2.801, de 12 de julho de 2007;
MDCCCXXXIX.	Lei nº 2.803, de 13 de julho de 2007;
MDCCCXL.	Lei nº 2.809, de 17 de julho de 2007;
MDCCCXLI.	Lei nº 2.810, de 19 de julho de 2007;
MDCCCXLII.	Lei nº 2.811, de 19 de julho de 2007;
MDCCCXLIII.	Lei nº 2.812, de 24 de julho de 2007;
MDCCCXLIV.	Lei nº 2.815, de 3 de agosto de 2007;
MDCCCXLV.	Lei nº 2.816, de 3 de agosto de 2007;
MDCCCXLVI.	Lei nº 2.817, de 3 de agosto de 2007;
MDCCCXLVII.	Lei nº 2.819, de 10 de agosto de 2007;
MDCCCXLVIII.	Lei nº 2.820, de 10 de agosto de 2007;
MDCCCXLIX.	Lei nº 2.824, de 24 de agosto de 2007;
MDCCCL.	Lei nº 2.828, de 5 de setembro de 2007;
MDCCCLI.	Lei nº 2.830, de 11 de setembro de 2007;
MDCCCLII.	Lei nº 2.831, de 12 de setembro de 2007;
MDCCCLIII.	Lei nº 2.833, de 18 de setembro de 2007;
MDCCCLIV.	Lei nº 2.836, de 21 de setembro de 2007;
MDCCCLV.	Lei nº 2.837, de 25 de setembro de 2007;
MDCCCLVI.	Lei nº 2.838, de 25 de setembro de 2007;
MDCCCLVII.	Lei nº 2.840, de 9 de outubro de 2007;
MDCCCLVIII.	Lei nº 2.841, de 9 de outubro de 2007;
MDCCCLIX.	Lei nº 2.842, de 9 de outubro de 2007;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 400
Ass.

MDCCCLX.	Lei nº 2.843, de 9 de outubro de 2007;
MDCCCLXI.	Lei nº 2.848, de 10 de outubro de 2007;
MDCCCLXII.	Lei nº 2.850, de 23 de outubro de 2007;
MDCCCLXIII.	Lei nº 2.851, de 23 de outubro de 2007;
MDCCCLXIV.	Lei nº 2.854, de 29 de outubro de 2007;
MDCCCLXV.	Lei nº 2.856, de 30 de outubro de 2007;
MDCCCLXVI.	Lei nº 2.857, de 30 de outubro de 2007;
MDCCCLXVII.	Lei nº 2.858, de 30 de outubro de 2007;
MDCCCLXVIII.	Lei nº 2.859, de 7 de novembro de 2007;
MDCCCLXIX.	Lei nº 2.860, de 7 de novembro de 2007;
MDCCCLXX.	Lei nº 2.861, de 13 de novembro de 2007;
MDCCCLXXI.	Lei nº 2.864, de 19 de novembro de 2007;
MDCCCLXXII.	Lei nº 2.863, de 14 de novembro de 2007;
MDCCCLXXIII.	Lei nº 2.865, de 19 de novembro de 2007;
MDCCCLXXIV.	Lei nº 2.869, de 19 de novembro de 2007;
MDCCCLXXV.	Lei nº 2.871, de 20 de novembro de 2007;
MDCCCLXXVI.	Lei nº 2.872, de 20 de novembro de 2007;
MDCCCLXXVII.	Lei nº 2.875, de 28 de novembro de 2007;
MDCCCLXXVIII.	Lei nº 2.876, de 5 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXIX.	Lei nº 2.877, de 5 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXX.	Lei nº 2.878, de 5 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXI.	Lei nº 2.881, de 7 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXII.	Lei nº 2.882, de 7 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXIII.	Lei nº 2.884, de 12 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXIV.	Lei nº 2.885, de 18 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXV.	Lei nº 2.886, de 18 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXVI.	Lei nº 2.888, de 18 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXVII.	Lei nº 2.890, de 18 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXVIII.	Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXIX.	Lei nº 2.892, de 20 de dezembro de 2007;
MDCCCXC.	Lei nº 2.893, de 26 de dezembro de 2007;
MDCCCXCI.	Lei nº 2.896, de 26 de dezembro de 2007;
MDCCCXCII.	Lei nº 2.898, de 21 de fevereiro de 2008;
MDCCCXCIII.	Lei nº 2.899, de 22 de fevereiro de 2008;
MDCCCXCIV.	Lei nº 2.903, de 12 de março de 2008;
MDCCCXCV.	Lei nº 2.904, de 12 de março de 2008;
MDCCCXCVI.	Lei nº 2.907, de 19 de março de 2008;
MDCCCXCVII.	Lei nº 2.908, de 19 de março de 2008;
MDCCCXCVIII.	Lei nº 2.911, de 20 de março de 2008;
MDCCCXCIX.	Lei nº 2.912, de 20 de março de 2008;
MCM.	Lei nº 2.913, de 20 de março de 2008;
MCMI.	Lei nº 2.914, de 20 de março de 2008;
MCMII.	Lei nº 2.915, de 20 de março de 2008;
MCMIII.	Lei nº 2.916, de 20 de março de 2008;
MCMIV.	Lei nº 2.917, de 20 de março de 2008;
MCMV.	Lei nº 2.918, de 20 de março de 2008;
MCMVI.	Lei nº 2.919, de 20 de março de 2008;
MCMVII.	Lei nº 2.920, de 20 de março de 2008;
MCMVIII.	Lei nº 2.921, de 25 de março de 2008;
MCMIX.	Lei nº 2.922, de 25 de março de 2008;
MCMX.	Lei nº 2.924, de 1º de abril de 2008;
MCMXI.	Lei nº 2.925, de 1º de abril de 2008;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 401

MCMXII.	Lei nº 2.926, de 1º de abril de 2008;
MCMXIII.	Lei nº 2.927, de 1º de abril de 2008;
MCMXIV.	Lei nº 2.928, de 1º de abril de 2008;
MCMXV.	Lei nº 2.929, de 7 de abril de 2008;
MCMXVI.	Lei nº 2.930, de 7 de abril de 2008;
MCMXVII.	Lei nº 2.931, de 7 de abril de 2008;
MCMXVIII.	Lei nº 2.932, de 11 de abril de 2008;
MCMXIX.	Lei nº 2.933, de 11 de abril de 2008;
MCMXX.	Lei nº 2.935, de 11 de abril de 2008;
MCMXXI.	Lei nº 2.936, de 17 de abril de 2008;
MCMXXII.	Lei nº 2.938, de 18 de abril de 2008;
MCMXXIII.	Lei nº 2.939, de 29 de abril de 2008;
MCMXXIV.	Lei nº 2.940, de 29 de abril de 2008;
MCMXXV.	Lei nº 2.941, de 29 de abril de 2008;
MCMXXVI.	Lei nº 2.942, de 29 de abril de 2008;
MCMXXVII.	Lei nº 2.946, de 13 de maio de 2008;
MCMXXVIII.	Lei nº 2.948, de 13 de maio de 2008;
MCMXXIX.	Lei nº 2.950, de 13 de maio de 2008;
MCMXXX.	Lei nº 2.951, de 21 de maio de 2008;
MCMXXXI.	Lei nº 2.952, de 21 de maio de 2008;
MCMXXXII.	Lei nº 2.953, de 21 de maio de 2008;
MCMXXXIII.	Lei nº 2.955, de 30 de maio de 2008;
MCMXXXIV.	Lei nº 2.960, de 4 de junho de 2008;
MCMXXXV.	Lei nº 2.961, de 4 de junho de 2008;
MCMXXXVI.	Lei nº 2.966, de 5 de junho de 2008;
MCMXXXVII.	Lei nº 2.967, de 5 de junho de 2008;
MCMXXXVIII.	Lei nº 2.969, de 11 de junho de 2008;
MCMXXXIX.	Lei nº 2.974, de 19 de junho de 2008;
MCMXL.	Lei nº 2.975, de 19 de junho de 2008;
MCMXLI.	Lei nº 2.977, de 19 de junho de 2008;
MCMXLII.	Lei nº 2.978, de 19 de junho de 2008;
MCMXLIII.	Lei nº 2.979, de 25 de junho de 2008;
MCMXLIV.	Lei nº 2.980, de 25 de junho de 2008;
MCMXLV.	Lei nº 2.981, de 25 de junho de 2008;
MCMXLVI.	Lei nº 2.982, de 25 de junho de 2008;
MCMXLVII.	Lei nº 2.984, de 27 de junho de 2008;
MCMXLVIII.	Lei nº 2.985, de 27 de junho de 2008;
MCMXLIX.	Lei nº 2.986, de 7 de julho de 2008;
MCML.	Lei nº 2.987, de 7 de julho de 2008;
MCMLI.	Lei nº 2.988, de 7 de julho de 2008;
MCMLII.	Lei nº 2.989, de 7 de julho de 2008;
MCMLIII.	Lei nº 2.990, de 10 de julho de 2008;
MCMLIV.	Lei nº 2.992, de 10 de julho de 2008;
MCMLV.	Lei nº 2.995, de 22 de julho de 2008;
MCMLVI.	Lei nº 2.996, de 22 de julho de 2008;
MCMLVII.	Lei nº 2.997, de 5 de agosto de 2008;
MCMLVIII.	Lei nº 2.998, de 5 de agosto de 2008;
MCMLIX.	Lei nº 3.000, de 15 de agosto de 2008;
MCMLX.	Lei nº 3.001, de 19 de agosto de 2008;
MCMLXI.	Lei nº 3.002, de 19 de agosto de 2008;
MCMLXII.	Lei nº 3.003, de 19 de agosto de 2008;
MCMLXIII.	Lei nº 3.004, de 21 de agosto de 2008;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 402

MCMLXIV.	Lei nº 3.008, de 21 de agosto de 2008;
MCMLXV.	Lei nº 3.010, de 5 de setembro de 2008;
MCMLXVI.	Lei nº 3.012, de 15 de setembro de 2008;
MCMLXVII.	Lei nº 3.013, de 18 de setembro de 2008;
MCMLXVIII.	Lei nº 3.014, de 15 de outubro de 2008;
MCMLXIX.	Lei nº 3.015, de 17 de outubro de 2008;
MCMLXX.	Lei nº 3.017, de 22 de outubro de 2008;
MCMLXXI.	Lei nº 3.018, de 22 de outubro de 2008;
MCMLXXII.	Lei nº 3.019, de 24 de outubro de 2008;
MCMLXXIII.	Lei nº 3.020, de 24 de outubro de 2008;
MCMLXXIV.	Lei nº 3.022, de 3 de outubro de 2008;
MCMLXXV.	Lei nº 3.023, de 5 de novembro de 2008;
MCMLXXVI.	Lei nº 3.024, de 6 de novembro de 2008;
MCMLXXVII.	Lei nº 3.025, de 6 de novembro de 2008;
MCMLXXVIII.	Lei nº 3.030, de 15 de agosto de 2008;
MCMLXXIX.	Lei nº 3.031, de 11 de novembro de 2008;
MCMLXXX.	Lei nº 3.032, de 14 de novembro de 2008;
MCMLXXXI.	Lei nº 3.033, de 14 de novembro de 2008;
MCMLXXXII.	Lei nº 3.035, de 14 de novembro de 2008;
MCMLXXXIII.	Lei nº 3.039, de 21 de novembro de 2008;
MCMLXXXIV.	Lei nº 3.040, de 27 de novembro de 2008;
MCMLXXXV.	Lei nº 3.041, de 27 de novembro de 2008;
MCMLXXXVI.	Lei nº 3.048, de 4 de dezembro de 2008;
MCMLXXXVII.	Lei nº 3.049, de 4 de dezembro de 2008;
MCMLXXXVIII.	Lei nº 3.050, de 4 de dezembro de 2008;
MCMLXXXIX.	Lei nº 3.051, de 9 de dezembro de 2008;
MCMXC.	Lei nº 3.052, de 9 de dezembro de 2008;
MCMXCI.	Lei nº 3.055, de 12 de dezembro de 2008;
MCMXCII.	Lei nº 3.060, de 17 de dezembro de 2008;
MCMXCIII.	Lei nº 3.061, de 17 de dezembro de 2008;
MCMXCIV.	Lei nº 3.062, de 17 de dezembro de 2008;
MCMXCV.	Lei nº 3.064, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCVI.	Lei nº 3.069, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCVII.	Lei nº 3.070, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCVIII.	Lei nº 3.071, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCIX.	Lei nº 3.072, de 29 de dezembro de 2008;
MM.	Lei nº 3.077, de 23 de janeiro de 2009;
MMI.	Lei nº 3.078, de 23 de janeiro de 2010;
MMII.	Lei nº 3.079, de 23 de janeiro de 2009;
MMIII.	Lei nº 3.080, de 23 de janeiro de 2009;
MMIV.	Lei nº 3.081, de 23 de janeiro de 2009;
MMV.	Lei nº 3.082, de 23 de janeiro de 2009;
MMVI.	Lei nº 3.083, de 23 de janeiro de 2009;
MMVII.	Lei nº 3.084, de 23 de janeiro de 2009;
MMVIII.	Lei nº 3.085, de 23 de janeiro de 2009;
MMIX.	Lei nº 3.086, de 23 de janeiro de 2009;
MMX.	Lei nº 3.088, de 23 de janeiro de 2009;
MMXI.	Lei nº 3.089, de 23 de janeiro de 2009;
MMXII.	Lei nº 3.090, de 23 de janeiro de 2009;
MMXIII.	Lei nº 3.091, de 23 de janeiro de 2009;
MMXIV.	Lei nº 3.092, de 23 de janeiro de 2009;
MMXV.	Lei nº 3.093, de 5 de fevereiro de 2009;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 403
E

MMXVI.	Lei nº 3.094, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXVII.	Lei nº 3.095, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXVIII.	Lei nº 3.096, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXIX.	Lei nº 3.097, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXX.	Lei nº 3.099, de 12 de fevereiro de 2009;
MMXXI.	Lei nº 3.102, de 18 de fevereiro de 2009;
MMXXII.	Lei nº 3.104, de 19 de janeiro de 2009;
MMXXIII.	Lei nº 3.105, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXIV.	Lei nº 3.106, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXV.	Lei nº 3.107, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXVI.	Lei nº 3.108, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXVII.	Lei nº 3.109, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXVIII.	Lei nº 3.110, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXIX.	Lei nº 3.111, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXX.	Lei nº 3.112, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXI.	Lei nº 3.113, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXII.	Lei nº 3.114, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXIII.	Lei nº 3.115, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXIV.	Lei nº 3.116, de 10 de março de 2009;
MMXXXV.	Lei nº 3.117, de 10 de março de 2009;
MMXXXVI.	Lei nº 3.118, de 10 de março de 2009;
MMXXXVII.	Lei nº 3.120, de 10 de março de 2009;
MMXXXVIII.	Lei nº 3.126, de 20 de março de 2009;
MMXXXIX.	Lei nº 3.130, de 26 de março de 2009;
MMXL.	Lei nº 3.131, de 26 de março de 2009;
MMXLI.	Lei nº 3.132, de 26 de março de 2009;
MMXLII.	Lei nº 3.134, de 26 de março de 2009;
MMXLIII.	Lei nº 3.137, de 13 de abril de 2009;
MMXLIV.	Lei nº 3.138, de 13 de abril de 2009;
MMXLV.	Lei nº 3.140, de 14 de abril de 2009;
MMXLVI.	Lei nº 3.141, de 14 de abril de 2009;
MMXLVII.	Lei nº 3.142, de 14 de abril de 2009;
MMXLVIII.	Lei nº 3.143, de 14 de abril de 2009;
MMXLIX.	Lei nº 3.144, de 14 de abril de 2009;
MML.	Lei nº 3.145, de 16 de abril de 2009;
MMLI.	Lei nº 3.146, de 16 de abril de 2009;
MMLII.	Lei nº 3.147, de 23 de abril de 2009;
MMLIII.	Lei nº 3.149, de 23 de abril de 2009;
MMLIV.	Lei nº 3.150, de 23 de abril de 2009;
MMLV.	Lei nº 3.151, de 23 de abril de 2009;
MMLVI.	Lei nº 3.152, de 23 de abril de 2009;
MMLVII.	Lei nº 3.154, de 23 de abril de 2009;
MMLVIII.	Lei nº 3.155, de 23 de abril de 2009;
MMLIX.	Lei nº 3.156, de 23 de abril de 2009;
MMLX.	Lei nº 3.159, de 28 de abril de 2009;
MMLXI.	Lei nº 3.160, de 28 de abril de 2009;
MMLXII.	Lei nº 3.161, de 30 de abril de 2009;
MMLXIII.	Lei nº 3.162, de 30 de abril de 2009;
MMLXIV.	Lei nº 3.164, de 18 de maio de 2009;
MMLXV.	Lei nº 3.165, de 18 de maio de 2009;
MMLXVI.	Lei nº 3.166, de 19 de maio de 2009;
MMLXVII.	Lei nº 3.167, de 19 de maio de 2009;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 404

MMLXVIII.	Lei nº 3.168, de 19 de maio de 2009;
MMLXIX.	Lei nº 3.170, de 21 de maio de 2009;
MMLXX.	Lei nº 3.171, de 27 de maio de 2009;
MMLXXI.	Lei nº 3.172, de 27 de maio de 2009;
MMLXXII.	Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2009;
MMLXXIII.	Lei nº 3.174, de 27 de maio de 2009;
MMLXXIV.	Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2009;
MMLXXV.	Lei nº 3.176, de 27 de maio de 2009;
MMLXXVI.	Lei nº 3.177, de 27 de maio de 2009;
MMLXXVII.	Lei nº 3.179, de 15 de junho de 2009;
MMLXXVIII.	Lei nº 3.180, de 15 de junho de 2009;
MMLXXIX.	Lei nº 3.181, de 16 de junho de 2009;
MMLXXX.	Lei nº 3.182, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXI.	Lei nº 3.183, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXII.	Lei nº 3.184, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXIII.	Lei nº 3.185, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXIV.	Lei nº 3.188, de 1º de julho de 2009;
MMLXXXV.	Lei nº 3.189, de 1º de julho de 2009;
MMLXXXVI.	Lei nº 3.190, de 3 de julho de 2009;
MMLXXXVII.	Lei nº 3.191, de 3 de julho de 2009;
MMLXXXVIII.	Lei nº 3.192, de 8 de julho de 2009;
MMLXXXIX.	Lei nº 3.193, de 8 de julho de 2009;
MMXC.	Lei nº 3.194, de 8 de julho de 2009;
MMXCI.	Lei nº 3.195, de 8 de julho de 2009;
MMXCII.	Lei nº 3.197, de 10 de julho de 2009;
MMXCIII.	Lei nº 3.198, de 10 de julho de 2009;
MMXCIV.	Lei nº 3.199, de 10 de julho de 2009;
MMXCV.	Lei nº 3.200, de 13 de julho de 2009;
MMXCVI.	Lei nº 3.201, de 13 de julho de 2009;
MMXCVII.	Lei nº 3.208, de 7 de agosto de 2009;
MMXCVIII.	Lei nº 3.210, de 19 de agosto de 2009;
MMXCIX.	Lei nº 3.211, de 24 de agosto de 2009;
MMC.	Lei nº 3.213, de 24 de agosto de 2009;
MMCI.	Lei nº 3.214, de 21 de agosto de 2009;
MMCII.	Lei nº 3.215, de 21 de agosto de 2009;
MMCIII.	Lei nº 3.218, de 27 de agosto de 2009;
MMCIV.	Lei nº 3.219, de 27 de agosto de 2009;
MMCV.	Lei nº 3.220, de 27 de agosto de 2009;
MMCVI.	Lei nº 3.221, de 27 de agosto de 2009;
MMCVII.	Lei nº 3.222, de 2 de setembro de 2009;
MMCVIII.	Lei nº 3.223, de 2 de setembro de 2009;
MMCIX.	Lei nº 3.225, de 4 de setembro de 2009;
MMCX.	Lei nº 3.227, de 4 de setembro de 2009;
MMCXI.	Lei nº 3.231, de 17 de setembro de 2009;
MMCXII.	Lei nº 3.232, de 17 de setembro de 2009;
MMCXIII.	Lei nº 3.235, de 18 de setembro de 2009;
MMCXIV.	Lei nº 3.238, de 24 de setembro de 2009;
MMCXV.	Lei nº 3.239, de 24 de setembro de 2009;
MMCXVI.	Lei nº 3.240, de 24 de setembro de 2009;
MMCXVII.	Lei nº 3.241, de 24 de setembro de 2009;
MMCXVIII.	Lei nº 3.244, de 30 de setembro de 2009;
MMCXIX.	Lei nº 3.245, de 30 de setembro de 2009;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 405

MMCXX.	Lei nº 3.248, de 9 de outubro de 2009;
MMCXXI.	Lei nº 3.251, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXII.	Lei nº 3.253, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXIII.	Lei nº 3.254, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXIV.	Lei nº 3.255, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXV.	Lei nº 3.256, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXVI.	Lei nº 3.257, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXVII.	Lei nº 3.258, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXVIII.	Lei nº 3.259, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXIX.	Lei nº 3.260, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXX.	Lei nº 3.261 de 6 de novembro de 2009;
MMCXXXI.	Lei nº 3.262, de 6 de novembro de 2009;
MMCXXXII.	Lei nº 3.265, de 10 de novembro de 2009;
MMCXXXIII.	Lei nº 3.266, de 10 de novembro de 2009;
MMCXXXIV.	Lei nº 3.267, de 18 de novembro de 2009;
MMCXXXV.	Lei nº 3.268, de 19 de novembro de 2009;
MMCXXXVI.	Lei nº 3.269, de 19 de novembro de 2009;
MMCXXXVII.	Lei nº 3.275, de 24 de novembro de 2009;
MMCXXXVIII.	Lei nº 3.280, de 27 de novembro de 2009;
MMCXXXIX.	Lei nº 3.281, de 27 de novembro de 2009;
MMCXL.	Lei nº 3.289, de 10 de dezembro de 2009;
MMCXLI.	Lei nº 3.292, de 15 de dezembro de 2009;
MMCXLII.	Lei nº 3.302, de 23 de dezembro de 2009;
MMCXLIII.	Lei nº 3.303, de 23 de dezembro de 2009;
MMCXLIV.	Lei nº 3.305, de 28 de dezembro de 2009;
MMCXLV.	Lei nº 3.306, de 28 de dezembro de 2009;
MMCXLVI.	Lei nº 3.307, de 28 de dezembro de 2009;
MMCXLVII.	Lei nº 3.308, de 30 de dezembro de 2009;
MMCXLVIII.	Lei nº 3.311, de 20 de janeiro de 2010;
MMCXLIX.	Lei nº 3.312, de 20 de janeiro de 2010;
MMCL.	Lei nº 3.313, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLI.	Lei nº 3.314, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLII.	Lei nº 3.315, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLIII.	Lei nº 3.316, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLIV.	Lei nº 3.317, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLV.	Lei nº 3.318, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLVI.	Lei nº 3.319, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLVII.	Lei nº 3.320, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLVIII.	Lei nº 3.321, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLIX.	Lei nº 3.322, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLX.	Lei nº 3.323, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLXI.	Lei nº 3.324, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLXII.	Lei nº 3.328, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCLXIII.	Lei nº 3.329, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCLXIV.	Lei nº 3.332, de 2 de março de 2010;
MMCLXV.	Lei nº 3.333, de 2 de março de 2010;
MMCLXVI.	Lei nº 3.339, de 9 de março de 2010;
MMCLXVII.	Lei nº 3.340, de 11 de março de 2010;
MMCLXVIII.	Lei nº 3.341, de 16 de março de 2010;
MMCLXIX.	Lei nº 3.342, de 16 de março de 2010;
MMCLXX.	Lei nº 3.343, de 19 de março de 2010;
MMCLXXI.	Lei nº 3.345, de 23 de março de 2010;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 406
E

MMCLXXII.	Lei nº 3.346, de 23 de março de 2010;
MMCLXXIII.	Lei nº 3.347, de 25 de março de 2010;
MMCLXXIV.	Lei nº 3.353, de 6 de abril de 2010;
MMCLXXV.	Lei nº 3.354, de 7 de abril de 2010;
MMCLXXVI.	Lei nº 3.355, de 7 de abril de 2010;
MMCLXXVII.	Lei nº 3.356, de 15 de abril de 2010;
MMCLXXVIII.	Lei nº 3.357, de 15 de abril de 2010;
MMCLXXIX.	Lei nº 3.359, de 22 de abril de 2010;
MMCLXXX.	Lei nº 3.361, de 27 de abril de 2010;
MMCLXXXI.	Lei nº 3.362, de 30 de abril de 2010;
MMCLXXXII.	Lei nº 3.363, de 30 de abril de 2010;
MMCLXXXIII.	Lei nº 3.366, de 7 de maio de 2010;
MMCLXXXIV.	Lei nº 3.367, de 11 de maio de 2010;
MMCLXXXV.	Lei nº 3.368, de 13 de maio de 2010;
MMCLXXXVI.	Lei nº 3.369, de 13 de maio de 2010;
MMCLXXXVII.	Lei nº 3.370, de 13 de maio de 2010;
MMCLXXXVIII.	Lei nº 3.372, de 20 de maio de 2010;
MMCLXXXIX.	Lei nº 3.373, de 20 de maio de 2010;
MMCXC.	Lei nº 3.375, de 27 de maio de 2010;
MMCXCI.	Lei nº 3.376, de 27 de maio de 2010;
MMCXCII.	Lei nº 3.380, de 1° de junho de 2010;
MMCXCIII.	Lei nº 3.381, de 1º de junho de 2010;
MMCXCIV.	Lei nº 3.383, de 10 de junho de 2010;
MMCXCV.	Lei nº 3.384, de 17 de junho de 2010;
MMCXCVI.	Lei nº 3.386, de 17 de junho de 2010;
MMCXCVII.	Lei nº 3.387, de 17 de junho de 2010;
MMCXCVIII.	Lei nº 3.388, de 17 de junho de 2010;
MMCXCIX.	Lei nº 3.389, de 22 de junho de 2010;
MMCC.	Lei nº 3.390, de 22 de junho de 2010;
MMCCI.	Lei nº 3.392, de 24 de junho de 2010;
MMCCII.	Lei nº 3.393, de 28 de junho de 2010;
MMCCIII.	Lei nº 3.394, de 28 de junho de 2010;
MMCCIV.	Lei nº 3.395, de 28 de junho de 2010;
MMCCV.	Lei nº 3.396, de 28 de junho de 2010;
MMCCVI.	Lei nº 3.397, de 28 de junho de 2010;
MMCCVII.	Lei nº 3.398, de 28 de junho de 2010;
MMCCVIII.	Lei nº 3.400, de 28 de junho de 2010;
MMCCIX.	Lei nº 3.401, de 28 de junho de 2010;
MMCCX.	Lei nº 3.402, de 28 de junho de 2010;
MMCCXI.	Lei nº 3.403, de 28 de junho de 2010;
MMCCXII.	Lei nº 3.404, de 1° de julho de 2010;
MMCCXIII.	Lei nº 3.405, de 1º de julho de 2010;
MMCCXIV.	Lei nº 3.406, de 8 de julho de 2010;
MMCCXV.	Lei nº 3.407, de 9 de julho de 2010;
MMCCXVI.	Lei nº 3.408, de 9 de julho de 2010;
MMCCXVII.	Lei nº 3.410, de 15 de julho de 2010;
MMCCXVIII.	Lei nº 3.411, de 15 de julho de 2010;
MMCCXIX.	Lei nº 3.412, de 15 de julho de 2010;
MMCCXX.	Lei nº 3.413, de 15 de julho de 2010;
MMCCXXI.	Lei nº 3.414, de 16 de julho de 2010;
MMCCXXII.	Lei nº 3.415, de 16 de julho de 2010;
MMCCXXIII.	Lei nº 3.416, de 16 de julho de 2010;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 104

MMCCXXIV.	Lei nº 3.417, de 16 de julho de 2010;
MMCCXXV.	Lei nº 3.420, de 4 de agosto de 2010;
MMCCXXVI.	Lei nº 3.421, de 4 de agosto de 2010;
MMCCXXVII.	Lei nº 3.424, de 5 de agosto de 2010;
MMCCXXVIII.	Lei nº 3.428, de 5 de agosto de 2010;
MMCCXXIX.	Lei nº 3.433, de 12 de agosto de 2010;
MMCCXXX.	Lei nº 3.434, de 13 de agosto de 2010;
MMCCXXXI.	Lei nº 3.435, de 18 de agosto de 2010;
MMCCXXXII.	Lei nº 3.436, de 18 de agosto de 2010;
MMCCXXXIII.	Lei nº 3.437, de 18 de agosto de 2010;
MMCCXXXIV.	Lei nº 3.438, de 20 de agosto de 2010;
MMCCXXXV.	Lei nº 3.440, de 27 de agosto de 2010;
MMCCXXXVI.	Lei nº 3.441, de 31 de agosto de 2010;
MMCCXXXVII.	Lei nº 3.442, de 3 de setembro de 2010;
MMCCXXXVIII.	Lei nº 3.445, de 9 de setembro de 2010;
MMCCXXXIX.	Lei nº 3.451, de 15 de setembro de 2010;
MMCCXL.	Lei nº 3.452, de 15 de setembro de 2010;
MMCCXLI.	Lei nº 3.453, de 15 de setembro de 2010;
MMCCXLII.	Lei nº 3.454, de 16 de setembro de 2010;
MMCCXLIII.	Lei nº 3.456, de 16 de setembro de 2010;
MMCCXLIV.	Lei nº 3.457, de 23 de setembro de 2010;
MMCCXLV.	Lei nº 3.458, de 29 de setembro de 2010;
MMCCXLVI.	Lei nº 3.459, de 29 de setembro de 2010;
MMCCXLVII.	Lei nº 3.460, de 30 de setembro de 2010;
MMCCXLVIII.	Lei nº 3.461, de 30 de setembro de 2010;
MMCCXLIX.	Lei nº 3.462, de 5 de outubro de 2010;
MMCCL.	Lei nº 3.464, de 15 de outubro de 2010;
MMCCLI.	Lei nº 3.466, de 22 de outubro de 2010;
MMCCLII.	Lei nº 3.467, de 22 de outubro de 2010;
MMCCLIII.	Lei nº 3.468, de 26 de outubro de 2010;
MMCCLIV.	Lei nº 3.470, de 4 de novembro de 2010;
MMCCLV.	Lei nº 3.473, de 24 de novembro de 2010;
MMCCLVI.	Lei nº 3.475, de 25 de novembro de 2010;
MMCCLVII.	Lei nº 3.480, de 1° de dezembro de 2010;
MMCCLVIII.	Lei nº 3.484, de 8 de dezembro de 2010;
MMCCLIX.	Lei nº 3.486, de 8 de dezembro de 2010;
MMCCLX.	Lei nº 3.487, de 9 de dezembro de 2010;
MMCCLXI.	Lei nº 3.488, de 9 de dezembro de 2010;
MMCCLXII.	Lei nº 3.489, de 9 de dezembro de 2010;
MMCCLXIII.	Lei nº 3.490, de 10 de dezembro de 2010;
MMCCLXIV.	Lei nº 3.495, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXV.	Lei nº 3.496, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXVI.	Lei nº 3.497, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXVII.	Lei nº 3.498, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXVIII.	Lei nº 3.499, de 16 de dezembro de 2010;
MMCCLXIX.	Lei nº 3.500, de 16 de dezembro de 2010;
MMCCLXX.	Lei nº 3.503, de 17 de dezembro de 2010;
MMCCLXXI.	Lei nº 3.505, de 22 de dezembro de 2010;
MMCCLXXII.	Lei nº 3.507, de 22 de dezembro de 2010;
MMCCLXXIII.	Lei nº 3.508, de 22 de dezembro de 2010;
MMCCLXXIV.	Lei nº 3.509, de 27 de dezembro de 2010;
MMCCLXXV.	Lei nº 3.510, de 27 de dezembro de 2010;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 408

MMCCLXXVI.	Lei nº 3.513, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXVII.	Lei nº 3.514, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXVIII.	Lei nº 3.515, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXIX.	Lei nº 3.516, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXX.	Lei nº 3.517, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXI.	Lei nº 3.518, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXII.	Lei nº 3.519, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXIII.	Lei nº 3.520, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXIV.	Lei nº 3.521, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXV.	Lei nº 3.522, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXVI.	Lei nº 3.523, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXVII.	Lei nº 3.524, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXVIII.	Lei nº 3.526, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXIX.	Lei nº 3.527, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCXC.	Lei nº 3.528, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCXCI.	Lei nº 3.529, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCXCII.	Lei nº 3.530, de 2 de março de 2011;
MMCCXCIII.	Lei nº 3.531, de 2 de março de 2011;
MMCCXCIV.	Lei nº 3.532, de 3 de março de 2011;
MMCCXCV.	Lei nº 3.533, de 3 de março de 2011;
MMCCXCVI.	Lei nº 3.534, de 3 de março de 2011;
MMCCXCVII.	Lei nº 3.540, de 22 de março de 2011;
MMCCXCVIII.	Lei nº 3.541, de 22 de março de 2011;
MMCCXCIX.	Lei nº 3.542, de 6 de abril de 2011;
MMCCC.	Lei nº 3.543, de 6 de abril de 2011;
MMCCCI.	Lei nº 3.548, de 8 de abril de 2011;
MMCCCII.	Lei nº 3.555, de 14 de abril de 2011;
MMCCCIII.	Lei nº 3.556, de 14 de abril de 2011;
MMCCCIV.	Lei nº 3.557, de 14 de abril de 2011;
MMCCCV.	Lei nº 3.558, de 14 de abril de 2011;
MMCCCVI.	Lei nº 3.559, de 14 de abril de 2011;
MMCCCVII.	Lei nº 3.561, de 25 de abril de 2011;
MMCCCVIII.	Lei nº 3.562, de 25 de abril de 2011;
MMCCCIX.	Lei nº 3.563, de 25 de abril de 2011;
MMCCCX.	Lei nº 3.564, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXI.	Lei nº 3.565, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXII.	Lei nº 3.566, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXIII.	Lei nº 3.567, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXIV.	Lei nº 3.568, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXV.	Lei nº 3.569, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXVI.	Lei nº 3.570, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXVII.	Lei nº 3.571, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXVIII.	Lei nº 3.572, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXIX.	Lei nº 3.574, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXX.	Lei nº 3.578, de 5 de maio de 2011;
MMCCCXXI.	Lei nº 3.580, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXII.	Lei nº 3.581, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXIII.	Lei nº 3.582, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXIV.	Lei nº 3.583, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXV.	Lei nº 3.590, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXVI.	Lei nº 3.591, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXVII.	Lei nº 3.592, de 17 de maio de 2011;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 409

MMCCCXXVIII.	Lei nº 3.593, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXIX.	Lei nº 3.594, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXX.	Lei nº 3.595, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXXI.	Lei nº 3.596, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXXII.	Lei nº 3.597, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXXIII.	Lei nº 3.599, de 27 de maio de 2011;
MMCCCXXXIV.	Lei nº 3.602, de 2 de junho de 2011;
MMCCCXXXV.	Lei nº 3.604, de 2 de junho de 2011;
MMCCCXXXVI.	Lei nº 3.605, de 2 de junho de 2011;
MMCCCXXXVII.	Lei nº 3.609, de 10 de junho de 2011;
MMCCCXXXVIII.	Lei nº 3.610, de 15 de junho de 2011;
MMCCCXXXIX.	Lei nº 3.611, de 15 de junho de 2011;
MMCCCXL.	Lei nº 3.612, de 16 de junho de 2011;
MMCCCXLI.	Lei nº 3.613, de 16 de junho de 2011;
MMCCCXLII.	Lei nº 3.614, de 22 de junho de 2011;
MMCCCXLIII.	Lei nº 3.615, de 22 de junho de 2011;
MMCCCXLIV.	Lei nº 3.616, de 22 de junho de 2011;
MMCCCXLV.	Lei nº 3.617, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLVI.	Lei nº 3.618, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLVII.	Lei nº 3.619, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLVIII.	Lei nº 3.620, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLIX.	Lei nº 3.621, de 24 de junho de 2011;
MMCCCL.	Lei nº 3.622, de 24 de junho de 2011;
MMCCCLI.	Lei nº 3.623, de 24 de junho de 2011;
MMCCCLII.	Lei nº 3.629, de 11 de julho de 2011;
MMCCCLIII.	Lei nº 3.630, de 11 de julho de 2011;
MMCCCLIV.	Lei nº 3.637, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLV.	Lei nº 3.638, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLVI.	Lei nº 3.639, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLVII.	Lei nº 3.640, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLVIII.	Lei nº 3.641, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLIX.	Lei nº 3.642, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLX.	Lei nº 3.643, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLXI.	Lei nº 3.648, de 4 de agosto de 2011;
MMCCCLXII.	Lei nº 3.649, de 4 de agosto de 2011;
MMCCCLXIII.	Lei nº 3.650, de 4 de agosto de 2011;
MMCCCLXIV.	Lei nº 3.651, de 16 de agosto de 2011;
MMCCCLXV.	Lei nº 3.652, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXVI.	Lei nº 3.653, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXVII.	Lei nº 3.654, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXVIII.	Lei nº 3.655, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXIX.	Lei nº 3.656, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXX.	Lei nº 3.657, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXXI.	Lei nº 3.658, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXXII.	Lei nº 3.659, de 23 de agosto de 2011;
MMCCCLXXIII.	Lei nº 3.661, de 25 de agosto de 2011;
MMCCCLXXIV.	Lei nº 3.662, de 25 de agosto de 2011;
MMCCCLXXV.	Lei nº 3.664, de 25 de agosto de 2011;
MMCCCLXXVI.	Lei nº 3.666, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXVII.	Lei nº 3.667, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXVIII.	Lei nº 3.668, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXIX.	Lei nº 3.669, de 30 de agosto de 2011;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 410

MMCCCLXXX.	Lei nº 3.670, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXXI.	Lei nº 3.671, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXXII.	Lei nº 3.673, de 6 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXIII.	Lei nº 3.675, de 6 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXIV.	Lei nº 3.677, de 13 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXV.	Lei nº 3.679, de 13 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXVI.	Lei nº 3.680, de 13 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXVII.	Lei nº 3.687, de 30 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXVIII.	Lei nº 3.688, de 30 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXIX.	Lei nº 3.689, de 5 de outubro de 2011;
MMCCCXC.	Lei nº 3.691, de 7 de outubro de 2011;
MMCCCXCI.	Lei nº 3.693, de 7 de outubro de 2011;
MMCCCXCII.	Lei nº 3.694, de 7 de outubro de 2011;
MMCCCXCIII.	Lei nº 3.697, de 11 de outubro de 2011;
MMCCCXCIV.	Lei nº 3.698, de 11 de outubro de 2011;
MMCCCXCV.	Lei nº 3.703, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCVI.	Lei nº 3.704, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCVII.	Lei nº 3.705, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCVIII.	Lei nº 3.706, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCIX.	Lei nº 3.707, de 27 de outubro de 2011;
MMCD.	Lei nº 3.708, de 27 de outubro de 2011;
MMCDI.	Lei nº 3.711, de 11 de novembro de 2011;
MMCDII.	Lei nº 3.712, de 11 de novembro de 2011;
MMCDIII.	Lei nº 3.713, de 11 de novembro de 2011;
MMCDIV.	Lei nº 3.714, de 11 de novembro de 2011;
MMCDV.	Lei nº 3.715, de 11 de novembro de 2011;
MMCDVI.	Lei nº 3.716, de 11 de novembro de 2011;
MMCDVII.	Lei nº 3.718, de 18 de novembro de 2011;
MMCDVIII.	Lei nº 3.719, de 18 de novembro de 2011;
MMCDIX.	Lei nº 3.721, de 25 de novembro de 2011;
MMCDX.	Lei nº 3.722, de 25 de novembro de 2011;
MMCDXI.	Lei nº 3.723, de 25 de novembro de 2011;
MMCDXII.	Lei nº 3.729, de 2 de dezembro de 2011;
MMCDXIII.	Lei nº 3.730, de 2 de dezembro de 2011;
MMCDXIV.	Lei nº 3.734, de 8 de dezembro de 2011;
MMCDXV.	Lei nº 3.746, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXVI.	Lei nº 3.747, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXVII.	Lei nº 3.748, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXVIII.	Lei nº 3.751, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXIX.	Lei nº 3.753, de 19 de dezembro de 2011;
MMCDXX.	Lei nº 3.756, de 21 de dezembro de 2011;
MMCDXXI.	Lei nº 3.760, de 22 de dezembro de 2011;
MMCDXXII.	Lei nº 3.763, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXIII.	Lei nº 3.764, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXIV.	Lei nº 3.765, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXV.	Lei nº 3.766, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXVI.	Lei nº 3.767, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXVII.	Lei nº 3.768, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXVIII.	Lei nº 3.769, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXIX.	Lei nº 3.770, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXX.	Lei nº 3.777, de 2 de março de 2012;
MMCDXXXI.	Lei nº 3.778, de 2 de março de 2012;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 411

MMCDXXXII.	Lei nº 3.779, de 2 de março de 2012;
MMCDXXXIII.	Lei nº 3.780, de 2 de março de 2012;
MMCDXXXIV.	Lei nº 3.783, de 7 de março de 2012;
MMCDXXXV.	Lei nº 3.788, de 14 de março de 2012;
MMCDXXXVI.	Lei nº 3.789, de 14 de março de 2012;
MMCDXXXVII.	Lei nº 3.790, de 16 de março de 2012;
MMCDXXXVIII.	Lei nº 3.794, de 23 de março de 2012;
MMCDXXXIX.	Lei nº 3.797, de 27 de março de 2012;
MMCDXL.	Lei nº 3.798, de 27 de março de 2012;
MMCDXLI.	Lei nº 3.799, de 27 de março de 2012;
MMCDXLII.	Lei nº 3.800, de 27 de março de 2012;
MMCDXLIII.	Lei nº 3.801, de 27 de março de 2012;
MMCDXLIV.	Lei nº 3.806, de 30 de março de 2012;
MMCDXLV.	Lei nº 3.807, de 30 de março de 2012;
MMCDXLVI.	Lei nº 3.808, de 30 de março de 2012;
MMCDXLVII.	Lei nº 3.809, de 30 de março de 2012;
MMCDXLVIII.	Lei nº 3.810, de 30 de março de 2012;
MMCDXLIX.	Lei nº 3.814, de 9 de abril de 2012;
MMCDL.	Lei nº 3.815, de 11 de abril de 2012;
MMCDLI.	Lei nº 3.820, de 11 de abril de 2012;
MMCDLII.	Lei nº 3.821, de 11 de abril de 2012;
MMCDLIII.	Lei nº 3.822, de 11 de abril de 2012;
MMCDLIV.	Lei nº 3.823, de 11 de abril de 2012;
MMCDLV.	Lei nº 3.824, de 11 de abril de 2012;
MMCDLVI.	Lei nº 3.825, de 11 de abril de 2012;
MMCDLVII.	Lei nº 3.826, de 11 de abril de 2012;
MMCDLVIII.	Lei nº 3.829, de 12 de abril de 2012;
MMCDLIX.	Lei nº 3.830, de 12 de abril de 2012;
MMCDLX.	Lei nº 3.831, de 12 de abril de 2012;
MMCDLXI.	Lei nº 3.832, de 12 de abril de 2012;
MMCDLXII.	Lei nº 3.833, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXIII.	Lei nº 3.834, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXIV.	Lei nº 3.835, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXV.	Lei nº 3.836, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXVI.	Lei nº 3.837, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXVII.	Lei nº 3.838, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXVIII.	Lei nº 3.839, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXIX.	Lei nº 3.840, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXX.	Lei nº 3.841, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXI.	Lei nº 3.842, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXII.	Lei nº 3.843, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXIII.	Lei nº 3.844, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXIV.	Lei nº 3.845, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXV.	Lei nº 3.849, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXVI.	Lei nº 3.850, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXVII.	Lei nº 3.851, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXVIII.	Lei nº 3.852, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXIX.	Lei nº 3.853, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXX.	Lei nº 3.854, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXXI.	Lei nº 3.855, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXXII.	Lei nº 3.856, de 17 de maio de 2012;
MMCDLXXXIII.	Lei nº 3.857, de 17 de maio de 2012;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 412

MMCDLXXXIV.	Lei nº 3.858, de 17 de maio de 2012;
MMCDLXXXV.	Lei nº 3.859, de 17 de maio de 2012;
MMCDLXXXVI.	Lei nº 3.860, de 24 de maio de 2012;
MMCDLXXXVII.	Lei nº 3.861, de 24 de maio de 2012;
MMCDLXXXVIII.	Lei nº 3.866, de 29 de maio de 2012;
MMCDLXXXIX.	Lei nº 3.867, de 29 de maio de 2012;
MMCDXC.	Lei nº 3.871, de 11 de junho de 2012;
MMCDXCI.	Lei nº 3.872, de 12 de junho de 2012;
MMCDXCII.	Lei nº 3.873, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCIII.	Lei nº 3.874, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCIV.	Lei nº 3.875, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCV.	Lei nº 3.876, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCVI.	Lei nº 3.877, de 20 de junho de 2012;
MMCDXCVII.	Lei nº 3.878, de 20 de junho de 2012;
MMCDXCVIII.	Lei nº 3.883, de 27 de junho de 2012;
MMCDXCIX.	Lei nº 3.885, de 3 de julho de 2012;
MMD.	Lei nº 3.886, de 3 de julho de 2012;
MMDI.	Lei nº 3.887, de 3 de julho de 2012;
MMDII.	Lei nº 3.888, de 3 de julho de 2012;
MMDIII.	Lei nº 3.890, de 10 de julho de 2012;
MMDIV.	Lei nº 3.891, de 10 de julho de 2012;
MMDV.	Lei nº 3.894, de 12 de julho de 2012;
MMDVI.	Lei nº 3.895, de 12 de julho de 2012;
MMDVII.	Lei nº 3.896, de 12 de julho de 2012;
MMDVIII.	Lei nº 3.897, de 19 de julho de 2012;
MMDIX.	Lei nº 3.898, de 19 de julho de 2012;
MMDX.	Lei nº 3.900, de 24 de julho de 2012;
MMDXI.	Lei nº 3.901, de 24 de julho de 2012;
MMDXII.	Lei nº 3.904, de 13 de agosto de 2012;
MMDXIII.	Lei nº 3.911, de 21 de agosto de 2012;
MMDXIV.	Lei nº 3.912, de 23 de agosto de 2012;
MMDXV.	Lei nº 3.913, de 23 de agosto de 2012;
MMDXVI.	Lei nº 3.914, de 23 de agosto de 2012;
MMDXVII.	Lei nº 3.915, de 23 de agosto de 2012;
MMDXVIII.	Lei nº 3.916, de 23 de agosto de 2012;
MMDXIX.	Lei nº 3.917, de 29 de agosto de 2012;
MMDXX.	Lei nº 3.919, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXI.	Lei nº 3.920, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXII.	Lei nº 3.921, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXIII.	Lei nº 3.922, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXIV.	Lei nº 3.923, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXV.	Lei nº 3.926, de 25 de setembro de 2012;
MMDXXVI.	Lei nº 3.928, de 9 de outubro de 2012;
MMDXXVII.	Lei nº 3.929, de 9 de outubro de 2012;
MMDXXVIII.	Lei nº 3.931, de 11 de outubro de 2012;
MMDXXIX.	Lei nº 3.933, de 29 de outubro de 2012;
MMDXXX.	Lei nº 3.938, de 9 de novembro de 2012;
MMDXXXI.	Lei nº 3.939, de 9 de novembro de 2012;
MMDXXXII.	Lei nº 3.940, de 9 de novembro de 2012;
MMDXXXIII.	Lei nº 3.941, de 14 de novembro de 2012;
MMDXXXIV.	Lei nº 3.942, de 19 de novembro de 2012;
MMDXXXV.	Lei nº 3.943, de 19 de novembro de 2012;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 413
S

MMDXXXVI.	Lei nº 3.944, de 19 de novembro de 2012;
MMDXXXVII.	Lei nº 3.952, de 7 de dezembro de 2012;
MMDXXXVIII.	Lei nº 3.958, de 17 de dezembro de 2012;
MMDXXXIX.	Lei nº 3.973, de 20 de dezembro de 2012;
MMDXL.	Lei nº 3.975, de 21 de dezembro de 2012;
MMDXLI.	Lei nº 3.979, de 21 de dezembro de 2012;
MMDXLII.	Lei nº 3.982, de 6 de março de 2013;
MMDXLIII.	Lei nº 3.984, de 8 de março de 2013;
MMDXLIV.	Lei nº 3.985, de 8 de março de 2013;
MMDXLV.	Lei nº 3.986, de 14 de março de 2013;
MMDXLVI.	Lei nº 3.987, de 14 de março de 2013;
MMDXLVII.	Lei nº 3.988, de 14 de março de 2013;
MMDXLVIII.	Lei nº 3.991, de 15 de março de 2013;
MMDXLIX.	Lei nº 3.992, de 19 de março de 2013;
MMDL.	Lei nº 3.996, de 20 de março de 2013;
MMDLI.	Lei nº 3.998, de 21 de março de 2013;
MMDLII.	Lei nº 4.000, de 26 de março de 2013;
MMDLIII.	Lei nº 4.001, de 26 de março de 2013;
MMDLIV.	Lei nº 4.002, de 26 de março de 2013;
MMDLV.	Lei nº 4.003, de 26 de março de 2013;
MMDLVI.	Lei nº 4.004, de 26 de março de 2013;
MMDLVII.	Lei nº 4.005, de 2 de abril de 2013;
MMDLVIII.	Lei nº 4.006, de 2 de abril de 2013;
MMDLIX.	Lei nº 4.007, de 9 de abril de 2013;
MMDLX.	Lei nº 4.009, de 15 de abril de 2013;
MMDLXI.	Lei nº 4.010, de 15 de abril de 2013;
MMDLXII.	Lei nº 4.011, de 15 de abril de 2013;
MMDLXIII.	Lei nº 4.012, de 15 de abril de 2013;
MMDLXIV.	Lei nº 4.013, de 19 de abril de 2013;
MMDLXV.	Lei nº 4.015, de 24 de abril de 2013;
MMDLXVI.	Lei nº 4.017, de 26 de abril de 2013;
MMDLXVII.	Lei nº 4.018, de 26 de abril de 2013;
MMDLXVIII.	Lei nº 4.020, de 10 de maio de 2013;
MMDLXIX.	Lei nº 4.021, de 15 de maio de 2013;
MMDLXX.	Lei nº 4.022, de 15 de maio de 2013;
MMDLXXI.	Lei nº 4.023, de 15 de maio de 2013;
MMDLXXII.	Lei nº 4.024, de 17 de maio de 2013;
MMDLXXIII.	Lei nº 4.026, de 17 de maio de 2013;
MMDLXXIV.	Lei nº 4.029, de 20 de maio de 2013;
MMDLXXV.	Lei nº 4.030, de 23 de maio de 2013;
MMDLXXVI.	Lei nº 4.031, de 24 de maio de 2013;
MMDLXXVII.	Lei nº 4.033, de 24 de maio de 2013;
MMDLXXVIII.	Lei nº 4.034, de 3 de junho de 2013;
MMDLXXIX.	Lei nº 4.036, de 5 de junho de 2013;
MMDLXXX.	Lei nº 4.039, de 7 de junho de 2013;
MMDLXXXI.	Lei nº 4.040, de 7 de junho de 2013;
MMDLXXXII.	Lei nº 4.042, de 12 de junho de 2013;
MMDLXXXIII.	Lei nº 4.043, de 12 de junho de 2013;
MMDLXXXIV.	Lei nº 4.044, de 14 de junho de 2013;
MMDLXXXV.	Lei nº 4.045, de 14 de junho de 2013;
MMDLXXXVI.	Lei nº 4.046, de 17 de junho de 2013;
MMDLXXXVII.	Lei nº 4.047, de 17 de junho de 2013;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 414

MMDLXXXVIII.	Lei nº 4.050, de 20 de junho de 2013;
MMDLXXXIX.	Lei nº 4.051, de 21 de junho de 2013;
MMDXC.	Lei nº 4.052, de 21 de junho de 2013;
MMDXCI.	Lei nº 4.053, de 21 de junho de 2013;
MMDXCII.	Lei nº 4.054, de 26 de junho de 2013;
MMDXCIII.	Lei nº 4.056, de 26 de junho de 2013;
MMDXCIV.	Lei nº 4.059, de 3 de julho de 2013;
MMDXCV.	Lei nº 4.060, de 3 de julho de 2013;
MMDXCVI.	Lei nº 4.061, de 4 de julho de 2013;
MMDXCVII.	Lei nº 4.063, de 4 de julho de 2013;
MMDXCVIII.	Lei nº 4.064, de 4 de julho de 2013;
MMDXCIX.	Lei nº 4.069, de 11 de julho de 2013;
MMDC.	Lei nº 4.070, de 11 de julho de 2013;
MMDCI.	Lei nº 4.071, de 11 de julho de 2013;
MMDCII.	Lei nº 4.072, de 11 de julho de 2013;
MMDCIII.	Lei nº 4.073, de 11 de julho de 2013;
MMDCIV.	Lei nº 4.074, de 11 de julho de 2013;
MMDCV.	Lei nº 4.075, de 18 de julho de 2013;
MMDCVI.	Lei nº 4.078, de 18 de julho de 2013;
MMDCVII.	Lei nº 4.079, de 18 de julho de 2013;
MMDCVIII.	Lei nº 4.080, de 18 de julho de 2013;
MMDCIX.	Lei nº 4.082, de 23 de julho de 2013;
MMDCX.	Lei nº 4.083, de 23 de julho de 2013;
MMDCXI.	Lei nº 4.086, de 24 de julho de 2013;
MMDCXII.	Lei nº 4.087, de 24 de julho de 2013;
MMDCXIII.	Lei nº 4.088, de 24 de julho de 2013;
MMDCXIV.	Lei nº 4.089, de 24 de julho de 2013;
MMDCXV.	Lei nº 4.090, de 24 de julho de 2013;
MMDCXVI.	Lei nº 4.091, de 24 de julho de 2013;
MMDCXVII.	Lei nº 4.092, de 24 de julho de 2013;
MMDCXVIII.	Lei nº 4.093, de 24 de julho de 2013;
MMDCXIX.	Lei nº 4.094, de 24 de julho de 2013;
MMDCXX.	Lei nº 4.095, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXI.	Lei nº 4.096, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXII.	Lei nº 4.097, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXIII.	Lei nº 4.098, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXIV.	Lei nº 4.099, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXV.	Lei nº 4.100, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXVI.	Lei nº 4.101, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXVII.	Lei nº 4.102, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXVIII.	Lei nº 4.103, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXIX.	Lei nº 4.104, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXX.	Lei nº 4.105, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXXI.	Lei nº 4.106, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXXII.	Lei nº 4.108, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXXIII.	Lei nº 4.109, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXXIV.	Lei nº 4.110, de 29 de julho de 2013;
MMDCXXXV.	Lei nº 4.111, de 31 de julho de 2013;
MMDCXXXVI.	Lei nº 4.112, de 31 de julho de 2013;
MMDCXXXVII.	Lei nº 4.114, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXXXVIII.	Lei nº 4.115, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXXXIX.	Lei nº 4.116, de 16 de agosto de 2013;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 415

MMDCXL.	Lei nº 4.117, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXLI.	Lei nº 4.118, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXLII.	Lei nº 4.119, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXLIII.	Lei nº 4.120, de 20 de agosto de 2013;
MMDCXLIV.	Lei nº 4.121, de 20 de agosto de 2013;
MMDCXLV.	Lei nº 4.122, de 23 de agosto de 2013;
MMDCXLVI.	Lei nº 4.123, de 23 de agosto de 2013;
MMDCXLVII.	Lei nº 4.124, de 23 de agosto de2013;
MMDCXLVIII.	Lei nº 4.125, de 23 de agosto de 2013;
MMDCXLIX.	Lei nº 4.127, de 23 de agosto de 2013;
MMDCL.	Lei nº 4.128, de 23 de agosto de 2013;
MMDCLI.	Lei nº 4.130, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLII.	Lei nº 4.131, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLIII.	Lei nº 4.132, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLIV.	Lei nº 4.133, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLV.	Lei nº 4.134, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLVI.	Lei nº 4.135, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLVII.	Lei nº 4.138, de 6 de setembro de 2013;
MMDCLVIII.	Lei nº 4.139, de6 de setembro de 2013;
MMDCLIX.	Lei nº 4.140, de 9 de setembro de 2013;
MMDCLX.	Lei nº 4.141, de 12 de setembro de 2013;
MMDCLXI.	Lei nº 4.144, de 17 de setembro de 2013;
MMDCLXII.	Lei nº 4.147, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXIII.	Lei nº 4.148, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXIV.	Lei nº 4.149, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXV.	Lei nº 4.150, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXVI.	Lei nº 4.151, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXVII.	Lei nº 4.152, de 24 de setembro de 2013;
MMDCLXVIII.	Lei nº 4.153, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXIX.	Lei nº 4.154, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXX.	Lei nº 4.155, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXI.	Lei nº 4.156, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXII.	Lei nº 4.157, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXIII.	Lei nº 4.158, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXIV.	Lei nº 4.159, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXV.	Lei nº 4.160, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXVI.	Lei nº 4.162, de 1° de outubro de 2013;
MMDCLXXVII.	Lei nº 4.163, de 1º de outubro de 2013;
MMDCLXXVIII.	Lei nº 4.164, de 1° de outubro de 2013;
MMDCLXXIX.	Lei nº 4.165, de 1º de outubro de 2013;
MMDCLXXX.	Lei nº 4.167, de 11 de outubro de 2013;
MMDCLXXXI.	Lei nº 4.168, de 11 de outubro de 2013;
MMDCLXXXII.	Lei nº 4.169, de 16 de outubro de 2013;
MMDCLXXXIII.	Lei nº 4.170, de 16 de outubro de 2013;
MMDCLXXXIV.	Lei nº 4.171, de 16 de outubro de 2013;
MMDCLXXXV.	Lei nº 4.172, de 17 de outubro de 2013;
MMDCLXXXVI.	Lei nº 4.175, de 24 de outubro de 2013;
MMDCLXXXVII.	Lei nº 4.176, de 24 de outubro de 2013;
MMDCLXXXVIII.	Lei nº 4.178, de 29 de outubro de 2013;
MMDCLXXXIX.	Lei nº 4.180, de 5 de novembro de 2013;
MMDCXC.	Lei nº 4.181, de 7 de novembro de2013;
MMDCXCI.	Lei nº 4.182, de 7 de novembro de 2013;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 416

MMDCXCII.	Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 2013;
MMDCXCIII.	Lei nº 4.188, de 20 de novembro de 2013;
MMDCXCIV.	Lei nº 4.189, de 21 de novembro de 2013;
MMDCXCV.	Lei nº 4.191, de 27 de novembro de 2013;
MMDCXCVI.	Lei nº 4.194, de 4 de dezembro de 2013;
MMDCXCVII.	Lei nº 4.195, de 4 de dezembro de 2013;
MMDCXCVIII.	Lei nº 4.196, de 6 de dezembro de 2013;
MMDCXCIX.	Lei nº 4.197, de 6 de dezembro de 2013;
MMDCC.	Lei nº 4.200, de 13 de dezembro de 2013;
MMDCCI.	Lei nº 4.204, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCII.	Lei nº 4.219, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCIII.	Lei nº 4.220, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCIV.	Lei nº 4.221, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCV.	Lei nº 4.222, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCVI.	Lei nº 4.223, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCVII.	Lei nº 4.224, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCVIII.	Lei nº 4.226, de 6 de fevereiro de 2014;
MMDCCIX.	Lei nº 4.227, de 11 de fevereiro de 2014;
MMDCCX.	Lei nº 4.230, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXI.	Lei nº 4.231, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXII.	Lei nº 4.232, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXIII.	Lei nº 4.233, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXIV.	Lei nº 4.235, de 20 de fevereiro de 2014;
MMDCCXV.	Lei nº 4.236, de 20 de fevereiro de 2014;
MMDCCXVI.	Lei nº 4.238, de 24 de fevereiro de 2014;
MMDCCXVII.	Lei nº 4.241, de 25 de fevereiro de 2014;
MMDCCXVIII.	Lei nº 4.242, de 25 de fevereiro de 2014;
MMDCCXIX.	Lei nº 4.243, de 27 de fevereiro de 2014;
MMDCCXX.	Lei nº 4.247, de 14 de março de 2014;
MMDCCXXI.	Lei nº 4.249, de 21 de março de 2014;
MMDCCXXII.	Lei nº 4.250, de 26 de março de 2014;
MMDCCXXIII.	Lei nº 4.251, de 27 de março de 2014;
MMDCCXXIV.	Lei nº 4.255, de 2 de abril de 2014;
MMDCCXXV.	Lei nº 4.256, de 4 de abril de 2014;
MMDCCXXVI.	Lei nº 4.258, de 8 de abril de 2014;
MMDCCXXVII.	Lei nº 4.259, de 10 de abril de 2014;
MMDCCXXVIII.	Lei nº 4.261, de 15 de abril de 2014;
MMDCCXXIX.	Lei nº 4.262, de 15 de abril de 2014;
MMDCCXXX.	Lei nº 4.264, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXI.	Lei nº 4.265, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXII.	Lei nº 4.266, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXIII.	Lei nº 4.267, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXIV.	Lei nº 4.268, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXV.	Lei nº 4.269, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXVI.	Lei nº 4.271, de 30 de abril de 2014;
MMDCCXXXVII.	Lei nº 4.272, de 30 de abril de 2014;
MMDCCXXXVIII.	Lei nº 4.273, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXXXIX.	Lei nº 4.274, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXL.	Lei nº 4.275, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXLI.	Lei nº 4.276, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXLII.	Lei nº 4.277, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXLIII.	Lei nº 4.278, de 2 de maio de 2014;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 417

MMDCCXLIV.	Lei nº 4.280, de 9 de maio de 2014;
MMDCCXLV.	Lei nº 4.281, de 13 de maio de 2014;
MMDCCXLVI.	Lei nº 4.282, de 13 de maio de 2014;
MMDCCXLVII.	Lei nº 4.283, de 13 de maio de 2014;
MMDCCXLVIII.	Lei nº 4.285, de 15 de maio de 2014;
MMDCCXLIX.	Lei nº 4.286, de 15 de maio de 2014;
MMDCCL.	Lei nº 4.287, de 20 de maio de 2014;
MMDCCLI.	Lei nº 4.288, de 20 de maio de 2014;
MMDCCLII.	Lei nº 4.289, de 22 de maio de 2014;
MMDCCLIII.	Lei nº 4.290, de 28 de maio de 2014;
MMDCCLIV.	Lei nº 4.291, de 28 de maio de 2014;
MMDCCLV.	Lei nº 4.296, de 30 de maio de 2014;
MMDCCLVI.	Lei nº 4.297, de 4 de junho de 2014;
MMDCCLVII.	Lei nº 4.300, de 4 de junho de 2014;
MMDCCLVIII.	Lei nº 4.301, de 4 de junho de 2014;
MMDCCLIX.	Lei nº 4.302, de 5 de junho de 2014;
MMDCCLX.	Lei nº 4.304, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXI.	Lei nº 4.305, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXII.	Lei nº 4.306, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXIII.	Lei nº 4.307, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXIV.	Lei nº 4.308, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXV.	Lei nº 4.309, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXVI.	Lei nº 4.310, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXVII.	Lei nº 4.312, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXVIII.	Lei nº 4.313, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXIX.	Lei nº 4.314, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXX.	Lei nº 4.315, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXXI.	Lei nº 4.316, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXXII.	Lei nº 4.318, de 24 de junho de 2014;
MMDCCLXXIII.	Lei nº 4.319, de 24 de junho de 2014;
MMDCCLXXIV.	Lei nº 4.321, de 24 de junho de 2014;
MMDCCLXXV.	Lei nº 4.322, de 27 de junho de 2014;
MMDCCLXXVI.	Lei nº 4.323, de 27 de junho de 2014;
MMDCCLXXVII.	Lei nº 4.324, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXVIII.	Lei nº 4.325, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXIX.	Lei nº 4.326, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXX.	Lei nº 4.327, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXXI.	Lei nº 4.328, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXXII.	Lei nº 4.329, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXIII.	Lei nº 4.330, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXIV.	Lei nº 4.331, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXV.	Lei nº 4.332, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXVI.	Lei nº 4.333, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXVII.	Lei nº 4.334, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXVIII.	Lei nº 4.335, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXIX.	Lei nº 4.336, de 8 de julho de 2014;
MMDCCXC.	Lei nº 4.337, de 8 de julho de 2014;
MMDCCXCI.	Lei nº 4.338, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCII.	Lei nº 4.339, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCIII.	Lei nº 4.340, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCIV.	Lei nº 4.341, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCV.	Lei nº 4.342, de 10 de julho de 2014;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 413

MMDCCCXCVI.	Lei nº 4.343, de 10 de julho de 2014;
MMDCCCXCVII.	Lei nº 4.344, de 10 de julho de 2014;
MMDCCCXCVIII.	Lei nº 4.346, de 17 de julho de 2014;
MMDCCCXCIX.	Lei nº 4.348, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCC.	Lei nº 4.349, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCI.	Lei nº 4.350, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCII.	Lei nº 4.351, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCIII.	Lei nº 4.352, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCIV.	Lei nº 4.353, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCV.	Lei nº 4.354, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCVI.	Lei nº 4.355, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCVII.	Lei nº 4.356, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCVIII.	Lei nº 4.357, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCIX.	Lei nº 4.359, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCX.	Lei nº 4.360, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXI.	Lei nº 4.361, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXII.	Lei nº 4.362, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXIII.	Lei nº 4.363, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXIV.	Lei nº 4.364, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXV.	Lei nº 4.365, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXVI.	Lei nº 4.366, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXVII.	Lei nº 4.368, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXVIII.	Lei nº 4.369, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXIX.	Lei nº 4.370, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCCXX.	Lei nº 4.372, de 29 de julho de 2014;
MMDCCCCXXI.	Lei nº 4.376, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXII.	Lei nº 4.377, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXIII.	Lei nº 4.378, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXIV.	Lei nº 4.379, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXV.	Lei nº 4.381, de 21 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXVI.	Lei nº 4.382, de 21 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXVII.	Lei nº 4.384, de 26 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXVIII.	Lei nº 4.385, de 26 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXIX.	Lei nº 4.386, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXX.	Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXXI.	Lei nº 4.389, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXXII.	Lei nº 4.391, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXXIII.	Lei nº 4.392, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXXIV.	Lei nº 4.393, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXXV.	Lei nº 4.394, de 29 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXXVI.	Lei nº 4.395, de 29 de agosto de 2014;
MMDCCCCXXXVII.	Lei nº 4.398, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXXXVIII.	Lei nº 4.399, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXXXIX.	Lei nº 4.400, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXL.	Lei nº 4.401, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXLI.	Lei nº 4.402, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXLII.	Lei nº 4.403, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXLIII.	Lei nº 4.404, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXLIV.	Lei nº 4.405, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXLV.	Lei nº 4.406, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXLVI.	Lei nº 4.407, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCCXLVII.	Lei nº 4.408, de 4 de setembro de 2014;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 419

MMDCCCXLVIII.	Lei nº 4.416, de 15 de setembro de 2014;
MMDCCCXLIX.	Lei nº 4.417, de 15 de setembro de 2014;
MMDCCCL.	Lei nº 4.424, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLI.	Lei nº 4.425, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLII.	Lei nº 4.426, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLIII.	Lei nº 4.427, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLIV.	Lei nº 4.428, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLV.	Lei nº 4.431, de 25 de setembro de 2014;
MMDCCCLVI.	Lei nº 4.437, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLVII.	Lei nº 4.438, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLVIII.	Lei nº 4.439, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLIX.	Lei nº 4.440, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLX.	Lei nº 4.441, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLXI.	Lei nº 4.442, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLXII.	Lei nº 4.443, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLXIII.	Lei nº 4.447, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXIV.	Lei nº 4.448, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXV.	Lei nº 4.449, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXVI.	Lei nº 4.450, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXVII.	Lei nº 4.452, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXVIII.	Lei nº 4.456, de 21 de outubro de 2014;
MMDCCCLXIX.	Lei nº 4.460, de 24 de outubro de 2014;
MMDCCCLXX.	Lei nº 4.461, de 24 de outubro de 2014;
MMDCCCLXXI.	Lei nº 4.463, de 24 de outubro de 2014;
MMDCCCLXXII.	Lei nº 4.466, de 7 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXIII.	Lei nº 4.469, de 14 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXIV.	Lei nº 4.470, de 14 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXV.	Lei nº 4.474, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXVI.	Lei nº 4.475, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXVII.	Lei nº 4.476, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXVIII.	Lei nº 4.477, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXIX.	Lei nº 4.478, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXX.	Lei nº 4.479, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXXI.	Lei nº 4.481, de 2 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXII.	Lei nº 4.482, de 2 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXIII.	Lei nº 4.483, de 2 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXIV.	Lei nº 4.484, de 2 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXV.	Lei nº 4.485, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXVI.	Lei nº 4.486, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXVII.	Lei nº 4.488, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXVIII.	Lei nº 4.489, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXIX.	Lei nº 4.490, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCXC.	Lei nº 4.499, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCI.	Lei nº 4.500, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCII.	Lei nº 4.501, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCIII.	Lei nº 4.502, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCIV.	Lei nº 4.503, de 9 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCV.	Lei nº 4.506, de 11 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCVI.	Lei nº 4.510, de 17 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCVII.	Lei nº 4.511, de 17 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCVIII.	Lei nº 4.512, de 17 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCIX.	Lei nº 4.516, de 17 de dezembro de 2014;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 420

MMCM.	Lei nº 4.519, de 18 de dezembro de 2014;
MMCMI.	Lei nº 4.520, de 18 de dezembro de 2014;
MMCMII.	Lei nº 4.521, de 23 de dezembro de 2014;
MMCMIII.	Lei nº 4.522, de 23 de dezembro de 2014;
MMCMIV.	Lei nº 4.523, de 23 de dezembro de 2014;
MMCMV.	Lei nº 4.525, de 15 de janeiro de 2015;
MMCMVI.	Lei nº 4.526, de 15 de janeiro de 2015;
MMCMVII.	Lei nº 4.528, de 10 de fevereiro de 2015;
MMCMVIII.	Lei nº 4.531, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMIX.	Lei nº 4.532, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMX.	Lei nº 4.533, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXI.	Lei nº 4.534, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXII.	Lei nº 4.535, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXIII.	Lei nº 4.536, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXIV.	Lei nº 4.537, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXV.	Lei nº 4.538, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXVI.	Lei nº 4.539, de 4 de março de 2015;
MMCMXVII.	Lei nº 4.540, de 4 de março de 2015;
MMCMXVIII.	Lei nº 4.541, de 6 de março de 2015;
MMCMXIX.	Lei nº 4.545, de 6 de março de 2015;
MMCMXX.	Lei nº 4.546, de 12 de março de 2015;
MMCMXXI.	Lei nº 4.548, de 19 de março de 2015;
MMCMXXII.	Lei nº 4.550, de 19 de março de 2015;
MMCMXXIII.	Lei nº 4.554, de 25 de março de 2015;
MMCMXXIV.	Lei nº 4.555, de 25 de março de 2015;
MMCMXXV.	Lei nº 4.556, de 25 de março de 2015;
MMCMXXVI.	Lei nº 4.560, de 27 de março de 2015;
MMCMXXVII.	Lei nº 4.562, de 6 de abril de 2015;
MMCMXXVIII.	Lei nº 4.563, de 6 de abril de 2015;
MMCMXXIX.	Lei nº 4.564, de 6 de abril de 2015;
MMCMXXX.	Lei nº 4.566, de 9 de abril de 2015;
MMCMXXXI.	Lei nº 4.567, de 9 de abril de 2015;
MMCMXXXII.	Lei nº 4.568, de 9 de abril de 2015;
MMCMXXXIII.	Lei nº 4.570, de 14 de abril de 2015;
MMCMXXXIV.	Lei nº 4.575, de 16 de abril de 2015;
MMCMXXXV.	Lei nº 4.576, de 16 de abril de 2015;
MMCMXXXVI.	Lei nº 4.580, de 28 de abril de 2015;
MMCMXXXVII.	Lei nº 4.582, de 28 de abril de 2015;
MMCMXXXVIII.	Lei nº 4.583, de 28 de abril de 2015;
MMCMXXXIX.	Lei nº 4.584, de 28 de abril de 2015;
MMCMXL.	Lei nº 4.587, de 5 de maio de 2015;
MMCMXLI.	Lei nº 4.588, de 7 de maio de 2015;
MMCMXLII.	Lei nº 4.592, de 12 de maio de 2015;
MMCMXLIII.	Lei nº 4.593, de 12 de maio de 2015;
MMCMXLIV.	Lei nº 4.599, de 19 de maio de 2015;
MMCMXLV.	Lei nº 4.602, de 25 de maio de 2015;
MMCMXLVI.	Lei nº 4.603, de 25 de maio de 2015;
MMCMXLVII.	Lei nº 4.605, de 28 de maio de 2015;
MMCMXLVIII.	Lei nº 4.606, de 28 de maio de 2015;
MMCMXLIX.	Lei nº 4.609, de 17 de junho de 2015;
MMCML.	Lei nº 4.611, de 23 de junho de 2015;
MMCMLI.	Lei nº 4.618, de 23 de junho de 2015;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 421

MMCMLII.	Lei nº 4.620, de 24 de junho de 2015;
MMCMLIII.	Lei nº 4.621, de 25 de junho de 2015;
MMCMLIV.	Lei nº 4.623, de 2 de julho de 2015;
MMCMLV.	Lei nº 4.624, de 2 de julho de 2015;
MMCMLVI.	Lei nº 4.625, de 2 de julho de 2015;
MMCMLVII.	Lei nº 4.626, de 7 de julho de 2015;
MMCMLVIII.	Lei nº 4.628, de 9 de julho de 2015;
MMCMLIX.	Lei nº 4.630, de 14 de julho de 2015;
MMCMLX.	Lei nº 4.632, de 16 de julho de 2015;
MMCMLXI.	Lei nº 4.634, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXII.	Lei nº 4.635, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXIII.	Lei nº 4.636, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXIV.	Lei nº 4.637, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXV.	Lei nº 4.638, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXVI.	Lei nº 4.640, de 28 de julho de 2015;
MMCMLXVII.	Lei nº 4.641, de 28 de julho de 2015;
MMCMLXVIII.	Lei nº 4.642, de 7 de agosto de 2015;
MMCMLXIX.	Lei nº 4.643, de 11 de agosto de 2015;
MMCMLXX.	Lei nº 4.645, de 13 de agosto de 2015;
MMCMLXXI.	Lei nº 4.649, de 3 de setembro de 2015;
MMCMLXXII.	Lei nº 4.652, de 3 de setembro de 2015;
MMCMLXXIII.	Lei nº 4.663, de 21 de setembro de 2015;
MMCMLXXIV.	Lei nº 4.665, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXV.	Lei nº 4.666, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXVI.	Lei nº 4.667, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXVII.	Lei nº 4.668, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXVIII.	Lei nº 4.669, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXIX.	Lei nº 4.671, de 30 de setembro de 2015;
MMCMLXXX.	Lei nº 4.679, de 6 de outubro de 2015;
MMCMLXXXI.	Lei nº 4.685, de 20 de outubro de 2015;
MMCMLXXXII.	Lei nº 4.686, de 23 de outubro de 2015;
MMCMLXXXIII.	Lei nº 4.687, de 23 de outubro de 2015;
MMCMLXXXIV.	Lei nº 4.688, de 26 de outubro de 2015;
MMCMLXXXV.	Lei nº 4.695, de 16 de novembro de 2015;
MMCMLXXXVI.	Lei nº 4.699, de 16 de novembro de 2015;
MMCMLXXXVII.	Lei nº 4.700, de 19 de novembro de 2015;
MMCMLXXXVIII.	Lei nº 4.701, de 19 de novembro de 2015;
MMCMLXXXIX.	Lei nº 4.702, de 26 de novembro de 2015;
MMCMXC.	Lei nº 4.703, de 26 de novembro de 2015;
MMCMXCI.	Lei nº 4.704, de 26 de novembro de 2015;
MMCMXCII.	Lei nº 4.707, de 3 de dezembro de 2015;
MMCMXCIII.	Lei nº 4.714, de 10 de dezembro de 2015;
MMCMXCIV.	Lei nº 4.715, de 10 de dezembro de 2015;
MMCMXCV.	Lei nº 4.719, de 15 de dezembro de 2015;
MMCMXCVI.	Lei nº 4.720, de 21 de dezembro de 2015;
MMCMXCVII.	Lei nº 4.721, de 21 de dezembro de 2015;
MMCMXCVIII.	Lei nº 4.723, de 22 de dezembro de 2015;
MMCMXCIX.	Lei nº 4.729, de 17 de fevereiro de 2016;
MMM.	Lei nº 4.730, de 17 de fevereiro de 2016;
MMMI.	Lei nº 4.739, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMII.	Lei nº 4.740, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMIII.	Lei nº 4.741, de 25 de fevereiro de 2016;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 422

MMMIV.	Lei nº 4.743, de 1° de março de 2016;
MMMV.	Lei nº 4.744, de 1° de março de 2016;
MMMVI.	Lei nº 4.745, de 1° de março de 2016;
MMMVII.	Lei nº 4.747, de 3 de março de 2016;
MMMVIII.	Lei nº 4.749, de 8 de março de 2016;
MMMIX.	Lei nº 4.750, de 15 de março de 2016;
MMMX.	Lei nº 4.751, de 15 de março de 2016;
MMMXI.	Lei nº 4.752, de 15 de março de 2016;
MMMXII.	Lei nº 4.753, de 15 de março de 2016;
MMMXIII.	Lei nº 4.754, de 15 de março de 2016;
MMMXIV.	Lei nº 4.755, de 15 de março de 2016;
MMMXV.	Lei nº 4.756, de 15 de março de 2016;
MMMXVI.	Lei nº 4.757, de 15 de março de 2016;
MMMXVII.	Lei nº 4.758, de 15 de março de 2016;
MMMXVIII.	Lei nº 4.759, de 18 de março de 2016;
MMMXIX.	Lei nº 4.760, de 18 de março de 2016;
MMMXX.	Lei nº 4.761, de 18 de março de 2016;
MMMXXI.	Lei nº 4.762, de 18 de março de 2016;
MMMXXII.	Lei nº 4.763, de 18 de março de 2016;
MMMXXIII.	Lei nº 4.764, de 18 de março de 2016;
MMMXXIV.	Lei nº 4.765, de 23 de março de 2016;
MMMXXV.	Lei nº 4.772, de 7 de abril de 2016;
MMMXXVI.	Lei nº 4.774, de 18 de abril de 2016;
MMMXXVII.	Lei nº 4.775, de 18 de abril de 2016;
MMMXXVIII.	Lei nº 4.778, de 26 de abril de 2016;
MMMXXIX.	Lei nº 4.779, de 26 de abril de 2016;
MMMXXX.	Lei nº 4.780, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXI.	Lei nº 4.781, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXII.	Lei nº 4.782, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXIII.	Lei nº 4.783, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXIV.	Lei nº 4.784, de 29 de abril de 2016;
MMMXXXV.	Lei nº 4.785, de 4 de maio de 2016;
MMMXXXVI.	Lei nº 4.786, de 4 de maio de 2016;
MMMXXXVII.	Lei nº 4.788, de 4 de maio de 2016;
MMMXXXVIII.	Lei nº 4.789, de 12 de maio de 2016;
MMMXXXIX.	Lei nº 4.794, de 20 de maio de 2016;
MMMXL.	Lei nº 4.795, de 20 de maio de 2016;
MMMXLI.	Lei nº 4.796, de 25 de maio de 2016;
MMMXLII.	Lei nº 4.798, de 30 de maio de 2016;
MMMXLIII.	Lei nº 4.799, de 30 de maio de 2016;
MMMXLIV.	Lei nº 4.800, de 30 de maio de 2016;
MMMXLV.	Lei nº 4.801, de 30 de maio de 2016;
MMMXLVI.	Lei nº 4.802, de 30 de maio de 2016;
MMMXLVII.	Lei nº 4.803, de 30 de maio de 2016;
MMMXLVIII.	Lei nº 4.805, de 2 de junho de 2016;
MMMXLIX.	Lei nº 4.806, de 7 de junho de 2016;
MMML.	Lei nº 4.808, de 14 de junho de 2016;
MMMLI.	Lei nº 4.814, de 24 de junho de 2016;
MMMLII.	Lei nº 4.815, de 24 de junho de 2016;
MMMLIII.	Lei nº 4.816, de 24 de junho de 2016;
MMMLIV.	Lei nº 4.817, de 27 de junho de 2016;
MMMLV.	Lei nº 4.818, de 27 de junho de 2016;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 423

MMMLVI.	Lei nº 4.819, de 27 de junho de 2016;
MMMLVII.	Lei nº 4.820, de 27 de junho de 2016;
MMMLVIII.	Lei nº 4.821, de 5 de julho de 2016;
MMMLIX.	Lei nº 4.822, de 8 de julho de 2016;
MMMLX.	Lei nº 4.823, de 12 de julho de 2016;
MMMLXI.	Lei nº 4.824, de 13 de julho de 2016;
MMMLXII.	Lei nº 4.825, de 13 de julho de 2016;
MMMLXIII.	Lei nº 4.826, de 13 de julho de 2016;
MMMLXIV.	Lei nº 4.827, de 14 de julho de 2016;
MMMLXV.	Lei nº 4.828, de 13 de julho de 2016;
MMMLXVI.	Lei nº 4.829, de 13 de julho de 2016;
MMMLXVII.	Lei nº 4.830, de 13 de julho de 2016;
MMMLXVIII.	Lei nº 4.831, de 19 de julho de 2016;
MMMLXIX.	Lei nº 4.832, de 19 de julho de 2016;
MMMLXX.	Lei nº 4.833, de 19 de julho de 2016;
MMMLXXI.	Lei nº 4.834, de 19 de julho de 2016;
MMMLXXII.	Lei nº 4.835, de 27 de julho de 2016;
MMMLXXIII.	Lei nº 4.836, de 3 de agosto de 2016;
MMMLXXIV.	Lei nº 4.837, de 4 de agosto de 2016;
MMMLXXV.	Lei nº 4.838, de 4 de agosto de 2016;
MMMLXXVI.	Lei nº 4.839, de 9 de agosto de 2016;
MMMLXXVII.	Lei nº 4.840, de 9 de agosto de 2016;
MMMLXXVIII.	Lei nº 4.841, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXIX.	Lei nº 4.842, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXX.	Lei nº 4.843, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXXI.	Lei nº 4.844, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXXII.	Lei nº 4.845, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXXIII.	Lei nº 4.847, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXIV.	Lei nº 4.848, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXV.	Lei nº 4.849, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXVI.	Lei nº 4.850, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXVII.	Lei nº 4.851, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXVIII.	Lei nº 4.852, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXIX.	Lei nº 4.853, de 16 de agosto de 2016;
MMMXC.	Lei nº 4.854, de 16 de agosto de 2016;
MMMXCI.	Lei nº 4.855, de 16 de agosto de 2016;
MMMXCII.	Lei nº 4.856, de 16 de agosto de 2016;
MMMXCIII.	Lei nº 4.857, de 18 de agosto de 2016;
MMMXCIV.	Lei nº 4.858, de 18 de agosto de 2016;
MMMXCV.	Lei nº 4.859, de 18 de agosto de 2016;
MMMXCVI.	Lei nº 4.860, de 23 de agosto de 2016;
MMMXCVII.	Lei nº 4.861, de 23 de agosto de 2016;
MMMXCVIII.	Lei nº 4.862, de 23 de agosto de 2016;
MMMXCIX.	Lei nº 4.863, de 25 de agosto de 2016;
MMMC.	Lei nº 4.865, de 30 de agosto de 2016;
MMMCI.	Lei nº 4.866, de 30 de agosto de 2016;
MMMCII.	Lei nº 4.869, de 16 de setembro de 2016;
MMMCIII.	Lei nº 4.872, de 22 de setembro de 2016;
MMMCIV.	Lei nº 4.875, de 27 de setembro de 2016;
MMMCV.	Lei nº 4.876, de 30 de setembro de 2016;
MMMCVI.	Lei nº 4.878, de 13 de outubro de 2016;
MMMCVII.	Lei nº 4.879, de 19 de outubro de 2016;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 424

MMMCVIII.	Lei nº 4.880, de 19 de outubro de 2016;
MMMCIX.	Lei nº 4.881, de 26 de outubro de 2016;
MMMCX.	Lei nº 4.882, de 17 de outubro de 2016;
MMMCXI.	Lei nº 4.883, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXII.	Lei nº 4.884, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXIII.	Lei nº 4.885, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXIV.	Lei nº 4.886, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXV.	Lei nº 4.887, de 3 de novembro de 2016;
MMMCXVI.	Lei nº 4.888, de 10 de novembro de 2016;
MMMCXVII.	Lei nº 4.889, de 10 de novembro de 2016;
MMMCXVIII.	Lei nº 4.890, de 11 de novembro de 2016;
MMMCXIX.	Lei nº 4.899, de 24 de novembro de 2016;
MMMCXX.	Lei nº 4.900, de 24 de novembro de 2016;
MMMCXXI.	Lei nº 4.908, de 7 de dezembro de 2016;
MMMCXXII.	Lei nº 4.910, de 8 de dezembro de 2016;
MMMCXXIII.	Lei nº 4.918, de 15 de dezembro de 2016;
MMMCXXIV.	Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXV.	Lei nº 4.927, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXVI.	Lei nº 4.928, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXVII.	Lei nº 4.929, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXVIII.	Lei nº 4.930, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXIX.	Lei nº 4.931, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXX.	Lei nº 4.932, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXXI.	Lei nº 4.933, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXXII.	Lei nº 4.935, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXIII.	Lei nº 4.936, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXIV.	Lei nº 4.937, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXV.	Lei nº 4.938, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXVI.	Lei nº 4.939, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXVII.	Lei nº 4.940, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXVIII.	Lei nº 4.944, de 9 de março de 2017;
MMMCXXXIX.	Lei nº 4.946, de 14 de março de 2017;
MMMCXL.	Lei nº 4.947, de 14 de março de 2017;
MMMCXLI.	Lei nº 4.948, de 28 de março de 2017;
MMMCXLII.	Lei nº 4.949, de 4 de abril de 2017;
MMMCXLIII.	Lei nº 4.950, de 6 de abril de 2017;
MMMCXLIV.	Lei nº 4.951, de 11 de abril de 2017;
MMMCXLV.	Lei nº 4.952, de 11 de abril de 2017;
MMMCXLVI.	Lei nº 4.953, de 11 de abril de 2017;
MMMCXLVII.	Lei nº 4.959, de 19 de abril de 2017;
MMMCXLVIII.	Lei nº 4.960, de 25 de abril de 2017;
MMMCXLIX.	Lei nº 4.961, de 27 de abril de 2017;
MMMCL.	Lei nº 4.962, de 11 de maio de 2017;
MMMCLI.	Lei nº 4.963, de 11 de maio de 2017;
MMMCLII.	Lei nº 4.964, de 11 de maio de 2017;
MMMCLIII.	Lei nº 4.969, de 23 de maio de 2017;
MMMCLIV.	Lei nº 4.972, de 6 de junho de 2017;
MMMCLV.	Lei nº 4.973, de 13 de junho de 2017;
MMMCLVI.	Lei nº 4.974, de 13 de junho de 2017;
MMMCLVII.	Lei nº 4.975, de 13 de junho de 2017;
MMMCLVIII.	Lei nº 4.976, de 20 de junho de 2017;
MMMCLIX.	Lei nº 4.981, de 28 de junho de 2017;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 425
E

MMMCLX.	Lei nº 4.984, de 11 de julho de 2017;
MMMCLXI.	Lei nº 4.986, de 14 de julho de 2017;
MMMCLXII.	Lei nº 4.990, de 9 de agosto de 2017;
MMMCLXIII.	Lei nº 4.992, de 10 de agosto de 2017;
MMMCLXIV.	Lei nº 4.994, de 15 de agosto de 2017;
MMMCLXV.	Lei nº 4.995, de 15 de agosto de 2017;
MMMCLXVI.	Lei nº 4.996, de 15 de agosto de 2017;
MMMCLXVII.	Lei nº 4.997, de 17 de agosto de 2017;
MMMCLXVIII.	Lei nº 4.998, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXIX.	Lei nº 4.999, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXX.	Lei nº 5.000, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXI.	Lei nº 5.001, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXII.	Lei nº 5.002, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXIII.	Lei nº 5.003, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXIV.	Lei nº 5.004, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXV.	Lei nº 5.005, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXVI.	Lei nº 5.006, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXVII.	Lei nº 5.011, de 30 de agosto de 2017;
MMMCLXXVIII.	Lei nº 5.012, de 4 de setembro de 2017;
MMMCLXXIX.	Lei nº 5.013, de 11 de setembro de 2017;
MMMCLXXX.	Lei nº 5.014, de 11 de setembro de 2017;
MMMCLXXXI.	Lei nº 5.030, de 28 de setembro de 2017;
MMMCLXXXII.	Lei nº 5.032, de 11 de outubro de 2017;
MMMCLXXXIII.	Lei nº 5.034, de 11 de outubro de 2017;
MMMCLXXXIV.	Lei nº 5.035, de 20 de outubro de 2017;
MMMCLXXXV.	Lei nº 5.036, de 27 de outubro de 2017;
MMMCLXXXVI.	Lei nº 5.040, de 31 de outubro de 2017;
MMMCLXXXVII.	Lei nº 5.042, de 7 de novembro de 2017;
MMMCLXXXVIII.	Lei nº 5.043, de 7 de novembro de 2017;
MMMCLXXXIX.	Lei nº 5.044, de 7 de novembro de 2017;
MMMCXC.	Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017;
MMMCXCI.	Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017;
MMMCXCII.	Lei nº 5.059, de 7 de dezembro de 2017;
MMMCXCIII.	Lei nº 5.063, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCIV.	Lei nº 5.064, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCV.	Lei nº 5.065, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCVI.	Lei nº 5.066, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCVII.	Lei nº 5.069, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCXCVIII.	Lei nº 5.071, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCXCIX.	Lei nº 5.073, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCC.	Lei nº 5.074, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCI.	Lei nº 5.075, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCII.	Lei nº 5.076, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCIII.	Lei nº 5.079, de 23 de janeiro de 2018;
MMMCCIV.	Lei nº 5.081, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCCV.	Lei nº 5.082, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCCVI.	Lei nº 5.083, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCVII.	Lei nº 5.084, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCVIII.	Lei nº 5.085, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCIX.	Lei nº 5.086, de 3 de março de 2018;
MMMCCX.	Lei nº 5.087, de 6 de março de 2018;
MMMCCXI.	Lei nº 5.088, de 6 de março de 2018;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 426

MMMCCXII.	Lei nº 5.101, de 15 de março de 2018;
MMMCCXIII.	Lei nº 5.102, de 15 de março de 2018;
MMMCCXIV.	Lei nº 5.104, de 21 de março de 2018;
MMMCCXV.	Lei nº 5.105, de 21 de março de 2018;
MMMCCXVI.	Lei nº 5.106, de 22 de março de 2018;
MMMCCXVII.	Lei nº 5.107, de 22 de março de 2018;
MMMCCXVIII.	Lei nº 5.108, de 27 de março de 2018;
MMMCCXIX.	Lei nº 5.110, de 5 de abril de 2018;
MMMCCXX.	Lei nº 5.114, de 5 de abril de 2018;
MMMCCXXI.	Lei nº 5.123, de 11 de abril de 2018;
MMMCCXXII.	Lei nº 5.125, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXIII.	Lei nº 5.126, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXIV.	Lei nº 5.127, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXV.	Lei nº 5.128, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXVI.	Lei nº 5.130, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXVII.	Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018;
MMMCCXXVIII.	Lei nº 5.135, de 4 de maio de 2018;
MMMCCXXIX.	Lei nº 5.139, de 17 de maio de 2018;
MMMCCXXX.	Lei nº 5.142, de 18 de maio de 2018;
MMMCCXXXI.	Lei nº 5.143, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXII.	Lei nº 5.144, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXIII.	Lei nº 5.145, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXIV.	Lei nº 5.146, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXV.	Lei nº 5.150, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXVI.	Lei nº 5.152, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXVII.	Lei nº 5.153, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXVIII.	Lei nº 5.154, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXIX.	Lei nº 5.156, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXL.	Lei nº 5.157, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLI.	Lei nº 5.158, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLII.	Lei nº 5.159, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLIII.	Lei nº 5.160, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLIV.	Lei nº 5.163, de 14 de junho de 2018;
MMMCCXLV.	Lei nº 5.164, de 21 de junho de 2018;
MMMCCXLVI.	Lei nº 5.167, de 27 de junho de 2018;
MMMCCXLVII.	Lei nº 5.169, de 27 de junho de 2018;
MMMCCXLVIII.	Lei nº 5.170, de 27 de junho de 2018;
MMMCCXLIX.	Lei nº 5.171, de 3 de julho de 2018;
MMMCCL.	Lei nº 5.172, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLI.	Lei nº 5.173, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLII.	Lei nº 5.174, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLIII.	Lei nº 5.175, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLIV.	Lei nº 5.176, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLV.	Lei nº 5.177, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLVI.	Lei nº 5.179, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLVII.	Lei nº 5.181, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLVIII.	Lei nº 5.182, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLIX.	Lei nº 5.183, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLX.	Lei nº 5.187, de 30 de julho de 2018;
MMMCCLXI.	Lei nº 5.191, de 9 de agosto de 2018;
MMMCCLXII.	Lei nº 5.196, de 22 de agosto de 2018;
MMMCCLXIII.	Lei nº 5.197, de 22 de agosto de 2018;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 427

MMMCCLXIV.	Lei nº 5.198, de 22 de agosto de 2018;
MMMCCLXV.	Lei nº 5.201, de 29 de agosto de 2018;
MMMCCLXVI.	Lei nº 5.202, de 29 de agosto de 2018;
MMMCCLXVII.	Lei nº 5.206, de 5 de setembro de 2018;
MMMCCLXVIII.	Lei nº 5.212, de 28 de setembro de 2018;
MMMCCLXIX.	Lei nº 5.213, de 28 de setembro de 2018;
MMMCCLXX.	Lei nº 5.214, de 28 de setembro de 2018;
MMMCCLXXI.	Lei nº 5.226, de 31 de outubro de 2018;
MMMCCLXXII.	Lei nº 5.227, de 31 de outubro de 2018;
MMMCCLXXIII.	Lei nº 5.233, de 14 de novembro de 2018;
MMMCCLXXIV.	Lei nº 5.234, de 14 de novembro de 2018;
MMMCCLXXV.	Lei nº 5.235, de 14 de novembro de 2018;
MMMCCLXXVI.	Lei nº 5.245, de 28 de novembro de 2018;
MMMCCLXXVII.	Lei nº 5.247, de 28 de novembro de 2018;
MMMCCLXXVIII.	Lei nº 5.249, de 28 de novembro de 2018;
MMMCCLXXIX.	Lei nº 5.251, de 4 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXX.	Lei nº 5.252, de 5 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXI.	Lei nº 5.257, de 7 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXII.	Lei nº 5.260, de 19 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXIII.	Lei nº 5.261, de 19 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXIV.	Lei nº 5.266, de 17 de janeiro de 2019;
MMMCCLXXXV.	Lei nº 5.272, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXVI.	Lei nº 5.273, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXVII.	Lei nº 5.274, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXVIII.	Lei nº 5.275, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXIX.	Lei nº 5.276, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCXC.	Lei nº 5.277, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCXCI.	Lei nº 5.282, de 18 de março de 2019;
MMMCCXCII.	Lei nº 5.283, de 18 de março de 2019;
MMMCCXCIII.	Lei nº 5.286, de 20 de março de 2019;
MMMCCXCIV.	Lei nº 5.288, de 20 de março de 2019;
MMMCCXCV.	Lei nº 5.289, de 20 de março de 2019;
MMMCCXCVI.	Lei nº 5.292, de 21 de março de 2019;
MMMCCXCVII.	Lei nº 5.297, de 27 de março de 2019;
MMMCCXCVIII.	Lei nº 5.298, de 2 de abril de 2019;
MMMCCXCIX.	Lei nº 5.300, de 8 de abril de 2019;
MMMCCC.	Lei nº 5.302, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCI.	Lei nº 5.305, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCII.	Lei nº 5.310, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCIII.	Lei nº 5.311, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCIV.	Lei nº 5.312, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCV.	Lei nº 5.316, de 9 de abril de 2019;
MMMCCCVI.	Lei nº 5.322, de 18 de abril de 2019;
MMMCCCVII.	Lei nº 5.327, de 30 de abril de 2019;
MMMCCCVIII.	Lei nº 5.328, de 6 de maio de 2019;
MMMCCCIX.	Lei nº 5.335, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCX.	Lei nº 5.336, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCXI.	Lei nº 5.337, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCXII.	Lei nº 5.338, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCXIII.	Lei nº 5.340, de 16 de maio de 2019;
MMMCCCXIV.	Lei nº 5.341, de 16 de maio de 2019;
MMMCCCXV.	Lei nº 5.348, de 30 de maio de 2019;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 428

MMMCCCXVI.	Lei nº 5.349, de 30 de maio de 2019;
MMMCCCXVII.	Lei nº 5.351, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXVIII.	Lei nº 5.352, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXIX.	Lei nº 5.353, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXX.	Lei nº 5.354, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXXI.	Lei nº 5.355, de 4 de junho de 2019;
MMMCCCXXII.	Lei nº 5.362, de 24 de junho de 2019;
MMMCCCXXIII.	Lei nº 5.363, de 24 de junho de 2019;
MMMCCCXXIV.	Lei nº 5.372, de 15 de julho de 2019;
MMMCCCXXV.	Lei nº 5.373, de 15 de julho de 2019;
MMMCCCXXVI.	Lei nº 5.374, de 15 de julho de 2019;
MMMCCCXXVII.	Lei nº 5.380, de 30 de julho de 2019;
MMMCCCXXVIII.	Lei nº 5.384, de 20 de agosto de 2019;
MMMCCCXXIX.	Lei nº 5.385, de 20 de agosto de 2019;
MMMCCCXXX.	Lei nº 5.387, de 27 de agosto de 2019;
MMMCCCXXXI.	Lei nº 5.388, de 5 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXII.	Lei nº 5.389, de 5 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXIII.	Lei nº 5.390, de 5 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXIV.	Lei nº 5.395, de 17 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXV.	Lei nº 5.396, de 19 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXVI.	Lei nº 5.397, de 19 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXVII.	Lei nº 5.398, de 19 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXVIII.	Lei nº 5.401, de 24 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXIX.	Lei nº 5.402, de 24 de setembro de 2019;
MMMCCCXL.	Lei nº 5.403, de 24 de setembro de 2019;
MMMCCCXLI.	Lei nº 5.410, de 3 de outubro de 2019;
MMMCCCXLII.	Lei nº 5.420, de 16 de outubro de 2019;
MMMCCCXLIII.	Lei nº 5.421, de 16 de outubro de 2019;
MMMCCCXLIV.	Lei nº 5.422, de 16 de outubro de 2019;
MMMCCCXLV.	Lei nº 5.423, de 23 de outubro de 2019;
MMMCCCXLVI.	Lei nº 5.425, de 23 de outubro de 2019;
MMMCCCXLVII.	Lei nº 5.427, de 31 de outubro de 2019;
MMMCCCXLVIII.	Lei nº 5.429, de 31 de outubro de 2019;
MMMCCCXLIX.	Lei nº 5.435, de 19 de novembro de 2019;
MMMCCCL.	Lei nº 5.437, de 21 de novembro de 2019;
MMMCCCLI.	Lei nº 5.438, de 20 de novembro de 2019;
MMMCCCLII.	Lei nº 5.447, de 13 de dezembro de 2019;
MMMCCCLIII.	Lei nº 5.452, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLIV.	Lei nº 5.453, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLV.	Lei nº 5.454, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLVI.	Lei nº 5.456, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLVII.	Lei nº 5.457, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLVIII.	Lei nº 5.460, de 26 de dezembro de 2019;
MMMCCCLIX.	Lei nº 5.461, de 26 de dezembro de 2019;
MMMCCCLX.	Lei nº 5.463, de 23 de janeiro de 2020;
MMMCCCLXI.	Lei nº 5.464, de 23 de janeiro de 2020;
MMMCCCLXII.	Lei nº 5.468, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXIII.	Lei nº 5.469, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXIV.	Lei nº 5.470, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXV.	Lei nº 5.471, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXVI.	Lei nº 5.472, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXVII.	Lei nº 5.473, de 5 de março de 2020;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 429

MMMCCCLXVIII.	Lei nº 5.475, de 12 de março de 2020;
MMMCCCLXIX.	Lei nº 5.476, de 12 de março de 2020;
MMMCCCLXX.	Lei nº 5.477, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXI.	Lei nº 5.478, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXII.	Lei nº 5.479, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXIII.	Lei nº 5.480, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXIV.	Lei nº 5.481, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXV.	Lei nº 5.482, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXVI.	Lei nº 5.483, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXVII.	Lei nº 5.493, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXVIII.	Lei nº 5.494, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXIX.	Lei nº 5.495, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXX.	Lei nº 5.496, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXI.	Lei nº 5.497, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXII.	Lei nº 5.498, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXIII.	Lei nº 5.499, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXIV.	Lei nº 5.500, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXV.	Lei nº 5.501, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXVI.	Lei nº 5.502, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXVII.	Lei nº 5.503, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXVIII.	Lei nº 5.504, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXIX.	Lei nº 5.505, de 16 de abril de 2020;
MMMCCCXC.	Lei nº 5.507, de 27 de abril de 2020;
MMMCCCXCI.	Lei nº 5.508, de 29 de abril de 2020;
MMMCCCXCII.	Lei nº 5.510, de 12 de maio de 2020;
MMMCCCXCIII.	Lei nº 5.511, de 12 de maio de 2020;
MMMCCCXCIV.	Lei nº 5.515, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCV.	Lei nº 5.516, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCVI.	Lei nº 5.517, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCVII.	Lei nº 5.518, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCVIII.	Lei nº 5.519, de 20 de maio de 2020;
MMMCCCXCIX.	Lei nº 5.520, de 20 de maio de 2020;
MMMCD.	Lei nº 5.521, de 20 de maio de 2020;
MMMCDI.	Lei nº 5.522, de 27 de maio de 2020;
MMMCDII.	Lei nº 5.523, de 27 de maio de 2020;
MMMCDIII.	Lei nº 5.525, de 1º de junho de 2020;
MMMCDIV.	Lei nº 5.528, de 3 de junho de 2020;
MMMCDV.	Lei nº 5.529, de 3 de junho de 2020;
MMMCDVI.	Lei nº 5.530, de 17 de junho de 2020;
MMMCDVII.	Lei nº 5.531, de 17 de junho de 2020;
MMMCDVIII.	Lei nº 5.532, de 17 de junho de 2020;
MMMCDIX.	Lei nº 5.533, de 17 de junho de 2020;
MMMCDX.	Lei nº 5.534, de 17 de junho de 2020;
MMMCDXI.	Lei nº 5.535, de 17 de junho de 2020;
MMMCDXII.	Lei nº 5.537, de 24 de junho de 2020;
MMMCDXIII.	Lei nº 5.538, de 24 de junho de 2020;
MMMCDXIV.	Lei nº 5.539, de 24 de junho de 2020;
MMMCDXV.	Lei nº 5.542, de 30 de junho de 2020;
MMMCDXVI.	Lei nº 5.543, de 30 de junho de 2020;
MMMCDXVII.	Lei nº 5.545, de 6 de julho de 2020;
MMMCDXVIII.	Lei nº 5.546, de 6 de julho de 2020;
MMMCDXIX.	Lei nº 5.547, de 6 de julho de 2020;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 430
E

MMMCDXX.	Lei nº 5.548, de 6 de julho de 2020;
MMMCDXXI.	Lei nº 5.549, de 8 de julho de 2020;
MMMCDXXII.	Lei nº 5.550, de 8 de julho de 2020;
MMMCDXXIII.	Lei nº 5.551, de 14 de julho de 2020;
MMMCDXXIV.	Lei nº 5.553, de 16 de julho de 2020;
MMMCDXXV.	Lei nº 5.555, de 23 de julho de 2020;
MMMCDXXVI.	Lei nº 5.557, de 31 de julho de 2020;
MMMCDXXVII.	Lei nº 5.559, de 4 de agosto de 2020;
MMMCDXXVIII.	Lei nº 5.562, de 13 de agosto de 2020;
MMMCDXXIX.	Lei nº 5.563, de 13 de agosto de 2020;
MMMCDXXX.	Lei nº 5.564, de 13 de agosto de 2020;
MMMCDXXXI.	Lei nº 5.568, de 18 de agosto de 2020;
MMMCDXXXII.	Lei nº 5.570, de 26 de agosto de 2020;
MMMCDXXXIII.	Lei nº 5.571, de 26 de agosto de 2020;
MMMCDXXXIV.	Lei nº 5.572, de 1º de setembro de 2020;
MMMCDXXXV.	Lei nº 5.573, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXVI.	Lei nº 5.574, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXVII.	Lei nº 5.575, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXVIII.	Lei nº 5.576, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXIX.	Lei nº 5.583, de 14 de setembro de 2020;
MMMCDXL.	Lei nº 5.584, de 14 de setembro de 2020;
MMMCDXLI.	Lei nº 5.594, de 24 de setembro de 2020;
MMMCDXLII.	Lei nº 5.597, de 24 de setembro de 2020;
MMMCDXLIII.	Lei nº 5.605, de 1º de outubro de 2020;
MMMCDXLIV.	Lei nº 5.606, de 1º de outubro de 2020;
MMMCDXLV.	Lei nº 5.611, de 19 de outubro de 2020;
MMMCDXLVI.	Lei nº 5.612, de 21 de outubro de 2020;
MMMCDXLVII.	Lei nº 5.622, de 11 de novembro de 2020;
MMMCDXLVIII.	Lei nº 5.623, de 11 de novembro de 2020;
MMMCDXLIX.	Lei nº 5.625, de 16 de novembro de 2020;
MMMCDL.	Lei nº 5.639, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLI.	Lei nº 5.640, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLII.	Lei nº 5.643, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLIII.	Lei nº 5.644, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLIV.	Lei nº 5.645, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLV.	Lei nº 5.646, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLVI.	Lei nº 5.648, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLVII.	Lei nº 5.649, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLVIII.	Lei nº 5.650, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLIX.	Lei nº 5.651, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLX.	Lei nº 5.652, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLXI.	Lei nº 5.654, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXII.	Lei nº 5.655, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXIII.	Lei nº 5.656, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXIV.	Lei nº 5.657, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXV.	Lei nº 5.658, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXVI.	Lei nº 5.659, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXVII.	Lei nº 5.679, de 23 de dezembro de 2020;
MMMCDLXVIII.	Lei nº 5.680, de 23 de dezembro de 2020;
MMMCDLXIX.	Lei nº 5.682, de 28 de dezembro de 2020.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 431

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da sua publicação oficial.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria dos vereadores Claudemir Zanco - PL, Dirceu Luiz Boaretto - Podemos, Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Januário Koslinski - PSDB, Joecir Bernardi - PSD, Lindomar Rodrigo Brandão - PP, Marcos Junior Marini - Podemos, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV, Rafael Celestrin - PSD, Romulo Faggion - União Brasil e Thania Maria Caminski Gehlen - PP.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 432

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.895, DE 7 DE ABRIL DE 2022.

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco, implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada:

Lei nº 2, de 30 de janeiro de 1953;
Lei nº 3, de 31 de janeiro de 1953;
Lei nº 4, de 31 de janeiro de 1953;
Lei nº 7, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 8, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 10, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 11, de 2 de fevereiro de 1953;
Lei nº 15, de 17 de fevereiro de 1953;
Lei nº 17, de 20 de fevereiro de 1953;
Lei nº 18, de 19 de fevereiro de 1953;
Lei nº 19, de 21 de fevereiro de 1953;
Lei nº 20, de 25 de abril de 1953;
Lei nº 22, de 25 de junho de 1953;
Lei nº 23, de 25 de junho de 1953;
Lei nº 25, de 25 de junho de 1953;
Lei nº 26, de 26 de junho de 1953;
Lei nº 28, de 1953;
Lei nº 29, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 30, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 31, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 32, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 33, de 19 de outubro de 1953;
Lei nº 34, de 22 de outubro de 1953;
Lei nº 35, de 23 de outubro de 1953;
Lei nº 36, de 23 de outubro de 1953;
Lei nº 37, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 38, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 39, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 40, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 41, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 42, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 43, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 44, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 45, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 46, de 24 de outubro de 1953;
Lei nº 47, de 26 de outubro de 1953;
Lei nº 48, de 25 de outubro de 1953;
Lei nº 50, de 27 de outubro de 1953;
Lei nº 51, de 27 de outubro de 1953;
Lei nº 52, de 27 de outubro de 1953;
Lei nº 53, de 28 de dezembro de 1953;
Lei nº 54, de 28 de dezembro de 1953;
Lei nº 55, de 28 de dezembro de 1953;
Lei nº 56, de 30 de março de 1954;
Lei nº 57, de 30 de março de 1954;
Lei nº 58, de 30 de março de 1954;
Lei nº 59, de 30 de março de 1954;
Lei nº 60, de 30 de abril de 1954;
Lei nº 61, de 30 de março de 1954;
Lei nº 64, de 18 de outubro de 1954;
Lei nº 65, de 22 de outubro de 1954;
Lei nº 72, de 5 de janeiro de 1955;
Lei nº 73, de 5 de janeiro de 1955;
Lei nº 74, de 5 de janeiro de 1955;
Lei nº 75, de 1º de fevereiro de 1955;
Lei nº 76, de 4 de fevereiro de 1955;
Lei nº 78, de 17 de fevereiro de 1955;
Lei nº 79, de 3 de junho de 1955;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 433

Lei nº 80, de 3 de junho de 1955;
Lei nº 81, de 3 de junho de 1955;
Lei nº 82, de 24 de junho de 1955;
Lei nº 83, de 24 de junho de 1955;
Lei nº 84, de 14 de julho de 1955;
Lei nº 86, de 14 de julho de 1955;
Lei nº 87, de 10 de outubro de 1955;
Lei nº 88, de 19 de outubro de 1955;
Lei nº 89, de 21 de outubro de 1955;
Lei nº 90, de 30 de novembro de 1955;
Lei nº 91, de 12 de janeiro de 1956;
Lei nº 92, de 12 de janeiro de 1956;
Lei nº 93, de 12 de janeiro de 1956;
Lei nº 94, de 14 de janeiro de 1956;
Lei nº 95, de 26 de março de 1956;
Lei nº 96, de 26 de março de 1956;
Lei nº 97, de 26 de março de 1956;
Lei nº 98, de 26 de março de 1956;
Lei nº 99, de 26 de março de 1956;
Lei nº 100, de 26 de março de 1956;
Lei nº 101, de 26 de março de 1956;
Lei nº 102, de 26 de março de 1956;
Lei nº 103, de 26 de março de 1956;
Lei nº 104, de 26 de março de 1956;
Lei nº 105, de 26 de março de 1956;
Lei nº 106, de 26 de março de 1956;
Lei nº 107, de 26 de março de 1956;
Lei nº 108, de 26 de março de 1956;
Lei nº 109, de 16 de abril de 1956;
Lei nº 110, de 16 de abril de 1956;
Lei nº 112, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 113, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 114, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 115, de 7 de maio de 1956;
Lei nº 116, de 31 de maio de 1956;
Lei nº 117, de 31 de maio de 1956;
Lei nº 118, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 119, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 120, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 121, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 122, de 26 de junho de 1956;
Lei nº 122-A, de 28 de dezembro de 1956;
Lei nº 123, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 127, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 128, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 129, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 130, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 131, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 132, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 133, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 134, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 135, de 31 de dezembro de 1956;
Lei nº 136, de 28 de dezembro de 1956;
Lei nº 1, de 15 de março de 1957;
Lei nº 2, de 15 de março de 1957;
Lei nº 3, de 15 de março de 1957;
Lei nº 4, de 15 de março de 1957;
Lei nº 5, de 15 de março de 1957;
Lei nº 6, de 15 de março de 1957;
Lei nº 7, de 15 de março de 1957;
Lei nº 8, de 15 de março de 1957;
Lei nº 9, de 15 de março de 1957;
Lei nº 11, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 12, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 13, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 14, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 15, de 17 de julho de 1957;
Lei nº 16, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 17, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 18, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 19, de 17 de julho de 1957;
Lei nº 20, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 21, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 22, de 1957;
Lei nº 23, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 25, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 26, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 27, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 28, de 17 de junho de 1957;
Lei nº 29, de 26 de setembro de 1957;
Lei nº 30, de 27 de setembro de 1957;
Lei nº 31, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 32, de 18 de junho de 1957;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 434

Lei nº 33, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 34, de 8 de novembro de 1957;
Lei nº 35, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 36, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 38, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 39, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 40, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 41, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 42, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 43, de 12 de dezembro de 1957;
Lei nº 44, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 45, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 46, de 18 de junho de 1957;
Lei nº 1, de 28 de fevereiro de 1958;
Lei nº 4, de 13 de março de 1958;
Lei nº 5, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 6, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 7, de 21 de maio de 1958;
Lei nº 8, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 9, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 10, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 11, de 20 de junho de 1958;
Lei nº 13, de 20 de junho de 1958;
Lei nº 14, de 18 de junho de 1958;
Lei nº 15, de 17 de julho de 1958;
Lei nº 16, de 16 de julho de 1958;
Lei nº 17, de 16 de julho de 1958;
Lei nº 18, de 16 de julho de 1958;
Lei nº 19, de 17 de julho de 1958;
Lei nº 20, de 10 de julho de 1958;
Lei nº 21, de 22 de dezembro de 1958;
Lei nº 22, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 23, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 24, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 26, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 27, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 28, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 29, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 30, de 20 de dezembro de 1958;
Lei nº 1, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 2, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 3, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 4, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 5, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 6, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 7, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 10, de 7 de janeiro de 1959;
Lei nº 15, de 16 de junho de 1959;
Lei nº 16, de 20 de junho de 1959;
Lei nº 17, de 20 de junho de 1959;
Lei nº 18, de 20 de junho de 1959;
Lei nº 19, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 21, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 22, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 23, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 24, de 2 de julho de 1959;
Lei nº 25, de 7 de julho de 1959;
Lei nº 26, de 4 de outubro de 1959;
Lei nº 27, de 4 de outubro de 1959;
Lei nº 29, de 14 de outubro de 1959;
Lei nº 30, de 17 de outubro de 1959;
Lei nº 31, de 17 de outubro de 1959;
Lei nº 36, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 37, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 38, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 39, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 40, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 41, de 10 de outubro de 1959;
Lei nº 42, de 22 de outubro de 1959;
Lei nº 43, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 44, de 23 de outubro de 1959;
Lei nº 45, de 17 de outubro de 1959;
Lei nº 1, de 10 de abril de 1960;
Lei nº 1-A, de 13 de fevereiro de 1960;
Lei nº 3, de 12 de abril de 1960;
Lei nº 4, de 14 de abril de 1960;
Lei nº 4-A, de 23 de maio de 1960;
Lei nº 5, de 4 de abril de 1960;
Lei nº 6, de 10 de abril de 1960;
Lei nº 7, de 10 de abril de 1960;
Lei nº 8, de 29 de março de 1960;

Câmara Mun. de Paço Branco
Fls 435

Lei nº 11, de 29 de março de 1960;
Lei nº 12, de 29 de outubro 1960;
Lei nº 13, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 14, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 15, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 16, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 17, de 29 de outubro de 1960;
Lei nº 18, de 14 de abril de 1960;
Lei nº 19, de 29 de outubro 1960;
Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1961;
Lei nº 2, de 11 de março de 1961;
Lei nº 3, de 11 de março de 1961;
Lei nº 4, de 11 de março de 1961;
Lei nº 5, de 11 de março de 1961;
Lei nº 6, de 11 de março de 1961;
Lei nº 7, de 26 de março de 1961;
Lei nº 8, de 26 de março de 1961;
Lei nº 9, de 14 de abril de 1961;
Lei nº 12, de 15 de abril de 1961;
Lei nº 14, de junho de 1961;
Lei nº 15, de junho de 1961;
Lei nº 17, de 30 de junho de 1961;
Lei nº 18, de 30 de junho de 1961;
Lei nº 19, de 29 de setembro de 1961;
Lei nº 20, de 29 de setembro de 1961;
Lei nº 22, de 8 de novembro de 1961;
Lei nº 23, de 8 de novembro de 1961;
Lei nº 24, de 26 de dezembro de 1961;
Lei nº 25, de 26 de dezembro de 1961;
Lei nº 26, de 30 de dezembro de 1961;
Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1961;
Lei nº 2, de 16 de fevereiro de 1962;
Lei nº 3, de 15 de fevereiro de 1962;
Lei nº 4, de 7 de março de 1962;
Lei nº 5, de 23 de maio de 1962;
Lei nº 6, de 23 de maio de 1962;
Lei nº 7, de 23 de maio de 1962;
Lei nº 8, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 9, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 10, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 11, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 12, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 13, de 31 de julho de 1962;
Lei nº 14, de 5 de outubro de 1962;
Lei nº 15, de 28 de novembro de 1962;
Lei nº 16, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 17, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 18, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 19, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 20, de 21 de dezembro de 1962;
Lei nº 1, de 16 de janeiro de 1963;
Lei nº 2, de 1º de fevereiro de 1963;
Lei nº 3, de 1º de fevereiro de 1963;
Lei nº 4, de 29 de março de 1963;
Lei nº 5, de 30 de março de 1963;
Lei nº 6, de 30 de março de 1963;
Lei nº 7, de 2 de abril de 1963;
Lei nº 8, de 21 de junho de 1963;
Lei nº 9, de 24 de junho de 1963;
Lei nº 10, de 24 de junho de 1963;
Lei nº 11, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 12, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 13, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 14, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 15, de 11 de julho de 1963;
Lei nº 16, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 17, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 18, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 19, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 20, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 21, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 22, de 21 de setembro de 1963;
Lei nº 23, de 25 de outubro de 1963;
Lei nº 25, de 18 de dezembro de 1963;
Lei nº 26, de 18 de dezembro de 1963;
Lei nº 27, de 18 de dezembro de 1963;
Lei nº 2, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 3, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 4, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 5, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 6, de 15 de junho de 1964;
Lei nº 7, de 6 de julho de 1964;
Lei nº 8, de 6 de julho de 1964;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 436
E

Lei nº 10, de 18 de agosto de 1964;
Lei nº 11, de 20 de agosto de 1964;
Lei nº 12, de 18 de dezembro de 1964;
Lei nº 13, de 24 de dezembro de 1964;
Lei nº 13-1, de 30 de dezembro de 1964;
Lei nº 14, de 30 de dezembro de 1964;
Lei nº 15, de 31 de dezembro de 1964;
Lei nº 16, de 31 de dezembro de 1964;
Lei nº 17, de 31 de dezembro de 1964;
Lei nº 18, de 1964;
Lei nº 1, de 3 de março de 1965;
Lei nº 3, de 8 de março de 1965;
Lei nº 4, de 3 de março de 1965;
Lei nº 5, de 8 de março de 1965;
Lei nº 7, de 13 de março de 1965;
Lei nº 8, de 13 de março de 1965;
Lei nº 9, de 13 de março de 1965;
Lei nº 10, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 11, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 12, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 13, de 8 de abril de 1965;
Lei nº 14, de 9 de abril de 1965;
Lei nº 15, de 9 de abril de 1965;
Lei nº 16, de 14 de maio de 1965;
Lei nº 17, de 7 de julho de 1965;
Lei nº 18, de 28 de junho de 1965;
Lei nº 19, de 28 de junho de 1965;
Lei nº 21, de 6 de julho de 1965;
Lei nº 22, de 28 de junho de 1965;
Lei nº 23, de 7 de junho de 1965;
Lei nº 25, de 2 de agosto de 1965;
Lei nº 26, de 2 de agosto de 1965;
Lei nº 27, de 3 de agosto de 1965;
Lei nº 28, de 3 de agosto de 1965;
Lei nº 29, de 9 de setembro de 1965;
Lei nº 30, de 6 de setembro de 1965;
Lei nº 32, de 20 de setembro de 1965;
Lei nº 33, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 34, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 35, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 36, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 37, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 39, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 40, de 13 de outubro de 1965;
Lei nº 42, de 8 de novembro de 1965;
Lei nº 43, de 9 de novembro de 1965;
Lei nº 44, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 45, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 46, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 47, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 48, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 49, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 50, de 9 de dezembro de 1965;
Lei nº 51, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 52, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 53, de 20 de dezembro de 1965;
Lei nº 54, de 10 de dezembro de 1965;
Lei nº 1, de 11 de março de 1966;
Lei nº 2, de 14 de março de 1966;
Lei nº 3, de 14 de março de 1966;
Lei nº 4, de 14 de março de 1966;
Lei nº 5, de 14 de março de 1966;
Lei nº 6, de 14 de março de 1966;
Lei nº 7, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 8, de 14 de março de 1966;
Lei nº 9, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 10, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 11, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 12, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 13, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 14, de 15 de abril de 1966;
Lei nº 15, de 3 de maio de 1966;
Lei nº 16, de 3 de maio de 1966;
Lei nº 17, de 2 de maio de 1966;
Lei nº 19, de 13 de junho de 1966;
Lei nº 20, de 10 de junho de 1966;
Lei nº 21, de 6 de junho de 1966;
Lei nº 22, de 10 de junho de 1966;
Lei nº 23, de 6 de julho de 1966;
Lei nº 25, de 4 de julho de 1966;
Lei nº 26, de 5 de julho de 1966;
Lei nº 27, de 6 de julho de 1966;
Lei nº 28, de 6 de julho de 1966;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 431

Lei nº 29, de 1º de agosto de 1966;
Lei nº 31, de 1º de agosto de 1966;
Lei nº 32, de 2 de agosto de 1966;
Lei nº 34, de 2 de agosto de 1966;
Lei nº 36, de 3 de agosto de 1966;
Lei nº 37, de 2 de setembro de 1966;
Lei nº 38, de 12 de setembro de 1966;
Lei nº 39, de 5 de outubro de 1966;
Lei nº 40, de 5 de outubro de 1966;
Lei nº 41, de 5 de outubro de 1966;
Lei nº 42, de 6 de dezembro de 1966;
Lei nº 43, de 6 de dezembro de 1966;
Lei nº 45, de 15 de dezembro de 1966;
Lei nº 49, de 28 de dezembro de 1966;
Lei nº 1, de 3 de fevereiro de 1967;
Lei nº 3, de 14 de fevereiro de 1967;
Lei nº 5, de 7 de abril de 1967;
Lei nº 6, de 7 de abril de 1967;
Lei nº 7, de 11 de abril de 1967;
Lei nº 8, de 5 de maio de 1967;
Lei nº 9, de 5 de junho de 1967;
Lei nº 10, de 5 de junho de 1967;
Lei nº 11, de 5 de junho de 1967;
Lei nº 16, de 12 de setembro de 1967;
Lei nº 17, de 12 de setembro de 1967;
Lei nº 18, de 12 de setembro de 1967;
Lei nº 19, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 20, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 21, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 22, de 13 de setembro de 1967;
Lei nº 23, de 12 de outubro de 1967;
Lei nº 24, de 7 de novembro de 1967;
Lei nº 25, de 7 de novembro de 1967;
Lei nº 26, de 7 de novembro de 1967;
Lei nº 27, de 13 de novembro de 1967;
Lei nº 28, de 6 de dezembro de 1967;
Lei nº 29, de 6 de dezembro de 1967;
Lei nº 1, de 15 de janeiro de 1968;
Lei nº 2, de 5 de abril de 1968;
Lei nº 4, de 5 de abril de 1968;
Lei nº 5, de 2 de abril de 1968;
Lei nº 7, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 8, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 9, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 11, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 12, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 13, de 16 de junho de 1968;
Lei nº 14, de 17 de junho de 1968;
Lei nº 15, de 4 de julho de 1968;
Lei nº 16, de 7 de outubro de 1968;
Lei nº 17, de 7 de outubro de 1968;
Lei nº 18, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 20, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 21, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 22, de 8 de outubro de 1968;
Lei nº 23, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 24, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 26, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 27, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 28, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1968;
Lei nº 30, de 5 de dezembro de 1968;
Lei nº 31, de 5 de dezembro de 1968;
Lei nº 1, de 11 de março de 1969;
Lei nº 2, de 8 de abril de 1969;
Lei nº 3, de 9 de abril de 1969;
Lei nº 4, de 9 de abril de 1969;
Lei nº 5, de 11 de abril de 1969;
Lei nº 6, de 9 de maio de 1969;
Lei nº 7, de 18 de maio de 1969;
Lei nº 8, de 20 de maio de 1969;
Lei nº 9, de 20 de maio de 1969;
Lei nº 14, de 6 de agosto de 1969;
Lei nº 15, de 8 de agosto de 1969;
Lei nº 16, de 10 de setembro de 1969;
Lei nº 17, de 6 de setembro de 1969;
Lei nº 21, de 5 de novembro de 1969;
Lei nº 22, de 5 de novembro de 1969;
Lei nº 24, de 5 de novembro de 1969;
Lei nº 25, de 6 de novembro de 1969;
Lei nº 26, de 7 de novembro de 1969;
Lei nº 27, de 7 de novembro de 1969;
Lei nº 29, de 16 de dezembro de 1969;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 438

Lei nº 30, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 31, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 32, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 33, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 34, de 16 de dezembro de 1969;
Lei nº 35, de 8 de abril de 1970;
Lei nº 41, de 2 de junho de 1970;
Lei nº 42, de 26 de junho de 1970;
Lei nº 43, de 26 de junho de 1970;
Lei nº 44, de 7 de julho de 1970;
Lei nº 45, de 11 de agosto de 1970;
Lei nº 46, de 7 de outubro de 1970;
Lei nº 48, de 1º de dezembro de 1970;
Lei nº 49, de 1º de dezembro de 1970;
Lei nº 52, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 53, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 54, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 55, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 56, de 18 de dezembro de 1970;
Lei nº 60, de 16 de julho de 1971;
Lei nº 61, de 10 de agosto de 1971;
Lei nº 62, de 10 de agosto de 1971;
Lei nº 63, de 18 de agosto de 1971;
Lei nº 67, de 10 de setembro de 1971;
Lei nº 68, de 10 de setembro de 1971;
Lei nº 69, de 10 de setembro de 1971;
Lei nº 70, de 5 de outubro de 1971;
Lei nº 71, de 6 de outubro de 1971;
Lei nº 72, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 75, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 76, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 77, de 9 de novembro de 1971;
Lei nº 79, de 10 de novembro de 1971;
Lei nº 80, de 15 de dezembro de 1971;
Lei nº 81, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 82, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 83, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 84, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 85, de 28 de dezembro de 1971;
Lei nº 86, de 29 de fevereiro de 1972;
Lei nº 92, de 20 de fevereiro de 1972;
Lei nº 94, de 29 de fevereiro de 1972;
Lei nº 97, de 1972;
Lei nº 98, de 19 de abril de 1972;
Lei nº 100, de 10 de maio de 1972;
Lei nº 102, de 27 de junho de 1972;
Lei nº 103, de 6 de julho de 1972;
Lei nº 104, de 27 de julho de 1972;
Lei nº 108, de 28 de agosto de 1972;
Lei nº 109, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 111, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 112, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 115, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 117, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 118, de 19 de dezembro de 1972;
Lei nº 120, de 21 de março de 1973;
Lei nº 121, de 6 de abril de 1973;
Lei nº 122, de 6 de abril de 1973;
Lei nº 124, de 6 de abril de 1973;
Lei nº 125, de 10 de maio de 1973;
Lei nº 126, de 10 de maio de 1973;
Lei nº 128, de 13 de julho de 1973;
Lei nº 130, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 132, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 133, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 135, de 31 de agosto de 1973;
Lei nº 136, de 6 de setembro de 1973;
Lei nº 137, de 6 de setembro de 1973;
Lei nº 138, de 6 de setembro de 1973;
Lei nº 139, de 6 de setembro de 1973;
Lei nº 143, de 2 de outubro de 1973;
Lei nº 145, de 9 de novembro de 1973;
Lei nº 146, de 28 de novembro de 1973;
Lei nº 147, de 28 de novembro de 1973;
Lei nº 148, de 30 de novembro de 1973;
Lei nº 149, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 150, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 151, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 152, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 153, de 2 de dezembro de 1973;
Lei nº 154, de 5 de dezembro de 1973;
Lei nº 156, de 5 de dezembro de 1973;
Lei nº 157, de 8 de abril de 1974;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 439

Lei nº 158, de 8 de abril de 1974;
Lei nº 160, de 9 de maio de 1974;
Lei nº 163, de 22 de agosto de 1974;
Lei nº 164, de 22 de agosto de 1974;
Lei nº 165, de 9 de setembro de 1974;
Lei nº 166, de 9 de setembro de 1974;
Lei nº 167, de 9 de setembro de 1974;
Lei nº 169, de 1º de outubro de 1974;
Lei nº 170, de 1º de outubro de 1974;
Lei nº 171, de 10 de outubro de 1974;
Lei nº 172, de 6 de novembro de 1974;
Lei nº 173, de 6 de novembro de 1974;
Lei nº 174, de 18 de novembro de 1974;
Lei nº 175, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 176, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 177, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 178, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 179, de 9 de dezembro de 1974;
Lei nº 181, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 182, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 184, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 185, de 12 de maio de 1975;
Lei nº 188, de 17 de julho de 1975;
Lei nº 189, de 17 de julho de 1975;
Lei nº 190, de 17 de julho de 1975;
Lei nº 191, de 21 de julho de 1975;
Lei nº 195, de 10 de setembro de 1975;
Lei nº 196, de 9 de outubro de 1975;
Lei nº 197, de 9 de outubro de 1975;
Lei nº 200, de 13 de outubro de 1975;
Lei nº 201, de 14 de outubro de 1975;
Lei nº 202, de 6 de novembro de 1975;
Lei nº 203, de 13 de outubro de 1975;
Lei nº 204, de 9 de dezembro de 1975;
Lei nº 206, de 12 de dezembro de 1975;
Lei nº 207, de 12 de dezembro de 1975;
Lei nº 215, de 25 de março de 1976;
Lei nº 216, de 25 de março de 1976;
Lei nº 217, de 12 de abril de 1976;
Lei nº 218, de 22 de junho de 1976;
Lei nº 219, de 22 de junho de 1976;
Lei nº 221, de 22 de junho de 1976;
Lei nº 223, de 2 de julho de 1976;
Lei nº 224, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 225, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 226, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 227, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 228, de 5 de agosto de 1976;
Lei nº 229, de 15 de setembro de 1976;
Lei nº 230, de 15 de setembro de 1976;
Lei nº 231, de 15 de setembro de 1976;
Lei nº 232, de 16 de setembro de 1976;
Lei nº 237, de 18 de outubro de 1976;
Lei nº 239, de 29 de novembro de 1976;
Lei nº 241, de 17 de novembro de 1976;
Lei nº 242, de 30 de novembro de 1976;
Lei nº 243, de 15 de dezembro de 1976;
Lei nº 245, de 16 de dezembro de 1976;
Lei nº 246, de 26 de janeiro de 1977;
Lei nº 248, de 26 de janeiro de 1977;
Lei nº 249, de 11 de março de 1977;
Lei nº 250, de 14 de março de 1977;
Lei nº 253, de 14 de março de 1977;
Lei nº 255, de 13 de abril de 1977;
Lei nº 256, de 14 de abril de 1977;
Lei nº 259, de 9 de maio de 1977;
Lei nº 260, de 9 de maio de 1977;
Lei nº 261, de 9 de maio de 1977;
Lei nº 262, de 13 de junho de 1977;
Lei nº 263, de 13 de junho de 1977;
Lei nº 265, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 266, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 267, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 268, de 14 de junho de 1977;
Lei nº 271, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 273, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 274, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 275, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 276, de 22 de julho de 1977;
Lei nº 277, de 10 de agosto de 1977;
Lei nº 281, de 12 de setembro de 1977;
Lei nº 282, de 6 de outubro de 1977;
Lei nº 283, de 6 de outubro de 1977;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 440

Lei nº 284, de 7 de outubro de 1977;
Lei nº 287, de 10 de outubro de 1977;
Lei nº 288, de 7 de outubro de 1977;
Lei nº 289, de 11 de novembro de 1977;
Lei nº 290, de 11 de novembro de 1977;
Lei nº 291, de 11 de novembro de 1977;
Lei nº 292, de 21 de novembro de 1977;
Lei nº 294, de 1º de dezembro de 1977;
Lei nº 298, de 12 de dezembro de 1977;
Lei nº 299, de 9 de janeiro de 1978;
Lei nº 300, de 10 de março de 1978;
Lei nº 301, de 10 de março de 1978;
Lei nº 302, de 13 de março de 1978;
Lei nº 303, de 17 de março de 1978;
Lei nº 304, de 17 de março de 1978;
Lei nº 305, de 21 de março de 1978;
Lei nº 309, de 12 de abril de 1978;
Lei nº 311, de 19 de junho de 1978;
Lei nº 312, de 27 de julho de 1978;
Lei nº 315, de 29 de setembro de 1978;
Lei nº 317, de 29 de setembro de 1978;
Lei nº 319, de 29 de setembro de 1978;
Lei nº 323, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 324, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 325, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 326, de 12 de dezembro de 1978;
Lei nº 330, de 13 de dezembro de 1978;
Lei nº 332, de 19 de janeiro de 1979;
Lei nº 333,de 26 de abril de 1979;
Lei nº 335, de 26 de abril de 1979;
Lei nº 342, de 3 de setembro de 1979;
Lei nº 344, de 20 de setembro de 1979;
Lei nº 345, de 27 de setembro de 1979;
Lei nº 346, de 4 de outubro de 1979;
Lei nº 349, de 17 de outubro de 1979;
Lei nº 350, de 17 de outubro de 1979;
Lei nº 351, de 13 de novembro de 1979;
Lei nº 353, de 13 de novembro de 1979;
Lei nº 354, de 13 de novembro de 1979;
Lei nº 355, de 21 de novembro de 1979;
Lei nº 356, de 23 de novembro de 1979;
Lei nº 358, de 30 de novembro de 1979;
Lei nº 360, de 5 de dezembro de 1979;
Lei nº 361, de 6 de dezembro de 1979;
Lei nº 362, de 6 de dezembro de 1979;
Lei nº 363, de 20 de dezembro de 1979;
Lei nº 365, de 2 de maio de 1980;
Lei nº 368, de 14 de maio de 1980;
Lei nº 370, de 21 de maio de 1980;
Lei nº 376, de 12 de agosto de 1980;
Lei nº 380, de 29 de setembro de 1980;
Lei nº 381, de 29 de setembro de 1980;
Lei nº 384, de 7 de outubro de 1980;
Lei nº 385, de 14 de outubro de 1980;
Lei nº 386, de 22 de outubro de 1980;
Lei nº 387, de 22 de outubro de 1980;
Lei nº 389, de 4 de novembro de 1980;
Lei nº 390, de 13 de novembro de 1980;
Lei nº 391, de 25 de novembro de 1980;
Lei nº 392, de 1º de dezembro de 1980;
Lei nº 395, de 17 de dezembro de 1980;
Lei nº 397, de 4 de março de 1981;
Lei nº 398, de 4 de março de 1981;
Lei nº 399, de 4 de março de 1981;
Lei nº 400, de 24 de março de 1981;
Lei nº 403, de 12 de maio de 1981;
Lei nº 404, de 12 de maio de 1981;
Lei nº 405, de 13 de maio de 1981;
Lei nº 406, de 13 de maio de 1981;
Lei nº 407, de 18 de maio de 1981;
Lei nº 408, de 18 de maio de 1981;
Lei nº 409, de 17 de junho de 1981;
Lei nº 410, de 17 de junho de 1981;
Lei nº 412, de 28 de agosto de 1981;
Lei nº 413, de 28 de agosto de 1981;
Lei nº 414, de 3 de setembro de 1981;
Lei nº 416, de 14 de setembro de 1981;
Lei nº 419, de 9 de outubro de 1981;
Lei nº 420, de 20 de outubro de 1981;
Lei nº 422, de 28 de outubro de 1981;
Lei nº 424, de 16 de novembro de 1981;
Lei nº 425, de 20 de novembro de 1981;
Lei nº 426, de 20 de novembro de 1981;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 941

Lei nº 428, de 30 de novembro de 1981;
Lei nº 429, de 24 de março de 1982;
Lei nº 432, de 1º de abril de 1982;
Lei nº 433, de 6 de abril de 1982;
Lei nº 436, de 28 de abril de 1982;
Lei nº 438, de 17 de maio de 1982;
Lei nº 441, de 2 de junho de 1982;
Lei nº 442, de 1º de julho de 1982;
Lei nº 443, de 1º de julho de 1982;
Lei nº 445, de 1º de julho de 1982;
Lei nº 447, de 5 de julho de 1982;
Lei nº 448, de 5 de julho de 1982;
Lei nº 451, de 6 de setembro de 1982;
Lei nº 452, de 26 de outubro de 1982;
Lei nº 456, de 22 de novembro de 1982;
Lei nº 457, de 29 de novembro de 1982;
Lei nº 458, de 29 de novembro de 1982;
Lei nº 460, de 29 de novembro de 1982;
Lei nº 461, de 2 de dezembro de 1982;
Lei nº 463, de 27 de dezembro de 1982;
Lei nº 465, de 17 de fevereiro de 1983;
Lei nº 466, de 17 de fevereiro de 1983;
Lei nº 467, de 17 de fevereiro de 1983;
Lei nº 468, de 10 de março de 1983;
Lei nº 469, de 15 de abril de 1983;
Lei nº 470, de 22 de abril de 1983;
Lei nº 471, de 28 de abril de 1983;
Lei nº 473, de 10 de maio de 1983;
Lei nº 474, de 12 de maio de 1983;
Lei nº 475, de 13 de maio de 1983;
Lei nº 477, de 23 de maio de 1983;
Lei nº 478, de 30 de maio de 1983;
Lei nº 480, de 1º de junho de 1983;
Lei nº 481, de 1º de junho de 1983;
Lei nº 482, de 3 de junho de 1983;
Lei nº 486, de 21 de junho de 1983;
Lei nº 491, de 24 de junho de 1983;
Lei nº 493, de 30 de junho de 1983;
Lei nº 495, de 30 de junho de 1983;
Lei nº 496, de 12 de julho de 1983;
Lei nº 498, de 29 de agosto de 1983;
Lei nº 499, de 29 de agosto de 1983;
Lei nº 500, de 6 de setembro de 1983;
Lei nº 501, de 6 de setembro de 1983;
Lei nº 502, de 16 de setembro de 1983;
Lei nº 503, de 16 de setembro de 1983;
Lei nº 504, de 16 de setembro de 1983;
Lei nº 505, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 506, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 507, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 508, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 509, de 17 de outubro de 1983;
Lei nº 511, de 24 de outubro de 1983;
Lei nº 512, de 24 de outubro de 1983;
Lei nº 514, de 10 de novembro de 1983;
Lei nº 516, de 18 de novembro de 1983;
Lei nº 517, de 18 de novembro de 1983;
Lei nº 521, de 24 de novembro de 1983;
Lei nº 522, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 524, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 525, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 526, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 527, de 28 de novembro de 1983;
Lei nº 528, de 7 de dezembro de 1983;
Lei nº 531, de 28 de dezembro de 1983;
Lei nº 532, de 28 de dezembro de 1983;
Lei nº 533, de 28 de dezembro de 1983;
Lei nº 534, de 27 de março de 1984;
Lei nº 535, de 27 de março de 1984;
Lei nº 536, de 27 de março de 1984;
Lei nº 537, de 29 de março de 1984;
Lei nº 538, de 3 de abril de 1984;
Lei nº 539, de 3 de abril de 1984;
Lei nº 540, de 4 de abril de 1984;
Lei nº 541, de 13 de abril de 1984;
Lei nº 544, de 13 de abril de 1984;
Lei nº 545, de 7 de maio de 1984;
Lei nº 546, de 11 de junho de 1984;
Lei nº 547, de 11 de junho de 1984;
Lei nº 548, de 14 de junho de 1984;
Lei nº 549, de 14 de junho de 1984;
Lei nº 550, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 551, de 2 de julho de 1984;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 442

Lei nº 552, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 553, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 554, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 555, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 557, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 558, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 559, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 561, de 2 de julho de 1984;
Lei nº 564, de 10 de julho de 1984;
Lei nº 567, de 16 de julho de 1984;
Lei nº 568, de 31 de julho de 1984;
Lei nº 570, de 17 de agosto de 1984;
Lei nº 571, de 17 de agosto de 1984;
Lei nº 574, de 10 de setembro de 1984;
Lei nº 575, de 10 de setembro de 1984;
Lei nº 578, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 579, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 580, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 581, de 20 de setembro de 1984;
Lei nº 582, de 28 de setembro de 1984;
Lei nº 584, de 28 de setembro de 1984;
Lei nº 585, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 586, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 587, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 589, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 590, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 591, de 30 de outubro de 1984;
Lei nº 592, de 19 de novembro de 1984;
Lei nº 593, de 19 de novembro de 1984;
Lei nº 595, de 3 de dezembro de 1984;
Lei nº 597, de 3 de dezembro de 1984;
Lei nº 598, de 21 de dezembro de 1984;
Lei nº 600, de 2 de janeiro de 1985;
Lei nº 601, de 10 de janeiro de 1985;
Lei nº 602, de 23 de abril de 1985;
Lei nº 603, de 23 de abril de 1985;
Lei nº 604, de 23 de abril de 1985;
Lei nº 605, de 6 de maio de 1985;
Lei nº 607, de 15 de maio de 1985;
Lei nº 608, de 15 de maio de 1985;
Lei nº 609, de 21 de maio de 1985;
Lei nº 611, de 5 de junho de 1985;
Lei nº 614, de 13 de agosto de 1985;
Lei nº 615, de 13 de agosto de 1985;
Lei nº 616, de 27 de agosto de 1985;
Lei nº 619, de 13 de setembro de 1985;
Lei nº 620, de 13 de setembro de 1985;
Lei nº 621, de 20 de setembro de 1985;
Lei nº 622, de 4 de outubro de 1985;
Lei nº 624, de 4 de outubro de 1985;
Lei nº 625, de 11 de outubro de 1985;
Lei nº 627, de 29 de outubro de 1985;
Lei nº 628, de 31 de outubro de 1985;
Lei nº 629, de 31 de outubro de 1985;
Lei nº 630, de 31 de outubro de 1985;
Lei nº 633, de 11 de novembro de 1985;
Lei nº 636, de 14 de novembro de 1985;
Lei nº 637, de 14 de novembro de 1985;
Lei nº 643, de 5 de dezembro de 1985;
Lei nº 650, de 17 de março de 1986;
Lei nº 651, de 18 de março de 1986;
Lei nº 654, de 1º de abril de 1986;
Lei nº 656, de 9 de abril de 1986;
Lei nº 658, de 9 de abril de 1986;
Lei nº 659, de 9 de abril de 1986;
Lei nº 662, de 30 de abril de 1986;
Lei nº 663, de 30 de abril de 1986;
Lei nº 666, de 27 de maio de 1986;
Lei nº 667, de 19 de maio de 1986;
Lei nº 669, de 29 de maio de 1986;
Lei nº 670, de 29 de maio de 1986;
Lei nº 671, de 29 de maio de 1986;
Lei nº 675, de 20 de junho de 1986;
Lei nº 677, de 20 de agosto de 1986;
Lei nº 678, de 27 de agosto de 1986;
Lei nº 680, de 2 de setembro de 1986;
Lei nº 681, de 20 de outubro de 1986;
Lei nº 683, de 18 de novembro de 1986;
Lei nº 687, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 688, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 690, de 2 de dezembro de 1986;
Lei nº 691, de 5 de dezembro de 1986;
Lei nº 693, de 15 de dezembro de 1986;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 443

Lei nº 694, de 15 de dezembro de 1986;
Lei nº 695, de 26 de janeiro de 1987;
Lei nº 696, de 26 de março de 1987;
Lei nº 697, de 26 de março de 1987;
Lei nº 698, de 31 de março de 1987;
Lei nº 699, de 8 de abril de 1987;
Lei nº 705, de 23 de abril de 1987;
Lei nº 706, de 23 de abril de 1987;
Lei nº 708, de 5 de junho de 1987;
Lei nº 709, de 10 de junho de 1987;
Lei nº 712, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 713, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 714, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 715, de 24 de junho de 1987;
Lei nº 716, de 1º de julho de 1987;
Lei nº 717, de 1º de julho de 1987;
Lei nº 718, de 1º de julho de 1987;
Lei nº 719, de 14 de julho de 1987;
Lei nº 720, de 27 de julho de 1987;
Lei nº 721, de 12 de agosto de 1987;
Lei nº 722, de 18 de agosto de 1987;
Lei nº 723, de 12 de agosto de 1987;
Lei nº 725, de 27 de agosto de 1987;
Lei nº 727, de 22 de setembro de 1987;
Lei nº 728, de 7 de outubro de 1987;
Lei nº 732, de 10 de novembro de 1987;
Lei nº 733, de 10 de novembro de 1987;
Lei nº 734, de 10 de novembro de 1987;
Lei nº 735, de 19 de novembro de 1987;
Lei nº 736, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 737, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 739, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 740, de 24 de novembro de 1987;
Lei nº 742, de 4 de dezembro de 1987;
Lei nº 743, de 2 de dezembro de 1987;
Lei nº 744, de 4 de dezembro de 1987;
Lei nº 745, de 4 de dezembro de 1987;
Lei nº 746, de 7 de dezembro de 1987;
Lei nº 747, de 7 de dezembro de 1987;
Lei nº 748, de 7 de dezembro de 1987;
Lei nº 750, de 9 de dezembro de 1987;
Lei nº 752, de 10 de dezembro de 1987;
Lei nº 753, de 16 de dezembro de 1987;
Lei nº 754, de 30 de dezembro de 1987;
Lei nº 755, de 30 de dezembro de 1987;
Lei nº 756, de 30 de dezembro de 1987;
Lei nº 758, de 22 de março de 1988;
Lei nº 759, de 22 de março de 1988;
Lei nº 760, de 22 de março de 1988;
Lei nº 761, de 30 de março de 1988;
Lei nº 762, de 30 de março de 1988;
Lei nº 764, de 30 de março de 1988;
Lei nº 765, de 7 de abril de 1988;
Lei nº 767, de 7 de abril de 1988;
Lei nº 768, de 26 de abril de 1988;
Lei nº 770, de 3 de maio de 1988;
Lei nº 771, de 3 de maio de 1988;
Lei nº 772, de 3 de maio de 1988;
Lei nº 773, de 17 de maio de 1988;
Lei nº 775, de 2 de junho de 1988;
Lei nº 776, de 23 de junho de 1988;
Lei nº 778, de 28 de junho de 1988;
Lei nº 779, de 28 de junho de 1988;
Lei nº 780, de 28 de junho de 1988;
Lei nº 781, de 30 de agosto de 1988;
Lei nº 787, de 5 de setembro de 1988;
Lei nº 788, de 21 de setembro de 1988;
Lei nº 789, de 26 de setembro de 1988;
Lei nº 791, de 4 de outubro de 1988;
Lei nº 792, de 4 de outubro de 1988;
Lei nº 793, de 4 de outubro de 1988;
Lei nº 798, de 28 de outubro de 1988;
Lei nº 800, de 3 de novembro de 1988;
Lei nº 801, de 3 de novembro de 1988;
Lei nº 803, de 28 de novembro de 1988;
Lei nº 805, de 30 de novembro de 1988;
Lei nº 806, de 30 de novembro de 1988;
Lei nº 808, de 6 de dezembro de 1988;
Lei nº 812, de 28 de dezembro de 1988;
Lei nº 1, de 10 de novembro de 1989;
Lei nº 813, de 11 de janeiro de 1989;
Lei nº 814, de 12 de janeiro de 1989;
Lei nº 815, de 13 de janeiro de 1989;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 444

Lei nº 820, de 8 de março de 1989;
Lei nº 821, de 8 de março de 1989;
Lei nº 822, de 4 de abril de 1989;
Lei nº 823, de 6 de abril de 1989;
Lei nº 825, de 6 de abril de 1989;
Lei nº 827, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 831, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 832, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 834, de 26 de abril de 1989;
Lei nº 836, de 8 de maio de 1989;
Lei nº 838, de 16 de maio de 1989;
Lei nº 839, de 17 de maio de 1989;
Lei nº 841, de 1º de junho de 1989;
Lei nº 846, de 1º de junho de 1989;
Lei nº 848, de 4 de julho de 1989;
Lei nº 849, de 4 de julho de 1989;
Lei nº 850, de 7 de julho de 1989;
Lei nº 851, de 11 de julho de 1989;
Lei nº 853, de 9 de agosto de 1989;
Lei nº 854, de 10 de agosto de 1989;
Lei nº 855, de 10 de agosto de 1989;
Lei nº 856, de 10 de agosto de 1989;
Lei nº 857, de 23 de agosto de 1989;
Lei nº 858, de 13 de setembro de 1989;
Lei nº 859, de 19 de setembro de 1989;
Lei nº 863, de 27 de setembro de 1989;
Lei nº 866, de 28 de setembro de 1989;
Lei nº 867, de 24 de outubro de 1989;
Lei nº 868, de 26 de outubro de 1989;
Lei nº 873, de 7 de novembro de 1989;
Lei nº 874, de 7 de novembro de 1989;
Lei nº 875, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 876, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 877, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 878, de 28 de novembro de 1989;
Lei nº 881, de 4 de dezembro de 1989;
Lei nº 882, de 7 de dezembro de 1989;
Lei nº 887, de 10 de janeiro de 1990;
Lei nº 895, de 3 de abril de 1990;
Lei nº 907, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 908, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 912, de 17 de abril de 1990;
Lei nº 915, de 24 de abril de 1990;
Lei nº 917, de 24 de abril de 1990;
Lei nº 918, de 24 de abril de 1990;
Lei nº 919, de 3 de maio de 1990;
Lei nº 920, de 3 de maio de 1990;
Lei nº 922, de 3 de maio de 1990;
Lei nº 927, de 15 de maio de 1990;
Lei nº 928, de 19 de junho de 1990;
Lei nº 930, de 28 de maio de 1990;
Lei nº 934, de 19 de junho de 1990;
Lei nº 935, de 1º de maio de 1990;
Lei nº 939, de 26 de junho de 1990;
Lei nº 940, de 2 de julho de 1990;
Lei nº 949, de 20 de julho de 1990;
Lei nº 950, de 2 de agosto de 1990;
Lei nº 953, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 954, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 956, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 957, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 958, de 13 de agosto de 1990;
Lei nº 960, de 21 de agosto de 1990;
Lei nº 964, de 30 de agosto de 1990;
Lei nº 965, de 6 de setembro de 1990;
Lei nº 967, de 10 de setembro de 1990;
Lei nº 968, de 10 de setembro de 1990;
Lei nº 976, de 4 de outubro de 1990;
Lei nº 977, de 10 de outubro de 1990;
Lei nº 979, de 10 de outubro de 1990;
Lei nº 982, de 11 de outubro de 1990;
Lei nº 983, de 11 de outubro de 1990;
Lei nº 984, de 23 de outubro de 1990;
Lei nº 986, de 23 de outubro de 1990;
Lei nº 987, de 23 de outubro de 1990;
Lei nº 989, de 7 de novembro de 1990;
Lei nº 990, de 13 de novembro de 1990;
Lei nº 994, de 21 de novembro de 1990;
Lei nº 995, de 21 de novembro de 1990;
Lei nº 998, de 6 de dezembro de 1990;
Lei nº 999, de 12 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.001, de 17 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.004, de 18 de dezembro de 1990;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 445

Lei nº 1.005, de 18 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.006, de 24 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.007, de 27 de dezembro de 1990;
Lei nº 1.011, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 1.015, de 7 de março de 1991;
Lei nº 1.016, de 12 de março de 1991;
Lei nº 1.017, de 13 de março de 1991;
Lei nº 1.019, de 18 de março de 1991;
Lei nº 1.029, de 17 de abril de 1991;
Lei nº 1.030, de 19 de abril de 1991;
Lei nº 1.034, de 30 de abril de 1991;
Lei nº 1.038, de 10 de maio de 1991;
Lei nº 1.047, de 3 de julho de 1991;
Lei nº 1.049, de 18 de julho de 1991;
Lei nº 1.050, de 18 de julho de 1991;
Lei nº 1.051, de 18 de julho de 1991;
Lei nº 1.057, de 22 de agosto de 1991;
Lei nº 1.060, de 18 de setembro de 1991;
Lei nº 1.062, de 27 de setembro de 1991;
Lei nº 1.064, de 8 de outubro de 1991;
Lei nº 1.066, de 8 de outubro de 1991;
Lei nº 1.077, de 19 de novembro de 1991;
Lei nº 1.079, de 26 de novembro de 1991;
Lei nº 1.080, de 26 de novembro de 1991;
Lei nº 1.085, de 27 de dezembro de 1991;
Lei nº 1.086, de 27 de dezembro de 1991;
Lei nº 1.088, de 4 de fevereiro de 1992;
Lei nº 1.089, de 25 de fevereiro de 1992;
Lei nº 1.090, de 25 de fevereiro de 1992;
Lei nº 1.091, de 9 de março de 1992;
Lei nº 1.093, de 10 de março de 1992;
Lei nº 1.095, de 17 de março de 1992;
Lei nº 1.097, de 26 de março de 1992;
Lei nº 1.101, de 8 de abril de 1992;
Lei nº 1.103, de 22 de abril de 1992;
Lei nº 1.105, de 22 de abril de 1992;
Lei nº 1.112, de 19 de maio de 1992;
Lei nº 1.113, de 27 de maio de 1992;
Lei nº 1.117, de 12 de junho de 1992;
Lei nº 1.119, de 16 de junho de 1992;
Lei nº 1.121, de 16 de junho de 1992;
Lei nº 1.127, de 15 de julho de 1992;
Lei nº 1.128, de 16 de julho de 1992;
Lei nº 1.134, de 24 de julho de 1992;
Lei nº 1.136, de 19 de agosto de 1992;
Lei nº 1.138, de 19 de agosto de 1992;
Lei nº 1.139, de 26 de agosto de 1992;
Lei nº 1.140, de 28 de agosto de 1992;
Lei nº 1.142, de 2 de setembro de 1992;
Lei nº 1.147, de 14 de setembro de 1992;
Lei nº 1.150, de 1º de outubro de 1992;
Lei nº 1.151, de 1º de outubro de 1992;
Lei nº 1.152, de 1º de outubro de 1992;
Lei nº 1.154, de 16 de outubro de 1992;
Lei nº 1.155, de 20 de outubro de 1992;
Lei nº 1.156, de 21 de outubro de 1992;
Lei nº 1.159, de 21 de outubro de 1992;
Lei nº 1.161, de 27 de outubro de 1992;
Lei nº 1.162, de 27 de outubro de 1992;
Lei nº 1.165, de 30 de outubro de 1992;
Lei nº 1.166, de 11 de novembro de 1992;
Lei nº 1.168, de 11 de novembro de 1992;
Lei nº 1.171, de 18 de novembro de 1992;
Lei nº 1.172, de 26 de novembro de 1992;
Lei nº 1.173, de 27 de novembro de 1992;
Lei nº 1.175, de 15 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.177, de 17 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.181, de 18 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.182, de 18 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.183, de 18 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.187, de 24 de dezembro de 1992;
Lei nº 1.190, de 8 de janeiro de 1993;
Lei nº 1.195, de 19 de fevereiro de 1993;
Lei nº 1.196, de 19 de fevereiro de 1993;
Lei nº 1.197, de 19 de fevereiro de 1993;
Lei nº 1.199, de 2 de março de 1993;
Lei nº 1.202, de 15 de março de 1993;
Lei nº 1.205, de 28 de abril de 1993;
Lei nº 1.212, de 7 de maio de 1993;
Lei nº 1.213, de 20 de maio de 1993;
Lei nº 1.215, de 28 de maio de 1993;
Lei nº 1.219, de 3 de junho de 1993;
Lei nº 1.220, de 8 de junho de 1993;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 446

Lei nº 1.223, de 17 de junho de 1993;
Lei nº 1.224, de 18 de junho de 1993;
Lei nº 1.227, de 1º de julho de 1993;
Lei nº 1.228, de 1º de julho de 1993;
Lei nº 1.231, de 5 de julho de 1993;
Lei nº 1.233, de 8 de julho de 1993;
Lei nº 1.236, de 11 de agosto de 1993;
Lei nº 1.237, de 17 de agosto de 1993;
Lei nº 1.239, de 27 de agosto de 1993;
Lei nº 1.240, de 31 de agosto de 1993;
Lei nº 1.242, de 2 de setembro de 1993;
Lei nº 1.244, de 13 de setembro de 1993;
Lei nº 1.246, de 17 de setembro de 1993;
Lei nº 1.247, de 20 de setembro de 1993;
Lei nº 1.249, de 30 de setembro de 1993;
Lei nº 1.251, de 14 de outubro de 1993;
Lei nº 1.257, de 5 de novembro de 1993;
Lei nº 1.258, de 10 de novembro de 1993;
Lei nº 1.259, de 17 de novembro de 1993;
Lei nº 1.264, de 3 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.265, de 26 de novembro de 1993;
Lei nº 1.272, de 16 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.274, de 20 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.280, de 23 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.281, de 23 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.282, de 27 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.283, de 27 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.284, de 28 de dezembro de 1993;
Lei nº 1.286, de 10 de janeiro de 1994;
Lei nº 1.289, de 18 de março de 1994;
Lei nº 1.290, de 18 de março de 1994;
Lei nº 1.292, de 29 de março de 1994;
Lei nº 1.301, de 9 de maio de 1994;
Lei nº 1.303, de 10 de maio de 1994;
Lei nº 1.305, de 16 de maio de 1994;
Lei nº 1.308, de 17 de junho de 1994;
Lei nº 1.309, de 17 de junho de 1994;
Lei nº 1.310, de 23 de junho de 1994;
Lei nº 1.311, de 24 de junho de 1994;
Lei nº 1.314, de 28 de junho de 1994;
Lei nº 1.317, de 6 de julho de 1994;
Lei nº 1.318, de 8 de julho de 1994;
Lei nº 1.324, de 29 de setembro de 1994;
Lei nº 1.325, de 29 de setembro de 1994;
Lei nº 1.326, de 3 de outubro de 1994;
Lei nº 1.327, de 5 de outubro de 1994;
Lei nº 1.335, de 29 de novembro de 1994;
Lei nº 1.338, de 2 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.341, de 7 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.342, de 15 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.344, de 15 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.346, de 29 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.347, de 29 de dezembro de 1994;
Lei nº 1.353, de 24 de março de 1995;
Lei nº 1.354, de 29 de março de 1995;
Lei nº 1.355, de 12 de abril de 1995;
Lei nº 1.357, de 24 de abril de 1995;
Lei nº 1.358, de 2 de maio de 1995;
Lei nº 1.361, de 31 de maio de 1995;
Lei nº 1.363, de 8 de junho de 1995;
Lei nº 1.364, de 7 de junho de 1995;
Lei nº 1.365, de 14 de junho de 1995;
Lei nº 1.366, de 22 de junho de 1995;
Lei nº 1.367, de 26 de junho de 1995;
Lei nº 1.370, de 11 de julho de 1995;
Lei nº 1.378, de 28 de julho de 1995;
Lei nº 1.379, de 18 de agosto de 1995;
Lei nº 1.380, de 29 de agosto de 1995;
Lei nº 1.382, de 25 de setembro de 1995;
Lei nº 1.387, de 17 de outubro de 1995;
Lei nº 1.392, de 6 de novembro de 1995;
Lei nº 1.393, de 9 de novembro de 1995;
Lei nº 1.398, de 16 de novembro de 1995;
Lei nº 1.401, de 5 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.405, de 8 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.406, de 8 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.409, de 12 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.410, de 13 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.411, de 13 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.412, de 13 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.414, de 22 de dezembro de 1995;
Lei nº 1.426, de 1º de março de 1996;
Lei nº 1.427, de 7 de março de 1996;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 447

Lei nº 1.432, de 2 de abril de 1996;
Lei nº 1.433, de 2 de abril de 1996;
Lei nº 1.434, de 15 de abril de 1996;
Lei nº 1.437, de 7 de maio de 1996;
Lei nº 1.440, de 9 de maio de 1996;
Lei nº 1.441, de 9 de maio de 1996;
Lei nº 1.443, de 29 de maio de 1996;
Lei nº 1.448, de 12 de junho de 1996;
Lei nº 1.452, de 18 de junho de 1996;
Lei nº 1.455, de 21 de junho de 1996;
Lei nº 1.463, de 28 de junho de 1996;
Lei nº 1.464, de 28 de junho de 1996;
Lei nº 1.465, de 3 de julho de 1996;
Lei nº 1.468, de 5 de julho de 1996;
Lei nº 1.475, de 15 de julho de 1996;
Lei nº 1.476, de 16 de julho de 1996;
Lei nº 1.478, de 18 de julho de 1996;
Lei nº 1.480, de 12 de agosto de 1996;
Lei nº 1.481, de 14 de agosto de 1996;
Lei nº 1.483, de 23 de agosto de 1996;
Lei nº 1.485, de 26 de agosto de 1996;
Lei nº 1.489, de 4 de setembro de 1996;
Lei nº 1.497, de 27 de setembro de 1996;
Lei nº 1.502, de 9 de outubro de 1996;
Lei nº 1.506, de 22 de outubro de 1996;
Lei nº 1.509, de 4 de novembro de 1996;
Lei nº 1.516, de 28 de novembro de 1996;
Lei nº 1.525, de 6 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.527, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.528, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.532, de 18 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.536, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.537, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.538, de 23 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.547, de 30 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.550, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 1.557, de 20 de janeiro de 1997;
Lei nº 1.558, de 4 de fevereiro de 1997;
Lei nº 1.561, de 4 de março de 1997;
Lei nº 1.565, de 14 de março de 1997;
Lei nº 1.567, de 24 de março de 1997;
Lei nº 1.569, de 26 de março de 1997;
Lei nº 1.570, de 31 de março de 1997;
Lei nº 1.573, de 1º de abril de 1997;
Lei nº 1.579, de 11 de abril de 1997;
Lei nº 1.580, de 15 de abril de 1997;
Lei nº 1.591, de 16 de maio de 1997;
Lei nº 1.593, de 20 de maio de 1997;
Lei nº 1.598, de 28 de maio de 1997;
Lei nº 1.599, de 28 de maio de 1997;
Lei nº 1.600, de 28 de maio de 1997;
Lei nº 1.602, de 16 de junho de 1997;
Lei nº 1.604, de 19 de junho de 1997;
Lei nº 1.605, de 19 de junho de 1997;
Lei nº 1.607, de 19 de junho de 1997;
Lei nº 1.611, de 20 de junho de 1997;
Lei nº 1.612, de 20 de junho de 1997;
Lei nº 1.614, de 24 de junho de 1997;
Lei nº 1.615, de 24 de junho de 1997;
Lei nº 1.616, de 25 de junho de 1997;
Lei nº 1.621, de 4 de julho de 1997;
Lei nº 1.627, de 14 de julho de 1997;
Lei nº 1.631, de 15 de julho de 1997;
Lei nº 1.634, de 25 de julho de 1997;
Lei nº 1.635, de 25 de julho de 1997;
Lei nº 1.638, de 19 de agosto de 1997;
Lei nº 1.639, de 25 de agosto de 1997;
Lei nº 1.640, de 28 de agosto de 1997;
Lei nº 1.641, de 28 de agosto de 1997;
Lei nº 1.643, de 4 de setembro de 1997;
Lei nº 1.648, de 15 de setembro de 1997;
Lei nº 1.653, de 19 de setembro de 1997;
Lei nº 1.656, de 30 de setembro de 1997;
Lei nº 1.664, de 9 de outubro de 1997;
Lei nº 1.669, de 27 de outubro de 1997;
Lei nº 1.670, de 27 de outubro de 1997;
Lei nº 1.671, de 29 de outubro de 1997;
Lei nº 1.672, de 30 de outubro de 1997;
Lei nº 1.673, de 30 de outubro de 1997;
Lei nº 1.674, de 5 de novembro de 1997;
Lei nº 1.679, de 26 de novembro de 1997;
Lei nº 1.684, de 9 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.689, de 15 de dezembro de 1997;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 943
E

Lei nº 1.692, de 17 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.693, de 18 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.695, de 19 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.697, de 23 de dezembro de 1997;
Lei nº 1.700, de 9 de janeiro de 1998;
Lei nº 1.702, de 19 de fevereiro de 1998;
Lei nº 1.704, de 3 de março de 1998;
Lei nº 1.705, de 9 de março de 1998;
Lei nº 1.707, de 30 de março de 1998;
Lei nº 1.708, de 1º de abril de 1998;
Lei nº 1.710, de 23 de abril de 1998;
Lei nº 1.713, de 6 de maio de 1998;
Lei nº 1.716, de 12 de maio de 1998;
Lei nº 1.719, de 25 de maio de 1998;
Lei nº 1.720, de 27 de maio de 1998;
Lei nº 1.722, de 27 de maio de 1998;
Lei nº 1.723, de 1º de junho de 1998;
Lei nº 1.724, de 8 de junho de 1998;
Lei nº 1.725, de 8 de junho de 1998;
Lei nº 1.726, de 10 de junho de 1998;
Lei nº 1.729, de 15 de junho de 1998;
Lei nº 1.730, de 17 de junho de 1998;
Lei nº 1.731, de 22 de junho de 1998;
Lei nº 1.732, de 22 de junho de 1998;
Lei nº 1.735, de 1º de julho de 1998;
Lei nº 1.736, de 1º de julho de 1998;
Lei nº 1.737, de 1º de julho de 1998;
Lei nº 1.739, de 6 de julho de 1998;
Lei nº 1.741, de 6 de julho de 1998;
Lei nº 1.745, de 14 de julho de 1998;
Lei nº 1.752, de 31 de agosto de 1998;
Lei nº 1.755, de 4 de setembro de 1998;
Lei nº 1.758, de 10 de setembro de 1998;
Lei nº 1.759, de 14 de setembro de 1998;
Lei nº 1.760, de 14 de setembro de 1998;
Lei nº 1.761, de 17 de setembro de 1998;
Lei nº 1.763, de 18 de setembro de 1998;
Lei nº 1.769, de 20 de outubro de 1998;
Lei nº 1.770, de 21 de outubro de 1998;
Lei nº 1.772, de 3 de novembro de 1998;
Lei nº 1.773, de 11 de novembro de 1998;
Lei nº 1.776, de 20 de novembro de 1998;
Lei nº 1.779, de 25 de novembro de 1998;
Lei nº 1.790, de 10 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.793, de 15 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.795, de 23 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.796, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.797, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.798, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.799, de 28 de dezembro de 1998;
Lei nº 1.803, de 11 de fevereiro de 1999;
Lei nº 1.806, de 11 de março de 1999;
Lei nº 1.807, de 12 de março de 1999;
Lei nº 1.808, de 15 de março de 1999;
Lei nº 1.809, de 15 de março de 1999;
Lei nº 1.811, de 22 de março de 1999;
Lei nº 1.813, de 30 de março de 1999;
Lei nº 1.814, de 30 de março de 1999;
Lei nº 1.815, de 22 de abril de 1999;
Lei nº 1.816, de 22 de abril de 1999;
Lei nº 1.818, de 22 de abril de 1999;
Lei nº 1.819, de 23 de abril de 1999;
Lei nº 1.820, de 28 de abril de 1999;
Lei nº 1.823, de 2 de maio de 1999;
Lei nº 1.825, de 12 de maio de 1999;
Lei nº 1.827, de 26 de maio de 1999;
Lei nº 1.830, de 1º de junho de 1999;
Lei nº 1.831, de 1º de junho de 1999;
Lei nº 1.835, de 24 de junho de 1999;
Lei nº 1.839, de 1º de julho de 1999;
Lei nº 1.841, de 5 de julho de 1999;
Lei nº 1.842, de 5 de julho de 1999;
Lei nº 1.844, de 5 de julho de 1999;
Lei nº 1.847, de 14 de julho de 1999;
Lei nº 1.848, de 14 de julho de 1999;
Lei nº 1.853, de 30 de agosto de 1999;
Lei nº 1.854, de 30 de agosto de 1999;
Lei nº 1.858, de 10 de setembro de 1999;
Lei nº 1.860, de 13 de setembro de 1999;
Lei nº 1.861, de 15 de setembro de 1999;
Lei nº 1.863, de 20 de setembro de 1999;
Lei nº 1.874, de 3 de novembro de 1999;
Lei nº 1.876, de 9 de novembro de 1999;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 449

Lei nº 1.877, de 10 de novembro de 1999;
Lei nº 1.888, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.890, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.891, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.892, de 21 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.893, de 21 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.895, de 24 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.896, de 27 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.897, de 28 de dezembro de 1999;
Lei nº 1.900, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.901, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.902, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.903, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.907, de 17 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.908, de 25 de fevereiro de 2000;
Lei nº 1.909, de 3 de março de 2000;
Lei nº 1.911, de 14 de março de 2000;
Lei nº 1.913, de 24 de março de 2000;
Lei nº 1.914, de 27 de março de 2000;
Lei nº 1.915, de 29 de março de 2000;
Lei nº 1.922, de 19 de abril de 2000;
Lei nº 1.923, de 24 de abril de 2000;
Lei nº 1.924, de 25 de abril de 2000;
Lei nº 1.926, de 2 de maio de 2000;
Lei nº 1.927, de 9 de maio de 2000;
Lei nº 1.928, de 17 de maio de 2000;
Lei nº 1.930, de 24 de maio de 2000;
Lei nº 1.932, de 30 de maio de 2000;
Lei nº 1.935, de 6 de junho de 2000;
Lei nº 1.938, de 26 de junho de 2000;
Lei nº 1.942, de 3 de julho de 2000;
Lei nº 1.943, de 4 de julho de 2000;
Lei nº 1.944, de 4 de julho de 2000;
Lei nº 1.949, de 17 de julho de 2000;
Lei nº 1.951, de 7 de agosto de 2000;
Lei nº 1.958, de 25 de agosto de 2000;
Lei nº 1.962, de 4 de setembro de 2000;
Lei nº 1.963, de 4 de setembro de 2000;
Lei nº 1.967, de 18 de setembro de 2000;
Lei nº 1.971, de 21 de setembro de 2000;
Lei nº 1.978, de 31 de outubro de 2000;
Lei nº 1.979, de 31 de outubro de 2000;
Lei nº 1.980, de 1º de novembro de 2000;
Lei nº 1.981, de 1º de novembro de 2000;
Lei nº 1.984, de 24 de novembro de 2000;
Lei nº 1.988, de 11 de dezembro de 2000;
Lei nº 1.989, de 11 de dezembro de 2000;
Lei nº 1.992, de 19 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.001, de 20 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.002, de 20 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.003, de 20 de dezembro de 2000;
Lei nº 2.013, de 2 de março de 2001;
Lei nº 2.014, de 8 de março de 2001;
Lei nº 2.016, de 28 de março de 2001;
Lei nº 2.017, de 28 de março de 2001;
Lei nº 2.018, de 29 de março de 2001;
Lei nº 2.019, de 29 de março de 2001;
Lei nº 2.022, de 16 de abril de 2001;
Lei nº 2.027, de 26 de abril de 2001;
Lei nº 2.029, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.030, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.031, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.032, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.033, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.034, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.035, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.036, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.037, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.038, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.040, de 27 de abril de 2001;
Lei nº 2.043, de 18 de maio de 2001;
Lei nº 2.044, de 1º de junho de 2001;
Lei nº 2.045, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.046, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.047, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.048, de 4 de junho de 2001;
Lei nº 2.050, de 8 de junho de 2001;
Lei nº 2.051, de 13 de junho de 2001;
Lei nº 2.052, de 13 de junho de 2001;
Lei nº 2.053, de 13 de junho de 2001;
Lei nº 2.054, de 19 de junho de 2001;
Lei nº 2.056, de 2 de julho de 2001;
Lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001;

Câmara Mun. do Pato Branco
Fls 450

Lei nº 2.060, de 11 de julho de 2001;
Lei nº 2.062, de 14 de agosto de 2001;
Lei nº 2.063, de 22 de agosto de 2001;
Lei nº 2.064, de 28 de agosto de 2001;
Lei nº 2.067, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.068, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.069, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.070, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.071, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.072, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.073, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.074, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.075, de 10 de setembro de 2001;
Lei nº 2.080, de 8 de outubro de 2001;
Lei nº 2.081, de 9 de outubro de 2001;
Lei nº 2.082, de 9 de outubro de 2001;
Lei nº 2.083, de 9 de outubro de 2001;
Lei nº 2.089, de 19 de outubro de 2001;
Lei nº 2.092, de 7 de novembro de 2001;
Lei nº 2.095, de 13 de novembro de 2001;
Lei nº 2.097, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.098, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.099, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.100, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.101, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.102, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.103, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.104, de 19 de novembro de 2001;
Lei nº 2.109, de 17 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.110, de 17 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.112, de 26 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.117, de 27 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.122, de 28 de dezembro de 2001;
Lei nº 2.128, de 23 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.129, de 28 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.130, de 31 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.131, de 31 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.132, de 31 de janeiro de 2002;
Lei nº 2.136, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.137, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.138, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.139, de 15 de março de 2002;
Lei nº 2.140, de 18 de março de 2002;
Lei nº 2.141, de 18 de março de 2002;
Lei nº 2.142, de 20 de março de 2002;
Lei nº 2.144, de 2 de abril de 2002;
Lei nº 2.147, de 16 de abril de 2002;
Lei nº 2.148, de 16 de abril de 2002;
Lei nº 2.149, de 16 de abril de 2002;
Lei nº 2.151, de 26 de abril de 2002;
Lei nº 2.152, de 29 de abril de 2002;
Lei nº 2.153, de 6 de maio de 2002;
Lei nº 2.156, de 24 de maio de 2002;
Lei nº 2.157, de 3 de junho de 2002;
Lei nº 2.159, de 10 de junho de 2002;
Lei nº 2.160, de 26 de junho de 2002;
Lei nº 2.161, de 26 de junho de 2002;
Lei nº 2.162, de 26 de junho de 2002;
Lei nº 2.164, de 1º de julho de 2002;
Lei nº 2.165, de 1º de julho de 2002;
Lei nº 2.166, de 2 de julho de 2002;
Lei nº 2.167, de 3 de julho de 2002;
Lei nº 2.168, de 3 de julho de 2002;
Lei nº 2.169, de 8 de julho de 2002;
Lei nº 2.170, de 8 de julho de 2002;
Lei nº 2.171, de 10 de julho de 2002;
Lei nº 2.174, de 20 de agosto de 2002;
Lei nº 2.175, de 22 de agosto de 2002;
Lei nº 2.176, de 22 de agosto de 2002;
Lei nº 2.177, de 22 de agosto de 2002;
Lei nº 2.180, de 26 de agosto de 2002;
Lei nº 2.181, de 28 de agosto de 2002;
Lei nº 2.182, de 30 de agosto de 2002;
Lei nº 2.183, de 9 de setembro de 2002;
Lei nº 2.185, de 7 de outubro de 2002;
Lei nº 2.188, de 15 de outubro de 2002;
Lei nº 2.190, de 25 de outubro de 2002;
Lei nº 2.191, de 5 de novembro de 2002;
Lei nº 2.196, de 12 de novembro de 2002;
Lei nº 2.197, de 12 de novembro de 2002;
Lei nº 2.198, de 12 de novembro de 2002;
Lei nº 2.202, de 25 de novembro de 2002;
Lei nº 2.204, de 26 de novembro de 2002;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 451

Lei nº 2.205, de 3 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.207, de 4 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.208, de 4 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.211, de 18 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.217, de 23 de dezembro de 2002;
Lei nº 2.220, de 17 de fevereiro de 2003;
Lei nº 2.224, de 24 de março de 2003;
Lei nº 2.225, de 24 de março de 2003;
Lei nº 2.230, de 26 de março de 2003;
Lei nº 2.231, de 31 de março de 2003;
Lei nº 2.233, de 4 de abril de 2003;
Lei nº 2.234, de 8 de abril de 2003;
Lei nº 2.237, de 11 de abril de 2003;
Lei nº 2.240, de 24 de abril de 2003;
Lei nº 2.241, de 28 de abril de 2003
Lei nº 2.242, de 28 de abril de 2003
Lei nº 2.243, de 28 de abril de 2003
Lei nº 2.244, de 28 de abril de 2003
Lei nº 2.245, de 30 de abril de 2003
Lei nº 2.246, de 30 de abril de 2003
Lei nº 2.247, de 2 de maio de 2003
Lei nº 2.248, de 7 de maio de 2003;
Lei nº 2.250, de 15 de maio de 2003;
Lei nº 2.253, de 26 de maio de 2003;
Lei nº 2.260, de 17 de junho de 2003;
Lei nº 2.264, de 30 de junho de 2003;
Lei nº 2.266, de 3 de julho de 2003;
Lei nº 2.267, de 3 de julho de 2003;
Lei nº 2.268, de 3 de julho de 2003;
Lei nº 2.274, de 18 de julho de 2003;
Lei nº 2.277, de 16 de setembro de 2003;
Lei nº 2.279, de 25 setembro de 2003;
Lei nº 2.280, de 25 setembro de 2003;
Lei nº 2.288, de 22 de outubro de 2003;
Lei nº 2.298, de 1º de dezembro de 2003;
Lei nº 2.299, de 1º de dezembro de 2003;
Lei nº 2.305, de 18 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.306, de 22 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.307, de 22 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.310, de 29 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.311, de 29 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.312, de 29 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.313, de 31 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.314, de 31 de dezembro de 2003;
Lei nº 2.315, de 23 de janeiro de 2004;
Lei nº 2.317, de 25 de fevereiro de 2004;
Lei nº 2.318, de 27 de fevereiro de 2004;
Lei nº 2.319, de 27 de fevereiro de 2004;
Lei nº 2.321, de 10 de março de 2004;
Lei nº 2.322, de 19 de março de 2004;
Lei nº 2.324, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.325, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.326, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.327, de 1º de abril de 2004;
Lei nº 2.334, de 10 de maio de 2004;
Lei nº 2.336, de 12 de maio de 2004;
Lei nº 2.342, de 7 de junho de 2004;
Lei nº 2.346, de 15 de junho de 2004;
Lei nº 2.350, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.351, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.352, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.353, de 18 de junho de 2004;
Lei nº 2.354, de 23 de junho de 2004;
Lei nº 2.358, de 5 de julho de 2004;
Lei nº 2.359, de 5 de julho de 2004;
Lei nº 2.365, de 14 de julho de 2004;
Lei nº 2.371, de 26 de agosto de 2004;
Lei nº 2.372, de 26 de agosto de 2004;
Lei nº 2.373, de 6 de setembro de 2004;
Lei nº 2.385, de 5 de novembro de 2004;
Lei nº 2.388, de 10 de novembro de 2004;
Lei nº 2.391, de 16 de novembro de 2004;
Lei nº 2.392, de 16 de novembro de 2004;
Lei nº 2.393, de 16 de novembro de 2004;
Lei nº 2.399, de 13 de dezembro de 2004;
Lei nº 2.418, de 21 de janeiro de 2005;
Lei nº 2.419, de 21 de janeiro de 2005;
Lei nº 2.420, de 26 de janeiro de 2005;
Lei nº 2.421, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.422, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.423, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.424, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.425, de 21 de fevereiro de 2005;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 452

Lei nº 2.426, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.427, de 21 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.429, de 22 de fevereiro de 2005;
Lei nº 2.430, de 7 de março de 2005;
Lei nº 2.434, de 11 de março de 2005;
Lei nº 2.435, de 11 de março de 2005;
Lei nº 2.436, de 11 de março de 2005;
Lei nº 2.438, de 29 de março de 2005;
Lei nº 2.443, de 5 de abril de 2005;
Lei nº 2.446, de 25 de abril de 2005;
Lei nº 2.447, de 25 de abril de 2005;
Lei nº 2.452, de 11 de maio de 2005;
Lei nº 2.454, de 11 de maio de 2005;
Lei nº 2.455, de 17 de maio de 2005;
Lei nº 2.456, de 17 de maio de 2005;
Lei nº 2.458, de 25 de maio de 2005;
Lei nº 2.460, de 7 de junho de 2005;
Lei nº 2.468, de 28 de junho de 2005;
Lei nº 2.469, de 28 de junho de 2005;
Lei nº 2.470, de 28 de junho de 2005;
Lei nº 2.474, de 14 de julho de 2005;
Lei nº 2.475, de 14 de julho de 2005;
Lei nº 2.478, de 15 de julho de 2005;
Lei nº 2.479, de 19 de julho de 2005;
Lei nº 2.480, de 19 de julho de 2005;
Lei nº 2.487, de 9 de agosto de 2005;
Lei nº 2.492, de 16 de agosto de 2005;
Lei nº 2.496, de 19 de agosto de 2005;
Lei nº 2.497, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.498, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.499, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.500, de 29 de agosto de 2005;
Lei nº 2.506, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.507, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.508, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.509, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.510, de 13 de setembro de 2005;
Lei nº 2.511, de 19 de setembro de 2005;
Lei nº 2.516, de 20 de setembro de 2005;
Lei nº 2.519, de 20 de setembro de 2005;
Lei nº 2.529, de 4 de outubro de 2005;
Lei nº 2.532, de 5 de outubro de 2005;
Lei nº 2.540, de 21 de outubro de 2005;
Lei nº 2.541, de 25 de outubro de 2005;
Lei nº 2.549, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.550, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.551, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.552, de 11 de novembro de 2005;
Lei nº 2.553, de 18 de novembro de 2005;
Lei nº 2.554, de 18 de novembro de 2005;
Lei nº 2.555, de 18 de novembro de 2005;
Lei nº 2.557, de 28 de novembro de 2005;
Lei nº 2.558, de 30 de novembro de 2005;
Lei nº 2.566, de 19 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.567, de 19 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.570, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.571, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.572, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.573, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.574, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.575, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.577, de 21 de dezembro de 2005;
Lei nº 2.579, de 18 de janeiro de 2006;
Lei nº 2.580, de 25 de janeiro de 2006;
Lei nº 2.581, de 25 de janeiro de 2006;
Lei nº 2.582, de 30 de janeiro de 2006;
Lei nº 2.583, de 7 de fevereiro de 2006;
Lei nº 2.587, de 10 de março de 2006;
Lei nº 2.588, de 10 de março de 2006;
Lei nº 2.589, de 10 de março de 2006;
Lei nº 2.590, de 15 de março de 2006;
Lei nº 2.593, de 20 de março de 2006;
Lei nº 2.594, de 20 de março de 2006;
Lei nº 2.598, de 28 de março de 2006;
Lei nº 2.600, de 30 de março de 2006;
Lei nº 2.602, de 31 de março de 2006;
Lei nº 2.603, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.604, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.605, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.606, de 4 de abril de 2006;
Lei nº 2.609, de 17 de abril de 2006;
Lei nº 2.610, de 17 de abril de 2006;
Lei nº 2.612, de 17 de abril de 2006;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 453

Lei nº 2.618, de 4 de maio de 2006;
Lei nº 2.619, de 4 de maio de 2006;
Lei nº 2.622, de 12 de maio de 2006;
Lei nº 2.623, de 24 de maio de 2006;
Lei nº 2.625, de 1º de junho de 2006;
Lei nº 2.628, de 2 de junho de 2006;
Lei nº 2.634, de 20 de junho de 2006;
Lei nº 2.635, de 20 de junho de 2006;
Lei nº 2.637, de 20 de junho de 2006;
Lei nº 2.638, de 21 de junho de 2006;
Lei nº 2.640, de 26 de junho de 2006;
Lei nº 2.641, de 28 de junho de 2006;
Lei nº 2.644, de 4 de julho de 2006;
Lei nº 2.645, de 4 de julho de 2006;
Lei nº 2.649, de 11 de julho de 2006;
Lei nº 2.653, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.654, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.655, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.656, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.657, de 18 de julho de 2006;
Lei nº 2.659, de 15 de agosto de 2006;
Lei nº 2.662, de 22 de agosto de 2006;
Lei nº 2.663, de 22 de agosto de 2006;
Lei nº 2.664, de 23 de agosto de 2006;
Lei nº 2.665, de 23 de agosto de 2006;
Lei nº 2.667, de 25 de agosto de 2006;
Lei nº 2.668, de 29 de agosto de 2006;
Lei nº 2.669, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.670, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.671, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.672, de 31 de agosto de 2006;
Lei nº 2.673, de 1º de setembro de 2006;
Lei nº 2.674, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.675, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.676, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.677, de 1° de setembro de 2006;
Lei nº 2.678, de 13 de setembro de 2006;
Lei nº 2.680, de 20 de setembro de 2006;
Lei nº 2.681, de 25 de setembro de 2006;
Lei nº 2.682, de 25 de setembro de 2006;
Lei nº 2.683, de 29 de setembro de 2006;
Lei nº 2.684, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.685, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.686, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.687, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.688, de 11 de outubro de 2006;
Lei nº 2.689, de 18 de outubro de 2006;
Lei nº 2.690, de 18 de outubro de 2006;
Lei nº 2.692, de 20 de outubro de 2006;
Lei nº 2.694, de 27 de outubro de 2006;
Lei nº 2.695, de 27 de outubro de 2006;
Lei nº 2.697, de 7 de novembro de 2006;
Lei nº 2.700, de 21 de novembro de 2006;
Lei nº 2.702, de 21 de novembro de 2006;
Lei nº 2.704, de 27 de novembro de 2006;
Lei nº 2.705, de 27 de novembro de 2006;
Lei nº 2.710, de 11 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.711, de 15 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.712, de 15 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.713, de 15 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.714, de 21 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.718, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.719, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.720, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.721, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.722, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.723, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.725, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.726, de 26 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.727, de 28 de dezembro de 2006;
Lei nº 2.729, de 23 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.730, de 23 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.731, de 24 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.732, de 24 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.733, de 24 de janeiro de 2007;
Lei nº 2.735, de 13 de fevereiro de 2007;
Lei nº 2.736, de 21 de fevereiro de 2007;
Lei nº 2.737, de 23 de fevereiro de 2007;
Lei nº 2.738, de 7 de março de 2007;
Lei nº 2.739, de 7 de março de 2007;
Lei nº 2.740, de 7 de março de 2007;
Lei nº 2.742, de 13 de março de 2007;
Lei nº 2.744, de 20 de março de 2007;

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls 454

Lei nº 2.745, de 22 de março de 2007;
Lei nº 2.746, de 27 de março de 2007;
Lei nº 2.749, de 2 de abril de 2007;
Lei nº 2.750, de 10 de abril de 2007;
Lei nº 2.751, de 10 de abril de 2007;
Lei nº 2.752, de 10 de abril de 2007;
Lei nº 2.753, de 13 de abril de 2007;
Lei nº 2.755, de 20 de abril de 2007;
Lei nº 2.756, de 20 de abril de 2007;
Lei nº 2.757, de 30 de abril de 2007;
Lei nº 2.758, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.759, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.760, de 30 de abril de 2007;
Lei nº 2.761, de 30 de abril de 2007;
Lei nº 2.762, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.763, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.764, de 27 de abril de 2007;
Lei nº 2.765, de 7 de maio de 2007;
Lei nº 2.767, de 11 de maio de 2007;
Lei nº 2.768, de 16 de maio de 2007;
Lei nº 2.772, de 29 de maio de 2007;
Lei nº 2.775, de 29 de maio de 2007;
Lei nº 2.776, de 29 de maio de 2007;
Lei nº 2.779, de 6 de junho de 2007;
Lei nº 2.781, de 14 de junho de 2007;
Lei nº 2.783, de 19 de junho de 2007;
Lei nº 2.785, de 27 de junho de 2007;
Lei nº 2.786, de 4 de julho de 2007;
Lei nº 2.787, de 4 de julho de 2007;
Lei nº 2.788, de 4 de julho de 2007;
Lei nº 2.792, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.793, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.794, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.796, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.797, de 6 de julho de 2007;
Lei nº 2.800, de 12 de julho de 2007;
Lei nº 2.801, de 12 de julho de 2007;
Lei nº 2.803, de 13 de julho de 2007;
Lei nº 2.809, de 17 de julho de 2007;
Lei nº 2.810, de 19 de julho de 2007;
Lei nº 2.811, de 19 de julho de 2007;
Lei nº 2.812, de 24 de julho de 2007;
Lei nº 2.815, de 3 de agosto de 2007;
Lei nº 2.816, de 3 de agosto de 2007;
Lei nº 2.817, de 3 de agosto de 2007;
Lei nº 2.819, de 10 de agosto de 2007;
Lei nº 2.820, de 10 de agosto de 2007;
Lei nº 2.824, de 24 de agosto de 2007;
Lei nº 2.828, de 5 de setembro de 2007;
Lei nº 2.830, de 11 de setembro de 2007;
Lei nº 2.831, de 12 de setembro de 2007;
Lei nº 2.833, de 18 de setembro de 2007;
Lei nº 2.836, de 21 de setembro de 2007;
Lei nº 2.837, de 25 de setembro de 2007;
Lei nº 2.838, de 25 de setembro de 2007;
Lei nº 2.840, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.841, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.842, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.843, de 9 de outubro de 2007;
Lei nº 2.848, de 10 de outubro de 2007;
Lei nº 2.850, de 23 de outubro de 2007;
Lei nº 2.851, de 23 de outubro de 2007;
Lei nº 2.854, de 29 de outubro de 2007;
Lei nº 2.856, de 30 de outubro de 2007;
Lei nº 2.857, de 30 de outubro de 2007;
Lei nº 2.858, de 30 de outubro de 2007;
Lei nº 2.859, de 7 de novembro de 2007;
Lei nº 2.860, de 7 de novembro de 2007;
Lei nº 2.861, de 13 de novembro de 2007;
Lei nº 2.864, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.863, de 14 de novembro de 2007;
Lei nº 2.865, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.869, de 19 de novembro de 2007;
Lei nº 2.871, de 20 de novembro de 2007;
Lei nº 2.872, de 20 de novembro de 2007;
Lei nº 2.875, de 28 de novembro de 2007;
Lei nº 2.876, de 5 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.877, de 5 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.878, de 5 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.881, de 7 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.882, de 7 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.884, de 12 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.885, de 18 de dezembro de 2007;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 455

Lei nº 2.886, de 18 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.888, de 18 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.890, de 18 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.892, de 20 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.893, de 26 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.896, de 26 de dezembro de 2007;
Lei nº 2.898, de 21 de fevereiro de 2008;
Lei nº 2.899, de 22 de fevereiro de 2008;
Lei nº 2.903, de 12 de março de 2008;
Lei nº 2.904, de 12 de março de 2008;
Lei nº 2.907, de 19 de março de 2008;
Lei nº 2.908, de 19 de março de 2008;
Lei nº 2.911, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.912, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.913, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.914, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.915, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.916, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.917, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.918, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.919, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.920, de 20 de março de 2008;
Lei nº 2.921, de 25 de março de 2008;
Lei nº 2.922, de 25 de março de 2008;
Lei nº 2.924, de 1º de abril de 2008;
Lei nº 2.925, de 1º de abril de 2008;
Lei nº 2.926, de 1º de abril de 2008;
Lei nº 2.927, de 1º de abril de 2008;
Lei nº 2.928, de 1º de abril de 2008;
Lei nº 2.929, de 7 de abril de 2008;
Lei nº 2.930, de 7 de abril de 2008;
Lei nº 2.931, de 7 de abril de 2008;
Lei nº 2.932, de 11 de abril de 2008;
Lei nº 2.933, de 11 de abril de 2008;
Lei nº 2.935, de 11 de abril de 2008;
Lei nº 2.936, de 17 de abril de 2008;
Lei nº 2.938, de 18 de abril de 2008;
Lei nº 2.939, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.940, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.941, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.942, de 29 de abril de 2008;
Lei nº 2.946, de 13 de maio de 2008;
Lei nº 2.948, de 13 de maio de 2008;
Lei nº 2.950, de 13 de maio de 2008;
Lei nº 2.951, de 21 de maio de 2008;
Lei nº 2.952, de 21 de maio de 2008;
Lei nº 2.953, de 21 de maio de 2008;
Lei nº 2.955, de 30 de maio de 2008;
Lei nº 2.960, de 4 de junho de 2008;
Lei nº 2.961, de 4 de junho de 2008;
Lei nº 2.966, de 5 de junho de 2008;
Lei nº 2.967, de 5 de junho de 2008;
Lei nº 2.969, de 11 de junho de 2008;
Lei nº 2.974, de 19 de junho de 2008;
Lei nº 2.975, de 19 de junho de 2008;
Lei nº 2.977, de 19 de junho de 2008;
Lei nº 2.978, de 19 de junho de 2008;
Lei nº 2.979, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.980, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.981, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.982, de 25 de junho de 2008;
Lei nº 2.984, de 27 de junho de 2008;
Lei nº 2.985, de 27 de junho de 2008;
Lei nº 2.986, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.987, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.988, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.989, de 7 de julho de 2008;
Lei nº 2.990, de 10 de julho de 2008;
Lei nº 2.992, de 10 de julho de 2008;
Lei nº 2.995, de 22 de julho de 2008;
Lei nº 2.996, de 22 de julho de 2008;
Lei nº 2.997, de 5 de agosto de 2008;
Lei nº 2.998, de 5 de agosto de 2008;
Lei nº 3.000, de 15 de agosto de 2008;
Lei nº 3.001, de 19 de agosto de 2008;
Lei nº 3.002, de 19 de agosto de 2008;
Lei nº 3.003, de 19 de agosto de 2008;
Lei nº 3.004, de 21 de agosto de 2008;
Lei nº 3.008, de 21 de agosto de 2008;
Lei nº 3.010, de 5 de setembro de 2008;
Lei nº 3.012, de 15 de setembro de 2008;
Lei nº 3.013, de 18 de setembro de 2008;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 456

Lei nº 3.014, de 15 de outubro de 2008;
Lei nº 3.015, de 17 de outubro de 2008;
Lei nº 3.017, de 22 de outubro de 2008;
Lei nº 3.018, de 22 de outubro de 2008;
Lei nº 3.019, de 24 de outubro de 2008;
Lei nº 3.020, de 24 de outubro de 2008;
Lei nº 3.022, de 3 de outubro de 2008;
Lei nº 3.023, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 3.024, de 6 de novembro de 2008;
Lei nº 3.025, de 6 de novembro de 2008;
Lei nº 3.030, de 15 de agosto de 2008;
Lei nº 3.031, de 11 de novembro de 2008;
Lei nº 3.032, de 14 de novembro de 2008;
Lei nº 3.033, de 14 de novembro de 2008;
Lei nº 3.035, de 14 de novembro de 2008;
Lei nº 3.039, de 21 de novembro de 2008;
Lei nº 3.040, de 27 de novembro de 2008;
Lei nº 3.041, de 27 de novembro de 2008;
Lei nº 3.048, de 4 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.049, de 4 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.050, de 4 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.051, de 9 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.052, de 9 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.055, de 12 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.060, de 17 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.061, de 17 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.062, de 17 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.064, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.069, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.070, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.071, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.072, de 29 de dezembro de 2008;
Lei nº 3.077, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.078, de 23 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.079, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.080, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.081, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.082, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.083, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.084, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.085, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.086, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.088, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.089, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.090, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.091, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.092, de 23 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.093, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.094, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.095, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.096, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.097, de 5 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.099, de 12 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.102, de 18 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.104, de 19 de janeiro de 2009;
Lei nº 3.105, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.106, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.107, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.108, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.109, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.110, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.111, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.112, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.113, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.114, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.115, de 19 de fevereiro de 2009;
Lei nº 3.116, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.117, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.118, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.120, de 10 de março de 2009;
Lei nº 3.126, de 20 de março de 2009;
Lei nº 3.130, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.131, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.132, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.134, de 26 de março de 2009;
Lei nº 3.137, de 13 de abril de 2009;
Lei nº 3.138, de 13 de abril de 2009;
Lei nº 3.140, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.141, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.142, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.143, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.144, de 14 de abril de 2009;
Lei nº 3.145, de 16 de abril de 2009;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 454

Lei nº 3.146, de 16 de abril de 2009;
Lei nº 3.147, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.149, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.150, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.151, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.152, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.154, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.155, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.156, de 23 de abril de 2009;
Lei nº 3.159, de 28 de abril de 2009;
Lei nº 3.160, de 28 de abril de 2009;
Lei nº 3.161, de 30 de abril de 2009;
Lei nº 3.162, de 30 de abril de 2009;
Lei nº 3.164, de 18 de maio de 2009;
Lei nº 3.165, de 18 de maio de 2009;
Lei nº 3.166, de 19 de maio de 2009;
Lei nº 3.167, de 19 de maio de 2009;
Lei nº 3.168, de 19 de maio de 2009;
Lei nº 3.170, de 21 de maio de 2009;
Lei nº 3.171, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.172, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.174, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.176, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.177, de 27 de maio de 2009;
Lei nº 3.179, de 15 de junho de 2009;
Lei nº 3.180, de 15 de junho de 2009;
Lei nº 3.181, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.182, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.183, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.184, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.185, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 3.188, de 1º de julho de 2009;
Lei nº 3.189, de 1º de julho de 2009;
Lei nº 3.190, de 3 de julho de 2009;
Lei nº 3.191, de 3 de julho de 2009;
Lei nº 3.192, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.193, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.194, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.195, de 8 de julho de 2009;
Lei nº 3.197, de 10 de julho de 2009;
Lei nº 3.198, de 10 de julho de 2009;
Lei nº 3.199, de 10 de julho de 2009;
Lei nº 3.200, de 13 de julho de 2009;
Lei nº 3.201, de 13 de julho de 2009;
Lei nº 3.208, de 7 de agosto de 2009;
Lei nº 3.210, de 19 de agosto de 2009;
Lei nº 3.211, de 24 de agosto de 2009;
Lei nº 3.213, de 24 de agosto de 2009;
Lei nº 3.214, de 21 de agosto de 2009;
Lei nº 3.215, de 21 de agosto de 2009;
Lei nº 3.218, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.219, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.220, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.221, de 27 de agosto de 2009;
Lei nº 3.222, de 2 de setembro de 2009;
Lei nº 3.223, de 2 de setembro de 2009;
Lei nº 3.225, de 4 de setembro de 2009;
Lei nº 3.227, de 4 de setembro de 2009;
Lei nº 3.231, de 17 de setembro de 2009;
Lei nº 3.232, de 17 de setembro de 2009;
Lei nº 3.235, de 18 de setembro de 2009;
Lei nº 3.238, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.239, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.240, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.241, de 24 de setembro de 2009;
Lei nº 3.244, de 30 de setembro de 2009;
Lei nº 3.245, de 30 de setembro de 2009;
Lei nº 3.248, de 9 de outubro de 2009;
Lei nº 3.251, de 26 de outubro de 2009;
Lei nº 3.253, de 26 de outubro de 2009;
Lei nº 3.254, de 26 de outubro de 2009;
Lei nº 3.255, de 26 de outubro de 2009;
Lei nº 3.256, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.257, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.258, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.259, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.260, de 27 de outubro de 2009;
Lei nº 3.261 de 6 de novembro de 2009;
Lei nº 3.262, de 6 de novembro de 2009;
Lei nº 3.265, de 10 de novembro de 2009;
Lei nº 3.266, de 10 de novembro de 2009;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 458

Lei nº 3.267, de 18 de novembro de 2009;
Lei nº 3.268, de 19 de novembro de 2009;
Lei nº 3.269, de 19 de novembro de 2009;
Lei nº 3.275, de 24 de novembro de 2009;
Lei nº 3.280, de 27 de novembro de 2009;
Lei nº 3.281, de 27 de novembro de 2009;
Lei nº 3.289, de 10 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.292, de 15 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.302, de 23 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.303, de 23 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.305, de 28 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.306, de 28 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.307, de 28 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.308, de 30 de dezembro de 2009;
Lei nº 3.311, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.312, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.313, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.314, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.315, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.316, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.317, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.318, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.319, de 20 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.320, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.321, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.322, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.323, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.324, de 30 de janeiro de 2010;
Lei nº 3.328, de 26 de fevereiro de 2010;
Lei nº 3.329, de 26 de fevereiro de 2010;
Lei nº 3.332, de 2 de março de 2010;
Lei nº 3.333, de 2 de março de 2010;
Lei nº 3.339, de 9 de março de 2010;
Lei nº 3.340, de 11 de março de 2010;
Lei nº 3.341, de 16 de março de 2010;
Lei nº 3.342, de 16 de março de 2010;
Lei nº 3.343, de 19 de março de 2010;
Lei nº 3.345, de 23 de março de 2010;
Lei nº 3.346, de 23 de março de 2010;
Lei nº 3.347, de 25 de março de 2010;
Lei nº 3.353, de 6 de abril de 2010;
Lei nº 3.354, de 7 de abril de 2010;
Lei nº 3.355, de 7 de abril de 2010;
Lei nº 3.356, de 15 de abril de 2010;
Lei nº 3.357, de 15 de abril de 2010;
Lei nº 3.359, de 22 de abril de 2010;
Lei nº 3.361, de 27 de abril de 2010;
Lei nº 3.362, de 30 de abril de 2010;
Lei nº 3.363, de 30 de abril de 2010;
Lei nº 3.366, de 7 de maio de 2010;
Lei nº 3.367, de 11 de maio de 2010;
Lei nº 3.368, de 13 de maio de 2010;
Lei nº 3.369, de 13 de maio de 2010;
Lei nº 3.370, de 13 de maio de 2010;
Lei nº 3.372, de 20 de maio de 2010;
Lei nº 3.373, de 20 de maio de 2010;
Lei nº 3.375, de 27 de maio de 2010;
Lei nº 3.376, de 27 de maio de 2010;
Lei nº 3.380, de 1° de junho de 2010;
Lei nº 3.381, de 1º de junho de 2010;
Lei nº 3.383, de 10 de junho de 2010;
Lei nº 3.384, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.386, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.387, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.388, de 17 de junho de 2010;
Lei nº 3.389, de 22 de junho de 2010;
Lei nº 3.390, de 22 de junho de 2010;
Lei nº 3.392, de 24 de junho de 2010;
Lei nº 3.393, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.394, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.395, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.396, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.397, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.398, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.400, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.401, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.402, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.403, de 28 de junho de 2010;
Lei nº 3.404, de 1° de julho de 2010;
Lei nº 3.405, de 1º de julho de 2010;
Lei nº 3.406, de 8 de julho de 2010;
Lei nº 3.407, de 9 de julho de 2010;
Lei nº 3.408, de 9 de julho de 2010;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 459
E

Lei nº 3.410, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.411, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.412, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.413, de 15 de julho de 2010;
Lei nº 3.414, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.415, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.416, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.417, de 16 de julho de 2010;
Lei nº 3.420, de 4 de agosto de 2010;
Lei nº 3.421, de 4 de agosto de 2010;
Lei nº 3.424, de 5 de agosto de 2010;
Lei nº 3.428, de 5 de agosto de 2010;
Lei nº 3.433, de 12 de agosto de 2010;
Lei nº 3.434, de 13 de agosto de 2010;
Lei nº 3.435, de 18 de agosto de 2010;
Lei nº 3.436, de 18 de agosto de 2010;
Lei nº 3.437, de 18 de agosto de 2010;
Lei nº 3.438, de 20 de agosto de 2010;
Lei nº 3.440, de 27 de agosto de 2010;
Lei nº 3.441, de 31 de agosto de 2010;
Lei nº 3.442, de 3 de setembro de 2010;
Lei nº 3.445, de 9 de setembro de 2010;
Lei nº 3.451, de 15 de setembro de 2010;
Lei nº 3.452, de 15 de setembro de 2010;
Lei nº 3.453, de 15 de setembro de 2010;
Lei nº 3.454, de 16 de setembro de 2010;
Lei nº 3.456, de 16 de setembro de 2010;
Lei nº 3.457, de 23 de setembro de 2010;
Lei nº 3.458, de 29 de setembro de 2010;
Lei nº 3.459, de 29 de setembro de 2010;
Lei nº 3.460, de 30 de setembro de 2010;
Lei nº 3.461, de 30 de setembro de 2010;
Lei nº 3.462, de 5 de outubro de 2010;
Lei nº 3.464, de 15 de outubro de 2010;
Lei nº 3.466, de 22 de outubro de 2010;
Lei nº 3.467, de 22 de outubro de 2010;
Lei nº 3.468, de 26 de outubro de 2010;
Lei nº 3.470, de 4 de novembro de 2010;
Lei nº 3.473, de 24 de novembro de 2010;
Lei nº 3.475, de 25 de novembro de 2010;
Lei nº 3.480, de 1° de dezembro de 2010;
Lei nº 3.484, de 8 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.486, de 8 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.487, de 9 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.488, de 9 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.489, de 9 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.490, de 10 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.495, de 15 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.496, de 15 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.497, de 15 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.498, de 15 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.499, de 16 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.500, de 16 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.503, de 17 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.505, de 22 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.507, de 22 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.508, de 22 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.509, de 27 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.510, de 27 de dezembro de 2010;
Lei nº 3.513, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.514, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.515, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.516, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.517, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.518, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.519, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.520, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.521, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.522, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.523, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.524, de 3 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.526, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.527, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.528, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.529, de 24 de fevereiro de 2011;
Lei nº 3.530, de 2 de março de 2011;
Lei nº 3.531, de 2 de março de 2011;
Lei nº 3.532, de 3 de março de 2011;
Lei nº 3.533, de 3 de março de 2011;
Lei nº 3.534, de 3 de março de 2011;
Lei nº 3.540, de 22 de março de 2011;
Lei nº 3.541, de 22 de março de 2011;
Lei nº 3.542, de 6 de abril de 2011;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 466

Lei nº 3.543, de 6 de abril de 2011;
Lei nº 3.548, de 8 de abril de 2011;
Lei nº 3.555, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.556, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.557, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.558, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.559, de 14 de abril de 2011;
Lei nº 3.561, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.562, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.563, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.564, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.565, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.566, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.567, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.568, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.569, de 25 de abril de 2011;
Lei nº 3.570, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.571, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.572, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.574, de 26 de abril de 2011;
Lei nº 3.578, de 5 de maio de 2011;
Lei nº 3.580, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.581, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.582, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.583, de 6 de maio de 2011;
Lei nº 3.590, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.591, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.592, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.593, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.594, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.595, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.596, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.597, de 17 de maio de 2011;
Lei nº 3.599, de 27 de maio de 2011;
Lei nº 3.602, de 2 de junho de 2011;
Lei nº 3.604, de 2 de junho de 2011;
Lei nº 3.605, de 2 de junho de 2011;
Lei nº 3.609, de 10 de junho de 2011;
Lei nº 3.610, de 15 de junho de 2011;
Lei nº 3.611, de 15 de junho de 2011;
Lei nº 3.612, de 16 de junho de 2011;
Lei nº 3.613, de 16 de junho de 2011;
Lei nº 3.614, de 22 de junho de 2011;
Lei nº 3.615, de 22 de junho de 2011;
Lei nº 3.616, de 22 de junho de 2011;
Lei nº 3.617, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.618, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.619, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.620, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.621, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.622, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.623, de 24 de junho de 2011;
Lei nº 3.629, de 11 de julho de 2011;
Lei nº 3.630, de 11 de julho de 2011;
Lei nº 3.637, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.638, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.639, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.640, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.641, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.642, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.643, de 14 de julho de 2011;
Lei nº 3.648, de 4 de agosto de 2011;
Lei nº 3.649, de 4 de agosto de 2011;
Lei nº 3.650, de 4 de agosto de 2011;
Lei nº 3.651, de 16 de agosto de 2011;
Lei nº 3.652, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.653, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.654, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.655, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.656, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.657, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.658, de 18 de agosto de 2011;
Lei nº 3.659, de 23 de agosto de 2011;
Lei nº 3.661, de 25 de agosto de 2011;
Lei nº 3.662, de 25 de agosto de 2011;
Lei nº 3.664, de 25 de agosto de 2011;
Lei nº 3.666, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.667, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.668, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.669, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.670, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.671, de 30 de agosto de 2011;
Lei nº 3.673, de 6 de setembro de 2011;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 461

Lei nº 3.675, de 6 de setembro de 2011;
Lei nº 3.677, de 13 de setembro de 2011;
Lei nº 3.679, de 13 de setembro de 2011;
Lei nº 3.680, de 13 de setembro de 2011;
Lei nº 3.687, de 30 de setembro de 2011;
Lei nº 3.688, de 30 de setembro de 2011;
Lei nº 3.689, de 5 de outubro de 2011;
Lei nº 3.691, de 7 de outubro de 2011;
Lei nº 3.693, de 7 de outubro de 2011;
Lei nº 3.694, de 7 de outubro de 2011;
Lei nº 3.697, de 11 de outubro de 2011;
Lei nº 3.698, de 11 de outubro de 2011;
Lei nº 3.703, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.704, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.705, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.706, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.707, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.708, de 27 de outubro de 2011;
Lei nº 3.711, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.712, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.713, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.714, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.715, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.716, de 11 de novembro de 2011;
Lei nº 3.718, de 18 de novembro de 2011;
Lei nº 3.719, de 18 de novembro de 2011;
Lei nº 3.721, de 25 de novembro de 2011;
Lei nº 3.722, de 25 de novembro de 2011;
Lei nº 3.723, de 25 de novembro de 2011;
Lei nº 3.729, de 2 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.730, de 2 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.734, de 8 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.746, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.747, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.748, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.751, de 15 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.753, de 19 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.756, de 21 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.760, de 22 de dezembro de 2011;
Lei nº 3.763, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.764, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.765, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.766, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.767, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.768, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.769, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.770, de 16 de janeiro de 2012;
Lei nº 3.777, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.778, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.779, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.780, de 2 de março de 2012;
Lei nº 3.783, de 7 de março de 2012;
Lei nº 3.788, de 14 de março de 2012;
Lei nº 3.789, de 14 de março de 2012;
Lei nº 3.790, de 16 de março de 2012;
Lei nº 3.794, de 23 de março de 2012;
Lei nº 3.797, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.798, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.799, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.800, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.801, de 27 de março de 2012;
Lei nº 3.806, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.807, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.808, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.809, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.810, de 30 de março de 2012;
Lei nº 3.814, de 9 de abril de 2012;
Lei nº 3.815, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.820, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.821, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.822, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.823, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.824, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.825, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.826, de 11 de abril de 2012;
Lei nº 3.829, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.830, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.831, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.832, de 12 de abril de 2012;
Lei nº 3.833, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.834, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.835, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.836, de 17 de abril de 2012;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 462

Lei nº 3.837, de 17 de abril de 2012;
Lei nº 3.838, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.839, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.840, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.841, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.842, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.843, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.844, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.845, de 19 de abril de 2012;
Lei nº 3.849, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.850, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.851, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.852, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.853, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.854, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.855, de 3 de maio de 2012;
Lei nº 3.856, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.857, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.858, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.859, de 17 de maio de 2012;
Lei nº 3.860, de 24 de maio de 2012;
Lei nº 3.861, de 24 de maio de 2012;
Lei nº 3.866, de 29 de maio de 2012;
Lei nº 3.867, de 29 de maio de 2012;
Lei nº 3.871, de 11 de junho de 2012;
Lei nº 3.872, de 12 de junho de 2012;
Lei nº 3.873, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.874, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.875, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.876, de 13 de junho de 2012;
Lei nº 3.877, de 20 de junho de 2012;
Lei nº 3.878, de 20 de junho de 2012;
Lei nº 3.883, de 27 de junho de 2012;
Lei nº 3.885, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.886, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.887, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.888, de 3 de julho de 2012;
Lei nº 3.890, de 10 de julho de 2012;
Lei nº 3.891, de 10 de julho de 2012;
Lei nº 3.894, de 12 de julho de 2012;
Lei nº 3.895, de 12 de julho de 2012;
Lei nº 3.896, de 12 de julho de 2012;
Lei nº 3.897, de 19 de julho de 2012;
Lei nº 3.898, de 19 de julho de 2012;
Lei nº 3.900, de 24 de julho de 2012;
Lei nº 3.901, de 24 de julho de 2012;
Lei nº 3.904, de 13 de agosto de 2012;
Lei nº 3.911, de 21 de agosto de 2012;
Lei nº 3.912, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.913, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.914, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.915, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.916, de 23 de agosto de 2012;
Lei nº 3.917, de 29 de agosto de 2012;
Lei nº 3.919, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.920, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.921, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.922, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.923, de 12 de setembro de 2012;
Lei nº 3.926, de 25 de setembro de 2012;
Lei nº 3.928, de 9 de outubro de 2012;
Lei nº 3.929, de 9 de outubro de 2012;
Lei nº 3.931, de 11 de outubro de 2012;
Lei nº 3.933, de 29 de outubro de 2012;
Lei nº 3.938, de 9 de novembro de 2012;
Lei nº 3.939, de 9 de novembro de 2012;
Lei nº 3.940, de 9 de novembro de 2012;
Lei nº 3.941, de 14 de novembro de 2012;
Lei nº 3.942, de 19 de novembro de 2012;
Lei nº 3.943, de 19 de novembro de 2012;
Lei nº 3.944, de 19 de novembro de 2012;
Lei nº 3.952, de 7 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.958, de 17 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.973, de 20 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.975, de 21 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.979, de 21 de dezembro de 2012;
Lei nº 3.982, de 6 de março de 2013;
Lei nº 3.984, de 8 de março de 2013;
Lei nº 3.985, de 8 de março de 2013;
Lei nº 3.986, de 14 de março de 2013;
Lei nº 3.987, de 14 de março de 2013;
Lei nº 3.988, de 14 de março de 2013;
Lei nº 3.991, de 15 de março de 2013;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 463

Lei nº 3.992, de 19 de março de 2013;
Lei nº 3.996, de 20 de março de 2013;
Lei nº 3.998, de 21 de março de 2013;
Lei nº 4.000, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.001, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.002, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.003, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.004, de 26 de março de 2013;
Lei nº 4.005, de 2 de abril de 2013;
Lei nº 4.006, de 2 de abril de 2013;
Lei nº 4.007, de 9 de abril de 2013;
Lei nº 4.009, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.010, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.011, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.012, de 15 de abril de 2013;
Lei nº 4.013, de 19 de abril de 2013;
Lei nº 4.015, de 24 de abril de 2013;
Lei nº 4.017, de 26 de abril de 2013;
Lei nº 4.018, de 26 de abril de 2013;
Lei nº 4.020, de 10 de maio de 2013;
Lei nº 4.021, de 15 de maio de 2013;
Lei nº 4.022, de 15 de maio de 2013;
Lei nº 4.023, de 15 de maio de 2013;
Lei nº 4.024, de 17 de maio de 2013;
Lei nº 4.026, de 17 de maio de 2013;
Lei nº 4.029, de 20 de maio de 2013;
Lei nº 4.030, de 23 de maio de 2013;
Lei nº 4.031, de 24 de maio de 2013;
Lei nº 4.033, de 24 de maio de 2013;
Lei nº 4.034, de 3 de junho de 2013;
Lei nº 4.036, de 5 de junho de 2013;
Lei nº 4.039, de 7 de junho de 2013;
Lei nº 4.040, de 7 de junho de 2013;
Lei nº 4.042, de 12 de junho de 2013;
Lei nº 4.043, de 12 de junho de 2013;
Lei nº 4.044, de 14 de junho de 2013;
Lei nº 4.045, de 14 de junho de 2013;
Lei nº 4.046, de 17 de junho de 2013;
Lei nº 4.047, de 17 de junho de 2013;
Lei nº 4.050, de 20 de junho de 2013;
Lei nº 4.051, de 21 de junho de 2013;
Lei nº 4.052, de 21 de junho de 2013;
Lei nº 4.053, de 21 de junho de 2013;
Lei nº 4.054, de 26 de junho de 2013;
Lei nº 4.056, de 26 de junho de 2013;
Lei nº 4.059, de 3 de julho de 2013;
Lei nº 4.060, de 3 de julho de 2013;
Lei nº 4.061, de 4 de julho de 2013;
Lei nº 4.063, de 4 de julho de 2013;
Lei nº 4.064, de 4 de julho de 2013;
Lei nº 4.069, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.070, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.071, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.072, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.073, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.074, de 11 de julho de 2013;
Lei nº 4.075, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.078, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.079, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.080, de 18 de julho de 2013;
Lei nº 4.082, de 23 de julho de 2013;
Lei nº 4.083, de 23 de julho de 2013;
Lei nº 4.086, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.087, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.088, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.089, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.090, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.091, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.092, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.093, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.094, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.095, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.096, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.097, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.098, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.099, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.100, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.101, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.102, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.103, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.104, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.105, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.106, de 24 de julho de 2013;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 464

Lei nº 4.108, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.109, de 24 de julho de 2013;
Lei nº 4.110, de 29 de julho de 2013;
Lei nº 4.111, de 31 de julho de 2013;
Lei nº 4.112, de 31 de julho de 2013;
Lei nº 4.114, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.115, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.116, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.117, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.118, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.119, de 16 de agosto de 2013;
Lei nº 4.120, de 20 de agosto de 2013;
Lei nº 4.121, de 20 de agosto de 2013;
Lei nº 4.122, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.123, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.124, de 23 de agosto de2013;
Lei nº 4.125, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.127, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.128, de 23 de agosto de 2013;
Lei nº 4.130, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.131, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.132, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.133, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.134, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.135, de 29 de agosto de 2013;
Lei nº 4.138, de 6 de setembro de 2013;
Lei nº 4.139, de6 de setembro de 2013;
Lei nº 4.140, de 9 de setembro de 2013;
Lei nº 4.141, de 12 de setembro de 2013;
Lei nº 4.144, de 17 de setembro de 2013;
Lei nº 4.147, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.148, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.149, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.150, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.151, de 20 de setembro de 2013;
Lei nº 4.152, de 24 de setembro de 2013;
Lei nº 4.153, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.154, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.155, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.156, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.157, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.158, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.159, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.160, de 27 de setembro de 2013;
Lei nº 4.162, de 1° de outubro de 2013;
Lei nº 4.163, de 1º de outubro de 2013;
Lei nº 4.164, de 1° de outubro de 2013;
Lei nº 4.165, de 1º de outubro de 2013;
Lei nº 4.167, de 11 de outubro de 2013;
Lei nº 4.168, de 11 de outubro de 2013;
Lei nº 4.169, de 16 de outubro de 2013;
Lei nº 4.170, de 16 de outubro de 2013;
Lei nº 4.171, de 16 de outubro de 2013;
Lei nº 4.172, de 17 de outubro de 2013;
Lei nº 4.175, de 24 de outubro de 2013;
Lei nº 4.176, de 24 de outubro de 2013;
Lei nº 4.178, de 29 de outubro de 2013;
Lei nº 4.180, de 5 de novembro de 2013;
Lei nº 4.181, de 7 de novembro de2013;
Lei nº 4.182, de 7 de novembro de 2013;
Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 2013;
Lei nº 4.188, de 20 de novembro de 2013;
Lei nº 4.189, de 21 de novembro de 2013;
Lei nº 4.191, de 27 de novembro de 2013;
Lei nº 4.194, de 4 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.195, de 4 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.196, de 6 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.197, de 6 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.200, de 13 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.204, de 23 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.219, de 23 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.220, de 23 de dezembro de 2013;
Lei nº 4.221, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.222, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.223, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.224, de 23 de janeiro de 2014;
Lei nº 4.226, de 6 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.227, de 11 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.230, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.231, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.232, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.233, de 18 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.235, de 20 de fevereiro de 2014;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 465

Lei nº 4.236, de 20 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.238, de 24 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.241, de 25 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.242, de 25 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.243, de 27 de fevereiro de 2014;
Lei nº 4.247, de 14 de março de 2014;
Lei nº 4.249, de 21 de março de 2014;
Lei nº 4.250, de 26 de março de 2014;
Lei nº 4.251, de 27 de março de 2014;
Lei nº 4.255, de 2 de abril de 2014;
Lei nº 4.256, de 4 de abril de 2014;
Lei nº 4.258, de 8 de abril de 2014;
Lei nº 4.259, de 10 de abril de 2014;
Lei nº 4.261, de 15 de abril de 2014;
Lei nº 4.262, de 15 de abril de 2014;
Lei nº 4.264, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.265, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.266, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.267, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.268, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.269, de 17 de abril de 2014;
Lei nº 4.271, de 30 de abril de 2014;
Lei nº 4.272, de 30 de abril de 2014;
Lei nº 4.273, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.274, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.275, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.276, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.277, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.278, de 2 de maio de 2014;
Lei nº 4.280, de 9 de maio de 2014;
Lei nº 4.281, de 13 de maio de 2014;
Lei nº 4.282, de 13 de maio de 2014;
Lei nº 4.283, de 13 de maio de 2014;
Lei nº 4.285, de 15 de maio de 2014;
Lei nº 4.286, de 15 de maio de 2014;
Lei nº 4.287, de 20 de maio de 2014;
Lei nº 4.288, de 20 de maio de 2014;
Lei nº 4.289, de 22 de maio de 2014;
Lei nº 4.290, de 28 de maio de 2014;
Lei nº 4.291, de 28 de maio de 2014;
Lei nº 4.296, de 30 de maio de 2014;
Lei nº 4.297, de 4 de junho de 2014;
Lei nº 4.300, de 4 de junho de 2014;
Lei nº 4.301, de 4 de junho de 2014;
Lei nº 4.302, de 5 de junho de 2014;
Lei nº 4.304, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.305, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.306, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.307, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.308, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.309, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.310, de 12 de junho de 2014;
Lei nº 4.312, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.313, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.314, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.315, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.316, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 4.318, de 24 de junho de 2014;
Lei nº 4.319, de 24 de junho de 2014;
Lei nº 4.321, de 24 de junho de 2014;
Lei nº 4.322, de 27 de junho de 2014;
Lei nº 4.323, de 27 de junho de 2014;
Lei nº 4.324, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.325, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.326, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.327, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.328, de 3 de julho de 2014;
Lei nº 4.329, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.330, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.331, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.332, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.333, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.334, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.335, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.336, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.337, de 8 de julho de 2014;
Lei nº 4.338, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.339, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.340, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.341, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.342, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.343, de 10 de julho de 2014;
Lei nº 4.344, de 10 de julho de 2014;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 466

Lei nº 4.346, de 17 de julho de 2014;
Lei nº 4.348, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.349, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.350, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.351, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.352, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.353, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.354, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.355, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.356, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.357, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.359, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.360, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.361, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.362, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.363, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.364, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.365, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.366, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.368, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.369, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.370, de 23 de julho de 2014;
Lei nº 4.372, de 29 de julho de 2014;
Lei nº 4.376, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.377, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.378, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.379, de 11 de agosto de 2014;
Lei nº 4.381, de 21 de agosto de 2014;
Lei nº 4.382, de 21 de agosto de 2014;
Lei nº 4.384, de 26 de agosto de 2014;
Lei nº 4.385, de 26 de agosto de 2014;
Lei nº 4.386, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.389, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.391, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.392, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.393, de 28 de agosto de 2014;
Lei nº 4.394, de 29 de agosto de 2014;
Lei nº 4.395, de 29 de agosto de 2014;
Lei nº 4.398, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.399, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.400, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.401, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.402, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.403, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.404, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.405, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.406, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.407, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.408, de 4 de setembro de 2014;
Lei nº 4.416, de 15 de setembro de 2014;
Lei nº 4.417, de 15 de setembro de 2014;
Lei nº 4.424, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.425, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.426, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.427, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.428, de 23 de setembro de 2014;
Lei nº 4.431, de 25 de setembro de 2014;
Lei nº 4.437, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.438, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.439, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.440, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.441, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.442, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.443, de 2 de outubro de 2014;
Lei nº 4.447, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.448, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.449, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.450, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.452, de 7 de outubro de 2014;
Lei nº 4.456, de 21 de outubro de 2014;
Lei nº 4.460, de 24 de outubro de 2014;
Lei nº 4.461, de 24 de outubro de 2014;
Lei nº 4.463, de 24 de outubro de 2014;
Lei nº 4.466, de 7 de novembro de 2014;
Lei nº 4.469, de 14 de novembro de 2014;
Lei nº 4.470, de 14 de novembro de 2014;
Lei nº 4.474, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.475, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.476, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.477, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.478, de 24 de novembro de 2014;
Lei nº 4.479, de 24 de novembro de 2014;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 467

Lei nº 4.481, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.482, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.483, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.484, de 2 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.485, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.486, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.488, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.489, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.490, de 3 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.499, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.500, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.501, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.502, de 5 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.503, de 9 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.506, de 11 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.510, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.511, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.512, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.516, de 17 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.519, de 18 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.520, de 18 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.521, de 23 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.522, de 23 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.523, de 23 de dezembro de 2014;
Lei nº 4.525, de 15 de janeiro de 2015;
Lei nº 4.526, de 15 de janeiro de 2015;
Lei nº 4.528, de 10 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.531, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.532, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.533, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.534, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.535, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.536, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.537, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.538, de 26 de fevereiro de 2015;
Lei nº 4.539, de 4 de março de 2015;
Lei nº 4.540, de 4 de março de 2015;
Lei nº 4.541, de 6 de março de 2015;
Lei nº 4.545, de 6 de março de 2015;
Lei nº 4.546, de 12 de março de 2015;
Lei nº 4.548, de 19 de março de 2015;
Lei nº 4.550, de 19 de março de 2015;
Lei nº 4.554, de 25 de março de 2015;
Lei nº 4.555, de 25 de março de 2015;
Lei nº 4.556, de 25 de março de 2015;
Lei nº 4.560, de 27 de março de 2015;
Lei nº 4.562, de 6 de abril de 2015;
Lei nº 4.563, de 6 de abril de 2015;
Lei nº 4.564, de 6 de abril de 2015;
Lei nº 4.566, de 9 de abril de 2015;
Lei nº 4.567, de 9 de abril de 2015;
Lei nº 4.568, de 9 de abril de 2015;
Lei nº 4.570, de 14 de abril de 2015;
Lei nº 4.575, de 16 de abril de 2015;
Lei nº 4.576, de 16 de abril de 2015;
Lei nº 4.580, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.582, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.583, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.584, de 28 de abril de 2015;
Lei nº 4.587, de 5 de maio de 2015;
Lei nº 4.588, de 7 de maio de 2015;
Lei nº 4.592, de 12 de maio de 2015;
Lei nº 4.593, de 12 de maio de 2015;
Lei nº 4.599, de 19 de maio de 2015;
Lei nº 4.602, de 25 de maio de 2015;
Lei nº 4.603, de 25 de maio de 2015;
Lei nº 4.605, de 28 de maio de 2015;
Lei nº 4.606, de 28 de maio de 2015;
Lei nº 4.609, de 17 de junho de 2015;
Lei nº 4.611, de 23 de junho de 2015;
Lei nº 4.618, de 23 de junho de 2015;
Lei nº 4.620, de 24 de junho de 2015;
Lei nº 4.621, de 25 de junho de 2015;
Lei nº 4.623, de 2 de julho de 2015;
Lei nº 4.624, de 2 de julho de 2015;
Lei nº 4.625, de 2 de julho de 2015;
Lei nº 4.626, de 7 de julho de 2015;
Lei nº 4.628, de 9 de julho de 2015;
Lei nº 4.630, de 14 de julho de 2015;
Lei nº 4.632, de 16 de julho de 2015;
Lei nº 4.634, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.635, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.636, de 17 de julho de 2015;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 462

Lei nº 4.637, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.638, de 17 de julho de 2015;
Lei nº 4.640, de 28 de julho de 2015;
Lei nº 4.641, de 28 de julho de 2015;
Lei nº 4.642, de 7 de agosto de 2015;
Lei nº 4.643, de 11 de agosto de 2015;
Lei nº 4.645, de 13 de agosto de 2015;
Lei nº 4.649, de 3 de setembro de 2015;
Lei nº 4.652, de 3 de setembro de 2015;
Lei nº 4.663, de 21 de setembro de 2015;
Lei nº 4.665, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.666, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.667, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.668, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.669, de 23 de setembro de 2015;
Lei nº 4.671, de 30 de setembro de 2015;
Lei nº 4.679, de 6 de outubro de 2015;
Lei nº 4.685, de 20 de outubro de 2015;
Lei nº 4.686, de 23 de outubro de 2015;
Lei nº 4.687, de 23 de outubro de 2015;
Lei nº 4.688, de 26 de outubro de 2015;
Lei nº 4.695, de 16 de novembro de 2015;
Lei nº 4.699, de 16 de novembro de 2015;
Lei nº 4.700, de 19 de novembro de 2015;
Lei nº 4.701, de 19 de novembro de 2015;
Lei nº 4.702, de 26 de novembro de 2015;
Lei nº 4.703, de 26 de novembro de 2015;
Lei nº 4.704, de 26 de novembro de 2015;
Lei nº 4.707, de 3 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.714, de 10 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.715, de 10 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.719, de 15 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.720, de 21 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.721, de 21 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.723, de 22 de dezembro de 2015;
Lei nº 4.729, de 17 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.730, de 17 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.739, de 25 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.740, de 25 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.741, de 25 de fevereiro de 2016;
Lei nº 4.743, de 1° de março de 2016;
Lei nº 4.744, de 1° de março de 2016;
Lei nº 4.745, de 1° de março de 2016;
Lei nº 4.747, de 3 de março de 2016;
Lei nº 4.749, de 8 de março de 2016;
Lei nº 4.750, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.751, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.752, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.753, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.754, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.755, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.756, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.757, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.758, de 15 de março de 2016;
Lei nº 4.759, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.760, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.761, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.762, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.763, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.764, de 18 de março de 2016;
Lei nº 4.765, de 23 de março de 2016;
Lei nº 4.772, de 7 de abril de 2016;
Lei nº 4.774, de 18 de abril de 2016;
Lei nº 4.775, de 18 de abril de 2016;
Lei nº 4.778, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.779, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.780, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.781, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.782, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.783, de 26 de abril de 2016;
Lei nº 4.784, de 29 de abril de 2016;
Lei nº 4.785, de 4 de maio de 2016;
Lei nº 4.786, de 4 de maio de 2016;
Lei nº 4.788, de 4 de maio de 2016;
Lei nº 4.789, de 12 de maio de 2016;
Lei nº 4.794, de 20 de maio de 2016;
Lei nº 4.795, de 20 de maio de 2016;
Lei nº 4.796, de 25 de maio de 2016;
Lei nº 4.798, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.799, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.800, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.801, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.802, de 30 de maio de 2016;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 469

Lei nº 4.803, de 30 de maio de 2016;
Lei nº 4.805, de 2 de junho de 2016;
Lei nº 4.806, de 7 de junho de 2016;
Lei nº 4.808, de 14 de junho de 2016;
Lei nº 4.814, de 24 de junho de 2016;
Lei nº 4.815, de 24 de junho de 2016;
Lei nº 4.816, de 24 de junho de 2016;
Lei nº 4.817, de 27 de junho de 2016;
Lei nº 4.818, de 27 de junho de 2016;
Lei nº 4.819, de 27 de junho de 2016;
Lei nº 4.820, de 27 de junho de 2016;
Lei nº 4.821, de 5 de julho de 2016;
Lei nº 4.822, de 8 de julho de 2016;
Lei nº 4.823, de 12 de julho de 2016;
Lei nº 4.824, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.825, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.826, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.827, de 14 de julho de 2016;
Lei nº 4.828, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.829, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.830, de 13 de julho de 2016;
Lei nº 4.831, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.832, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.833, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.834, de 19 de julho de 2016;
Lei nº 4.835, de 27 de julho de 2016;
Lei nº 4.836, de 3 de agosto de 2016;
Lei nº 4.837, de 4 de agosto de 2016;
Lei nº 4.838, de 4 de agosto de 2016;
Lei nº 4.839, de 9 de agosto de 2016;
Lei nº 4.840, de 9 de agosto de 2016;
Lei nº 4.841, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.842, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.843, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.844, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.845, de 12 de agosto de 2016;
Lei nº 4.847, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.848, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.849, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.850, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.851, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.852, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.853, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.854, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.855, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.856, de 16 de agosto de 2016;
Lei nº 4.857, de 18 de agosto de 2016;
Lei nº 4.858, de 18 de agosto de 2016;
Lei nº 4.859, de 18 de agosto de 2016;
Lei nº 4.860, de 23 de agosto de 2016;
Lei nº 4.861, de 23 de agosto de 2016;
Lei nº 4.862, de 23 de agosto de 2016;
Lei nº 4.863, de 25 de agosto de 2016;
Lei nº 4.865, de 30 de agosto de 2016;
Lei nº 4.866, de 30 de agosto de 2016;
Lei nº 4.869, de 16 de setembro de 2016;
Lei nº 4.872, de 22 de setembro de 2016;
Lei nº 4.875, de 27 de setembro de 2016;
Lei nº 4.876, de 30 de setembro de 2016;
Lei nº 4.878, de 13 de outubro de 2016;
Lei nº 4.879, de 19 de outubro de 2016;
Lei nº 4.880, de 19 de outubro de 2016;
Lei nº 4.881, de 26 de outubro de 2016;
Lei nº 4.882, de 17 de outubro de 2016;
Lei nº 4.883, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.884, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.885, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.886, de 27 de outubro de 2016;
Lei nº 4.887, de 3 de novembro de 2016;
Lei nº 4.888, de 10 de novembro de 2016;
Lei nº 4.889, de 10 de novembro de 2016;
Lei nº 4.890, de 11 de novembro de 2016;
Lei nº 4.899, de 24 de novembro de 2016;
Lei nº 4.900, de 24 de novembro de 2016;
Lei nº 4.908, de 7 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.910, de 8 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.918, de 15 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.927, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.928, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.929, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.930, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.931, de 23 de dezembro de 2016;

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 440

Lei nº 4.932, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.933, de 23 de dezembro de 2016;
Lei nº 4.935, de 16 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.936, de 16 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.937, de 16 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.938, de 24 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.939, de 24 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.940, de 24 de fevereiro de 2017;
Lei nº 4.944, de 9 de março de 2017;
Lei nº 4.946, de 14 de março de 2017;
Lei nº 4.947, de 14 de março de 2017;
Lei nº 4.948, de 28 de março de 2017;
Lei nº 4.949, de 4 de abril de 2017;
Lei nº 4.950, de 6 de abril de 2017;
Lei nº 4.951, de 11 de abril de 2017;
Lei nº 4.952, de 11 de abril de 2017;
Lei nº 4.953, de 11 de abril de 2017;
Lei nº 4.959, de 19 de abril de 2017;
Lei nº 4.960, de 25 de abril de 2017;
Lei nº 4.961, de 27 de abril de 2017;
Lei nº 4.962, de 11 de maio de 2017;
Lei nº 4.963, de 11 de maio de 2017;
Lei nº 4.964, de 11 de maio de 2017;
Lei nº 4.969, de 23 de maio de 2017;
Lei nº 4.972, de 6 de junho de 2017;
Lei nº 4.973, de 13 de junho de 2017;
Lei nº 4.974, de 13 de junho de 2017;
Lei nº 4.975, de 13 de junho de 2017;
Lei nº 4.976, de 20 de junho de 2017;
Lei nº 4.981, de 28 de junho de 2017;
Lei nº 4.984, de 11 de julho de 2017;
Lei nº 4.986, de 14 de julho de 2017;
Lei nº 4.990, de 9 de agosto de 2017;
Lei nº 4.992, de 10 de agosto de 2017;
Lei nº 4.994, de 15 de agosto de 2017;
Lei nº 4.995, de 15 de agosto de 2017;
Lei nº 4.996, de 15 de agosto de 2017;
Lei nº 4.997, de 17 de agosto de 2017;
Lei nº 4.998, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 4.999, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.000, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.001, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.002, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.003, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.004, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.005, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.006, de 24 de agosto de 2017;
Lei nº 5.011, de 30 de agosto de 2017;
Lei nº 5.012, de 4 de setembro de 2017;
Lei nº 5.013, de 11 de setembro de 2017;
Lei nº 5.014, de 11 de setembro de 2017;
Lei nº 5.030, de 28 de setembro de 2017;
Lei nº 5.032, de 11 de outubro de 2017;
Lei nº 5.034, de 11 de outubro de 2017;
Lei nº 5.035, de 20 de outubro de 2017;
Lei nº 5.036, de 27 de outubro de 2017;
Lei nº 5.040, de 31 de outubro de 2017;
Lei nº 5.042, de 7 de novembro de 2017;
Lei nº 5.043, de 7 de novembro de 2017;
Lei nº 5.044, de 7 de novembro de 2017;
Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017;
Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017;
Lei nº 5.059, de 7 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.063, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.064, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.065, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.066, de 20 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.069, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.071, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.073, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.074, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.075, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.076, de 21 de dezembro de 2017;
Lei nº 5.079, de 23 de janeiro de 2018;
Lei nº 5.081, de 7 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.082, de 7 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.083, de 28 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.084, de 28 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.085, de 28 de fevereiro de 2018;
Lei nº 5.086, de 3 de março de 2018;
Lei nº 5.087, de 6 de março de 2018;
Lei nº 5.088, de 6 de março de 2018;
Lei nº 5.101, de 15 de março de 2018;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 471

Lei nº 5.102, de 15 de março de 2018;
Lei nº 5.104, de 21 de março de 2018;
Lei nº 5.105, de 21 de março de 2018;
Lei nº 5.106, de 22 de março de 2018;
Lei nº 5.107, de 22 de março de 2018;
Lei nº 5.108, de 27 de março de 2018;
Lei nº 5.110, de 5 de abril de 2018;
Lei nº 5.114, de 5 de abril de 2018;
Lei nº 5.123, de 11 de abril de 2018;
Lei nº 5.125, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.126, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.127, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.128, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.130, de 12 de abril de 2018;
Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018;
Lei nº 5.135, de 4 de maio de 2018;
Lei nº 5.139, de 17 de maio de 2018;
Lei nº 5.142, de 18 de maio de 2018;
Lei nº 5.143, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.144, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.145, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.146, de 25 de maio de 2018;
Lei nº 5.150, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.152, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.153, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.154, de 29 de maio de 2018;
Lei nº 5.156, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.157, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.158, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.159, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.160, de 4 de junho de 2018;
Lei nº 5.163, de 14 de junho de 2018;
Lei nº 5.164, de 21 de junho de 2018;
Lei nº 5.167, de 27 de junho de 2018;
Lei nº 5.169, de 27 de junho de 2018;
Lei nº 5.170, de 27 de junho de 2018;
Lei nº 5.171, de 3 de julho de 2018;
Lei nº 5.172, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.173, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.174, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.175, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.176, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.177, de 5 de julho de 2018;
Lei nº 5.179, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.181, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.182, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.183, de 12 de julho de 2018;
Lei nº 5.187, de 30 de julho de 2018;
Lei nº 5.191, de 9 de agosto de 2018;
Lei nº 5.196, de 22 de agosto de 2018;
Lei nº 5.197, de 22 de agosto de 2018;
Lei nº 5.198, de 22 de agosto de 2018;
Lei nº 5.201, de 29 de agosto de 2018;
Lei nº 5.202, de 29 de agosto de 2018;
Lei nº 5.206, de 5 de setembro de 2018;
Lei nº 5.212, de 28 de setembro de 2018;
Lei nº 5.213, de 28 de setembro de 2018;
Lei nº 5.214, de 28 de setembro de 2018;
Lei nº 5.226, de 31 de outubro de 2018;
Lei nº 5.227, de 31 de outubro de 2018;
Lei nº 5.233, de 14 de novembro de 2018;
Lei nº 5.234, de 14 de novembro de 2018;
Lei nº 5.235, de 14 de novembro de 2018;
Lei nº 5.245, de 28 de novembro de 2018;
Lei nº 5.247, de 28 de novembro de 2018;
Lei nº 5.249, de 28 de novembro de 2018;
Lei nº 5.251, de 4 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.252, de 5 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.257, de 7 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.260, de 19 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.261, de 19 de dezembro de 2018;
Lei nº 5.266, de 17 de janeiro de 2019;
Lei nº 5.272, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.273, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.274, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.275, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.276, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.277, de 27 de fevereiro de 2019;
Lei nº 5.282, de 18 de março de 2019;
Lei nº 5.283, de 18 de março de 2019;
Lei nº 5.286, de 20 de março de 2019;
Lei nº 5.288, de 20 de março de 2019;
Lei nº 5.289, de 20 de março de 2019;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls 412

Lei nº 5.292, de 21 de março de 2019;
Lei nº 5.297, de 27 de março de 2019;
Lei nº 5.298, de 2 de abril de 2019;
Lei nº 5.300, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.302, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.305, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.310, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.311, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.312, de 8 de abril de 2019;
Lei nº 5.316, de 9 de abril de 2019;
Lei nº 5.322, de 18 de abril de 2019;
Lei nº 5.327, de 30 de abril de 2019;
Lei nº 5.328, de 6 de maio de 2019;
Lei nº 5.335, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.336, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.337, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.338, de 10 de maio de 2019;
Lei nº 5.340, de 16 de maio de 2019;
Lei nº 5.341, de 16 de maio de 2019;
Lei nº 5.348, de 30 de maio de 2019;
Lei nº 5.349, de 30 de maio de 2019;
Lei nº 5.351, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.352, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.353, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.354, de 31 de maio de 2019;
Lei nº 5.355, de 4 de junho de 2019;
Lei nº 5.362, de 24 de junho de 2019;
Lei nº 5.363, de 24 de junho de 2019;
Lei nº 5.372, de 15 de julho de 2019;
Lei nº 5.373, de 15 de julho de 2019;
Lei nº 5.374, de 15 de julho de 2019;
Lei nº 5.380, de 30 de julho de 2019;
Lei nº 5.384, de 20 de agosto de 2019;
Lei nº 5.385, de 20 de agosto de 2019;
Lei nº 5.387, de 27 de agosto de 2019;
Lei nº 5.388, de 5 de setembro de 2019;
Lei nº 5.389, de 5 de setembro de 2019;
Lei nº 5.390, de 5 de setembro de 2019;
Lei nº 5.395, de 17 de setembro de 2019;
Lei nº 5.396, de 19 de setembro de 2019;
Lei nº 5.397, de 19 de setembro de 2019;
Lei nº 5.398, de 19 de setembro de 2019;
Lei nº 5.401, de 24 de setembro de 2019;
Lei nº 5.402, de 24 de setembro de 2019;
Lei nº 5.403, de 24 de setembro de 2019;
Lei nº 5.410, de 3 de outubro de 2019;
Lei nº 5.420, de 16 de outubro de 2019;
Lei nº 5.421, de 16 de outubro de 2019;
Lei nº 5.422, de 16 de outubro de 2019;
Lei nº 5.423, de 23 de outubro de 2019;
Lei nº 5.425, de 23 de outubro de 2019;
Lei nº 5.427, de 31 de outubro de 2019;
Lei nº 5.429, de 31 de outubro de 2019;
Lei nº 5.435, de 19 de novembro de 2019;
Lei nº 5.437, de 21 de novembro de 2019;
Lei nº 5.438, de 20 de novembro de 2019;
Lei nº 5.447, de 13 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.452, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.453, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.454, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.456, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.457, de 19 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.460, de 26 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.461, de 26 de dezembro de 2019;
Lei nº 5.463, de 23 de janeiro de 2020;
Lei nº 5.464, de 23 de janeiro de 2020;
Lei nº 5.468, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.469, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.470, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.471, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.472, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.473, de 5 de março de 2020;
Lei nº 5.475, de 12 de março de 2020;
Lei nº 5.476, de 12 de março de 2020;
Lei nº 5.477, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.478, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.479, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.480, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.481, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.482, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.483, de 19 de março de 2020;
Lei nº 5.493, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.494, de 8 de abril de 2020;

Câmara Mun de Palo Branco
Fls. 473

Lei nº 5.495, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.496, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.497, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.498, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.499, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.500, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.501, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.502, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.503, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.504, de 8 de abril de 2020;
Lei nº 5.505, de 16 de abril de 2020;
Lei nº 5.507, de 27 de abril de 2020;
Lei nº 5.508, de 29 de abril de 2020;
Lei nº 5.510, de 12 de maio de 2020;
Lei nº 5.511, de 12 de maio de 2020;
Lei nº 5.515, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.516, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.517, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.518, de 14 de maio de 2020;
Lei nº 5.519, de 20 de maio de 2020;
Lei nº 5.520, de 20 de maio de 2020;
Lei nº 5.521, de 20 de maio de 2020;
Lei nº 5.522, de 27 de maio de 2020;
Lei nº 5.523, de 27 de maio de 2020;
Lei nº 5.525, de 1º de junho de 2020;
Lei nº 5.528, de 3 de junho de 2020;
Lei nº 5.529, de 3 de junho de 2020;
Lei nº 5.530, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.531, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.532, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.533, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.534, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.535, de 17 de junho de 2020;
Lei nº 5.537, de 24 de junho de 2020;
Lei nº 5.538, de 24 de junho de 2020;
Lei nº 5.539, de 24 de junho de 2020;
Lei nº 5.542, de 30 de junho de 2020;
Lei nº 5.543, de 30 de junho de 2020;
Lei nº 5.545, de 6 de julho de 2020;
Lei nº 5.546, de 6 de julho de 2020;
Lei nº 5.547, de 6 de julho de 2020;
Lei nº 5.548, de 6 de julho de 2020;
Lei nº 5.549, de 8 de julho de 2020;
Lei nº 5.550, de 8 de julho de 2020;
Lei nº 5.551, de 14 de julho de 2020;
Lei nº 5.553, de 16 de julho de 2020;
Lei nº 5.555, de 23 de julho de 2020;
Lei nº 5.557, de 31 de julho de 2020;
Lei nº 5.559, de 4 de agosto de 2020;
Lei nº 5.562, de 13 de agosto de 2020;
Lei nº 5.563, de 13 de agosto de 2020;
Lei nº 5.564, de 13 de agosto de 2020;
Lei nº 5.568, de 18 de agosto de 2020;
Lei nº 5.570, de 26 de agosto de 2020;
Lei nº 5.571, de 26 de agosto de 2020;
Lei nº 5.572, de 1º de setembro de 2020;
Lei nº 5.573, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.574, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.575, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.576, de 3 de setembro de 2020;
Lei nº 5.583, de 14 de setembro de 2020;
Lei nº 5.584, de 14 de setembro de 2020;
Lei nº 5.594, de 24 de setembro de 2020;
Lei nº 5.597, de 24 de setembro de 2020;
Lei nº 5.605, de 1º de outubro de 2020;
Lei nº 5.606, de 1º de outubro de 2020;
Lei nº 5.611, de 19 de outubro de 2020;
Lei nº 5.612, de 21 de outubro de 2020;
Lei nº 5.622, de 11 de novembro de 2020;
Lei nº 5.623, de 11 de novembro de 2020;
Lei nº 5.625, de 16 de novembro de 2020;
Lei nº 5.639, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.640, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.643, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.644, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.645, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.646, de 2 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.648, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.649, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.650, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.651, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.652, de 10 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.654, de 16 de dezembro de 2020;

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 474

Lei nº 5.655, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.656, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.657, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.658, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.659, de 16 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.679, de 23 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.680, de 23 de dezembro de 2020;
Lei nº 5.682, de 28 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da sua publicação oficial.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria dos vereadores Claudemir Zanco, Dirceu Luiz Boaretto, Eduardo Albani Dalla Costa, Januário Koslinski, Joecir Bernardi, Lindomar Rodrigo Brandão, Marcos Junior Marini, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera, Rafael Celestrin, Romulo Faggion e Thania Maria Caminski Gehlen .

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 7 de abril de 2022.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Considerando o contido no Ofício nº 165/2022-DL, da Câmara Municipal, onde consta que a redação final da Lei nº 5.895, de 7 de abril de 2022, deixou de observar a emenda aprovada no Projeto de Lei nº 215/2021, faz-se necessária a republicação da redação final do referido Projeto, publicada em 13/4/2022, na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, Edição nº 8119, e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 2497, por erro material.

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:941045AB

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/04/2022. Edição 2507
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 415

DIÁRIO DO SUDOESTE
Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 8129
Pato Branco, 29 de abril de 2022

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

A F GUEDES SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº. 10.553.595/0001-67
Pato Branco – PR

Senhores Acionistas

Dando cumprimento a legais e estatutárias a Diretoria submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, demonstrações estas que se encontram à inteira disposição dos interessados na sede da empresa. Para qualquer esclarecimento a Diretoria está à disposição de Vossas Senhorias.

Pato Branco, 29 de abril de 2022
A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

BALANÇO PATRIMONIAL	R$ mil		DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	R$ mil	
	2021	2020		2021	2020
ATIVO			RECEITA OPERAC. BRUTA	5.454	3.473
Ativo Circulante	34.734	37.447	Receitas de Serviços	5.454	3.473
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.048	4.046			
Valores a Receber	24.970	24.970	(-) DEDUÇÕES DA REC. BRUTA	(-)454	(-)341
Ativo Não Circulante	453	355	Impostos e Deduções	(-)454	(-)341
Investimentos	753	753			
TOTAL DO ATIVO	35.186	38.202	LUCRO OPERAC. BRUTO	5.000	3.132
PASSIVO					
Passivo Circulante	8.998	8.015	DESPESAS OPERACIONAIS	(-)(1.)	(-)(1.)
Impostos, Taxas e Contribuições	70	111	Financeiras	(-)(1.)	(-)(1.)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	729	8	Despesas Gerais e Adm.	(-)(1.)	(-)(1.)
Outras Valores a Pagar/Receber	197	336			
Passivo não Circulante	7.495	7.454	RESULTADO OPERACIONAL	3.998	2.107
Patrimônio Líquido	18.693	22.693	Imposto de Renda e CS	(-)(1.)	(-)(1.)
Capital Social	5.000	5.000			
Reservas de Capital	400	400			
Reservas de Lucros	8.982	8.982	RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.998	1.998
Capital Social	5.000	5.000			
Reservas Legal	400	400	Lucro por ação	0,59	0,45
Reservas de Lucros	8.982	8.982			
TOTAL DO PASSIVO	35.186	38.202			

FLUXO DE CAIXA	R$ mil	
	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	2.998	1.998
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.765)	(-)(1.)
Ativo Circulante e Realizável	(2.765)	(-)(1.)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	84	(-)(1.)
Patrimônio Líquido	(4.)	2.(-)
Resultado de Exercícios Futuros	(-)(1.)	1
Impostos, Taxas e Contribuições	10	(-)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.(-)	(-)(1.)
Outras Valores a Pagar/Receber	1	(-)(1.)
VARIAÇÕES DE FINANCIAMENTO	(-)(1.)	(-)(1.)
Realizável a Curto Prazo	(-)(2.)	(-)(1.)
Realização	84	(-)(1.)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES	(-)(2.)	(-)(1.)
VARIAÇÃO DE CAIXA	(-)(2.)	(-)(1.)
CAIXA NO PERÍODO		
Caixa no Início do Período	4.(-)	5.(-)
Caixa no Final do Período	2.(-)	4.(-)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO — em R$ mil

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	LUCRO ACUMULADO	TOTAL 2021	TOTAL 2020
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	5.000	400	14.695	-	17.695	17.949
1-INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
2- DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	-	-	-	2.370	2.370	1.151
3- DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	(-)(2.)	(-)(2.)	(-)(1.)
- Reservas de Lucros	-	-	977	(-)(977.)	-	-
SALDOS NO FINAL DO PERÍODO	5.000	400	14.982	-	19.982	17.695
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	977	-	977	(-)(1.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia tem por objeto social: a) a aquisição e securitização de direitos creditórios não performados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos imobiliário, comercial, industrial, assim como Política de Créditos devidamente aprovada pela Diretoria. b) a emissão e colocação junto ao mercado financeiro e de capitais de Debêntures ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com seus negócios.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos e Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do (CFC). As práticas demonstrações financeiras refletem As demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Estas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Transição para as IFRS/CPCs: As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021 e no exercício anterior. Não houve ajustes significativos na adoção inicial das IFRS e dos CPCs. A Companhia aderiu as normas do CFC durante o ano ao decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, inclusive para o período comparativo anterior e CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 30 - Receitas, CPC 33 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

NOTA 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: Dentre os procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras destacam-se: A) O resultado em 2021 e 2020 Exercício social de Caixa. B) Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos, as variações monetárias auferidas e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos, as variações monetárias incorridas. C) A provisão de IRPJ e Imposto Líquido Exercício social à alíquota de 15% (quinze por cento) com adicional federal de 10% (dez por cento) sobre a parcela excedente a R$ 20 mil mensais e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi constituída à alíquota de 9% (nove por cento) do lucro líquido ajustado na forma que dispõe a legislação vigente com base na tributação pelo Lucro Presumido.

NOTA 5. DEBÊNTURES: PRIMEIRA EMISSÃO: Foram emitidas 13.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações. Garantia: Direito e credibilidade da emissão de títulos da emissora. Valor nominal: R$ 13.000.000,00. Data de emissão: 15 de Maio de 2018. Prazo: 60 meses. Forma: Nominativa e escritural. Valor nominal unitário: R$ 1.000,00. Espécie: Quirografária. Atualização: O valor nominal unitário das debêntures (1º série) ou o seu saldo, conforme o caso, será atualizado monetariamente a partir da data de emissão pela variação acumulada correspondente a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a ocorrer pagamento ou resgate antecipado das debêntures ou 12 (um) ano. Em Maio/21 o saldo foi de R$ 7.963.666,21 representado por 3.500 debêntures.

NOTA 6. CAPITAL SOCIAL: O capital social da companhia é de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) representado por 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias com direito a voto, de forma nominativa e sem valor nominal de R$1,00 (um real) cada.

NOTA 7. LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA: A Lei nº. 11.638/07, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao seguido XV, sobre matéria contábil, com vigência a partir de janeiro de 2008 e alterada pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/2009. Esta Lei teve principalmente o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Em 31 de Dezembro de 2021 a Empresa fez uma avaliação destas alterações destacando o que segue: A administração entende que não há nas demonstrações contábeis ajustes a serem feitos relativos ao valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo ou relevantes de curto prazo.

CLEVERSON RICARDO BORELLA Contador - CRC PR 049330/O-5

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 77.778.637/0001-38 Fone: (46) 32321656

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo nº CTO 22 ao Contrato nº CTO 21 – Inexigibilidade nº CTO 21 – Contratante: Câmara Municipal de Coronel Vivida/PR – Contratada: Geoprocessamento S.A. Tecnologia e Gestão em Serviços. CNPJ nº 01.105.947/0001-01. Em razão da prorrogação do PRAZO e EXTENSÃO INFLACIONÁRIA, decorre nos dizeres a seguir e passa: que passa a ter a seguinte redação: prorrogação e vigência do contrato nº CTO 21 de CTO 22/21 para o período de CTO 22/21 a 31/12/22/21 e fica o preço reajustado em 8,36% ou conforme índice do IPCA para o período de vigência contratual, permanecendo o valor total mensal do contrato para R$ 2.035,00 (dois mil e trinta e cinco reais). Permanecem em vigor as demais cláusulas contratuais não alteradas por este termo. Data: CTO 4/22. Edir Carlos Portella. Presidente da Câmara Municipal

---

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
Extrato do Contrato nº 21/2022

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 78.698.196/0001-45 e ECO SERV CONTROLE E PREVENÇÃO DE PRAGAS LTDA , CNPJ/MF: 27.310.227/0001-90 . Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de desinsetização ; Valor: Será pago pela execução do objeto deste contrato o valor total de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), relativos ao valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais) por aplicação. Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses. Iniciando-se na data de sua publicação. Dotação: 1301.3.3.90.39.16.00.00 - manutenção e conservação de bens imóveis. Origem do Contrato: Dispensa de Licitação nº 24/2022, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 37/2022. Foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para dirimir questões relativas ao presente contrato. Local, data e assinatura: Pato Branco, 26 de abril de 2022. Claudemir Zanco - Contratante e William Ricardo Rauta - Contratada.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.855, DE 7 DE ABRIL DE 2022.

Dedara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontra-se completamente prejudicada.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontra-se completamente prejudicada:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Esta Lei é de iniciativa do projeto de lei de autoria dos vereadores Claudemir Zanco, Dinarv Luiz Boaretto, Eduardo Alberti Dutra Costa, Jaruchin Kindlmann, Junior Bernardi, Lindomar Rodrigo Brandão, Marcos Junior Martin, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera, Rafael Celestino, Romildo Faggion e Thania Maria Cominelli Gerken.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 7 de abril de 2022.

ROGÉRIO CANTU
Prefeito Municipal

"Considerando o contido no Ofício nº 165/2022-DL, da Câmara Municipal, onde consta que a redação final da Lei nº 5.855, de 7 de abril de 2022, deixou de observar a emenda aprovada no Projeto de Lei nº 218/2021, faz-se necessária a republicação da redação final do referido Projeto, publicada em 13/4/2022, na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, Edição nº 8119, e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 2497, por erro material."

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Nº PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
456	Camila Girardi Fiorentino	Nomeação odontologia concurso	25/04/2022
457	Pessoa e Humanos	Nomeação Presidente – PSS	25/04/2022
458	Alexandra Jesus	Exoneração a pedido	25/04/2022
459	Thalany Maria De Silva	Exoneração a pedido	25/04/2022
460	Thamires Isabeli Schaffer De Avila	Nomeação	25/04/2022

A publicação na íntegra do(s) ato(s) acima encontra(m)-se disponível(eis) no seguinte endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/amp – Edição do dia 29 de abril de 2022, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 70 de 06 de julho de 2017.

Portaria Nº 114/2022
DATA: 28/04/2022
SÚMULA: "Aprova a saída de Estágio Probatório da Servidora Municipal Vanderleia Xavier Paes Mattos "

A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: diariomunicipal.com.br/amp/ edição do dia 29/04/2022, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 40/2017 e Decreto Municipal nº 75/2021 e em www.mariopolis.pr.gov.br.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Edital nº. 126 de 28/04/2022 - - Concurso Público 001/2019 Súmula: Exclusão de candidato habilitado, Luciano Kopp, convocado através do Edital nº 124/2021 de 26/04/2022 para o cargo de Psicólogo.

A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 02/2022 de 03 de março de 2022, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, **RESOLVE: TORNAR PÚBLICO**

Art. 1º. A convocação das credenciadas classificadas no Chamamento Público nº 02/2022 de 03 de março de 2022, para o provimento de vagas de VISITADOR SOCIAL..

A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR.

RUA Elpídio dos Santos, 511 - Telefax (46) 3245-1130 e 3245-1122
CEP: 85.548-000 - Honório Serpa - Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº30/2022

O município de Honório Serpa, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 09/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por Item, em sessão pública eletrônica a partir das **09h00min horas** (horário de Brasília- DF) do dia **10 de Maio de 2022**, através do site www.comprasnet.gov.br, destinado a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de monitoramento e rastreamento veicular, para ser utilizado na frota de veículos do município da Honório Serpa-PR**, conforme termo de referencia que é parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos, nos termos da Lei Federal nº 10.024/2019, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado ou no site www.honorioserpa.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail licitacaohonorioserpa@gmail.com ou pelo telefone 0(46)3245-1130.

Honório Serpa, 27 de Abril de 2022.

Indianara Patrícia Brizola
Pregoeira

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
SEDU/PARANACIDADE - PAM
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2022.

O MUNICÍPIO de **Itapejara D'Oeste**, torna público que às 10h00min (dez) horas do dia 12 (doze) de Maio de 2022, na plataforma www.comprasgovernamentais.gov.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R$	PRAZO (DIAS)
Fornecimento e Instalação de Luminárias de Led	100 unid	142.525,00	120

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao **Pregoeiro de Itapejara D'Oeste, Paraná, Brasil - Telefone : (046) 3526-8300 - E-mail admitapejara@gmail.com**. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.comprasgovernamentais.gov.br e no endereço eletrônico www.itapejaradoeste.pr.gov.br, das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas

Itapejara D'Oeste, 12 (doze) de Abril de 2022

Vlademir Lucini - Presidente da Comissão de Licitação - Decreto Nº 221/2021

MUNICIPIO DE MARIOPOLIS
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022. PARTES: MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS E Gelson Luiz Bandolina 04388624675, com sede na Rua Olão nº 1468, Bairro Planalto, CEP 85.925-000, na cidade de Mariópolis, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.634.506/0001-03, inscrição estadual nº isento, domiciliada denominada simplesmente CONTRATADA, DO OBJETO a contratação de empresa para realização de serviços limão de abrir para proteção de fontes no município de Mariópolis, conforme abaixo:

LOTE	ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	1	30,0	Un	Contratação de empresa para realização de serviços limão de abrir para proteção de fontes no município de Mariópolis.	545,00	16.350,00

DO PRAZO: O prazo de execução do presente objeto é de 6 (seis) meses. VALOR: O valor total será o valor de R$ 16.000,00 (Quinze mil reais). PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega das notas, mediante Certificação de recebimento e conferência, emitida pelo Departamento responsável, e apresentação da respectiva Nota Fiscal. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.20 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente – 10.20 – Divisão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – 18.544.0018.2.032.000 – Preservação de Mananciais e Outros Recursos – 33.90.39 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte (000). Despesa 965. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A contrata fica responsável pela proteção da fonte, realizando a limpeza, colocação de pedras nachão e tubo de 50 cm (quando for usado bomba de recalque), cano batido, conectores para saída da água, colocação de pedra brita número 2 em cima das pedras nachão para corrigir os desníveis, aplação com mistura de barro e cimento. Os materiais serão disponibilizados pelo município. Os demais encargos para execução do objeto serão de responsabilidade da contratada. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Art.24. É dispensável a licitação: inciso II JUSTIFICATIVA a) o valor da contratação não justifica a realização de um processo licitatório comum; b) o Município de Mariópolis conta com diversas fontes que estão desprotegidas ou impróprias para o consumo humano. Sendo assim, é necessário desenvolver ações para a proteção e recuperação das fontes, colaborando com a sustentabilidade das propriedades no abastecimento de água, com o desenvolvimento da agricultura e preservação do ecossistema local, além de contribuir com o abastecimento de água potável para a região da bacia do Rio Pato Branco. c) a Nota Técnica nº 120/ 8 – DGP/TCE-PR orienta que os valores fixados pelo Decreto Federal nº 8.412/2015, que alterou os limites para contratações mediante dispensa de licitação, se aplicam também à Administração Pública Municipal, é a prova disso é que a proposta se justifica, pois é aquela que se mostra mais vantajosa para a administração segundo os orçamentos realizados junto a empresas do ramo, o que também condiz no caso, a escolha da executante. Mariópolis, 27 de Abril de 2022. Leoni Espedito Gangaleti – Presidente. Bruna Almeida Zankoski – Membro. Francisco Valdirnir Bueno – Membro. Mario Eduardo Lopes Paulek – Pregoeiro Municipal.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ.
PUBLICAÇÃO DE ATOS:

ATO	DATA	ASSUNTO
Decreto nº. 7.901	**26/04/2022**	Nomeia Assessor Jurídico de Gabinete

A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2022
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, torna em vista a realização final do Concurso Público realizado através do Edital nº 01/2018 com resultado homologado pelo Edital nº 09/2018 de 26 de novembro de 2018. RESOLVE: Art. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados para posse no cargo de Gari (Edital nº 01/2018) no dia 9 de maio de 2022 às 8 horas na sede da Prefeitura Municipal de Mariópolis, situada na Rua Sete de Setembro nº 1468, na cidade de Mariópolis, munidos da documentação necessária relacionada no item 10 do Edital Concurso Público para a devida formação no Cargo para que se habilitou no referido Concurso Público. O não comparecimento no prazo estipulado ou não apresentação da documentação exigida implicará na perda do direito à vaga.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Rafael Rodrigues Ribeiro	Gari	10

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 25 de abril de 2022. MARIO EDUARDO LOPES PAULEK PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 48/2022. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ Data da Licitação: Dia 13 de maio de 2022, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de Insumo Agrícola Tipo Sêmen Bovino, Raças Holandesa Preto E Branco, Holandesa Vermelho E Branco E Jersey, Gênero Insumos Agrícolas. Valor máximo da licitação: R$ 153.650,00. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Divisão da Prefeitura de Chopinzinho. Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel nº 3.811 – Chopinzinho/PR, ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone (46) 3242-8614.

Câmara Mun de Palo Brasil Fls 476

Alvaro Dias defende construção de refinarias para petróleo pesado

FOTO DE SAÚDE/AGÊNCIA SENADO



Para o senador, a iniciativa pode ser a solução para o constante aumento dos preços dos combustíveis

Agência Senado

Em pronunciamento nesta quinta-feira (12), o senador Alvaro Dias (Podemos-PR) defendeu a construção de refinarias que tenham condições de refinar o petróleo pesado produzido no país. Ele afirmou que isso pode ser a solução para o constante aumento dos preços dos combustíveis.

"Nós ganhamos em real, nós exploramos o petróleo em real, o custo da exploração do petróleo se dá em real, mas como não temos a competência para o refino do petróleo aqui [no país], nós exportamos e depois recebemos de volta e pagamos o preço internacional em dólar".

Nesse contexto, o senador questionou por que não há no Brasil refinarias com competência para refinar o petróleo pesado. Além disso, ele declarou que a Refinaria de Abreu e Lima foi "engolida" pela corrupção e outras refinarias estão sucateadas.

Alvaro Dias também ressaltou que, em meio à alta dos preços dos combustíveis, "caminhoneiros protestam, enfim, todos os brasileiros protestam".

Brasil-Paraguai

A Comissão de Educação (CE) aprovou na quinta-feira (12) o Projeto de Lei 1.984/2021, dando ao trecho brasileiro da nova ponte de integração Brasil-Paraguai o nome de Jaime Lerner (1937—2021), arquiteto renomado e governador do Paraná entre 1995 e 2003. O projeto segue para a apreciação do Plenário do Senado.

A iniciativa do projeto foi do então deputado federal Evandro Rogério Roman (PP-PR). No Senado, o relator foi o próprio presidente da CE, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Hoje conhecida como Ponte da Integração, a segunda ponte Brasil-Paraguai sobre o Rio Paraná está sendo construída desde 2019 e sua inauguração está prevista para este ano. Ela ligará Foz do Iguaçu, no Paraná, a Presidente Franco, no Paraguai. É fruto de uma parceria entre os governos do Paraná e federal e Itaipu Binacional. Brasil e Paraguai já são ligados pela Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, inaugurada em 1965.

Fecomércio PR
Sesc | Senac | IFPD
Sesc

TÉCNICO DE ATIVIDADES
na área de Assistência e Educação em Saúde

Vaga nº 165/2022
para Pato Branco

Pré-Requisitos: Ensino superior completo em Serviço Social, Ciências Sociais, Pedagogia ou Psicologia, reconhecido e concluído em instituição de ensino superior credenciada pelo MEC

Acesse www.sescpr.com.br/trabalhe-conosco
verifique os pré-requisitos
e inscreva-se até 20/05/2022.

Câmara conclui mais uma etapa para Consolidação das Leis Municipais

Próxima fase será agrupar a Legislação por eixos temáticos

Assessoria

Desde a instalação do município de Pato Branco e da Sessão de Posse da primeira Legislatura dos vereadores, em 14 de dezembro de 1952, foram sancionadas, até 2020, 5.753 Leis Ordinárias e 87 Leis Complementares, muitas das quais já se tornaram obsoletas ou perderam o objeto, tendo em vista terem sido sancionadas antes mesmo da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Com isso e para oportunizar um melhor entendimento das leis, por parte dos cidadãos, a Câmara de Vereadores de Pato Branco está realizando o processo de Consolidação das Leis Municipais onde, neste mês, mais uma etapa foi concluída e, com isso, 3.469 leis foram revogadas.

O início dos trabalhos foi em maio de 2021, com a vinda de representantes da empresa que está fornecendo a consultoria e com a formação da Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa. A Comissão é composta pelos servidores Gean Geronimo Dranka, Eliana Scariot e Luciano Beltrame e pelos vereadores Eduardo Dala Costa (MDB), Marcos Marini (Podemos) e Maria Cristina Hamera (PV) e todo o processo está sendo possível, tendo em vista o pioneirismo da Câmara de Pato Branco, em possuir todas as leis já digitalizadas e disponibilizadas on-line, para o acesso de todos os cidadãos.

Várias etapas já foram concluídas, entre elas, a sanção da Lei nº 5.895, de 07 de abril de 2022, com a revogação das leis municipais por consolidação. De acordo com o servidor Gean, membro da Comissão, a maioria delas havia perdido o objeto por se tratarem de abertura de créditos especiais e concessões de subvenções sociais, outras porque já não condiziam com o momento atual.

Leis curiosas que foram revogadas

Entre as leis revogadas, há algumas bem interessantes e curiosas, que demonstram o quanto a realidade da cidade mudou com o passar dos anos. Como a Lei nº 58, de 30 de março de 1954, que regulamentava a fiscalização do trânsito em dias de chuvas nas estradas existentes no município, proibindo, em um de seus artigos, o trânsito de caminhões em dias de chuva e determinando que os demais veículos só transitassem nas vias - que na época eram todas de terra e demandavam alto custo de conservação - após quatro horas do término das chuvas.



Entre as leis revogadas, há algumas bem interessantes e curiosas, que demonstram o quanto a realidade da cidade mudou

Também foi revogada a Lei nº 1, de 15 de março de 1957, a qual criava o Regulamento do Serviço de Assistência Social, cuja principal finalidade, em sua 1ª fase de atividade, "era a profilaxia das doenças infecto-contagiosas através da vacinação preventiva". Ela estabelecia que a vacinação seria feita "através das casas escolares municipais obrigatoriamente, e estaduais que quiserem colaborar", sendo que, "a cada vacinado caberá ao professor que aplicar a vacina, a importância de Cr$ 1,00 (um cruzeiro) por injeção aplicada".

Ainda, entre outras leis curiosas, foi revogada a Lei nº 82, de 24 de junho de 1955, que criava o "Sábado Inglês", normatizando que "os estabelecimentos comerciais e industriais funcionarão de segundas as sextas-feiras nos seguintes horários: manhã das 7 horas e 45 minutos às 12 horas; tarde das 13 horas 30 minutos às 18 horas; aos sábados das 7 horas e 45 minutos às 12 horas". A intenção da Lei era regulamentar, no sábado a tarde, o horário de descanso semanal.

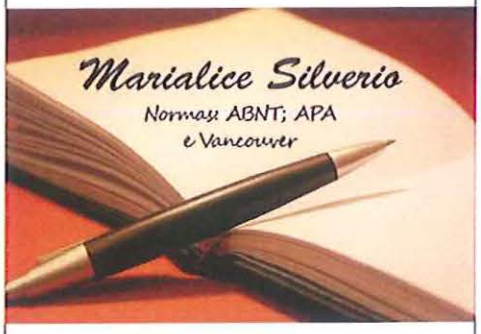
Continuidade dos trabalhos

Desde que a Câmara passou a utilizar o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) - oferecido pelo Programa Interlegis, do Senado Federal, de forma gratuita - diversos serviços passaram a ser ofertados digitalmente, fazendo com que projetos de lei, leis, ofícios, resultado de votações, entre inúmeros outros documentos, pudessem ser acessados e consultados por qualquer pessoa, sem haver a necessidade de vir até a Câmara.

Com a conclusão dessa etapa da consolidação das leis, outro importante passo será dado em busca de uma maior democratização e, acima de tudo, transparência e agilidade dos serviços públicos, como explicou Gean, "a próxima etapa será agrupar as leis por eixos temáticos, como saúde, meio ambiente, mobilidade, educação e tributação, isso facilitará o acesso e o entendimento dos cidadãos à nossa Legislação Municipal", concluiu.

ORGANIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS:

Doutorado; Mestrado e
Artigos para Revistas Científicas



A norma culta permite que os textos possam ser compreendidos de forma concisa, coesa e lógica. Além disso, um texto de excelente qualidade certifica que o pesquisador tem domínio do assunto e possui articulação das ideias.

Marialice Silverio (46) 9 8414-3115
aliceabntsilverio@gmail.com

Prefeitura do Pato Branco
Fls 477

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.895, DE 7 DE ABRIL DE 2022.

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica declarada a revogação das seguintes leis e dispositivos do Município de Pato Branco, implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada:
I. Lei nº 2, de 30 de janeiro de 1953;
II. Lei nº 3, de 31 de janeiro de 1953;
III. Lei nº 4, de 31 de janeiro de 1953;
IV. Lei nº 7, de 2 de fevereiro de 1953;
V. Lei nº 8, de 2 de fevereiro de 1953;
VI. Lei nº 10, de 2 de fevereiro de 1953;
VII. Lei nº 11, de 2 de fevereiro de 1953;
VIII. Lei nº 15, de 17 de fevereiro de 1953;
IX. Lei nº 17, de 20 de fevereiro de 1953;
X. Lei nº 18, de 19 de fevereiro de 1953;
XI. Lei nº 19, de 21 de fevereiro de 1953;
XII. Lei nº 20, de 25 de abril de 1953;
XIII. Lei nº 22, de 25 de junho de 1953;
XIV. Lei nº 23, de 25 de junho de 1953;
XV. Lei nº 25, de 25 de junho de 1953;
XVI. Lei nº 26, de 26 de junho de 1953;
XVII. Lei nº 28, de 1953;
XVIII. Lei nº 29, de 19 de outubro de 1953;
XIX. Lei nº 30, de 19 de outubro de 1953;
XX. Lei nº 31, de 19 de outubro de 1953;
XXI. Lei nº 32, de 19 de outubro de 1953;
XXII. Lei nº 33, de 19 de outubro de 1953;
XXIII. Lei nº 34, de 22 de outubro de 1953;
XXIV. Lei nº 35, de 23 de outubro de 1953;
XXV. Lei nº 36, de 23 de outubro de 1953;
XXVI. Lei nº 37, de 24 de outubro de 1953;
XXVII. Lei nº 38, de 24 de outubro de 1953;
XXVIII. Lei nº 39, de 24 de outubro de 1953;
XXIX. Lei nº 40, de 24 de outubro de 1953;
XXX. Lei nº 41, de 24 de outubro de 1953;
XXXI. Lei nº 42, de 24 de outubro de 1953;
XXXII. Lei nº 43, de 24 de outubro de 1953;
XXXIII. Lei nº 44, de 24 de outubro de 1953;
XXXIV. Lei nº 45, de 24 de outubro de 1953;
XXXV. Lei nº 46, de 24 de outubro de 1953;
XXXVI. Lei nº 47, de 26 de outubro de 1953;
XXXVII. Lei nº 48, de 25 de outubro de 1953;
XXXVIII. Lei nº 50, de 27 de outubro de 1953;
XXXIX. Lei nº 51, de 27 de outubro de 1953;
XL. Lei nº 52, de 27 de outubro de 1953;
XLI. Lei nº 53, de 28 de dezembro de 1953;
XLII. Lei nº 54, de 28 de dezembro de 1953;
XLIII. Lei nº 55, de 28 de dezembro de 1953;
XLIV. Lei nº 56, de 30 de março de 1954;
XLV. Lei nº 57, de 30 de março de 1954;
XLVI. Lei nº 58, de 30 de março de 1954;
XLVII. Lei nº 59, de 30 de março de 1954;
XLVIII. Lei nº 60, de 30 de abril de 1954;
XLIX. Lei nº 61, de 30 de março de 1954;
L. Lei nº 64, de 18 de outubro de 1954;
LI. Lei nº 65, de 22 de outubro de 1954;
LII. Lei nº 72, de 5 de janeiro de 1955;
LIII. Lei nº 73, de 5 de janeiro de 1955;
LIV. Lei nº 74, de 5 de janeiro de 1955;
LV. Lei nº 75, de 1º de fevereiro de 1955;
LVI. Lei nº 76, de 4 de fevereiro de 1955;
LVII. Lei nº 78, de 17 de fevereiro de 1955;
LVIII. Lei nº 79, de 3 de junho de 1955;
LIX. Lei nº 80, de 3 de junho de 1955;
LX. Lei nº 81, de 3 de junho de 1955;

Fls. 418

LXI. Lei nº 82, de 24 de junho de 1955;
LXII. Lei nº 83, de 24 de junho de 1955;
LXIII. Lei nº 84, de 14 de julho de 1955;
LXIV. Lei nº 86, de 14 de julho de 1955;
LXV. Lei nº 87, de 10 de outubro de 1955;
LXVI. Lei nº 88, de 19 de outubro de 1955;
LXVII. Lei nº 89, de 21 de outubro de 1955;
LXVIII. Lei nº 90, de 30 de novembro de 1955;
LXIX. Lei nº 91, de 12 de janeiro de 1956;
LXX. Lei nº 92, de 12 de janeiro de 1956;
LXXI. Lei nº 93, de 12 de janeiro de 1956;
LXXII. Lei nº 94, de 14 de janeiro de 1956;
LXXIII. Lei nº 95, de 26 de março de 1956;
LXXIV. Lei nº 96, de 26 de março de 1956;
LXXV. Lei nº 97, de 26 de março de 1956;
LXXVI. Lei nº 98, de 26 de março de 1956;
LXXVII. Lei nº 99, de 26 de março de 1956;
LXXVIII. Lei nº 100, de 26 de março de 1956;
LXXIX. Lei nº 101, de 26 de março de 1956;
LXXX. Lei nº 102, de 26 de março de 1956;
LXXXI. Lei nº 103, de 26 de março de 1956;
LXXXII. Lei nº 104, de 26 de março de 1956;
LXXXIII. Lei nº 105, de 26 de março de 1956;
LXXXIV. Lei nº 106, de 26 de março de 1956;
LXXXV. Lei nº 107, de 26 de março de 1956;
LXXXVI. Lei nº 108, de 26 de março de 1956;
LXXXVII. Lei nº 109, de 16 de abril de 1956;
LXXXVIII. Lei nº 110, de 16 de abril de 1956;
LXXXIX. Lei nº 112, de 7 de maio de 1956;
XC. Lei nº 113, de 7 de maio de 1956;
XCI. Lei nº 114, de 7 de maio de 1956;
XCII. Lei nº 115, de 7 de maio de 1956;
XCIII. Lei nº 116, de 31 de maio de 1956;
XCIV. Lei nº 117, de 31 de maio de 1956;
XCV. Lei nº 118, de 26 de junho de 1956;
XCVI. Lei nº 119, de 26 de junho de 1956;
XCVII. Lei nº 120, de 26 de junho de 1956;
XCVIII. Lei nº 121, de 26 de junho de 1956;
XCIX. Lei nº 122, de 26 de junho de 1956;
C. Lei nº 122-A, de 28 de dezembro de 1956;
CI. Lei nº 123, de 31 de dezembro de 1956;
CII. Lei nº 127, de 31 de dezembro de 1956;
CIII. Lei nº 128, de 31 de dezembro de 1956;
CIV. Lei nº 129, de 31 de dezembro de 1956;
CV. Lei nº 130, de 31 de dezembro de 1956;
CVI. Lei nº 131, de 31 de dezembro de 1956;
CVII. Lei nº 132, de 31 de dezembro de 1956;
CVIII. Lei nº 133, de 31 de dezembro de 1956;
CIX. Lei nº 134, de 31 de dezembro de 1956;
CX. Lei nº 135, de 31 de dezembro de 1956;
CXI. Lei nº 136, de 28 de dezembro de 1956;
CXII. Lei nº 1, de 15 de março de 1957;
CXIII. Lei nº 2, de 15 de março de 1957;
CXIV. Lei nº 3, de 15 de março de 1957;
CXV. Lei nº 4, de 15 de março de 1957;
CXVI. Lei nº 5, de 15 de março de 1957;
CXVII. Lei nº 6, de 15 de março de 1957;
CXVIII. Lei nº 7, de 15 de março de 1957;
CXIX. Lei nº 8, de 15 de março de 1957;
CXX. Lei nº 9, de 15 de março de 1957;
CXXI. Lei nº 11, de 17 de junho de 1957;
CXXII. Lei nº 12, de 17 de junho de 1957;
CXXIII. Lei nº 13, de 17 de junho de 1957;
CXXIV. Lei nº 14, de 17 de junho de 1957;
CXXV. Lei nº 15, de 17 de julho de 1957;
CXXVI. Lei nº 16, de 17 de junho de 1957;
CXXVII. Lei nº 17, de 17 de junho de 1957;
CXXVIII. Lei nº 18, de 17 de junho de 1957;
CXXIX. Lei nº 19, de 17 de julho de 1957;
CXXX. Lei nº 20, de 17 de junho de 1957;
CXXXI. Lei nº 21, de 17 de junho de 1957;
CXXXII. Lei nº 22, de 1957;
CXXXIII. Lei nº 23, de 17 de junho de 1957;
CXXXIV. Lei nº 25, de 17 de junho de 1957;
CXXXV. Lei nº 26, de 17 de junho de 1957;
CXXXVI. Lei nº 27, de 17 de junho de 1957;
CXXXVII. Lei nº 28, de 17 de junho de 1957;
CXXXVIII. Lei nº 29, de 26 de setembro de 1957;
CXXXIX. Lei nº 30, de 27 de setembro de 1957;
CXL. Lei nº 31, de 18 de junho de 1957;
CXLI. Lei nº 32, de 18 de junho de 1957;
CXLII. Lei nº 33, de 18 de junho de 1957;
CXLIII. Lei nº 34, de 8 de novembro de 1957;

CXLIV. Lei nº 35, de 18 de junho de 1957;
CXLV. Lei nº 36, de 12 de dezembro de 1957;
CXLVI. Lei nº 37, de 12 de dezembro de 1957;
CXLVII. Lei nº 38, de 12 de dezembro de 1957;
CXLVIII. Lei nº 39, de 12 de dezembro de 1957;
CXLIX. Lei nº 40, de 12 de dezembro de 1957;
CL. Lei nº 41, de 12 de dezembro de 1957;
CLI. Lei nº 42, de 12 de dezembro de 1957;
CLII. Lei nº 43, de 12 de dezembro de 1957;
CLIII. Lei nº 44, de 18 de junho de 1957;
CLIV. Lei nº 45, de 18 de junho de 1957;
CLV. Lei nº 46, de 18 de junho de 1957;
CLVI. Lei nº 1, de 28 de fevereiro de 1958;
CLVII. Lei nº 4, de 13 de março de 1958;
CLVIII. Lei nº 5, de 18 de junho de 1958;
CLIX. Lei nº 6, de 18 de junho de 1958;
CLX. Lei nº 7, de 21 de maio de 1958;
CLXI. Lei nº 8, de 18 de junho de 1958;
CLXII. Lei nº 9, de 18 de junho de 1958;
CLXIII. Lei nº 10, de 18 de junho de 1958;
CLXIV. Lei nº 11, de 20 de junho de 1958;
CLXV. Lei nº 13, de 20 de junho de 1958;
CLXVI. Lei nº 14, de 18 de junho de 1958;
CLXVII. Lei nº 15, de 17 de julho de 1958;
CLXVIII. Lei nº 16, de 16 de julho de 1958;
CLXIX. Lei nº 17, de 16 de julho de 1958;
CLXX. Lei nº 18, de 16 de julho de 1958;
CLXXI. Lei nº 19, de 17 de julho de 1958;
CLXXII. Lei nº 20, de 10 de julho de 1958;
CLXXIII. Lei nº 21, de 22 de dezembro de 1958;
CLXXIV. Lei nº 22, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXV. Lei nº 23, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXVI. Lei nº 24, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXVII. Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXVIII. Lei nº 26, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXIX. Lei nº 27, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXX. Lei nº 28, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXXI. Lei nº 29, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXXII. Lei nº 30, de 20 de dezembro de 1958;
CLXXXIII. Lei nº 1, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXIV. Lei nº 2, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXV. Lei nº 3, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXVI. Lei nº 4, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXVII. Lei nº 5, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXVIII. Lei nº 6, de 7 de janeiro de 1959;
CLXXXIX. Lei nº 7, de 7 de janeiro de 1959;
CXC. Lei nº 10, de 7 de janeiro de 1959;
CXCI. Lei nº 15, de 16 de junho de 1959;
CXCII. Lei nº 16, de 20 de junho de 1959;
CXCIII. Lei nº 17, de 20 de junho de 1959;
CXCIV. Lei nº 18, de 20 de junho de 1959;
CXCV. Lei nº 19, de 2 de julho de 1959;
CXCVI. Lei nº 21, de 2 de julho de 1959;
CXCVII. Lei nº 22, de 2 de julho de 1959;
CXCVIII. Lei nº 23, de 2 de julho de 1959;
CXCIX. Lei nº 24, de 2 de julho de 1959;
CC. Lei nº 25, de 7 de julho de 1959;
CCI. Lei nº 26, de 4 de outubro de 1959;
CCII. Lei nº 27, de 4 de outubro de 1959;
CCIII. Lei nº 29, de 14 de outubro de 1959;
CCIV. Lei nº 30, de 17 de outubro de 1959;
CCV. Lei nº 31, de 17 de outubro de 1959;
CCVI. Lei nº 36, de 23 de outubro de 1959;
CCVII. Lei nº 37, de 23 de outubro de 1959;
CCVIII. Lei nº 38, de 23 de outubro de 1959;
CCIX. Lei nº 39, de 23 de outubro de 1959;
CCX. Lei nº 40, de 23 de outubro de 1959;
CCXI. Lei nº 41, de 10 de outubro de 1959;
CCXII. Lei nº 42, de 22 de outubro de 1959;
CCXIII. Lei nº 43, de 23 de outubro de 1959;
CCXIV. Lei nº 44, de 23 de outubro de 1959;
CCXV. Lei nº 45, de 17 de outubro de 1959;
CCXVI. Lei nº 1, de 10 de abril de 1960;
CCXVII. Lei nº 1-A, de 13 de fevereiro de 1960;
CCXVIII. Lei nº 3, de 12 de abril de 1960;
CCXIX. Lei nº 4, de 14 de abril de 1960;
CCXX. Lei nº 4-A, de 23 de maio de 1960;
CCXXI. Lei nº 5, de 4 de abril de 1960;
CCXXII. Lei nº 6, de 10 de abril de 1960;
CCXXIII. Lei nº 7, de 10 de abril de 1960;
CCXXIV. Lei nº 8, de 29 de março de 1960;
CCXXV. Lei nº 11, de 29 de março de 1960;
CCXXVI. Lei nº 12, de 29 de outubro 1960;

CCXXVII. Lei nº 13, de 29 de outubro de 1960;
CCXXVIII. Lei nº 14, de 29 de outubro de 1960;
CCXXIX. Lei nº 15, de 29 de outubro de 1960;
CCXXX. Lei nº 16, de 29 de outubro de 1960;
CCXXXI. Lei nº 17, de 29 de outubro de 1960;
CCXXXII. Lei nº 18, de 14 de abril de 1960;
CCXXXIII. Lei nº 19, de 29 de outubro 1960;
CCXXXIV. Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1961;
CCXXXV. Lei nº 2, de 11 de março de 1961;
CCXXXVI. Lei nº 3, de 11 de março de 1961;
CCXXXVII. Lei nº 4, de 11 de março de 1961;
CCXXXVIII. Lei nº 5, de 11 de março de 1961;
CCXXXIX. Lei nº 6, de 11 de março de 1961;
CCXL. Lei nº 7, de 26 de março de 1961;
CCXLI. Lei nº 8, de 26 de março de 1961;
CCXLII. Lei nº 9, de 14 de abril de 1961;
CCXLIII. Lei nº 12, de 15 de abril de 1961;
CCXLIV. Lei nº 14, de junho de 1961;
CCXLV. Lei nº 15, de junho de 1961;
CCXLVI. Lei nº 17, de 30 de junho de 1961;
CCXLVII. Lei nº 18, de 30 de junho de 1961;
CCXLVIII. Lei nº 19, de 29 de setembro de 1961;
CCXLIX. Lei nº 20, de 29 de setembro de 1961;
CCL. Lei nº 22, de 8 de novembro de 1961;
CCLI. Lei nº 23, de 8 de novembro de 1961;
CCLII. Lei nº 24, de 26 de dezembro de 1961;
CCLIII. Lei nº 25, de 26 de dezembro de 1961;
CCLIV. Lei nº 26, de 30 de dezembro de 1961;
CCLV. Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1961;
CCLVI. Lei nº 2, de 16 de fevereiro de 1962;
CCLVII. Lei nº 3, de 15 de fevereiro de 1962;
CCLVIII. Lei nº 4, de 7 de março de 1962;
CCLIX. Lei nº 5, de 23 de maio de 1962;
CCLX. Lei nº 6, de 23 de maio de 1962;
CCLXI. Lei nº 7, de 23 de maio de 1962;
CCLXII. Lei nº 8, de 31 de julho de 1962;
CCLXIII. Lei nº 9, de 31 de julho de 1962;
CCLXIV. Lei nº 10, de 31 de julho de 1962;
CCLXV. Lei nº 11, de 31 de julho de 1962;
CCLXVI. Lei nº 12, de 31 de julho de 1962;
CCLXVII. Lei nº 13, de 31 de julho de 1962;
CCLXVIII. Lei nº 14, de 5 de outubro de 1962;
CCLXIX. Lei nº 15, de 28 de novembro de 1962;
CCLXX. Lei nº 16, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXI. Lei nº 17, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXII. Lei nº 18, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXIII. Lei nº 19, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXIV. Lei nº 20, de 21 de dezembro de 1962;
CCLXXV. Lei nº 1, de 16 de janeiro de 1963;
CCLXXVI. Lei nº 2, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXXVII. Lei nº 3, de 1º de fevereiro de 1963;
CCLXXVIII. Lei nº 4, de 29 de março de 1963;
CCLXXIX. Lei nº 5, de 30 de março de 1963;
CCLXXX. Lei nº 6, de 30 de março de 1963;
CCLXXXI. Lei nº 7, de 2 de abril de 1963;
CCLXXXII. Lei nº 8, de 21 de junho de 1963;
CCLXXXIII. Lei nº 9, de 24 de junho de 1963;
CCLXXXIV. Lei nº 10, de 24 de junho de 1963;
CCLXXXV. Lei nº 11, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVI. Lei nº 12, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVII. Lei nº 13, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXVIII. Lei nº 14, de 11 de julho de 1963;
CCLXXXIX. Lei nº 15, de 11 de julho de 1963;
CCXC. Lei nº 16, de 21 de setembro de 1963;
CCXCI. Lei nº 17, de 21 de setembro de 1963;
CCXCII. Lei nº 18, de 21 de setembro de 1963;
CCXCIII. Lei nº 19, de 21 de setembro de 1963;
CCXCIV. Lei nº 20, de 21 de setembro de 1963;
CCXCV. Lei nº 21, de 21 de setembro de 1963;
CCXCVI. Lei nº 22, de 21 de setembro de 1963;
CCXCVII. Lei nº 23, de 25 de outubro de 1963;
CCXCVIII. Lei nº 25, de 18 de dezembro de 1963;
CCXCIX. Lei nº 26, de 18 de dezembro de 1963;
CCC. Lei nº 27, de 18 de dezembro de 1963;
CCCI. Lei nº 2, de 15 de junho de 1964;
CCCII. Lei nº 3, de 15 de junho de 1964;
CCCIII. Lei nº 4, de 15 de junho de 1964;
CCCIV. Lei nº 5, de 15 de junho de 1964;
CCCV. Lei nº 6, de 15 de junho de 1964;
CCCVI. Lei nº 7, de 6 de julho de 1964;
CCCVII. Lei nº 8, de 6 de julho de 1964;
CCCVIII. Lei nº 10, de 18 de agosto de 1964;
CCCIX. Lei nº 11, de 20 de agosto de 1964;

Fls. 481

CCCX. Lei nº 12, de 18 de dezembro de 1964;
CCCXI. Lei nº 13, de 24 de dezembro de 1964;
CCCXII. Lei nº 13-1, de 30 de dezembro de 1964;
CCCXIII. Lei nº 14, de 30 de dezembro de 1964;
CCCXIV. Lei nº 15, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXV. Lei nº 16, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXVI. Lei nº 17, de 31 de dezembro de 1964;
CCCXVII. Lei nº 18, de 1964;
CCCXVIII. Lei nº 1, de 3 de março de 1965;
CCCXIX. Lei nº 3, de 8 de março de 1965;
CCCXX. Lei nº 4, de 3 de março de 1965;
CCCXXI. Lei nº 5, de 8 de março de 1965;
CCCXXII. Lei nº 7, de 13 de março de 1965;
CCCXXIII. Lei nº 8, de 13 de março de 1965;
CCCXXIV. Lei nº 9, de 13 de março de 1965;
CCCXXV. Lei nº 10, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVI. Lei nº 11, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVII. Lei nº 12, de 8 de abril de 1965;
CCCXXVIII. Lei nº 13, de 8 de abril de 1965;
CCCXXIX. Lei nº 14, de 9 de abril de 1965;
CCCXXX. Lei nº 15, de 9 de abril de 1965;
CCCXXXI. Lei nº 16, de 14 de maio de 1965;
CCCXXXII. Lei nº 17, de 7 de julho de 1965;
CCCXXXIII. Lei nº 18, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXIV. Lei nº 19, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXV. Lei nº 21, de 6 de julho de 1965;
CCCXXXVI. Lei nº 22, de 28 de junho de 1965;
CCCXXXVII. Lei nº 23, de 7 de junho de 1965;
CCCXXXVIII. Lei nº 25, de 2 de agosto de 1965;
CCCXXXIX. Lei nº 26, de 2 de agosto de 1965;
CCCXL. Lei nº 27, de 3 de agosto de 1965;
CCCXLI. Lei nº 28, de 3 de agosto de 1965;
CCCXLII. Lei nº 29, de 9 de setembro de 1965;
CCCXLIII. Lei nº 30, de 6 de setembro de 1965;
CCCXLIV. Lei nº 32, de 20 de setembro de 1965;
CCCXLV. Lei nº 33, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVI. Lei nº 34, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVII. Lei nº 35, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLVIII. Lei nº 36, de 13 de outubro de 1965;
CCCXLIX. Lei nº 37, de 13 de outubro de 1965;
CCCL. Lei nº 39, de 13 de outubro de 1965;
CCCLI. Lei nº 40, de 13 de outubro de 1965;
CCCLII. Lei nº 42, de 8 de novembro de 1965;
CCCLIII. Lei nº 43, de 9 de novembro de 1965;
CCCLIV. Lei nº 44, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLV. Lei nº 45, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVI. Lei nº 46, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVII. Lei nº 47, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLVIII. Lei nº 48, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLIX. Lei nº 49, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLX. Lei nº 50, de 9 de dezembro de 1965;
CCCLXI. Lei nº 51, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXII. Lei nº 52, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXIII. Lei nº 53, de 20 de dezembro de 1965;
CCCLXIV. Lei nº 54, de 10 de dezembro de 1965;
CCCLXV. Lei nº 1, de 11 de março de 1966;
CCCLXVI. Lei nº 2, de 14 de março de 1966;
CCCLXVII. Lei nº 3, de 14 de março de 1966;
CCCLXVIII. Lei nº 4, de 14 de março de 1966;
CCCLXIX. Lei nº 5, de 14 de março de 1966;
CCCLXX. Lei nº 6, de 14 de março de 1966;
CCCLXXI. Lei nº 7, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXII. Lei nº 8, de 14 de março de 1966;
CCCLXXIII. Lei nº 9, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXIV. Lei nº 10, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXV. Lei nº 11, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVI. Lei nº 12, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVII. Lei nº 13, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXVIII. Lei nº 14, de 15 de abril de 1966;
CCCLXXIX. Lei nº 15, de 3 de maio de 1966;
CCCLXXX. Lei nº 16, de 3 de maio de 1966;
CCCLXXXI. Lei nº 17, de 2 de maio de 1966;
CCCLXXXII. Lei nº 19, de 13 de junho de 1966;
CCCLXXXIII. Lei nº 20, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXXIV. Lei nº 21, de 6 de junho de 1966;
CCCLXXXV. Lei nº 22, de 10 de junho de 1966;
CCCLXXXVI. Lei nº 23, de 6 de julho de 1966;
CCCLXXXVII. Lei nº 25, de 4 de julho de 1966;
CCCLXXXVIII. Lei nº 26, de 5 de julho de 1966;
CCCLXXXIX. Lei nº 27, de 6 de julho de 1966;
CCCXC. Lei nº 28, de 6 de julho de 1966;
CCCXCI. Lei nº 29, de 1º de agosto de 1966;
CCCXCII. Lei nº 31, de 1º de agosto de 1966;

CCCXCIII. Lei nº 32, de 2 de agosto de 1966;
CCCXCIV. Lei nº 34, de 2 de agosto de 1966;
CCCXCV. Lei nº 36, de 3 de agosto de 1966;
CCCXCVI. Lei nº 37, de 2 de setembro de 1966;
CCCXCVII. Lei nº 38, de 12 de setembro de 1966;
CCCXCVIII. Lei nº 39, de 5 de outubro de 1966;
CCCXCIX. Lei nº 40, de 5 de outubro de 1966;
CD. Lei nº 41, de 5 de outubro de 1966;
CDI. Lei nº 42, de 6 de dezembro de 1966;
CDII. Lei nº 43, de 6 de dezembro de 1966;
CDIII. Lei nº 45, de 15 de dezembro de 1966;
CDIV. Lei nº 49, de 28 de dezembro de 1966;
CDV. Lei nº 1, de 3 de fevereiro de 1967;
CDVI. Lei nº 3, de 14 de fevereiro de 1967;
CDVII. Lei nº 5, de 7 de abril de 1967;
CDVIII. Lei nº 6, de 7 de abril de 1967;
CDIX. Lei nº 7, de 11 de abril de 1967;
CDX. Lei nº 8, de 5 de maio de 1967;
CDXI. Lei nº 9, de 5 de junho de 1967;
CDXII. Lei nº 10, de 5 de junho de 1967;
CDXIII. Lei nº 11, de 5 de junho de 1967;
CDXIV. Lei nº 16, de 12 de setembro de 1967;
CDXV. Lei nº 17, de 12 de setembro de 1967;
CDXVI. Lei nº 18, de 12 de setembro de 1967;
CDXVII. Lei nº 19, de 13 de setembro de 1967;
CDXVIII. Lei nº 20, de 13 de setembro de 1967;
CDXIX. Lei nº 21, de 13 de setembro de 1967;
CDXX. Lei nº 22, de 13 de setembro de 1967;
CDXXI. Lei nº 23, de 12 de outubro de 1967;
CDXXII. Lei nº 24, de 7 de novembro de 1967;
CDXXIII. Lei nº 25, de 7 de novembro de 1967;
CDXXIV. Lei nº 26, de 7 de novembro de 1967;
CDXXV. Lei nº 27, de 13 de novembro de 1967;
CDXXVI. Lei nº 28, de 6 de dezembro de 1967;
CDXXVII. Lei nº 29, de 6 de dezembro de 1967;
CDXXVIII. Lei nº 1, de 15 de janeiro de 1968;
CDXXIX. Lei nº 2, de 5 de abril de 1968;
CDXXX. Lei nº 4, de 5 de abril de 1968;
CDXXXI. Lei nº 5, de 2 de abril de 1968;
CDXXXII. Lei nº 7, de 17 de junho de 1968;
CDXXXIII. Lei nº 8, de 17 de junho de 1968;
CDXXXIV. Lei nº 9, de 17 de junho de 1968;
CDXXXV. Lei nº 11, de 17 de junho de 1968;
CDXXXVI. Lei nº 12, de 17 de junho de 1968;
CDXXXVII. Lei nº 13, de 16 de junho de 1968;
CDXXXVIII. Lei nº 14, de 17 de junho de 1968;
CDXXXIX. Lei nº 15, de 4 de julho de 1968;
CDXL. Lei nº 16, de 7 de outubro de 1968;
CDXLI. Lei nº 17, de 7 de outubro de 1968;
CDXLII. Lei nº 18, de 8 de outubro de 1968;
CDXLIII. Lei nº 20, de 8 de outubro de 1968;
CDXLIV. Lei nº 21, de 8 de outubro de 1968;
CDXLV. Lei nº 22, de 8 de outubro de 1968;
CDXLVI. Lei nº 23, de 4 de dezembro de 1968;
CDXLVII. Lei nº 24, de 4 de dezembro de 1968;
CDXLVIII. Lei nº 26, de 4 de dezembro de 1968;
CDXLIX. Lei nº 27, de 4 de dezembro de 1968;
CDL. Lei nº 28, de 4 de dezembro de 1968;
CDLI. Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1968;
CDLII. Lei nº 30, de 5 de dezembro de 1968;
CDLIII. Lei nº 31, de 5 de dezembro de 1968;
CDLIV. Lei nº 1, de 11 de março de 1969;
CDLV. Lei nº 2, de 8 de abril de 1969;
CDLVI. Lei nº 3, de 9 de abril de 1969;
CDLVII. Lei nº 4, de 9 de abril de 1969;
CDLVIII. Lei nº 5, de 11 de abril de 1969;
CDLIX. Lei nº 6, de 9 de maio de 1969;
CDLX. Lei nº 7, de 18 de maio de 1969;
CDLXI. Lei nº 8, de 20 de maio de 1969;
CDLXII. Lei nº 9, de 20 de maio de 1969;
CDLXIII. Lei nº 14, de 6 de agosto de 1969;
CDLXIV. Lei nº 15, de 8 de agosto de 1969;
CDLXV. Lei nº 16, de 10 de setembro de 1969;
CDLXVI. Lei nº 17, de 6 de setembro de 1969;
CDLXVII. Lei nº 21, de 5 de novembro de 1969;
CDLXVIII. Lei nº 22, de 5 de novembro de 1969;
CDLXIX. Lei nº 24, de 5 de novembro de 1969;
CDLXX. Lei nº 25, de 6 de novembro de 1969;
CDLXXI. Lei nº 26, de 7 de novembro de 1969;
CDLXXII. Lei nº 27, de 7 de novembro de 1969;
CDLXXIII. Lei nº 29, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXIV. Lei nº 30, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXV. Lei nº 31, de 16 de dezembro de 1969;

CDLXXVI. Lei nº 32, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXVII. Lei nº 33, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXVIII. Lei nº 34, de 16 de dezembro de 1969;
CDLXXIX. Lei nº 35, de 8 de abril de 1970;
CDLXXX. Lei nº 41, de 2 de junho de 1970;
CDLXXXI. Lei nº 42, de 26 de junho de 1970;
CDLXXXII. Lei nº 43, de 26 de junho de 1970;
CDLXXXIII. Lei nº 44, de 7 de julho de 1970;
CDLXXXIV. Lei nº 45, de 11 de agosto de 1970;
CDLXXXV. Lei nº 46, de 7 de outubro de 1970;
CDLXXXVI. Lei nº 48, de 1º de dezembro de 1970;
CDLXXXVII. Lei nº 49, de 1º de dezembro de 1970;
CDLXXXVIII. Lei nº 52, de 18 de dezembro de 1970;
CDLXXXIX. Lei nº 53, de 18 de dezembro de 1970;
CDXC. Lei nº 54, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCI. Lei nº 55, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCII. Lei nº 56, de 18 de dezembro de 1970;
CDXCIII. Lei nº 60, de 16 de julho de 1971;
CDXCIV. Lei nº 61, de 10 de agosto de 1971;
CDXCV. Lei nº 62, de 10 de agosto de 1971;
CDXCVI. Lei nº 63, de 18 de agosto de 1971;
CDXCVII. Lei nº 67, de 10 de setembro de 1971;
CDXCVIII. Lei nº 68, de 10 de setembro de 1971;
CDXCIX. Lei nº 69, de 10 de setembro de 1971;
D. Lei nº 70, de 5 de outubro de 1971;
DI. Lei nº 71, de 6 de outubro de 1971;
DII. Lei nº 72, de 9 de novembro de 1971;
DIII. Lei nº 75, de 9 de novembro de 1971;
DIV. Lei nº 76, de 9 de novembro de 1971;
DV. Lei nº 77, de 9 de novembro de 1971;
DVI. Lei nº 79, de 10 de novembro de 1971;
DVII. Lei nº 80, de 15 de dezembro de 1971;
DVIII. Lei nº 81, de 28 de dezembro de 1971;
DIX. Lei nº 82, de 28 de dezembro de 1971;
DX. Lei nº 83, de 28 de dezembro de 1971;
DXI. Lei nº 84, de 28 de dezembro de 1971;
DXII. Lei nº 85, de 28 de dezembro de 1971;
DXIII. Lei nº 86, de 29 de fevereiro de 1972;
DXIV. Lei nº 92, de 20 de fevereiro de 1972;
DXV. Lei nº 94, de 29 de fevereiro de 1972;
DXVI. Lei nº 97, de 1972;
DXVII. Lei nº 98, de 19 de abril de 1972;
DXVIII. Lei nº 100, de 10 de maio de 1972;
DXIX. Lei nº 102, de 27 de junho de 1972;
DXX. Lei nº 103, de 6 de julho de 1972;
DXXI. Lei nº 104, de 27 de julho de 1972;
DXXII. Lei nº 108, de 28 de agosto de 1972;
DXXIII. Lei nº 109, de 19 de dezembro de 1972;
DXXIV. Lei nº 111, de 19 de dezembro de 1972;
DXXV. Lei nº 112, de 19 de dezembro de 1972;
DXXVI. Lei nº 115, de 19 de dezembro de 1972;
DXXVII. Lei nº 117, de 19 de dezembro de 1972;
DXXVIII. Lei nº 118, de 19 de dezembro de 1972;
DXXIX. Lei nº 120, de 21 de março de 1973;
DXXX. Lei nº 121, de 6 de abril de 1973;
DXXXI. Lei nº 122, de 6 de abril de 1973;
DXXXII. Lei nº 124, de 6 de abril de 1973;
DXXXIII. Lei nº 125, de 10 de maio de 1973;
DXXXIV. Lei nº 126, de 10 de maio de 1973;
DXXXV. Lei nº 128, de 13 de julho de 1973;
DXXXVI. Lei nº 130, de 31 de agosto de 1973;
DXXXVII. Lei nº 132, de 31 de agosto de 1973;
DXXXVIII. Lei nº 133, de 31 de agosto de 1973;
DXXXIX. Lei nº 135, de 31 de agosto de 1973;
DXL. Lei nº 136, de 6 de setembro de 1973;
DXLI. Lei nº 137, de 6 de setembro de 1973;
DXLII. Lei nº 138, de 6 de setembro de 1973;
DXLIII. Lei nº 139, de 6 de setembro de 1973;
DXLIV. Lei nº 143, de 2 de outubro de 1973;
DXLV. Lei nº 145, de 9 de novembro de 1973;
DXLVI. Lei nº 146, de 28 de novembro de 1973;
DXLVII. Lei nº 147, de 28 de novembro de 1973;
DXLVIII. Lei nº 148, de 30 de novembro de 1973;
DXLIX. Lei nº 149, de 2 de dezembro de 1973;
DL. Lei nº 150, de 2 de dezembro de 1973;
DLI. Lei nº 151, de 2 de dezembro de 1973;
DLII. Lei nº 152, de 2 de dezembro de 1973;
DLIII. Lei nº 153, de 2 de dezembro de 1973;
DLIV. Lei nº 154, de 5 de dezembro de 1973;
DLV. Lei nº 156, de 5 de dezembro de 1973;
DLVI. Lei nº 157, de 8 de abril de 1974;
DLVII. Lei nº 158, de 8 de abril de 1974;
DLVIII. Lei nº 160, de 9 de maio de 1974;

Tribunal de Pato Branco
FLS. 434

DLIX. Lei nº 163, de 22 de agosto de 1974;
DLX. Lei nº 164, de 22 de agosto de 1974;
DLXI. Lei nº 165, de 9 de setembro de 1974;
DLXII. Lei nº 166, de 9 de setembro de 1974;
DLXIII. Lei nº 167, de 9 de setembro de 1974;
DLXIV. Lei nº 169, de 1º de outubro de 1974;
DLXV. Lei nº 170, de 1º de outubro de 1974;
DLXVI. Lei nº 171, de 10 de outubro de 1974;
DLXVII. Lei nº 172, de 6 de novembro de 1974;
DLXVIII. Lei nº 173, de 6 de novembro de 1974;
DLXIX. Lei nº 174, de 18 de novembro de 1974;
DLXX. Lei nº 175, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXI. Lei nº 176, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXII. Lei nº 177, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXIII. Lei nº 178, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXIV. Lei nº 179, de 9 de dezembro de 1974;
DLXXV. Lei nº 181, de 12 de maio de 1975;
DLXXVI. Lei nº 182, de 12 de maio de 1975;
DLXXVII. Lei nº 184, de 12 de maio de 1975;
DLXXVIII. Lei nº 185, de 12 de maio de 1975;
DLXXIX. Lei nº 188, de 17 de julho de 1975;
DLXXX. Lei nº 189, de 17 de julho de 1975;
DLXXXI. Lei nº 190, de 17 de julho de 1975;
DLXXXII. Lei nº 191, de 21 de julho de 1975;
DLXXXIII. Lei nº 195, de 10 de setembro de 1975;
DLXXXIV. Lei nº 196, de 9 de outubro de 1975;
DLXXXV. Lei nº 197, de 9 de outubro de 1975;
DLXXXVI. Lei nº 200, de 13 de outubro de 1975;
DLXXXVII. Lei nº 201, de 14 de outubro de 1975;
DLXXXVIII. Lei nº 202, de 6 de novembro de 1975;
DLXXXIX. Lei nº 203, de 13 de outubro de 1975;
DXC. Lei nº 204, de 9 de dezembro de 1975;
DXCI. Lei nº 206, de 12 de dezembro de 1975;
DXCII. Lei nº 207, de 12 de dezembro de 1975;
DXCIII. Lei nº 215, de 25 de março de 1976;
DXCIV. Lei nº 216, de 25 de março de 1976;
DXCV. Lei nº 217, de 12 de abril de 1976;
DXCVI. Lei nº 218, de 22 de junho de 1976;
DXCVII. Lei nº 219, de 22 de junho de 1976;
DXCVIII. Lei nº 221, de 22 de junho de 1976;
DXCIX. Lei nº 223, de 2 de julho de 1976;
DC. Lei nº 224, de 5 de agosto de 1976;
DCI. Lei nº 225, de 5 de agosto de 1976;
DCII. Lei nº 226, de 5 de agosto de 1976;
DCIII. Lei nº 227, de 5 de agosto de 1976;
DCIV. Lei nº 228, de 5 de agosto de 1976;
DCV. Lei nº 229, de 15 de setembro de 1976;
DCVI. Lei nº 230, de 15 de setembro de 1976;
DCVII. Lei nº 231, de 15 de setembro de 1976;
DCVIII. Lei nº 232, de 16 de setembro de 1976;
DCIX. Lei nº 237, de 18 de outubro de 1976;
DCX. Lei nº 239, de 29 de novembro de 1976;
DCXI. Lei nº 241, de 17 de novembro de 1976;
DCXII. Lei nº 242, de 30 de novembro de 1976;
DCXIII. Lei nº 243, de 15 de dezembro de 1976;
DCXIV. Lei nº 245, de 16 de dezembro de 1976;
DCXV. Lei nº 246, de 26 de janeiro de 1977;
DCXVI. Lei nº 248, de 26 de janeiro de 1977;
DCXVII. Lei nº 249, de 11 de março de 1977;
DCXVIII. Lei nº 250, de 14 de março de 1977;
DCXIX. Lei nº 253, de 14 de março de 1977;
DCXX. Lei nº 255, de 13 de abril de 1977;
DCXXI. Lei nº 256, de 14 de abril de 1977;
DCXXII. Lei nº 259, de 9 de maio de 1977;
DCXXIII. Lei nº 260, de 9 de maio de 1977;
DCXXIV. Lei nº 261, de 9 de maio de 1977;
DCXXV. Lei nº 262, de 13 de junho de 1977;
DCXXVI. Lei nº 263, de 13 de junho de 1977;
DCXXVII. Lei nº 265, de 14 de junho de 1977;
DCXXVIII. Lei nº 266, de 14 de junho de 1977;
DCXXIX. Lei nº 267, de 14 de junho de 1977;
DCXXX. Lei nº 268, de 14 de junho de 1977;
DCXXXI. Lei nº 271, de 22 de julho de 1977;
DCXXXII. Lei nº 273, de 22 de julho de 1977;
DCXXXIII. Lei nº 274, de 22 de julho de 1977;
DCXXXIV. Lei nº 275, de 22 de julho de 1977;
DCXXXV. Lei nº 276, de 22 de julho de 1977;
DCXXXVI. Lei nº 277, de 10 de agosto de 1977;
DCXXXVII. Lei nº 281, de 12 de setembro de 1977;
DCXXXVIII. Lei nº 282, de 6 de outubro de 1977;
DCXXXIX. Lei nº 283, de 6 de outubro de 1977;
DCXL. Lei nº 284, de 7 de outubro de 1977;
DCXLI. Lei nº 287, de 10 de outubro de 1977;

DCXLII. Lei nº 288, de 7 de outubro de 1977;
DCXLIII. Lei nº 289, de 11 de novembro de 1977;
DCXLIV. Lei nº 290, de 11 de novembro de 1977;
DCXLV. Lei nº 291, de 11 de novembro de 1977;
DCXLVI. Lei nº 292, de 21 de novembro de 1977;
DCXLVII. Lei nº 294, de 1º de dezembro de 1977;
DCXLVIII. Lei nº 298, de 12 de dezembro de 1977;
DCXLIX. Lei nº 299, de 9 de janeiro de 1978;
DCL. Lei nº 300, de 10 de março de 1978;
DCLI. Lei nº 301, de 10 de março de 1978;
DCLII. Lei nº 302, de 13 de março de 1978;
DCLIII. Lei nº 303, de 17 de março de 1978;
DCLIV. Lei nº 304, de 17 de março de 1978;
DCLV. Lei nº 305, de 21 de março de 1978;
DCLVI. Lei nº 309, de 12 de abril de 1978;
DCLVII. Lei nº 311, de 19 de junho de 1978;
DCLVIII. Lei nº 312, de 27 de julho de 1978;
DCLIX. Lei nº 315, de 29 de setembro de 1978;
DCLX. Lei nº 317, de 29 de setembro de 1978;
DCLXI. Lei nº 319, de 29 de setembro de 1978;
DCLXII. Lei nº 323, de 12 de dezembro de 1978;
DCLXIII. Lei nº 324, de 12 de dezembro de 1978;
DCLXIV. Lei nº 325, de 12 de dezembro de 1978;
DCLXV. Lei nº 326, de 12 de dezembro de 1978;
DCLXVI. Lei nº 330, de 13 de dezembro de 1978;
DCLXVII. Lei nº 332, de 19 de janeiro de 1979;
DCLXVIII. Lei nº 333,de 26 de abril de 1979;
DCLXIX. Lei nº 335, de 26 de abril de 1979;
DCLXX. Lei nº 342, de 3 de setembro de 1979;
DCLXXI. Lei nº 344, de 20 de setembro de 1979;
DCLXXII. Lei nº 345, de 27 de setembro de 1979;
DCLXXIII. Lei nº 346, de 4 de outubro de 1979;
DCLXXIV. Lei nº 349, de 17 de outubro de 1979;
DCLXXV. Lei nº 350, de 17 de outubro de 1979;
DCLXXVI. Lei nº 351, de 13 de novembro de 1979;
DCLXXVII. Lei nº 353, de 13 de novembro de 1979;
DCLXXVIII. Lei nº 354, de 13 de novembro de 1979;
DCLXXIX. Lei nº 355, de 21 de novembro de 1979;
DCLXXX. Lei nº 356, de 23 de novembro de 1979;
DCLXXXI. Lei nº 358, de 30 de novembro de 1979;
DCLXXXII. Lei nº 360, de 5 de dezembro de 1979;
DCLXXXIII. Lei nº 361, de 6 de dezembro de 1979;
DCLXXXIV. Lei nº 362, de 6 de dezembro de 1979;
DCLXXXV. Lei nº 363, de 20 de dezembro de 1979;
DCLXXXVI. Lei nº 365, de 2 de maio de 1980;
DCLXXXVII. Lei nº 368, de 14 de maio de 1980;
DCLXXXVIII. Lei nº 370, de 21 de maio de 1980;
DCLXXXIX. Lei nº 376, de 12 de agosto de 1980;
DCXC. Lei nº 380, de 29 de setembro de 1980;
DCXCI. Lei nº 381, de 29 de setembro de 1980;
DCXCII. Lei nº 384, de 7 de outubro de 1980;
DCXCIII. Lei nº 385, de 14 de outubro de 1980;
DCXCIV. Lei nº 386, de 22 de outubro de 1980;
DCXCV. Lei nº 387, de 22 de outubro de 1980;
DCXCVI. Lei nº 389, de 4 de novembro de 1980;
DCXCVII. Lei nº 390, de 13 de novembro de 1980;
DCXCVIII. Lei nº 391, de 25 de novembro de 1980;
DCXCIX. Lei nº 392, de 1º de dezembro de 1980;
DCC. Lei nº 395, de 17 de dezembro de 1980;
DCCI. Lei nº 397, de 4 de março de 1981;
DCCII. Lei nº 398, de 4 de março de 1981;
DCCIII. Lei nº 399, de 4 de março de 1981;
DCCIV. Lei nº 400, de 24 de março de 1981;
DCCV. Lei nº 403, de 12 de maio de 1981;
DCCVI. Lei nº 404, de 12 de maio de 1981;
DCCVII. Lei nº 405, de 13 de maio de 1981;
DCCVIII. Lei nº 406, de 13 de maio de 1981;
DCCIX. Lei nº 407, de 18 de maio de 1981;
DCCX. Lei nº 408, de 18 de maio de 1981;
DCCXI. Lei nº 409, de 17 de junho de 1981;
DCCXII. Lei nº 410, de 17 de junho de 1981;
DCCXIII. Lei nº 412, de 28 de agosto de 1981;
DCCXIV. Lei nº 413, de 28 de agosto de 1981;
DCCXV. Lei nº 414, de 3 de setembro de 1981;
DCCXVI. Lei nº 416, de 14 de setembro de 1981;
DCCXVII. Lei nº 419, de 9 de outubro de 1981;
DCCXVIII. Lei nº 420, de 20 de outubro de 1981;
DCCXIX. Lei nº 422, de 28 de outubro de 1981;
DCCXX. Lei nº 424, de 16 de novembro de 1981;
DCCXXI. Lei nº 425, de 20 de novembro de 1981;
DCCXXII. Lei nº 426, de 20 de novembro de 1981;
DCCXXIII. Lei nº 428, de 30 de novembro de 1981;
DCCXXIV. Lei nº 429, de 24 de março de 1982;

Fls. 426

DCCXXV. Lei nº 432, de 1º de abril de 1982;
DCCXXVI. Lei nº 433, de 6 de abril de 1982;
DCCXXVII. Lei nº 436, de 28 de abril de 1982;
DCCXXVIII. Lei nº 438, de 17 de maio de 1982;
DCCXXIX. Lei nº 441, de 2 de junho de 1982;
DCCXXX. Lei nº 442, de 1º de julho de 1982;
DCCXXXI. Lei nº 443, de 1º de julho de 1982;
DCCXXXII. Lei nº 445, de 1º de julho de 1982;
DCCXXXIII. Lei nº 447, de 5 de julho de 1982;
DCCXXXIV. Lei nº 448, de 5 de julho de 1982;
DCCXXXV. Lei nº 451, de 6 de setembro de 1982;
DCCXXXVI. Lei nº 452, de 26 de outubro de 1982;
DCCXXXVII. Lei nº 456, de 22 de novembro de 1982;
DCCXXXVIII. Lei nº 457, de 29 de novembro de 1982;
DCCXXXIX. Lei nº 458, de 29 de novembro de 1982;
DCCXL. Lei nº 460, de 29 de novembro de 1982;
DCCXLI. Lei nº 461, de 2 de dezembro de 1982;
DCCXLII. Lei nº 463, de 27 de dezembro de 1982;
DCCXLIII. Lei nº 465, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXLIV. Lei nº 466, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXLV. Lei nº 467, de 17 de fevereiro de 1983;
DCCXLVI. Lei nº 468, de 10 de março de 1983;
DCCXLVII. Lei nº 469, de 15 de abril de 1983;
DCCXLVIII. Lei nº 470, de 22 de abril de 1983;
DCCXLIX. Lei nº 471, de 28 de abril de 1983;
DCCL. Lei nº 473, de 10 de maio de 1983;
DCCLI. Lei nº 474, de 12 de maio de 1983;
DCCLII. Lei nº 475, de 13 de maio de 1983;
DCCLIII. Lei nº 477, de 23 de maio de 1983;
DCCLIV. Lei nº 478, de 30 de maio de 1983;
DCCLV. Lei nº 480, de 1º de junho de 1983;
DCCLVI. Lei nº 481, de 1º de junho de 1983;
DCCLVII. Lei nº 482, de 3 de junho de 1983;
DCCLVIII. Lei nº 486, de 21 de junho de 1983;
DCCLIX. Lei nº 491, de 24 de junho de 1983;
DCCLX. Lei nº 493, de 30 de junho de 1983;
DCCLXI. Lei nº 495, de 30 de junho de 1983;
DCCLXII. Lei nº 496, de 12 de julho de 1983;
DCCLXIII. Lei nº 498, de 29 de agosto de 1983;
DCCLXIV. Lei nº 499, de 29 de agosto de 1983;
DCCLXV. Lei nº 500, de 6 de setembro de 1983;
DCCLXVI. Lei nº 501, de 6 de setembro de 1983;
DCCLXVII. Lei nº 502, de 16 de setembro de 1983;
DCCLXVIII. Lei nº 503, de 16 de setembro de 1983;
DCCLXIX. Lei nº 504, de 16 de setembro de 1983;
DCCLXX. Lei nº 505, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXI. Lei nº 506, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXII. Lei nº 507, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXIII. Lei nº 508, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXIV. Lei nº 509, de 17 de outubro de 1983;
DCCLXXV. Lei nº 511, de 24 de outubro de 1983;
DCCLXXVI. Lei nº 512, de 24 de outubro de 1983;
DCCLXXVII. Lei nº 514, de 10 de novembro de 1983;
DCCLXXVIII. Lei nº 516, de 18 de novembro de 1983;
DCCLXXIX. Lei nº 517, de 18 de novembro de 1983;
DCCLXXX. Lei nº 521, de 24 de novembro de 1983;
DCCLXXXI. Lei nº 522, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXII. Lei nº 524, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXIII. Lei nº 525, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXIV. Lei nº 526, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXV. Lei nº 527, de 28 de novembro de 1983;
DCCLXXXVI. Lei nº 528, de 7 de dezembro de 1983;
DCCLXXXVII. Lei nº 531, de 28 de dezembro de 1983;
DCCLXXXVIII. Lei nº 532, de 28 de dezembro de 1983;
DCCLXXXIX. Lei nº 533, de 28 de dezembro de 1983;
DCCXC. Lei nº 534, de 27 de março de 1984;
DCCXCI. Lei nº 535, de 27 de março de 1984;
DCCXCII. Lei nº 536, de 27 de março de 1984;
DCCXCIII. Lei nº 537, de 29 de março de 1984;
DCCXCIV. Lei nº 538, de 3 de abril de 1984;
DCCXCV. Lei nº 539, de 3 de abril de 1984;
DCCXCVI. Lei nº 540, de 4 de abril de 1984;
DCCXCVII. Lei nº 541, de 13 de abril de 1984;
DCCXCVIII. Lei nº 544, de 13 de abril de 1984;
DCCXCIX. Lei nº 545, de 7 de maio de 1984;
DCCC. Lei nº 546, de 11 de junho de 1984;
DCCCI. Lei nº 547, de 11 de junho de 1984;
DCCCII. Lei nº 548, de 14 de junho de 1984;
DCCCIII. Lei nº 549, de 14 de junho de 1984;
DCCCIV. Lei nº 550, de 2 de julho de 1984;
DCCCV. Lei nº 551, de 2 de julho de 1984;
DCCCVI. Lei nº 552, de 2 de julho de 1984;
DCCCVII. Lei nº 553, de 2 de julho de 1984;

DCCCVIII. Lei nº 554, de 2 de julho de 1984;
DCCCIX. Lei nº 555, de 2 de julho de 1984;
DCCCX. Lei nº 557, de 2 de julho de 1984;
DCCCXI. Lei nº 558, de 2 de julho de 1984;
DCCCXII. Lei nº 559, de 2 de julho de 1984;
DCCCXIII. Lei nº 561, de 2 de julho de 1984;
DCCCXIV. Lei nº 564, de 10 de julho de 1984;
DCCCXV. Lei nº 567, de 16 de julho de 1984;
DCCCXVI. Lei nº 568, de 31 de julho de 1984;
DCCCXVII. Lei nº 570, de 17 de agosto de 1984;
DCCCXVIII. Lei nº 571, de 17 de agosto de 1984;
DCCCXIX. Lei nº 574, de 10 de setembro de 1984;
DCCCXX. Lei nº 575, de 10 de setembro de 1984;
DCCCXXI. Lei nº 578, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXII. Lei nº 579, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXIII. Lei nº 580, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXIV. Lei nº 581, de 20 de setembro de 1984;
DCCCXXV. Lei nº 582, de 28 de setembro de 1984;
DCCCXXVI. Lei nº 584, de 28 de setembro de 1984;
DCCCXXVII. Lei nº 585, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXVIII. Lei nº 586, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXIX. Lei nº 587, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXX. Lei nº 589, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXXI. Lei nº 590, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXXII. Lei nº 591, de 30 de outubro de 1984;
DCCCXXXIII. Lei nº 592, de 19 de novembro de 1984;
DCCCXXXIV. Lei nº 593, de 19 de novembro de 1984;
DCCCXXXV. Lei nº 595, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXXXVI. Lei nº 597, de 3 de dezembro de 1984;
DCCCXXXVII. Lei nº 598, de 21 de dezembro de 1984;
DCCCXXXVIII. Lei nº 600, de 2 de janeiro de 1985;
DCCCXXXIX. Lei nº 601, de 10 de janeiro de 1985;
DCCCXL. Lei nº 602, de 23 de abril de 1985;
DCCCXLI. Lei nº 603, de 23 de abril de 1985;
DCCCXLII. Lei nº 604, de 23 de abril de 1985;
DCCCXLIII. Lei nº 605, de 6 de maio de 1985;
DCCCXLIV. Lei nº 607, de 15 de maio de 1985;
DCCCXLV. Lei nº 608, de 15 de maio de 1985;
DCCCXLVI. Lei nº 609, de 21 de maio de 1985;
DCCCXLVII. Lei nº 611, de 5 de junho de 1985;
DCCCXLVIII. Lei nº 614, de 13 de agosto de 1985;
DCCCXLIX. Lei nº 615, de 13 de agosto de 1985;
DCCCL. Lei nº 616, de 27 de agosto de 1985;
DCCCLI. Lei nº 619, de 13 de setembro de 1985;
DCCCLII. Lei nº 620, de 13 de setembro de 1985;
DCCCLIII. Lei nº 621, de 20 de setembro de 1985;
DCCCLIV. Lei nº 622, de 4 de outubro de 1985;
DCCCLV. Lei nº 624, de 4 de outubro de 1985;
DCCCLVI. Lei nº 625, de 11 de outubro de 1985;
DCCCLVII. Lei nº 627, de 29 de outubro de 1985;
DCCCLVIII. Lei nº 628, de 31 de outubro de 1985;
DCCCLIX. Lei nº 629, de 31 de outubro de 1985;
DCCCLX. Lei nº 630, de 31 de outubro de 1985;
DCCCLXI. Lei nº 633, de 11 de novembro de 1985;
DCCCLXII. Lei nº 636, de 14 de novembro de 1985;
DCCCLXIII. Lei nº 637, de 14 de novembro de 1985;
DCCCLXIV. Lei nº 643, de 5 de dezembro de 1985;
DCCCLXV. Lei nº 650, de 17 de março de 1986;
DCCCLXVI. Lei nº 651, de 18 de março de 1986;
DCCCLXVII. Lei nº 654, de 1º de abril de 1986;
DCCCLXVIII. Lei nº 656, de 9 de abril de 1986;
DCCCLXIX. Lei nº 658, de 9 de abril de 1986;
DCCCLXX. Lei nº 659, de 9 de abril de 1986;
DCCCLXXI. Lei nº 662, de 30 de abril de 1986;
DCCCLXXII. Lei nº 663, de 30 de abril de 1986;
DCCCLXXIII. Lei nº 666, de 27 de maio de 1986;
DCCCLXXIV. Lei nº 667, de 19 de maio de 1986;
DCCCLXXV. Lei nº 669, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXXVI. Lei nº 670, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXXVII. Lei nº 671, de 29 de maio de 1986;
DCCCLXXVIII. Lei nº 675, de 20 de junho de 1986;
DCCCLXXIX. Lei nº 677, de 20 de agosto de 1986;
DCCCLXXX. Lei nº 678, de 27 de agosto de 1986;
DCCCLXXXI. Lei nº 680, de 2 de setembro de 1986;
DCCCLXXXII. Lei nº 681, de 20 de outubro de 1986;
DCCCLXXXIII. Lei nº 683, de 18 de novembro de 1986;
DCCCLXXXIV. Lei nº 687, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXV. Lei nº 688, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXVI. Lei nº 690, de 2 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXVII. Lei nº 691, de 5 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXVIII. Lei nº 693, de 15 de dezembro de 1986;
DCCCLXXXIX. Lei nº 694, de 15 de dezembro de 1986;
DCCCXC. Lei nº 695, de 26 de janeiro de 1987;

Mun. de Paiol
Fls. 428
E

DCCCXCI. Lei nº 696, de 26 de março de 1987;
DCCCXCII. Lei nº 697, de 26 de março de 1987;
DCCCXCIII. Lei nº 698, de 31 de março de 1987;
DCCCXCIV. Lei nº 699, de 8 de abril de 1987;
DCCCXCV. Lei nº 705, de 23 de abril de 1987;
DCCCXCVI. Lei nº 706, de 23 de abril de 1987;
DCCCXCVII. Lei nº 708, de 5 de junho de 1987;
DCCCXCVIII. Lei nº 709, de 10 de junho de 1987;
DCCCXCIX. Lei nº 712, de 24 de junho de 1987;
CM. Lei nº 713, de 24 de junho de 1987;
CMI. Lei nº 714, de 24 de junho de 1987;
CMII. Lei nº 715, de 24 de junho de 1987;
CMIII. Lei nº 716, de 1º de julho de 1987;
CMIV. Lei nº 717, de 1º de julho de 1987;
CMV. Lei nº 718, de 1º de julho de 1987;
CMVI. Lei nº 719, de 14 de julho de 1987;
CMVII. Lei nº 720, de 27 de julho de 1987;
CMVIII. Lei nº 721, de 12 de agosto de 1987;
CMIX. Lei nº 722, de 18 de agosto de 1987;
CMX. Lei nº 723, de 12 de agosto de 1987;
CMXI. Lei nº 725, de 27 de agosto de 1987;
CMXII. Lei nº 727, de 22 de setembro de 1987;
CMXIII. Lei nº 728, de 7 de outubro de 1987;
CMXIV. Lei nº 732, de 10 de novembro de 1987;
CMXV. Lei nº 733, de 10 de novembro de 1987;
CMXVI. Lei nº 734, de 10 de novembro de 1987;
CMXVII. Lei nº 735, de 19 de novembro de 1987;
CMXVIII. Lei nº 736, de 24 de novembro de 1987;
CMXIX. Lei nº 737, de 24 de novembro de 1987;
CMXX. Lei nº 739, de 24 de novembro de 1987;
CMXXI. Lei nº 740, de 24 de novembro de 1987;
CMXXII. Lei nº 742, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXIII. Lei nº 743, de 2 de dezembro de 1987;
CMXXIV. Lei nº 744, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXV. Lei nº 745, de 4 de dezembro de 1987;
CMXXVI. Lei nº 746, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXVII. Lei nº 747, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXVIII. Lei nº 748, de 7 de dezembro de 1987;
CMXXIX. Lei nº 750, de 9 de dezembro de 1987;
CMXXX. Lei nº 752, de 10 de dezembro de 1987;
CMXXXI. Lei nº 753, de 16 de dezembro de 1987;
CMXXXII. Lei nº 754, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXIII. Lei nº 755, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXIV. Lei nº 756, de 30 de dezembro de 1987;
CMXXXV. Lei nº 758, de 22 de março de 1988;
CMXXXVI. Lei nº 759, de 22 de março de 1988;
CMXXXVII. Lei nº 760, de 22 de março de 1988;
CMXXXVIII. Lei nº 761, de 30 de março de 1988;
CMXXXIX. Lei nº 762, de 30 de março de 1988;
CMXL. Lei nº 764, de 30 de março de 1988;
CMXLI. Lei nº 765, de 7 de abril de 1988;
CMXLII. Lei nº 767, de 7 de abril de 1988;
CMXLIII. Lei nº 768, de 26 de abril de 1988;
CMXLIV. Lei nº 770, de 3 de maio de 1988;
CMXLV. Lei nº 771, de 3 de maio de 1988;
CMXLVI. Lei nº 772, de 3 de maio de 1988;
CMXLVII. Lei nº 773, de 17 de maio de 1988;
CMXLVIII. Lei nº 775, de 2 de junho de 1988;
CMXLIX. Lei nº 776, de 23 de junho de 1988;
CML. Lei nº 778, de 28 de junho de 1988;
CMLI. Lei nº 779, de 28 de junho de 1988;
CMLII. Lei nº 780, de 28 de junho de 1988;
CMLIII. Lei nº 781, de 30 de agosto de 1988;
CMLIV. Lei nº 787, de 5 de setembro de 1988;
CMLV. Lei nº 788, de 21 de setembro de 1988;
CMLVI. Lei nº 789, de 26 de setembro de 1988;
CMLVII. Lei nº 791, de 4 de outubro de 1988;
CMLVIII. Lei nº 792, de 4 de outubro de 1988;
CMLIX. Lei nº 793, de 4 de outubro de 1988;
CMLX. Lei nº 798, de 28 de outubro de 1988;
CMLXI. Lei nº 800, de 3 de novembro de 1988;
CMLXII. Lei nº 801, de 3 de novembro de 1988;
CMLXIII. Lei nº 803, de 28 de novembro de 1988;
CMLXIV. Lei nº 805, de 30 de novembro de 1988;
CMLXV. Lei nº 806, de 30 de novembro de 1988;
CMLXVI. Lei nº 808, de 6 de dezembro de 1988;
CMLXVII. Lei nº 812, de 28 de dezembro de 1988;
CMLXVIII. Lei nº 1, de 10 de novembro de 1989;
CMLXIX. Lei nº 813, de 11 de janeiro de 1989;
CMLXX. Lei nº 814, de 12 de janeiro de 1989;
CMLXXI. Lei nº 815, de 13 de janeiro de 1989;
CMLXXII. Lei nº 820, de 8 de março de 1989;
CMLXXIII. Lei nº 821, de 8 de março de 1989;

CMLXXIV. Lei nº 822, de 4 de abril de 1989;
CMLXXV. Lei nº 823, de 6 de abril de 1989;
CMLXXVI. Lei nº 825, de 6 de abril de 1989;
CMLXXVII. Lei nº 827, de 26 de abril de 1989;
CMLXXVIII. Lei nº 831, de 26 de abril de 1989;
CMLXXIX. Lei nº 832, de 26 de abril de 1989;
CMLXXX. Lei nº 834, de 26 de abril de 1989;
CMLXXXI. Lei nº 836, de 8 de maio de 1989;
CMLXXXII. Lei nº 838, de 16 de maio de 1989;
CMLXXXIII. Lei nº 839, de 17 de maio de 1989;
CMLXXXIV. Lei nº 841, de 1º de junho de 1989;
CMLXXXV. Lei nº 846, de 1º de junho de 1989;
CMLXXXVI. Lei nº 848, de 4 de julho de 1989;
CMLXXXVII. Lei nº 849, de 4 de julho de 1989;
CMLXXXVIII. Lei nº 850, de 7 de julho de 1989;
CMLXXXIX. Lei nº 851, de 11 de julho de 1989;
CMXC. Lei nº 853, de 9 de agosto de 1989;
CMXCI. Lei nº 854, de 10 de agosto de 1989;
CMXCII. Lei nº 855, de 10 de agosto de 1989;
CMXCIII. Lei nº 856, de 10 de agosto de 1989;
CMXCIV. Lei nº 857, de 23 de agosto de 1989;
CMXCV. Lei nº 858, de 13 de setembro de 1989;
CMXCVI. Lei nº 859, de 19 de setembro de 1989;
CMXCVII. Lei nº 863, de 27 de setembro de 1989;
CMXCVIII. Lei nº 866, de 28 de setembro de 1989;
CMXCIX. Lei nº 867, de 24 de outubro de 1989;
M. Lei nº 868, de 26 de outubro de 1989;
MI. Lei nº 873, de 7 de novembro de 1989;
MII. Lei nº 874, de 7 de novembro de 1989;
MIII. Lei nº 875, de 28 de novembro de 1989;
MIV. Lei nº 876, de 28 de novembro de 1989;
MV. Lei nº 877, de 28 de novembro de 1989;
MVI. Lei nº 878, de 28 de novembro de 1989;
MVII. Lei nº 881, de 4 de dezembro de 1989;
MVIII. Lei nº 882, de 7 de dezembro de 1989;
MIX. Lei nº 887, de 10 de janeiro de 1990;
MX. Lei nº 895, de 3 de abril de 1990;
MXI. Lei nº 907, de 11 de abril de 1990;
MXII. Lei nº 908, de 11 de abril de 1990;
MXIII. Lei nº 912, de 17 de abril de 1990;
MXIV. Lei nº 915, de 24 de abril de 1990;
MXV. Lei nº 917, de 24 de abril de 1990;
MXVI. Lei nº 918, de 24 de abril de 1990;
MXVII. Lei nº 919, de 3 de maio de 1990;
MXVIII. Lei nº 920, de 3 de maio de 1990;
MXIX. Lei nº 922, de 3 de maio de 1990;
MXX. Lei nº 927, de 15 de maio de 1990;
MXXI. Lei nº 928, de 19 de junho de 1990;
MXXII. Lei nº 930, de 28 de maio de 1990;
MXXIII. Lei nº 934, de 19 de junho de 1990;
MXXIV. Lei nº 935, de 1º de maio de 1990;
MXXV. Lei nº 939, de 26 de junho de 1990;
MXXVI. Lei nº 940, de 2 de julho de 1990;
MXXVII. Lei nº 949, de 20 de julho de 1990;
MXXVIII. Lei nº 950, de 2 de agosto de 1990;
MXXIX. Lei nº 953, de 13 de agosto de 1990;
MXXX. Lei nº 954, de 13 de agosto de 1990;
MXXXI. Lei nº 956, de 13 de agosto de 1990;
MXXXII. Lei nº 957, de 13 de agosto de 1990;
MXXXIII. Lei nº 958, de 13 de agosto de 1990;
MXXXIV. Lei nº 960, de 21 de agosto de 1990;
MXXXV. Lei nº 964, de 30 de agosto de 1990;
MXXXVI. Lei nº 965, de 6 de setembro de 1990;
MXXXVII. Lei nº 967, de 10 de setembro de 1990;
MXXXVIII. Lei nº 968, de 10 de setembro de 1990;
MXXXIX. Lei nº 976, de 4 de outubro de 1990;
MXL. Lei nº 977, de 10 de outubro de 1990;
MXLI. Lei nº 979, de 10 de outubro de 1990;
MXLII. Lei nº 982, de 11 de outubro de 1990;
MXLIII. Lei nº 983, de 11 de outubro de 1990;
MXLIV. Lei nº 984, de 23 de outubro de 1990;
MXLV. Lei nº 986, de 23 de outubro de 1990;
MXLVI. Lei nº 987, de 23 de outubro de 1990;
MXLVII. Lei nº 989, de 7 de novembro de 1990;
MXLVIII. Lei nº 990, de 13 de novembro de 1990;
MXLIX. Lei nº 994, de 21 de novembro de 1990;
ML. Lei nº 995, de 21 de novembro de 1990;
MLI. Lei nº 998, de 6 de dezembro de 1990;
MLII. Lei nº 999, de 12 de dezembro de 1990;
MLIII. Lei nº 1.001, de 17 de dezembro de 1990;
MLIV. Lei nº 1.004, de 18 de dezembro de 1990;
MLV. Lei nº 1.005, de 18 de dezembro de 1990;
MLVI. Lei nº 1.006, de 24 de dezembro de 1990;

Câm. Mun. de Palo... Fls. 490

MLVII. Lei nº 1.007, de 27 de dezembro de 1990;
MLVIII. Lei nº 1.011, de 17 de janeiro de 1991;
MLIX. Lei nº 1.015, de 7 de março de 1991;
MLX. Lei nº 1.016, de 12 de março de 1991;
MLXI. Lei nº 1.017, de 13 de março de 1991;
MLXII. Lei nº 1.019, de 18 de março de 1991;
MLXIII. Lei nº 1.029, de 17 de abril de 1991;
MLXIV. Lei nº 1.030, de 19 de abril de 1991;
MLXV. Lei nº 1.034, de 30 de abril de 1991;
MLXVI. Lei nº 1.038, de 10 de maio de 1991;
MLXVII. Lei nº 1.047, de 3 de julho de 1991;
MLXVIII. Lei nº 1.049, de 18 de julho de 1991;
MLXIX. Lei nº 1.050, de 18 de julho de 1991;
MLXX. Lei nº 1.051, de 18 de julho de 1991;
MLXXI. Lei nº 1.057, de 22 de agosto de 1991;
MLXXII. Lei nº 1.060, de 18 de setembro de 1991;
MLXXIII. Lei nº 1.062, de 27 de setembro de 1991;
MLXXIV. Lei nº 1.064, de 8 de outubro de 1991;
MLXXV. Lei nº 1.066, de 8 de outubro de 1991;
MLXXVI. Lei nº 1.077, de 19 de novembro de 1991;
MLXXVII. Lei nº 1.079, de 26 de novembro de 1991;
MLXXVIII. Lei nº 1.080, de 26 de novembro de 1991;
MLXXIX. Lei nº 1.085, de 27 de dezembro de 1991;
MLXXX. Lei nº 1.086, de 27 de dezembro de 1991;
MLXXXI. Lei nº 1.088, de 4 de fevereiro de 1992;
MLXXXII. Lei nº 1.089, de 25 de fevereiro de 1992;
MLXXXIII. Lei nº 1.090, de 25 de fevereiro de 1992;
MLXXXIV. Lei nº 1.091, de 9 de março de 1992;
MLXXXV. Lei nº 1.093, de 10 de março de 1992;
MLXXXVI. Lei nº 1.095, de 17 de março de 1992;
MLXXXVII. Lei nº 1.097, de 26 de março de 1992;
MLXXXVIII. Lei nº 1.101, de 8 de abril de 1992;
MLXXXIX. Lei nº 1.103, de 22 de abril de 1992;
MXC. Lei nº 1.105, de 22 de abril de 1992;
MXCI. Lei nº 1.112, de 19 de maio de 1992;
MXCII. Lei nº 1.113, de 27 de maio de 1992;
MXCIII. Lei nº 1.117, de 12 de junho de 1992;
MXCIV. Lei nº 1.119, de 16 de junho de 1992;
MXCV. Lei nº 1.121, de 16 de junho de 1992;
MXCVI. Lei nº 1.127, de 15 de julho de 1992;
MXCVII. Lei nº 1.128, de 16 de julho de 1992;
MXCVIII. Lei nº 1.134, de 24 de julho de 1992;
MXCIX. Lei nº 1.136, de 19 de agosto de 1992;
MC. Lei nº 1.138, de 19 de agosto de 1992;
MCI. Lei nº 1.139, de 26 de agosto de 1992;
MCII. Lei nº 1.140, de 28 de agosto de 1992;
MCIII. Lei nº 1.142, de 2 de setembro de 1992;
MCIV. Lei nº 1.147, de 14 de setembro de 1992;
MCV. Lei nº 1.150, de 1º de outubro de 1992;
MCVI. Lei nº 1.151, de 1º de outubro de 1992;
MCVII. Lei nº 1.152, de 1º de outubro de 1992;
MCVIII. Lei nº 1.154, de 16 de outubro de 1992;
MCIX. Lei nº 1.155, de 20 de outubro de 1992;
MCX. Lei nº 1.156, de 21 de outubro de 1992;
MCXI. Lei nº 1.159, de 21 de outubro de 1992;
MCXII. Lei nº 1.161, de 27 de outubro de 1992;
MCXIII. Lei nº 1.162, de 27 de outubro de 1992;
MCXIV. Lei nº 1.165, de 30 de outubro de 1992;
MCXV. Lei nº 1.166, de 11 de novembro de 1992;
MCXVI. Lei nº 1.168, de 11 de novembro de 1992;
MCXVII. Lei nº 1.171, de 18 de novembro de 1992;
MCXVIII. Lei nº 1.172, de 26 de novembro de 1992;
MCXIX. Lei nº 1.173, de 27 de novembro de 1992;
MCXX. Lei nº 1.175, de 15 de dezembro de 1992;
MCXXI. Lei nº 1.177, de 17 de dezembro de 1992;
MCXXII. Lei nº 1.181, de 18 de dezembro de 1992;
MCXXIII. Lei nº 1.182, de 18 de dezembro de 1992;
MCXXIV. Lei nº 1.183, de 18 de dezembro de 1992;
MCXXV. Lei nº 1.187, de 24 de dezembro de 1992;
MCXXVI. Lei nº 1.190, de 8 de janeiro de 1993;
MCXXVII. Lei nº 1.195, de 19 de fevereiro de 1993;
MCXXVIII. Lei nº 1.196, de 19 de fevereiro de 1993;
MCXXIX. Lei nº 1.197, de 19 de fevereiro de 1993;
MCXXX. Lei nº 1.199, de 2 de março de 1993;
MCXXXI. Lei nº 1.202, de 15 de março de 1993;
MCXXXII. Lei nº 1.205, de 28 de abril de 1993;
MCXXXIII. Lei nº 1.212, de 7 de maio de 1993;
MCXXXIV. Lei nº 1.213, de 20 de maio de 1993;
MCXXXV. Lei nº 1.215, de 28 de maio de 1993;
MCXXXVI. Lei nº 1.219, de 3 de junho de 1993;
MCXXXVII. Lei nº 1.220, de 8 de junho de 1993;
MCXXXVIII. Lei nº 1.223, de 17 de junho de 1993;
MCXXXIX. Lei nº 1.224, de 18 de junho de 1993;

Fls. 491

MCXL. Lei nº 1.227, de 1º de julho de 1993;
MCXLI. Lei nº 1.228, de 1º de julho de 1993;
MCXLII. Lei nº 1.231, de 5 de julho de 1993;
MCXLIII. Lei nº 1.233, de 8 de julho de 1993;
MCXLIV. Lei nº 1.236, de 11 de agosto de 1993;
MCXLV. Lei nº 1.237, de 17 de agosto de 1993;
MCXLVI. Lei nº 1.239, de 27 de agosto de 1993;
MCXLVII. Lei nº 1.240, de 31 de agosto de 1993;
MCXLVIII. Lei nº 1.242, de 2 de setembro de 1993;
MCXLIX. Lei nº 1.244, de 13 de setembro de 1993;
MCL. Lei nº 1.246, de 17 de setembro de 1993;
MCLI. Lei nº 1.247, de 20 de setembro de 1993;
MCLII. Lei nº 1.249, de 30 de setembro de 1993;
MCLIII. Lei nº 1.251, de 14 de outubro de 1993;
MCLIV. Lei nº 1.257, de 5 de novembro de 1993;
MCLV. Lei nº 1.258, de 10 de novembro de 1993;
MCLVI. Lei nº 1.259, de 17 de novembro de 1993;
MCLVII. Lei nº 1.264, de 3 de dezembro de 1993;
MCLVIII. Lei nº 1.265, de 26 de novembro de 1993;
MCLIX. Lei nº 1.272, de 16 de dezembro de 1993;
MCLX. Lei nº 1.274, de 20 de dezembro de 1993;
MCLXI. Lei nº 1.280, de 23 de dezembro de 1993;
MCLXII. Lei nº 1.281, de 23 de dezembro de 1993;
MCLXIII. Lei nº 1.282, de 27 de dezembro de 1993;
MCLXIV. Lei nº 1.283, de 27 de dezembro de 1993;
MCLXV. Lei nº 1.284, de 28 de dezembro de 1993;
MCLXVI. Lei nº 1.286, de 10 de janeiro de 1994;
MCLXVII. Lei nº 1.289, de 18 de março de 1994;
MCLXVIII. Lei nº 1.290, de 18 de março de 1994;
MCLXIX. Lei nº 1.292, de 29 de março de 1994;
MCLXX. Lei nº 1.301, de 9 de maio de 1994;
MCLXXI. Lei nº 1.303, de 10 de maio de 1994;
MCLXXII. Lei nº 1.305, de 16 de maio de 1994;
MCLXXIII. Lei nº 1.308, de 17 de junho de 1994;
MCLXXIV. Lei nº 1.309, de 17 de junho de 1994;
MCLXXV. Lei nº 1.310, de 23 de junho de 1994;
MCLXXVI. Lei nº 1.311, de 24 de junho de 1994;
MCLXXVII. Lei nº 1.314, de 28 de junho de 1994;
MCLXXVIII. Lei nº 1.317, de 6 de julho de 1994;
MCLXXIX. Lei nº 1.318, de 8 de julho de 1994;
MCLXXX. Lei nº 1.324, de 29 de setembro de 1994;
MCLXXXI. Lei nº 1.325, de 29 de setembro de 1994;
MCLXXXII. Lei nº 1.326, de 3 de outubro de 1994;
MCLXXXIII. Lei nº 1.327, de 5 de outubro de 1994;
MCLXXXIV. Lei nº 1.335, de 29 de novembro de 1994;
MCLXXXV. Lei nº 1.338, de 2 de dezembro de 1994;
MCLXXXVI. Lei nº 1.341, de 7 de dezembro de 1994;
MCLXXXVII. Lei nº 1.342, de 15 de dezembro de 1994;
MCLXXXVIII. Lei nº 1.344, de 15 de dezembro de 1994;
MCLXXXIX. Lei nº 1.346, de 29 de dezembro de 1994;
MCXC. Lei nº 1.347, de 29 de dezembro de 1994;
MCXCI. Lei nº 1.353, de 24 de março de 1995;
MCXCII. Lei nº 1.354, de 29 de março de 1995;
MCXCIII. Lei nº 1.355, de 12 de abril de 1995;
MCXCIV. Lei nº 1.357, de 24 de abril de 1995;
MCXCV. Lei nº 1.358, de 2 de maio de 1995;
MCXCVI. Lei nº 1.361, de 31 de maio de 1995;
MCXCVII. Lei nº 1.363, de 8 de junho de 1995;
MCXCVIII. Lei nº 1.364, de 7 de junho de 1995;
MCXCIX. Lei nº 1.365, de 14 de junho de 1995;
MCC. Lei nº 1.366, de 22 de junho de 1995;
MCCI. Lei nº 1.367, de 26 de junho de 1995;
MCCII. Lei nº 1.370, de 11 de julho de 1995;
MCCIII. Lei nº 1.378, de 28 de julho de 1995;
MCCIV. Lei nº 1.379, de 18 de agosto de 1995;
MCCV. Lei nº 1.380, de 29 de agosto de 1995;
MCCVI. Lei nº 1.382, de 25 de setembro de 1995;
MCCVII. Lei nº 1.387, de 17 de outubro de 1995;
MCCVIII. Lei nº 1.392, de 6 de novembro de 1995;
MCCIX. Lei nº 1.393, de 9 de novembro de 1995;
MCCX. Lei nº 1.398, de 16 de novembro de 1995;
MCCXI. Lei nº 1.401, de 5 de dezembro de 1995;
MCCXII. Lei nº 1.405, de 8 de dezembro de 1995;
MCCXIII. Lei nº 1.406, de 8 de dezembro de 1995;
MCCXIV. Lei nº 1.409, de 12 de dezembro de 1995;
MCCXV. Lei nº 1.410, de 13 de dezembro de 1995;
MCCXVI. Lei nº 1.411, de 13 de dezembro de 1995;
MCCXVII. Lei nº 1.412, de 13 de dezembro de 1995;
MCCXVIII. Lei nº 1.414, de 22 de dezembro de 1995;
MCCXIX. Lei nº 1.426, de 1º de março de 1996;
MCCXX. Lei nº 1.427, de 7 de março de 1996;
MCCXXI. Lei nº 1.432, de 2 de abril de 1996;
MCCXXII. Lei nº 1.433, de 2 de abril de 1996;

MCCXXIII. Lei nº 1.434, de 15 de abril de 1996;
MCCXXIV. Lei nº 1.437, de 7 de maio de 1996;
MCCXXV. Lei nº 1.440, de 9 de maio de 1996;
MCCXXVI. Lei nº 1.441, de 9 de maio de 1996;
MCCXXVII. Lei nº 1.443, de 29 de maio de 1996;
MCCXXVIII. Lei nº 1.448, de 12 de junho de 1996;
MCCXXIX. Lei nº 1.452, de 18 de junho de 1996;
MCCXXX. Lei nº 1.455, de 21 de junho de 1996;
MCCXXXI. Lei nº 1.463, de 28 de junho de 1996;
MCCXXXII. Lei nº 1.464, de 28 de junho de 1996;
MCCXXXIII. Lei nº 1.465, de 3 de julho de 1996;
MCCXXXIV. Lei nº 1.468, de 5 de julho de 1996;
MCCXXXV. Lei nº 1.475, de 15 de julho de 1996;
MCCXXXVI. Lei nº 1.476, de 16 de julho de 1996;
MCCXXXVII. Lei nº 1.478, de 18 de julho de 1996;
MCCXXXVIII. Lei nº 1.480, de 12 de agosto de 1996;
MCCXXXIX. Lei nº 1.481, de 14 de agosto de 1996;
MCCXL. Lei nº 1.483, de 23 de agosto de 1996;
MCCXLI. Lei nº 1.485, de 26 de agosto de 1996;
MCCXLII. Lei nº 1.489, de 4 de setembro de 1996;
MCCXLIII. Lei nº 1.497, de 27 de setembro de 1996;
MCCXLIV. Lei nº 1.502, de 9 de outubro de 1996;
MCCXLV. Lei nº 1.506, de 22 de outubro de 1996;
MCCXLVI. Lei nº 1.509, de 4 de novembro de 1996;
MCCXLVII. Lei nº 1.516, de 28 de novembro de 1996;
MCCXLVIII. Lei nº 1.525, de 6 de dezembro de 1996;
MCCXLIX. Lei nº 1.527, de 16 de dezembro de 1996;
MCCL. Lei nº 1.528, de 16 de dezembro de 1996;
MCCLI. Lei nº 1.532, de 18 de dezembro de 1996;
MCCLII. Lei nº 1.536, de 20 de dezembro de 1996;
MCCLIII. Lei nº 1.537, de 20 de dezembro de 1996;
MCCLIV. Lei nº 1.538, de 23 de dezembro de 1996;
MCCLV. Lei nº 1.547, de 30 de dezembro de 1996;
MCCLVI. Lei nº 1.550, de 26 de dezembro de 1996;
MCCLVII. Lei nº 1.557, de 20 de janeiro de 1997;
MCCLVIII. Lei nº 1.558, de 4 de fevereiro de 1997;
MCCLIX. Lei nº 1.561, de 4 de março de 1997;
MCCLX. Lei nº 1.565, de 14 de março de 1997;
MCCLXI. Lei nº 1.567, de 24 de março de 1997;
MCCLXII. Lei nº 1.569, de 26 de março de 1997;
MCCLXIII. Lei nº 1.570, de 31 de março de 1997;
MCCLXIV. Lei nº 1.573, de 1º de abril de 1997;
MCCLXV. Lei nº 1.579, de 11 de abril de 1997;
MCCLXVI. Lei nº 1.580, de 15 de abril de 1997;
MCCLXVII. Lei nº 1.591, de 16 de maio de 1997;
MCCLXVIII. Lei nº 1.593, de 20 de maio de 1997;
MCCLXIX. Lei nº 1.598, de 28 de maio de 1997;
MCCLXX. Lei nº 1.599, de 28 de maio de 1997;
MCCLXXI. Lei nº 1.600, de 28 de maio de 1997;
MCCLXXII. Lei nº 1.602, de 16 de junho de 1997;
MCCLXXIII. Lei nº 1.604, de 19 de junho de 1997;
MCCLXXIV. Lei nº 1.605, de 19 de junho de 1997;
MCCLXXV. Lei nº 1.607, de 19 de junho de 1997;
MCCLXXVI. Lei nº 1.611, de 20 de junho de 1997;
MCCLXXVII. Lei nº 1.612, de 20 de junho de 1997;
MCCLXXVIII. Lei nº 1.614, de 24 de junho de 1997;
MCCLXXIX. Lei nº 1.615, de 24 de junho de 1997;
MCCLXXX. Lei nº 1.616, de 25 de junho de 1997;
MCCLXXXI. Lei nº 1.621, de 4 de julho de 1997;
MCCLXXXII. Lei nº 1.627, de 14 de julho de 1997;
MCCLXXXIII. Lei nº 1.631, de 15 de julho de 1997;
MCCLXXXIV. Lei nº 1.634, de 25 de julho de 1997;
MCCLXXXV. Lei nº 1.635, de 25 de julho de 1997;
MCCLXXXVI. Lei nº 1.638, de 19 de agosto de 1997;
MCCLXXXVII. Lei nº 1.639, de 25 de agosto de 1997;
MCCLXXXVIII. Lei nº 1.640, de 28 de agosto de 1997;
MCCLXXXIX. Lei nº 1.641, de 28 de agosto de 1997;
MCCXC. Lei nº 1.643, de 4 de setembro de 1997;
MCCXCI. Lei nº 1.648, de 15 de setembro de 1997;
MCCXCII. Lei nº 1.653, de 19 de setembro de 1997;
MCCXCIII. Lei nº 1.656, de 30 de setembro de 1997;
MCCXCIV. Lei nº 1.664, de 9 de outubro de 1997;
MCCXCV. Lei nº 1.669, de 27 de outubro de 1997;
MCCXCVI. Lei nº 1.670, de 27 de outubro de 1997;
MCCXCVII. Lei nº 1.671, de 29 de outubro de 1997;
MCCXCVIII. Lei nº 1.672, de 30 de outubro de 1997;
MCCXCIX. Lei nº 1.673, de 30 de outubro de 1997;
MCCC. Lei nº 1.674, de 5 de novembro de 1997;
MCCCI. Lei nº 1.679, de 26 de novembro de 1997;
MCCCII. Lei nº 1.684, de 9 de dezembro de 1997;
MCCCIII. Lei nº 1.689, de 15 de dezembro de 1997;
MCCCIV. Lei nº 1.692, de 17 de dezembro de 1997;
MCCCV. Lei nº 1.693, de 18 de dezembro de 1997;

MCCCVI. Lei nº 1.695, de 19 de dezembro de 1997;
MCCCVII. Lei nº 1.697, de 23 de dezembro de 1997;
MCCCVIII. Lei nº 1.700, de 9 de janeiro de 1998;
MCCCIX. Lei nº 1.702, de 19 de fevereiro de 1998;
MCCCX. Lei nº 1.704, de 3 de março de 1998;
MCCCXI. Lei nº 1.705, de 9 de março de 1998;
MCCCXII. Lei nº 1.707, de 30 de março de 1998;
MCCCXIII. Lei nº 1.708, de 1º de abril de 1998;
MCCCXIV. Lei nº 1.710, de 23 de abril de 1998;
MCCCXV. Lei nº 1.713, de 6 de maio de 1998;
MCCCXVI. Lei nº 1.716, de 12 de maio de 1998;
MCCCXVII. Lei nº 1.719, de 25 de maio de 1998;
MCCCXVIII. Lei nº 1.720, de 27 de maio de 1998;
MCCCXIX. Lei nº 1.722, de 27 de maio de 1998;
MCCCXX. Lei nº 1.723, de 1º de junho de 1998;
MCCCXXI. Lei nº 1.724, de 8 de junho de 1998;
MCCCXXII. Lei nº 1.725, de 8 de junho de 1998;
MCCCXXIII. Lei nº 1.726, de 10 de junho de 1998;
MCCCXXIV. Lei nº 1.729, de 15 de junho de 1998;
MCCCXXV. Lei nº 1.730, de 17 de junho de 1998;
MCCCXXVI. Lei nº 1.731, de 22 de junho de 1998;
MCCCXXVII. Lei nº 1.732, de 22 de junho de 1998;
MCCCXXVIII. Lei nº 1.735, de 1º de julho de 1998;
MCCCXXIX. Lei nº 1.736, de 1º de julho de 1998;
MCCCXXX. Lei nº 1.737, de 1º de julho de 1998;
MCCCXXXI. Lei nº 1.739, de 6 de julho de 1998;
MCCCXXXII. Lei nº 1.741, de 6 de julho de 1998;
MCCCXXXIII. Lei nº 1.745, de 14 de julho de 1998;
MCCCXXXIV. Lei nº 1.752, de 31 de agosto de 1998;
MCCCXXXV. Lei nº 1.755, de 4 de setembro de 1998;
MCCCXXXVI. Lei nº 1.758, de 10 de setembro de 1998;
MCCCXXXVII. Lei nº 1.759, de 14 de setembro de 1998;
MCCCXXXVIII. Lei nº 1.760, de 14 de setembro de 1998;
MCCCXXXIX. Lei nº 1.761, de 17 de setembro de 1998;
MCCCXL. Lei nº 1.763, de 18 de setembro de 1998;
MCCCXLI. Lei nº 1.769, de 20 de outubro de 1998;
MCCCXLII. Lei nº 1.770, de 21 de outubro de 1998;
MCCCXLIII. Lei nº 1.772, de 3 de novembro de 1998;
MCCCXLIV. Lei nº 1.773, de 11 de novembro de 1998;
MCCCXLV. Lei nº 1.776, de 20 de novembro de 1998;
MCCCXLVI. Lei nº 1.779, de 25 de novembro de 1998;
MCCCXLVII. Lei nº 1.790, de 10 de dezembro de 1998;
MCCCXLVIII. Lei nº 1.793, de 15 de dezembro de 1998;
MCCCXLIX. Lei nº 1.795, de 23 de dezembro de 1998;
MCCCL. Lei nº 1.796, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLI. Lei nº 1.797, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLII. Lei nº 1.798, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLIII. Lei nº 1.799, de 28 de dezembro de 1998;
MCCCLIV. Lei nº 1.803, de 11 de fevereiro de 1999;
MCCCLV. Lei nº 1.806, de 11 de março de 1999;
MCCCLVI. Lei nº 1.807, de 12 de março de 1999;
MCCCLVII. Lei nº 1.808, de 15 de março de 1999;
MCCCLVIII. Lei nº 1.809, de 15 de março de 1999;
MCCCLIX. Lei nº 1.811, de 22 de março de 1999;
MCCCLX. Lei nº 1.813, de 30 de março de 1999;
MCCCLXI. Lei nº 1.814, de 30 de março de 1999;
MCCCLXII. Lei nº 1.815, de 22 de abril de 1999;
MCCCLXIII. Lei nº 1.816, de 22 de abril de 1999;
MCCCLXIV. Lei nº 1.818, de 22 de abril de 1999;
MCCCLXV. Lei nº 1.819, de 23 de abril de 1999;
MCCCLXVI. Lei nº 1.820, de 28 de abril de 1999;
MCCCLXVII. Lei nº 1.823, de 2 de maio de 1999;
MCCCLXVIII. Lei nº 1.825, de 12 de maio de 1999;
MCCCLXIX. Lei nº 1.827, de 26 de maio de 1999;
MCCCLXX. Lei nº 1.830, de 1º de junho de 1999;
MCCCLXXI. Lei nº 1.831, de 1º de junho de 1999;
MCCCLXXII. Lei nº 1.835, de 24 de junho de 1999;
MCCCLXXIII. Lei nº 1.839, de 1º de julho de 1999;
MCCCLXXIV. Lei nº 1.841, de 5 de julho de 1999;
MCCCLXXV. Lei nº 1.842, de 5 de julho de 1999;
MCCCLXXVI. Lei nº 1.844, de 5 de julho de 1999;
MCCCLXXVII. Lei nº 1.847, de 14 de julho de 1999;
MCCCLXXVIII. Lei nº 1.848, de 14 de julho de 1999;
MCCCLXXIX. Lei nº 1.853, de 30 de agosto de 1999;
MCCCLXXX. Lei nº 1.854, de 30 de agosto de 1999;
MCCCLXXXI. Lei nº 1.858, de 10 de setembro de 1999;
MCCCLXXXII. Lei nº 1.860, de 13 de setembro de 1999;
MCCCLXXXIII. Lei nº 1.861, de 15 de setembro de 1999;
MCCCLXXXIV. Lei nº 1.863, de 20 de setembro de 1999;
MCCCLXXXV. Lei nº 1.874, de 3 de novembro de 1999;
MCCCLXXXVI. Lei nº 1.876, de 9 de novembro de 1999;
MCCCLXXXVII. Lei nº 1.877, de 10 de novembro de 1999;
MCCCLXXXVIII. Lei nº 1.888, de 20 de dezembro de 1999;

Prefeitura Mun. de Palo a...
Fls. 493

Câm. Mun. de Pato Br.
Fls. 494

MCCCLXXXIX. Lei nº 1.890, de 20 de dezembro de 1999;
MCCCXC. Lei nº 1.891, de 20 de dezembro de 1999;
MCCCXCI. Lei nº 1.892, de 21 de dezembro de 1999;
MCCCXCII. Lei nº 1.893, de 21 de dezembro de 1999;
MCCCXCIII. Lei nº 1.895, de 24 de dezembro de 1999;
MCCCXCIV. Lei nº 1.896, de 27 de dezembro de 1999;
MCCCXCV. Lei nº 1.897, de 28 de dezembro de 1999;
MCCCXCVI. Lei nº 1.900, de 17 de fevereiro de 2000;
MCCCXCVII. Lei nº 1.901, de 17 de fevereiro de 2000;
MCCCXCVIII. Lei nº 1.902, de 17 de fevereiro de 2000;
MCCCXCIX. Lei nº 1.903, de 17 de fevereiro de 2000;
MCD. Lei nº 1.907, de 17 de fevereiro de 2000;
MCDI. Lei nº 1.908, de 25 de fevereiro de 2000;
MCDII. Lei nº 1.909, de 3 de março de 2000;
MCDIII. Lei nº 1.911, de 14 de março de 2000;
MCDIV. Lei nº 1.913, de 24 de março de 2000;
MCDV. Lei nº 1.914, de 27 de março de 2000;
MCDVI. Lei nº 1.915, de 29 de março de 2000;
MCDVII. Lei nº 1.922, de 19 de abril de 2000;
MCDVIII. Lei nº 1.923, de 24 de abril de 2000;
MCDIX. Lei nº 1.924, de 25 de abril de 2000;
MCDX. Lei nº 1.926, de 2 de maio de 2000;
MCDXI. Lei nº 1.927, de 9 de maio de 2000;
MCDXII. Lei nº 1.928, de 17 de maio de 2000;
MCDXIII. Lei nº 1.930, de 24 de maio de 2000;
MCDXIV. Lei nº 1.932, de 30 de maio de 2000;
MCDXV. Lei nº 1.935, de 6 de junho de 2000;
MCDXVI. Lei nº 1.938, de 26 de junho de 2000;
MCDXVII. Lei nº 1.942, de 3 de julho de 2000;
MCDXVIII. Lei nº 1.943, de 4 de julho de 2000;
MCDXIX. Lei nº 1.944, de 4 de julho de 2000;
MCDXX. Lei nº 1.949, de 17 de julho de 2000;
MCDXXI. Lei nº 1.951, de 7 de agosto de 2000;
MCDXXII. Lei nº 1.958, de 25 de agosto de 2000;
MCDXXIII. Lei nº 1.962, de 4 de setembro de 2000;
MCDXXIV. Lei nº 1.963, de 4 de setembro de 2000;
MCDXXV. Lei nº 1.967, de 18 de setembro de 2000;
MCDXXVI. Lei nº 1.971, de 21 de setembro de 2000;
MCDXXVII. Lei nº 1.978, de 31 de outubro de 2000;
MCDXXVIII. Lei nº 1.979, de 31 de outubro de 2000;
MCDXXIX. Lei nº 1.980, de 1º de novembro de 2000;
MCDXXX. Lei nº 1.981, de 1º de novembro de 2000;
MCDXXXI. Lei nº 1.984, de 24 de novembro de 2000;
MCDXXXII. Lei nº 1.988, de 11 de dezembro de 2000;
MCDXXXIII. Lei nº 1.989, de 11 de dezembro de 2000;
MCDXXXIV. Lei nº 1.992, de 19 de dezembro de 2000;
MCDXXXV. Lei nº 2.001, de 20 de dezembro de 2000;
MCDXXXVI. Lei nº 2.002, de 20 de dezembro de 2000;
MCDXXXVII. Lei nº 2.003, de 20 de dezembro de 2000;
MCDXXXVIII. Lei nº 2.013, de 2 de março de 2001;
MCDXXXIX. Lei nº 2.014, de 8 de março de 2001;
MCDXL. Lei nº 2.016, de 28 de março de 2001;
MCDXLI. Lei nº 2.017, de 28 de março de 2001;
MCDXLII. Lei nº 2.018, de 29 de março de 2001;
MCDXLIII. Lei nº 2.019, de 29 de março de 2001;
MCDXLIV. Lei nº 2.022, de 16 de abril de 2001;
MCDXLV. Lei nº 2.027, de 26 de abril de 2001;
MCDXLVI. Lei nº 2.029, de 27 de abril de 2001;
MCDXLVII. Lei nº 2.030, de 27 de abril de 2001;
MCDXLVIII. Lei nº 2.031, de 27 de abril de 2001;
MCDXLIX. Lei nº 2.032, de 27 de abril de 2001;
MCDL. Lei nº 2.033, de 27 de abril de 2001;
MCDLI. Lei nº 2.034, de 27 de abril de 2001;
MCDLII. Lei nº 2.035, de 27 de abril de 2001;
MCDLIII. Lei nº 2.036, de 27 de abril de 2001;
MCDLIV. Lei nº 2.037, de 27 de abril de 2001;
MCDLV. Lei nº 2.038, de 27 de abril de 2001;
MCDLVI. Lei nº 2.040, de 27 de abril de 2001;
MCDLVII. Lei nº 2.043, de 18 de maio de 2001;
MCDLVIII. Lei nº 2.044, de 1º de junho de 2001;
MCDLIX. Lei nº 2.045, de 4 de junho de 2001;
MCDLX. Lei nº 2.046, de 4 de junho de 2001;
MCDLXI. Lei nº 2.047, de 4 de junho de 2001;
MCDLXII. Lei nº 2.048, de 4 de junho de 2001;
MCDLXIII. Lei nº 2.050, de 8 de junho de 2001;
MCDLXIV. Lei nº 2.051, de 13 de junho de 2001;
MCDLXV. Lei nº 2.052, de 13 de junho de 2001;
MCDLXVI. Lei nº 2.053, de 13 de junho de 2001;
MCDLXVII. Lei nº 2.054, de 19 de junho de 2001;
MCDLXVIII. Lei nº 2.056, de 2 de julho de 2001;
MCDLXIX. Lei nº 2.057, de 2 de julho de 2001;
MCDLXX. Lei nº 2.060, de 11 de julho de 2001;
MCDLXXI. Lei nº 2.062, de 14 de agosto de 2001;

Fls. 695

MCDLXXII. Lei nº 2.063, de 22 de agosto de 2001;
MCDLXXIII. Lei nº 2.064, de 28 de agosto de 2001;
MCDLXXIV. Lei nº 2.067, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXV. Lei nº 2.068, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXVI. Lei nº 2.069, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXVII. Lei nº 2.070, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXVIII. Lei nº 2.071, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXIX. Lei nº 2.072, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXX. Lei nº 2.073, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXXI. Lei nº 2.074, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXXII. Lei nº 2.075, de 10 de setembro de 2001;
MCDLXXXIII. Lei nº 2.080, de 8 de outubro de 2001;
MCDLXXXIV. Lei nº 2.081, de 9 de outubro de 2001;
MCDLXXXV. Lei nº 2.082, de 9 de outubro de 2001;
MCDLXXXVI. Lei nº 2.083, de 9 de outubro de 2001;
MCDLXXXVII. Lei nº 2.089, de 19 de outubro de 2001;
MCDLXXXVIII. Lei nº 2.092, de 7 de novembro de 2001;
MCDLXXXIX. Lei nº 2.095, de 13 de novembro de 2001;
MCDXC. Lei nº 2.097, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCI. Lei nº 2.098, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCII. Lei nº 2.099, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCIII. Lei nº 2.100, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCIV. Lei nº 2.101, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCV. Lei nº 2.102, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCVI. Lei nº 2.103, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCVII. Lei nº 2.104, de 19 de novembro de 2001;
MCDXCVIII. Lei nº 2.109, de 17 de dezembro de 2001;
MCDXCIX. Lei nº 2.110, de 17 de dezembro de 2001;
MD. Lei nº 2.112, de 26 de dezembro de 2001;
MDI. Lei nº 2.117, de 27 de dezembro de 2001;
MDII. Lei nº 2.122, de 28 de dezembro de 2001;
MDIII. Lei nº 2.128, de 23 de janeiro de 2002;
MDIV. Lei nº 2.129, de 28 de janeiro de 2002;
MDV. Lei nº 2.130, de 31 de janeiro de 2002;
MDVI. Lei nº 2.131, de 31 de janeiro de 2002;
MDVII. Lei nº 2.132, de 31 de janeiro de 2002;
MDVIII. Lei nº 2.136, de 15 de março de 2002;
MDIX. Lei nº 2.137, de 15 de março de 2002;
MDX. Lei nº 2.138, de 15 de março de 2002;
MDXI. Lei nº 2.139, de 15 de março de 2002;
MDXII. Lei nº 2.140, de 18 de março de 2002;
MDXIII. Lei nº 2.141, de 18 de março de 2002;
MDXIV. Lei nº 2.142, de 20 de março de 2002;
MDXV. Lei nº 2.144, de 2 de abril de 2002;
MDXVI. Lei nº 2.147, de 16 de abril de 2002;
MDXVII. Lei nº 2.148, de 16 de abril de 2002;
MDXVIII. Lei nº 2.149, de 16 de abril de 2002;
MDXIX. Lei nº 2.151, de 26 de abril de 2002;
MDXX. Lei nº 2.152, de 29 de abril de 2002;
MDXXI. Lei nº 2.153, de 6 de maio de 2002;
MDXXII. Lei nº 2.156, de 24 de maio de 2002;
MDXXIII. Lei nº 2.157, de 3 de junho de 2002;
MDXXIV. Lei nº 2.159, de 10 de junho de 2002;
MDXXV. Lei nº 2.160, de 26 de junho de 2002;
MDXXVI. Lei nº 2.161, de 26 de junho de 2002;
MDXXVII. Lei nº 2.162, de 26 de junho de 2002;
MDXXVIII. Lei nº 2.164, de 1º de julho de 2002;
MDXXIX. Lei nº 2.165, de 1º de julho de 2002;
MDXXX. Lei nº 2.166, de 2 de julho de 2002;
MDXXXI. Lei nº 2.167, de 3 de julho de 2002;
MDXXXII. Lei nº 2.168, de 3 de julho de 2002;
MDXXXIII. Lei nº 2.169, de 8 de julho de 2002;
MDXXXIV. Lei nº 2.170, de 8 de julho de 2002;
MDXXXV. Lei nº 2.171, de 10 de julho de 2002;
MDXXXVI. Lei nº 2.174, de 20 de agosto de 2002;
MDXXXVII. Lei nº 2.175, de 22 de agosto de 2002;
MDXXXVIII. Lei nº 2.176, de 22 de agosto de 2002;
MDXXXIX. Lei nº 2.177, de 22 de agosto de 2002;
MDXL. Lei nº 2.180, de 26 de agosto de 2002;
MDXLI. Lei nº 2.181, de 28 de agosto de 2002;
MDXLII. Lei nº 2.182, de 30 de agosto de 2002;
MDXLIII. Lei nº 2.183, de 9 de setembro de 2002;
MDXLIV. Lei nº 2.185, de 7 de outubro de 2002;
MDXLV. Lei nº 2.188, de 15 de outubro de 2002;
MDXLVI. Lei nº 2.190, de 25 de outubro de 2002;
MDXLVII. Lei nº 2.191, de 5 de novembro de 2002;
MDXLVIII. Lei nº 2.196, de 12 de novembro de 2002;
MDXLIX. Lei nº 2.197, de 12 de novembro de 2002;
MDL. Lei nº 2.198, de 12 de novembro de 2002;
MDLI. Lei nº 2.202, de 25 de novembro de 2002;
MDLII. Lei nº 2.204, de 26 de novembro de 2002;
MDLIII. Lei nº 2.205, de 3 de dezembro de 2002;
MDLIV. Lei nº 2.207, de 4 de dezembro de 2002;

Câm. Mun. de Palo
Fls 496
E

MDLV. Lei nº 2.208, de 4 de dezembro de 2002;
MDLVI. Lei nº 2.211, de 18 de dezembro de 2002;
MDLVII. Lei nº 2.217, de 23 de dezembro de 2002;
MDLVIII. Lei nº 2.220, de 17 de fevereiro de 2003;
MDLIX. Lei nº 2.224, de 24 de março de 2003;
MDLX. Lei nº 2.225, de 24 de março de 2003;
MDLXI. Lei nº 2.230, de 26 de março de 2003;
MDLXII. Lei nº 2.231, de 31 de março de 2003;
MDLXIII. Lei nº 2.233, de 4 de abril de 2003;
MDLXIV. Lei nº 2.234, de 8 de abril de 2003;
MDLXV. Lei nº 2.237, de 11 de abril de 2003;
MDLXVI. Lei nº 2.240, de 24 de abril de 2003;
MDLXVII. Lei nº 2.241, de 28 de abril de 2003
MDLXVIII. Lei nº 2.242, de 28 de abril de 2003
MDLXIX. Lei nº 2.243, de 28 de abril de 2003
MDLXX. Lei nº 2.244, de 28 de abril de 2003
MDLXXI. Lei nº 2.245, de 30 de abril de 2003
MDLXXII. Lei nº 2.246, de 30 de abril de 2003
MDLXXIII. Lei nº 2.247, de 2 de maio de 2003
MDLXXIV. Lei nº 2.248, de 7 de maio de 2003;
MDLXXV. Lei nº 2.250, de 15 de maio de 2003;
MDLXXVI. Lei nº 2.253, de 26 de maio de 2003;
MDLXXVII. Lei nº 2.260, de 17 de junho de 2003;
MDLXXVIII. Lei nº 2.264, de 30 de junho de 2003;
MDLXXIX. Lei nº 2.266, de 3 de julho de 2003;
MDLXXX. Lei nº 2.267, de 3 de julho de 2003;
MDLXXXI. Lei nº 2.268, de 3 de julho de 2003;
MDLXXXII. Lei nº 2.274, de 18 de julho de 2003;
MDLXXXIII. Lei nº 2.277, de 16 de setembro de 2003;
MDLXXXIV. Lei nº 2.279, de 25 setembro de 2003;
MDLXXXV. Lei nº 2.280, de 25 setembro de 2003;
MDLXXXVI. Lei nº 2.288, de 22 de outubro de 2003;
MDLXXXVII. Lei nº 2.298, de 1º de dezembro de 2003;
MDLXXXVIII. Lei nº 2.299, de 1º de dezembro de 2003;
MDLXXXIX. Lei nº 2.305, de 18 de dezembro de 2003;
MDXC. Lei nº 2.306, de 22 de dezembro de 2003;
MDXCI. Lei nº 2.307, de 22 de dezembro de 2003;
MDXCII. Lei nº 2.310, de 29 de dezembro de 2003;
MDXCIII. Lei nº 2.311, de 29 de dezembro de 2003;
MDXCIV. Lei nº 2.312, de 29 de dezembro de 2003;
MDXCV. Lei nº 2.313, de 31 de dezembro de 2003;
MDXCVI. Lei nº 2.314, de 31 de dezembro de 2003;
MDXCVII. Lei nº 2.315, de 23 de janeiro de 2004;
MDXCVIII. Lei nº 2.317, de 25 de fevereiro de 2004;
MDXCIX. Lei nº 2.318, de 27 de fevereiro de 2004;
MDC. Lei nº 2.319, de 27 de fevereiro de 2004;
MDCI. Lei nº 2.321, de 10 de março de 2004;
MDCII. Lei nº 2.322, de 19 de março de 2004;
MDCIII. Lei nº 2.324, de 1º de abril de 2004;
MDCIV. Lei nº 2.325, de 1º de abril de 2004;
MDCV. Lei nº 2.326, de 1º de abril de 2004;
MDCVI. Lei nº 2.327, de 1º de abril de 2004;
MDCVII. Lei nº 2.334, de 10 de maio de 2004;
MDCVIII. Lei nº 2.336, de 12 de maio de 2004;
MDCIX. Lei nº 2.342, de 7 de junho de 2004;
MDCX. Lei nº 2.346, de 15 de junho de 2004;
MDCXI. Lei nº 2.350, de 18 de junho de 2004;
MDCXII. Lei nº 2.351, de 18 de junho de 2004;
MDCXIII. Lei nº 2.352, de 18 de junho de 2004;
MDCXIV. Lei nº 2.353, de 18 de junho de 2004;
MDCXV. Lei nº 2.354, de 23 de junho de 2004;
MDCXVI. Lei nº 2.358, de 5 de julho de 2004;
MDCXVII. Lei nº 2.359, de 5 de julho de 2004;
MDCXVIII. Lei nº 2.365, de 14 de julho de 2004;
MDCXIX. Lei nº 2.371, de 26 de agosto de 2004;
MDCXX. Lei nº 2.372, de 26 de agosto de 2004;
MDCXXI. Lei nº 2.373, de 6 de setembro de 2004;
MDCXXII. Lei nº 2.385, de 5 de novembro de 2004;
MDCXXIII. Lei nº 2.388, de 10 de novembro de 2004;
MDCXXIV. Lei nº 2.391, de 16 de novembro de 2004;
MDCXXV. Lei nº 2.392, de 16 de novembro de 2004;
MDCXXVI. Lei nº 2.393, de 16 de novembro de 2004;
MDCXXVII. Lei nº 2.399, de 13 de dezembro de 2004;
MDCXXVIII. Lei nº 2.418, de 21 de janeiro de 2005;
MDCXXIX. Lei nº 2.419, de 21 de janeiro de 2005;
MDCXXX. Lei nº 2.420, de 26 de janeiro de 2005;
MDCXXXI. Lei nº 2.421, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXII. Lei nº 2.422, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXIII. Lei nº 2.423, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXIV. Lei nº 2.424, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXV. Lei nº 2.425, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXVI. Lei nº 2.426, de 21 de fevereiro de 2005;
MDCXXXVII. Lei nº 2.427, de 21 de fevereiro de 2005;

MDCXXXVIII. Lei nº 2.429, de 22 de fevereiro de 2005;
MDCXXXIX. Lei nº 2.430, de 7 de março de 2005;
MDCXL. Lei nº 2.434, de 11 de março de 2005;
MDCXLI. Lei nº 2.435, de 11 de março de 2005;
MDCXLII. Lei nº 2.436, de 11 de março de 2005;
MDCXLIII. Lei nº 2.438, de 29 de março de 2005;
MDCXLIV. Lei nº 2.443, de 5 de abril de 2005;
MDCXLV. Lei nº 2.446, de 25 de abril de 2005;
MDCXLVI. Lei nº 2.447, de 25 de abril de 2005;
MDCXLVII. Lei nº 2.452, de 11 de maio de 2005;
MDCXLVIII. Lei nº 2.454, de 11 de maio de 2005;
MDCXLIX. Lei nº 2.455, de 17 de maio de 2005;
MDCL. Lei nº 2.456, de 17 de maio de 2005;
MDCLI. Lei nº 2.458, de 25 de maio de 2005;
MDCLII. Lei nº 2.460, de 7 de junho de 2005;
MDCLIII. Lei nº 2.468, de 28 de junho de 2005;
MDCLIV. Lei nº 2.469, de 28 de junho de 2005;
MDCLV. Lei nº 2.470, de 28 de junho de 2005;
MDCLVI. Lei nº 2.474, de 14 de julho de 2005;
MDCLVII. Lei nº 2.475, de 14 de julho de 2005;
MDCLVIII. Lei nº 2.478, de 15 de julho de 2005;
MDCLIX. Lei nº 2.479, de 19 de julho de 2005;
MDCLX. Lei nº 2.480, de 19 de julho de 2005;
MDCLXI. Lei nº 2.487, de 9 de agosto de 2005;
MDCLXII. Lei nº 2.492, de 16 de agosto de 2005;
MDCLXIII. Lei nº 2.496, de 19 de agosto de 2005;
MDCLXIV. Lei nº 2.497, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXV. Lei nº 2.498, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXVI. Lei nº 2.499, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXVII. Lei nº 2.500, de 29 de agosto de 2005;
MDCLXVIII. Lei nº 2.506, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXIX. Lei nº 2.507, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXX. Lei nº 2.508, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXXI. Lei nº 2.509, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXXII. Lei nº 2.510, de 13 de setembro de 2005;
MDCLXXIII. Lei nº 2.511, de 19 de setembro de 2005;
MDCLXXIV. Lei nº 2.516, de 20 de setembro de 2005;
MDCLXXV. Lei nº 2.519, de 20 de setembro de 2005;
MDCLXXVI. Lei nº 2.529, de 4 de outubro de 2005;
MDCLXXVII. Lei nº 2.532, de 5 de outubro de 2005;
MDCLXXVIII. Lei nº 2.540, de 21 de outubro de 2005;
MDCLXXIX. Lei nº 2.541, de 25 de outubro de 2005;
MDCLXXX. Lei nº 2.549, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXI. Lei nº 2.550, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXII. Lei nº 2.551, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXIII. Lei nº 2.552, de 11 de novembro de 2005;
MDCLXXXIV. Lei nº 2.553, de 18 de novembro de 2005;
MDCLXXXV. Lei nº 2.554, de 18 de novembro de 2005;
MDCLXXXVI. Lei nº 2.555, de 18 de novembro de 2005;
MDCLXXXVII. Lei nº 2.557, de 28 de novembro de 2005;
MDCLXXXVIII. Lei nº 2.558, de 30 de novembro de 2005;
MDCLXXXIX. Lei nº 2.566, de 19 de dezembro de 2005;
MDCXC. Lei nº 2.567, de 19 de dezembro de 2005;
MDCXCI. Lei nº 2.570, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCII. Lei nº 2.571, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCIII. Lei nº 2.572, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCIV. Lei nº 2.573, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCV. Lei nº 2.574, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCVI. Lei nº 2.575, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCVII. Lei nº 2.577, de 21 de dezembro de 2005;
MDCXCVIII. Lei nº 2.579, de 18 de janeiro de 2006;
MDCXCIX. Lei nº 2.580, de 25 de janeiro de 2006;
MDCC. Lei nº 2.581, de 25 de janeiro de 2006;
MDCCI. Lei nº 2.582, de 30 de janeiro de 2006;
MDCCII. Lei nº 2.583, de 7 de fevereiro de 2006;
MDCCIII. Lei nº 2.587, de 10 de março de 2006;
MDCCIV. Lei nº 2.588, de 10 de março de 2006;
MDCCV. Lei nº 2.589, de 10 de março de 2006;
MDCCVI. Lei nº 2.590, de 15 de março de 2006;
MDCCVII. Lei nº 2.593, de 20 de março de 2006;
MDCCVIII. Lei nº 2.594, de 20 de março de 2006;
MDCCIX. Lei nº 2.598, de 28 de março de 2006;
MDCCX. Lei nº 2.600, de 30 de março de 2006;
MDCCXI. Lei nº 2.602, de 31 de março de 2006;
MDCCXII. Lei nº 2.603, de 4 de abril de 2006;
MDCCXIII. Lei nº 2.604, de 4 de abril de 2006;
MDCCXIV. Lei nº 2.605, de 4 de abril de 2006;
MDCCXV. Lei nº 2.606, de 4 de abril de 2006;
MDCCXVI. Lei nº 2.609, de 17 de abril de 2006;
MDCCXVII. Lei nº 2.610, de 17 de abril de 2006;
MDCCXVIII. Lei nº 2.612, de 17 de abril de 2006;
MDCCXIX. Lei nº 2.618, de 4 de maio de 2006;
MDCCXX. Lei nº 2.619, de 4 de maio de 2006;

Câm. Mun. de Paiçandu
Fls. 498

MDCCXXI. Lei nº 2.622, de 12 de maio de 2006;
MDCCXXII. Lei nº 2.623, de 24 de maio de 2006;
MDCCXXIII. Lei nº 2.625, de 1º de junho de 2006;
MDCCXXIV. Lei nº 2.628, de 2 de junho de 2006;
MDCCXXV. Lei nº 2.634, de 20 de junho de 2006;
MDCCXXVI. Lei nº 2.635, de 20 de junho de 2006;
MDCCXXVII. Lei nº 2.637, de 20 de junho de 2006;
MDCCXXVIII. Lei nº 2.638, de 21 de junho de 2006;
MDCCXXIX. Lei nº 2.640, de 26 de junho de 2006;
MDCCXXX. Lei nº 2.641, de 28 de junho de 2006;
MDCCXXXI. Lei nº 2.644, de 4 de julho de 2006;
MDCCXXXII. Lei nº 2.645, de 4 de julho de 2006;
MDCCXXXIII. Lei nº 2.649, de 11 de julho de 2006;
MDCCXXXIV. Lei nº 2.653, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXV. Lei nº 2.654, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXVI. Lei nº 2.655, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXVII. Lei nº 2.656, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXVIII. Lei nº 2.657, de 18 de julho de 2006;
MDCCXXXIX. Lei nº 2.659, de 15 de agosto de 2006;
MDCCXL. Lei nº 2.662, de 22 de agosto de 2006;
MDCCXLI. Lei nº 2.663, de 22 de agosto de 2006;
MDCCXLII. Lei nº 2.664, de 23 de agosto de 2006;
MDCCXLIII. Lei nº 2.665, de 23 de agosto de 2006;
MDCCXLIV. Lei nº 2.667, de 25 de agosto de 2006;
MDCCXLV. Lei nº 2.668, de 29 de agosto de 2006;
MDCCXLVI. Lei nº 2.669, de 31 de agosto de 2006;
MDCCXLVII. Lei nº 2.670, de 31 de agosto de 2006;
MDCCXLVIII. Lei nº 2.671, de 31 de agosto de 2006;
MDCCXLIX. Lei nº 2.672, de 31 de agosto de 2006;
MDCCL. Lei nº 2.673, de 1º de setembro de 2006;
MDCCLI. Lei nº 2.674, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLII. Lei nº 2.675, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLIII. Lei nº 2.676, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLIV. Lei nº 2.677, de 1° de setembro de 2006;
MDCCLV. Lei nº 2.678, de 13 de setembro de 2006;
MDCCLVI. Lei nº 2.680, de 20 de setembro de 2006;
MDCCLVII. Lei nº 2.681, de 25 de setembro de 2006;
MDCCLVIII. Lei nº 2.682, de 25 de setembro de 2006;
MDCCLIX. Lei nº 2.683, de 29 de setembro de 2006;
MDCCLX. Lei nº 2.684, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXI. Lei nº 2.685, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXII. Lei nº 2.686, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXIII. Lei nº 2.687, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXIV. Lei nº 2.688, de 11 de outubro de 2006;
MDCCLXV. Lei nº 2.689, de 18 de outubro de 2006;
MDCCLXVI. Lei nº 2.690, de 18 de outubro de 2006;
MDCCLXVII. Lei nº 2.692, de 20 de outubro de 2006;
MDCCLXVIII. Lei nº 2.694, de 27 de outubro de 2006;
MDCCLXIX. Lei nº 2.695, de 27 de outubro de 2006;
MDCCLXX. Lei nº 2.697, de 7 de novembro de 2006;
MDCCLXXI. Lei nº 2.700, de 21 de novembro de 2006;
MDCCLXXII. Lei nº 2.702, de 21 de novembro de 2006;
MDCCLXXIII. Lei nº 2.704, de 27 de novembro de 2006;
MDCCLXXIV. Lei nº 2.705, de 27 de novembro de 2006;
MDCCLXXV. Lei nº 2.710, de 11 de dezembro de 2006;
MDCCLXXVI. Lei nº 2.711, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCLXXVII. Lei nº 2.712, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCLXXVIII. Lei nº 2.713, de 15 de dezembro de 2006;
MDCCLXXIX. Lei nº 2.714, de 21 de dezembro de 2006;
MDCCLXXX. Lei nº 2.718, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXI. Lei nº 2.719, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXII. Lei nº 2.720, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXIII. Lei nº 2.721, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXIV. Lei nº 2.722, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXV. Lei nº 2.723, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXVI. Lei nº 2.725, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXVII. Lei nº 2.726, de 26 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXVIII. Lei nº 2.727, de 28 de dezembro de 2006;
MDCCLXXXIX. Lei nº 2.729, de 23 de janeiro de 2007;
MDCCXC. Lei nº 2.730, de 23 de janeiro de 2007;
MDCCXCI. Lei nº 2.731, de 24 de janeiro de 2007;
MDCCXCII. Lei nº 2.732, de 24 de janeiro de 2007;
MDCCXCIII. Lei nº 2.733, de 24 de janeiro de 2007;
MDCCXCIV. Lei nº 2.735, de 13 de fevereiro de 2007;
MDCCXCV. Lei nº 2.736, de 21 de fevereiro de 2007;
MDCCXCVI. Lei nº 2.737, de 23 de fevereiro de 2007;
MDCCXCVII. Lei nº 2.738, de 7 de março de 2007;
MDCCXCVIII. Lei nº 2.739, de 7 de março de 2007;
MDCCXCIX. Lei nº 2.740, de 7 de março de 2007;
MDCCC. Lei nº 2.742, de 13 de março de 2007;
MDCCCI. Lei nº 2.744, de 20 de março de 2007;
MDCCCII. Lei nº 2.745, de 22 de março de 2007;
MDCCCIII. Lei nº 2.746, de 27 de março de 2007;

Fls 499

MDCCCIV. Lei nº 2.749, de 2 de abril de 2007;
MDCCCV. Lei nº 2.750, de 10 de abril de 2007;
MDCCCVI. Lei nº 2.751, de 10 de abril de 2007;
MDCCCVII. Lei nº 2.752, de 10 de abril de 2007;
MDCCCVIII. Lei nº 2.753, de 13 de abril de 2007;
MDCCCIX. Lei nº 2.755, de 20 de abril de 2007;
MDCCCX. Lei nº 2.756, de 20 de abril de 2007;
MDCCCXI. Lei nº 2.757, de 30 de abril de 2007;
MDCCCXII. Lei nº 2.758, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXIII. Lei nº 2.759, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXIV. Lei nº 2.760, de 30 de abril de 2007;
MDCCCXV. Lei nº 2.761, de 30 de abril de 2007;
MDCCCXVI. Lei nº 2.762, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXVII. Lei nº 2.763, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXVIII. Lei nº 2.764, de 27 de abril de 2007;
MDCCCXIX. Lei nº 2.765, de 7 de maio de 2007;
MDCCCXX. Lei nº 2.767, de 11 de maio de 2007;
MDCCCXXI. Lei nº 2.768, de 16 de maio de 2007;
MDCCCXXII. Lei nº 2.772, de 29 de maio de 2007;
MDCCCXXIII. Lei nº 2.775, de 29 de maio de 2007;
MDCCCXXIV. Lei nº 2.776, de 29 de maio de 2007;
MDCCCXXV. Lei nº 2.779, de 6 de junho de 2007;
MDCCCXXVI. Lei nº 2.781, de 14 de junho de 2007;
MDCCCXXVII. Lei nº 2.783, de 19 de junho de 2007;
MDCCCXXVIII. Lei nº 2.785, de 27 de junho de 2007;
MDCCCXXIX. Lei nº 2.786, de 4 de julho de 2007;
MDCCCXXX. Lei nº 2.787, de 4 de julho de 2007;
MDCCCXXXI. Lei nº 2.788, de 4 de julho de 2007;
MDCCCXXXII. Lei nº 2.792, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXIII. Lei nº 2.793, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXIV. Lei nº 2.794, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXV. Lei nº 2.796, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXVI. Lei nº 2.797, de 6 de julho de 2007;
MDCCCXXXVII. Lei nº 2.800, de 12 de julho de 2007;
MDCCCXXXVIII. Lei nº 2.801, de 12 de julho de 2007;
MDCCCXXXIX. Lei nº 2.803, de 13 de julho de 2007;
MDCCCXL. Lei nº 2.809, de 17 de julho de 2007;
MDCCCXLI. Lei nº 2.810, de 19 de julho de 2007;
MDCCCXLII. Lei nº 2.811, de 19 de julho de 2007;
MDCCCXLIII. Lei nº 2.812, de 24 de julho de 2007;
MDCCCXLIV. Lei nº 2.815, de 3 de agosto de 2007;
MDCCCXLV. Lei nº 2.816, de 3 de agosto de 2007;
MDCCCXLVI. Lei nº 2.817, de 3 de agosto de 2007;
MDCCCXLVII. Lei nº 2.819, de 10 de agosto de 2007;
MDCCCXLVIII. Lei nº 2.820, de 10 de agosto de 2007;
MDCCCXLIX. Lei nº 2.824, de 24 de agosto de 2007;
MDCCCL. Lei nº 2.828, de 5 de setembro de 2007;
MDCCCLI. Lei nº 2.830, de 11 de setembro de 2007;
MDCCCLII. Lei nº 2.831, de 12 de setembro de 2007;
MDCCCLIII. Lei nº 2.833, de 18 de setembro de 2007;
MDCCCLIV. Lei nº 2.836, de 21 de setembro de 2007;
MDCCCLV. Lei nº 2.837, de 25 de setembro de 2007;
MDCCCLVI. Lei nº 2.838, de 25 de setembro de 2007;
MDCCCLVII. Lei nº 2.840, de 9 de outubro de 2007;
MDCCCLVIII. Lei nº 2.841, de 9 de outubro de 2007;
MDCCCLIX. Lei nº 2.842, de 9 de outubro de 2007;
MDCCCLX. Lei nº 2.843, de 9 de outubro de 2007;
MDCCCLXI. Lei nº 2.848, de 10 de outubro de 2007;
MDCCCLXII. Lei nº 2.850, de 23 de outubro de 2007;
MDCCCLXIII. Lei nº 2.851, de 23 de outubro de 2007;
MDCCCLXIV. Lei nº 2.854, de 29 de outubro de 2007;
MDCCCLXV. Lei nº 2.856, de 30 de outubro de 2007;
MDCCCLXVI. Lei nº 2.857, de 30 de outubro de 2007;
MDCCCLXVII. Lei nº 2.858, de 30 de outubro de 2007;
MDCCCLXVIII. Lei nº 2.859, de 7 de novembro de 2007;
MDCCCLXIX. Lei nº 2.860, de 7 de novembro de 2007;
MDCCCLXX. Lei nº 2.861, de 13 de novembro de 2007;
MDCCCLXXI. Lei nº 2.864, de 19 de novembro de 2007;
MDCCCLXXII. Lei nº 2.863, de 14 de novembro de 2007;
MDCCCLXXIII. Lei nº 2.865, de 19 de novembro de 2007;
MDCCCLXXIV. Lei nº 2.869, de 19 de novembro de 2007;
MDCCCLXXV. Lei nº 2.871, de 20 de novembro de 2007;
MDCCCLXXVI. Lei nº 2.872, de 20 de novembro de 2007;
MDCCCLXXVII. Lei nº 2.875, de 28 de novembro de 2007;
MDCCCLXXVIII. Lei nº 2.876, de 5 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXIX. Lei nº 2.877, de 5 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXX. Lei nº 2.878, de 5 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXI. Lei nº 2.881, de 7 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXII. Lei nº 2.882, de 7 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXIII. Lei nº 2.884, de 12 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXIV. Lei nº 2.885, de 18 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXV. Lei nº 2.886, de 18 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXVI. Lei nº 2.888, de 18 de dezembro de 2007;

Fls 500

MDCCCLXXXVII. Lei nº 2.890, de 18 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXVIII. Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 2007;
MDCCCLXXXIX. Lei nº 2.892, de 20 de dezembro de 2007;
MDCCCXC. Lei nº 2.893, de 26 de dezembro de 2007;
MDCCCXCI. Lei nº 2.896, de 26 de dezembro de 2007;
MDCCCXCII. Lei nº 2.898, de 21 de fevereiro de 2008;
MDCCCXCIII. Lei nº 2.899, de 22 de fevereiro de 2008;
MDCCCXCIV. Lei nº 2.903, de 12 de março de 2008;
MDCCCXCV. Lei nº 2.904, de 12 de março de 2008;
MDCCCXCVI. Lei nº 2.907, de 19 de março de 2008;
MDCCCXCVII. Lei nº 2.908, de 19 de março de 2008;
MDCCCXCVIII. Lei nº 2.911, de 20 de março de 2008;
MDCCCXCIX. Lei nº 2.912, de 20 de março de 2008;
MCM. Lei nº 2.913, de 20 de março de 2008;
MCMI. Lei nº 2.914, de 20 de março de 2008;
MCMII. Lei nº 2.915, de 20 de março de 2008;
MCMIII. Lei nº 2.916, de 20 de março de 2008;
MCMIV. Lei nº 2.917, de 20 de março de 2008;
MCMV. Lei nº 2.918, de 20 de março de 2008;
MCMVI. Lei nº 2.919, de 20 de março de 2008;
MCMVII. Lei nº 2.920, de 20 de março de 2008;
MCMVIII. Lei nº 2.921, de 25 de março de 2008;
MCMIX. Lei nº 2.922, de 25 de março de 2008;
MCMX. Lei nº 2.924, de 1º de abril de 2008;
MCMXI. Lei nº 2.925, de 1º de abril de 2008;
MCMXII. Lei nº 2.926, de 1º de abril de 2008;
MCMXIII. Lei nº 2.927, de 1º de abril de 2008;
MCMXIV. Lei nº 2.928, de 1º de abril de 2008;
MCMXV. Lei nº 2.929, de 7 de abril de 2008;
MCMXVI. Lei nº 2.930, de 7 de abril de 2008;
MCMXVII. Lei nº 2.931, de 7 de abril de 2008;
MCMXVIII. Lei nº 2.932, de 11 de abril de 2008;
MCMXIX. Lei nº 2.933, de 11 de abril de 2008;
MCMXX. Lei nº 2.935, de 11 de abril de 2008;
MCMXXI. Lei nº 2.936, de 17 de abril de 2008;
MCMXXII. Lei nº 2.938, de 18 de abril de 2008;
MCMXXIII. Lei nº 2.939, de 29 de abril de 2008;
MCMXXIV. Lei nº 2.940, de 29 de abril de 2008;
MCMXXV. Lei nº 2.941, de 29 de abril de 2008;
MCMXXVI. Lei nº 2.942, de 29 de abril de 2008;
MCMXXVII. Lei nº 2.946, de 13 de maio de 2008;
MCMXXVIII. Lei nº 2.948, de 13 de maio de 2008;
MCMXXIX. Lei nº 2.950, de 13 de maio de 2008;
MCMXXX. Lei nº 2.951, de 21 de maio de 2008;
MCMXXXI. Lei nº 2.952, de 21 de maio de 2008;
MCMXXXII. Lei nº 2.953, de 21 de maio de 2008;
MCMXXXIII. Lei nº 2.955, de 30 de maio de 2008;
MCMXXXIV. Lei nº 2.960, de 4 de junho de 2008;
MCMXXXV. Lei nº 2.961, de 4 de junho de 2008;
MCMXXXVI. Lei nº 2.966, de 5 de junho de 2008;
MCMXXXVII. Lei nº 2.967, de 5 de junho de 2008;
MCMXXXVIII. Lei nº 2.969, de 11 de junho de 2008;
MCMXXXIX. Lei nº 2.974, de 19 de junho de 2008;
MCMXL. Lei nº 2.975, de 19 de junho de 2008;
MCMXLI. Lei nº 2.977, de 19 de junho de 2008;
MCMXLII. Lei nº 2.978, de 19 de junho de 2008;
MCMXLIII. Lei nº 2.979, de 25 de junho de 2008;
MCMXLIV. Lei nº 2.980, de 25 de junho de 2008;
MCMXLV. Lei nº 2.981, de 25 de junho de 2008;
MCMXLVI. Lei nº 2.982, de 25 de junho de 2008;
MCMXLVII. Lei nº 2.984, de 27 de junho de 2008;
MCMXLVIII. Lei nº 2.985, de 27 de junho de 2008;
MCMXLIX. Lei nº 2.986, de 7 de julho de 2008;
MCML. Lei nº 2.987, de 7 de julho de 2008;
MCMLI. Lei nº 2.988, de 7 de julho de 2008;
MCMLII. Lei nº 2.989, de 7 de julho de 2008;
MCMLIII. Lei nº 2.990, de 10 de julho de 2008;
MCMLIV. Lei nº 2.992, de 10 de julho de 2008;
MCMLV. Lei nº 2.995, de 22 de julho de 2008;
MCMLVI. Lei nº 2.996, de 22 de julho de 2008;
MCMLVII. Lei nº 2.997, de 5 de agosto de 2008;
MCMLVIII. Lei nº 2.998, de 5 de agosto de 2008;
MCMLIX. Lei nº 3.000, de 15 de agosto de 2008;
MCMLX. Lei nº 3.001, de 19 de agosto de 2008;
MCMLXI. Lei nº 3.002, de 19 de agosto de 2008;
MCMLXII. Lei nº 3.003, de 19 de agosto de 2008;
MCMLXIII. Lei nº 3.004, de 21 de agosto de 2008;
MCMLXIV. Lei nº 3.008, de 21 de agosto de 2008;
MCMLXV. Lei nº 3.010, de 5 de setembro de 2008;
MCMLXVI. Lei nº 3.012, de 15 de setembro de 2008;
MCMLXVII. Lei nº 3.013, de 18 de setembro de 2008;
MCMLXVIII. Lei nº 3.014, de 15 de outubro de 2008;
MCMLXIX. Lei nº 3.015, de 17 de outubro de 2008;

Fls 501

MCMLXX. Lei nº 3.017, de 22 de outubro de 2008;
MCMLXXI. Lei nº 3.018, de 22 de outubro de 2008;
MCMLXXII. Lei nº 3.019, de 24 de outubro de 2008;
MCMLXXIII. Lei nº 3.020, de 24 de outubro de 2008;
MCMLXXIV. Lei nº 3.022, de 3 de outubro de 2008;
MCMLXXV. Lei nº 3.023, de 5 de novembro de 2008;
MCMLXXVI. Lei nº 3.024, de 6 de novembro de 2008;
MCMLXXVII. Lei nº 3.025, de 6 de novembro de 2008;
MCMLXXVIII. Lei nº 3.030, de 15 de agosto de 2008;
MCMLXXIX. Lei nº 3.031, de 11 de novembro de 2008;
MCMLXXX. Lei nº 3.032, de 14 de novembro de 2008;
MCMLXXXI. Lei nº 3.033, de 14 de novembro de 2008;
MCMLXXXII. Lei nº 3.035, de 14 de novembro de 2008;
MCMLXXXIII. Lei nº 3.039, de 21 de novembro de 2008;
MCMLXXXIV. Lei nº 3.040, de 27 de novembro de 2008;
MCMLXXXV. Lei nº 3.041, de 27 de novembro de 2008;
MCMLXXXVI. Lei nº 3.048, de 4 de dezembro de 2008;
MCMLXXXVII. Lei nº 3.049, de 4 de dezembro de 2008;
MCMLXXXVIII. Lei nº 3.050, de 4 de dezembro de 2008;
MCMLXXXIX. Lei nº 3.051, de 9 de dezembro de 2008;
MCMXC. Lei nº 3.052, de 9 de dezembro de 2008;
MCMXCI. Lei nº 3.055, de 12 de dezembro de 2008;
MCMXCII. Lei nº 3.060, de 17 de dezembro de 2008;
MCMXCIII. Lei nº 3.061, de 17 de dezembro de 2008;
MCMXCIV. Lei nº 3.062, de 17 de dezembro de 2008;
MCMXCV. Lei nº 3.064, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCVI. Lei nº 3.069, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCVII. Lei nº 3.070, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCVIII. Lei nº 3.071, de 29 de dezembro de 2008;
MCMXCIX. Lei nº 3.072, de 29 de dezembro de 2008;
MM. Lei nº 3.077, de 23 de janeiro de 2009;
MMI. Lei nº 3.078, de 23 de janeiro de 2009;
MMII. Lei nº 3.079, de 23 de janeiro de 2009;
MMIII. Lei nº 3.080, de 23 de janeiro de 2009;
MMIV. Lei nº 3.081, de 23 de janeiro de 2009;
MMV. Lei nº 3.082, de 23 de janeiro de 2009;
MMVI. Lei nº 3.083, de 23 de janeiro de 2009;
MMVII. Lei nº 3.084, de 23 de janeiro de 2009;
MMVIII. Lei nº 3.085, de 23 de janeiro de 2009;
MMIX. Lei nº 3.086, de 23 de janeiro de 2009;
MMX. Lei nº 3.088, de 23 de janeiro de 2009;
MMXI. Lei nº 3.089, de 23 de janeiro de 2009;
MMXII. Lei nº 3.090, de 23 de janeiro de 2009;
MMXIII. Lei nº 3.091, de 23 de janeiro de 2009;
MMXIV. Lei nº 3.092, de 23 de janeiro de 2009;
MMXV. Lei nº 3.093, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXVI. Lei nº 3.094, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXVII. Lei nº 3.095, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXVIII. Lei nº 3.096, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXIX. Lei nº 3.097, de 5 de fevereiro de 2009;
MMXX. Lei nº 3.099, de 12 de fevereiro de 2009;
MMXXI. Lei nº 3.102, de 18 de fevereiro de 2009;
MMXXII. Lei nº 3.104, de 19 de janeiro de 2009;
MMXXIII. Lei nº 3.105, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXIV. Lei nº 3.106, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXV. Lei nº 3.107, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXVI. Lei nº 3.108, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXVII. Lei nº 3.109, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXVIII. Lei nº 3.110, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXIX. Lei nº 3.111, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXX. Lei nº 3.112, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXI. Lei nº 3.113, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXII. Lei nº 3.114, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXIII. Lei nº 3.115, de 19 de fevereiro de 2009;
MMXXXIV. Lei nº 3.116, de 10 de março de 2009;
MMXXXV. Lei nº 3.117, de 10 de março de 2009;
MMXXXVI. Lei nº 3.118, de 10 de março de 2009;
MMXXXVII. Lei nº 3.120, de 10 de março de 2009;
MMXXXVIII. Lei nº 3.126, de 20 de março de 2009;
MMXXXIX. Lei nº 3.130, de 26 de março de 2009;
MMXL. Lei nº 3.131, de 26 de março de 2009;
MMXLI. Lei nº 3.132, de 26 de março de 2009;
MMXLII. Lei nº 3.134, de 26 de março de 2009;
MMXLIII. Lei nº 3.137, de 13 de abril de 2009;
MMXLIV. Lei nº 3.138, de 13 de abril de 2009;
MMXLV. Lei nº 3.140, de 14 de abril de 2009;
MMXLVI. Lei nº 3.141, de 14 de abril de 2009;
MMXLVII. Lei nº 3.142, de 14 de abril de 2009;
MMXLVIII. Lei nº 3.143, de 14 de abril de 2009;
MMXLIX. Lei nº 3.144, de 14 de abril de 2009;
MML. Lei nº 3.145, de 16 de abril de 2009;
MMLI. Lei nº 3.146, de 16 de abril de 2009;
MMLII. Lei nº 3.147, de 23 de abril de 2009;

MMLIII. Lei nº 3.149, de 23 de abril de 2009;
MMLIV. Lei nº 3.150, de 23 de abril de 2009;
MMLV. Lei nº 3.151, de 23 de abril de 2009;
MMLVI. Lei nº 3.152, de 23 de abril de 2009;
MMLVII. Lei nº 3.154, de 23 de abril de 2009;
MMLVIII. Lei nº 3.155, de 23 de abril de 2009;
MMLIX. Lei nº 3.156, de 23 de abril de 2009;
MMLX. Lei nº 3.159, de 28 de abril de 2009;
MMLXI. Lei nº 3.160, de 28 de abril de 2009;
MMLXII. Lei nº 3.161, de 30 de abril de 2009;
MMLXIII. Lei nº 3.162, de 30 de abril de 2009;
MMLXIV. Lei nº 3.164, de 18 de maio de 2009;
MMLXV. Lei nº 3.165, de 18 de maio de 2009;
MMLXVI. Lei nº 3.166, de 19 de maio de 2009;
MMLXVII. Lei nº 3.167, de 19 de maio de 2009;
MMLXVIII. Lei nº 3.168, de 19 de maio de 2009;
MMLXIX. Lei nº 3.170, de 21 de maio de 2009;
MMLXX. Lei nº 3.171, de 27 de maio de 2009;
MMLXXI. Lei nº 3.172, de 27 de maio de 2009;
MMLXXII. Lei nº 3.173, de 27 de maio de 2009;
MMLXXIII. Lei nº 3.174, de 27 de maio de 2009;
MMLXXIV. Lei nº 3.175, de 27 de maio de 2009;
MMLXXV. Lei nº 3.176, de 27 de maio de 2009;
MMLXXVI. Lei nº 3.177, de 27 de maio de 2009;
MMLXXVII. Lei nº 3.179, de 15 de junho de 2009;
MMLXXVIII. Lei nº 3.180, de 15 de junho de 2009;
MMLXXIX. Lei nº 3.181, de 16 de junho de 2009;
MMLXXX. Lei nº 3.182, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXI. Lei nº 3.183, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXII. Lei nº 3.184, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXIII. Lei nº 3.185, de 16 de junho de 2009;
MMLXXXIV. Lei nº 3.188, de 1º de julho de 2009;
MMLXXXV. Lei nº 3.189, de 1º de julho de 2009;
MMLXXXVI. Lei nº 3.190, de 3 de julho de 2009;
MMLXXXVII. Lei nº 3.191, de 3 de julho de 2009;
MMLXXXVIII. Lei nº 3.192, de 8 de julho de 2009;
MMLXXXIX. Lei nº 3.193, de 8 de julho de 2009;
MMXC. Lei nº 3.194, de 8 de julho de 2009;
MMXCI. Lei nº 3.195, de 8 de julho de 2009;
MMXCII. Lei nº 3.197, de 10 de julho de 2009;
MMXCIII. Lei nº 3.198, de 10 de julho de 2009;
MMXCIV. Lei nº 3.199, de 10 de julho de 2009;
MMXCV. Lei nº 3.200, de 13 de julho de 2009;
MMXCVI. Lei nº 3.201, de 13 de julho de 2009;
MMXCVII. Lei nº 3.208, de 7 de agosto de 2009;
MMXCVIII. Lei nº 3.210, de 19 de agosto de 2009;
MMXCIX. Lei nº 3.211, de 24 de agosto de 2009;
MMC. Lei nº 3.213, de 24 de agosto de 2009;
MMCI. Lei nº 3.214, de 21 de agosto de 2009;
MMCII. Lei nº 3.215, de 21 de agosto de 2009;
MMCIII. Lei nº 3.218, de 27 de agosto de 2009;
MMCIV. Lei nº 3.219, de 27 de agosto de 2009;
MMCV. Lei nº 3.220, de 27 de agosto de 2009;
MMCVI. Lei nº 3.221, de 27 de agosto de 2009;
MMCVII. Lei nº 3.222, de 2 de setembro de 2009;
MMCVIII. Lei nº 3.223, de 2 de setembro de 2009;
MMCIX. Lei nº 3.225, de 4 de setembro de 2009;
MMCX. Lei nº 3.227, de 4 de setembro de 2009;
MMCXI. Lei nº 3.231, de 17 de setembro de 2009;
MMCXII. Lei nº 3.232, de 17 de setembro de 2009;
MMCXIII. Lei nº 3.235, de 18 de setembro de 2009;
MMCXIV. Lei nº 3.238, de 24 de setembro de 2009;
MMCXV. Lei nº 3.239, de 24 de setembro de 2009;
MMCXVI. Lei nº 3.240, de 24 de setembro de 2009;
MMCXVII. Lei nº 3.241, de 24 de setembro de 2009;
MMCXVIII. Lei nº 3.244, de 30 de setembro de 2009;
MMCXIX. Lei nº 3.245, de 30 de setembro de 2009;
MMCXX. Lei nº 3.248, de 9 de outubro de 2009;
MMCXXI. Lei nº 3.251, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXII. Lei nº 3.253, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXIII. Lei nº 3.254, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXIV. Lei nº 3.255, de 26 de outubro de 2009;
MMCXXV. Lei nº 3.256, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXVI. Lei nº 3.257, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXVII. Lei nº 3.258; de 27 de outubro de 2009;
MMCXXVIII. Lei nº 3.259, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXIX. Lei nº 3.260, de 27 de outubro de 2009;
MMCXXX. Lei nº 3.261 de 6 de novembro de 2009;
MMCXXXI. Lei nº 3.262, de 6 de novembro de 2009;
MMCXXXII. Lei nº 3.265, de 10 de novembro de 2009;
MMCXXXIII. Lei nº 3.266, de 10 de novembro de 2009;
MMCXXXIV. Lei nº 3.267, de 18 de novembro de 2009;
MMCXXXV. Lei nº 3.268, de 19 de novembro de 2009;

Fls 503

MMCXXXVI. Lei nº 3.269, de 19 de novembro de 2009;
MMCXXXVII. Lei nº 3.275, de 24 de novembro de 2009;
MMCXXXVIII. Lei nº 3.280, de 27 de novembro de 2009;
MMCXXXIX. Lei nº 3.281, de 27 de novembro de 2009;
MMCXL. Lei nº 3.289, de 10 de dezembro de 2009;
MMCXLI. Lei nº 3.292, de 15 de dezembro de 2009;
MMCXLII. Lei nº 3.302, de 23 de dezembro de 2009;
MMCXLIII. Lei nº 3.303, de 23 de dezembro de 2009;
MMCXLIV. Lei nº 3.305, de 28 de dezembro de 2009;
MMCXLV. Lei nº 3.306, de 28 de dezembro de 2009;
MMCXLVI. Lei nº 3.307, de 28 de dezembro de 2009;
MMCXLVII. Lei nº 3.308, de 30 de dezembro de 2009;
MMCXLVIII. Lei nº 3.311, de 20 de janeiro de 2010;
MMCXLIX. Lei nº 3.312, de 20 de janeiro de 2010;
MMCL. Lei nº 3.313, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLI. Lei nº 3.314, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLII. Lei nº 3.315, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLIII. Lei nº 3.316, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLIV. Lei nº 3.317, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLV. Lei nº 3.318, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLVI. Lei nº 3.319, de 20 de janeiro de 2010;
MMCLVII. Lei nº 3.320, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLVIII. Lei nº 3.321, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLIX. Lei nº 3.322, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLX. Lei nº 3.323, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLXI. Lei nº 3.324, de 30 de janeiro de 2010;
MMCLXII. Lei nº 3.328, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCLXIII. Lei nº 3.329, de 26 de fevereiro de 2010;
MMCLXIV. Lei nº 3.332, de 2 de março de 2010;
MMCLXV. Lei nº 3.333, de 2 de março de 2010;
MMCLXVI. Lei nº 3.339, de 9 de março de 2010;
MMCLXVII. Lei nº 3.340, de 11 de março de 2010;
MMCLXVIII. Lei nº 3.341, de 16 de março de 2010;
MMCLXIX. Lei nº 3.342, de 16 de março de 2010;
MMCLXX. Lei nº 3.343, de 19 de março de 2010;
MMCLXXI. Lei nº 3.345, de 23 de março de 2010;
MMCLXXII. Lei nº 3.346, de 23 de março de 2010;
MMCLXXIII. Lei nº 3.347, de 25 de março de 2010;
MMCLXXIV. Lei nº 3.353, de 6 de abril de 2010;
MMCLXXV. Lei nº 3.354, de 7 de abril de 2010;
MMCLXXVI. Lei nº 3.355, de 7 de abril de 2010;
MMCLXXVII. Lei nº 3.356, de 15 de abril de 2010;
MMCLXXVIII. Lei nº 3.357, de 15 de abril de 2010;
MMCLXXIX. Lei nº 3.359, de 22 de abril de 2010;
MMCLXXX. Lei nº 3.361, de 27 de abril de 2010;
MMCLXXXI. Lei nº 3.362, de 30 de abril de 2010;
MMCLXXXII. Lei nº 3.363, de 30 de abril de 2010;
MMCLXXXIII. Lei nº 3.366, de 7 de maio de 2010;
MMCLXXXIV. Lei nº 3.367, de 11 de maio de 2010;
MMCLXXXV. Lei nº 3.368, de 13 de maio de 2010;
MMCLXXXVI. Lei nº 3.369, de 13 de maio de 2010;
MMCLXXXVII. Lei nº 3.370, de 13 de maio de 2010;
MMCLXXXVIII. Lei nº 3.372, de 20 de maio de 2010;
MMCLXXXIX. Lei nº 3.373, de 20 de maio de 2010;
MMCXC. Lei nº 3.375, de 27 de maio de 2010;
MMCXCI. Lei nº 3.376, de 27 de maio de 2010;
MMCXCII. Lei nº 3.380, de 1° de junho de 2010;
MMCXCIII. Lei nº 3.381, de 1º de junho de 2010;
MMCXCIV. Lei nº 3.383, de 10 de junho de 2010;
MMCXCV. Lei nº 3.384, de 17 de junho de 2010;
MMCXCVI. Lei nº 3.386, de 17 de junho de 2010;
MMCXCVII. Lei nº 3.387, de 17 de junho de 2010;
MMCXCVIII. Lei nº 3.388, de 17 de junho de 2010;
MMCXCIX. Lei nº 3.389, de 22 de junho de 2010;
MMCC. Lei nº 3.390, de 22 de junho de 2010;
MMCCI. Lei nº 3.392, de 24 de junho de 2010;
MMCCII. Lei nº 3.393, de 28 de junho de 2010;
MMCCIII. Lei nº 3.394, de 28 de junho de 2010;
MMCCIV. Lei nº 3.395, de 28 de junho de 2010;
MMCCV. Lei nº 3.396, de 28 de junho de 2010;
MMCCVI. Lei nº 3.397, de 28 de junho de 2010;
MMCCVII. Lei nº 3.398, de 28 de junho de 2010;
MMCCVIII. Lei nº 3.400, de 28 de junho de 2010;
MMCCIX. Lei nº 3.401, de 28 de junho de 2010;
MMCCX. Lei nº 3.402, de 28 de junho de 2010;
MMCCXI. Lei nº 3.403, de 28 de junho de 2010;
MMCCXII. Lei nº 3.404, de 1° de julho de 2010;
MMCCXIII. Lei nº 3.405, de 1º de julho de 2010;
MMCCXIV. Lei nº 3.406, de 8 de julho de 2010;
MMCCXV. Lei nº 3.407, de 9 de julho de 2010;
MMCCXVI. Lei nº 3.408, de 9 de julho de 2010;
MMCCXVII. Lei nº 3.410, de 15 de julho de 2010;
MMCCXVIII. Lei nº 3.411, de 15 de julho de 2010;

MMCCXIX. Lei nº 3.412, de 15 de julho de 2010;
MMCCXX. Lei nº 3.413, de 15 de julho de 2010;
MMCCXXI. Lei nº 3.414, de 16 de julho de 2010;
MMCCXXII. Lei nº 3.415, de 16 de julho de 2010;
MMCCXXIII. Lei nº 3.416, de 16 de julho de 2010;
MMCCXXIV. Lei nº 3.417, de 16 de julho de 2010;
MMCCXXV. Lei nº 3.420, de 4 de agosto de 2010;
MMCCXXVI. Lei nº 3.421, de 4 de agosto de 2010;
MMCCXXVII. Lei nº 3.424, de 5 de agosto de 2010;
MMCCXXVIII. Lei nº 3.428, de 5 de agosto de 2010;
MMCCXXIX. Lei nº 3.433, de 12 de agosto de 2010;
MMCCXXX. Lei nº 3.434, de 13 de agosto de 2010;
MMCCXXXI. Lei nº 3.435, de 18 de agosto de 2010;
MMCCXXXII. Lei nº 3.436, de 18 de agosto de 2010;
MMCCXXXIII. Lei nº 3.437, de 18 de agosto de 2010;
MMCCXXXIV. Lei nº 3.438, de 20 de agosto de 2010;
MMCCXXXV. Lei nº 3.440, de 27 de agosto de 2010;
MMCCXXXVI. Lei nº 3.441, de 31 de agosto de 2010;
MMCCXXXVII. Lei nº 3.442, de 3 de setembro de 2010;
MMCCXXXVIII. Lei nº 3.445, de 9 de setembro de 2010;
MMCCXXXIX. Lei nº 3.451, de 15 de setembro de 2010;
MMCCXL. Lei nº 3.452, de 15 de setembro de 2010;
MMCCXLI. Lei nº 3.453, de 15 de setembro de 2010;
MMCCXLII. Lei nº 3.454, de 16 de setembro de 2010;
MMCCXLIII. Lei nº 3.456, de 16 de setembro de 2010;
MMCCXLIV. Lei nº 3.457, de 23 de setembro de 2010;
MMCCXLV. Lei nº 3.458, de 29 de setembro de 2010;
MMCCXLVI. Lei nº 3.459, de 29 de setembro de 2010;
MMCCXLVII. Lei nº 3.460, de 30 de setembro de 2010;
MMCCXLVIII. Lei nº 3.461, de 30 de setembro de 2010;
MMCCXLIX. Lei nº 3.462, de 5 de outubro de 2010;
MMCCL. Lei nº 3.464, de 15 de outubro de 2010;
MMCCLI. Lei nº 3.466, de 22 de outubro de 2010;
MMCCLII. Lei nº 3.467, de 22 de outubro de 2010;
MMCCLIII. Lei nº 3.468, de 26 de outubro de 2010;
MMCCLIV. Lei nº 3.470, de 4 de novembro de 2010;
MMCCLV. Lei nº 3.473, de 24 de novembro de 2010;
MMCCLVI. Lei nº 3.475, de 25 de novembro de 2010;
MMCCLVII. Lei nº 3.480, de 1° de dezembro de 2010;
MMCCLVIII. Lei nº 3.484, de 8 de dezembro de 2010;
MMCCLIX. Lei nº 3.486, de 8 de dezembro de 2010;
MMCCLX. Lei nº 3.487, de 9 de dezembro de 2010;
MMCCLXI. Lei nº 3.488, de 9 de dezembro de 2010;
MMCCLXII. Lei nº 3.489, de 9 de dezembro de 2010;
MMCCLXIII. Lei nº 3.490, de 10 de dezembro de 2010;
MMCCLXIV. Lei nº 3.495, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXV. Lei nº 3.496, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXVI. Lei nº 3.497, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXVII. Lei nº 3.498, de 15 de dezembro de 2010;
MMCCLXVIII. Lei nº 3.499, de 16 de dezembro de 2010;
MMCCLXIX. Lei nº 3.500, de 16 de dezembro de 2010;
MMCCLXX. Lei nº 3.503, de 17 de dezembro de 2010;
MMCCLXXI. Lei nº 3.505, de 22 de dezembro de 2010;
MMCCLXXII. Lei nº 3.507, de 22 de dezembro de 2010;
MMCCLXXIII. Lei nº 3.508, de 22 de dezembro de 2010;
MMCCLXXIV. Lei nº 3.509, de 27 de dezembro de 2010;
MMCCLXXV. Lei nº 3.510, de 27 de dezembro de 2010;
MMCCLXXVI. Lei nº 3.513, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXVII. Lei nº 3.514, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXVIII. Lei nº 3.515, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXIX. Lei nº 3.516, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXX. Lei nº 3.517, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXI. Lei nº 3.518, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXII. Lei nº 3.519, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXIII. Lei nº 3.520, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXIV. Lei nº 3.521, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXV. Lei nº 3.522, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXVI. Lei nº 3.523, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXVII. Lei nº 3.524, de 3 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXVIII. Lei nº 3.526, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCLXXXIX. Lei nº 3.527, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCXC. Lei nº 3.528, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCXCI. Lei nº 3.529, de 24 de fevereiro de 2011;
MMCCXCII. Lei nº 3.530, de 2 de março de 2011;
MMCCXCIII. Lei nº 3.531, de 2 de março de 2011;
MMCCXCIV. Lei nº 3.532, de 3 de março de 2011;
MMCCXCV. Lei nº 3.533, de 3 de março de 2011;
MMCCXCVI. Lei nº 3.534, de 3 de março de 2011;
MMCCXCVII. Lei nº 3.540, de 22 de março de 2011;
MMCCXCVIII. Lei nº 3.541, de 22 de março de 2011;
MMCCXCIX. Lei nº 3.542, de 6 de abril de 2011;
MMCCC. Lei nº 3.543, de 6 de abril de 2011;
MMCCCI. Lei nº 3.548, de 8 de abril de 2011;

Fls 504

Mun. do Pajo
Fls 505

MMCCCII. Lei nº 3.555, de 14 de abril de 2011;
MMCCCIII. Lei nº 3.556, de 14 de abril de 2011;
MMCCCIV. Lei nº 3.557, de 14 de abril de 2011;
MMCCCV. Lei nº 3.558, de 14 de abril de 2011;
MMCCCVI. Lei nº 3.559, de 14 de abril de 2011;
MMCCCVII. Lei nº 3.561, de 25 de abril de 2011;
MMCCCVIII. Lei nº 3.562, de 25 de abril de 2011;
MMCCCIX. Lei nº 3.563, de 25 de abril de 2011;
MMCCCX. Lei nº 3.564, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXI. Lei nº 3.565, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXII. Lei nº 3.566, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXIII. Lei nº 3.567, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXIV. Lei nº 3.568, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXV. Lei nº 3.569, de 25 de abril de 2011;
MMCCCXVI. Lei nº 3.570, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXVII. Lei nº 3.571, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXVIII. Lei nº 3.572, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXIX. Lei nº 3.574, de 26 de abril de 2011;
MMCCCXX. Lei nº 3.578, de 5 de maio de 2011;
MMCCCXXI. Lei nº 3.580, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXII. Lei nº 3.581, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXIII. Lei nº 3.582, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXIV. Lei nº 3.583, de 6 de maio de 2011;
MMCCCXXV. Lei nº 3.590, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXVI. Lei nº 3.591, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXVII. Lei nº 3.592, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXVIII. Lei nº 3.593, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXIX. Lei nº 3.594, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXX. Lei nº 3.595, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXXI. Lei nº 3.596, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXXII. Lei nº 3.597, de 17 de maio de 2011;
MMCCCXXXIII. Lei nº 3.599, de 27 de maio de 2011;
MMCCCXXXIV. Lei nº 3.602, de 2 de junho de 2011;
MMCCCXXXV. Lei nº 3.604, de 2 de junho de 2011;
MMCCCXXXVI. Lei nº 3.605, de 2 de junho de 2011;
MMCCCXXXVII. Lei nº 3.609, de 10 de junho de 2011;
MMCCCXXXVIII. Lei nº 3.610, de 15 de junho de 2011;
MMCCCXXXIX. Lei nº 3.611, de 15 de junho de 2011;
MMCCCXL. Lei nº 3.612, de 16 de junho de 2011;
MMCCCXLI. Lei nº 3.613, de 16 de junho de 2011;
MMCCCXLII. Lei nº 3.614, de 22 de junho de 2011;
MMCCCXLIII. Lei nº 3.615, de 22 de junho de 2011;
MMCCCXLIV. Lei nº 3.616, de 22 de junho de 2011;
MMCCCXLV. Lei nº 3.617, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLVI. Lei nº 3.618, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLVII. Lei nº 3.619, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLVIII. Lei nº 3.620, de 24 de junho de 2011;
MMCCCXLIX. Lei nº 3.621, de 24 de junho de 2011;
MMCCCL. Lei nº 3.622, de 24 de junho de 2011;
MMCCCLI. Lei nº 3.623, de 24 de junho de 2011;
MMCCCLII. Lei nº 3.629, de 11 de julho de 2011;
MMCCCLIII. Lei nº 3.630, de 11 de julho de 2011;
MMCCCLIV. Lei nº 3.637, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLV. Lei nº 3.638, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLVI. Lei nº 3.639, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLVII. Lei nº 3.640, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLVIII. Lei nº 3.641, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLIX. Lei nº 3.642, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLX. Lei nº 3.643, de 14 de julho de 2011;
MMCCCLXI. Lei nº 3.648, de 4 de agosto de 2011;
MMCCCLXII. Lei nº 3.649, de 4 de agosto de 2011;
MMCCCLXIII. Lei nº 3.650, de 4 de agosto de 2011;
MMCCCLXIV. Lei nº 3.651, de 16 de agosto de 2011;
MMCCCLXV. Lei nº 3.652, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXVI. Lei nº 3.653, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXVII. Lei nº 3.654, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXVIII. Lei nº 3.655, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXIX. Lei nº 3.656, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXX. Lei nº 3.657, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXXI. Lei nº 3.658, de 18 de agosto de 2011;
MMCCCLXXII. Lei nº 3.659, de 23 de agosto de 2011;
MMCCCLXXIII. Lei nº 3.661, de 25 de agosto de 2011;
MMCCCLXXIV. Lei nº 3.662, de 25 de agosto de 2011;
MMCCCLXXV. Lei nº 3.664, de 25 de agosto de 2011;
MMCCCLXXVI. Lei nº 3.666, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXVII. Lei nº 3.667, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXVIII. Lei nº 3.668, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXIX. Lei nº 3.669, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXX. Lei nº 3.670, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXXI. Lei nº 3.671, de 30 de agosto de 2011;
MMCCCLXXXII. Lei nº 3.673, de 6 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXIII. Lei nº 3.675, de 6 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXIV. Lei nº 3.677, de 13 de setembro de 2011;

MMCCCLXXXV. Lei nº 3.679, de 13 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXVI. Lei nº 3.680, de 13 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXVII. Lei nº 3.687, de 30 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXVIII. Lei nº 3.688, de 30 de setembro de 2011;
MMCCCLXXXIX. Lei nº 3.689, de 5 de outubro de 2011;
MMCCCXC. Lei nº 3.691, de 7 de outubro de 2011;
MMCCCXCI. Lei nº 3.693, de 7 de outubro de 2011;
MMCCCXCII. Lei nº 3.694, de 7 de outubro de 2011;
MMCCCXCIII. Lei nº 3.697, de 11 de outubro de 2011;
MMCCCXCIV. Lei nº 3.698, de 11 de outubro de 2011;
MMCCCXCV. Lei nº 3.703, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCVI. Lei nº 3.704, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCVII. Lei nº 3.705, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCVIII. Lei nº 3.706, de 27 de outubro de 2011;
MMCCCXCIX. Lei nº 3.707, de 27 de outubro de 2011;
MMCD. Lei nº 3.708, de 27 de outubro de 2011;
MMCDI. Lei nº 3.711, de 11 de novembro de 2011;
MMCDII. Lei nº 3.712, de 11 de novembro de 2011;
MMCDIII. Lei nº 3.713, de 11 de novembro de 2011;
MMCDIV. Lei nº 3.714, de 11 de novembro de 2011;
MMCDV. Lei nº 3.715, de 11 de novembro de 2011;
MMCDVI. Lei nº 3.716, de 11 de novembro de 2011;
MMCDVII. Lei nº 3.718, de 18 de novembro de 2011;
MMCDVIII. Lei nº 3.719, de 18 de novembro de 2011;
MMCDIX. Lei nº 3.721, de 25 de novembro de 2011;
MMCDX. Lei nº 3.722, de 25 de novembro de 2011;
MMCDXI. Lei nº 3.723, de 25 de novembro de 2011;
MMCDXII. Lei nº 3.729, de 2 de dezembro de 2011;
MMCDXIII. Lei nº 3.730, de 2 de dezembro de 2011;
MMCDXIV. Lei nº 3.734, de 8 de dezembro de 2011;
MMCDXV. Lei nº 3.746, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXVI. Lei nº 3.747, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXVII. Lei nº 3.748, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXVIII. Lei nº 3.751, de 15 de dezembro de 2011;
MMCDXIX. Lei nº 3.753, de 19 de dezembro de 2011;
MMCDXX. Lei nº 3.756, de 21 de dezembro de 2011;
MMCDXXI. Lei nº 3.760, de 22 de dezembro de 2011;
MMCDXXII. Lei nº 3.763, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXIII. Lei nº 3.764, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXIV. Lei nº 3.765, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXV. Lei nº 3.766, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXVI. Lei nº 3.767, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXVII. Lei nº 3.768, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXVIII. Lei nº 3.769, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXIX. Lei nº 3.770, de 16 de janeiro de 2012;
MMCDXXX. Lei nº 3.777, de 2 de março de 2012;
MMCDXXXI. Lei nº 3.778, de 2 de março de 2012;
MMCDXXXII. Lei nº 3.779, de 2 de março de 2012;
MMCDXXXIII. Lei nº 3.780, de 2 de março de 2012;
MMCDXXXIV. Lei nº 3.783, de 7 de março de 2012;
MMCDXXXV. Lei nº 3.788, de 14 de março de 2012;
MMCDXXXVI. Lei nº 3.789, de 14 de março de 2012;
MMCDXXXVII. Lei nº 3.790, de 16 de março de 2012;
MMCDXXXVIII. Lei nº 3.794, de 23 de março de 2012;
MMCDXXXIX. Lei nº 3.797, de 27 de março de 2012;
MMCDXL. Lei nº 3.798, de 27 de março de 2012;
MMCDXLI. Lei nº 3.799, de 27 de março de 2012;
MMCDXLII. Lei nº 3.800, de 27 de março de 2012;
MMCDXLIII. Lei nº 3.801, de 27 de março de 2012;
MMCDXLIV. Lei nº 3.806, de 30 de março de 2012;
MMCDXLV. Lei nº 3.807, de 30 de março de 2012;
MMCDXLVI. Lei nº 3.808, de 30 de março de 2012;
MMCDXLVII. Lei nº 3.809, de 30 de março de 2012;
MMCDXLVIII. Lei nº 3.810, de 30 de março de 2012;
MMCDXLIX. Lei nº 3.814, de 9 de abril de 2012;
MMCDL. Lei nº 3.815, de 11 de abril de 2012;
MMCDLI. Lei nº 3.820, de 11 de abril de 2012;
MMCDLII. Lei nº 3.821, de 11 de abril de 2012;
MMCDLIII. Lei nº 3.822, de 11 de abril de 2012;
MMCDLIV. Lei nº 3.823, de 11 de abril de 2012;
MMCDLV. Lei nº 3.824, de 11 de abril de 2012;
MMCDLVI. Lei nº 3.825, de 11 de abril de 2012;
MMCDLVII. Lei nº 3.826, de 11 de abril de 2012;
MMCDLVIII. Lei nº 3.829, de 12 de abril de 2012;
MMCDLIX. Lei nº 3.830, de 12 de abril de 2012;
MMCDLX. Lei nº 3.831, de 12 de abril de 2012;
MMCDLXI. Lei nº 3.832, de 12 de abril de 2012;
MMCDLXII. Lei nº 3.833, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXIII. Lei nº 3.834, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXIV. Lei nº 3.835, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXV. Lei nº 3.836, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXVI. Lei nº 3.837, de 17 de abril de 2012;
MMCDLXVII. Lei nº 3.838, de 19 de abril de 2012;

Câmara Mun de Palo
Fls 504

MMCDLXVIII. Lei nº 3.839, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXIX. Lei nº 3.840, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXX. Lei nº 3.841, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXI. Lei nº 3.842, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXII. Lei nº 3.843, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXIII. Lei nº 3.844, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXIV. Lei nº 3.845, de 19 de abril de 2012;
MMCDLXXV. Lei nº 3.849, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXVI. Lei nº 3.850, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXVII. Lei nº 3.851, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXVIII. Lei nº 3.852, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXIX. Lei nº 3.853, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXX. Lei nº 3.854, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXXI. Lei nº 3.855, de 3 de maio de 2012;
MMCDLXXXII. Lei nº 3.856, de 17 de maio de 2012;
MMCDLXXXIII. Lei nº 3.857, de 17 de maio de 2012;
MMCDLXXXIV. Lei nº 3.858, de 17 de maio de 2012;
MMCDLXXXV. Lei nº 3.859, de 17 de maio de 2012;
MMCDLXXXVI. Lei nº 3.860, de 24 de maio de 2012;
MMCDLXXXVII. Lei nº 3.861, de 24 de maio de 2012;
MMCDLXXXVIII. Lei nº 3.866, de 29 de maio de 2012;
MMCDLXXXIX. Lei nº 3.867, de 29 de maio de 2012;
MMCDXC. Lei nº 3.871, de 11 de junho de 2012;
MMCDXCI. Lei nº 3.872, de 12 de junho de 2012;
MMCDXCII. Lei nº 3.873, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCIII. Lei nº 3.874, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCIV. Lei nº 3.875, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCV. Lei nº 3.876, de 13 de junho de 2012;
MMCDXCVI. Lei nº 3.877, de 20 de junho de 2012;
MMCDXCVII. Lei nº 3.878, de 20 de junho de 2012;
MMCDXCVIII. Lei nº 3.883, de 27 de junho de 2012;
MMCDXCIX. Lei nº 3.885, de 3 de julho de 2012;
MMD. Lei nº 3.886, de 3 de julho de 2012;
MMDI. Lei nº 3.887, de 3 de julho de 2012;
MMDII. Lei nº 3.888, de 3 de julho de 2012;
MMDIII. Lei nº 3.890, de 10 de julho de 2012;
MMDIV. Lei nº 3.891, de 10 de julho de 2012;
MMDV. Lei nº 3.894, de 12 de julho de 2012;
MMDVI. Lei nº 3.895, de 12 de julho de 2012;
MMDVII. Lei nº 3.896, de 12 de julho de 2012;
MMDVIII. Lei nº 3.897, de 19 de julho de 2012;
MMDIX. Lei nº 3.898, de 19 de julho de 2012;
MMDX. Lei nº 3.900, de 24 de julho de 2012;
MMDXI. Lei nº 3.901, de 24 de julho de 2012;
MMDXII. Lei nº 3.904, de 13 de agosto de 2012;
MMDXIII. Lei nº 3.911, de 21 de agosto de 2012;
MMDXIV. Lei nº 3.912, de 23 de agosto de 2012;
MMDXV. Lei nº 3.913, de 23 de agosto de 2012;
MMDXVI. Lei nº 3.914, de 23 de agosto de 2012;
MMDXVII. Lei nº 3.915, de 23 de agosto de 2012;
MMDXVIII. Lei nº 3.916, de 23 de agosto de 2012;
MMDXIX. Lei nº 3.917, de 29 de agosto de 2012;
MMDXX. Lei nº 3.919, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXI. Lei nº 3.920, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXII. Lei nº 3.921, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXIII. Lei nº 3.922, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXIV. Lei nº 3.923, de 12 de setembro de 2012;
MMDXXV. Lei nº 3.926, de 25 de setembro de 2012;
MMDXXVI. Lei nº 3.928, de 9 de outubro de 2012;
MMDXXVII. Lei nº 3.929, de 9 de outubro de 2012;
MMDXXVIII. Lei nº 3.931, de 11 de outubro de 2012;
MMDXXIX. Lei nº 3.933, de 29 de outubro de 2012;
MMDXXX. Lei nº 3.938, de 9 de novembro de 2012;
MMDXXXI. Lei nº 3.939, de 9 de novembro de 2012;
MMDXXXII. Lei nº 3.940, de 9 de novembro de 2012;
MMDXXXIII. Lei nº 3.941, de 14 de novembro de 2012;
MMDXXXIV. Lei nº 3.942, de 19 de novembro de 2012;
MMDXXXV. Lei nº 3.943, de 19 de novembro de 2012;
MMDXXXVI. Lei nº 3.944, de 19 de novembro de 2012;
MMDXXXVII. Lei nº 3.952, de 7 de dezembro de 2012;
MMDXXXVIII. Lei nº 3.958, de 17 de dezembro de 2012;
MMDXXXIX. Lei nº 3.973, de 20 de dezembro de 2012;
MMDXL. Lei nº 3.975, de 21 de dezembro de 2012;
MMDXLI. Lei nº 3.979, de 21 de dezembro de 2012;
MMDXLII. Lei nº 3.982, de 6 de março de 2013;
MMDXLIII. Lei nº 3.984, de 8 de março de 2013;
MMDXLIV. Lei nº 3.985, de 8 de março de 2013;
MMDXLV. Lei nº 3.986, de 14 de março de 2013;
MMDXLVI. Lei nº 3.987, de 14 de março de 2013;
MMDXLVII. Lei nº 3.988, de 14 de março de 2013;
MMDXLVIII. Lei nº 3.991, de 15 de março de 2013;
MMDXLIX. Lei nº 3.992, de 19 de março de 2013;
MMDL. Lei nº 3.996, de 20 de março de 2013;

Câm. Mun. de Pato Br.
Fls. 508

MMDLI. Lei nº 3.998, de 21 de março de 2013;
MMDLII. Lei nº 4.000, de 26 de março de 2013;
MMDLIII. Lei nº 4.001, de 26 de março de 2013;
MMDLIV. Lei nº 4.002, de 26 de março de 2013;
MMDLV. Lei nº 4.003, de 26 de março de 2013;
MMDLVI. Lei nº 4.004, de 26 de março de 2013;
MMDLVII. Lei nº 4.005, de 2 de abril de 2013;
MMDLVIII. Lei nº 4.006, de 2 de abril de 2013;
MMDLIX. Lei nº 4.007, de 9 de abril de 2013;
MMDLX. Lei nº 4.009, de 15 de abril de 2013;
MMDLXI. Lei nº 4.010, de 15 de abril de 2013;
MMDLXII. Lei nº 4.011, de 15 de abril de 2013;
MMDLXIII. Lei nº 4.012, de 15 de abril de 2013;
MMDLXIV. Lei nº 4.013, de 19 de abril de 2013;
MMDLXV. Lei nº 4.015, de 24 de abril de 2013;
MMDLXVI. Lei nº 4.017, de 26 de abril de 2013;
MMDLXVII. Lei nº 4.018, de 26 de abril de 2013;
MMDLXVIII. Lei nº 4.020, de 10 de maio de 2013;
MMDLXIX. Lei nº 4.021, de 15 de maio de 2013;
MMDLXX. Lei nº 4.022, de 15 de maio de 2013;
MMDLXXI. Lei nº 4.023, de 15 de maio de 2013;
MMDLXXII. Lei nº 4.024, de 17 de maio de 2013;
MMDLXXIII. Lei nº 4.026, de 17 de maio de 2013;
MMDLXXIV. Lei nº 4.029, de 20 de maio de 2013;
MMDLXXV. Lei nº 4.030, de 23 de maio de 2013;
MMDLXXVI. Lei nº 4.031, de 24 de maio de 2013;
MMDLXXVII. Lei nº 4.033, de 24 de maio de 2013;
MMDLXXVIII. Lei nº 4.034, de 3 de junho de 2013;
MMDLXXIX. Lei nº 4.036, de 5 de junho de 2013;
MMDLXXX. Lei nº 4.039, de 7 de junho de 2013;
MMDLXXXI. Lei nº 4.040, de 7 de junho de 2013;
MMDLXXXII. Lei nº 4.042, de 12 de junho de 2013;
MMDLXXXIII. Lei nº 4.043, de 12 de junho de 2013;
MMDLXXXIV. Lei nº 4.044, de 14 de junho de 2013;
MMDLXXXV. Lei nº 4.045, de 14 de junho de 2013;
MMDLXXXVI. Lei nº 4.046, de 17 de junho de 2013;
MMDLXXXVII. Lei nº 4.047, de 17 de junho de 2013;
MMDLXXXVIII. Lei nº 4.050, de 20 de junho de 2013;
MMDLXXXIX. Lei nº 4.051, de 21 de junho de 2013;
MMDXC. Lei nº 4.052, de 21 de junho de 2013;
MMDXCI. Lei nº 4.053, de 21 de junho de 2013;
MMDXCII. Lei nº 4.054, de 26 de junho de 2013;
MMDXCIII. Lei nº 4.056, de 26 de junho de 2013;
MMDXCIV. Lei nº 4.059, de 3 de julho de 2013;
MMDXCV. Lei nº 4.060, de 3 de julho de 2013;
MMDXCVI. Lei nº 4.061, de 4 de julho de 2013;
MMDXCVII. Lei nº 4.063, de 4 de julho de 2013;
MMDXCVIII. Lei nº 4.064, de 4 de julho de 2013;
MMDXCIX. Lei nº 4.069, de 11 de julho de 2013;
MMDC. Lei nº 4.070, de 11 de julho de 2013;
MMDCI. Lei nº 4.071, de 11 de julho de 2013;
MMDCII. Lei nº 4.072, de 11 de julho de 2013;
MMDCIII. Lei nº 4.073, de 11 de julho de 2013;
MMDCIV. Lei nº 4.074, de 11 de julho de 2013;
MMDCV. Lei nº 4.075, de 18 de julho de 2013;
MMDCVI. Lei nº 4.078, de 18 de julho de 2013;
MMDCVII. Lei nº 4.079, de 18 de julho de 2013;
MMDCVIII. Lei nº 4.080, de 18 de julho de 2013;
MMDCIX. Lei nº 4.082, de 23 de julho de 2013;
MMDCX. Lei nº 4.083, de 23 de julho de 2013;
MMDCXI. Lei nº 4.086, de 24 de julho de 2013;
MMDCXII. Lei nº 4.087, de 24 de julho de 2013;
MMDCXIII. Lei nº 4.088, de 24 de julho de 2013;
MMDCXIV. Lei nº 4.089, de 24 de julho de 2013;
MMDCXV. Lei nº 4.090, de 24 de julho de 2013;
MMDCXVI. Lei nº 4.091, de 24 de julho de 2013;
MMDCXVII. Lei nº 4.092, de 24 de julho de 2013;
MMDCXVIII. Lei nº 4.093, de 24 de julho de 2013;
MMDCXIX. Lei nº 4.094, de 24 de julho de 2013;
MMDCXX. Lei nº 4.095, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXI. Lei nº 4.096, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXII. Lei nº 4.097, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXIII. Lei nº 4.098, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXIV. Lei nº 4.099, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXV. Lei nº 4.100, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXVI. Lei nº 4.101, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXVII. Lei nº 4.102, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXVIII. Lei nº 4.103, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXIX. Lei nº 4.104, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXX. Lei nº 4.105, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXXI. Lei nº 4.106, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXXII. Lei nº 4.108, de 24 de julho de 2013;
MMDCXXXIII. Lei nº 4.109, de 24 de julho de 2013;

Câm. Mun. de Palo... Fls. 509

MMDCXXXIV. Lei nº 4.110, de 29 de julho de 2013;
MMDCXXXV. Lei nº 4.111, de 31 de julho de 2013;
MMDCXXXVI. Lei nº 4.112, de 31 de julho de 2013;
MMDCXXXVII. Lei nº 4.114, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXXXVIII. Lei nº 4.115, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXXXIX. Lei nº 4.116, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXL. Lei nº 4.117, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXLI. Lei nº 4.118, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXLII. Lei nº 4.119, de 16 de agosto de 2013;
MMDCXLIII. Lei nº 4.120, de 20 de agosto de 2013;
MMDCXLIV. Lei nº 4.121, de 20 de agosto de 2013;
MMDCXLV. Lei nº 4.122, de 23 de agosto de 2013;
MMDCXLVI. Lei nº 4.123, de 23 de agosto de 2013;
MMDCXLVII. Lei nº 4.124, de 23 de agosto de2013;
MMDCXLVIII. Lei nº 4.125, de 23 de agosto de 2013;
MMDCXLIX. Lei nº 4.127, de 23 de agosto de 2013;
MMDCL. Lei nº 4.128, de 23 de agosto de 2013;
MMDCLI. Lei nº 4.130, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLII. Lei nº 4.131, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLIII. Lei nº 4.132, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLIV. Lei nº 4.133, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLV. Lei nº 4.134, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLVI. Lei nº 4.135, de 29 de agosto de 2013;
MMDCLVII. Lei nº 4.138, de 6 de setembro de 2013;
MMDCLVIII. Lei nº 4.139, de6 de setembro de 2013;
MMDCLIX. Lei nº 4.140, de 9 de setembro de 2013;
MMDCLX. Lei nº 4.141, de 12 de setembro de 2013;
MMDCLXI. Lei nº 4.144, de 17 de setembro de 2013;
MMDCLXII. Lei nº 4.147, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXIII. Lei nº 4.148, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXIV. Lei nº 4.149, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXV. Lei nº 4.150, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXVI. Lei nº 4.151, de 20 de setembro de 2013;
MMDCLXVII. Lei nº 4.152, de 24 de setembro de 2013;
MMDCLXVIII. Lei nº 4.153, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXIX. Lei nº 4.154, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXX. Lei nº 4.155, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXI. Lei nº 4.156, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXII. Lei nº 4.157, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXIII. Lei nº 4.158, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXIV. Lei nº 4.159, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXV. Lei nº 4.160, de 27 de setembro de 2013;
MMDCLXXVI. Lei nº 4.162, de 1° de outubro de 2013;
MMDCLXXVII. Lei nº 4.163, de 1° de outubro de 2013;
MMDCLXXVIII. Lei nº 4.164, de 1° de outubro de 2013;
MMDCLXXIX. Lei nº 4.165, de 1° de outubro de 2013;
MMDCLXXX. Lei nº 4.167, de 11 de outubro de 2013;
MMDCLXXXI. Lei nº 4.168, de 11 de outubro de 2013;
MMDCLXXXII. Lei nº 4.169, de 16 de outubro de 2013;
MMDCLXXXIII. Lei nº 4.170, de 16 de outubro de 2013;
MMDCLXXXIV. Lei nº 4.171, de 16 de outubro de 2013;
MMDCLXXXV. Lei nº 4.172, de 17 de outubro de 2013;
MMDCLXXXVI. Lei nº 4.175, de 24 de outubro de 2013;
MMDCLXXXVII. Lei nº 4.176, de 24 de outubro de 2013;
MMDCLXXXVIII. Lei nº 4.178, de 29 de outubro de 2013;
MMDCLXXXIX. Lei nº 4.180, de 5 de novembro de 2013;
MMDCXC. Lei nº 4.181, de 7 de novembro de2013;
MMDCXCI. Lei nº 4.182, de 7 de novembro de 2013;
MMDCXCII. Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 2013;
MMDCXCIII. Lei nº 4.188, de 20 de novembro de 2013;
MMDCXCIV. Lei nº 4.189, de 21 de novembro de 2013;
MMDCXCV. Lei nº 4.191, de 27 de novembro de 2013;
MMDCXCVI. Lei nº 4.194, de 4 de dezembro de 2013;
MMDCXCVII. Lei nº 4.195, de 4 de dezembro de 2013;
MMDCXCVIII. Lei nº 4.196, de 6 de dezembro de 2013;
MMDCXCIX. Lei nº 4.197, de 6 de dezembro de 2013;
MMDCC. Lei nº 4.200, de 13 de dezembro de 2013;
MMDCCI. Lei nº 4.204, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCII. Lei nº 4.219, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCIII. Lei nº 4.220, de 23 de dezembro de 2013;
MMDCCIV. Lei nº 4.221, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCV. Lei nº 4.222, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCVI. Lei nº 4.223, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCVII. Lei nº 4.224, de 23 de janeiro de 2014;
MMDCCVIII. Lei nº 4.226, de 6 de fevereiro de 2014;
MMDCCIX. Lei nº 4.227, de 11 de fevereiro de 2014;
MMDCCX. Lei nº 4.230, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXI. Lei nº 4.231, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXII. Lei nº 4.232, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXIII. Lei nº 4.233, de 18 de fevereiro de 2014;
MMDCCXIV. Lei nº 4.235, de 20 de fevereiro de 2014;
MMDCCXV. Lei nº 4.236, de 20 de fevereiro de 2014;
MMDCCXVI. Lei nº 4.238, de 24 de fevereiro de 2014;

Câm. Mun. de Palo
Fls. 510

MMDCCXVII. Lei nº 4.241, de 25 de fevereiro de 2014;
MMDCCXVIII. Lei nº 4.242, de 25 de fevereiro de 2014;
MMDCCXIX. Lei nº 4.243, de 27 de fevereiro de 2014;
MMDCCXX. Lei nº 4.247, de 14 de março de 2014;
MMDCCXXI. Lei nº 4.249, de 21 de março de 2014;
MMDCCXXII. Lei nº 4.250, de 26 de março de 2014;
MMDCCXXIII. Lei nº 4.251, de 27 de março de 2014;
MMDCCXXIV. Lei nº 4.255, de 2 de abril de 2014;
MMDCCXXV. Lei nº 4.256, de 4 de abril de 2014;
MMDCCXXVI. Lei nº 4.258, de 8 de abril de 2014;
MMDCCXXVII. Lei nº 4.259, de 10 de abril de 2014;
MMDCCXXVIII. Lei nº 4.261, de 15 de abril de 2014;
MMDCCXXIX. Lei nº 4.262, de 15 de abril de 2014;
MMDCCXXX. Lei nº 4.264, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXI. Lei nº 4.265, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXII. Lei nº 4.266, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXIII. Lei nº 4.267, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXIV. Lei nº 4.268, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXV. Lei nº 4.269, de 17 de abril de 2014;
MMDCCXXXVI. Lei nº 4.271, de 30 de abril de 2014;
MMDCCXXXVII. Lei nº 4.272, de 30 de abril de 2014;
MMDCCXXXVIII. Lei nº 4.273, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXXXIX. Lei nº 4.274, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXL. Lei nº 4.275, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXLI. Lei nº 4.276, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXLII. Lei nº 4.277, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXLIII. Lei nº 4.278, de 2 de maio de 2014;
MMDCCXLIV. Lei nº 4.280, de 9 de maio de 2014;
MMDCCXLV. Lei nº 4.281, de 13 de maio de 2014;
MMDCCXLVI. Lei nº 4.282, de 13 de maio de 2014;
MMDCCXLVII. Lei nº 4.283, de 13 de maio de 2014;
MMDCCXLVIII. Lei nº 4.285, de 15 de maio de 2014;
MMDCCXLIX. Lei nº 4.286, de 15 de maio de 2014;
MMDCCL. Lei nº 4.287, de 20 de maio de 2014;
MMDCCLI. Lei nº 4.288, de 20 de maio de 2014;
MMDCCLII. Lei nº 4.289, de 22 de maio de 2014;
MMDCCLIII. Lei nº 4.290, de 28 de maio de 2014;
MMDCCLIV. Lei nº 4.291, de 28 de maio de 2014;
MMDCCLV. Lei nº 4.296, de 30 de maio de 2014;
MMDCCLVI. Lei nº 4.297, de 4 de junho de 2014;
MMDCCLVII. Lei nº 4.300, de 4 de junho de 2014;
MMDCCLVIII. Lei nº 4.301, de 4 de junho de 2014;
MMDCCLIX. Lei nº 4.302, de 5 de junho de 2014;
MMDCCLX. Lei nº 4.304, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXI. Lei nº 4.305, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXII. Lei nº 4.306, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXIII. Lei nº 4.307, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXIV. Lei nº 4.308, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXV. Lei nº 4.309, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXVI. Lei nº 4.310, de 12 de junho de 2014;
MMDCCLXVII. Lei nº 4.312, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXVIII. Lei nº 4.313, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXIX. Lei nº 4.314, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXX. Lei nº 4.315, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXXI. Lei nº 4.316, de 20 de junho de 2014;
MMDCCLXXII. Lei nº 4.318, de 24 de junho de 2014;
MMDCCLXXIII. Lei nº 4.319, de 24 de junho de 2014;
MMDCCLXXIV. Lei nº 4.321, de 24 de junho de 2014;
MMDCCLXXV. Lei nº 4.322, de 27 de junho de 2014;
MMDCCLXXVI. Lei nº 4.323, de 27 de junho de 2014;
MMDCCLXXVII. Lei nº 4.324, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXVIII. Lei nº 4.325, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXIX. Lei nº 4.326, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXX. Lei nº 4.327, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXXI. Lei nº 4.328, de 3 de julho de 2014;
MMDCCLXXXII. Lei nº 4.329, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXIII. Lei nº 4.330, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXIV. Lei nº 4.331, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXV. Lei nº 4.332, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXVI. Lei nº 4.333, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXVII. Lei nº 4.334, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXVIII. Lei nº 4.335, de 8 de julho de 2014;
MMDCCLXXXIX. Lei nº 4.336, de 8 de julho de 2014;
MMDCCXC. Lei nº 4.337, de 8 de julho de 2014;
MMDCCXCI. Lei nº 4.338, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCII. Lei nº 4.339, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCIII. Lei nº 4.340, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCIV. Lei nº 4.341, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCV. Lei nº 4.342, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCVI. Lei nº 4.343, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCVII. Lei nº 4.344, de 10 de julho de 2014;
MMDCCXCVIII. Lei nº 4.346, de 17 de julho de 2014;
MMDCCXCIX. Lei nº 4.348, de 23 de julho de 2014;

Câmara Mun de Pato B.
Fls 511

MMDCCC. Lei nº 4.349, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCI. Lei nº 4.350, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCII. Lei nº 4.351, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCIII. Lei nº 4.352, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCIV. Lei nº 4.353, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCV. Lei nº 4.354, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCVI. Lei nº 4.355, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCVII. Lei nº 4.356, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCVIII. Lei nº 4.357, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCIX. Lei nº 4.359, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCX. Lei nº 4.360, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXI. Lei nº 4.361, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXII. Lei nº 4.362, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXIII. Lei nº 4.363, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXIV. Lei nº 4.364, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXV. Lei nº 4.365, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXVI. Lei nº 4.366, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXVII. Lei nº 4.368, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXVIII. Lei nº 4.369, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXIX. Lei nº 4.370, de 23 de julho de 2014;
MMDCCCXX. Lei nº 4.372, de 29 de julho de 2014;
MMDCCCXXI. Lei nº 4.376, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCXXII. Lei nº 4.377, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCXXIII. Lei nº 4.378, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCXXIV. Lei nº 4.379, de 11 de agosto de 2014;
MMDCCCXXV. Lei nº 4.381, de 21 de agosto de 2014;
MMDCCCXXVI. Lei nº 4.382, de 21 de agosto de 2014;
MMDCCCXXVII. Lei nº 4.384, de 26 de agosto de 2014;
MMDCCCXXVIII. Lei nº 4.385, de 26 de agosto de 2014;
MMDCCCXXIX. Lei nº 4.386, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCXXX. Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCXXXI. Lei nº 4.389, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCXXXII. Lei nº 4.391, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCXXXIII. Lei nº 4.392, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCXXXIV. Lei nº 4.393, de 28 de agosto de 2014;
MMDCCCXXXV. Lei nº 4.394, de 29 de agosto de 2014;
MMDCCCXXXVI. Lei nº 4.395, de 29 de agosto de 2014;
MMDCCCXXXVII. Lei nº 4.398, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXXXVIII. Lei nº 4.399, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXXXIX. Lei nº 4.400, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXL. Lei nº 4.401, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLI. Lei nº 4.402, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLII. Lei nº 4.403, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLIII. Lei nº 4.404, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLIV. Lei nº 4.405, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLV. Lei nº 4.406, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLVI. Lei nº 4.407, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLVII. Lei nº 4.408, de 4 de setembro de 2014;
MMDCCCXLVIII. Lei nº 4.416, de 15 de setembro de 2014;
MMDCCCXLIX. Lei nº 4.417, de 15 de setembro de 2014;
MMDCCCL. Lei nº 4.424, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLI. Lei nº 4.425, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLII. Lei nº 4.426, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLIII. Lei nº 4.427, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLIV. Lei nº 4.428, de 23 de setembro de 2014;
MMDCCCLV. Lei nº 4.431, de 25 de setembro de 2014;
MMDCCCLVI. Lei nº 4.437, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLVII. Lei nº 4.438, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLVIII. Lei nº 4.439, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLIX. Lei nº 4.440, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLX. Lei nº 4.441, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLXI. Lei nº 4.442, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLXII. Lei nº 4.443, de 2 de outubro de 2014;
MMDCCCLXIII. Lei nº 4.447, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXIV. Lei nº 4.448, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXV. Lei nº 4.449, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXVI. Lei nº 4.450, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXVII. Lei nº 4.452, de 7 de outubro de 2014;
MMDCCCLXVIII. Lei nº 4.456, de 21 de outubro de 2014;
MMDCCCLXIX. Lei nº 4.460, de 24 de outubro de 2014;
MMDCCCLXX. Lei nº 4.461, de 24 de outubro de 2014;
MMDCCCLXXI. Lei nº 4.463, de 24 de outubro de 2014;
MMDCCCLXXII. Lei nº 4.466, de 7 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXIII. Lei nº 4.469, de 14 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXIV. Lei nº 4.470, de 14 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXV. Lei nº 4.474, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXVI. Lei nº 4.475, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXVII. Lei nº 4.476, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXVIII. Lei nº 4.477, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXIX. Lei nº 4.478, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXX. Lei nº 4.479, de 24 de novembro de 2014;
MMDCCCLXXXI. Lei nº 4.481, de 2 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXII. Lei nº 4.482, de 2 de dezembro de 2014;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 512

MMDCCCLXXXIII. Lei nº 4.483, de 2 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXIV. Lei nº 4.484, de 2 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXV. Lei nº 4.485, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXVI. Lei nº 4.486, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXVII. Lei nº 4.488, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXVIII. Lei nº 4.489, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCLXXXIX. Lei nº 4.490, de 3 de dezembro de 2014;
MMDCCCXC. Lei nº 4.499, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCI. Lei nº 4.500, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCII. Lei nº 4.501, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCIII. Lei nº 4.502, de 5 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCIV. Lei nº 4.503, de 9 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCV. Lei nº 4.506, de 11 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCVI. Lei nº 4.510, de 17 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCVII. Lei nº 4.511, de 17 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCVIII. Lei nº 4.512, de 17 de dezembro de 2014;
MMDCCCXCIX. Lei nº 4.516, de 17 de dezembro de 2014;
MMCM. Lei nº 4.519, de 18 de dezembro de 2014;
MMCMI. Lei nº 4.520, de 18 de dezembro de 2014;
MMCMII. Lei nº 4.521, de 23 de dezembro de 2014;
MMCMIII. Lei nº 4.522, de 23 de dezembro de 2014;
MMCMIV. Lei nº 4.523, de 23 de dezembro de 2014;
MMCMV. Lei nº 4.525, de 15 de janeiro de 2015;
MMCMVI. Lei nº 4.526, de 15 de janeiro de 2015;
MMCMVII. Lei nº 4.528, de 10 de fevereiro de 2015;
MMCMVIII. Lei nº 4.531, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMIX. Lei nº 4.532, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMX. Lei nº 4.533, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXI. Lei nº 4.534, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXII. Lei nº 4.535, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXIII. Lei nº 4.536, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXIV. Lei nº 4.537, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXV. Lei nº 4.538, de 26 de fevereiro de 2015;
MMCMXVI. Lei nº 4.539, de 4 de março de 2015;
MMCMXVII. Lei nº 4.540, de 4 de março de 2015;
MMCMXVIII. Lei nº 4.541, de 6 de março de 2015;
MMCMXIX. Lei nº 4.545, de 6 de março de 2015;
MMCMXX. Lei nº 4.546, de 12 de março de 2015;
MMCMXXI. Lei nº 4.548, de 19 de março de 2015;
MMCMXXII. Lei nº 4.550, de 19 de março de 2015;
MMCMXXIII. Lei nº 4.554, de 25 de março de 2015;
MMCMXXIV. Lei nº 4.555, de 25 de março de 2015;
MMCMXXV. Lei nº 4.556, de 25 de março de 2015;
MMCMXXVI. Lei nº 4.560, de 27 de março de 2015;
MMCMXXVII. Lei nº 4.562, de 6 de abril de 2015;
MMCMXXVIII. Lei nº 4.563, de 6 de abril de 2015;
MMCMXXIX. Lei nº 4.564, de 6 de abril de 2015;
MMCMXXX. Lei nº 4.566, de 9 de abril de 2015;
MMCMXXXI. Lei nº 4.567, de 9 de abril de 2015;
MMCMXXXII. Lei nº 4.568, de 9 de abril de 2015;
MMCMXXXIII. Lei nº 4.570, de 14 de abril de 2015;
MMCMXXXIV. Lei nº 4.575, de 16 de abril de 2015;
MMCMXXXV. Lei nº 4.576, de 16 de abril de 2015;
MMCMXXXVI. Lei nº 4.580, de 28 de abril de 2015;
MMCMXXXVII. Lei nº 4.582, de 28 de abril de 2015;
MMCMXXXVIII. Lei nº 4.583, de 28 de abril de 2015;
MMCMXXXIX. Lei nº 4.584, de 28 de abril de 2015;
MMCMXL. Lei nº 4.587, de 5 de maio de 2015;
MMCMXLI. Lei nº 4.588, de 7 de maio de 2015;
MMCMXLII. Lei nº 4.592, de 12 de maio de 2015;
MMCMXLIII. Lei nº 4.593, de 12 de maio de 2015;
MMCMXLIV. Lei nº 4.599, de 19 de maio de 2015;
MMCMXLV. Lei nº 4.602, de 25 de maio de 2015;
MMCMXLVI. Lei nº 4.603, de 25 de maio de 2015;
MMCMXLVII. Lei nº 4.605, de 28 de maio de 2015;
MMCMXLVIII. Lei nº 4.606, de 28 de maio de 2015;
MMCMXLIX. Lei nº 4.609, de 17 de junho de 2015;
MMCML. Lei nº 4.611, de 23 de junho de 2015;
MMCMLI. Lei nº 4.618, de 23 de junho de 2015;
MMCMLII. Lei nº 4.620, de 24 de junho de 2015;
MMCMLIII. Lei nº 4.621, de 25 de junho de 2015;
MMCMLIV. Lei nº 4.623, de 2 de julho de 2015;
MMCMLV. Lei nº 4.624, de 2 de julho de 2015;
MMCMLVI. Lei nº 4.625, de 2 de julho de 2015;
MMCMLVII. Lei nº 4.626, de 7 de julho de 2015;
MMCMLVIII. Lei nº 4.628, de 9 de julho de 2015;
MMCMLIX. Lei nº 4.630, de 14 de julho de 2015;
MMCMLX. Lei nº 4.632, de 16 de julho de 2015;
MMCMLXI. Lei nº 4.634, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXII. Lei nº 4.635, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXIII. Lei nº 4.636, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXIV. Lei nº 4.637, de 17 de julho de 2015;
MMCMLXV. Lei nº 4.638, de 17 de julho de 2015;

Câmara Mun. de Palo
Fls. 512

MMCMLXVI. Lei nº 4.640, de 28 de julho de 2015;
MMCMLXVII. Lei nº 4.641, de 28 de julho de 2015;
MMCMLXVIII. Lei nº 4.642, de 7 de agosto de 2015;
MMCMLXIX. Lei nº 4.643, de 11 de agosto de 2015;
MMCMLXX. Lei nº 4.645, de 13 de agosto de 2015;
MMCMLXXI. Lei nº 4.649, de 3 de setembro de 2015;
MMCMLXXII. Lei nº 4.652, de 3 de setembro de 2015;
MMCMLXXIII. Lei nº 4.663, de 21 de setembro de 2015;
MMCMLXXIV. Lei nº 4.665, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXV. Lei nº 4.666, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXVI. Lei nº 4.667, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXVII. Lei nº 4.668, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXVIII. Lei nº 4.669, de 23 de setembro de 2015;
MMCMLXXIX. Lei nº 4.671, de 30 de setembro de 2015;
MMCMLXXX. Lei nº 4.679, de 6 de outubro de 2015;
MMCMLXXXI. Lei nº 4.685, de 20 de outubro de 2015;
MMCMLXXXII. Lei nº 4.686, de 23 de outubro de 2015;
MMCMLXXXIII. Lei nº 4.687, de 23 de outubro de 2015;
MMCMLXXXIV. Lei nº 4.688, de 26 de outubro de 2015;
MMCMLXXXV. Lei nº 4.695, de 16 de novembro de 2015;
MMCMLXXXVI. Lei nº 4.699, de 16 de novembro de 2015;
MMCMLXXXVII. Lei nº 4.700, de 19 de novembro de 2015;
MMCMLXXXVIII. Lei nº 4.701, de 19 de novembro de 2015;
MMCMLXXXIX. Lei nº 4.702, de 26 de novembro de 2015;
MMCMXC. Lei nº 4.703, de 26 de novembro de 2015;
MMCMXCI. Lei nº 4.704, de 26 de novembro de 2015;
MMCMXCII. Lei nº 4.707, de 3 de dezembro de 2015;
MMCMXCIII. Lei nº 4.714, de 10 de dezembro de 2015;
MMCMXCIV. Lei nº 4.715, de 10 de dezembro de 2015;
MMCMXCV. Lei nº 4.719, de 15 de dezembro de 2015;
MMCMXCVI. Lei nº 4.720, de 21 de dezembro de 2015;
MMCMXCVII. Lei nº 4.721, de 21 de dezembro de 2015;
MMCMXCVIII. Lei nº 4.723, de 22 de dezembro de 2015;
MMCMXCIX. Lei nº 4.729, de 17 de fevereiro de 2016;
MMM. Lei nº 4.730, de 17 de fevereiro de 2016;
MMMI. Lei nº 4.739, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMII. Lei nº 4.740, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMIII. Lei nº 4.741, de 25 de fevereiro de 2016;
MMMIV. Lei nº 4.743, de 1° de março de 2016;
MMMV. Lei nº 4.744, de 1° de março de 2016;
MMMVI. Lei nº 4.745, de 1° de março de 2016;
MMMVII. Lei nº 4.747, de 3 de março de 2016;
MMMVIII. Lei nº 4.749, de 8 de março de 2016;
MMMIX. Lei nº 4.750, de 15 de março de 2016;
MMMX. Lei nº 4.751, de 15 de março de 2016;
MMMXI. Lei nº 4.752, de 15 de março de 2016;
MMMXII. Lei nº 4.753, de 15 de março de 2016;
MMMXIII. Lei nº 4.754, de 15 de março de 2016;
MMMXIV. Lei nº 4.755, de 15 de março de 2016;
MMMXV. Lei nº 4.756, de 15 de março de 2016;
MMMXVI. Lei nº 4.757, de 15 de março de 2016;
MMMXVII. Lei nº 4.758, de 15 de março de 2016;
MMMXVIII. Lei nº 4.759, de 18 de março de 2016;
MMMXIX. Lei nº 4.760, de 18 de março de 2016;
MMMXX. Lei nº 4.761, de 18 de março de 2016;
MMMXXI. Lei nº 4.762, de 18 de março de 2016;
MMMXXII. Lei nº 4.763, de 18 de março de 2016;
MMMXXIII. Lei nº 4.764, de 18 de março de 2016;
MMMXXIV. Lei nº 4.765, de 23 de março de 2016;
MMMXXV. Lei nº 4.772, de 7 de abril de 2016;
MMMXXVI. Lei nº 4.774, de 18 de abril de 2016;
MMMXXVII. Lei nº 4.775, de 18 de abril de 2016;
MMMXXVIII. Lei nº 4.778, de 26 de abril de 2016;
MMMXXIX. Lei nº 4.779, de 26 de abril de 2016;
MMMXXX. Lei nº 4.780, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXI. Lei nº 4.781, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXII. Lei nº 4.782, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXIII. Lei nº 4.783, de 26 de abril de 2016;
MMMXXXIV. Lei nº 4.784, de 29 de abril de 2016;
MMMXXXV. Lei nº 4.785, de 4 de maio de 2016;
MMMXXXVI. Lei nº 4.786, de 4 de maio de 2016;
MMMXXXVII. Lei nº 4.788, de 4 de maio de 2016;
MMMXXXVIII. Lei nº 4.789, de 12 de maio de 2016;
MMMXXXIX. Lei nº 4.794, de 20 de maio de 2016;
MMMXL. Lei nº 4.795, de 20 de maio de 2016;
MMMXLI. Lei nº 4.796, de 25 de maio de 2016;
MMMXLII. Lei nº 4.798, de 30 de maio de 2016;
MMMXLIII. Lei nº 4.799, de 30 de maio de 2016;
MMMXLIV. Lei nº 4.800, de 30 de maio de 2016;
MMMXLV. Lei nº 4.801, de 30 de maio de 2016;
MMMXLVI. Lei nº 4.802, de 30 de maio de 2016;
MMMXLVII. Lei nº 4.803, de 30 de maio de 2016;
MMMXLVIII. Lei nº 4.805, de 2 de junho de 2016;

Câmara Mun. de Pato Br.
Fls. 514

MMMXLIX. Lei nº 4.806, de 7 de junho de 2016;
MMML. Lei nº 4.808, de 14 de junho de 2016;
MMMLI. Lei nº 4.814, de 24 de junho de 2016;
MMMLII. Lei nº 4.815, de 24 de junho de 2016;
MMMLIII. Lei nº 4.816, de 24 de junho de 2016;
MMMLIV. Lei nº 4.817, de 27 de junho de 2016;
MMMLV. Lei nº 4.818, de 27 de junho de 2016;
MMMLVI. Lei nº 4.819, de 27 de junho de 2016;
MMMLVII. Lei nº 4.820, de 27 de junho de 2016;
MMMLVIII. Lei nº 4.821, de 5 de julho de 2016;
MMMLIX. Lei nº 4.822, de 8 de julho de 2016;
MMMLX. Lei nº 4.823, de 12 de julho de 2016;
MMMLXI. Lei nº 4.824, de 13 de julho de 2016;
MMMLXII. Lei nº 4.825, de 13 de julho de 2016;
MMMLXIII. Lei nº 4.826, de 13 de julho de 2016;
MMMLXIV. Lei nº 4.827, de 14 de julho de 2016;
MMMLXV. Lei nº 4.828, de 13 de julho de 2016;
MMMLXVI. Lei nº 4.829, de 13 de julho de 2016;
MMMLXVII. Lei nº 4.830, de 13 de julho de 2016;
MMMLXVIII. Lei nº 4.831, de 19 de julho de 2016;
MMMLXIX. Lei nº 4.832, de 19 de julho de 2016;
MMMLXX. Lei nº 4.833, de 19 de julho de 2016;
MMMLXXI. Lei nº 4.834, de 19 de julho de 2016;
MMMLXXII. Lei nº 4.835, de 27 de julho de 2016;
MMMLXXIII. Lei nº 4.836, de 3 de agosto de 2016;
MMMLXXIV. Lei nº 4.837, de 4 de agosto de 2016;
MMMLXXV. Lei nº 4.838, de 4 de agosto de 2016;
MMMLXXVI. Lei nº 4.839, de 9 de agosto de 2016;
MMMLXXVII. Lei nº 4.840, de 9 de agosto de 2016;
MMMLXXVIII. Lei nº 4.841, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXIX. Lei nº 4.842, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXX. Lei nº 4.843, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXXI. Lei nº 4.844, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXXII. Lei nº 4.845, de 12 de agosto de 2016;
MMMLXXXIII. Lei nº 4.847, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXIV. Lei nº 4.848, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXV. Lei nº 4.849, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXVI. Lei nº 4.850, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXVII. Lei nº 4.851, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXVIII. Lei nº 4.852, de 16 de agosto de 2016;
MMMLXXXIX. Lei nº 4.853, de 16 de agosto de 2016;
MMMXC. Lei nº 4.854, de 16 de agosto de 2016;
MMMXCI. Lei nº 4.855, de 16 de agosto de 2016;
MMMXCII. Lei nº 4.856, de 16 de agosto de 2016;
MMMXCIII. Lei nº 4.857, de 18 de agosto de 2016;
MMMXCIV. Lei nº 4.858, de 18 de agosto de 2016;
MMMXCV. Lei nº 4.859, de 18 de agosto de 2016;
MMMXCVI. Lei nº 4.860, de 23 de agosto de 2016;
MMMXCVII. Lei nº 4.861, de 23 de agosto de 2016;
MMMXCVIII. Lei nº 4.862, de 23 de agosto de 2016;
MMMXCIX. Lei nº 4.863, de 25 de agosto de 2016;
MMMC. Lei nº 4.865, de 30 de agosto de 2016;
MMMCI. Lei nº 4.866, de 30 de agosto de 2016;
MMMCII. Lei nº 4.869, de 16 de setembro de 2016;
MMMCIII. Lei nº 4.872, de 22 de setembro de 2016;
MMMCIV. Lei nº 4.875, de 27 de setembro de 2016;
MMMCV. Lei nº 4.876, de 30 de setembro de 2016;
MMMCVI. Lei nº 4.878, de 13 de outubro de 2016;
MMMCVII. Lei nº 4.879, de 19 de outubro de 2016;
MMMCVIII. Lei nº 4.880, de 19 de outubro de 2016;
MMMCIX. Lei nº 4.881, de 26 de outubro de 2016;
MMMCX. Lei nº 4.882, de 17 de outubro de 2016;
MMMCXI. Lei nº 4.883, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXII. Lei nº 4.884, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXIII. Lei nº 4.885, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXIV. Lei nº 4.886, de 27 de outubro de 2016;
MMMCXV. Lei nº 4.887, de 3 de novembro de 2016;
MMMCXVI. Lei nº 4.888, de 10 de novembro de 2016;
MMMCXVII. Lei nº 4.889, de 10 de novembro de 2016;
MMMCXVIII. Lei nº 4.890, de 11 de novembro de 2016;
MMMCXIX. Lei nº 4.899, de 24 de novembro de 2016;
MMMCXX. Lei nº 4.900, de 24 de novembro de 2016;
MMMCXXI. Lei nº 4.908, de 7 de dezembro de 2016;
MMMCXXII. Lei nº 4.910, de 8 de dezembro de 2016;
MMMCXXIII. Lei nº 4.918, de 15 de dezembro de 2016;
MMMCXXIV. Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXV. Lei nº 4.927, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXVI. Lei nº 4.928, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXVII. Lei nº 4.929, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXVIII. Lei nº 4.930, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXIX. Lei nº 4.931, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXX. Lei nº 4.932, de 23 de dezembro de 2016;
MMMCXXXI. Lei nº 4.933, de 23 de dezembro de 2016;

Câmara Mun de Palo a...
Fls. 515

MMMCXXXII. Lei nº 4.935, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXIII. Lei nº 4.936, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXIV. Lei nº 4.937, de 16 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXV. Lei nº 4.938, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXVI. Lei nº 4.939, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXVII. Lei nº 4.940, de 24 de fevereiro de 2017;
MMMCXXXVIII. Lei nº 4.944, de 9 de março de 2017;
MMMCXXXIX. Lei nº 4.946, de 14 de março de 2017;
MMMCXL. Lei nº 4.947, de 14 de março de 2017;
MMMCXLI. Lei nº 4.948, de 28 de março de 2017;
MMMCXLII. Lei nº 4.949, de 4 de abril de 2017;
MMMCXLIII. Lei nº 4.950, de 6 de abril de 2017;
MMMCXLIV. Lei nº 4.951, de 11 de abril de 2017;
MMMCXLV. Lei nº 4.952, de 11 de abril de 2017;
MMMCXLVI. Lei nº 4.953, de 11 de abril de 2017;
MMMCXLVII. Lei nº 4.959, de 19 de abril de 2017;
MMMCXLVIII. Lei nº 4.960, de 25 de abril de 2017;
MMMCXLIX. Lei nº 4.961, de 27 de abril de 2017;
MMMCL. Lei nº 4.962, de 11 de maio de 2017;
MMMCLI. Lei nº 4.963, de 11 de maio de 2017;
MMMCLII. Lei nº 4.964, de 11 de maio de 2017;
MMMCLIII. Lei nº 4.969, de 23 de maio de 2017;
MMMCLIV. Lei nº 4.972, de 6 de junho de 2017;
MMMCLV. Lei nº 4.973, de 13 de junho de 2017;
MMMCLVI. Lei nº 4.974, de 13 de junho de 2017;
MMMCLVII. Lei nº 4.975, de 13 de junho de 2017;
MMMCLVIII. Lei nº 4.976, de 20 de junho de 2017;
MMMCLIX. Lei nº 4.981, de 28 de junho de 2017;
MMMCLX. Lei nº 4.984, de 11 de julho de 2017;
MMMCLXI. Lei nº 4.986, de 14 de julho de 2017;
MMMCLXII. Lei nº 4.990, de 9 de agosto de 2017;
MMMCLXIII. Lei nº 4.992, de 10 de agosto de 2017;
MMMCLXIV. Lei nº 4.994, de 15 de agosto de 2017;
MMMCLXV. Lei nº 4.995, de 15 de agosto de 2017;
MMMCLXVI. Lei nº 4.996, de 15 de agosto de 2017;
MMMCLXVII. Lei nº 4.997, de 17 de agosto de 2017;
MMMCLXVIII. Lei nº 4.998, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXIX. Lei nº 4.999, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXX. Lei nº 5.000, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXI. Lei nº 5.001, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXII. Lei nº 5.002, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXIII. Lei nº 5.003, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXIV. Lei nº 5.004, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXV. Lei nº 5.005, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXVI. Lei nº 5.006, de 24 de agosto de 2017;
MMMCLXXVII. Lei nº 5.011, de 30 de agosto de 2017;
MMMCLXXVIII. Lei nº 5.012, de 4 de setembro de 2017;
MMMCLXXIX. Lei nº 5.013, de 11 de setembro de 2017;
MMMCLXXX. Lei nº 5.014, de 11 de setembro de 2017;
MMMCLXXXI. Lei nº 5.030, de 28 de setembro de 2017;
MMMCLXXXII. Lei nº 5.032, de 11 de outubro de 2017;
MMMCLXXXIII. Lei nº 5.034, de 11 de outubro de 2017;
MMMCLXXXIV. Lei nº 5.035, de 20 de outubro de 2017;
MMMCLXXXV. Lei nº 5.036, de 27 de outubro de 2017;
MMMCLXXXVI. Lei nº 5.040, de 31 de outubro de 2017;
MMMCLXXXVII. Lei nº 5.042, de 7 de novembro de 2017;
MMMCLXXXVIII. Lei nº 5.043, de 7 de novembro de 2017;
MMMCLXXXIX. Lei nº 5.044, de 7 de novembro de 2017;
MMMCXC. Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017;
MMMCXCI. Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017;
MMMCXCII. Lei nº 5.059, de 7 de dezembro de 2017;
MMMCXCIII. Lei nº 5.063, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCIV. Lei nº 5.064, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCV. Lei nº 5.065, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCVI. Lei nº 5.066, de 20 de dezembro de 2017;
MMMCXCVII. Lei nº 5.069, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCXCVIII. Lei nº 5.071, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCXCIX. Lei nº 5.073, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCC. Lei nº 5.074, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCI. Lei nº 5.075, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCII. Lei nº 5.076, de 21 de dezembro de 2017;
MMMCCIII. Lei nº 5.079, de 23 de janeiro de 2018;
MMMCCIV. Lei nº 5.081, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCCV. Lei nº 5.082, de 7 de fevereiro de 2018;
MMMCCVI. Lei nº 5.083, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCVII. Lei nº 5.084, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCVIII. Lei nº 5.085, de 28 de fevereiro de 2018;
MMMCCIX. Lei nº 5.086, de 3 de março de 2018;
MMMCCX. Lei nº 5.087, de 6 de março de 2018;
MMMCCXI. Lei nº 5.088, de 6 de março de 2018;
MMMCCXII. Lei nº 5.101, de 15 de março de 2018;
MMMCCXIII. Lei nº 5.102, de 15 de março de 2018;
MMMCCXIV. Lei nº 5.104, de 21 de março de 2018;

Câm. Mun. de Palo e
Fls. 516

MMMCCXV. Lei nº 5.105, de 21 de março de 2018;
MMMCCXVI. Lei nº 5.106, de 22 de março de 2018;
MMMCCXVII. Lei nº 5.107, de 22 de março de 2018;
MMMCCXVIII. Lei nº 5.108, de 27 de março de 2018;
MMMCCXIX. Lei nº 5.110, de 5 de abril de 2018;
MMMCCXX. Lei nº 5.114, de 5 de abril de 2018;
MMMCCXXI. Lei nº 5.123, de 11 de abril de 2018;
MMMCCXXII. Lei nº 5.125, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXIII. Lei nº 5.126, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXIV. Lei nº 5.127, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXV. Lei nº 5.128, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXVI. Lei nº 5.130, de 12 de abril de 2018;
MMMCCXXVII. Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018;
MMMCCXXVIII. Lei nº 5.135, de 4 de maio de 2018;
MMMCCXXIX. Lei nº 5.139, de 17 de maio de 2018;
MMMCCXXX. Lei nº 5.142, de 18 de maio de 2018;
MMMCCXXXI. Lei nº 5.143, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXII. Lei nº 5.144, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXIII. Lei nº 5.145, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXIV. Lei nº 5.146, de 25 de maio de 2018;
MMMCCXXXV. Lei nº 5.150, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXVI. Lei nº 5.152, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXVII. Lei nº 5.153, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXVIII. Lei nº 5.154, de 29 de maio de 2018;
MMMCCXXXIX. Lei nº 5.156, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXL. Lei nº 5.157, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLI. Lei nº 5.158, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLII. Lei nº 5.159, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLIII. Lei nº 5.160, de 4 de junho de 2018;
MMMCCXLIV. Lei nº 5.163, de 14 de junho de 2018;
MMMCCXLV. Lei nº 5.164, de 21 de junho de 2018;
MMMCCXLVI. Lei nº 5.167, de 27 de junho de 2018;
MMMCCXLVII. Lei nº 5.169, de 27 de junho de 2018;
MMMCCXLVIII. Lei nº 5.170, de 27 de junho de 2018;
MMMCCXLIX. Lei nº 5.171, de 3 de julho de 2018;
MMMCCL. Lei nº 5.172, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLI. Lei nº 5.173, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLII. Lei nº 5.174, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLIII. Lei nº 5.175, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLIV. Lei nº 5.176, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLV. Lei nº 5.177, de 5 de julho de 2018;
MMMCCLVI. Lei nº 5.179, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLVII. Lei nº 5.181, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLVIII. Lei nº 5.182, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLIX. Lei nº 5.183, de 12 de julho de 2018;
MMMCCLX. Lei nº 5.187, de 30 de julho de 2018;
MMMCCLXI. Lei nº 5.191, de 9 de agosto de 2018;
MMMCCLXII. Lei nº 5.196, de 22 de agosto de 2018;
MMMCCLXIII. Lei nº 5.197, de 22 de agosto de 2018;
MMMCCLXIV. Lei nº 5.198, de 22 de agosto de 2018;
MMMCCLXV. Lei nº 5.201, de 29 de agosto de 2018;
MMMCCLXVI. Lei nº 5.202, de 29 de agosto de 2018;
MMMCCLXVII. Lei nº 5.206, de 5 de setembro de 2018;
MMMCCLXVIII. Lei nº 5.212, de 28 de setembro de 2018;
MMMCCLXIX. Lei nº 5.213, de 28 de setembro de 2018;
MMMCCLXX. Lei nº 5.214, de 28 de setembro de 2018;
MMMCCLXXI. Lei nº 5.226, de 31 de outubro de 2018;
MMMCCLXXII. Lei nº 5.227, de 31 de outubro de 2018;
MMMCCLXXIII. Lei nº 5.233, de 14 de novembro de 2018;
MMMCCLXXIV. Lei nº 5.234, de 14 de novembro de 2018;
MMMCCLXXV. Lei nº 5.235, de 14 de novembro de 2018;
MMMCCLXXVI. Lei nº 5.245, de 28 de novembro de 2018;
MMMCCLXXVII. Lei nº 5.247, de 28 de novembro de 2018;
MMMCCLXXVIII. Lei nº 5.249, de 28 de novembro de 2018;
MMMCCLXXIX. Lei nº 5.251, de 4 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXX. Lei nº 5.252, de 5 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXI. Lei nº 5.257, de 7 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXII. Lei nº 5.260, de 19 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXIII. Lei nº 5.261, de 19 de dezembro de 2018;
MMMCCLXXXIV. Lei nº 5.266, de 17 de janeiro de 2019;
MMMCCLXXXV. Lei nº 5.272, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXVI. Lei nº 5.273, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXVII. Lei nº 5.274, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXVIII. Lei nº 5.275, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCLXXXIX. Lei nº 5.276, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCXC. Lei nº 5.277, de 27 de fevereiro de 2019;
MMMCCXCI. Lei nº 5.282, de 18 de março de 2019;
MMMCCXCII. Lei nº 5.283, de 18 de março de 2019;
MMMCCXCIII. Lei nº 5.286, de 20 de março de 2019;
MMMCCXCIV. Lei nº 5.288, de 20 de março de 2019;
MMMCCXCV. Lei nº 5.289, de 20 de março de 2019;
MMMCCXCVI. Lei nº 5.292, de 21 de março de 2019;
MMMCCXCVII. Lei nº 5.297, de 27 de março de 2019;

Câm. Mun. de Palo B... Fls. 17

MMMCCXCVIII. Lei nº 5.298, de 2 de abril de 2019;
MMMCCXCIX. Lei nº 5.300, de 8 de abril de 2019;
MMMCCC. Lei nº 5.302, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCI. Lei nº 5.305, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCII. Lei nº 5.310, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCIII. Lei nº 5.311, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCIV. Lei nº 5.312, de 8 de abril de 2019;
MMMCCCV. Lei nº 5.316, de 9 de abril de 2019;
MMMCCCVI. Lei nº 5.322, de 18 de abril de 2019;
MMMCCCVII. Lei nº 5.327, de 30 de abril de 2019;
MMMCCCVIII. Lei nº 5.328, de 6 de maio de 2019;
MMMCCCIX. Lei nº 5.335, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCX. Lei nº 5.336, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCXI. Lei nº 5.337, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCXII. Lei nº 5.338, de 10 de maio de 2019;
MMMCCCXIII. Lei nº 5.340, de 16 de maio de 2019;
MMMCCCXIV. Lei nº 5.341, de 16 de maio de 2019;
MMMCCCXV. Lei nº 5.348, de 30 de maio de 2019;
MMMCCCXVI. Lei nº 5.349, de 30 de maio de 2019;
MMMCCCXVII. Lei nº 5.351, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXVIII. Lei nº 5.352, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXIX. Lei nº 5.353, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXX. Lei nº 5.354, de 31 de maio de 2019;
MMMCCCXXI. Lei nº 5.355, de 4 de junho de 2019;
MMMCCCXXII. Lei nº 5.362, de 24 de junho de 2019;
MMMCCCXXIII. Lei nº 5.363, de 24 de junho de 2019;
MMMCCCXXIV. Lei nº 5.372, de 15 de julho de 2019;
MMMCCCXXV. Lei nº 5.373, de 15 de julho de 2019;
MMMCCCXXVI. Lei nº 5.374, de 15 de julho de 2019;
MMMCCCXXVII. Lei nº 5.380, de 30 de julho de 2019;
MMMCCCXXVIII. Lei nº 5.384, de 20 de agosto de 2019;
MMMCCCXXIX. Lei nº 5.385, de 20 de agosto de 2019;
MMMCCCXXX. Lei nº 5.387, de 27 de agosto de 2019;
MMMCCCXXXI. Lei nº 5.388, de 5 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXII. Lei nº 5.389, de 5 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXIII. Lei nº 5.390, de 5 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXIV. Lei nº 5.395, de 17 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXV. Lei nº 5.396, de 19 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXVI. Lei nº 5.397, de 19 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXVII. Lei nº 5.398, de 19 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXVIII. Lei nº 5.401, de 24 de setembro de 2019;
MMMCCCXXXIX. Lei nº 5.402, de 24 de setembro de 2019;
MMMCCCXL. Lei nº 5.403, de 24 de setembro de 2019;
MMMCCCXLI. Lei nº 5.410, de 3 de outubro de 2019;
MMMCCCXLII. Lei nº 5.420, de 16 de outubro de 2019;
MMMCCCXLIII. Lei nº 5.421, de 16 de outubro de 2019;
MMMCCCXLIV. Lei nº 5.422, de 16 de outubro de 2019;
MMMCCCXLV. Lei nº 5.423, de 23 de outubro de 2019;
MMMCCCXLVI. Lei nº 5.425, de 23 de outubro de 2019;
MMMCCCXLVII. Lei nº 5.427, de 31 de outubro de 2019;
MMMCCCXLVIII. Lei nº 5.429, de 31 de outubro de 2019;
MMMCCCXLIX. Lei nº 5.435, de 19 de novembro de 2019;
MMMCCCL. Lei nº 5.437, de 21 de novembro de 2019;
MMMCCCLI. Lei nº 5.438, de 20 de novembro de 2019;
MMMCCCLII. Lei nº 5.447, de 13 de dezembro de 2019;
MMMCCCLIII. Lei nº 5.452, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLIV. Lei nº 5.453, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLV. Lei nº 5.454, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLVI. Lei nº 5.456, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLVII. Lei nº 5.457, de 19 de dezembro de 2019;
MMMCCCLVIII. Lei nº 5.460, de 26 de dezembro de 2019;
MMMCCCLIX. Lei nº 5.461, de 26 de dezembro de 2019;
MMMCCCLX. Lei nº 5.463, de 23 de janeiro de 2020;
MMMCCCLXI. Lei nº 5.464, de 23 de janeiro de 2020;
MMMCCCLXII. Lei nº 5.468, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXIII. Lei nº 5.469, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXIV. Lei nº 5.470, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXV. Lei nº 5.471, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXVI. Lei nº 5.472, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXVII. Lei nº 5.473, de 5 de março de 2020;
MMMCCCLXVIII. Lei nº 5.475, de 12 de março de 2020;
MMMCCCLXIX. Lei nº 5.476, de 12 de março de 2020;
MMMCCCLXX. Lei nº 5.477, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXI. Lei nº 5.478, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXII. Lei nº 5.479, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXIII. Lei nº 5.480, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXIV. Lei nº 5.481, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXV. Lei nº 5.482, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXVI. Lei nº 5.483, de 19 de março de 2020;
MMMCCCLXXVII. Lei nº 5.493, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXVIII. Lei nº 5.494, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXIX. Lei nº 5.495, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXX. Lei nº 5.496, de 8 de abril de 2020;

Câmara Mun de Palo D'Arco
Fls 513
Visto

MMMCCCLXXXI. Lei nº 5.497, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXII. Lei nº 5.498, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXIII. Lei nº 5.499, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXIV. Lei nº 5.500, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXV. Lei nº 5.501, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXVI. Lei nº 5.502, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXVII.Lei nº 5.503, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXVIII. Lei nº 5.504, de 8 de abril de 2020;
MMMCCCLXXXIX. Lei nº 5.505, de 16 de abril de 2020;
MMMCCCXC. Lei nº 5.507, de 27 de abril de 2020;
MMMCCCXCI. Lei nº 5.508, de 29 de abril de 2020;
MMMCCCXCII. Lei nº 5.510, de 12 de maio de 2020;
MMMCCCXCIII. Lei nº 5.511, de 12 de maio de 2020;
MMMCCCXCIV. Lei nº 5.515, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCV. Lei nº 5.516, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCVI. Lei nº 5.517, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCVII. Lei nº 5.518, de 14 de maio de 2020;
MMMCCCXCVIII. Lei nº 5.519, de 20 de maio de 2020;
MMMCCCXCIX. Lei nº 5.520, de 20 de maio de 2020;
MMMCD. Lei nº 5.521, de 20 de maio de 2020;
MMMCDI. Lei nº 5.522, de 27 de maio de 2020;
MMMCDII. Lei nº 5.523, de 27 de maio de 2020;
MMMCDIII. Lei nº 5.525, de 1º de junho de 2020;
MMMCDIV. Lei nº 5.528, de 3 de junho de 2020;
MMMCDV. Lei nº 5.529, de 3 de junho de 2020;
MMMCDVI. Lei nº 5.530, de 17 de junho de 2020;
MMMCDVII. Lei nº 5.531, de 17 de junho de 2020;
MMMCDVIII. Lei nº 5.532, de 17 de junho de 2020;
MMMCDIX. Lei nº 5.533, de 17 de junho de 2020;
MMMCDX. Lei nº 5.534, de 17 de junho de 2020;
MMMCDXI. Lei nº 5.535, de 17 de junho de 2020;
MMMCDXII. Lei nº 5.537, de 24 de junho de 2020;
MMMCDXIII. Lei nº 5.538, de 24 de junho de 2020;
MMMCDXIV. Lei nº 5.539, de 24 de junho de 2020;
MMMCDXV. Lei nº 5.542, de 30 de junho de 2020;
MMMCDXVI. Lei nº 5.543, de 30 de junho de 2020;
MMMCDXVII. Lei nº 5.545, de 6 de julho de 2020;
MMMCDXVIII. Lei nº 5.546, de 6 de julho de 2020;
MMMCDXIX. Lei nº 5.547, de 6 de julho de 2020;
MMMCDXX. Lei nº 5.548, de 6 de julho de 2020;
MMMCDXXI. Lei nº 5.549, de 8 de julho de 2020;
MMMCDXXII. Lei nº 5.550, de 8 de julho de 2020;
MMMCDXXIII. Lei nº 5.551, de 14 de julho de 2020;
MMMCDXXIV. Lei nº 5.553, de 16 de julho de 2020;
MMMCDXXV. Lei nº 5.555, de 23 de julho de 2020;
MMMCDXXVI. Lei nº 5.557, de 31 de julho de 2020;
MMMCDXXVII. Lei nº 5.559, de 4 de agosto de 2020;
MMMCDXXVIII. Lei nº 5.562, de 13 de agosto de 2020;
MMMCDXXIX. Lei nº 5.563, de 13 de agosto de 2020;
MMMCDXXX. Lei nº 5.564, de 13 de agosto de 2020;
MMMCDXXXI. Lei nº 5.568, de 18 de agosto de 2020;
MMMCDXXXII. Lei nº 5.570, de 26 de agosto de 2020;
MMMCDXXXIII. Lei nº 5.571, de 26 de agosto de 2020;
MMMCDXXXIV. Lei nº 5.572, de 1º de setembro de 2020;
MMMCDXXXV. Lei nº 5.573, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXVI. Lei nº 5.574, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXVII. Lei nº 5.575, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXVIII. Lei nº 5.576, de 3 de setembro de 2020;
MMMCDXXXIX. Lei nº 5.583, de 14 de setembro de 2020;
MMMCDXL. Lei nº 5.584, de 14 de setembro de 2020;
MMMCDXLI. Lei nº 5.594, de 24 de setembro de 2020;
MMMCDXLII. Lei nº 5.597, de 24 de setembro de 2020;
MMMCDXLIII. Lei nº 5.605, de 1º de outubro de 2020;
MMMCDXLIV. Lei nº 5.606, de 1º de outubro de 2020;
MMMCDXLV. Lei nº 5.611, de 19 de outubro de 2020;
MMMCDXLVI. Lei nº 5.612, de 21 de outubro de 2020;
MMMCDXLVII. Lei nº 5.622, de 11 de novembro de 2020;
MMMCDXLVIII. Lei nº 5.623, de 11 de novembro de 2020;
MMMCDXLIX. Lei nº 5.625, de 16 de novembro de 2020;
MMMCDL. Lei nº 5.639, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLI. Lei nº 5.640, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLII. Lei nº 5.643, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLIII. Lei nº 5.644, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLIV. Lei nº 5.645, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLV. Lei nº 5.646, de 2 de dezembro de 2020;
MMMCDLVI. Lei nº 5.648, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLVII. Lei nº 5.649, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLVIII. Lei nº 5.650, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLIX. Lei nº 5.651, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLX. Lei nº 5.652, de 10 de dezembro de 2020;
MMMCDLXI. Lei nº 5.654, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXII. Lei nº 5.655, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXIII. Lei nº 5.656, de 16 de dezembro de 2020;

MMMCDLXIV. Lei nº 5.657, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXV. Lei nº 5.658, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXVI. Lei nº 5.659, de 16 de dezembro de 2020;
MMMCDLXVII. Lei nº 5.679, de 23 de dezembro de 2020;
MMMCDLXVIII. Lei nº 5.680, de 23 de dezembro de 2020;
MMMCDLXIX. Lei nº 5.682, de 28 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da sua publicação oficial.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria dos vereadores Claudemir Zanco, Dirceu Luiz Boaretto, Eduardo Albani Dalla Costa, Januário Koslinski, Joecir Bernardi, Lindomar Rodrigo Brandão, Marcos Junior Marini, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera, Rafael Celestrin, Romulo Faggion e Thania Maria Caminski Gehlen .

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 7 de abril de 2022.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:5B481D71

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 20/05/2022. Edição 2522
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 520

Pesquisar Matéria Legislativa

Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 matéria.

Resultados

PLO 215/2021 - Projeto de Lei Ordinária

Ementa:
Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de leis e dispositivos de Pato Branco implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada.

Apresentação: 1 de Dezembro de 2021
Processo: 215 / 2021
Protocolo: 3702/2021 **Data Entrada:** 1 de Dezembro de 2021
Autor: Claudemir Zanco
Dirceu Luiz Boaretto
Eduardo Albani Dala Costa
Januário Koslinski
Joecir Bernardi
Lindomar Rodrigo Brandão
Marcos Junior Marini
Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera
Rafael Celestrin
Romulo Faggion
Thania Maria Caminski Gehlen
Localização Atual: ARQUIVO - ARQ
Status: Sancionada
Data Fim Prazo (Tramitação):
Resultado: Aprovada por maioria simples - conforme o art. 37 do RI o presidente não vota
Data Votação: 30 de Março de 2022
4 de Abril de 2022
Data da última Tramitação: 29 de Abril de 2022
Última Ação: SANÇÃO: Lei nº 5.895, de 7 de abril de 2022. PUBLICAÇÃO: Publicada na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 8119, de 13 de abril de 2022 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/4/2022. Edição nº 2497 - Republicada - por erro material conforme nosso ofício nº 165/2022-DL, na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 8129, de 29 de abril de 2022 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/4/2022. Edição nº 2507 - Republicada - na primeira publicação não constaram os incisos - no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 20/5/2022. Edição nº 2522.
Matéria Anexada: Requerimento nº 73 de 2022 **Data Anexação:** 11 de Fevereiro de 2022
Matéria Anexada: Requerimento nº 130 de 2022 **Data Anexação:** 22 de Fevereiro de 2022
Matéria Anexada: Parecer Comissão Justiça e Redação nº 20 de 2022 **Data Anexação:** 22 de Março de 2022
Matéria Anexada: Emenda nº 5 de 2022 **Data Anexação:** 22 de Março de 2022
Documentos Acessórios: 4
Texto Original
Texto Articulado
Norma Jurídica Vinculada: Lei Ordinária nº 5.895, de 07 de abril de 2022

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Pato Branco
Rua Arariboia, 491
CEP: 85501-262 | Telefone: (46) 3272-1500
OpenAPI | Site | Fale Conosco